Sistema Gerenciador de Publicações Legais
Diário Oficial Eletrônico
dos Municípios do Estado do Amazonas

Amazonas , 27 de Agosto de 2026 • Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Amazonas • ANO XVII | Nº 4180

Expediente:
Associação Amazonense de Municípios - AAM

DIRETORIA 2025-2029

CONSELHO DIRETOR

Presidente:ANDERSON JOSÉ DE SOUSA, Ex-Prefeito Municipal de Rio Preto da Eva
Vice-Presidente:NICSON MARREIRA LIMA, Prefeito Municipal de Tefé
Primeiro Secretário:LUCENILDO DE SOUZA MACEDO, Prefeito Municipal de Alvarães
Segunda Secretária:RAIMUNDA MARINA BRITO PANDOLFO, Prefeita Municipal de Nhamundá
Primeiro Tesoureiro:ORDEAN GONZAGA DA SILVA, Ex-Prefeito Municipal de Guajará
Segundo Tesoureiro:ERALDO DA SILVA TRINDADE, Ex-Prefeito Municipal de Boa Vista do Ramos

CONSELHO DE VICES-PRESIDENTES REGIONAIS

Vice-Presidência do Alto Solimões:DAVID NUNES BEMERGUY, Ex-Prefeito Municipal de Benjamin Constant
Vice-Presidência do Triângulo:EDIR COSTA CASTELO BRANCO, Prefeito Municipal de Maraã
Vice-Presidência do Purus:GEAN CAMPOS DE BARROS, Ex-Prefeito Municipal de Lábrea
Vice-Presidência do Juruá:BRUNO LUIS LITAIFF RAMALHO, Ex-Prefeito Municipal de Carauari
Vice-Presidência do Madeira:LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO, Prefeito Municipal de Manicoré
Vice-Presidência do Alto Rio Negro:JOSÉ RIBAMAR FONTES BELEZA, Prefeito Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
Vice-Presidência Rio Negro/Solimões:JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA, Prefeito Municipal de Iranduba
Vice-Presidência do Médio Amazonas: JOSÉ CLAUDENOR DE CASTRO PONTES, Ex-Prefeito Municipal de Urucurituba
Vice-Presidência do Baixo Amazonas:FRANK LUIZ DA CUNHA GARCIA, Ex-Prefeito Municipal de Parintins

CONSELHO FISCAL

Primeiro Membro:ANDRESON ADRIANO OLIVEIRA CAVALCANTE, Ex-Prefeito Municipal de Autazes
Segundo Membro:GAMALIEL ANDRADE DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Tapauá
Terceiro Membro:ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Codajás
Primeiro Suplente:DENISE DE FARIAS LIMA, Ex-Prefeita Municipal de Itapiranga
Segundo Suplente:RAIMUNDO PAULINO DE ALMEIDA GRANA, Prefeito Municipal de Silves
Terceiro Suplente:RAIMUNDO RENATO RODRIGUES AFONSO, Prefeito Municipal de Pauini

O Diário Oficial dos Municípios do Amazonas é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE ANAMÃ

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 158/2026, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 158/2026, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANAMÃ, **FLÁVIA NUNES BATALHA URIBE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Sr.ª. **EDILENE DOS SANTOS GONÇALVES**, portadora do CPF Nº **000.825.412-56**, PIS **Nº 168.984912-62**, do cargo em Comissão de **SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL CC-1**, lotado na Câmara Municipal de Anamã.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CERTIFIQUE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

GABINETE DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANAMÃ, em 26 de agosto de 2026.

FLÁVIA NUNES BATALHA URIBE
Presidente da Câmara Municipal de Anamã

Publicado por:
Lidileyla Bastos Martins
Código Identificador:D0A72C7B

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 159/2026, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 159/2026, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANAMÃ, **FLÁVIA NUNES BATALHA URIBE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Sr.ª **LIDILEYLA BASTOS MARTINS**, portadora do CPF Nº **034.295.512-85**, PIS **Nº 201.77465.40-3**, do cargo em Comissão de **SECRETÁRIA DE FINANÇAS CC-1**, lotado na Câmara Municipal de Anamã.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CERTIFIQUE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

GABINETE DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANAMÃ, em 26 de agosto de 2026.

FLÁVIA NUNES BATALHA URIBE
Presidente da Câmara Municipal de Anamã

Publicado por:
Lidileyla Bastos Martins
Código Identificador:998227EB

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 160/2026, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 160/2026, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANAMÃ, **FLÁVIA NUNES BATALHA URIBE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Sr.ª ELENILCE BASTOS DE VASCONCELOS, portadora do CPF Nº 762.436.722-04, PIS Nº 1608962327-0, do cargo em Comissão de ASSESSORA

PARLAMENATR DE GABINETE CC-3, lotado na Câmara Municipal de Anamã.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CERTIFIQUE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

GABINETE DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANAMÃ, em 26 de agosto de 2026.

FLÁVIA NUNES BATALHA URIBE
Presidente da Câmara Municipal de Anamã

Publicado por:
Lidileyla Bastos Martins
Código Identificador:0768F863

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAQUIRI

PODER LEGISLATIVO
DECRETO Nº 005, DE 24 DE JUNHO DE 2026.

Concede o Título de Cidadão Manaquiriense ao Senhor Saullo Velame Vianna e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANAQUIRI**, Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o **Título de Cidadão Manaquiriense** ao Senhor **Saullo Velame Vianna**, em reconhecimento público aos seus relevantes serviços prestados ao município de Manaquiri-AM.
Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Legislativo Municipal.
Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Manaquiri, Estado do Amazonas, em 24 de junho de 2026.

VEREADOR EWERTON ESTEVAM JACOB DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Manaquiri.

Publicado por:
Raiane Sousa Dos Santos
Código Identificador:66160433

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ
DECRETO LEGISLATIVO Nº 11/2026, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE TÍTULO DE CIDADÃO MANICOREENSE AO EXMO. SENHOR DR. JOMAR RICARDO SAUNDERS FERNANDES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS - TJAM".

O EXMO. SENHOR PRESIDENTE da Câmara Municipal de Manicoré - Amazonas, **WELLINGTON YURI LELO REIS** no uso de suas atribuições legais, FAÇO SABER a todos os seus habitantes, que a Câmara Municipal em conformidade com o Art. 24 e Inciso XI da Lei Orgânica do Município, APROVOU e PROMULGOU o seguinte:

D E C R E T O L E G I S L A T I V O

Art.1º - Fica concedido o Título de Cidadão Manicoreense ao **Exmo. Senhor Dr. Jomar Ricardo Saunders Fernandes**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJAM, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao município de Manicoré.

Art. 2º - A outorga do Título de Cidadania, ora concedido, se fará em data acordada com a Mesa Diretora desta casa, em Sessão Solene realizada pela Câmara de Vereadores.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ-AM; em 26 de AGOSTO de 2026.

WELLINGTON YURI LELO REIS
Vereador/Presidente

Autoria do Vereador Wellington Yuri Lelo Reis.

Publicado por:
Paulo de Jesus Barros de Azevedo
Código Identificador:92CB78C7

CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ
DECRETO LEGISLATIVO Nº 12/2026, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE TÍTULO DE CIDADÃO MANICOREENSE AO ILMO. SENHOR DAVID WASHINGTON FREITAS LIMA, DIRETOR GERAL DO CAMPUS DO IFAM MANAUS ZONA LESTE".

O EXMO. SENHOR PRESIDENTE da Câmara Municipal de Manicoré - Amazonas, **WELLINGTON YURI LELO REIS** no uso de suas atribuições legais, FAÇO SABER a todos os seus habitantes, que a Câmara Municipal em conformidade com o Art. 24 e Inciso XI da Lei Orgânica do Município, APROVOU e PROMULGOU o seguinte:

D E C R E T O L E G I S L A T I V O

Art.1º - Fica concedido o Título de Cidadão Manicoreense ao **Ilmo. Senhor David Washington Freitas Lima**, Diretor Geral do Campus do Instituto Federal do Amazonas - IFAM em Manaus Zona Leste, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao município de Manicoré.

Art. 2º - A outorga do Título de Cidadania, ora concedido, se fará em data acordada com a Mesa Diretora desta casa, em Sessão Solene realizada pela Câmara de Vereadores.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ-AM; em 26 de AGOSTO de 2026.

WELLINGTON YURI LELO REIS
Vereador/Presidente

Autoria da Vereadora Inara Socorro Coutinho de Assunção.

Publicado por:
Paulo de Jesus Barros de Azevedo
Código Identificador:6E1DB9C0

CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ
DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/2026, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE TÍTULO DE CIDADÃ MANICOREENSE A EXMA. SENHORA MARIA FRANCISCA MORAIS DE LIMA - PROFESSORA DOUTORA".

O EXMO. SENHOR PRESIDENTE da Câmara Municipal de Manicoré - Amazonas, **WELLINGTON YURI LELO REIS** no uso de suas atribuições legais, FAÇO SABER a todos os seus habitantes, que a Câmara Municipal em conformidade com o Art. 24 e Inciso XI da Lei Orgânica do Município, APROVOU e PROMULGOU o seguinte:

D E C R E T O L E G I S L A T I V O

Art.1º - Fica concedido o Título de Cidadã Manicoreense a **Exma. Senhora Maria Francisca Morais de Lima,** Professora Doutora e Presidente da Câmara de Ensino Superior no Conselho Estadual de Educação - CEE/AM, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao município de Manicoré.

Art. 2º - A outorga do Título de Cidadania, ora concedido, se fará em data acordada com a Mesa Diretora desta casa, em Sessão Solene realizada pela Câmara de Vereadores.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ-AM; em 26 de AGOSTO de 2026.

WELLINGTON YURI LELO REIS
Vereador/Presidente

Autoria do Vereador José Antônio Pinto Gomes.

Publicado por:
Paulo de Jesus Barros de Azevedo
Código Identificador:8D65E752

CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ
PORTARIA Nº 095/2026 – GP, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS À VEREADOR DESTE PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ – Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 17, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, e,
CONSIDERANDO o Ofício nº 008/2026 – GV/APV de 24/08/2026 do vereador abaixo mencionado;
CONSIDERANDO a Resolução Legislativa nº 003 de 21/06/2014, que trata da concessão de diárias;
CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento do servidor para representar este Poder Legislativo Municipal junto aos órgãos e instituições públicas ou privadas, instaladas na Cidade de Manaus – Capital do Estado do Amazonas,

RESOLVE:

Art. 1º – AUTORIZAR o Ilmo. Senhor **ANTONIO PASSOS VEIGA** – Vereador da Câmara Municipal, viajar para a cidade de Manaus – Estado do Amazonas – para o exercício de atividades parlamentares na Capital do Estado do Amazonas.

Art. 2º – à Tesouraria o pagamento de 05 (cinco) diárias, no valor de R$ 2.764,80 (Dois mil, setecentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)) ao referido vereador, para custear as despesas com transporte, alimentação e estadia, afim de que possa dar cumprimento ao que dispõe o Art. 1º, da presente Portaria.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ-AM, em 25 (vinte e cinco) de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis).

WELLINGTON YURI LELO REIS
Vereador/Presidente

Publicado por:
Paulo de Jesus Barros de Azevedo
Código Identificador:B279792F

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÉS

PODER LEGISLATIVO
PORTARIA Nº 207/2026-GPC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÉS, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Maués e pelo Regimento Interno deste Poder Legislativo.

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento do Vereador até capital do Estado, para participar de reunião na Assembleia Legislativa com Deputado Estadual Mário César Filho e visita a Secretaria de Estado do Desporto e Lazer do Amazonas - SEDEL.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a Secretaria Administrativa a tomar as providências legais cabíveis no deslocamento do Vereador **DARCY CORREIA MARINHO FILHO** até a capital do Estado, no período de 25 a 27 de agosto de 2026.

Art. 2º Conceder diárias ao Vereador, conforme quadro de valores abaixo:

Nº Diárias	Vlr. Unit.	Vlr. Total
03	312,00	936,00

Data/Hora - Saída: 24.08.2026 às 12h00m.
Data/Hora - Chegada: 28.08.2026 às 010h30m

Art. 3º As despesas decorrentes deste Ato Administrativo correrão por conta do orçamento da Câmara Municipal de Maués.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 24 DE AGOSTO DE 2026.

ADAUTO LOPES DA SILVA
Presidente em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas, de acordo com a Lei Municipal nº 177 de 26/10/2009 e por afixação no Mural da Câmara Municipal de Maués, em conformidade com o disposto no § 1º do Artigo 91 da Lei Orgânica do Município de Maués.

ESTELA PAIVA AFONSO
Diretora Geral
Portaria nº 001/2025

Ciente: 24/08/2026.

DARCY CORREIA MARINHO FILHO
Vereador

Publicado por:
Ingrid Katiuscia Dos Santos Pereira
Código Identificador:C0FA3436

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
AVISO DE RETIFICAÇÃO Nº 010/SF-CMP

AVISO DE RETIFICAÇÃO Nº 010/SF-CMP

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO a **PORTARIA Nº. 246/SF-CMP, 24 DE AGOSTO DE 2026**, que tem por objetivo, TORNAR PUBLICA A RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N°246/SF-CMP, DE 24 de agosto de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas no dia 26 de agosto de 2026, Ano XVII e Edição nº 4179.

Onde se lê: PORTARIA Nº. 246/SF-CMP, 24 DE AGOSTO DE 2026.

Leia-se: PORTARIA Nº. 244/SF-CMP, 24 DE AGOSTO DE 2026.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas na referida Portaria.

Gabinete do Presidente em Parintins/AM, 26 de agosto de 2026.

MÁRCIA AUXILIDORA CARDOSO BARANDA
Presidente da Câmara Municipal de Parintins, em Exercício.

Publicado por:
Mayra da Cruz Cavalcante
Código Identificador:00C02C36

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
AVISO DE RETIFICAÇÃO Nº 011/SF-CMP

AVISO DE RETIFICAÇÃO Nº 011/SF-CMP

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO a **PORTARIA Nº. 252/SF-CMP, 25 DE AGOSTO DE 2026**, que tem por objetivo, TORNAR PUBLICA A RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N°252/SF-CMP, DE 25 de agosto de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas no dia 26 de agosto de 2026, Ano XVII e Edição nº 4179.

Onde se lê: PORTARIA Nº. 252/SF-CMP, 24 DE AGOSTO DE 2026.

Leia-se: PORTARIA Nº. 246/SF-CMP, 24 DE AGOSTO DE 2026.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas na referida Portaria.

Gabinete do Presidente em Parintins/AM, 26 de agosto de 2026.

MÁRCIA AUXILIDORA CARDOSO BARANDA
Presidente da Câmara Municipal de Parintins, em Exercício.

Publicado por:
Mayra da Cruz Cavalcante
Código Identificador:C28FD7F3

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE UARINI

CAMARA MUNICIPAL DE UARINI
PORTARIA Nº 042/2026/CMU-GP UARINI-AM, 21 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE DIÁRIAS AO VEREADOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O vereador **Moises dos Santos Cordeiro**, Presidente da Câmara Municipal de Uarini, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.

CONSIDERANDO a Lei Legislativa nº 004/2021 que trata da concessão de diárias aos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Uarini.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao Vereador **GILSON FERREIRA SEVALHO**, CPF nº 004.975.522-64, Banco Bradesco S/A AG 3743-5, Conta Corrente nº 9538-9, a viajar à Cidade de Manaus no período de 24/08/2026 a 26/08/2026 a serviço deste Poder Legislativo.

Art. 2º - A viagem de que trata o artigo 1º desta Portaria, tem como objetivo participar de uma reuniao no Gabinete do Deputado Thiago Abrahim para tratar de assuntos pertinentes ao município, de interesse do Legislativo Municipal.

Art. 3º - Determinar a Tesouraria da Câmara de Uarini o pagamento de 03 (três) diárias para o referido Vereador, conforme Tabela de diárias atual dos membros do poder Legislativo Municipal para custear despesas com transporte, alimentação e estadia no referido período.

Cientifique-se, Cumpra-se e Publique-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Uarini, em 21 de agosto de 2026.

MOISES DOS SANTOS CORDEIRO
Presidente

Publicado por:
Frankly Roosevelt Lopes Cordovil
Código Identificador:4B491E42

ESTADO DO AMAZONAS
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE IRANDUBA - INPREVI

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA - RPPS
PORTARIA Nº 054/2026 – GP/INPREVI

INSTITUIR LIMITES DE ALÇADAS EM ATOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS, NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE IRANDUBA – INPREVI.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE IRANDUBA – INPREVI, no Município de Iranduba/AM, no uso de suas atribuições delegadas através da Lei Municipal nº 179/2011, e do Decreto nº 080/2021 – GAB/PMI, amparada pela Ação 3.2.9 do Manual Pró-Gestão RPPS.

RESOLVE:

Art. 1º – Fica **INSTITUÍDA** a Política de Limites de Alçadas, visando proporcionar maior segurança na execução de atos administrativos decisórios, no qual contempla assinatura conjunta da Presidência Executiva do INPREVI com o Diretor(a) Administrativo e Financeiro do INPREVI, em todos os atos relativos a investimentos e desinvestimentos.

Art. 2º – Esta **PORTARIA** entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

CERTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINENTE DA PRESIDÊNCIA – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE IRANDUBA - INPREVI, em 26 DE AGOSTO DE 2026.

ANDERSON CORDEIRO MOTA
Presidente do INPREVI
Decreto nº 080/2021 – GAB/PMI

Publicado por:
Anderson Cordeiro Mota
Código Identificador:F43D2A70

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE ALVARÃES

COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 048/2024.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 048/2024.
ESPÉCIE E DATA: 4º Termo Aditivo do Contrato nº 048/2024, celebrado em 19/07/2024.
CONTRATANTES: A Prefeitura Municipal de Alvarães e a Empresa **GP FERREIRA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.546.744/0001-49**,
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Termo Aditivo tem por objeto o aditamento de prazo do contrato, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias), contados a partir do dia 11/06/2026 até 10/06/2027.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais condições do Contrato original celebrado em 19 de julho de 2024, não modificados por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

Alvarães (AM), 11 de junho de 2026.

LUCENILDO DE SOUZA MACEDO
Prefeito de Alvarães

Publicado por:
Janine de Araujo Frazão
Código Identificador:2EE940B0

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE AMATURÁ

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 005/2026 – CMDCA/AMATURÁ

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA PROVA DE CONHECIMENTOS

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) DE AMATURÁ/AM**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), pela Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e pela Lei Municipal nº 108, de 02 de abril de 2015, e em conformidade com o Edital da Eleição Suplementar para escolha de Conselheiro Tutelar, torna público a **homologação do resultado final da prova de conhecimentos**, realizada no dia 23 de agosto de 2026.
A execução e correção da prova foram conduzidas pela **Comissão Eleitoral**, conforme designação do CMDCA.
1. Resultado Final da prova
Após a correção das provas e aplicação dos critérios de desempate (maior **pontuação na área específica**), obteve-se a seguinte classificação:

Classificação	Nome do Candidato	Acertos Totais	Pontuação na Área Específica	Justificativa da Classificação
1º	Dara Lucas Jacaúna	39	Maior pontuação na área específica	Classificada em 1º lugar por obter a maior pontuação específica
2º	Fabiane da Costa Andrade	39	9	Classificada em 2º lugar por ter 9 acertos na área específica.
3º	Rafaela de Castro Roque	39	8	Classificada em 3º lugar por ter 8 acertos na área específica.
4º	Vanderley Gomes Salvador	38	–	Classificado em 4º lugar por menor número

2. Homologação
2.1. Considerando que **não houve interposição de recursos**, o CMDCA declara **homologado** o resultado final da prova de conhecimentos.
2.2. Ficam **os candidatos acima listados**, estando oficialmente habilitados a concorrer ao **processo de escolha suplementar para Conselheiro Tutelar**, conforme regulamento vigente e legislação aplicável.
3. Disposições Finais
3.1. Este edital entra em vigor na data de sua publicação no **Diário Oficial do Município de Amaturá**, revogadas as disposições em contrário. Os casos omissos serão resolvidos pelo CMDCA.

Amaturá - Am, 26 de agosto de 2026.

JOSINEI PEREIRA
Presidente do CMDCA Amaturá

Publicado por:
Rogenia Gomes Rojas
Código Identificador:DB0B22F2

GABINETE DO PREFEITO
PARECER TÉCNICO Nº 02/2026

Interessado: Secretaria Municipal de Educação de Amaturá
Assunto: Manifestação sobre o Projeto de Lei que institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
Relator(a): Conselheiro(a) _____
LUCICLENE BATISTA DOS SANTOS
Aprovado em: 05/08/2026
I – EMENTA
Opina favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei que institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Amaturá, estabelece princípios, diretrizes, objetivos, mecanismos de implementação, monitoramento e avaliação, cria o Plano Municipal de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral e dá outras providências, com recomendações para sua efetiva implementação.
II – RELATÓRIO
A Secretaria Municipal de Educação encaminhou a este Conselho Municipal de Educação, para apreciação e manifestação, o Projeto de Lei que institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Amaturá.
A proposta objetiva regulamentar, em âmbito municipal, a implementação da Educação Integral em Tempo Integral, definindo diretrizes pedagógicas, organizacionais e administrativas voltadas à promoção do desenvolvimento integral dos estudantes e à garantia do direito à aprendizagem.
O Projeto de Lei contempla, entre outros aspectos:
I – a definição dos princípios e objetivos da Política Municipal;
II – a organização da oferta da Educação Integral em Tempo Integral;
III – a implementação gradual e progressiva da expansão das matrículas;
IV – a instituição do Comitê Municipal de Educação Integral;
V – a criação do Plano Municipal de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral;
VI – mecanismos de financiamento, monitoramento e avaliação;
VII – a adequação dos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares.
Após análise preliminar, o processo foi distribuído a esta Relatoria para emissão do presente Parecer.
III – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A análise do presente processo fundamenta-se nos seguintes dispositivos legais e normativos:
I – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente os arts. 205, 206, 208, 211 e 214;
II – Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
III – Plano Nacional de Educação vigente;

IV – Plano Municipal de Educação;
V – Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
VI – legislação federal referente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb;
VII – Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral;
VIII – Resolução CNE/CEB nº 1, de 2026, que alterou dispositivos da Resolução CNE/CEB nº 7/2025;
IX – Resolução nº 23, de 17 de março de 2026, que regulamenta as diretrizes para a destinação de recursos do Fundeb à criação de matrículas em tempo integral na educação básica;
X – Lei Orgânica Municipal;
XI – legislação municipal aplicável ao Sistema Municipal de Ensino.

IV – ANÁLISE

A Educação Integral em Tempo Integral constitui importante estratégia para a promoção da qualidade social da educação, assegurando oportunidades educativas que favoreçam o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões.
O Conselho Nacional de Educação consolidou entendimento de que a Educação Integral não se restringe à ampliação da jornada escolar, exigindo uma concepção pedagógica integrada, articulada ao território, às diferentes políticas públicas e às especificidades das comunidades atendidas.
Verifica-se que o Projeto de Lei apresentado pela Secretaria Municipal de Educação encontra-se alinhado às diretrizes nacionais vigentes, especialmente no que se refere:
I – à compreensão da Educação Integral como direito educacional;
II – à promoção da equidade e da inclusão;
III – à valorização das diversidades culturais e territoriais;
IV – à articulação intersetorial;
V – à implementação gradual e planejada da expansão das matrículas;
VI – à observância dos instrumentos de planejamento e financiamento educacional;
VII – à criação de mecanismos de monitoramento e transparência.
Observa-se, ainda, que a instituição do Plano Municipal de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral representa importante instrumento de gestão, permitindo o acompanhamento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação e pelo Plano Municipal de Educação.
O Projeto também demonstra preocupação com a sustentabilidade administrativa e financeira da política, condicionando o cumprimento das obrigações relacionadas ao financiamento às normas federais vigentes e aos instrumentos de planejamento orçamentário municipal.
No tocante às especificidades locais, destaca-se a relevância de que a implementação da política considere as características territoriais, demográficas, culturais e logísticas do Município, assegurando atendimento adequado às populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, do campo, das águas, das florestas e demais comunidades tradicionais, quando existentes.

V – RECOMENDAÇÕES

Sem prejuízo da aprovação do Projeto de Lei, este Conselho recomenda que o Poder Executivo Municipal adote as seguintes providências:
I – regulamente a Lei no prazo estabelecido;
II – institua formalmente o Comitê Municipal de Educação Integral;
III – assegure ampla participação da comunidade escolar na elaboração do Plano Municipal de Expansão;
IV – promova processos permanentes de formação continuada para gestores e profissionais da educação;
V – adeque os Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares;
VI – estabeleça mecanismos de monitoramento anual das metas e indicadores;
VII – fortaleça a articulação entre educação, saúde, assistência social, cultura e esporte;
VIII – assegure transparência na divulgação dos resultados da política;
IX – promova estratégias específicas para atendimento das populações em situação de maior vulnerabilidade social e educacional;
X – submeta ao Conselho Municipal de Educação eventual proposta de regulamentação pedagógica complementar.

VI – VOTO DO(A) RELATOR(A)

Diante do exposto, considerando a compatibilidade do Projeto de Lei com a legislação educacional vigente e reconhecendo sua relevância para a consolidação do direito à Educação Integral em Tempo Integral no Município de Amaturá, esta Relatoria manifesta-se FAVORAVELMENTE à aprovação do Projeto de Lei que institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, nos termos apresentados pela Secretaria Municipal de Educação, acolhidas as recomendações constantes neste Parecer.
É o parecer.
Sala das Sessões do Conselho Municipal de Educação de Amaturá***, 05 de agosto de 2026***.

_____
LUCICLENE BATISTA DOS SANTOS
Conselheiro(a) Relator(a)

VII – DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Municipal de Educação de Amaturá, *reunido em* ***Sessão Plenária realizada em 05 de agosto de 2026***, após apreciação do Parecer CME nº **002*/2026***, deliberou por sua APROVAÇÃO por unanimidade dos presentes.
Determina-se o encaminhamento deste Parecer à Secretaria Municipal de Educação, ao Chefe do Poder Executivo Municipal e à Câmara Municipal para conhecimento e providências cabíveis.

Sala das Sessões do Conselho Municipal de Educação de Amaturá***, 05 de agosto de 2026***.

CARLOS RICHER BRAGA MAIA
Secretário(a) do Conselho Municipal de Educação

ÉRICO BICHARRA DE LUNA
Presidente do CME/AMT
Portaria Nº 240/2024 – GP/PMA, de 26/09/2024

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO EM LOCAL PRÓPRIO E DE ACESSO PÚBLICO, NA SEDE DA PREFEITURA, em conformidade com o disposto no Art. 102 da Lei Orgânica de Amaturá-AM, em 05 de agosto de 2026.

Publicado por:
Rogenia Gomes Rojas
Código Identificador:8F494938

GABINETE DO PREFEITO
PARECER TÉCNICO Nº 03/2026

Interessado: Secretaria Municipal de Educação de Amaturá
Assunto: Adoção do Referencial Curricular do Estado do Amazonas, como documento curricular oficial da Rede Municipal de Ensino para implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC Computação.
Relator(a): Conselheiro(a): _____
LUCICLENE BATISTA DOS SANTOS
Aprovado em: 10/08/2026

I – RELATÓRIO

A Secretaria Municipal de Educação encaminhou ao Conselho Municipal de Educação processo administrativo solicitando manifestação acerca da adoção do Referencial Curricular do Estado do Amazonas como documento curricular oficial da Rede Pública Municipal de Ensino.
O processo encontra-se instruído com:
Ofício da Secretaria Municipal de Educação;
Justificativa técnica para a adoção do Referencial Curricular Estadual;
Termo de Adesão ao Referencial Curricular Estadual;
Minuta da Portaria da Secretaria Municipal de Educação;
Plano de Implementação da BNCC Computação;
Cronograma de formação continuada dos profissionais da educação;
Demais documentos pertinentes.
A Secretaria informa que o Município ainda não possui Referencial Curricular próprio contemplando integralmente as competências e habilidades previstas para a BNCC Computação, razão pela qual propõe a adoção do documento curricular estadual até eventual elaboração de currículo municipal.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal estabelece, em seus arts. 205, 206 e 211, que a educação constitui direito de todos e dever do Estado, cabendo aos sistemas de ensino organizar-se em regime de colaboração.
A Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) assegura aos sistemas de ensino autonomia para organizar seus currículos, observadas as normas gerais da educação nacional e a Base Nacional Comum Curricular.
A Base Nacional Comum Curricular constitui referência obrigatória para a elaboração e implementação dos currículos das redes públicas e privadas da Educação Básica.
As diretrizes nacionais para a inserção da Computação na Educação Básica determinam que os sistemas e redes de ensino incorporem progressivamente as competências e habilidades da BNCC Computação em seus documentos curriculares e práticas pedagógicas.
Verifica-se que o Referencial Curricular do Estado do Amazonas, contempla tais diretrizes, encontrando-se regularmente aprovado pelo respectivo Sistema Estadual de Ensino.
Considerando que o Município ainda não dispõe de documento curricular próprio que incorpore integralmente a BNCC Computação, a adoção do Referencial Curricular Estadual mostra-se medida legal, técnica e pedagogicamente adequada, garantindo:
alinhamento às normas nacionais;
continuidade das ações pedagógicas;
segurança jurídica para a rede municipal;
atendimento às exigências dos programas federais e dos mecanismos de monitoramento da implementação curricular;
uniformização das orientações pedagógicas da Rede Municipal de Ensino.
A adoção do Referencial Curricular Estadual não impede que, futuramente, o Município elabore e aprove seu próprio currículo, observadas as normas legais vigentes.

III – VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, **voto favoravelmente** à adoção do **Referencial Curricular do Estado do Amazonas** como documento curricular oficial da Rede Pública Municipal de Ensino de Amaturá, compreendendo todas as suas atualizações, inclusive aquelas relacionadas à implementação da **BNCC Computação**.
Recomenda-se à Secretaria Municipal de Educação que:
I – publique Portaria oficializando a adoção do Referencial Curricular;
II – promova ampla divulgação junto às unidades escolares;
III – realize formação continuada dos profissionais da educação;
IV – acompanhe e monitore a implementação do currículo;
V – oriente as escolas quanto à atualização dos Projetos Político-Pedagógicos, Regimentos Escolares e planejamentos pedagógicos;
VI – apresente relatórios periódicos ao Conselho Municipal de Educação sobre o processo de implementação.

IV – CONCLUSÃO

O Conselho Municipal de Educação de Amaturá manifesta-se **favoravelmente** à adoção do Referencial Curricular do Estado do Amazonas, como documento curricular oficial da Rede Municipal de Ensino de Amaturá, recomendando sua homologação por meio de Resolução própria.

Sala das Sessões do Conselho Municipal de Educação de Amaturá***, 10 de agosto de 2026.***

LUCICLENE BATISTA DOS SANTOS
Conselheiro(a) Relator(a)

DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Municipal de Educação de Amaturá **, reunido em Sessão Plenária realizada em 10 de agosto de 2026**, **aprovou, por unanimidade**, o voto do Relator, tornando-o Parecer deste Conselho.

CARLOS RICHER BRAGA MAIA
Secretário(a) do Conselho Municipal de Educação

ÉRICO BICHARRA DE LUNA
Presidente do CME/AMT
Portaria Nº 240/2024 – GP/PMA, de 26/09/2024

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO EM LOCAL PRÓPRIO E DE ACESSO PÚBLICO, NA SEDE DA PREFEITURA, em conformidade com o disposto no Art. 102 da Lei Orgânica de Amaturá-AM, em 10 de agosto de 2026.

Publicado por:
Rogenia Gomes Rojas
Código Identificador:CD1487A4

GABINETE DO PREFEITO
PARECER TÉCNICO Nº 04/2026

Interessado: Secretaria Municipal de Educação de Amaturá
Assunto: Manifestação sobre a instituição da Política Municipal "Hora da Leitura" no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino.
Relator(a): Conselheiro(a): _____
LUCICLENE BATISTA DOS SANTOS
Aprovado em: 10/08/2026

I – RELATÓRIO

A Secretaria Municipal de Educação encaminhou a este Conselho Municipal de Educação minuta da Portaria que institui a Política Municipal "Hora da Leitura", destinada à implementação de uma rotina diária de práticas sistemáticas de leitura nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino.
A proposta estabelece diretrizes para sua organização, define objetivos voltados ao fortalecimento da alfabetização e da formação de leitores, atribui responsabilidades aos profissionais da educação e institui mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos resultados da política.
Compete a este Conselho manifestar-se sobre a pertinência pedagógica da iniciativa, observadas as atribuições consultivas e normativas previstas na legislação municipal.

II – ANÁLISE

A leitura constitui elemento estruturante do processo de ensino e aprendizagem e representa condição indispensável para o desenvolvimento das competências previstas no currículo da Educação Básica.
A instituição de uma rotina diária de leitura favorece o desenvolvimento da fluência leitora, da compreensão textual, da ampliação do repertório linguístico e do protagonismo dos estudantes, contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais e para a consolidação da alfabetização na idade adequada.
Observa-se que a proposta apresentada pela Secretaria Municipal de Educação contempla:

• objetivos claros para o fortalecimento da alfabetização;
• organização pedagógica da rotina diária de leitura;
• integração das atividades ao currículo escolar;
• definição das responsabilidades dos professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e da Secretaria Municipal de Educação;
• mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação;
• utilização de instrumento específico para acompanhamento da evolução da aprendizagem (Alfabetômetro);
• acompanhamento sistemático dos resultados pela Secretaria Municipal de Educação.

Tais medidas evidenciam uma política pública voltada à melhoria contínua da aprendizagem, respeitando a autonomia pedagógica da rede municipal e fortalecendo o regime de colaboração entre os diversos profissionais envolvidos no processo educativo.
Este Conselho entende, ainda, que a implementação da política por meio de Portaria do Secretário Municipal de Educação constitui instrumento administrativo adequado para disciplinar procedimentos internos da rede de ensino, desde que não implique criação de direitos, obrigações ou despesas que dependam de autorização legislativa específica.
Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Educação complemente a Portaria com anexos operacionais contendo orientações metodológicas, cronograma de execução, instrumentos de acompanhamento, indicadores de monitoramento e programa de formação continuada dos professores, garantindo maior uniformidade na execução da política em todas as unidades escolares.

III – VOTO DO RELATOR

Diante da análise realizada, o Relator manifesta-se favoravelmente à implantação da Política Municipal Hora da Leitura, considerando que a iniciativa:

I – fortalece as ações de alfabetização e letramento da Rede Municipal de Ensino;
II – contribui para a melhoria dos indicadores educacionais do município;
III – promove o desenvolvimento das competências leitoras e escritoras dos estudantes;
IV – estabelece mecanismos permanentes de acompanhamento pedagógico;
V – apresenta compatibilidade com os objetivos educacionais da rede municipal.
Recomenda-se à Secretaria Municipal de Educação:

• implementar programa permanente de formação continuada para os professores responsáveis pela execução da política;
• promover acompanhamento sistemático dos indicadores de aprendizagem;
• assegurar às escolas acervo bibliográfico adequado e materiais de apoio às práticas de leitura;
• realizar avaliações periódicas da efetividade da política, utilizando os resultados para subsidiar o planejamento pedagógico da rede.

IV – CONCLUSÃO
O Conselho Municipal de Educação, reunido em sessão ordinária realizada em **10 de agosto de 2026,** aprova, por unanimidade, o presente Parecer, manifestando-se favoravelmente à instituição da **Política Municipal Hora da Leitura,** recomendando sua implementação por meio de Portaria da Secretaria Municipal de Educação, bem como o acompanhamento permanente de seus resultados pedagógicos.
É o parecer.
Sala das Sessões do Conselho Municipal de Educação de Amaturá, **10 de agosto de 2026.**

LUCICLENE BATISTA DOS SANTOS
Conselheiro(a) Relator(a)

DECISÃO DO PLENÁRIO
O Conselho Municipal de Educação de Amaturá , reunido em Sessão Plenária realizada em **10 de agosto de 2026**, aprovou, por **unanimidade**, o voto do Relator, tornando-o Parecer deste Conselho.

CARLOS RICHER BRAGA MAIA
Secretário(a) do Conselho Municipal de Educação

ÉRICO BICHARRA DE LUNA
Presidente do CME/AMT
Portaria Nº 240/2024 – GP/PMA, de 26/09/2024

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO EM LOCAL PRÓPRIO E DE ACESSO PÚBLICO, NA SEDE DA PREFEITURA, em conformidade com o disposto no Art. 102 da Lei Orgânica de Amaturá-AM, em 10 de agosto de 2026.

Publicado por:
Rogenia Gomes Rojas
Código Identificador:2E073D1A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 42/2026-SEMAD/PMA, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Concede Licença-Maternidade à servidora contratada, ocupante do cargo de ENFERMEIRA, Sra. SIMONE RODRIGUES FELIX, *e dá outras providências*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que foram conferidas pelo Decreto Nº 001/2025-GP/PMA;
CONSIDERANDO o disposto no art. 103, Inciso III e art. 120 da Lei nº 25/1994, de 8 de março de 1994 – Estatuto do Funcionário Público do Município de Amaturá;
CONSIDERANDO o art. 7, Inciso XVIII da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a SEÇÃO IV – Art. 120. do parágrafo único do estatuto. Salvo prescrição médico em contrário, a licença será concedida a partir do oitavo mês de gestação.
CONSIDERANDO o MEMO Nº 341/2026 – SEMSA, protocolado dia 25 de agosto de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença-Maternidade à servidora contratada, *Sra*. **SIMONE RODRIGUES FELIX**, ocupante do cargo de **ENFERMEIRA**, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, matrícula nº 5765-2, pelo prazo de **120 (cento e vinte) dias**, compreendido entre **02 de agosto de 2026** a **29 de novembro de 2026**.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de **02 de agosto** de 2026.
Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração do Município de Amaturá/AM, em 25 de agosto de 2026.

EVILÁZIO RUBENS CARVALHO FILHO
Secretário de Administração-Amaturá/AM
Decreto Nº 001/2025-GP/PMA

PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO, DISPONIBILIZADO NO PORTAL OFICIAL E AFIXADO, PARA AMPLA DIVULGAÇÃO, NAS SEDES DA PREFEITURA E DA CÂMARA MUNICIPAL DE AMATURÁ/AM, em conformidade com o disposto no art. 19 da Lei Orgânica Municipal, em 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Rogenia Gomes Rojas
Código Identificador:0BD3A337

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 558/2026-GP/PMA, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a designação de servidor para *RESPONDER INTERINAMENTE* pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE AMATURÁ, NO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 20, inciso II e 116 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº Nº 41/2026-SEMAD/PMA**,** de 20 de agosto de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º – Designar o servidor **WAILLERSON ORTEGA NUNES**, matrícula nº 5802-2, ocupante do cargo em Comissão de *Coordenador de Garagem*, **para responder, interinamente**, pela ***Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Lei Complementar nº 215 – GP/PMA)***, no período compreendido entre **01** e **30 de setembro de 2026**, ocasião em que o Secretário Titular estará usufruindo de suas férias regulamentares.
Art. 2º – O servidor ora designado ficará investida de todas as atribuições, competências e responsabilidades inerentes ao cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, em conformidade com a legislação vigente e demais normas aplicáveis à Administração Pública Municipal.
Art. 3º – A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de **1º de setembro de 2026**.
Art. 4º- Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Amaturá/AM, em 26 de agosto de 2026.

RODENEY RABELO TORRES
Prefeito em Exercício de Amaturá/AM

PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO, DISPONIBILIZADO NO PORTAL OFICIAL E AFIXADO, PARA AMPLA DIVULGAÇÃO, NAS SEDES DA PREFEITURA E DA CÂMARA MUNICIPAL DE AMATURÁ/AM, em conformidade com o disposto no art. 19 da Lei Orgânica Municipal, em 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Rogenia Gomes Rojas
Código Identificador:5077AA7B

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE ANAMÃ

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS ANEXOS DO RGF E RREO

AVISO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS
ANEXOS DO RGF E RREO

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ANAMÃ-AM, no uso de suas atribuições legais, e em estrito cumprimento aos princípios da publicidade, transparência e responsabilidade na gestão fiscal, previstos na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), TORNA PÚBLICO a toda a população, órgãos de controle e demais interessados, que todos os anexos e relatórios relativos ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido de Execução Orçamentárias (RREO), encontram-se permanentemente disponíveis para consulta pública.

Os cidadãos e órgãos fiscalizadores podem acessar na íntegra o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do ano de 2026, por meio do Portal da Transparência, nos seguintes endereços eletrônicos oficiais:

Anexos e Relatórios de Gestão Fiscal (RGF):
https://anama.am.gov.br/rgf/

Anexos e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO):
https://anama.am.gov.br/rreo/

A divulgação assegura o amplo acesso aos dados de planejamento e execução orçamentária, reforçando o compromisso do Poder Executivo Municipal com a transparência pública.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANAMÃ, em 26 de agosto de 2026.

KÁTIA MARIA DANTAS RIBEIRO
Prefeita Municipal de Anamã/AM

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:243F37F9

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Anamã, através da Comissão Municipal de Contratações da Prefeitura Municipal, torna público que fará realizar sessão para abertura do seguinte certame:

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026
Objeto: Execução de obras e serviços comuns de engenharia para pavimentação de concreto e drenagem da rua 01 na comunidade Cuia – Município de Anamã/AM.
Tipo: Menor preço por item
Data da abertura dos envelopes: 11 de setembro de 2026. Hora 10:00 **(horário de Brasília)**no Portal de compras: www.portaldecompraspublicas.com.br
Regência legal: Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, Portaria Nº 190/2026 – GP, e demais normas pertinentes.
Informações: O edital bem como seus anexos poderão ser retirados na íntegra no Setor de Compras localizada na Rua Álvaro Maia, nº 38, Centro, Anamã/AM – CEP.: 69.445-000, no horário das 8h às 12h, de segunda-feira a sexta-feira, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br e do Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Anamã. Maiores esclarecimentos serão prestados pelo e-mail: liciteanama@outlook.com.

Anamã (AM), 27 de agosto de 2026.

ALINE RODRIGUES DA SILVA
Agente de Contratação
Portaria nº 190/2026 – GP

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:AC5FCEE5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 047/2026, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 047/2026, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Regulamenta administrativamente o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA do Município de Anamã/AM, instituído pela Lei Municipal nº 550, de 22 de abril de 2026, estabelece procedimentos administrativos, financeiros, orçamentários, contábeis e operacionais para sua implementação e funcionamento, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ANAMÃ, Estado do Amazonas, **KÁTIA MARIA DANTAS RIBEIRO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 54, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Anamã;

CONSIDERANDO o disposto no art. 227 da Constituição Federal, que estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, especialmente os arts. 88, 260 e seguintes;

CONSIDERANDO que o art. 88, inciso IV, do ECA estabelece como diretriz da política de atendimento a manutenção de fundos nacional, estaduais, distrital e municipais vinculados aos respectivos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que o § 2º do art. 260 do ECA atribui aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente a fixação dos critérios de utilização dos recursos dos Fundos por meio de planos de aplicação;

CONSIDERANDO as alterações promovidas pela Lei Federal nº 14.692, de 3 de outubro de 2023, no art. 260 do ECA, relativas à indicação da destinação dos recursos pelo doador, na forma da legislação;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 194, de 10 de julho de 2017, que alterou a Resolução CONANDA nº 137/2010;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução CONANDA nº 137/2010, compete ao Poder Executivo, em acordo com o respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, regulamentar o Fundo por Decreto ou meio legal equivalente;

CONSIDERANDO a **Lei Municipal nº 550, de 22 de abril de 2026**, que dispõe sobre a Política Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, reorganiza o Sistema de Garantia de Direitos e institui e regulamenta o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA;

CONSIDERANDO especialmente o disposto nos arts. 29 a 38 da Lei Municipal nº 550/2026;

CONSIDERANDO que o art. 32 da Lei Municipal nº 550/2026 estabelece que a aplicação dos recursos do FIA será deliberada pelo CMDCA;

CONSIDERANDO que o art. 33 da Lei Municipal nº 550/2026 estabelece que o CMDCA elaborará o Plano Anual de Aplicação dos recursos do FIA;

CONSIDERANDO a **Resolução CMDCA nº 007/2026**, pela qual o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente aprovou a proposta de regulamentação administrativa, financeira, contábil e operacional do FIA e a encaminhou ao Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos para a efetiva implementação e funcionamento do FIA, sem criação de novo Fundo e sem alteração das disposições estabelecidas pela Lei Municipal nº 550/2026;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente Decreto regulamenta administrativamente o funcionamento do **Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA de Anamã/AM**, instituído e regulamentado pela Lei Municipal nº 550, de 22 de abril de 2026.
Parágrafo único. Este Decreto possui caráter regulamentar e operacional, não criando novo Fundo, nem alterando as finalidades, receitas, competências ou demais disposições estabelecidas pela Lei Municipal nº 550/2026.
Art. 2º O FIA constitui instrumento especial de captação, gerenciamento e aplicação de recursos destinados ao financiamento de programas, projetos e ações voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, observadas as prioridades definidas pelo CMDCA e o Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – PMDCA.

CAPÍTULO II
DA VINCULAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º O FIA constitui fundo especial de natureza contábil e permanecerá vinculado administrativamente ao órgão do Poder Executivo responsável pela política municipal de assistência social, observadas as competências deliberativas e de controle social atribuídas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 4º A gestão administrativa, orçamentária, financeira e contábil do FIA será realizada pelo Poder Executivo Municipal, por meio dos órgãos competentes, em articulação com o CMDCA e em observância:
I – à Lei Federal nº 8.069/1990;
II – à Lei Municipal nº 550/2026;
III – às resoluções e demais normas do CONANDA aplicáveis;
IV – às normas de direito financeiro, orçamento público e contabilidade pública;
V – às deliberações do CMDCA quanto à aplicação dos recursos.

Art. 5º Compete ao CMDCA, no âmbito do FIA:
I – deliberar sobre a aplicação dos recursos;
II – elaborar e aprovar o Plano Anual de Aplicação dos Recursos;
III – definir prioridades para financiamento;
IV – deliberar sobre programas, projetos e ações a serem financiados;
V – aprovar previamente os editais de chamamento público destinados ao financiamento de projetos com recursos do FIA, nos termos da Lei Municipal nº 550/2026;
VI – acompanhar e fiscalizar a execução física e financeira dos recursos;
VII – apreciar e deliberar sobre a prestação de contas apresentada pelo Poder Executivo;
VIII – assegurar a publicidade das deliberações relativas à aplicação dos recursos; e
IX – exercer as demais competências previstas na legislação.

Art. 6º Compete ao Poder Executivo Municipal, por meio dos órgãos competentes:
I – executar administrativamente, orçamentariamente, financeiramente e contabilmente as deliberações do CMDCA;
II – providenciar os registros cadastrais, orçamentários e contábeis necessários ao funcionamento do FIA;
III – assegurar a movimentação dos recursos em conta específica;
IV – manter registros individualizados das receitas e despesas do Fundo;
V – apresentar periodicamente ao CMDCA informações e relatórios sobre a execução dos recursos;
VI – prestar o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do FIA; e
VII – adotar as demais providências administrativas necessárias à execução deste Decreto.

CAPÍTULO III
DA OPERACIONALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

Art. 7º O Poder Executivo adotará as providências necessárias à regularização administrativa, orçamentária, financeira e contábil do FIA, observadas as normas aplicáveis aos fundos especiais.

Art. 8º O FIA deverá possuir tratamento orçamentário, administrativo e contábil individualizado, de modo a permitir a identificação das receitas, despesas, saldos e demais movimentações financeiras vinculadas ao Fundo.

Art. 9º O Poder Executivo providenciará a inscrição cadastral do FIA no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, observadas as normas da Receita Federal do Brasil e as disposições da Resolução CONANDA nº 137/2010.
§ 1º O CNPJ do FIA não lhe confere personalidade jurídica própria.
§ 2º A inscrição cadastral do FIA deverá observar a vinculação administrativa estabelecida na Lei Municipal nº 550/2026 e neste Decreto.
§ 3º O FIA deverá possuir identificação cadastral que permita sua individualização para fins orçamentários, administrativos e contábeis, na forma da legislação aplicável.

Art. 10. Os recursos do FIA serão depositados e movimentados em conta bancária específica, mantida em instituição financeira oficial, observadas as disposições da Lei Municipal nº 550/2026 e da legislação aplicável.

Art. 11. É vedada a utilização dos recursos do FIA para finalidade diversa daquela prevista na Lei Municipal nº 550/2026, nas deliberações do CMDCA e no respectivo Plano de Aplicação.

CAPÍTULO IV
DAS RECEITAS E DOS RECURSOS

Art. 12. Constituem receitas do FIA aquelas previstas no art. 30 da Lei Municipal nº 550/2026, incluindo:
I – dotações orçamentárias do Município;
II – transferências da União e do Estado, inclusive as realizadas na modalidade fundo a fundo, nos termos da legislação vigente;
III – doações de pessoas físicas e jurídicas;
IV – recursos provenientes de convênios e instrumentos congêneres, quando legalmente admitidos;
V – multas aplicadas pelo Poder Judiciário, na forma da legislação;
VI – rendimentos de aplicações financeiras; e

VII – recursos oriundos de emendas parlamentares individuais, de bancada ou de comissão, observada a legislação aplicável.

Art. 13. As doações destinadas ao FIA serão registradas e aplicadas de acordo com a legislação vigente e com as deliberações do CMDCA.
Parágrafo único. Quando houver indicação legalmente válida, pelo doador, da destinação dos recursos, sua aplicação observará a finalidade indicada, nos limites e condições estabelecidos pela legislação federal e pelas deliberações do CMDCA.

CAPÍTULO V
DO PLANO DE APLICAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS

Art. 14. A aplicação dos recursos do FIA observará o Plano Anual de Aplicação dos Recursos elaborado e aprovado pelo CMDCA, em consonância com:
I – a Lei Municipal nº 550/2026;
II – o Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – PMDCA;
III – as prioridades estabelecidas pelo CMDCA;
IV – as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente;
V – as normas do CONANDA; e
VI – os instrumentos de planejamento e orçamento do Município.

Art. 15. O Plano Anual de Aplicação dos Recursos deverá definir, no mínimo:
I – as prioridades de financiamento;
II – os programas, projetos e ações a serem apoiados;
III – os objetivos e resultados esperados;
IV – a previsão de recursos destinados a cada finalidade; e
V – os critérios gerais para acompanhamento e avaliação da execução.

Art. 16. O Poder Executivo assegurará, quando necessário, a compatibilização das ações financiadas pelo FIA com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, observadas as normas de direito financeiro.

Art. 17. A execução dos recursos deverá observar as deliberações do CMDCA e a legislação orçamentária, financeira, contábil, administrativa e de contratação ou parceria aplicável.

CAPÍTULO VI
DO FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

Art. 18. Os recursos do FIA poderão financiar programas, projetos e ações:
I – executados diretamente pelo Poder Público, observada a legislação aplicável;
II – executados por organizações da sociedade civil regularmente constituídas e registradas no CMDCA, quando exigido pela legislação; e
III – desenvolvidos por meio de parcerias, chamamentos públicos ou outros instrumentos juridicamente admitidos.

Art. 19. Quando o financiamento envolver parceria com organização da sociedade civil, deverão ser observadas as disposições da **Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014**, e suas alterações, bem como a regulamentação municipal aplicável.

Art. 20. Os editais de chamamento público destinados ao financiamento de projetos com recursos do FIA serão previamente submetidos à apreciação e aprovação do CMDCA, conforme estabelecido no art. 35 da Lei Municipal nº 550/2026.
§ 1º O chamamento público deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, transparência, isonomia, julgamento objetivo e controle social.
§ 2º A seleção, habilitação, celebração, execução, monitoramento, avaliação e prestação de contas das parcerias observarão a Lei Federal nº 13.019/2014 e demais normas aplicáveis.

Art. 21. A aprovação, pelo CMDCA, das prioridades, programas, projetos e editais relacionados ao FIA não substitui os atos administrativos de competência do Poder Executivo necessários à execução orçamentária e financeira e à formalização das respectivas parcerias.

CAPÍTULO VII
DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 22. O órgão gestor responsável pela execução administrativa do FIA apresentará periodicamente ao CMDCA relatório de execução contendo, no mínimo:
I – receitas arrecadadas;
II – transferências e doações recebidas;
III – despesas realizadas;
IV – saldo financeiro;
V – programas, projetos e ações financiados;
VI – execução física e financeira; e
VII – situação das parcerias celebradas com recursos do Fundo, quando houver.

Art. 23. O CMDCA acompanhará a execução dos recursos do FIA e deliberará sobre a prestação de contas apresentada pelo Poder Executivo, sem prejuízo das competências dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 24. A prestação de contas observará as normas de direito financeiro, contabilidade pública, transparência, controle interno e externo e, quando se tratar de parceria com organização da sociedade civil, a legislação específica aplicável.

Art. 25. O Município assegurará a publicidade e a transparência das informações relativas ao FIA, inclusive quanto às receitas, despesas, saldo financeiro, programas, projetos e ações financiados, observadas as normas de acesso à informação e proteção de dados pessoais.
Parágrafo único. As informações de que trata este artigo serão divulgadas em meio eletrônico oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de publicidade previstas em lei.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE CONTROLE E IMPEDIMENTOS

Art. 26. Os membros do CMDCA deverão observar os princípios da impessoalidade, moralidade, probidade, transparência e interesse público no exercício de suas atribuições relacionadas ao FIA.

Parágrafo único. O membro do CMDCA que possuir interesse pessoal, institucional ou vínculo que possa comprometer sua imparcialidade em determinada deliberação deverá observar as regras de impedimento e conflito de interesses previstas na legislação e no Regimento Interno do Conselho.

Art. 27. É vedada a utilização dos recursos do FIA para finalidades estranhas à política de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. O CMDCA poderá editar resoluções e deliberações complementares necessárias ao exercício de suas competências relacionadas ao FIA, observadas a Lei Municipal nº 550/2026, este Decreto, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as normas do CONANDA.

Art. 29. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal prestarão o apoio técnico, administrativo, orçamentário, financeiro e contábil necessário ao regular funcionamento do FIA, dentro de suas respectivas competências.

Art. 30. Os casos omissos serão solucionados no âmbito das respectivas competências do Poder Executivo e do CMDCA, observada a legislação vigente.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANAMÃ, em 25 de agosto de 2026.

KATIA MARIA DANTAS RIBEIRO
Prefeita Municipal de Anamã-AM

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:772083DD

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ANAMÃ,** no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDOo que consta no Processo Administrativo, oriundo da Comissão Municipal de Contratação, referente à licitação modalidade**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2026**para a**EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAMÃ, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.**
CONSIDERANDOque no referido processo foram respeitados todos os prazos estabelecidos pela legislação vigente;
CONSIDERANDOa inexistência de recursos pendentes ao referido procedimento licitatório.

RESOLVE:

I – **HOMOLOGAR**a decisão adotada pela Comissão de Contratação, constante no processo mencionado, declarando vencedora do**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2026**a empresa:**K DA SILVA AYRES,** inscrita no **CNPJ nº 60.432.700/0001-87**, para os itens **01, 02, 03 e 04,** com valor total de **R$ 1.510.750,00 (um milhão quinhentos e dez mil setecentos e cinquenta reais),** cuja licitação foi devidamente adjudicada.

II – Publique-se o presente despacho na forma da Lei, para fins de eficácia.

Anamã/AM, 18 de agosto de 2026.

KATIA MARIA DANTAS RIBEIRO
Prefeita Municipal de Anamã/AM

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:F09F4AB3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO AO TERMO DE CONTRATO Nº 028/2026

EXTRATOAO TERMO DECONTRATO Nº028/2026

Espécie:Termo deContrato nº028/2026
Objeto:Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria objetivando apoio à gestão de saúde.
ParteContratante:MUNICÍPIO DEANAMÃ– Prefeitura Municipal
ParteContratada:ZN TECH MONITORAMENTO E CONSULTORIA LTDA(CNPJ Nº58.094.447/0001-57)
Valor do Contrato:R$198.000,00 (cento e noventa e oitomil reais)pagos em12(doze) parcelas mensais de R$16.500,00 (dezesseismile quinhentosreais).
Dotação orçamentária:As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dasRubricas:
Unidade Orçamentária:03.02.01-Fundo Municipalde Saúde
Programa de Trabalha:10.301.0150.2057.0000- Manutenção e Funcionamento doBloco deAtençãoBásica
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.
Modalidade de seleção das propostas:Inexigibilidadenº012/2026.
Vigência da contratação:13/07/2026a13/07/2027.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANAMÃ, em13dejulhode 2026.

KATIA MARIA DANTAS RIBEIRO
Prefeita Municipal de Anamã/AM

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:F451C8DE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2026 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 - SRP

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2026 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 - SRP

Objeto: Aquisição eventual de medicamentos para atender as necessidades da prefeitura municipal de Anamã, através do sistema de registro de preços.

Fornecedoras: A T S MEDICAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no **CNPJ nº 63.493.326/0001-18; A W DOS SANTOS GANOZA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 27.191.363/0001-08; AGERDAN BARROSO JUNIOR EIRELI,** inscrita no **CNPJ nº 35.094.501/0001-69; ATTACKMED COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E REPRESENTACOES LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 27.986.353/0001-69; LOPES DE CASTRO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 04.015.643/0001-60; R K COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 26.978.988/0001-51; RR COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 00.488.689/0001-45; TOTAL MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 22.085.155/0001-00 e ULTRAFARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 07.555.491/0001-86.**

Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Vigência da Ata: 12 (doze) meses.

Do preço registrado: A Ata de Registro de Preços consigna os preços totais para as empresas **A T S MEDICAL HOSPITALAR LTDA**, para os itens **36, 79 e 95,** com valor total de **R$ 309.209,00 (trezentos e nove mil duzentos e nove reais); A W DOS SANTOS GANOZA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA**, para os itens **03, 08, 11, 13, 24, 26, 29, 30, 33, 40, 46, 47, 48, 60, 64, 67, 70, 77, 87 e 92,** com valor total de **R$ 1.549.166,50 (um milhão quinhentos e quarenta e nove mil cento e sessenta e seis reais e cinquenta centavos); AGERDAN BARROSO JUNIOR EIRELI**, para os itens **55 e 96,** com valor total de **R$ 213.600,00 (duzentos e treze mil e seiscentos reais); ATTACKMED COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E REPRESENTACOES LTDA**, para os itens **21, 41, 57, 94, 97 e 109,** com valor total de **R$ 181.596,00 (cento e oitenta e um mil quinhentos e noventa e seis reais); LOPES DE CASTRO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**, para os itens **05, 10, 25, 28, 31, 34, 3, 42, 43, 49, 53, 54, 56, 59, 62, 66, 75, 80, 83 e 93,** com valor total de **R$ 1.169.319,00 (um milhão cento e sessenta e nove mil trezentos e dezenove reais); R K COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA**, para os itens **01, 02, 04, 09, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 37, 44, 51, 58, 69, 72, 73, 78, 82, 84, 99, 100,102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124 e 125,** com valor total de **R$ 2.032.483,00 (dois milhões trinta e dois mil quatrocentos e oitenta e três reais); RR COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA,** para os itens **22, 27, 81, 89, 122, 126 e 127,** com valor total de **R$ 301.710,00 (trezentos e um mil setecentos e dez reais); TOTAL MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA**, para

os itens **07, 23, 35, 38, 61, 68, 74, 85, 90 e 98,** com valor total de **R$ 1.222.200,00 (um milhão duzentos e vinte e dois mil e duzentos reais) e ULTRAFARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA**, para os itens **06, 12, 16, 32, 45, 50, 52, 63, 65, 71, 76, 86, 88, 91, 101, 105, 111, 112, 113, 114, 115 e 116,** com valor total de **R$ R$ 792.194,00 (setecentos e noventa e dois mil cento e noventa e quatro reais).**

Do reequilíbrio contratual:O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de fatores que influencie na composição de seus custos.

Do reajuste: Os preços registrados não sofrerão qualquer reajuste durante todo o tempo de sua vigência.

Do procedimento vinculado: Pregão Eletrônico nº 017/2026 - SRP.

Fundamento legal: Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, Portaria Municipal nº 190/2026 – GP, e demais normas pertinentes, no que não conflitar com os termos do Edital nº 017/2026 - SRP.

Anamã/AM, 20 de agosto de 2026.

KATIA MARIA DANTAS RIBEIRO
Prefeita Municipal de Anamã/AM

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:EFED9BEC

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 030/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 030/2026

Espécie: Termo de Contrato nº 030/2026.
Objeto: Execução de obras e serviços comuns de engenharia para construção de escola com 02 salas de madeira, na Comunidade Nossa Senhora de Nazaré
Parte Contratante: Município de Anamã – Prefeitura Municipal
Parte Contratada: K E K SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO LTDA – CNPJ – 84.108.174/0001-62.
Valor do Contrato: R$ 772.768,58 (setecentos e setenta e dois mil setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos).

Dotação orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da Rubrica:
Unidade: 03.05.01 – Fundo Municipal de Educação
Programa de trabalho: 12.361.0210.1002.0000 – Construção, Ampliação e/ou Reforma de Unidades Educacionais do Ensino Fundamental.
Elemento Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e instalações

Modalidade de seleção das propostas: Concorrência nº 006/2026.
Vigência da contratação: 26/08/2026 a 26/08/2027.

Anamã/AM, 26 de agosto de 2026.

KATIA MARIA DANTAS RIBEIRO
Prefeita Municipal de Anamã/AM

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:37E06CEA

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 004, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – CMDCA ANAMÃ – AMAZONAS

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 004, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a eleição e composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Anamã/AM, para o mandato de 2026–2028.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE ANAMÃ/AM, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente**, pela **Lei Municipal nº 550, de 22 de abril de 2026**, e pelo seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO a eleição realizada pelo Plenário do CMDCA, em reunião realizada no dia 24 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica eleita e empossada a Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Anamã/AM, para o mandato de 2026–2028, composta pelos seguintes membros:
I – Presidente: Sebastião Diogo Ferreira Misquita;
II – Vice-Presidente: Glenda Manuella da Costa Machado;
III – Secretária-Geral: Laurinete Batista de Macedo do Nascimento.

Art. 2º Compete à Mesa Diretora exercer as atribuições previstas na legislação vigente e no Regimento Interno do CMDCA.

Art. 3º O mandato da Mesa Diretora terá vigência pelo período de 2026 a 2028, observado o disposto na legislação municipal e no Regimento Interno do CMDCA.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Anamã/AM, 25 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO DIOGO FERREIRA MISQUITA
Presidente do CMDCA
Gestão 2026–2028

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:3584B31D

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 005, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – CMDCA ANAMÃ – AMAZONAS

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 005, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Anamã/AM.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE ANAMÃ/AM**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente**, pela **Lei Municipal nº 550, de 22 de abril de 2026**, e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer e consolidar as normas de organização e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMDCA, em reunião realizada em 24 de agosto de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Fica **aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Anamã/AM**, constante do **Anexo Único** desta Resolução, que dela é parte integrante.
Art. 2º O Regimento Interno aprovado por esta Resolução estabelece a organização, composição, competências e normas de funcionamento do CMDCA, bem como as disposições relativas às suas Comissões,

ao Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA e ao Comitê de Participação de Adolescentes – CPA.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições anteriores que contrariem o Regimento Interno ora aprovado.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Anamã/AM, 25 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO DIOGO FERREIRA MISQUITA
Presidente do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Anamã/AM

ANEXO ÚNICO
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE ANAMÃ/AM

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Anamã/AM e estabelece normas para sua organização, funcionamento e exercício de suas competências.

TÍTULO I DA NATUREZA, FINALIDADE E DOS PRINCÍPIOS
CAPÍTULO I DA NATUREZA E FINALIDADE
Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Anamã é órgão colegiado permanente, autônomo em suas decisões, deliberativo, normativo, fiscalizador e controlador da política municipal de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.
§ 1º O CMDCA exercerá suas competências com autonomia deliberativa, observadas a Constituição Federal, as leis e as normas aplicáveis.
§ 2º A vinculação administrativa do CMDCA ao órgão gestor da política municipal de assistência social não implica subordinação hierárquica do Conselho nem interferência do Poder Executivo em suas decisões.
Art. 2º O CMDCA tem por finalidade assegurar, no âmbito do Município de Anamã, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, mediante a formulação, deliberação, acompanhamento, monitoramento e controle da política municipal de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.
Art. 3º O CMDCA exercerá suas atribuições em conformidade com:
I – a Constituição Federal;
II – a Convenção sobre os Direitos da Criança;
III – a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
IV – a Lei Federal nº 8.242/1991;
V – a Lei Federal nº 13.019/2014, quando aplicável;
VI – a Lei Federal nº 15.426/2026;
VII – a Lei Municipal nº 550, de 22 de abril de 2026;
VIII – as resoluções, deliberações e demais atos normativos do CONANDA;
IX – as resoluções, deliberações e orientações aplicáveis do CEDCA/AM;
X – as demais normas legais e regulamentares pertinentes.
Art. 4º O CMDCA terá sede no Município de Anamã e contará com estrutura física, administrativa, tecnológica e de pessoal necessária ao exercício de suas competências.
CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS
Art. 5º O CMDCA observará os seguintes princípios:
I – proteção integral;
II – prioridade absoluta;
III – interesse superior da criança e do adolescente;
IV – participação popular;
V – paridade entre Poder Público e sociedade civil;
VI – democracia participativa;
VII – descentralização político-administrativa;
VIII – intersetorialidade;
IX – transparência;
X – publicidade;
XI – controle social;
XII – equidade;
XIII – não discriminação;
XIV – respeito à diversidade;
XV – participação de crianças e adolescentes;
XVI – dignidade da pessoa humana;
XVII – prevalência dos direitos humanos;
XVIII – respeito às especificidades territoriais, sociais, culturais e econômicas do Município de Anamã.
TÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS DO CMDCA
CAPÍTULO I DAS COMPETÊNCIAS GERAIS
Art. 6º Compete ao CMDCA:
I – formular, deliberar, acompanhar, monitorar e controlar a política municipal dos direitos da criança e do adolescente;
II – elaborar, aprovar, acompanhar e avaliar o Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – PMDCA;
III – acompanhar a execução das ações previstas no PMDCA;
IV – estabelecer prioridades da política municipal;
V – acompanhar a elaboração das peças orçamentárias relacionadas à infância e adolescência;
VI – acompanhar a execução orçamentária e financeira das políticas públicas destinadas à criança e ao adolescente;
VII – deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA;
VIII – aprovar o Plano de Aplicação dos recursos do FIA;
IX – acompanhar e fiscalizar a execução dos recursos do FIA;
X – apreciar as prestações de contas relativas aos recursos do FIA;
XI – estabelecer critérios para financiamento de programas e projetos com recursos do FIA;
XII – registrar entidades não governamentais que atuem na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
XIII – inscrever programas de atendimento governamentais e não governamentais;
XIV – acompanhar e fiscalizar entidades e programas registrados;
XV – acompanhar a atuação das políticas públicas destinadas à infância e adolescência;
XVI – organizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, nos termos da legislação;
XVII – convocar e organizar a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
XVIII – promover a articulação dos órgãos e instituições integrantes do Sistema de Garantia de Direitos;
XIX – promover a participação da sociedade na política da infância e adolescência;
XX – assegurar e promover a participação efetiva de crianças e adolescentes nos processos de formulação, deliberação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas relacionadas aos seus direitos;
XXI – implementar e apoiar o Comitê de Participação de Adolescentes – CPA;
XXII – articular-se com o CEDCA/AM;
XXIII – observar e implementar, no âmbito municipal, as deliberações aplicáveis do CONANDA;
XXIV – expedir resoluções, deliberações, recomendações, moções e demais atos de sua competência;
XXV – constituir Comissões Permanentes, Temporárias ou Especiais;
XXVI – promover estudos e diagnósticos sobre a realidade da infância e adolescência;
XXVII – acompanhar indicadores relacionados aos direitos da criança e do adolescente;
XXVIII – requisitar informações necessárias ao exercício de suas competências;
XXIX – representar aos órgãos competentes diante de situações de ameaça ou violação de direitos;
XXX – promover capacitação dos conselheiros;
XXXI – elaborar relatório anual de suas atividades;
XXXII – assegurar transparência de seus atos;
XXXIII – exercer outras atribuições estabelecidas em lei.
TÍTULO III DO PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Art. 7º O Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – PMDCA constitui instrumento de planejamento estratégico da política municipal dos direitos da criança e do adolescente.
Art. 8º O PMDCA deverá estabelecer:
I – diagnóstico da realidade municipal;
II – diretrizes;

III – objetivos;
IV – metas;
V – ações prioritárias;
VI – indicadores;
VII – responsáveis;
VIII – mecanismos de monitoramento e avaliação;
IX – estimativa dos recursos necessários.

Art. 9º O PMDCA será elaborado de forma participativa, envolvendo Poder Público, sociedade civil, crianças, adolescentes e demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos.

Art. 10. O PMDCA deverá orientar a formulação das políticas públicas municipais e a aplicação dos recursos do FIA, observada a legislação pertinente.

TÍTULO IV DA COMPOSIÇÃO DO CMDCA

CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 11. O CMDCA será composto paritariamente por 12 (doze) membros titulares e respectivos suplentes, sendo:
I – 06 (seis) representantes do Poder Público Municipal;
II – 06 (seis) representantes da sociedade civil organizada.

Art. 12. Os representantes governamentais serão indicados pelos seguintes órgãos:
I – Secretaria Municipal de Assistência Social;
II – Secretaria Municipal de Educação;
III – Secretaria Municipal de Saúde;
IV – Secretaria Municipal de Cultura;
V – Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer;
VI – Secretaria Municipal de Economia e Finanças.

Art. 13. Os representantes da sociedade civil serão escolhidos em assembleia própria convocada especificamente para essa finalidade.

Art. 14. Poderão participar do processo de escolha da sociedade civil as organizações que atendam aos requisitos estabelecidos na legislação e no edital específico.

Art. 15. O processo de escolha dos representantes da sociedade civil será regulamentado por resolução específica do CMDCA.

CAPÍTULO II DO MANDATO

Art. 16. O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, nos termos da legislação municipal.

Art. 17. A função de membro do CMDCA é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 18. A substituição de representante governamental poderá ocorrer mediante solicitação do órgão que o indicou.

Art. 19. A substituição de representante da sociedade civil observará as regras do processo de escolha e deste Regimento.

Art. 20. Em caso de vacância da titularidade, o respectivo suplente assumirá até o término do mandato, observadas as regras legais.

Art. 21. Na ausência simultânea de titular e suplente, deverá ser adotado procedimento para recomposição da representação, observada a natureza da vaga.

TÍTULO V DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSELHEIROS

CAPÍTULO I DOS DIREITOS

Art. 22. São direitos dos conselheiros:
I – participar das reuniões;
II – apresentar propostas;
III – discutir e votar matérias;
IV – participar das Comissões;
V – solicitar informações;
VI – ter acesso aos documentos do Conselho;
VII – participar de capacitações;
VIII – requerer o registro de manifestação ou voto em ata;
IX – exercer a representação com autonomia e independência, nos limites legais.

CAPÍTULO II DOS DEVERES

Art. 23. Constituem deveres fundamentais dos conselheiros:
I – promover a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes;
II – respeitar e cumprir a Constituição Federal, as leis e demais normas aplicáveis;
III – zelar pelo prestígio, aprimoramento e valorização do CMDCA;
IV – preservar as prerrogativas institucionais do Conselho;
V – exercer a função com dignidade, boa-fé, probidade, zelo e eficiência;
VI – comparecer às sessões, reuniões e demais compromissos;
VII – examinar e avaliar as matérias submetidas à sua apreciação sob a ótica do interesse público;
VIII – tratar com respeito os demais membros do Conselho, agentes e servidores públicos e demais pessoas;
IX – prestar contas do exercício da função à sociedade e aos órgãos públicos, na forma da legislação;
X – preservar informações protegidas por sigilo legal.

CAPÍTULO III DOS IMPEDIMENTOS E CONFLITOS DE INTERESSES

Art. 24. O conselheiro deverá declarar impedimento quando possuir interesse pessoal, profissional, institucional ou familiar direto na matéria em apreciação.

Art. 25. O conselheiro impedido não participará da discussão nem da votação da matéria.

Art. 26. O impedimento será registrado em ata.

Art. 27. É vedado ao conselheiro:
I – utilizar a função para benefício próprio ou de terceiros;
II – utilizar informação privilegiada;
III – favorecer entidade, organização ou pessoa;
IV – utilizar o nome do CMDCA para finalidade particular;
V – interferir indevidamente em processos de seleção;
VI – divulgar informações protegidas por sigilo.

TÍTULO VI DA ESTRUTURA DO CMDCA

Art. 28. São órgãos e instâncias do CMDCA:
I – Plenário;
II – Mesa Diretora;
III – Presidência;
IV – Vice-Presidência;
V – Secretaria-Geral;
VI – Comissões Permanentes;
VII – Comissões Temporárias ou Especiais;
VIII – Secretaria Executiva;
IX – Comitê de Participação de Adolescentes – CPA.

TÍTULO VII DA MESA DIRETORA

CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 29. A Mesa Diretora será composta por:
I – Presidente;
II – Vice-Presidente;
III – Secretário-Geral.

Art. 30. O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário-Geral serão eleitos pelo Plenário dentre os conselheiros titulares.

§ 1º A eleição ocorrerá por maioria simples dos membros presentes, salvo disposição legal diversa.

§ 2º O mandato da Mesa Diretora será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, observada a legislação municipal.

§ 3º A Presidência será exercida alternadamente entre representantes do Poder Público e da sociedade civil, observada a legislação municipal.

Art. 31. A Secretaria-Geral constitui função interna da Mesa Diretora e não implica criação de cargo ou remuneração.

CAPÍTULO II DA PRESIDÊNCIA

Art. 32. Compete ao Presidente:
I – representar institucionalmente o CMDCA;
II – convocar e presidir reuniões;
III – cumprir e fazer cumprir este Regimento;
IV – encaminhar as deliberações;
V – assinar atos oficiais;
VI – encaminhar matérias às Comissões;
VII – representar o CMDCA perante órgãos públicos e privados;
VIII – adotar providências urgentes, submetendo-as posteriormente ao Plenário;
IX – exercer o voto de qualidade em caso de empate, quando cabível;
X – exercer outras atribuições determinadas pelo Plenário.

CAPÍTULO III DA VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 33. Compete ao Vice-Presidente:
I – substituir o Presidente;
II – auxiliar a Presidência;
III – exercer atribuições delegadas;
IV – assumir a Presidência em caso de vacância, até nova eleição.

CAPÍTULO IV DA SECRETARIA-GERAL

Art. 34. Compete ao Secretário-Geral:
I – auxiliar a Presidência;
II – acompanhar a organização das reuniões;
III – supervisionar a elaboração das atas;
IV – acompanhar o cumprimento das deliberações;
V – coordenar as atividades administrativas da Mesa Diretora;

VI – auxiliar na comunicação entre as Comissões e o Plenário;
VII – exercer outras atribuições determinadas pelo Plenário.

TÍTULO VIII DO PLENÁRIO

CAPÍTULO I DAS REUNIÕES

Art. 35. O Plenário reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 36. As reuniões poderão ocorrer presencialmente, virtualmente ou de forma híbrida.

Art. 37. O calendário anual das reuniões ordinárias será aprovado pelo Plenário.

Art. 38. As reuniões ordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

Art. 39. As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente ou por requerimento de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos conselheiros titulares.

Art. 40. A convocação deverá informar:
I – data;
II – horário;
III – local ou plataforma;
IV – pauta;
V – documentos necessários.

CAPÍTULO II DO QUÓRUM

Art. 41. O Plenário instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos membros com direito a voto.

Art. 42. Não havendo quórum, poderá ser realizada segunda convocação após 30 (trinta) minutos.

Art. 43. As deliberações serão aprovadas por maioria simples dos presentes, salvo disposição legal ou regimental diversa.

Art. 44. Dependerão de maioria absoluta dos membros:
I – aprovação ou alteração deste Regimento;
II – aprovação do PMDCA;
III – aprovação do Plano de Aplicação do FIA;
IV – criação ou extinção de Comissão Permanente;
V – demais matérias para as quais a legislação ou este Regimento exija quórum qualificado.

CAPÍTULO III DA PAUTA

Art. 45. A pauta será organizada pela Presidência, em conjunto com a Secretária-geral e a Secretaria Executiva.

Art. 46. Qualquer conselheiro poderá propor inclusão de matéria na pauta.

Art. 47. Matérias urgentes poderão ser incluídas durante a reunião mediante aprovação do Plenário.

CAPÍTULO IV DA ORDEM DOS TRABALHOS

Art. 48. As reuniões observarão, preferencialmente:
I – abertura;
II – verificação do quórum;
III – aprovação da ata anterior;
IV – expediente;
V – comunicações;
VI – matérias da pauta;
VII – discussão;
VIII – votação;
IX – informes das Comissões e do CPA;
X – assuntos gerais;
XI – encerramento.

CAPÍTULO V DAS VOTAÇÕES

Art. 49. Terão direito a voto os titulares e os suplentes que estiverem no exercício da titularidade.

Art. 50. As votações serão, preferencialmente, abertas.

Art. 51. O conselheiro poderá requerer o registro nominal de seu voto.

Art. 52. O voto do conselheiro impedido não será computado.

TÍTULO IX DOS ATOS DO CMDCA

Art. 53. São atos do CMDCA:
I – Resolução;
II – Deliberação;
III – Recomendação;
IV – Moção;
V – Parecer;
VI – Nota Técnica;
VII – outros atos compatíveis com suas competências.

Art. 54. As Resoluções terão numeração própria e serão assinadas pelo Presidente.

Art. 55. Os atos que produzam efeitos externos serão publicados no meio oficial de divulgação do Município, quando cabível.

TÍTULO X DAS COMISSÕES

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56. O CMDCA contará, inicialmente, com as seguintes Comissões Permanentes:

I – Comissão de Controle e Acompanhamento do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA;

II – Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização do Sistema de Garantia de Direitos – SGD;

III – Comissão de Normas e Legislação.

Art. 57. As Comissões terão caráter técnico, propositivo, consultivo e de acompanhamento.

Art. 58. As Comissões não substituirão o Plenário em suas competências deliberativas, salvo delegação expressa e dentro dos limites legais.

Art. 59. Cada Comissão será composta por, no mínimo, 03 (três) conselheiros, titulares ou suplentes, buscando-se assegurar a representação paritária.

Art. 60. Cada Comissão elegerá entre seus integrantes um Coordenador.

Art. 61. As Comissões apresentarão ao Plenário relatórios, pareceres ou propostas decorrentes de seus trabalhos.

CAPÍTULO II DA COMISSÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO FIA

Art. 62. Compete à Comissão de Controle e Acompanhamento do FIA:
I – acompanhar a gestão dos recursos do FIA;
II – acompanhar receitas, despesas e saldos;
III – analisar a proposta do Plano de Aplicação;
IV – acompanhar sua execução;
V – analisar projetos financiados;
VI – acompanhar a execução física e financeira dos projetos;
VII – acompanhar prestações de contas;
VIII – propor medidas para transparência e controle social;
IX – acompanhar processos de seleção de projetos;
X – propor mecanismos de captação de recursos;
XI – analisar relatórios financeiros;
XII – emitir pareceres ao Plenário;
XIII – acompanhar os resultados dos projetos financiados;
XIV – exercer outras atribuições relacionadas ao FIA.

Parágrafo único. A Comissão exercerá controle social e acompanhamento, não substituindo as competências administrativas, contábeis e financeiras do Poder Executivo.

CAPÍTULO III DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO, ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DO SGD

Art. 63. Compete à Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização do SGD:
I – fortalecer a articulação entre os órgãos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos;
II – promover integração intersetorial;
III – propor ações de mobilização social;
IV – apoiar a comunicação institucional do CMDCA;
V – divulgar atos, campanhas e deliberações;
VI – estimular a participação social;
VII – promover a participação de crianças e adolescentes;
VIII – articular ações com o Conselho Tutelar;
IX – articular ações com Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública e demais órgãos;
X – apoiar as Conferências;
XI – promover campanhas de prevenção de violações de direitos;
XII – fortalecer a articulação com o CEDCA/AM;
XIII – apoiar a implementação e o funcionamento do CPA;
XIV – propor estratégias de comunicação e participação ao Plenário.

Parágrafo único. A Comissão apoiará o CPA sem interferir em sua autonomia de manifestação e participação perante o CMDCA.

CAPÍTULO IV DA COMISSÃO DE NORMAS E LEGISLAÇÃO

Art. 64. Compete à Comissão de Normas e Legislação:
I – analisar propostas de resoluções;
II – analisar alterações deste Regimento;
III – acompanhar alterações legislativas;
IV – acompanhar normas do CONANDA e CEDCA/AM;
V – propor adequações normativas;
VI – analisar minutas de atos do CMDCA;
VII – elaborar propostas de resoluções;
VIII – analisar editais e regulamentos de competência do CMDCA;

IX – emitir pareceres;
X – verificar a compatibilidade dos atos do Conselho com a legislação vigente.
Parágrafo único. Os pareceres da Comissão possuem natureza opinativa e não substituem manifestação jurídica obrigatória da Procuradoria Jurídica do Município quando exigida.

CAPÍTULO V DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS E ESPECIAIS

Art. 65. O Plenário poderá criar Comissões Temporárias ou Especiais para matérias específicas.
Art. 66. A resolução que criar Comissão Temporária ou Especial deverá estabelecer:
I – finalidade;
II – composição;
III – prazo;
IV – atribuições;
V – forma de apresentação dos resultados.
Art. 67. Será criada Comissão Especial para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar sempre que houver processo de escolha em curso.
Art. 68. A Comissão Especial Eleitoral observará o Estatuto da Criança e do Adolescente, a legislação municipal, as resoluções do CONANDA, as normas do CEDCA/AM e demais disposições aplicáveis.

TÍTULO XI DO COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES – CPA

CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO E FINALIDADE

Art. 69. Fica instituído, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Anamã, o **Comitê de Participação de Adolescentes – CPA**, como instância colegiada de participação e caráter consultivo, destinada a assegurar a participação qualificada de adolescentes na formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas relacionadas aos seus direitos.
Art. 70. O CPA constitui espaço permanente de escuta, diálogo, expressão, proposição e participação de adolescentes junto ao CMDCA.
Art. 71. A implementação e o funcionamento do CPA observarão as diretrizes do CONANDA, especialmente as estabelecidas na Resolução nº 266, de 17 de julho de 2025, e suas atualizações, bem como as demais normas aplicáveis.
A Resolução nº 266/2025 estabelece justamente diretrizes nacionais para mobilização, implementação e formação voltadas à participação qualificada de adolescentes por meio do CPA e prevê a destinação de recursos do Fundo para essa finalidade.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES DO CPA

Art. 72. São finalidades do CPA:
I – assegurar a participação qualificada de adolescentes nos espaços de discussão das políticas públicas;
II – promover o protagonismo juvenil;
III – ampliar a escuta dos adolescentes pelo CMDCA;
IV – possibilitar a apresentação de propostas pelos adolescentes;
V – fortalecer a participação cidadã;
VI – estimular a formação política e cidadã;
VII – promover o diálogo entre adolescentes, CMDCA, Poder Público e sociedade civil;
VIII – contribuir para o monitoramento das políticas públicas.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

Art. 73. Compete ao CPA:
I – participar das discussões promovidas pelo CMDCA relacionadas aos direitos de crianças e adolescentes;
II – apresentar propostas, sugestões e recomendações ao CMDCA;
III – participar da elaboração, acompanhamento e avaliação do PMDCA;
IV – participar das Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;
V – contribuir para a definição das prioridades da política municipal;
VI – participar de consultas públicas, fóruns, audiências e demais espaços de participação;
VII – propor ações de comunicação e mobilização entre adolescentes;
VIII – contribuir para o monitoramento das políticas públicas;
IX – promover o diálogo entre adolescentes e o CMDCA;
X – participar, quando convidado ou autorizado, de atividades das Comissões do CMDCA;
XI – exercer outras atividades compatíveis com sua finalidade.
Art. 74. O CPA poderá apresentar ao Plenário propostas e recomendações, que deverão ser formalmente recebidas e analisadas.
Parágrafo único. Quando uma proposta do CPA não for acolhida pelo Plenário, poderá ser apresentada justificativa aos seus integrantes, especialmente quando a matéria envolver diretamente direitos ou interesses de adolescentes.

CAPÍTULO IV DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 75. A composição, critérios de participação, processo de escolha ou seleção dos adolescentes, mandato, funcionamento, coordenação e demais aspectos do CPA serão estabelecidos em regulamento próprio aprovado pelo CMDCA.
Art. 76. A composição do CPA deverá buscar diversidade e representatividade, considerando, sempre que possível:
I – gênero;
II – território;
III – diversidade sociocultural;
IV – adolescentes com deficiência;
V – diferentes contextos sociais;
VI – adolescentes pertencentes a grupos historicamente vulnerabilizados;
VII – outras diversidades presentes no Município.
Art. 77. A participação no CPA será voluntária, não remunerada e considerada de relevante interesse social.
Art. 78. As atividades do CPA deverão observar:
I – participação livre e voluntária;
II – proteção integral;
III – segurança;
IV – acessibilidade;
V – não discriminação;
VI – respeito à diversidade;
VII – autonomia progressiva;
VIII – proteção de dados pessoais;
IX – direito à informação;
X – respeito à idade e ao desenvolvimento dos adolescentes.
Art. 79. O CMDCA assegurará, dentro das possibilidades orçamentárias e legais, os meios necessários para o funcionamento do CPA.
Art. 80. Os recursos do FIA poderão ser destinados à implementação das ações de participação qualificada de adolescentes, observadas as deliberações do CMDCA, o Plano de Aplicação do FIA e a legislação vigente.

TÍTULO XII DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 81. O CMDCA contará com Secretaria Executiva responsável pelo apoio técnico, administrativo e operacional.
Art. 82. A Secretaria Executiva será vinculada administrativamente ao órgão gestor da política municipal de assistência social, sem prejuízo da autonomia deliberativa do CMDCA.
Art. 83. Compete à Secretaria Executiva:
I – preparar reuniões;
II – elaborar convocações;
III – organizar pautas;
IV – elaborar atas;
V – manter arquivos;
VI – registrar resoluções;
VII – acompanhar deliberações;
VIII – apoiar as Comissões;
IX – manter cadastro de entidades;
X – apoiar as atividades do FIA;
XI – apoiar as Conferências;
XII – organizar documentos;
XIII – manter canais de transparência;
XIV – prestar apoio técnico e administrativo ao CPA;
XV – exercer outras atribuições determinadas pelo Plenário.
Art. 84. O Poder Executivo assegurará os recursos humanos, materiais e estruturais necessários ao funcionamento da Secretaria Executiva.

TÍTULO XIII DAS ATAS, DOCUMENTOS E TRANSPARÊNCIA

Art. 85. Todas as reuniões do CMDCA serão registradas em ata.
Art. 86. As atas conterão, no mínimo:
I – data;
II – horário;
III – local;

IV – participantes;
V – ausências;
VI – matérias discutidas;
VII – manifestações;
VIII – votações;
IX – deliberações;
X – encaminhamentos.

Art. 87. As atas serão submetidas à aprovação do Plenário.

Art. 88. O CMDCA manterá arquivo físico e digital de seus documentos.

Art. 89. O CMDCA promoverá transparência ativa de seus atos, observada a legislação de proteção de dados pessoais.

Art. 90. Deverão ser divulgados, quando cabível:
I – calendário das reuniões;
II – pautas;
III – atas aprovadas;
IV – resoluções;
V – deliberações;
VI – PMDCA;
VII – Plano de Aplicação do FIA;
VIII – informações sobre receitas e despesas do FIA;
IX – projetos financiados;
X – relatório de atividades;
XI – informações sobre o processo de escolha do Conselho Tutelar;
XII – demais informações de interesse público.

TÍTULO XIV DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Art. 91. As reuniões do CMDCA serão públicas, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo.

Art. 92. Poderão participar das reuniões, sem direito a voto:
I – representantes do Ministério Público;
II – Poder Judiciário;
III – Defensoria Pública;
IV – Conselho Tutelar;
V – CEDCA/AM;
VI – órgãos públicos;
VII – entidades;
VIII – especialistas;
IX – crianças e adolescentes;
X – integrantes do CPA;
XI – cidadãos interessados.

Art. 93. O CMDCA deverá promover mecanismos de participação social.

Art. 94. A participação de crianças e adolescentes deverá considerar sua idade, desenvolvimento, acessibilidade, segurança e direito à manifestação.

Art. 95. O CMDCA poderá instituir:
I – fóruns;
II – consultas públicas;
III – rodas de diálogo;
IV – conferências livres;
V – encontros com adolescentes;
VI – escutas qualificadas;
VII – outros mecanismos participativos.

TÍTULO XV DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

Art. 96. A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui espaço democrático de participação social e formulação de diretrizes da política municipal.

Art. 97. A Conferência será convocada pelo CMDCA conforme calendário nacional e estadual e orientações do CONANDA e CEDCA/AM.

Art. 98. Compete ao CMDCA:
I – convocar;
II – constituir Comissão Organizadora;
III – aprovar regulamento;
IV – assegurar participação da sociedade;
V – assegurar participação de crianças e adolescentes;
VI – garantir participação do CPA;
VII – acompanhar as deliberações;
VIII – encaminhar propostas às instâncias competentes.

TÍTULO XVI DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA

Art. 99. O FIA constitui instrumento de captação e aplicação de recursos destinados ao financiamento de programas, projetos e ações voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 100. Constituem receitas do FIA, entre outras previstas em lei:
I – dotações orçamentárias municipais;
II – transferências estaduais e federais;
III – doações;
IV – recursos de convênios;
V – multas destinadas ao Fundo;
VI – rendimentos de aplicações financeiras;
VII – recursos de emendas parlamentares;
VIII – outras receitas legalmente destinadas.

Art. 101. Os recursos do FIA serão mantidos em conta específica, observada a legislação.

Art. 102. A aplicação dos recursos do FIA dependerá de deliberação do CMDCA.

Art. 103. O CMDCA elaborará anualmente o Plano de Aplicação dos recursos do FIA.

Art. 104. O Plano de Aplicação deverá observar:
I – PMDCA;
II – diagnóstico municipal;
III – deliberações das Conferências;
IV – prioridades estabelecidas pelo CMDCA;
V – disponibilidade financeira;
VI – legislação orçamentária.

Art. 105. O Poder Executivo deverá incorporar, quando necessário, as ações financiadas pelo FIA aos instrumentos de planejamento e orçamento municipal.

Art. 106. O CMDCA acompanhará a execução física e financeira dos recursos do FIA.

Art. 107. A prestação de contas dos recursos do FIA será apresentada periodicamente ao CMDCA.

Art. 108. As informações sobre receitas, despesas, saldo e projetos financiados deverão ser divulgadas em meio oficial eletrônico do Município, observada a legislação aplicável.

Art. 109. A seleção de organizações da sociedade civil para execução de projetos financiados pelo FIA observará a legislação aplicável, especialmente a Lei Federal nº 13.019/2014, quando cabível.

Art. 110. Os editais de chamamento público relacionados ao FIA deverão observar as competências do CMDCA e do Poder Executivo, conforme legislação aplicável.

TÍTULO XVII DO REGISTRO DE ENTIDADES E INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS

Art. 111. As entidades não governamentais que atuem na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente deverão solicitar registro ao CMDCA.

Art. 112. Os programas de atendimento governamentais e não governamentais deverão ser inscritos no CMDCA, quando exigido pela legislação.

Art. 113. O pedido será analisado pela Comissão competente e submetido ao Plenário.

Art. 114. O CMDCA manterá cadastro atualizado das entidades e programas registrados.

Art. 115. O registro terá validade máxima de 04 (quatro) anos, salvo disposição legal ou normativa diversa.

Art. 116. O CMDCA poderá realizar visitas técnicas e ações de monitoramento.

Art. 117. Constatadas irregularidades, o CMDCA poderá determinar adequações, suspender ou cancelar o registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

TÍTULO XVIII DA ARTICULAÇÃO COM O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

Art. 118. O CMDCA atuará articuladamente com os órgãos e instituições integrantes do Sistema de Garantia de Direitos.

Art. 119. Constituem parceiros institucionais do CMDCA:
I – Conselho Tutelar;
II – Ministério Público;
III – Poder Judiciário;
IV – Defensoria Pública;
V – Assistência Social;
VI – Educação;
VII – Saúde;
VIII – Cultura;
IX – Esporte e Lazer;
X – Segurança Pública;

XI – organizações da sociedade civil;
XII – demais instituições relacionadas à garantia de direitos.
Art. 120. O CMDCA promoverá reuniões intersetoriais sempre que necessário.
Art. 121. O CMDCA poderá solicitar informações aos órgãos públicos para fins de planejamento, monitoramento e controle social, respeitado o sigilo legal e a proteção de dados pessoais.

TÍTULO XIX DA ARTICULAÇÃO COM O CEDCA/AM E O CONANDA

Art. 122. O CMDCA manterá articulação institucional permanente com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Amazonas – CEDCA/AM.
Art. 123. Compete ao CMDCA:
I – acompanhar as deliberações do CEDCA/AM;
II – participar das atividades estaduais;
III – encaminhar informações solicitadas;
IV – participar das Conferências;
V – buscar apoio técnico;
VI – comunicar situações que demandem articulação estadual.
Art. 124. O CMDCA observará as normas gerais e orientações do CONANDA no âmbito de suas competências.
Art. 125. Havendo alteração das normas nacionais ou estaduais que impactem o funcionamento do Conselho, o CMDCA deverá avaliar a necessidade de adequação deste Regimento.

TÍTULO XX DO CONSELHO TUTELAR

Art. 126. O Conselho Tutelar é órgão permanente, autônomo e não jurisdicional, integrante do Sistema de Garantia de Direitos.
Art. 127. Compete ao CMDCA organizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, observadas a legislação municipal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as normas do CONANDA e demais disposições aplicáveis.
Art. 128. O processo de escolha será conduzido por Comissão Especial Eleitoral designada pelo CMDCA.
Art. 129. O processo deverá observar:
I – publicidade;
II – transparência;
III – igualdade de condições;
IV – impessoalidade;
V – moralidade;
VI – participação popular.
Art. 130. O processo será fiscalizado pelo Ministério Público, na forma da legislação.

TÍTULO XXI DO PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 131. O CMDCA elaborará anualmente Plano de Trabalho.
Art. 132. O Plano de Trabalho deverá considerar:
I – PMDCA;
II – diagnóstico da realidade municipal;
III – deliberações das Conferências;
IV – indicadores;
V – prioridades do SGD;
VI – disponibilidade orçamentária;
VII – especificidades territoriais de Anamã.
Art. 133. O CMDCA acompanhará a execução das políticas públicas relacionadas à infância e adolescência.
Art. 134. O monitoramento poderá incluir:
I – análise de indicadores;
II – visitas técnicas;
III – reuniões intersetoriais;
IV – audiências públicas;
V – estudos;
VI – relatórios;
VII – consultas públicas;
VIII – escuta e participação do CPA.

TÍTULO XXII DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Art. 135. O CMDCA elaborará relatório anual de suas atividades.
Art. 136. O relatório deverá apresentar, no mínimo:
I – composição;
II – reuniões;
III – deliberações;
IV – resoluções;
V – atividades das Comissões;
VI – atividades do CPA;
VII – ações de monitoramento;
VIII – registros realizados;
IX – acompanhamento do FIA;
X – articulação com o SGD;
XI – participação em atividades estaduais e nacionais;
XII – execução do Plano de Trabalho;
XIII – recomendações.
Art. 137. O CMDCA divulgará periodicamente suas atividades, observadas as exigências legais de transparência.

TÍTULO XXIII DA ÉTICA E RESPONSABILIZAÇÃO DOS CONSELHEIROS

Art. 138. O conselheiro que descumprir seus deveres poderá responder administrativamente na forma da legislação aplicável.
Art. 139. A apuração deverá observar:
I – legalidade;
II – contraditório;
III – ampla defesa;
IV – imparcialidade;
V – razoabilidade;
VI – proporcionalidade.
Art. 140. A perda da função de conselheiro observará as hipóteses e procedimentos previstos na legislação municipal e federal.
Art. 141. Nenhum conselheiro será penalizado sem prévia apuração dos fatos e garantia de defesa.

TÍTULO XXIV DAS AUSÊNCIAS E SUBSTITUIÇÕES

Art. 142. O conselheiro deverá comunicar previamente eventual ausência.
Art. 143. O suplente será convocado para substituir o titular impedido ou ausente.
Art. 144. As ausências injustificadas reiteradas poderão ensejar procedimento para substituição do conselheiro, observados contraditório e ampla defesa.
Art. 145. A representação governamental poderá ser substituída mediante comunicação do órgão que indicou o representante.

TÍTULO XXV DA CAPACITAÇÃO

Art. 146. O CMDCA promoverá formação inicial e continuada dos conselheiros.
Art. 147. A capacitação poderá contemplar:
I – Estatuto da Criança e do Adolescente;
II – Sistema de Garantia de Direitos;
III – funcionamento dos Conselhos;
IV – FIA;
V – orçamento público;
VI – planejamento;
VII – controle social;
VIII – registro e fiscalização de entidades;
IX – processo de escolha do Conselho Tutelar;
X – normas do CONANDA;
XI – normas do CEDCA/AM;
XII – participação de crianças e adolescentes;
XIII – funcionamento e metodologia do CPA.

TÍTULO XXVI DA INFRAESTRUTURA E DOS RECURSOS

Art. 148. O Poder Executivo assegurará dotação orçamentária específica para o funcionamento do CMDCA.
Art. 149. Os recursos destinados ao Conselho poderão contemplar:
I – estrutura física;
II – equipamentos;
III – materiais;
IV – tecnologia;
V – capacitação;
VI – realização de Conferências;
VII – deslocamentos institucionais;
VIII – comunicação;
IX – apoio às Comissões;
X – implementação e funcionamento do CPA;
XI – demais necessidades administrativas.
Art. 150. A execução das despesas observará a legislação orçamentária, financeira e de controle.

TÍTULO XXVII DA REVISÃO E ALTERAÇÃO DO REGIMENTO

Art. 151. Este Regimento poderá ser alterado mediante proposta:
I – da Presidência;
II – da Mesa Diretora;
III – de Comissão;
IV – de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros titulares.

Art. 152. A proposta de alteração deverá ser apresentada por escrito e disponibilizada previamente aos conselheiros.
Art. 153. A alteração dependerá de aprovação da maioria absoluta dos membros do CMDCA.
Art. 154. A alteração será formalizada por Resolução e publicada oficialmente.
TÍTULO XXVIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 155. Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário, observada a legislação vigente.
Art. 156. Na interpretação deste Regimento deverá prevalecer a proteção integral e o melhor interesse da criança e do adolescente.
Art. 157. Nenhuma disposição deste Regimento poderá ser interpretada de modo a restringir competências legalmente atribuídas ao CMDCA ou aos demais órgãos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos.
Art. 158. O CMDCA deverá revisar seus atos normativos sempre que houver alteração relevante na legislação federal, estadual ou municipal.
Art. 159. Até que todas as Comissões Permanentes estejam constituídas, o Plenário poderá instituir Comissões Temporárias para atender às demandas específicas.
Art. 160. As Comissões Permanentes previstas neste Regimento poderão ser reorganizadas pelo Plenário mediante resolução, desde que preservadas as competências essenciais do CMDCA.
Art. 161. O CPA deverá ser implementado progressivamente, mediante regulamentação específica aprovada pelo CMDCA, observadas as diretrizes do CONANDA e as condições de participação e proteção dos adolescentes.
Art. 162. A implementação do CPA deverá ser precedida de processo de mobilização, sensibilização e formação de adolescentes e dos atores responsáveis por apoiar sua participação, conforme as diretrizes nacionais aplicáveis.
Art. 163. O presente Regimento deverá ser interpretado de forma integrada à Lei Municipal nº 550/2026, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, às normas do CONANDA e às normas do CEDCA/AM.
Art. 164. Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário do CMDCA, mediante Resolução, após sua publicação oficial.
Art. 165. Ficam revogadas as disposições regimentais anteriores que contrariem o presente Regimento.

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:80AE23A5

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 006, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA ANAMÃ – AMAZONAS

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 006, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a aprovação do Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Anamã/AM para o ano de 2026.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE ANAMÃ/AM, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente**, pela **Lei Municipal nº 550, de 22 de abril de 2026**, e pelo seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO a eleição realizada pelo Plenário do CMDCA, em reunião realizada no dia 24 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Data	Dia da semana	Horário
02 de setembro de 2026	Quarta-feira	17h
07 de outubro de 2026	Quarta-feira	17h
04 de novembro de 2026	Quarta-feira	17h
02 de dezembro de 2026	Quarta-feira	17h

Art. 1º Fica aprovado o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Anamã/AM, para o ano de 2026, conforme abaixo:

Art. 2º As reuniões serão realizadas na sede do CMDCA ou em outro local previamente informado na convocação, podendo ocorrer de forma presencial, virtual ou híbrida, conforme necessidade e deliberação do Conselho.

Art. 3º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas sempre que necessário, na forma estabelecida pela legislação e pelo Regimento Interno do CMDCA.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Anamã/AM, 25 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO DIOGO FERREIRA MISQUITA
Presidente do CMDCA
Gestão 2026–2028

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:2824136A

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 007, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA ANAMÃ – AMAZONAS

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 007, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

Aprova a Minuta de Decreto que regulamenta administrativamente o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA do Município de Anamã/AM e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE ANAMÃ/AM**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, pela Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010, e alterações posteriores, e pela **Lei Municipal nº 550, de 22 de abril de 2026,**

CONSIDERANDO o disposto no art. 227 da Constituição Federal, que estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais;
CONSIDERANDO os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta estabelecidos pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO o disposto no art. 88, incisos II e IV, da Lei Federal nº 8.069/1990, que estabelece os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente como órgãos deliberativos e controladores das ações e a manutenção de fundos vinculados aos respectivos Conselhos;
CONSIDERANDO o disposto no art. 260, § 2º, da Lei Federal nº 8.069/1990, segundo o qual os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização dos recursos dos Fundos por meio de planos de aplicação;
CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010, que estabelece parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO que o art. 6º da Resolução CONANDA nº 137/2010 estabelece que caberá ao Poder Executivo, em acordo com o respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, regulamentar o Fundo por Decreto ou meio legal equivalente;
CONSIDERANDO as alterações promovidas pela Resolução CONANDA nº 194, de 10 de julho de 2017, na Resolução CONANDA nº 137/2010;

CONSIDERANDO a **Lei Municipal nº 550, de 22 de abril de 2026**, que dispõe sobre a Política Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e, em seus arts. 29 a 38, institui e disciplina o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA de Anamã/AM;
CONSIDERANDO que o art. 32 da Lei Municipal nº 550/2026 estabelece que a aplicação dos recursos do FIA será deliberada pelo CMDCA;
CONSIDERANDO que o art. 33 da Lei Municipal nº 550/2026 estabelece que o CMDCA elaborará o Plano Anual de Aplicação dos recursos do FIA;
CONSIDERANDO que o art. 35 da Lei Municipal nº 550/2026 estabelece que o financiamento de programas, projetos e serviços com recursos do FIA poderá ocorrer mediante chamamento público, observada a legislação aplicável;
CONSIDERANDO que o art. 36 da Lei Municipal nº 550/2026 estabelece que a aplicação dos recursos do FIA observará Plano de Aplicação anual elaborado pelo CMDCA;
CONSIDERANDO que os arts. 37 e 38 da Lei Municipal nº 550/2026 estabelecem mecanismos de prestação de contas, publicidade, transparência e controle social;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos administrativos, financeiros, orçamentários, contábeis e operacionais para a efetiva implementação e funcionamento do FIA, em conformidade com a legislação vigente;
CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a manifestação e a concordância do CMDCA quanto à regulamentação do FIA pelo Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em 24 de agosto de 2026, que apreciou e aprovou a Minuta de Decreto regulamentador do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA;
RESOLVE:

Art. 1º Fica APROVADA pelo Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Anamã/AM a Minuta de Decreto que regulamenta administrativamente o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA, instituído pela Lei Municipal nº 550, de 22 de abril de 2026, constante do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º A Minuta de Decreto aprovada por esta Resolução estabelece procedimentos administrativos, financeiros, orçamentários, contábeis e operacionais necessários à implementação e ao funcionamento do FIA, observadas as disposições da Lei Municipal nº 550/2026, do Estatuto da Criança e do Adolescente, das normas do CONANDA e demais legislações aplicáveis.

Art. 3º A aprovação da Minuta de Decreto pelo CMDCA constitui manifestação formal do Conselho quanto à regulamentação administrativa e operacional do FIA, nos termos do art. 6º da Resolução CONANDA nº 137/2010.

Art. 4º A Minuta de Decreto aprovada será encaminhada à Prefeita Municipal de Anamã/AM, acompanhada da presente Resolução e da respectiva Ata da reunião do CMDCA, para análise e adoção das providências necessárias à sua edição e publicação.

Art. 5ºA edição e publicação do Decreto regulamentador do FIA são de competência do Poder Executivo Municipal, não cabendo à presente Resolução substituir o ato regulamentar próprio da Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º A regulamentação administrativa do FIA deverá observar as competências legalmente atribuídas ao CMDCA, especialmente quanto à deliberação sobre a aplicação dos recursos, elaboração e aprovação do Plano Anual de Aplicação, definição de prioridades, acompanhamento da execução, apreciação da prestação de contas e publicidade das deliberações relativas ao Fundo.

Art. 7º Após a publicação do Decreto regulamentador, o CMDCA adotará as providências de sua competência para a efetiva operacionalização do FIA, especialmente quanto à elaboração e aprovação do Plano Anual de Aplicação dos Recursos, observado o disposto na Lei Municipal nº 550/2026 e na legislação aplicável.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Anamã/AM, 25 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO DIOGO FERREIRA MISQUITA
Presidente do CMDCA
Gestão 2026–2028

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:BBA00774

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE ANORI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANORI
A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANORI ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Torna público que realizará o CREDENCIAMENTO N° 002/2026 para CREDENCIAMENTO DE CREDENCIAMENTO DE COOPERATIVAS PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ANORI/AM, objetivando processo de credenciamento para prestação de Serviços administrativos e técnicos para atender o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde do Município, Clinica de Fisioterapia, Laboratório Municipal e Unidade Hospitalar de Anori como contra partida do termo de Cooperação técnica e funcionamento da Unidade, tendo em vista a defasagem de profissionais de saúde por conta da SUSAM na mesma, .

Data e local para entrega dos envelopes: Aos interessados deverão apresentar a documentação, no período de 21 de agosto a 10 de setembro de 2026 nos horários 09:00 horas a 12:00 horas, no endereço Praça Capitão Pedro Silva, s/n, Centro, Anori – AM. Os documentos serão analisados pela Comissão de Chamada Pública – CCP, que receberá e selecionará os documentos apresentados conforme os exigidos no edital.

Requisitos ou documentos: Os procedimentos para participação estarão disponíveis no Edital de Chamada Pública nº 002/2026, que poderá ser retirado no horário de expediente das 08:00 as 12:00, no endereço Praça Capitão Pedro Silva, s/n, Centro, Anori – AM.

Anori, 21 de agosto de 2026.

RUAN DE OLIVEIRA MOURA
Agente de Contratação

Publicado por:
Ruan de Oliveira Moura
Código Identificador:672F5DA2

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANORI
AVISO DE LICITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA - Nº 005/2026

A COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO-CMC, da Prefeitura Municipal de Anori/AM, torna público aos interessados que realizará o seguinte procedimento licitatório**:**
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2026, tipo menor preço por lote, tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO EM ÁREA RURAL (RAMAL DO MIRI) NO MUNICÍPIO DE ANORI/AM, conforme convênio 964946**, no dia 11/09/2026 às **09h30min** (HORÁRIO DE BRASILIA), através do endereço eletrônico www.bnc.org.br.
O Edital da Concorrência Pública está disponível no site: Bolsa Nacional de Compras – BNC, www.bnc.org.br e poderá ser adquirido

em formato PDF através de ofício/requerimento assinado sem custos através do e-mail: cml.anori@gmail.com .

Anori-AM, 27 de agosto de 2026

RUAN DE OLIVEIRA MOURA
Agente de Contratação

Publicado por:
Ruan de Oliveira Moura
Código Identificador:5087DDBE

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE APUÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DESPACHO DECISÓRIO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PP Nº 017/2026 SRP-CML/PMA PL Nº 054/2026

OPrefeito Municipal de Apuí-AM, no uso de suas atribuições legais.
CONSIDERANDO,que o referido procedimento licitatório transcorreu de forma regular, em obediência à legislação vigente, não sendo verificado nenhum vício que pudesse macular a regularidade do certame, tendo sido cumpridos todos os prazos regulamentares estabelecidos no referido processo;
CONSIDERANDO,todos os documentos que constam acostados aos autos, os quais demonstram que foram respeitados todos os ritos legais exigidos pela Lei Federal nº. 14.133/21;
CONSIDERANDO,por fim, o que consta no processo licitatório em referência e a manifestação da Assessoria Jurídica deste órgão, opinando pela possibilidade legal da conclusão do procedimento licitatório;
R E S O L V E:
I – ADJUDICARa contratação em favor da empresa:
LAVA JATO JKL LTDA - ME, CNPJ nº 65.420.437/0001-20, vencedora de todos os Itens, com valor total de R$ 561.134,00 (quinhentos e sessenta e um mil e cento e trinta e quatro reais).
II – HOMOLOGARa deliberação final do procedimento do **PL Nº 054/2026**, **PP Nº 017/2026 SRP,** cujo objeto é Registro de Preço para "SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS".
III – DETERMINARao setor competente a convocação do(s) preponente(s) vencedore(s) para assinatura da Ata SRP, nos termos da legislação pátria vigente.
IV – PUBLICARo presente Despacho, na forma da Lei, para fins de eficácia.

Apuí/AM, 26/08/2026.

ANTÔNIO MARCOS MACIEL FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grione Brasil Alves
Código Identificador:778FC4EB

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, no uso das atribuições que me foram delegadas pela Lei Orgânica Municipal, observando-se o disposto no **Processo nº 4575/2026 – PMATN**, **ADJUDICO** o objeto ao(s) vencedor(es) e **HOMOLOGO** o resultado da **INEXIGIBILIDADE nº 011/2026 – CML**, com base no inciso V do Art. 74, da Lei nº14.133/2021, em nome Sr. JOEL GONÇALVES ALVORADO – CPF Nº 000.805.732-07 , residente no Beco Cunha Gomes s/n, Bairro Centro CEP nº 69.6500 – 000 na cidade de Atalaia do Norte/Estado do Amazonas, cujo objeto é **Aquisição de Imóvel para CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL, no município de Atalaia do Norte-AM**, no município de Atalaia do Norte-AM., no município de Atalaia do Norte-AM, no valor global de R$ 20.000,00 (Vinte mil Reais).
Relata-se nos autos que a vencedora comprovou que preenche os requisitos de habilitação e qualificação necessários à contratação (art. 72, V, da Lei nº 14.133/2021), tendo sido escolhida por atender todas as exigências do aviso de contratação e seus anexos.
Para prosseguimento, **DETERMINO** as seguintes providências:

I – A Secretaria Municipal de Finanças para emitir a nota de empenho no valor correspondente ao crédito especificado do contratado e para os demais procedimentos legais.

III – Elaboração do Termo de Contrato de acordo com a minuta, colher as assinaturas e, após, providenciar a publicação do Extrato do Termo de Contrato no Diário Oficial e anexação do PNCP.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 27 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal de Atalaia do Norte

Publicado por:
Alvaro Marineu de Almeida Cardoso
Código Identificador:BD845FD8

GABINETE DO PREFEITO DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, no uso das atribuições que me foram delegadas pela Lei Orgânica Municipal, observando-se o disposto no **Processo nº 4625/2026 – PMATN**, **ADJUDICO** o objeto ao(s) vencedor(es) e **HOMOLOGO** o resultado da **INEXIGIBILIDADE nº 012/2026 – CML**, com base no inciso V do Art. 74, da Lei nº14.133/2021, em nome Sr. LINDOMAR COSTA DOS SANTOS – CPF Nº 037.203.522-18 , residente no Estrada do Bóia s/n, Bairro Centro CEP nº 69.6500 – 000 na cidade de Atalaia do Norte/Estado do Amazonas, cujo objeto é **Aquisição de Imóvel para Construção das Casas Multifamiliares, no Município de Atalaia do Norte-AM**, no município de Atalaia do Norte-AM., no município de Atalaia do Norte-AM, no valor global de R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil Reais).
Relata-se nos autos que a vencedora comprovou que preenche os requisitos de habilitação e qualificação necessários à contratação (art. 72, V, da Lei nº 14.133/2021), tendo sido escolhida por atender todas as exigências do aviso de contratação e seus anexos.
Para prosseguimento, **DETERMINO** as seguintes providências:

I – A Secretaria Municipal de Finanças para emitir a nota de empenho no valor correspondente ao crédito especificado do contratado e para os demais procedimentos legais.

III – Elaboração do Termo de Contrato de acordo com a minuta, colher as assinaturas e, após, providenciar a publicação do Extrato do Termo de Contrato no Diário Oficial e anexação do PNCP.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, EM 27 DE AGOSTO DE 2026.

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA
Prefeito Municipal de Atalaia do Norte

Publicado por:
Alvaro Marineu de Almeida Cardoso
Código Identificador:C317E43D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 003/2026 – SEMAP/PMATN ATALAIA DO NORTE/AM, 26 DE AGOSTO DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CONSIDERANDO, que após análise e o que consta no **Processo nº 4703/2026 eMemorando nº 214/2026/SRH/PMATN**;

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº **036/2003 Art. 87**;

RESOLVE:

Art. 1º-CONCEDER 120 (cento e vinte) dias de ***LICENÇA MATERNIDADE,***a Servidora do quadro ***Temporário*** deste Poder Executivo, o qual deverá ser gozado respectivamente conforme descritivo abaixo:

Nº	NOME DO SERVIDOR(A)	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO ANO REF:	Nº MATRÍCULA
01	LUCINEIA BARDALES SANGAMA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	24/08/2026 À 21/12/2026	10606-2

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 3º- Comunique-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, EM 26 DE AGOSTO DE 2026.

GABRIEL DA SILVA MARINHO
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Portaria Nº 350/GP/2026

Publicado por:
Tissiane Christie Gomes de Almeida
Código Identificador:1E79BF61

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE AUTAZES

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA DE REVOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Autazes/AM torna público, para conhecimento dos interessados, o **EXTRATO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA DE REVOGAÇÃO** do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 – SRP**, Processo Administrativo nº 05461/2026, cujo objeto consistia no **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, AUDIOVISUAL E APOIO ADMINISTRATIVO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, DEPARTAMENTOS, COORDENADORIAS E DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM"**.
A revogação foi determinada pela Autoridade Competente com fundamento no art. 71, inciso II e §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão de motivo de conveniência e oportunidade administrativa, decorrente de reavaliação técnico-administrativa superveniente quanto à necessidade de ajustes substanciais no Termo de Referência, nos quantitativos estimados, na padronização dos itens, na compatibilidade com o aparato tecnológico municipal e no aperfeiçoamento das descrições técnicas dos bens pretendidos.
Após a veiculação da decisão no sistema eletrônico de gestão da licitação, foi assegurada aos licitantes e demais interessados a oportunidade de manifestação prévia, na forma do art. 71, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, não tendo sido apresentada insurgência contra a revogação no prazo concedido, conforme certificado nos autos.
Dessa forma, fica efetivamente **REVOGADO** o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 – SRP**, Processo Administrativo nº 05461/2026, sem prejuízo da futura reestruturação da fase preparatória, com elaboração de novo Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos, Termo de Referência, Pesquisa de Preços, Edital e demais anexos, conforme a necessidade administrativa e o interesse público municipal.

Autazes/AM, 25 de agosto de 2026.

JOSÉ THOMÉ NETO
Prefeito de Autazes

Publicado por:
Diomar Silva Matos
Código Identificador:9A689F26

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE VALOR AO TERMO DE CONTRATO Nº 033/2022

CONTRATANTES: O Município de Autazes/AM, através da **PREFEITURA MUNICIPAL** e a empresa **SANTOS COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA (CNPJ: 07.148.735/0001-06).**

OBJETO CONTRATUAL: Conclusão do Centro Educacional de Tempo Integral – CETI, no Município de Autazes/AM.

OBJETO DO ADITIVO: Acréscimo de valor decorrente da adequação quantitativa de serviços (2ª Adequação dos Serviços do Convênio nº 005/2022-SEDUC), visando à completa execução e funcionalidade da obra, com fulcro no art. 65, I, "b", c/c § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

VALORES DO ADITIVO:
- Acréscimos de serviços: R$ 2.525.643,88
- Supressões de serviços: R$ 222.961,05
- Acréscimo líquido do 2º Aditivo: R$ 2.302.682,83
- Acréscimos acumulados totais: R$ 4.123.797,07
- Supressões acumuladas totais: R$ 311.866,44

VALOR GLOBAL ATUALIZADO DO CONTRATO: Passa de R$ 18.011.123,38 (Dezoito milhões onze mil cento e vinte e três reais e trinta e oito centavos) para R$ 20.313.806,21 (vinte milhões, trezentos e treze mil, oitocentos e seis reais e vinte e um centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade: 02.07 – SEMED; **Projeto/Atividade:** 2.021 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental; **Elemento de Despesa:** 44.90.51 – Obras e Instalações; **Fontes:** 550, 701.

RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato originário e aditivos anteriores.

FUNDAMENTO LEGAL: Este aditivo decorre da Lei nº 8.666/93 e da CONCORRÊNCIA Nº 001/2022-CGL

DATA DE ASSINATURA: 18 de agosto de 2026.

JOSÉ THOMÉ NETO
Prefeito de Autazes

Publicado por:
Diomar Silva Matos
Código Identificador:2567F5EE

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE BARCELOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RENOVAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2025/PMB – PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2025-CMC

EXTRATO DE RENOVAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2025/PMB – PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2025-CMC

A Prefeitura de Barcelos torna público que a **Ata de Registro de Preços nº 031/2025PMB**, originada **contratação de prestação de serviços de coleta de lixo hospitalar, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**, outros órgãos que compões a área da Saúde da Prefeitura de Barcelos do Pregão Presencial nº 043/2025-CMC, referente à eventual contratação, **fica renovada quanto ao prazo e aos itens/quantitativos adjudicados**, por igual período de 12 (doze) meses, a contar do término da vigência inicial.

Os itens e quantitativos permanecem os mesmos da ata de origem, conforme Processo Administrativo nº1767/2025-PMB.
Empresa registrada:

RBD AMBIENTAL ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ: 28.682.872/0001-04

Publique-se, com efeito *ex tunc*, a contar da data da assinatura.

Barcelos, Am., 19 de agosto de 2026.

RADSON ROGERTON DOS SANTOS ALVES
Prefeito de Barcelos

Publicado por:
Adriane Garcia da Costa
Código Identificador:07D55FA8

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE BARREIRINHA

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO
PORTARIA Nº 1633/2026– GPMB

DESIGNAR O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RAILSON LAGO AMAZONAS, RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº 4675/2025 – PMB, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS CABIVEIS.

O Sr. **DARLAN TAVEIRA PERES**, Prefeito Municipal de Barreirinha, por eleição legal, usando de atribuições que lhe são conferidas por Lei e etc.

R E S O L V E:

I – REVOGA-SE a Portaria 1928/2025-PMB o senhor **KALLOAN LOPES E LOPES** servidor público municipal desta Prefeitura, Lotado no GABINETE do PREFEITO, portador sob o CPF n° 016.485.012-06, exercendo o cargo de Jornalista, responsável pelo Acompanhamento e fiscalização do **TERMO DE CONTRATO N° 4675/2025-PMB, do PREGÃO ELETRÔNICO N° 035/2025-CMC/PMB,** do contrato da empresa, **J DA R SOUZA PUBLICIDADE LTDA, CNPJ N° 51.488.838/0001- 07.** "Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Filmagens, Transmissão ao vivo de Eventos, Fotos Aéreas com drone e edição de Vídeos para uso da Prefeitura Municipal de Barreirinha/AM, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar - ETP, o presente Termo de Referência e seus anexos". O fiscal fica responsável ainda em exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução dos serviços prestados pelo referido contrato.

II – DESIGNAR, a senhor **RAILSON LAGO AMAZONAS,** servidor público municipal contratado desta Prefeitura, sob o CPF nº028.708.632-17, lotado no Gabinete do Prefeito, exercendo o cargo de Assessor técnico de nível médio III**,** responsáveis pelo Acompanhamento e fiscalização do **TERMO DE CONTRATO N° 4675/2025-PMB, do PREGÃO ELETRÔNICO N° 035/2025-CMC/PMB,** do contrato da empresa, **J DA R SOUZA PUBLICIDADE LTDA, CNPJ N° 51.488.838/0001- 07.** "Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Filmagens, Transmissão ao vivo de Eventos, Fotos Aéreas com drone e edição de Vídeos para uso da Prefeitura Municipal de Barreirinha/AM, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar - ETP, o presente Termo de Referência e seus anexos". O fiscal fica responsável ainda em exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução dos serviços prestados pelo referido contrato.

III - Revogadas as disposições em contrário esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

IV - Cientifique-se, cumpra-se e publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRINHA, em 13 julho de 2026.

DARLAN TAVEIRA PERES
Prefeito Municipal de Barreirinha

PUBLICADA A PRESENTE **PORTARIA** NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal nº 110, de 19 de março de 2010.

MARIA DO P.S. AGUILAR DA SILVA
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Decreto N°. 083, de 16 de Janeiro de 2026.

Publicado por:
Wenderson Dos Santos Pimentel
Código Identificador:7EC1F3C2

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO
PORTARIA Nº 1985/2026 – GPMB

DESIGNAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DAYANA DOS SANTOS MENEZES, RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº032/2026-CMC/PMB, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS CABIVEIS.

O Senhor **DARLAN TAVEIRA PERES**, Prefeito Municipal de Barreirinha, por eleição legal, usando de atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:
I – DESIGNAR a senhora **DAYANA DOS SANTOS MENEZES,** servidora pública municipal contratada desta Prefeitura, RG Nº 2928039-7 e CPF Nº 031.294.532-96, na função de auxiliar administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização do **TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 032/2026-PMB,** da Empresa **ALICE F DA SILVA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 21.308.801/0001-99**, para a " CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA E/OU JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, PALCO E PUBLICIDADE EM EVENTOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA /AM, DE ACORDO COM O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP, TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS". O fiscal fica responsável ainda em exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução dos serviços prestados.

II – Revogadas as disposições em contrário esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Cientifique-se, cumpra-se e publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRINHA, em 11 de agosto de 2026.

DARLAN TAVEIRA PERES
Prefeito Municipal de Barreirinha.

PUBLICADA A PRESENTE **PORTARIA** NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal nº 110, de 19 de março de 2010.

MARIA DO P. S. AGUILAR DA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP
Decreto n°083, de 16 de Janeiro de 2026-GPMB.

Publicado por:
Wenderson Dos Santos Pimentel
Código Identificador:6A7857EB

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO
PORTARIA Nº 2111/2026 – GPMB

DESIGNAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GERCINHA PAULAIN DE FREITAS, RESPONSAVÉL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 010/2026-CMC/PMB, ORUINDA DO PREGÃO ELETRÔNICO N°009/2026-CMC/PMB, E DAS OUTRAS PROVIDENCIAS CABIVEIS.

O Senhor **MARCIO ROGÉRIO TAVARES REIS**, Prefeito Municipal de Barreirinha em Exercício, por substituição legal e, usando de atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

I - DESIGNAR a senhora **GERCINHA PAULAIN DE FREITAS**, servidora pública municipal contratada desta Prefeitura, sob RG/CPF n° 613.037.392-91 exercendo o cargo de Auxiliar Administrativo, *lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP*, responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026-CMC/PMB, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026-CMC/PMB,** celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHA** e as Empresas **MM COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E DE HIGIENE PESSOAL LTDA, inscrita no CNPJ Nº 38.925.017/0001-22, W G DE ANDRADE COMÉRCIO, inscrito no CNPJ Nº 28.296.400/0001-05, I T DA SILVA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 34.505.677/0001-01, ANDIRA COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ Nº 32.260.455/0001-32, NESTOR DRECH LTDA, inscrito no CNPJ Nº 06.125.839/0001-32, CAH COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 48.081.375/0001-50, K. R. MACHADO LTDA, inscrita no CNPJ Nº 50.525.945/0002-86, GPR OBRAS DE ALVENARIA E COMERIO DE PRODTOS ALIMENTICIOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 24.616.607/0001-69, R. MARINHO ANDRADE, inscrito no CNPJ Nº 21.976.615/0001-28,** para a "Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Materiais e Ferramentas Diversos, destinados à execução de serviços de instalação, bem como de manutenções preventivas e corretivas, visando atender às demandas operacionais da Prefeitura Municipal de Barreirinha/AM, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência e seus anexos", conforme as demandas apresentadas pela Secretaria Municipal De Obras E Serviços Públicos-Semosp, de acordo com as condições descritas no Estudo Técnico Preliminar, Projeto Básico e seus Anexos". O fiscal fica responsável por fiscalizar e ainda exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases do referido contrato.

II – Revogadas as disposições em contrário esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Cientifique-se, cumpra-se e publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRINHA, em 20 de agosto de 2026.

MARCIO ROGÉRIO TAVARES REIS
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLICADA A PRESENTE **PORTARIA** NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal nº 110, de 19 de março de 2010.

MARIA DO P.S. AGUILAR DA SILVA
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Decreto n°083, de 16 de Janeiro de 2026-GPMB.

Publicado por:
Wenderson Dos Santos Pimentel
Código Identificador:B5223528

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÁO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2026-CMC/PMB

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRINHA,** no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de inexigibilidade de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do prestador de serviços, quanto pela justificativa dos preços, vez que a empresa apresentou o melhor preço global;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;
CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO atesta que foram cumpridos as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;
CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO da Controladoria Interna que prevê que a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO está em conformidade ao disposto no Art. 72 c/c art. 74, inciso II, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;
No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, V a VII, da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 016/2026-CMC/PMB**.

RESOLVE:

I – HOMOLOGAR E RATIFICAR a decisão adotada pela Comissão Municipal de Contratação constante do relatório circunstanciado apresentado, onde foi considerada habilitada a Empresa **RESTAURANTE BUSCAPÉ LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 20.307.164/0001-73**, através do **PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇAO Nº 016/2026 CMC/PMB**, objetivando a **"**CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL COM A EMPRESA RESTAURANTE BUSCAPE LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 20.307.164/0001-73, REPRESENTANTE DO CANTOR DE RENOME NACIONAL ALEX DO ACORDEON, A REALIZAR-SE NO DIA 28 DE AGOSTO DE 2026, PARA PROGRAMAÇÃO DO EVENTO X FESTIVAL DE QUADRILHAS DO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA/AM, DE ACORDO COM O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, – ETP, TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS".
II – DETERMINAR a adoção das medidas cabíveis para as futuras contratações;
III – PUBLICAR o presente Despacho, na forma da Lei, para fins de eficácia.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, inciso II, § 2º, da Lei Federal 14.133/2021
e o Decreto Municipal 230/2024-PMB.

Publique-se e Cumpra-se na forma da Lei.

Barreirinha/AM, 26 de agosto de 2026.

DARLAN TAVEIRA PERES
Excelentíssimo Prefeito Municipal.

Publicado por:
Darlan Taveira Peres
Código Identificador:15490CCB

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÁO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2026-CMC/PMB

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRINHA,** no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de inexigibilidade de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do prestador de serviços, quanto pela justificativa dos preços, vez que a empresa apresentou o melhor preço global;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;
CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO atesta que foram cumpridos as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;
CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO da Controladoria Interna que prevê que a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO está em conformidade ao disposto no Art. 72 c/c art. 74, inciso II, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;
No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, V a VII, da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 017/2026-CMC/PMB**.

RESOLVE:

I – HOMOLOGAR E RATIFICAR a decisão adotada pela Comissão Municipal de Contratação constante do relatório circunstanciado apresentado, onde foi considerada habilitada a Empresa**A GEORGE P R DA SILVA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 34.240.641/0001-35, através do **PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇAO Nº 017/2026 CMC/PMB**, objetivando a **"**CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL COM A EMPRESA A GEORGE P R DA SILVA LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº º 34.240.641/0001-35, DETENTORA DE EXCLUSIVIDADE DO CANTOR DE RENOME NACIONAL GEORGE JAPA, A REALIZAR-SE NO DIA 29 DE AGOSTO DE 2026, PARA PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "X FESTIVAL DE QUADRILHAS" NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA/AM, DE ACORDO COM O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, – ETP, TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS".
II – DETERMINAR a adoção das medidas cabíveis para as futuras contratações;
III – PUBLICAR o presente Despacho, na forma da Lei, para fins de eficácia.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, inciso II, § 2º, da Lei Federal 14.133/2021
e o Decreto Municipal 230/2024-PMB.

Publique-se e Cumpra-se na forma da Lei.

Barreirinha/AM, 26 de agosto de 2026.

DARLAN TAVEIRA PERES
Excelentíssimo Prefeito Municipal.

Publicado por:
Darlan Taveira Peres
Código Identificador:96F6DA7F

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT/AM, através da **COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - CMCP,** torna público aos interessados que realizará o seguinte procedimento licitatório nos termos da Lei nº 14.133/21:
PREGÃO PRESENCIAL nº 027/2026-SRP, TIPO: **MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo objeto contempla a **AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT/AM.**
Data a partir do qual o edital estará disponível: **27/08/2026**
Data da abertura da sessão e recebimento das propostas: **10/09/2026** até às **08h30min** (horário local)
Local da Sessão Pública de Licitação: **Auditório da Prefeitura Municipal, Rua Frei Ludovico, nº 750, Bairro Coimbra, Benjamin Constant/AM.**

Local de disponibilidade de Edital: **https://pncp.gov.br**
Dúvidas e Esclarecimentos no e-mail: **cmcp.pmbc@gmail.com** ou pelo telefone: (097) 98463-6663

Benjamin Constant (AM), 26 de agosto de 2026.

ITAYURUNA GOMES GUIDA
Presidente da Comissão Municipal de Contratações Públicas – CMCP

Publicado por:
Lenno Santana de Souza
Código Identificador:F8249CE4

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT/AM**,** através da COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - CMCP**,** torna público aos interessados que fica **SUSPENSA**, nos termos da Lei nº 14.133/21, a licitação de **PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2026-SRP**, TIPO: **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, cujo objeto contempla a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, PEQUENAS REFORMAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, NOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT/AM,** para fins de ajustes na Planilha Orçamentária**.**
Dúvidas e Esclarecimentos no e-mail: **cmcp.pmbc@gmail.com** ou pelo telefone: (097) 98463-6663.

Benjamin Constant (AM), 25 de agosto de 2026.

ITAYURUNA GOMES GUIDA
Presidente da Comissão Municipal de Contratações Públicas – CMCP

Publicado por:
Lenno Santana de Souza
Código Identificador:BEB1B8BD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 142, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA DATA, OS HORÁRIOS E O LOCAL DE REALIZAÇÃO DA 9ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BENJAMIN CONSTANT, CONVOCADA PELO DECRETO Nº 083, DE 29 DE MAIO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SEMEIDE BERMEGUY PORTO, M.D. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT, ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, expressas no inciso IV do Art. 69, da Lei Orgânica do Município de Benjamin Constant,
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 083, de 29 de maio de 2026, que dispõe sobre a convocação da 9ª Conferência Municipal de Saúde de Benjamin Constant – Amazonas, publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Amazonas no dia 04/06/2026, Edição 4120;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 54.008, de 28 de abril de 2026, que dispõe sobre a aprovação da alteração da data de realização da etapa municipal do estado Amazonas da 18ª Conferência Nacional de Saúde, e dá outras providências;
CONSIDERANDO o Ofício Circular nº 009/2026-CES-AM, do Conselho Estadual de Saúde, de 09 de junho de 2026, informa sobre a

prorrogação do prazo para realização das etapas municipais da 18ª Conferência Nacional de Saúde;
CONSIDERANDO a solicitação do Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, constante do Processo Administrativo nº 2.763/2026-PMBC, visando à alteração da data de realização da 9ª Conferência Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO o princípio da autotutela administrativa, que autoriza a Administração Pública a rever seus próprios atos.

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 083, de 29 de maio de 2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º Fica convocada a 9ª Conferência Municipal de Saúde de Benjamin Constant – Amazonas, a realizar-se nos dias 18 e 19 de novembro de 2026, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, no Auditório da Escola Municipal Professora Graziela Corrêa de Oliveira, no Município de Benjamin Constant/AM, com o tema central: 'Saúde, Democracia, Soberania e SUS: cuidar do povo é cuidar do Brasil."
Art. 2º Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais disposições constantes do Decreto nº 083, de 29 de maio de 2026.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT/AM, EM 25 DE AGOSTO DE 2026.

SEMEIDE BERMEGUY PORTO
Prefeito de Benjamin Constant

DADO CIÊNCIA, REGISTRADO E PUBLICADO NO MURAL PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL, NA DATA SUPRA, EM OBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO § 1º DO ART. 88 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT.

SALANIZA BERMEGUY DA CRUZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Alice Josianne de Albuquerque Oliveira
Código Identificador:D65E4832

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.462, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS, DE QUE TRATAM OS ARTS. 115 E 117 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS - ADCT, COM A REDAÇÃO CONFERIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 136, DE 9 DE SETEMBRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SEMEIDE BERMEGUY PORTO, M.D. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT, ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, expressas no inciso IV do Art. 69 da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento e o reparcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos do Município de Benjamin Constant, incluídas suas autarquias e fundações, com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, administrado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores de Benjamin Constant – BCPREV, em até 300 (trezentas) prestações mensais, iguais e sucessivas, observado o disposto no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, que trata do parcelamento especial autorizado com base nos arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, na redação dada pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.
§1º Os parcelamentos e reparcelamentos a que se refere o *caput* poderão abranger quaisquer tipos de débitos, inclusive de contribuições não repassadas dos segurados e beneficiários do RPPS, relativos às competências até 31 de agosto de 2025.
§2º Os acordos de parcelamento e de reparcelamento deverão ser firmados até 31 de agosto de 2026 e estão condicionados:
I - à adesão, junto à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, ao Programa de Regularidade Previdenciária de que trata o Anexo XVIII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, e suas alterações;
II - às adequações do RPPS à Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e à instituição e vigência do Regime de Previdência Complementar dos servidores filiados ao RPPS, nos termos do disposto no art. 115, caput, incisos I a IV, do ADCT.
Art. 2º Para apuração dos montantes devidos a serem parcelados, os valores originais serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescidos de juros simples de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês e multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da consolidação do termo de acordo de parcelamento.
Parágrafo único. Em caso de inclusão, nos parcelamentos de que trata esta lei, de débitos já parcelados anteriormente, para apuração dos novos saldos devedores, aplicam-se os critérios previstos no caput aos valores dos montantes consolidados dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores deduzidos das respectivas prestações pagas, acumulados desde a data da consolidação dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores até a data da nova consolidação dos termos de reparcelamento.
Art. 3º As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescido de juros simples de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação dos montantes devidos nos termos de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento.
Art. 4º As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescido de juros simples de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês e multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acumulados desde a data do seu vencimento, até o mês do efetivo pagamento.
Art. 5º O pagamento das prestações dos acordos de parcelamento e de reparcelamento previstos nesta Lei será realizado mediante autorização e retenção dos valores correspondentes no Fundo de Participação dos Municípios - FPM, na forma prevista no art. 117 do ADCT e no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2022.
§1º A retenção dos valores das parcelas no FPM deverá constar de cláusula dos termos de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pela liberação dos recursos do Fundo, concedida no ato de formalização desses termos, e vigorará até a quitação das prestações nestes acordadas.
§2º Caso a vinculação do FPM para pagamento das prestações dos acordos de parcelamento e reparcelamento, embora já autorizada, ainda esteja pendente de implementação, ou não seja suficiente para quitação das parcelas, ou não ocorra por qualquer outro motivo, o Município é responsável pelo seu pagamento integral ou de seu complemento, na data de vencimento de cada parcela prevista nos acordos, inclusive dos respectivos acréscimos legais.
Art. 6º O vencimento da primeira prestação dos parcelamentos e reparcelamentos de que trata esta Lei será no dia 10 (dez) do segundo mês subsequente ao da assinatura dos termos de acordo de parcelamento, e o das demais prestações vincendas, no dia 10 (dez) dos meses subsequentes.
Art. 7º Os acordos de parcelamento ou reparcelamento de que trata esta Lei ficarão suspensos em caso de não comprovação, até o dia 10 de dezembro de 2026, à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, das condições cumulativas previstas nos incisos I a IV do caput do art. 115 do ADCT.
Parágrafo único. A suspensão de que trata o caput implica a impossibilidade de renegociação das respectivas dívidas até ulterior cumprimento das condições a que ele se refere.
Art. 8º Os acordos de parcelamento ou reparcelamento de que trata esta Lei ficarão suspensos no caso de inadimplência no pagamento das prestações devidas por 3 (três) meses consecutivos ou por 6 (seis)

meses alternados ou de descumprimento do Programa de Regularidade Previdenciária – Pró-Regularidade RPPS, observadas as consequências previstas na legislação e regulamentação federal.

Parágrafo único. Na hipótese de inadimplência de que trata o *caput*, fica mantida a obrigatoriedade de adimplemento das prestações em atraso e o vencimento das parcelas vincendas, sem prejuízo de sanções e penalidades a que estejam sujeitos aos responsáveis.

Art. 9º O Instituto de Previdência Social dos Servidores de Benjamin Constant – BCPREV deverá rescindir os parcelamentos de que trata esta lei:

I - em caso de revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista no art. 5º;

II - caso não seja possível a comprovação das condições a que se refere o art. 7º, *caput*, pelo Município, até 10 de março de 2027;

III - se o Município, após ter comprovado as condições a que se refere o art. 7º, *caput*, vier a descumpri-las, inclusive por meio de alteração da legislação de seu RPPS em desacordo com as exigências constitucionais e legais aplicáveis.

Art. 10. Esta Lei complementa e especifica a disciplina do parcelamento e reparcelamento dos débitos do Município de Benjamin Constant com o seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, nos termos dos arts. 115 e 117 do ADCT, permanecendo em vigor as disposições da Lei Municipal nº 1.453, de 25 de maio de 2026, relativas ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS e às demais matérias não incompatíveis com esta Lei.

Art. 11. O Poder Executivo poderá expedir os atos administrativos necessários à execução desta Lei e à formalização dos termos do acordo, observados os parâmetros e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social e pelo sistema CADPREV.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT/AM, EM 26 DE AGOSTO DE 2026.

SEMEIDE BERMEGUY PORTO
Prefeito de Benjamin Constant

Publicado por:
Alice Josianne de Albuquerque Oliveira
Código Identificador:838006A5

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO RAMOS

COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 016/2026-SRP

A **COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES,** da Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos/AM, torna público aos interessados que realizará o seguinte procedimento licitatório:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026 – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, VISANDO GARANTIR A MANUTENÇÃO, REFORMA, ADAPTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE FORMA CONTÍNUA E SOB DEMANDA, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO RAMOS/AM.

TIPO: MENOR DESCONTO - POR LOTE.

ABERTURA: 11/09/2026 às **10h** (HORÁRIO DE BRASILIA), através do endereço eletrônico https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/

O Edital do Pregão Eletrônico estará disponível no site: https://transparenciamunicipalaam.org.br/ e também no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) - https://www.gov.br/pncp/pt-br

Demais esclarecimentos serão prestados nos endereços mencionados, no horário das 07h:30min às 13:30min, de segunda à sexta-feira.

Boa Vista do Ramos, (AM), 26 de agosto de 2026.

NICOLE VIEIRA FIGUEIREDO
Agente de Contratação Compra Geral

Publicado por:
Antonio César Monteiro
Código Identificador:5D2AABD3

COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 017/2026-SRP

A **COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES,** da Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos/AM, torna público aos interessados que realizará o seguinte procedimento licitatório:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, SOB A FORMA DE COMPRA CENTRALIZADA, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO RAMOS/AM.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

ABERTURA: 14/09/2026 às 10h (HORÁRIO DE BRASILIA), através do endereço /https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/

O Edital do Pregão Eletrônico estará disponível no site: https://transparenciamunicipalaam.org.br/ e também no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) - https://www.gov.br/pncp/pt-br

Demais esclarecimentos serão prestados nos endereços mencionados, no horário das 07:30min às 13:30min, de segunda à sexta-feira.

Boa Vista do Ramos, (AM), 26 de agosto de 2026.

NICOLE VIEIRA FIGUEIREDO
Agente de Contratação Compra Geral

Publicado por:
Antonio César Monteiro
Código Identificador:48E99E40

COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 018/2026-SRP

A **COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES,** da Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos/AM, torna público aos interessados que realizará o seguinte procedimento licitatório:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE KITS DE MERENDA ESCOLAR, COMPOSTOS POR COPO, CUMBUCA, PRATO, COLHER E BANDEJA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA A PREFEITURA DE BOA VISTA DO RAMOS/AM.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

ABERTURA: 14/09/2026 às 15h (HORÁRIO DE BRASILIA), através do endereço /https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/

O Edital do Pregão Eletrônico estará disponível no site: https://transparenciamunicipalaam.org.br/

Demais esclarecimentos serão prestados nos endereços mencionados, no horário das 07:30min às 13:30min, de segunda à sexta-feira.

Boa Vista do Ramos, (AM), 26 de agosto de 2026.

NICOLE VIEIRA FIGUEIREDO
Agente de Contratação Compra Geral

Publicado por:
Antonio César Monteiro
Código Identificador:8455EC0C

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE BOCA DO ACRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO C.M.E. Nº 001/2026

EMENTA: Aprova o Currículo de Computação para A Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais da Rede Municipal de Ensino de Boca do Acre, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOCA DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 032/2003-PMBA de 08 de dezembro de 2003, e demais legislações pertinentes,
CONSIDERANDO a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
CONSIDERANDO a importância de inserir e fortalecer a Cultura Digital e o Pensamento Computacional como elementos essenciais na formação dos estudantes, conforme preconizado pela BNCC nas competências gerais e específicas da área;
Considerando que compete aos sistemas de ensino e às escolas elaborar seus currículos e propostas pedagógicas, tendo a BNCC como documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais;
Considerando a necessidade de estabelecer um documento curricular orientador para o ensino de Computação na Rede Municipal de Ensino de Boca do Acre, garantindo a uniformidade e a qualidade da educação oferecida;
Considerando que o Currículo de Computação para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental de Boca do Acre foi elaborado por uma Comissão de Especialistas e Educadores, apresentado e discutido em reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Educação, realizada em 15 de julho de 2026;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica aprovado o Currículo de Computação para A Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais da Rede Municipal de Ensino de Boca do Acre,que passa a ser o documento normativo orientador para a organização e o desenvolvimento do ensino-aprendizagem da Computação nas escolas municipais.
§ 1º O Currículo de que trata o caput deste artigo está em plena conformidade com as diretrizes e os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), abrangendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais e as modalidades definidas na Educação Básica, com foco em habilidades e competências relacionadas à Cultura Digital, Pensamento Computacional e Tecnologias digitais.
§ 2º Uma cópia do Currículo de Computação aprovado, devidamente rubricado e anexado à presente Resolução, passa a ser parte integrante deste ato normativo.
Art. 2º As escolas da Rede Municipal de Ensino de Boca do Acre deverão implementar o Currículo de Computação aprovado a partir do ano letivo de 2026, adequando suas propostas pedagógicas e regimentos internos, se necessário.
Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Educação de Boca do Acre e ao Conselho Municipal de Educação acompanhar e avaliar a implementação do presente Currículo, prestando o apoio técnico e pedagógico necessário às unidades escolares.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Boca do Acre, 15 de julho de 2026.

SUSE DARLEM VIEIRA DE ARAUJO
Presidente do Conselho Municipal de Educação de Boca do Acre

Publicado por:
Raimundo Agostinho Moura Pequeno
Código Identificador:04C2FBBB

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE BORBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORBA
DECRETO Nº 0926/2026 - SEMAP/PMB, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS

Raimundo Santana de Freitas, Prefeito do Município de Borba, Estado do Amazonas, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Art. 81, inciso IX, Lei nº 160 de 16 de dezembro de 2015 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria.

CONSIDERANDO o art. 37, IX, que prevê a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

CONSIDERANDO a necessidade de quadro de pessoal para funcionamento dos diversos órgãos da administração municipal e para não haver descontinuidade dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, com lotação na **Secretaria Municipal de Saúde:**

1 - A senhora **ADRIELMA BARBOSA DOS SANTO**S, CPF nº 053.XXX.XXX-43, para a função de Técnica de Enfermagem;
2 - A senhora **AURIONE TARGINO DE LEMOS,** CPF nº 511.XXX.XXX-34 , para a função de Enfermeira;
3 - A senhora **KILMARA VIEIRA DA COSTA,** CPF n° 995.XXX.XXX-04 , para a função de Enfermeira.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de agosto de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Borba-AM, 26 de agosto de 2026.

CLEUDER MODA DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

RAIMUNDO SANTANA DE FREITAS
Prefeito Municipal de Borba

Publicado por:
Jeniffer Moreira Gama
Código Identificador:26642F42

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORBA
DECRETO Nº 0927/2026 - SEMAP/PMB, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS

Raimundo Santana de Freitas, Prefeito do Município de Borba, Estado do Amazonas, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Art. 81, inciso IX, Lei nº 160 de

16 de dezembro de 2015 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria.

CONSIDERANDO o art. 37, IX, que prevê a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

CONSIDERANDO a necessidade de quadro de pessoal para funcionamento dos diversos órgãos da administração municipal e para não haver descontinuidade dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde:

1 - O senhor **DANYEL PALHETA VITAL,** CPF nº 070.XXX.XXX-48, para a função de Auxiliar Administrativo;
2 - O senhor **HERISON DO NASCIMENTO REIS,** CPF nº 012.XXX.XXX-48, para a função de Auxiliar Administrativo;
3 - O senhor **JÚLIO CESAR CARVALHO DE ARAÚJO,** CPF n° 066.XXX.XXX-92, para a função de Agente de Vigilância Sanitária;
4 - A senhora **SARA DE SÁ DAMASCENO,** CPF n° 065.XXX.XXX-22, para a função de Auxiliar Administrativo;
5 - O senhor **YGOR PINEDO BONFIM,** CPF n° 068.XXX.XXX-30, para a função de Auxiliar Administrativo;
6 - A senhora **SAMANTA MOREIRA DE SOUZA,** CPF n° 907.XXX.XXX-87, para a função de Auxiliar de Saúde Bucal;
7 - A senhora **ROZIVANE LEMOS BRAZ,** CPF n° 563.XXX.XXX-82, para a função de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de agosto de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Borba-AM, 26 de agosto de 2026.

CLEUDER MODA DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

RAIMUNDO SANTANA DE FREITAS
Prefeito Municipal de Borba

Publicado por:
Jeniffer Moreira Gama
Código Identificador:230E359B

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORBA
DECRETO Nº 0928/2026 - SEMAP/PMB, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS

Raimundo Santana de Freitas, Prefeito do Município de Borba, Estado do Amazonas, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Art. 81, inciso IX, Lei nº 160 de 16 de dezembro de 2015 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria.

CONSIDERANDO o art. 37, IX, que prevê a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

CONSIDERANDO a necessidade de quadro de pessoal para funcionamento dos diversos órgãos da administração municipal e para não haver descontinuidade dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, o senhor **JOSÉ GABRIEL DA SILVA GRAÇA,** CPF nº 704.XXX.XXX-75, para a função de Odontólogo com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a partir de 17 de agosto de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Borba-AM, 26 de agosto de 2026.

CLEUDER MODA DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

RAIMUNDO SANTANA DE FREITAS
Prefeito Municipal de Borba

Publicado por:
Jeniffer Moreira Gama
Código Identificador:6E0C33B0

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORBA
DECRETO Nº 0929/2026, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a rescisão de contrato de trabalho de servidor temporário, conforme especifica e dá outras providências.

Raimundo Santana de Freitas, Prefeito do Município de Borba, Estado do Amazonas, no uso das atribuições legais, em especial a Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria.

DECRETA:

Art. 1° - Fica rescindido o contrato de trabalho do servidor **ADRIEL DA CRUZ CARDOSO,** CPF n° 023.XXX.XXX-52, matrícula n° 15957, da função de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, constante do Quadro de Pessoal em regime temporário.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **31 de julho de 2026.**

Art. 3° - Revogam-se as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Borba, 26 de agosto de 2026.

RAIMUNDO SANTANA DE FREITAS
Prefeito Municipal de Borba

Publicado por:
Jeniffer Moreira Gama
Código Identificador:A5F27702

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE CAAPIRANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
RESOLUÇÃO Nº 001/2026/CME, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

RESOLUÇÃO Nº 001/2026/CME, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Homologar a Adesão do REFERENCIAL CURRICULAR AMAZONENSE, da Educação Infantil e a PROPOSTA CURRICULAR PEDAGÓGICA do Ensino Fundamental do Estado do Amazonas.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAAPIRANGA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal n. 017, de 29 de OUTUBRO de 2013;

CONSIDERANDO que o Sistema Municipal de Educação do Município de Caapiranga, não dispõe de Proposta Curricular e Pedagógica da Educação Infantil e do Ensino Fundamental própria para atender a estrutura organizacional de suas escolas;
CONSIDERANDO a Resolução Nº 098/2019 - CEE/AM que Institui e orienta a Implementação do Referencial Curricular Amazonense, obrigatório nas Instituições de Ensino da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Estado do Amazonas.
CONSIDERANDO o Termo de Adesão do Município de Caapiranga para a elaboração do Referencial Curricular Amazense em Regime de Colaboração com o Estado do Amazonas;
CONSIDERANDO o Parecer Nº 001/2020 – CME/CAAPIRANGA, que aderiu a Proposta Curricular Pedagógica da Secretaria de Educação e Desporto Escolar (SEDUC), para ser operacionalizada pelo Sistema Municipal de Educação de Caapiranga, a partir do Ano Letivo de 2020;
CONSIDERANDO A Resolução CNE/CEB nº 1/2022, de 4 de outubro de 2022, que definiu normas sobre Computação na Educação Básica, em complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC); o Parecer CNE/CEB nº 2/2022, estabelece as normas para a inclusão da Computação na Educação Básica, complementando a BNCC; a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED) e a Resoluçao CIF n. 24, de 15 de junho de 2026, que estabelece metodologia para liberação do VAAR (Valor Aluno Ano por Resultado); estabelece como critério de elegibilidade, dentre outros, a adoção de Referencial Curricular alinhado à BNCC e a inclusão das normas de Computação na Educação Básica.
CONSIDERANDO a decisão aprovada na Sessão Plenária Ordinária de 21/08/2026 para a legalidade da abrangência da Proposta Curricular Pedagógica da SEDUC;
RESOLVE:
Art. 1º Homologar a Proposta Curricular Pedagógica – Ensino Fundamental da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (SEDUC) para ser operacionalizada pelo Sistema Municipal de Educação de Caapiranga, no Ano Letivo de 2026. O referido documento está fundamentado na Base Nacional Comum Curricular – BNCC e do Complemento da BNCC – Computação.

Art. 2º Determinar que a referida Proposta Curricular Pedagógica, sirva de base para a elaboração dos Planejamentos Escolares e Projetos Políticos-Pedagógicos – PPP das escolas Públicas e Privadas do Sistema Municipal de Educação Caapiranga.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua Publicação.

Caapiranga – AM, 24 de agosto de 2026.

VERA LUCIA FIGUEIREDO FARIAS
Presidente do Conselho Municipal de Educação
Decreto N. 048/2025/PMC-GAP

Publicado por:
Andrew Raphael Garces Moreno de Oliveira
Código Identificador:392F1ADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
RESOLUÇÃO Nº 002/2026/CME, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

RESOLUÇÃO Nº 002/2026/CME, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Aprova o Referencial Curricular Computação da Educação Infantil de Caapiranga, elaborado em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular –BNCC Computação, de forma transversal para as escolas integrantes do Sistema Municipal de Ensino.

.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAAPIRANGA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 2/2022, estabelece as normas sobre a Computação na Educação Básica como um complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na Lei nº 14.533/2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED), na Resolução CNE/CEB nº 01/ 2022, define normas sobre Computação na Educação Básica, em complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Resolução CIF n. 24, de 15 de junho de 2026 que estabelece metodologia para liberação do VAAR, como critério de elegibilidade, a adoção de Referencial Curricular alinhado à BNCC, bem como a inclusão das normas de Computação à Educação Básica.

RESOLVE

Art. 1º Fica aprovado, o Referencial Curricular Computação da Educação Infantil de Caapiranga, organizado em conformidade com o Complemento à Base Nacional Comum Curricular – BNCC de Computação.
Art. 2º O Referencial Curricular Computação da Educação Infantil de Caapiranga está construído em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Base Nacional Comum Curricular e demais legislações pertinentes.
Art. 3º Determinar que o Referencial Curricular Computação da Educação Infantil, seja utilizado nas escolas Públicas e Privadas do Sistema Municipal de Educação de Caapiranga de forma Transversal com foco predominante em atividades de Computação Desplugada, por meio de brincadeiras, jogos e atividades que despertem a curiosidade e a construção de conhecimentos digitais.
Art. 4º A implementação do Referencial Curricular Computação deverá respeitar as especificidades pedagógicas da Educação Infantil, observando:
I – Educação Infantil (Creche) - Na Educação Infantil, a educação digital deverá ser trabalhada desde a Creche (de zero a 3 anos), focando em vivências sensoriais e exploração do mundo físico.
II – Educação Infantil (Pré-Escola) A abordagem da Computação deverá ocorrer de forma transversal, lúdica e significativa, respeitando os direitos de aprendizagem de desenvolvimento e os cinco Campos de Experiência previstos na BNCC
A abordagem da Computação deverá ocorrer de forma transversal, lúdica e significativa, respeitando os direitos de aprendizagem de desenvolvimento e os cinco Campos de Experiência previstos na BNCC.
A introdução dos eixos: Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital,
deve acontecer de forma desplugada, por meio de brincadeiras, jogos, e situações de interação que valorizem a imaginação, a criatividade, o protagonismo infantil e a construção de vínculos afetivos.
O Referencial Curricular deve possibilitar o contato com a linguagem digital e com noções básicas de lógica e tecnologia, sem descontextualizar a essência da infância, nem substituir as experiências concretas.
Art. 5º O Sistema Municipal de Ensino de Caapiranga, por meio da Secretaria de Educação de Caapiranga – SEMEC, define a implantação da Computação na Educação Infantil, da seguinte forma:
I - provendo a formação continuada de professores e demais profissionais da educação, para a efetivação dos saberes necessários para o ensino da Computação na Educação Infantil;
II - deverá publicar o plano de Formação Continuada para a Educação Infantil, integrando os três eixos da BNCC Computação: Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital
Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação de Caapiranga – SEMEC
I - será responsável pela gestão do processo de implementação do Referencial Curricular com a implantação da BNCC - Computação, que compreende a mobilização de suas equipes e a articulação contínua com o Conselho Municipal de Educação – CME;
II - em articulação com o Conselho Municipal de Educação de Caapiranga, estabelecerá instrumentos de avaliação, disgnóstico e pesquisas estatísticas do letramento e da educação digital nas unidades do Sistema Municipal de Ensino, objetivando a mensuração quantitativa e qualitativa do processo de implementação da BNCC Computação;
III – protocolar, junto ao Conselho Municipal de Educação, até o dia 27 de janeiro de 2027, a Proposta Curricular Pedagógica - Educação Infantil, Ensino Fundamental e dos níveis e modalidades atendidos pelo Sistema Municipal de Ensino de Caapiranga;
IV - em articulação com o Conselho Municipal de Educação de Caapiranga, deverá promover orientações técnicas às unidades escolares para a efetiva implementação desta Resolução.
Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua Publicação.

Caapiranga – AM, 27 de agosto de 2026.

VERA LUCIA FIGUEIREDO FARIAS
Presidente do Conselho Municipal de Educação de Caapiranga
Decreto N.º 048/2025/PMC-GAP

Publicado por:
Andrew Raphael Garces Moreno de Oliveira
Código Identificador:9C3483C0

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE CARAUARI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 339/2026 – SEMAD, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Concede o pagamento de 1/3 (um terço) de férias, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARAUARI-AM, no uso dos direitos que lhe são atribuídos pôr Lei; e

Considerando a Escala de Férias das Secretarias;

RESOLVE:

1 – Conceder o pagamento de 1/3 (um terço) de férias aos servidores Municipais, referente ao período aquisitivo 2025/2026.

SEMAD
- José da Cruz Nascimento Pinheiro - Gari
-Reginaldo Celestino da Silva- Aux. Operacional
-Raimundo Marcelino do Nascimento - Gari

CONSELHO TUTELAR
- Francivon Lima de Aguiar- Conselheiro

DEFESA CIVIL
- Carlos Santos Martins Monteiro - Coordenador

SEMAS
- Julian Miguel de Almeida - Coordenador

SEMSA
- Ana Cláudia Barros de Sá - Téc. de Enfermagem
- Iraci da Silva Rufino - Auxiliar Operacional
- Adriana Vieira Pinto - Técnica de Enfermagem
- Ivoney Alves da Silva - Motorista

SEMED
- Manuel de Jesus F. Gregório - Aux. Operacional
- Ailton Viturino da Silva - Vigia
- Rauci Faustino de Paula - Aux. Serv. Gerais
- Maria Rilza Miguel Monteiro- Aux. Serv. Gerais

SEPROR
- Eulália do Nascimento Pereira - Assist. Téc. Adm
- Cosme Barbosa da Silva - Marinheiro

SEFIN
- Maria Elizabeth F. da Silva - Assist. Téc. Adm.

SEMOBUR
- Raimunda Inácio da Silva - Gari
- Maria Negrão de Azevedo - Gari

2 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

3 - Registre-se, publique-se, cientifique-se e cumpra-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE CARAUARI-AM, em 20 de agosto de 2026.

ANTONIO SOUZA FERREIRA
Sec. Mun. de Administração

ANDREA NEPONUCENO P. DE MELO
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Monik Santos da Silva
Código Identificador:D42FD68A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 340/2026 – SEMAD, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Concede gozo de férias, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARAUARI-AM, no uso dos direitos que lhe são atribuídos pôr Lei; e

Considerando a Escala de Férias das Secretarias;

RESOLVE

1 – Conceder o gozo de 30 (trinta) dias de férias, ao Servidor Municipal Efetivo, Sr. **ANTONIO MARCELINO DO NASCIMENTO**, Gari, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, referente ao período aquisitivo 2024/2025

2 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, com efeito retroativo a 03.08.2026.

3 - Registre-se, publique-se, cientifique-se e cumpra-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE CARAUARI-AM, em 20 de agosto de 2026.

ANTONIO SOUZA FERREIRA
Secretário Municipal de Administração

ANDREA NEPONUCENO P. MELO
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Monik Santos da Silva
Código Identificador:0B1C32FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 341/2026 – SEMAD, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Concede gozo de férias, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARAUARI-AM, no uso dos direitos que lhe são atribuídos pôr Lei; e

Considerando a Escala de Férias das Secretarias;

RESOLVE

1 – Conceder o gozo de 30 (trinta) dias de férias, ao Servidor Municipal Efetivo, Sr. **RAIMUNDO MARCELINO DO NASCIMENTO**, Gari, lotado na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo 2025/2026.

2 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, com data a partir de a 01.09.2026.

3 - Registre-se, publique-se, cientifique-se e cumpra-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE CARAUARI-AM, em 20 de agosto de 2026.

ANTONIO SOUZA FERREIRA
Secretário Municipal de Administração

ANDREA NEPONUCENO P. MELO
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Monik Santos da Silva
Código Identificador:84C5EFF3

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE CAREIRO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 012/2026 – CML/PMC

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA DE CAREIRO torna público que realizará o seguinte procedimento licitatório, com base na Lei Federal N° 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 007/2024:

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 012/2026 – CML/PMC

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de serviços de Pavimentação em Área Rural no Município de Careiro/AM (Ramal do 14, Ramal do Brasil e Ramal do Batata), conforme o Convênio TRANSFEREGOV.BR nº 965161/2024.

Data e Horário: 09/09/2026, às 09h:20min (Horário de Brasília).

O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados para consulta na íntegra no site: www.licitanet.com.br.

Careiro/AM, 26 de agosto de 2026.

SIDINEI DE SOUZA DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:8EF8AFC9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE DIVULGAÇÃO DA SELETIVA PARA RAINHA E RAINHA MIRIM DA AGROPEC 2026

EDITAL DOS CONCURSOS RAINHA DA AGROPEC 2026, AGROBOY 2026 E RAINHA DA AGROPEC MIRIM
A COMISSÃO ORGANIZADORA, designada pelo Chefe do Executivo Municipal no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas e suas disposições legais aplicáveis.

TORNA PÚBLICO A DIVULGAÇÃO DA SELETIVA PARA RAINHA E RAINHA MIRIM DA AGROPEC 2026, NOS SEGUINTES TERMOS:

Art. 1º Ficamconfirmadas a Seletiva para Rainha e Rainha Mirim da Agropec 2026:

RAINHA DA AGROPEC 2026

VITÓRIA DOS SANTOS FERREIRA - CLASSIFICADA
ELENA FERREIRA GUIMARAES - CLASSIFICADA
MARIA EDUARDA PINHO DE SOUZA - CLASSIFICADA
NICOLE BEATRIZ CARDENES DOS SANTOS - CLASSIFICADA
ELIZANE CAVALCANTE DE QUEIROZ - CLASSIFICADA
BRUNA MARIA DIAS DOS REIS - CLASSIFICADA
LARISSA DA SILVA SANTOS - CLASSIFICADA
TAIS RODRIGUES DE SOUZA - CLASSIFICADA
LUANA GABRIELLE QUEIROZ BELTRÃO - CLASSIFICADA
RAILANE OLIVEIRA DOS SANTOS - CLASSIFICADA

RAINHA DA AGROPEC MIRIM
DANIELLY MOREIRA CORDEIRO - CLASSIFICADA
LUISA HELENA OLIVEIRA SOARES - CLASSIFICADA
ISABELLY SILVA AZEVEDO - CLASSIFICADA
MIKAELLY DE PAULA MONTEIRO - CLASSIFICADA
PEROLA DOS SANTOS FERREIRA - CLASSIFICADA
LAURA HEWELY SILVA DOS SANTOS - CLASSIFICADA
JENNIFFER DALILLA GOMES DE ARAÚJO - CLASSIFICADA
MARIA EDUARDA MAGALHÃES DE CASTRO - CLASSIFICADA
ALICE SANTOS DA SILVA - CLASSIFICADA
MARIELLY FIALHO ABREU - CLASSIFICADA

Art. 2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

PHILLIPE GABRIEL BRANDAO
Presidente da Comissão Organizadora
XV AGROPEC

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:3DA06F2D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 17 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 17/2026, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a composição da Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social - CPFAS do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Careiro.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DO MUNICÍPIO DE CAREIRO/AM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, e pela Lei Municipal que institui o Conselho Municipal de Assistência Social,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);
CONSIDERANDO o Regimento Interno do CMAS, especialmente o art. 35, que dispõe sobre a Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social – CPFAS;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer o acompanhamento, o controle social e a fiscalização da gestão financeira da Política de Assistência Social;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), especialmente as alterações promovidas pela Lei Federal nº 12.435/2011, que institui o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, definindo sua organização, gestão e financiamento;
CONSIDERANDO o Regimento Interno do CMAS, especialmente o art. 35, que dispõe sobre a Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social – CPFAS;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMAS, realizada em 23 de julho de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º Instituir a Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.
Art. 2º A Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social terá caráter permanente e será composta de forma paritária por representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 3º Ficam designados para compor a Comissão os seguintes conselheiros:
· Representantes Governamentais;
Suplente: Jocelino dos Santos Moura.
· Representantes da Sociedade Civil;
Titular: Eder Jouber Trindade dos Santos.
Art. 4º Compete à Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social:
I – Analisar previamente as prestações de contas dos recursos destinados à Assistência Social;
II – Examinar documentos financeiros, orçamentários e contábeis relacionados ao Fundo Municipal de Assistência Social;

III – emitir pareceres técnicos para subsidiar as deliberações do Plenário do CMAS;
IV – Acompanhar a execução orçamentária e financeira dos recursos destinados à Política Municipal de Assistência Social;
V – Acompanhar a elaboração, execução e avaliação da proposta orçamentária da Assistência Social;
VI – Exercer outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pelo Plenário ou pelo Regimento Interno.

Art. 5 A Comissão reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação de seu coordenador ou por solicitação do Presidente do CMAS, lavrando-se ata de suas reuniões.
Art. 6º Os pareceres emitidos pela Comissão terão caráter técnico e consultivo, devendo ser submetidos à apreciação e deliberação do Plenário do Conselho.
Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Careiro AM, 24 de agosto de 2026

TOMÉ BRASILINO DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:016FA8B7

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 059/2021

QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 059/2021, celebrado em 20 de julho de 2021. **PARTES:** Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea/AM, CNPJ nº 23.006.331/0001-34, e PR Serviços de Reformas Prediais Ltda., CNPJ nº 18.928.942/0001-08. **OBJETO:** Prorrogação excepcional do prazo de vigência por 12 (doze) meses; reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, no valor de R$ 58.952,28, correspondente ao percentual de 3,161370% do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV), apurado no período de julho/2025 a junho/2026; e acréscimo quantitativo do serviço de coleta manual de materiais diversos (lixo doméstico), no valor de R$ 115.233,39 correspondente a 7,27% do valor global originário do contrato, passando o valor global do contrato de R$ 1.864.770,48 para R$ 2.038.956,15. **SUPORTE LEGAL:** Arts. 57, § 4º, e 65, incisos I, alínea "b", e II, alínea "d", e § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

Careiro da Várzea/AM, 17 de julho de 2026.

PEDRO DUARTE GUEDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Matos Amora
Código Identificador:2CAC3F3F

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE COARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Coari, através da Comissão de Contratação, torna público para conhecimentos dos interessados que:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 66/2026 - CCC
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 3206/2026- SEMSA

OBJETO: Registro de Preço para eventual aquisição de insumos farmacêuticos medicamentos básicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no Município de Coari-AM, está **SUSPENSO**, para readequação da estimativa orçamentária de custos, em atenção às orientações e apontamentos formulados pela Unidade de Auditoria Especializada em Contratações Públicas do Tribunal de Contas da União (TCU) no âmbito do Processo TC 011.359/2026-9.
A suspensão faz-se necessária para revisão da pesquisa mercadológica e dos preços unitários estimados para os itens apontados com indício de sobrepreço frente aos referenciais de mercado, garantindo a conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Coari/Am, 26 de agosto de 2026.

JOSÉ IVAN MARINHO DA SILVA
Presidente da Comissão de Contratação de Coari

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:97B3A4E6

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
DECRETO MUNICIPAL DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

Concede ao servidor público municipal que especifica a Licença para Tratar de Interesses Particulares (LIP).

A PREFEITA MUNICIPAL DE COARI em Exercício, no exercício da competência que lhe confere o Art. 78, inciso IV e Art. 107, ambos da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo servidor ADRIANO CORDOVIL SALVADOR, protocolado sob o nº 1.336/2026, por meio do qual solicita a concessão de Licença para Tratar de Interesse Particular (LIP);
CONSIDERANDO, por fim, que a concessão da licença, ato de natureza discricionária, a critério da Administração, atende ao interesse público, por não representar ônus financeiro ao erário e por não comprometer o funcionamento dos serviços essenciais da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor ADRIANO CORDOVIL SALVADOR, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIIVO, matrícula nº 1764, **Licença para Tratar de Interesse Particular (LIP)**, com afastamento integral e sem remuneração, pelo período de 730 (setecentos e trinta) dias, com início em 01 de agosto de 2026 e término em 30 de julho de 2028, nos termos do Art. 127 da Lei Municipal nº 404/2003.
Parágrafo único. A licença ora concedida poderá ser interrompida ou revogada, a qualquer tempo, por interesse da Administração, mediante comunicação formal a servidora, nos termos do Art. 127 da Lei Municipal nº 404/2003.
Art. 2º A presente licença é concedida sem qualquer ônus para o Município de Coari, devendo a servidora observar as vedações e obrigações previstas na Lei Municipal nº 404/2003 durante o período de afastamento.
Art. 3º Determinar à Secretaria Municipal de Administração que:
I - Proceda às devidas anotações nos assentamentos funcionais da servidora e à imediata suspensão de sua remuneração a partir da data de início da licença, para todos os fins legais;
II – Encaminhe cópia deste Decreto e do Processo Administrativo nº 438/2026 à Controladoria-Geral para registro e controle interno.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE E ANOTE-SE.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COARI, Estado do Amazonas, em 25 de agosto de 2026.

JEANY DE PAULA AMARAL PINHEIRO
Prefeita Municipal de Coari em Exercício

Ciente em: ____/_____/____

_____

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:1AD5E796

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
DECRETO MUNICIPAL DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

Concede ao servidor público municipal que especifica a Licença para Tratar de Interesses Particulares (LIP).

A PREFEITA MUNICIPAL DE COARI em Exercício, no exercício da competência que lhe confere o Art. 78, inciso IV e Art. 107, ambos da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela servidora JOZINEIDE LARANJEIRA RITA FREITAS, protocolado sob o nº 1.564/2026, por meio do qual solicita a concessão de Licença para Tratar de Interesse Particular (LIP);
CONSIDERANDO, por fim, que a concessão da licença, ato de natureza discricionária, a critério da Administração, atende ao interesse público, por não representar ônus financeiro ao erário e por não comprometer o funcionamento dos serviços essenciais da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora JOZINEIDE LARANJEIRA RITA FREITAS, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIIVO, matrícula nº 991, **Licença para Tratar de Interesse Particular (LIP)**, com afastamento integral e sem remuneração, pelo período de 730 (setecentos e trinta) dias, com início em 17 de agosto de 2026 e término em 15 de agosto de 2028, nos termos do Art. 127 da Lei Municipal nº 404/2003.
Parágrafo único. A licença ora concedida poderá ser interrompida ou revogada, a qualquer tempo, por interesse da Administração, mediante comunicação formal a servidora, nos termos do Art. 127 da Lei Municipal nº 404/2003.
Art. 2º A presente licença é concedida sem qualquer ônus para o Município de Coari, devendo a servidora observar as vedações e obrigações previstas na Lei Municipal nº 404/2003 durante o período de afastamento.
Art. 3º Determinar à Secretaria Municipal de Administração que:
I - Proceda às devidas anotações nos assentamentos funcionais da servidora e à imediata suspensão de sua remuneração a partir da data de início da licença, para todos os fins legais;
II – Encaminhe cópia deste Decreto e do Processo Administrativo nº 439/2026 à Controladoria-Geral para registro e controle interno.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE E ANOTE-SE.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COARI, Estado do Amazonas, em 25 de agosto de 2026.

JEANY DE PAULA AMARAL PINHEIRO
Prefeita Municipal de Coari em Exercício

Ciente em: ____/_____/____

_____

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:3081EA7E

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
DECRETO MUNICIPAL DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença-prêmio por assiduidade ao(à) servidor(a) municipal que especifica.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COARI EM EXERCÍCIO, no exercício da competência que lhe confere o Art. 78, inciso IV e Art. 107, ambos da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 129 da Lei Municipal nº 404/2003 – Estatuto do Servidor Municipal, alterado pela Lei Municipal nº 655 de 12 de agosto de 2015;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 423/2026;
CONSIDERANDO o direito à licença-prêmio por assiduidade, assegurado aos servidores públicos municipais efetivos pelo Art. 129 da Lei Municipal nº 404, de 28 de maio de 2003 (Estatuto do Servidor Público do Município de Coari);
CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo servidor ANDRÉ LUIZ FARIAS DE OLIVEIRA, protocolado e autuado sob o Processo Administrativo nº 423/2026;
CONSIDERANDO a análise realizada pela Secretaria Municipal de Administração, que, por meio de parecer técnico nos autos do referido processo, atestou o cumprimento de todos os requisitos legais pelo servidor para a aquisição do direito, notadamente o quinquênio de efetivo e ininterrupto exercício no serviço público municipal, referente ao período aquisitivo de 2007/2012 e 2012/2017.
CONSIDERANDO, por fim, a inexistência de qualquer penalidade administrativa ou afastamento que obste a concessão do benefício, nos termos da legislação aplicável,
RESOLVE
Art. 1º Fica concedido ao servidor ANDRÉ LUIZ FARIAS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de PROCURADOR MUNICIPAL, matrícula nº 28082, 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, sem prejuízo de sua remuneração, para fruição no período de 1 de setembro de 2026 a 27 de fevereiro de 2027, por este ato e nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O gozo da licença-prêmio ora concedida deverá ser registrado no **Sistema de Controle Funcional** da Secretaria Municipal de Administração, de forma a assegurar o acompanhamento da fruição e dos reflexos remuneratórios correspondentes.
Art. 2º A Secretaria Municipal de Administração deverá adotar as seguintes providências:
I - Realizar os devidos registros e anotações nos assentamentos funcionais do servidor;
II - Efetivar controle de frequência e folha de pagamento;
III - Dar ciência formal ao servidor e à sua chefia imediata na Procuradoria Geral do Município;
IV – Encaminhar cópia deste Decreto, bem como do Processo Administrativo, à **Controladoria-Geral do Município**, para registro e controle interno e arquivamento.
Art. 3º . Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE E ANOTE-SE.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COARI, Estado do Amazonas, em 25 de agosto de 2026.

JEANY DE PAULA AMARAL PINHEIRO
Prefeita Municipal de Coari em Exercício

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:BC5A37A7

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
DECRETO MUNICIPAL DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença-prêmio por assiduidade ao(à) servidor(a) municipal que especifica.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COARI EM EXERCÍCIO, no exercício da competência que lhe confere o Art. 78, inciso IV e Art. 107, ambos da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 129 da Lei Municipal nº 404/2003 – Estatuto do Servidor Municipal, alterado pela Lei Municipal nº 655 de 12 de agosto de 2015;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 367/2026;
CONSIDERANDO o direito à licença-prêmio por assiduidade, assegurado aos servidores públicos municipais efetivos pelo Art. 129 da Lei Municipal nº 404, de 28 de maio de 2003 (Estatuto do Servidor Público do Município de Coari);

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela servidora MARIA APARECIDA VILHENA MORAES, protocolado e autuado sob o Processo Administrativo nº 367/2026;
CONSIDERANDO a análise realizada pela Secretaria Municipal de Administração, que, por meio de parecer técnico nos autos do referido processo, atestou o cumprimento de todos os requisitos legais pelo servidor para a aquisição do direito, notadamente o quinquênio de efetivo e ininterrupto exercício no serviço público municipal, referente ao período aquisitivo de 2017/2022.
CONSIDERANDO, por fim, a inexistência de qualquer penalidade administrativa ou afastamento que obste a concessão do benefício, nos termos da legislação aplicável,
RESOLVE
Art. 1º Fica concedido à servidora MARIA APARECIDA VILHENA MORAES, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matrícula nº 602, 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, sem prejuízo de sua remuneração, para fruição no período de 24 de agosto de 2026 a 21 de novembro de 2026, por este ato e nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O gozo da licença-prêmio ora concedida deverá ser registrado no **Sistema de Controle Funcional** da Secretaria Municipal de Administração, de forma a assegurar o acompanhamento da fruição e dos reflexos remuneratórios correspondentes.
Art. 2º A Secretaria Municipal de Administração deverá adotar as seguintes providências:
I - Realizar os devidos registros e anotações nos assentamentos funcionais do servidor;
II - Efetivar controle de frequência e folha de pagamento;
III - Dar ciência formal ao servidor e à sua chefia imediata na Secretaria Municipal de Esporte;
IV – Encaminhar cópia deste Decreto, bem como do Processo Administrativo, à **Controladoria-Geral do Município**, para registro e controle interno e arquivamento.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE E ANOTE-SE.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COARI, Estado do Amazonas, em 26 de agosto de 2026.

JEANY DE PAULA AMARAL PINHEIRO
Prefeita Municipal de Coari em Exercício

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:92E58AD8

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
DECRETO MUNICIPAL DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Concede ao servidor público municipal que especifica a Licença para Tratar de Interesses Particulares (LIP).

A PREFEITA MUNICIPAL DE COARI em Exercício, no exercício da competência que lhe confere o Art. 78, inciso IV e Art. 107, ambos da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela servidora GLEUCIANE XAVIER DE AZEVEDO MONTEIRO, protocolado sob o nº 1.347/2026, por meio do qual solicita a concessão de Licença para Tratar de Interesse Particular (LIP);
CONSIDERANDO, por fim, que a concessão da licença, ato de natureza discricionária, a critério da Administração, atende ao interesse público, por não representar ônus financeiro ao erário e por não comprometer o funcionamento dos serviços essenciais da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora GLEUCIANE XAVIER DE AZEVEDO MONTEIRO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL DE SAÚDE, matrícula nº 500, **Licença para Tratar de Interesse Particular (LIP)**, com afastamento integral e sem remuneração, pelo período de 1.460 (mil, quatrocentos e sessenta) dias, com início em 1 de agosto de 2026 e término em 30 de julho de 2030, nos termos do Art. 127 da Lei Municipal nº 404/2003.
Parágrafo único. A licença ora concedida poderá ser interrompida ou revogada, a qualquer tempo, por interesse da Administração, mediante comunicação formal a servidora, nos termos do Art. 127 da Lei Municipal nº 404/2003.
Art. 2º A presente licença é concedida sem qualquer ônus para o Município de Coari, devendo a servidora observar as vedações e obrigações previstas na Lei Municipal nº 404/2003 durante o período de afastamento.
Art. 3º Determinar à Secretaria Municipal de Administração que:
I - Proceda às devidas anotações nos assentamentos funcionais da servidora e à imediata suspensão de sua remuneração a partir da data de início da licença, para todos os fins legais;
II – Encaminhe cópia deste Decreto e do Processo Administrativo nº 440/2026 à Controladoria-Geral para registro e controle interno.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE E ANOTE-SE.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COARI, Estado do Amazonas, em 26 de agosto de 2026.

JEANY DE PAULA AMARAL PINHEIRO
Prefeita Municipal de Coari em Exercício

Ciente em: ____/_____/____
_____

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:95EE4BDB

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
DECRETO MUNICIPAL DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença-prêmio por assiduidade ao(à) servidor(a) municipal que especifica.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COARI EM EXERCÍCIO, no exercício da competência que lhe confere o Art. 78, inciso IV e Art. 107, ambos da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 129 da Lei Municipal nº 404/2003 – Estatuto do Servidor Municipal, alterado pela Lei Municipal nº 655 de 12 de agosto de 2015;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 471/2025;
CONSIDERANDO o direito à licença-prêmio por assiduidade, assegurado aos servidores públicos municipais efetivos pelo Art. 129 da Lei Municipal nº 404, de 28 de maio de 2003 (Estatuto do Servidor Público do Município de Coari);
CONSIDERANDO o requerimento formulado pela servidora EUCILENE MORAES DE AMORIM, protocolado e autuado sob o Processo Administrativo nº 471/2025;
CONSIDERANDO a análise realizada pela Secretaria Municipal de Administração, que, por meio de parecer técnico nos autos do referido processo, atestou o cumprimento de todos os requisitos legais pelo servidor para a aquisição do direito, notadamente o quinquênio de efetivo e ininterrupto exercício no serviço público municipal, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.
CONSIDERANDO, por fim, a inexistência de qualquer penalidade administrativa ou afastamento que obste a concessão do benefício, nos termos da legislação aplicável,
RESOLVE
Art. 1º Fica concedido à servidora EUCILENE MORAES DE AMORIM, ocupante do cargo efetivo de AGENTE EDUCACIONAL A-3, NÍVEL 1, matrícula nº 1745, 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, sem prejuízo de sua remuneração, para fruição no período de 11 de agosto de 2026 a 8 de novembro de 2026, por este ato e nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O gozo da licença-prêmio ora concedida deverá ser registrado no **Sistema de Controle Funcional** da Secretaria Municipal de Administração, de forma a assegurar o

acompanhamento da fruição e dos reflexos remuneratórios correspondentes.
Art. 2º A Secretaria Municipal de Administração deverá adotar as seguintes providências:
I - Realizar os devidos registros e anotações nos assentamentos funcionais do servidor;
II - Efetivar controle de frequência e folha de pagamento;
III - Dar ciência formal ao servidor e à sua chefia imediata na Secretaria Municipal de Educação;
IV – Encaminhar cópia deste Decreto, bem como do Processo Administrativo, à **Controladoria-Geral do Município**, para registro e controle interno e arquivamento.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE E ANOTE-SE.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COARI, Estado do Amazonas, em 26 de agosto de 2026.

JEANY DE PAULA AMARAL PINHEIRO
Prefeita Municipal de Coari em Exercício

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:5B228C48

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
DECRETO MUNICIPAL DE 26 DE AGOSTO DE 2026.DECRETO MUNICIPAL DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença-prêmio por assiduidade ao(à) servidor(a) municipal que especifica.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COARI EM EXERCÍCIO, no exercício da competência que lhe confere o Art. 78, inciso IV e Art. 107, ambos da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 129 da Lei Municipal nº 404/2003 – Estatuto do Servidor Municipal, alterado pela Lei Municipal nº 655 de 12 de agosto de 2015;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 364/2026;
CONSIDERANDO o direito à licença-prêmio por assiduidade, assegurado aos servidores públicos municipais efetivos pelo Art. 129 da Lei Municipal nº 404, de 28 de maio de 2003 (Estatuto do Servidor Público do Município de Coari);
CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo servidor ERONALDO JOSÉ ALENCAR DA SILVA, protocolado e autuado sob o Processo Administrativo nº 364/2026;
CONSIDERANDO a análise realizada pela Secretaria Municipal de Administração, que, por meio de parecer técnico nos autos do referido processo, atestou o cumprimento de todos os requisitos legais pelo servidor para a aquisição do direito, notadamente o quinquênio de efetivo e ininterrupto exercício no serviço público municipal, referente ao período aquisitivo de 2017/2022.
CONSIDERANDO, por fim, a inexistência de qualquer penalidade administrativa ou afastamento que obste a concessão do benefício, nos termos da legislação aplicável,
RESOLVE
Art. 1º Fica concedido ao servidor ERONALDO JOSÉ ALENCAR DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matrícula nº 1745, 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, sem prejuízo de sua remuneração, para fruição no período de 24 de agosto de 2026 a 21 de novembro de 2026, por este ato e nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O gozo da licença-prêmio ora concedida deverá ser registrado no **Sistema de Controle Funcional** da Secretaria Municipal de Administração, de forma a assegurar o acompanhamento da fruição e dos reflexos remuneratórios correspondentes.
Art. 2º A Secretaria Municipal de Administração deverá adotar as seguintes providências:
I - Realizar os devidos registros e anotações nos assentamentos funcionais do servidor;
II - Efetivar controle de frequência e folha de pagamento;
III - Dar ciência formal ao servidor e à sua chefia imediata na Secretaria Municipal de Esporte;
IV – Encaminhar cópia deste Decreto, bem como do Processo Administrativo, à **Controladoria-Geral do Município**, para registro e controle interno e arquivamento.
Art. 3º . Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE E ANOTE-SE.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COARI, Estado do Amazonas, em 26 de agosto de 2026.

JEANY DE PAULA AMARAL PINHEIRO
Prefeita Municipal de Coari em Exercício

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:09779153

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
DECRETO MUNICIPAL Nº 1270, DE 8 DE JUNHO DE 2026.

Dispõe sobre a dispensa coletiva de servidores públicos das Funções Gratificadas de Gestor Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Coari/AM, em virtude do término do prazo legal de validade das designações decorrentes do Edital nº 001/2023-SEMED/Coari, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COARI em Exercício, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Coari, e
CONSIDERANDO o princípio constitucional da gestão democrática do ensino público, preconizado no art. 206, inciso VI da Constituição Federal de 1988 e no art. 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996);
CONSIDERANDO os ditames da Lei Delegada nº 17, de 14 de setembro de 2022, que institui e normatiza a Gestão Democrática do Ensino Público Municipal de Coari, estabelecendo critérios técnicos, de mérito e de desempenho para a função de Gestor Escolar;
CONSIDERANDO expressamente o disposto no caput do art. 29 da citada Lei Delegada nº 17/2022, que fixa o prazo limite de permanência de 02 (dois) anos para o exercício da referida função gratificada de Gestor Escolar;
CONSIDERANDO que as designações e posses operadas em 5 de fevereiro de 2024 vincularam-se estritamente ao cronograma do Processo Seletivo de Qualificação de Gestor Escolar – Edital nº 001/2023-SEMED/Coari, cujo lapso temporal de validade bienal encontra-se integralmente exaurido;
CONSIDERANDO a obrigação contínua da Administração Pública em zelar pela estrita legalidade, impessoalidade e eficiência dos atos administrativos, assegurando a devida transição institucional no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (SEMED),
DECRETA:
Art. 1º Ficam oficialmente DISPENSADOS, em caráter coletivo, todos os servidores públicos ocupantes das Funções Gratificadas de Gestor Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Coari/AM, nominados e identificados no Anexo Único deste Decreto, em virtude do exaurimento do prazo de permanência de 02 (dois) anos estabelecido pelo caput do art. 29 da Lei Delegada nº 17, de 14 de setembro de 2022.
Art. 2º Em decorrência do término do período de designação fixado pela legislação de regência, os servidores ora dispensados deverão proceder à regular transição administrativa perante a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), providenciando a entrega dos relatórios, do balanço de acervo documental e do inventário patrimonial da respectiva unidade de ensino no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data de publicação deste Decreto.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas, revogando-se todas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE E ANOTE-SE.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COARI, Estado do Amazonas, em 8 de junho de 2026.

JEANY DE PAULA AMARAL PINHEIIRO
Prefeita Municipal de Coari em Exercício

ANEXO ÚNICO
DECRETO MUNICIPAL Nº 1270, DE 8 DE JUNHO DE 2026.
RELAÇÃO NOMINAL DE GESTORES ESCOLARES DISPENSADOS POR TÉRMINO DE VIGÊNCIA (EDITAL Nº 001/2023)

ORD.	NOME COMPLETO DO SERVIDOR
01	MARY OLIVEIRA NAZARÉ
02	ELAINE DE LIMA VASQUEZ
03	WALDENILSON CARVALHO DOS SANTOS
04	SONIA ALVES PENS
05	FRANCIELBA LIMA DE AGUIAR BATISTA
06	AUGUSTO SANTIAGO LIMA NETO
07	ELIJANE RAMOS MACIEL
08	AMAURY ALEXANDRE DA SILVA
09	MARIA MARGARIDA DA SILVA CARDOSO
10	FRANCISCA NAIR DE SOUZA VERGANHO
11	MARIA DAS GRAÇAS LOPES FEITOSA

JEANY DE PAULA AMARAL PINHEIRO
Prefeita Municipal de Coari em Exercício

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:2BD1B216

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
DECRETO MUNICIPAL Nº 1288, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COARI, ESTADO AMAZONAS.

A Prefeita Municipal de Coari em Exercício, Estado do Amazonas a Senhora JEANY DE PAULA AMARAL PINHEIRO, usando das atribuições legais e em conformidade com a Legislação em Vigor.

CONSIDERANDO, previsto da Lei Municipal Nº. 533, de 22 de maio de 2009, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Nomear os Cidadãos abaixo relacionados, a contar de 24/08/2026, para composição do Conselho Municipal de Saúde, em Coari, para o biênio 2026 /2028.

O Conselho será composto por 12 membros, acompanhados de seus respectivos suplentes.
REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA
Titular: Paulo Andrey da Silva Araújo
Suplente: Cibely Machado Holanda

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
Titular: Ráyra Arruda de Lima
Suplente: Girlane Maria Vieira de Souza

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEMAS
Titular: Elijane Ferreira Lima
Suplente: Kelly Nogueira Carvalho

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA
Titular: Yorlan de Lira Machado Junir
Suplente: Rosimary Lima da Silva

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DE SAÚDE DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Titular: Elen Steffane Oliveira Correa
Suplente: Jonathas de Souza Rodrigues

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DE SAÚDE DO HOSPITAL REGIONAL DE COARI – HRC
Titular: Ingredy Dandara Ferreira dos Santos
Suplente: Carlos Henrique Brasil Moura

REPRESENTANTES DE ENTIDADES E USUÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE COARI
Titular: Maria José Fogassa Aparício
Suplente: Maria de Jesus dos Santos Garcia

REPRESENTANTES DE ENTIDADES E USUÁRIOS ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE COARI - APAC
Titular: Railey Cordeiro da Silva Souza
Suplente: José Setemberg Ferreira Rabelo

REPRESENTANTES DE ENTIDADES E USUÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES EMPREENDEDORAS DE COARI - AMEC
Titular: Saira Alves Pens
Suplente: Shirley de Oliveira Lima

REPRESENTANTES DE ENTIDADES E USUÁRIOS DA SAÚDE INDÍGENA
Titular: Rosivan Batista dos Santos
Suplente: Ulda de Azevedo Sampaio dos Santos

REPRESENTANTES DE ENTIDADES E USUÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
Titular: Iago Orleans Pinheiro Monteiro
Suplente: Daiana Brenda Cavalcante Alves

REPRESENTANTES DE ENTIDADES E USUÁRIOS DE ORDEM DOS MINISTROS EVANGÉLICOS DE COARI
Titular: Renato Dácio Gonçalves
Suplente: Renier Tananta dos Santos

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE E ANOTE-SE.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COARI, Estado do Amazonas, em 25 de agosto de 2026.

JEANY DE PAULA AMARAL PINHEIRO
Prefeita Municipal de Coari em Exercício

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:E3871D86

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
ERRATA DO DECRETO MUNICIPAL DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

O DECRETO MUNICIPAL DE 07 DE AGOSTO DE 2026, Licença Prêmio, FRANCISCO UCELINO VILHENA DA COSTA, publicado na edição nº 4168, de 11 de agosto de 2026, no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Amazonas, tem pela presente, por lapso de digitação, a seguinte correção:

Onde se lê:
período aquisitivo de 2017/2012;
Leia-se:
período aquisitivo de 2017/2022.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE E ANOTE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COARI, em 24 (vinte e quatro) de agosto de 2026.

FABIOLA DE FREITAS REBELO
Prefeita Municipal de Coari em Exercício

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:6A42ADC2

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE CODAJÁS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 053/2026 – CPL/PMC

ESPECIE: Termo de Contrato nº 053/2026, oriundo da adesão à ata de registro de preços nº. 040/2025, oriunda do pregão eletrônico nº 050/2025 – SRP.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS e SERMECI SERVICOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 41.125.801/0001-60.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES PARA REALIZAÇÃO DE MUTIRÕES DE CIRURGIAS ELETIVAS GERAIS, GINECOLÓGICAS, OFTALMOLÓGICAS E EXAMES ESPECIALIZADOS EM ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.

VALOR GLOBAL: R$ 302.190,00 (trezentos e dois mil, cento e noventa reais), de acordo com Termo de Contrato nº 053/2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta da:
Unidade: 03 0302 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto: 10 302 0052 2080 0000 Gestão da Atenção de Média e Alta Complexidade
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos: 1.600 Transf.Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços

VIGÊNCIA: Prazo de Vigência será de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do Termo de Contrato.

Codajás - AM, 25 de agosto de 2026.

ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Codajás

O presente documento foi publicado no Quadro oficial de publicações da Prefeitura Municipal de Codajás, conforme Lei Orgânica Vigente.

Publicado por:
Maycofran Fragoso da Costa
Código Identificador:A26D0851

GABINETE DO PREFEITO
PE 031/2026 - EXTRATO DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CODAJÁS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 14.133/2021, art. 28, inciso I;

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo referente à licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 031/2026, com as seguintes características:

Fundamentação legal: Lei nº 14.133/2021**.**

Característica: Sistema de Registro de Preços (SRP)

Critério de julgamento: Menor preço por item

Modo de disputa: Aberto

Compra emergencial: Não

Objeto da contratação: Formação de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições prontas e na prestação de serviços de buffet, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Codajás, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Entrega das propostas: De 10/08/2026 às 08h00 até 25/08/2026 às 09h30

Abertura da sessão pública: 25/08/2026 às 09h30 (horário de Brasília)

CONSIDERANDO que no referido processo foram respeitados todos os prazos e exigências legais;

CONSIDERANDO o parecer favorável e conclusivo exarado pela Controladoria Interna;

RESOLVE:

I – ADJUDICAR o objeto da presente licitação à empresa:
- LUIZ GOMES DA COSTA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.299.969/0001-88, vencedora dos itens 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 pelo valor total de R$ 774.550,00 (Setecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta reais);

Conforme decisão proferida pelo Agente de Contratação, nos termos do julgamento constante dos autos, pelo período de 12 (doze) meses, nos moldes da Ata de Registro de Preços e planilhas integrantes do Processo Administrativo.

II – HOMOLOGAR o presente certame, com fundamento no art. 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, conferindo eficácia à adjudicação do objeto à luz da legalidade e regularidade constatadas.

III – PUBLIQUE-SE o presente despacho na forma da Lei, para fins de eficácia.

Codajás-AM, 26 de junho de 2026.

ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maycofran Fragoso da Costa
Código Identificador:7AABF9C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PE 035, 036-26 - AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Codajás, através da Comissão de Contratação, torna público para conhecimentos dos interessados que realizará a licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 035/2026 - OBJETO: Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais esportivos, recreativos e correlatos, destinados a atender às necessidades das diversas Secretarias e unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Codajás/AM, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 036/2026 - OBJETO: Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de copa e cozinha, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Codajás/AM, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

- Início de Acolhimento das Propostas e Documentos de Habilitação: 27/08/2026 às 08h00min;
- Limite de Acolhimento das Propostas e Documentos de Habilitação: 11/09/2026 às 09h30min;
- Abertura da Sessão: 11/09/2026 às 09h30min;
-Data do Pregão/Disputa de Preços: 11/09/2026 às 09h30min;
- Será sempre considerado o horário de Brasília-DF
- Local: www.licitanet.br

O Edital completo pode ser consultado no endereço eletrônico www.licitanet.br.

Codajás/Am, 25 de agosto de 2026.

MAURICIO SAMPAIO FARIAS
Agente de Contratação

Publicado por:
Jeimeson Caldas Lira
Código Identificador:8D91BF49

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PE 037-26 - AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Codajás, através da Comissão de Contratação, torna público para conhecimentos dos interessados que realizará a licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 037/2026 - OBJETO: Formação de Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Produtos Para Saúde (PPS) e Materiais Médico-Hospitalares, destinados a atender as necessidades e demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Codajás, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

- Início de Acolhimento das Propostas e Documentos de Habilitação: 27/08/2026 às 08h00min;
- Limite de Acolhimento das Propostas e Documentos de Habilitação: 14/09/2026 às 09h30min;
- Abertura da Sessão: 14/09/2026 às 09h30min;
-Data do Pregão/Disputa de Preços: 14/09/2026 às 09h30min;
- Será sempre considerado o horário de Brasília-DF
- Local: www.licitanet.br

O Edital completo pode ser consultado no endereço eletrônico www.licitanet.br.

Codajás/Am, 25 de agosto de 2026.

MAURICIO SAMPAIO FARIAS
Agente de Contratação

Publicado por:
Jeimeson Caldas Lira
Código Identificador:2F486CBB

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE EIRUNEPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE EIRUNEPÉ
01º RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
01º RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE nº 012/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE EIRUNEPÉ/AM, através do Setor de Compras Públicas, instituída a partir da **Portaria Nº 412/2025**, Torna Público o Resultado da **INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026**, objetivando o Credenciamento de Pessoa Jurídica para **AQUISIÇÃO EVENTUAL DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EIRUNEPÉ**, conforme as especificações e condições constantes no Edital, contemplando os critérios técnicos específicos, os pré-requisitos e os valores referenciais dinâmicos para a realização do mesmo. Os agentes de contratação e membros da comissão resolvem PUBLICAR o resultado da análise dos documentos de habilitação da inexigibilidade, restabelecendo os prazos para recurso.
RELAÇÃO DE INTERESSADOS COM SITUAÇÃO DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO:

CANDIDATO (A)	DESCRIÇÃO DOS ITENS DO TR DO	CPF / CNPJ	SITUAÇÃO
	EDITAL		
M V COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	01, 02, 03, 04 e 05	39.961.618/0001-53	DEFERIDO
JOÃO BATISTA SOARES BEZERRA	01, 02, 03, 04 e 05	05.821.078/0001-90	DEFERIDO
J. G. S. MONTEIRO LTDA	01, 02, 03, 04 e 05	46.438.538/0001-83	DEFERIDO
PEDRO RODRIGUES DANIEL	01, 02, 03, 04 e 05	09.377.536/0001-03	DEFERIDO

O interessado que teve seu Credenciamento DEFERIDO deverá apresentar-se na sala do Setor de Compras Públicas desta Prefeitura para assinatura do termo de credenciamento, no horário das 08:00 às 13:00 horas.

Eirunepé-AM, 26 de agosto de 2026.

FELIPE VIEIRA DAS NEVES
Agente de Contratação
Portaria Nº 412/2025 - GP

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:7F784610

PREFEITURA MUNICIPAL DE EIRUNEPÉ
EXTRATO AO TERMO DE CONTRATO Nº 071/2026

EXTRATOAO TERMO DECONTRATO Nº071/2026

Espécie:Termo deContrato nº071/2026
Objeto:Adesão à Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico nº 016/2025 para EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO, GERENCIAMENTO EOPERACIONALIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DA AREA DE SAÚDE, TENDO POR FINALIDADE ATENDER O HOSPITAL GERAL LÁZAROREIS, POLICLINICA, CAPS II, CAPS ÁLCOOL E DROGA E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MANACAPURU/AM.
ParteContratante:MUNICÍPIO DEEIRUNEPÉ– Prefeitura Municipal
Parte Contratada:MEDICAL SAÚDE PREVENTIVA LTDA-CNPJ nº15.277.683/0001-04
Valor do Contrato:R$10.391.014,44(dez milhões trezentos e noventa e um mil quatorze reais e quarenta e quatro centavos).
Dotação orçamentária:As despesas decorrentes da contrataçãocorrerão à conta dasRubricas:
Unidade Orçamentaria: 03.02.01 - Fundo Municipal de Saúde.
Programa de trabalho: 10.302.0156.2036.0000 – Manutenção e funcionamento do Bloco deMédia e Alta Complexidade.
Elemento despesa: 3.3.90.39.00 –Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Modalidade de seleção das propostas:Adesãonº002/2026.

Vigência da contratação:18/08/2026a18/08/2027.

Eirunepé/AM,18deagostode 2026.

ÁUREA MARIA ESTER ALVES MARQUES
Prefeita de Eirunepé/AM

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:BE8D299D

PREFEITURA MUNICIPAL DE EIRUNEPÉ
EXTRATO AO TERMO DE CONTRATO Nº 071/2026

EXTRATOAO TERMO DECONTRATO Nº071/2026

Espécie:Termo deContrato nº071/2026
Objeto:Adesão à Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico nº 016/2025 para EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO, GERENCIAMENTO EOPERACIONALIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DA AREA DE SAÚDE, TENDO POR FINALIDADE ATENDER O HOSPITAL GERAL LÁZAROREIS, POLICLINICA,

CAPS II, CAPS ÁLCOOL E DROGA E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MANACAPURU/AM.
ParteContratante:MUNICÍPIO DEEIRUNEPÉ– Prefeitura Municipal
Parte Contratada:MEDICAL SAÚDE PREVENTIVA LTDA-CNPJ nº15.277.683/0001-04
Valor do Contrato:R$10.391.014,44(dez milhões trezentos e noventa e um mil quatorze reais e quarenta e quatro centavos).
Dotação orçamentária:As despesas decorrentes da contrataçãocorrerão à conta dasRubricas:
Unidade Orçamentaria: 03.02.01 - Fundo Municipal de Saúde.
Programa de trabalho:10.301.0150.2035.0000 –Manutenção eFuncionamentodo Blocode Atenção Básica.
Programa de trabalho:10.302.0156.2036.0000 –Manutenção eFuncionamentodoBlocode MédiaeAlta Complexidade
Elemento despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Modalidade de seleção das propostas:Adesãonº002/2026.

Vigência da contratação:18/08/2026a18/08/2027.

Eirunepé/AM,18deagostode 2026.

ÁUREA MARIA ESTER ALVES MARQUES
Prefeita de Eirunepé/AM

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:96D15EB9

PREFEITURA MUNICIPAL DE EIRUNEPÉ
EXTRATO AO TERMO DE CONTRATO Nº 072/2026

EXTRATO AO TERMO DE CONTRATO Nº 072/2026

Espécie: Termo de Contrato nº 072/2026
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de bois folclóricos, figurinos e elementos culturais destinados à realização de apresentações folclóricas no município de Eirunepé/AM.
Parte Contratante: MUNICÍPIO DE EIRUNEPÉ – Prefeitura Municipal
Parte Contratada: JANDERLLIMA DA SILVA SANTOS - CNPJ nº 31.342.268/0001-35
Valor do Contrato: R$ 63.690,00 (sessenta e três mil seiscentos e noventa reais).
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta das Rubricas:
Unidade Orçamentária: 02.14.01 – Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa.
Programa de Trabalho: 13.392.0270.2022.0000 – Encargos com eventos culturais no município.
Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de consumo – R$ 25.000,00
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica – R$ 38.690,00

Modalidade de seleção das propostas: Dispensa de licitação nº 031/2026.

Vigência da contratação: 26/08/2026 a 26/09/2026.

Eirunepé/AM, 26 de agosto de 2026.

ÁUREA MARIA ESTER ALVES MARQUES
Prefeita de Eirunepé/AM

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:5662BF5D

PREFEITURA MUNICIPAL DE EIRUNEPÉ
PORTARIA Nº 090/2026 – GABPRE/PME, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 090/2026 – GABPRE/PME, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a designação do Servidor para execer a Função de Engenheiro Fiscal, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE EIRUNEPÉ, ESTADO DO AMAZONAS, a Excelentíssima Senhora **ÁUREA MARIA ESTER ALVES MARQUES**, no uso das atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de nova composição das Estruturas Administrativas dos diversos Órgãos da Prefeitura Municipal de Eirunepé,

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR TIAGO DA COSTA MENEZES, inscrito no CPF de nº XXX.897.682-XX e RG de nº XXX550X-X, CREA-AM de nº 34213, para exercer as atribuições do Cargo de **Engenheiro Fiscal,** com a finalidade de acompanhar e fiscalizar o Convênio n° 027/2025- UGPE/AM, cujo o objeto é "Ampliação do Mercado Municipal Leland Barroso no município de Eirunepé-AM".

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE EIRUNEPÉ, ESTADO DO AMAZONAS, EM 27 DE AGOSTO DE 2026.

ÁUREA MARIA ESTER ALVES MARQUES
Prefeita do Município de Eirunepé/AM

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:B79D0A4B

PREFEITURA MUNICIPAL DE EIRUNEPÉ
PORTARIA Nº 091/2026 – GABPRE/PME, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 091/2026 – GABPRE/PME, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a designação do Servidor para execer a Função de Engenheiro Fiscal, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE EIRUNEPÉ, ESTADO DO AMAZONAS, a Excelentíssima Senhora **ÁUREA MARIA ESTER ALVES MARQUES**, no uso das atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de nova composição das Estruturas Administrativas dos diversos Órgãos da Prefeitura Municipal de Eirunepé,

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR TIAGO DA COSTA MENEZES, inscrito no CPF de nº XXX.897.682-XX e RG de nº XXX550X-X, CREA-AM de nº 34213, para exercer as atribuições do Cargo de **Engenheiro Fiscal,** com a finalidade de acompanhar e fiscalizar o Convênio n° 024/2025- UGPE/AM, cujo o objeto é "Reconstrução do Sistema Viário com Serviços de Meio-Fio e Sarjeta no Município de Eirunepé/AM".

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE EIRUNEPÉ, ESTADO DO AMAZONAS, EM 27 DE AGOSTO DE 2026.

ÁUREA MARIA ESTER ALVES MARQUES
Prefeita do Município de Eirunepé/AM

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:6C5D461D

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE ENVIRA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 0220, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DOS ATUAIS OCUPANTES DAS FUNÇÕES DE GESTOR ESCOLAR DAS UNIDADES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ENVIRA/AM, EM DECORRÊNCIA DA CONCLUSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2026 – SEMED, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENVIRA, Estado do Amazonas, **IVON RATES DA SILVA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a realização e a conclusão do Processo Seletivo Simplificado para escolha de Gestores Escolares das Unidades da Rede Pública Municipal de Ensino de Envira/AM, regido pelo Edital nº 001/2026 – SEMED, bem como a homologação de seu Resultado Final pela Portaria SEMED nº 004/2026, de 25 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de provimento das funções de Gestor Escolar nas respectivas unidades de ensino pelos candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado, conforme a ordem de classificação e a necessidade administrativa da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que a nomeação dos candidatos classificados para determinadas Unidades da Rede Pública Municipal de Ensino, em decorrência do Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2026 – SEMED, torna necessária a exoneração dos atuais ocupantes das respectivas funções de Gestor Escolar;

CONSIDERANDO o Decreto nº 48, de 24 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a nomeação de Diretor Escolar e dá outras providências;

CONSIDERANDO o item 2, do art. 1º do Decreto nº 50, de 24 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a nomeação de Diretor Escolar e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto nº 28, de 25 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre a nomeação de Diretor Escolar e dá outras providências

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados das funções de Gestor Escolar das Unidades da Rede Pública Municipal de Ensino de Envira/AM, os seguintes servidores:

I – ANTONIO RICARDO DA SILVA OLIVEIRA;

II – MARIA CLEONICE DE SOUZA SILVEIRA;

III – MARIA DE NAZARÉ MESQUITA MARTINS;

IV – MARIA JOSÉ VIEIRA DA CUNHA;

V – MARIA LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA.

Art. 2º A exoneração de que trata o artigo anterior decorre da conclusão do Processo Seletivo Simplificado para escolha de Gestores Escolares, regido pelo Edital nº 001/2026 – SEMED, e da necessidade de provimento das respectivas funções pelos candidatos classificados, observada a ordem de classificação e a necessidade administrativa da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação adotará as providências necessárias ao cumprimento deste Decreto, inclusive quanto à formalização das nomeações dos candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENVIRA EM EXERCÍCIO, aos 25 dias do mês de agosto do ano de 2026.

IVON RATES DA SILVA
Prefeito de Envira

NEUZELI FERREIRA GALVÃO
Secretária Municipal de Educação

LUCAS MACHADO GONTIJO
Secretário Chefe da Casa Civil

Publicado por:
Maria Nicélia Páscoa Bezerra
Código Identificador:69F67681

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 0221/2026, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de Gestores Escolares das Unidades da Rede Pública Municipal de Ensino de Envira/AM, em decorrência do Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2026 – SEMED, e dá outras providências.

O Prefeito de Envira, **IVON RATES DA SILVA**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Constituição Federal,

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como o princípio da gestão democrática do ensino público;

CONSIDERANDO o disposto no art. 14, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que estabelece, entre as condicionalidades para a complementação-VAAR, o provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 355/2018, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério Público do Município de Envira – PCCRM;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 450/2025, de 21 de fevereiro de 2025, que concede aos profissionais do Magistério Público do Município de Envira reajuste de vencimento, atualiza o Anexo IV e as gratificações estabelecidas na Lei Municipal nº 355/2018, de 12 de dezembro de 2018;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 0198/2026, de 10 de julho de 2026, que regulamenta o processo de escolha e exercício da função de Gestor Escolar nas unidades educacionais da Rede Pública de Ensino Municipal de Envira;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2026 – SEMED, que regulamentou o Processo Seletivo Simplificado para escolha de Gestores Escolares das Unidades da Rede Pública Municipal de Ensino de Envira/AM;

CONSIDERANDO a realização e a conclusão das etapas previstas no Edital nº 001/2026 – SEMED;

CONSIDERANDO a divulgação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, com a classificação dos candidatos, observados os critérios estabelecidos no Edital nº 001/2026 – SEMED;

CONSIDERANDO a Portaria SEMED nº 004/2026, de 25 de agosto de 2026, que homologou o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, inciso V, do Decreto Municipal nº 0198/2026, que atribui ao Chefe do Poder Executivo Municipal a competência para nomear os gestores escolares, observada a ordem de classificação final no processo seletivo;

CONSIDERANDO a necessidade de provimento das funções de Gestor Escolar nas unidades escolares relacionadas neste Decreto, em razão da necessidade administrativa da Secretaria Municipal de Educação de Envira/AM;

DECRETA:

Art. 1º FICAM NOMEADOS, para o exercício da função de Gestor Escolar das Unidades da Rede Pública Municipal de Ensino de Envira/AM, os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2026 – SEMED, **observada a ordem de classificação final e a necessidade de provimento das respectivas funções**, conforme relação abaixo:

Ordem	Gestor	Unidade Escolar
1º	Antônio Rodrigues da Rocha	Escola Municipal Rita Maciel
2º	Maria José Vieira da Cunha	Centro de Educação Infantil Madre Anselma
3º	Maria Luciana Barbosa de Oliveira	Escola Municipal Professor José Geraldo Bernardo
4º	Antônio Ricardo da Silva Oliveira	Escola Municipal Santa Clara
5º	Eliomar da Silva Ferreira	Escola de Educação Infantil Santa Rita
6º	Maria de Nazaré Mesquita Martins	Escola de Educação Infantil Canto da Alegria

Art. 2º Aos Gestores Escolares nomeados por este Decreto será concedida a gratificação prevista no § 1º do art. 3º da Lei Municipal nº 450/2025, de 21 de fevereiro de 2025, acrescida ao vencimento do servidor, a contar de 26 de agosto de 2026.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Envira, Estado do Amazonas, 25 de agosto de 2026.

IVON RATES DA SILVA
Prefeito de Envira

NEUZELI FERREIRA GALVÃO
Secretária Municipal de Educação

LUCAS MACHADO GONTIJO
Secretário Chefe da Casa Civil

Publicado por:
Maria Nicélia Páscoa Bezerra
Código Identificador:814AAB02

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 0222, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, A PEDIDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ENVIRA, **IVON RATES DA SILVA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela **Lei Orgânica do Município de Envira**, e

CONSIDERANDO o disposto na **Lei nº 080/2001**, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Envira, especialmente as normas relativas à vacância do cargo público por exoneração a pedido do servidor;

CONSIDERANDO que a exoneração a pedido constitui forma legal de vacância do cargo público;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, **a pedido**, a servidora FRANCISCA ROSELIENE SANTANA PEDROSA, matrícula 688 do cargo efetivo de **Diretora Escolar**, integrante do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Envira.

Art. 2º A exoneração de que trata este Decreto produz efeitos a partir da data de 25 de agosto de 2026, devendo o setor competente proceder às anotações funcionais, financeiras e cadastrais pertinentes.

Art. 3º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENVIRA EXERCÍCIO, aos 25 dias do mês de agosto do ano de 2026.

IVON RATES DA SILVA
Prefeito de Envira

NEUZELI FERREIRA GALVÃO
Secretária Municipal de Educação

LUCAS MACHADO GONTIJO
Secretário Chefe da Casa Civil

Publicado por:
Maria Nicélia Páscoa Bezerra
Código Identificador:C290B2E9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 0216/2026, DE 19 DE AGOSTO DE 2026,

Dispõe sobre a exoneração de cargo em comissão da Administração Direta e dá outras providências

O Prefeito de Envira, **IVON RATES DA SILVA** no exercício da competência que lhes são conferidas pelo artigo 37, Inciso II da Constituição Federal; artigo11, inciso II da Lei 080/2001; artigo 17, da Lei Complementar nº 425, de 15/5/2023; artigo 83, inciso I da Lei Orgânica do Município de Envira e,

CONSIDERANDO O DECRETO MUNICIPAL Nº 079/2025 DE 08 DE ABRIL DE 2025;

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a senhora **JULIANA JUREMA DE SOUZA**, ocupante do cargo em Comissão de Assessor V, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, com símbolo de vencimento CC-12.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Envira-Am, 19 de agosto de 2026.

IVON RATES DA SILVA
Prefeito de Envira

FRANCIMAR RODRIGUES BEZERRA
Secretário Municipal de Administração

LUCAS MACHADO GONTIJO
Secretário chefe da Casa Civil

Publicado por:
Maria Nicélia Páscoa Bezerra
Código Identificador:3ACC636E

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 469/2026, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover a demolição de prédio de escola pública municipal e a construir nova unidade escolar no mesmo local, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENVIRA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a demolição do prédio da Escola Municipal Adélia Mendes, localizada na Comunidade Marajá, em razão da necessidade de substituição da edificação existente por nova unidade escolar.

Art. 2º A nova unidade escolar será construída no mesmo terreno onde se localiza a escola mencionada no art. 1º, observadas as normas técnicas de engenharia, acessibilidade, segurança, sustentabilidade e as diretrizes da legislação aplicável.

Art. 3º Durante a execução das obras, o Poder Executivo adotará as medidas necessárias para assegurar a continuidade da prestação do serviço público de educação aos estudantes matriculados na unidade escolar.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENVIRA, aos 24 dias do mês de agosto do ano de 2026.

IVON RATES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Nicélia Páscoa Bezerra
Código Identificador:3758C266

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 470/2026, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

"Institui a Semana Municipal do Pescador Artesanal no Município de Envira-AM, a ser realizada anualmente na semana que compreende o dia 29 de junho, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENVIRA no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de Envira-AM, a Semana Municipal do Pescador Artesanal, a ser realizada anualmente na semana em que ocorrer o dia 29 de junho, data dedicada à celebração do Dia do Pescador.

Parágrafo único – O dia 29 de junho fica instituído como o Dia Municipal do Pescador, em reconhecimento à relevante contribuição econômica, social, cultural e ambiental dos pescadores para o desenvolvimento do Município.

Art. 2º. A Semana Municipal do Pescador Artesanal tem por objetivos:
I – valorizar a atividade da pesca artesanal como importante instrumento de geração de emprego, renda e segurança alimentar;
II – reconhecer a contribuição histórica, cultural, econômica e social dos pescadores artesanais para o desenvolvimento do Município de Envira;
III – promover ações educativas voltadas à preservação dos recursos pesqueiros e à sustentabilidade ambiental;
IV – incentivar a capacitação e o fortalecimento das organizações representativas dos pescadores artesanais;
V – fomentar debates sobre políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro;
VI – estimular a conscientização acerca da importância da pesca artesanal para a economia local e para a cultura envirense.
Art. 3º. Durante a Semana Municipal do Pescador Artesanal, o Poder Executivo poderá promover em parceria com entidades públicas e privadas, associações, colônias de pescadores, instituições de ensino e demais organizações da sociedade civil, atividades como:
I - palestras, seminários, debates, oficinas e demais atividades educativas voltadas à valorização da pesca artesanal;
II – cursos de capacitação e orientação técnica;
III – campanhas educativas sobre preservação ambiental e pesca sustentável;
IV – exposições, feiras e eventos culturais relacionados à atividade pesqueira;
V – homenagens a pescadores artesanais que tenham contribuído para o desenvolvimento da atividade no Município;
VI – atividades esportivas, recreativas e culturais voltadas à valorização da categoria.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Parágrafo único. A implementação das ações decorrentes desta Lei dependerá de disponibilidade orçamentária, observando-se o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENVIRA, aos 24 dias do mês de agosto do ano de 2026.

IVON RATES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Nicélia Páscoa Bezerra
Código Identificador:5A97243E

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE FONTE BOA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 003A/2026

DECRETO Nº 003-A/2026-GPMFB

Concede Aposentadoria por Idade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Fonte Boa, Estado do Amazonas, Lázaro Araújo de Almeida, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 019/2025 FUMPAS, que trata da Aposentadoria por Idade da servidora Maria Izabel de Lima, e o parecer exarado pelo Controle Interno do Fundo Municipal de Previdência e Assistência Social – FUMPAS.
D E C R E T A:

Art. 1º - CONCEDER Aposentadoria por Idade a servidora **MARIA IZABEL DE LIMA - Mat. 0843**, CPF nº 343.183.132-04, Identidade 0842902-2 SESEG/AM, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Fonte Boa, a partir de 02 de janeiro.

Art. 2º - Este Benefício está fundamentado no Art. 40º, § 1º, III, "b" da CF c/c com art. 16º da Lei Municipal 008/2015 - Provento Proporcional ao tempo de contribuição, sem paridade, base de cálculo média das 80% maiores remunerações, ficando estabelecido o valor **R$ 1.621,00 (**mil seiscentos e vinte e um reais), com forma de reajuste na mesma data e índice utilizados para fins dos reajustes dos benefícios do RGPS.

Apuração dos Proventos	Valor da Média	Percentual do Cálculo	Valor do Provento
Resultado do Cálculo da Média	R$ 898,50	26,68%	R$ 239,71
Complemento para atingir o piso salarial			R$ 1.381,29
TOTAL			R$ 1.621,00

Art. 2º - Esse Decreto entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FONTE BOA - AMAZONAS, EM 14 DE JANEIRO DE 2026.

LÁZARO DE ARAÚJO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal de Fonte Boa/AM

Publicado por:
Angerleice Tavares Palheta
Código Identificador:F9CA9CF9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 112/2026

DECRETO Nº 112/2026-GPMFB

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DO MUNICÍPIO DE FONTE BOA/AM, ALTERA O DECRETO Nº 087/2026-GPMFB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 004, de 19 de fevereiro de 1997, alterada pela Lei Municipal nº 012, de 10 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
CONSIDERANDO o Decreto nº 087/2026-GPMFB, de 11 de junho de 2026, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Fonte Boa/AM, para o biênio 2025/2027;
CONSIDERANDO que o Sr. Ricardo Venâncio da Silva, anteriormente designado para exercer a função de Secretário Executivo do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, não integra mais o quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Fonte Boa;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade das atividades administrativas e institucionais do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
DECRETA:
Art. 1º Fica nomeada a Sra. ELINEIDE BORGES FRAGOSO para exercer a função de SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS do Município de Fonte Boa/AM, em substituição ao Sr. Ricardo Venâncio da Silva.
Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo anterior, o inciso III do art. 1º do Decreto nº 087/2026-GPMFB passa a vigorar com a seguinte redação:
"III – SECRETARIA EXECUTIVA
Secretária Executiva: Elineide Borges Fragoso."
Art. 3º Fica cessada a designação do Sr. Ricardo Venâncio da Silva para exercer a função de Secretário Executivo do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, constante do Decreto nº 087/2026-GPMFB.
Art. 4º A Secretária Executiva exercerá suas atribuições em conformidade com a Lei Municipal nº 004, de 19 de fevereiro de 1997, alterada pela Lei Municipal nº 012, de 10 de dezembro de 2018, com o Regimento Interno do CMAS e demais normas aplicáveis.
Art. 5º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 087/2026-GPMFB, especialmente aquelas relativas aos demais membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e ao respectivo mandato.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FONTE BOA, Estado do Amazonas, em 24 de agosto de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

LÁZARO ARAÚJO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal de Fonte Boa/AM

Publicado por:
Ronyelly Rocha Pereira
Código Identificador:302CD34C

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE GUAJARÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 36/2026 EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 36/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

O **MUNICÍPIO DE GUAJARÁ/AM**, por intermédio da Comissão de Contratação, torna público o resultado do **Edital de Credenciamento nº 01/2026**, cujo objeto é o credenciamento de empresas para fornecimento de combustíveis automotivos.
Foram **HABILITADAS E CREDENCIADAS** as seguintes empresas:
POSTO AMAZONAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **34.639.403/0001-05** – **Guajará/AM**;
As empresas passam a integrar a rede de fornecedores credenciados, observadas as condições estabelecidas no edital. O credenciamento possui caráter **paralelo e não excludente**.

Guajará/AM, 27 de agosto de 2026.

ISIDIO LIMA DA FONSECA
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Dilena Rodrigues de Paula
Código Identificador:004E7F3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
REPUBLICADO POR INCORREÇÃOCONVÊNIO Nº 001/2026.

CONVÊNIO Nº 001/2026.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA ENTRE O MUNICÍPIO DE GUAJARÁ E O EDUCANDÁRIO DE CRUZEIRO DO SUL - SOCIEDADE EUNICE WEAVER, PARA ACOLHIMENTO E ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL.

O MUNICÍPIO DE GUAJARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n° 22.812.242/0001-12, com sede na Rua Turíbio de Oliveira, s/n - Centro Cultural, CEP: 69.895-000, Guajará – Amazonas, neste ato representado por o Prefeito Municipal, **Adaildo Da Costa Melo Filho**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG n° 175.544 SEPC/AC, inscrito no CPF/MF sob o n° 232.629.152-20, residente e domiciliado na Rua Edson Herculano, s/n – Centro, CEP: 69.895.000, doravante simplesmente denominado de

CONCEDENTE e, de outro lado, **EDUCANDÁRIO DE CRUZEIRO DO SUL** - SOCIEDADE EUNICE WEAVER DE CRUZEIRO DO SUL, com sede na Av. 25 de agosto, n° 2311 – Bairro 25 de agosto, no Município de Cruzeiro do Sul/AC, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 01.510.053/0001-03, neste ato representado por **RINAURO DE FREITAS LIMA** Diretor presidente Educandário de Cruzeiro do Sul — Eunice Weaver, portador do CPF/MF n° 508.394.692-34 e da CI-RG n° 3758.448 SEPC/AC, doravante denominada de CONVENENTE, resolvem celebrar o presente convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente convênio tem por finalidade viabilizar o acolhimento institucional e o acompanhamento integral de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, assegurando-lhes proteção, assistência e suporte para o desenvolvimento físico, emocional e social, oriundos do Municipio de Guajara-Am. Assegurando proteção social especial de alta complexidade e atendimento humanizado. O apoio financeiro previsto destina-se à cobertura de despesas essenciais para a manutenção dos serviços, incluindo aquisição de material de consumo, fornecimento de alimentação, cuidados básicos de saúde, suporte educacional, atividades socioeducativas, além da manutenção da infraestrutura necessária para garantir um ambiente seguro e acolhedor.

Para a execução do objeto deste convênio, o CONCEDENTE compromete-se a repassar ao CONVENENTE o montante total de **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**, distribuído em 12 (doze) parcelas mensais e iguais de **R$ 5.000,00 (cinco mil reais)**. Os recursos financeiros disponibilizados pelo CONCEDENTE visam garantir a continuidade dos serviços prestados pelo CONVENENTE, contribuindo para a efetivação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais normativas aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO
Os recursos orçamentários previstos e destinados à cobertura das despesas do objeto deste convênio, ocorrerão à conta do CONCEDENTE – conta do Orçamento do Município, conforme discriminação:

SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL
DETALHAMENTO: 02.06.08.125.03.2014.339093.500
Órgão 02 – Poder Executivo
Unidade 06 – Sec. Mun. De Assistência Social - SEMAS
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 125 – Normatização e Fiscalização
Programa: 03 – Acompanhamento Social
Projeto/Atividade: 2.014 – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente/CMCA
Elemento: 339093 –Indenizações e Restituições
Recurso: 500

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECURSO FINANCEIRO
O depósito e a movimentação financeira dos recursos repassados pelo CONCEDENTE à CONVENENTE, serão efetuados na Conta Específica, conforme abaixo.

Agencia	Conta	Fonte de Recurso
0234-8	132.153-6	PROPRIO

CLÁUSULA QUARTA– DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE
Repassar mensalmente a CONVENENTE para a conta específica a importância de **R$ 5.000,00 (cinco mil reais)** oriundo do Apoio as Entidades Socioassistenciais, fonte do Recurso Próprio, relacionado ao objeto.

I – Disponibilizar os recursos financeiros previstos neste instrumento, conforme o plano de trabalho aprovado e dentro dos prazos estabelecidos;

II – Fiscalizar a execução das atividades, garantindo a adequação dos serviços prestados aos padrões de qualidade exigidos;

III – Assegurar a conformidade do convênio com as normas legais aplicáveis, em especial aquelas relacionadas à proteção da infância e juventude;

IV – Realizar auditorias e avaliações periódicas para verificar a eficácia da execução dos serviços e o cumprimento das diretrizes estabelecidas no convênio;

V – Prestar apoio técnico e operacional à CONVENENTE, sempre que necessário, para garantir a eficácia das ações desenvolvidas.

A Secretaria Municipal de Assistência Social fará o acompanhamento, assessoramento, fiscalização e avaliação das atividades da referida Entidade, a cargo do CONCEDENTE, ficando ainda responsável por receber a prestação de contas parcial da CONVENENTE, analisando-a e aprovando-a e/ou rejeitando-a, ainda, nestes termos, notificar a CONVENENTE sobre as irregularidades ou inadimplências na apresentação das contas para fins de correção, em tudo observadas às formalidades e prazos legais, sob pena de, não o fazendo, ser imediatamente suspensa a liberação das parcelas subsequentes de recursos.

CLÁUSULA QUINTA– DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE
I – Garantir o acolhimento institucional de crianças e adolescentes encaminhados pelo CONCEDENTE, assegurando-lhes assistência integral, moradia, alimentação e suporte educacional;

II – Manter equipe técnica qualificada para a execução dos serviços, incluindo profissionais da área de assistência social, psicologia, educação, saúde e segurança;

III – Administrar os recursos recebidos de forma transparente e eficiente, prestando contas ao CONCEDENTE conforme as normativas aplicáveis e dentro dos prazos estabelecidos;

IV – Garantir a adequação do serviço prestado às diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais legislações correlatas;

V – Apresentar relatórios periódicos de execução das atividades e prestação de contas ao CONCEDENTE, demonstrando a evolução do atendimento prestado;

VI – Fornecer relatórios detalhados sobre o impacto social e os avanços alcançados pelas crianças e adolescentes atendidos, acompanhados de indicadores de desempenho e metas atingidas;

VII – Implementar mecanismos de feedback e participação da comunidade na avaliação dos serviços prestados;

VIII – Zelar pelo bem- estar físico e emocional das crianças e adolescentes acolhidos, assegurando-lhes um ambiente seguro e saudável.

- A prestação de contas parcial deverá conter os seguintes documentos: -
- Anexo I – Ofício de Encaminhamento da Prestação de Contas;
- Anexo II – Execução da Receita e Despesa;
- Anexo III – Relação de Pagamentos; e, - Extrato de conta bancária que evidencie o valor da parcela até o último pagamento com os respectivos recursos.

Todo e qualquer pagamento efetivado pela CONVENENTE deverá, obrigatoriamente, ser efetuado mediante cheque nominal ou transferência bancária para conta de titularidade do beneficiário, os quais deverão constar cópias na prestação de contas. Obs.: A Relação de pagamentos deverá estar acompanhada dos respectivos comprovantes de despesas (cópias de Notas Fiscais, contratos de Prestação de Serviços, Cópias dos cheques emitidos, Folha de Pagamento, etc.).

A utilização dos recursos municipais, pelas entidades de direito privado sem fins lucrativos na aquisição de bens e serviços deverão observar os princípios que regem a Administração Pública e adotar procedimentos análogos aos previstos na Lei nº 14.133/2021, devendo o processo ser instruído com os seguintes elementos: - planejar a

periodicidade das compras; - obedecer aos princípios da economicidade, moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade e da eficiência; - dar publicidade aos procedimentos que adotará para aquisição de bens e serviços. Efetuar no mínimo 03 (três) orçamentos, onde conste a descrição completa dos bens e serviços, a quantidade, o preço unitário, valor total, assinatura e carimbo da pessoa responsável pela emissão do orçamento; - organizar planilhas comparativas, onde constem os dados do fornecedor que enviou os orçamentos, descrição das mercadorias e/ou serviços que serão adquiridos, evidenciando o menor preço; - justificar o preço, comprovando a sua compatibilidade com o preço de mercado; a utilização de recursos municipais, proveniente de receitas de transferências voluntárias ou a qualquer título do Governo Federal, Estadual ou Municipal pelas entidades de direito privado sem fins lucrativos na aquisição de bens e serviços, deverão adotar os procedimentos estabelecidos pelo órgão repassador.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência de 12 (doze) meses, começando a partir do dia 24 de agosto de 2026 com término em 24 de agosto de 2027, podendo ser prorrogado e/ou alterado através de Termo Aditivo, com antecedência mínima de 15 dias, de forma a que a CONVENENTE não sofra prejuízos ou interrupção de suas atividades ou quebra de continuidade de sua programação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

É proibida a utilização dos recursos por parte da CONVENENTE, em finalidade adversa da estabelecida neste Convênio.

CLÁUSULA OITAVA– DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

EDUCANDÁRIO DE CRUZEIRO DO SUL - SOCIEDADE EUNICE WEAVER DE CRUZEIRO DO SUL, deverá prestar contas parciais até 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês, das atividades e das despesas realizadas no período, à CONCEDENTE;

b) após o término da execução deste termo, a Fundação deverá apresentar a prestação de contas final no prazo de 40 (quarenta) dias, acompanhada do relatório de resultados e metas alcançadas.

CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO

A CONVENENTE se compromete a restituir os valores que lhes forem transferidos pelo CONCEDENTE, atualizada monetariamente, desde a data do recebimento, acrescida de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com a fazenda nacional quando: não for executado o objeto deste convênio; não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva prestação de contas parcial ou final; os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste convênio.

Parágrafo único: A CONVENENTE se compromete a devolução dos saldos financeiros remanescentes para CONCEDENTE, inclusive os provenientes das receitas de aplicações financeiras auferidas, não utilizadas na execução do convênio, no prazo improrrogável de 30 dias a contar da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial responsável, providenciada, pela autoridade competente do órgão da entidade repasse dos recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RENÚNCIA E RESCISÃO

Deixar de cumprir as obrigações assumidas neste convênio; Desviar ou permitir que sejam desviados recursos das finalidades previstas; Não apresentar comprovação dos pagamentos efetuados e relatórios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INADIMPLÊNCIA

Este convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindindo a todo tempo, por descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Guajará - Amazonas, para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste convênio. E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo subscritas para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Guajará, 25 de agosto de 2026.

ADAILDO DA COSTA MELO FILHO
Prefeito Do Município De Guajará
CNPJ/MF n° 22.812.242/0001-12

RINAURO DE FREITAS LIMA
Diretor Presidente Educandário De Cruzeiro Do Sul
Sociedade Eunice Weaver De Cruzeiro Do Sul
CNPJ/MF sob o n° 01.510.053/0001-03

Testemunha 1. , CPF:

Testemunha 2. , CPF:

Publicado por:
Dilena Rodrigues de Paula
Código Identificador:26B0C68E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS RESULTADO FINAL DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 - EDITAL DE PREMIAÇÃO TALENTOS DA TERRA

RESULTADO FINAL DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 - EDITAL DE PREMIAÇÃO TALENTOS DA TERRA

A Prefeitura Municipal de Guajará por meio da Secretaria Municipal de Cultura e a Comissão de Avaliação e Seleção, Portaria/SECULT Nº 001 de 12 de agosto de 2026, considerando a Lei No 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, regulamentada pelo Decreto No 11.740, de 18 de outubro de 2023, bem como considerando o Decreto No 11.453, de 23 de março de 2023, que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura e considerando a Portaria MINC No 119, de 28 de março de 2024, que dispõe sobre o Plano Anual de Aplicação de Recursos - PAAR, estabelece diretrizes para a política municipal de cultura e dá outras providências, torna público o Resultado Final do Edital de Chamamento Público Nº 01/2026 - Edital de Premiação Talentos da Terra.

Classificação Geral		
Proponente	**Média Final**	**Situação**
Oscar Pereira do Nascimento Filho	39,5	Contemplado
Francisco Aldenir da Silva Oliveira	39	Contemplado
Pedro Martins de Castro	37	Contemplado
Abraao Marreira Martins	36,5	Contemplado
Helton Souza Galvão	35,4	Contemplado
Joberclaudio Vieira de Souza	35,3	Contemplado
Francisco Altenisio Silva de Oliveira	35,2	Contemplado
Briza Sarana Mateus Lima	34	Contemplado
Jonas Gacia de Souza Filho	33,5	Contemplado
José Francisco Ferreira da Silva	32	Contemplado
Paulo Wendel Freire da Silva	31	Contemplado
João Alberi Alves Gondim	30,5	Contemplado
Carolina Lucena Barreto	30	Contemplado
Eurides Junior Moura Melo da Silva	29,5	Contemplado
Rayana Kellen Paula de Oliveira	29	Contemplado
Wesley Freire da Silva	28,6	Contemplado
Joana Ferreira da Conceição	28,5	Contemplado
Geudes Teles de Lima	28,2	Contemplado
Jebson Cabral de Castro	28	Contemplado
Maria Dalmarcia da Silva Candido	27,5	Contemplado

Fica instituído, de acordo com o Art. 7.1, prazo de 5 dias para abertura dos procedimentos administrativo, comprovação documental e assinatura do Instrumento Contratual, na Secretaria Municipal de Cultura localizada na Rua Edson Herculano, S/N, Centro, CEP: 69895-000, Guajará, Amazonas.

Guajará - AM, 26 de agosto de 2026.

SILVANO DE SOUZA MACIEL
Secretário Adjunto de Cultura
Decreto Nº 58/2025

Publicado por:
Dilena Rodrigues de Paula
Código Identificador:80393055

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RESULTADO FINAL DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 - EDITAL DE PREMIAÇÃO RAÍZES JUNINAS

RESULTADO FINAL DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 - EDITAL DE PREMIAÇÃO RAÍZES JUNINAS

A Prefeitura Municipal de Guajará por meio da Secretaria Municipal de Cultura e a Comissão de Avaliação e Seleção, Portaria/SECULT Nº 001 de 12 de agosto de 2026, considerando a Lei No 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, regulamentada pelo Decreto No 11.740, de 18 de outubro de 2023, bem como considerando o Decreto No 11.453, de 23 de março de 2023, que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura e considerando a Portaria MINC No 119, de 28 de março de 2024, que dispõe sobre o Plano Anual de Aplicação de Recursos - PAAR, estabelece diretrizes para a política municipal de cultura e dá outras providências, torna público o Resultado Final do Edital de Chamamento Público Nº 02/2026 - Edital de Premiação Raízes Juninas.

Classificação Geral			
Proponente	**Junina**	**Média Final**	**Situação**
Francisco Gomes de Araujo Neto	Deu no Aro	39,5	Contemplado
Miquéias Pereira da Silva	5 Estrelas	34	Contemplado

Fica instituído, de acordo com o Art. 7.1, prazo de 3 dias para abertura dos procedimentos administrativo, comprovação documental e assinatura do Instrumento Contratual, na Secretaria Municipal de Cultura localizada na Rua Edson Herculano, S/N, Centro, CEP: 69895-000, Guajará, Amazonas.

Guajará - AM, 26 de agosto de 2026.

SILVANO DE SOUZA MACIEL
Secretário Adjunto de Cultura
Decreto Nº 58/2025

Publicado por:
Dilena Rodrigues de Paula
Código Identificador:AF47E3D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RESULTADO FINAL DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026 – EDITAL CIRCUITO CULTURAL

RESULTADO FINAL DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026 – EDITAL CIRCUITO CULTURAL

A Prefeitura Municipal de Guajará por meio da Secretaria Municipal de Cultura e a Comissão de Avaliação e Seleção, Portaria/SECULT Nº 001 de 12 de agosto de 2026, considerando a Lei No 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, regulamentada pelo Decreto No 11.740, de 18 de outubro de 2023, bem como considerando o Decreto No 11.453, de 23 de março de 2023, que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura e considerando a Portaria MINC No 119, de 28 de março de 2024, que dispõe sobre o Plano Anual de Aplicação de Recursos - PAAR, estabelece diretrizes para a política municipal de cultura e dá outras providências, torna público o Resultado Final do Edital de Chamamento Público Nº 03/2026 - Edital Circuito Cultural.

Classificação Geral		
Proponente	**Média Final**	**Situação**
Jose Maria Barroso	67	Contemplado
Orcerlandio Lagos Barbosa	65	Contemplado
Adson de Araújo Freitas	64,5	Contemplado
Maria Silva dos Santos	62,5	Contemplado

Fica instituído, de acordo com o Art. 9.1, prazo de 5 dias para abertura dos procedimentos administrativo, comprovação documental e assinatura do Instrumento Contratual, na Secretaria Municipal de Cultura localizada na Rua Edson Herculano, S/N, Centro, CEP: 69895-000, Guajará, Amazonas.

Guajará - AM, 26 de agosto de 2026.

SILVANO DE SOUZA MACIEL
Secretário Adjunto de Cultura
Decreto Nº 58/2025

Publicado por:
Dilena Rodrigues de Paula
Código Identificador:25E29A87

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE HUMAITÁ

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 - CULTURA

RESULTADO PRELIMINAR DE HABILITAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 – PROFISSIONAIS CULTURAIS PARA CURSOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL E MONITORAMENTO

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC – PNAB CICLO 2

No uso das atribuições que lhe foram conferidas, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Humaitá torna público o Resultado Preliminar de Habilitação do Edital de Credenciamento nº 001/2026 – Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), instituída pela Lei nº 14.399/2022, após a conclusão da fase de análise documental e de habilitação técnica realizada pela Comissão de Habilitação designada pela Portaria nº [PREENCHER], nos termos dos itens 6 e 7 do referido Edital.

A ordem de habilitação indicada nas tabelas abaixo corresponde à ordem cronológica de inscrição no respectivo item e servirá de critério objetivo para o rodízio de convocação previsto no item 7 do Edital.

Nos termos do item 7.1 do Edital, caberá recurso administrativo contra o presente resultado no prazo de 03 (três) dias úteis, contados desta publicação, a ser protocolado junto à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, por meio do e-mail institucional (editalcultura.humaita@gmail.com). Decorrido o prazo recursal e julgados eventuais recursos, será publicado o Resultado Final de Habilitação.

Após a publicação do Resultado Final, os profissionais habilitados serão chamados individualmente, via e-mail institucional, para assinatura do Termo de Credenciamento. A assinatura do Termo formaliza a inclusão no cadastro de credenciados, não implicando, por si só, convocação para prestação de serviços, a qual ocorrerá posteriormente conforme critério de rodízio previsto no item 7 do Edital, observadas a ordem de habilitação, a compatibilidade com o cronograma da Secretaria e a disponibilidade orçamentária.

ITEM 1

Categoria – Curso artístico-formativo de Teclado | VALOR GLOBAL – R$ 15.360,00			
ORDEM	**NOME**	**CPF/CNPJ**	**RESULTADO**
1º	José Ferreira Pinto	***.960.012-**	Habilitado

ITEM 2

Categoria – Curso artístico-formativo de Violão | VALOR GLOBAL – R$ 15.360,00			
ORDEM	**NOME**	**CPF/CNPJ**	**RESULTADO**
1º	André Luiz do Nascimento Silva	***.072.212-**	Habilitado

ITEM 3

Categoria – Curso artístico-formativo de Flauta | VALOR GLOBAL – R$ 15.360,00			
ORDEM	**NOME**	**CPF/CNPJ**	**RESULTADO**

1º	Wallace Rhuan Paes de Castro	***.670.062-**	Habilitado

ITEM 4

Categoria – Curso artístico-formativo de Percussão | VALOR GLOBAL – R$ 15.360,00			
ORDEM	**NOME**	**CPF/CNPJ**	**RESULTADO**
1º	Francisco de Assis Nascimento Silva	***.030.792-**	Habilitado

ITEM 5

Categoria – Curso artístico-formativo de Dança (Ballet, Jazz e outras modalidades) | VALOR GLOBAL – R$ 15.360,00			
ORDEM	**NOME**	**CPF/CNPJ**	**RESULTADO**
1ª	Adriele Gomes de Carvalho	***.569.032-**	Habilitada
–	Jamille Albuquerque Caetano	***.254.132-**	Inabilitada – não comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses no ensino de dança mediante atestados, certificados, portfólio de turmas ministradas ou formação técnica/superior na área, tendo sido apresentada apenas documentação autodeclaratória (item 6.2 do Edital)

ITEM 6

Categoria – Comunicação Social (Audiovisual e Design) | VALOR GLOBAL – R$ 15.000,00			
ORDEM	**NOME**	**CPF/CNPJ**	**RESULTADO**
1º	Tiago Nogueira Barroso	***.786.842-**	Habilitado
2º	Samuel Costa da Silva	***.193.702-**	Habilitado
–	Íkaro Botelho Passos	***.713.722-**	Inabilitado – não comprovação de experiência ou formação em audiovisual, design gráfico ou comunicação social: ausência de registro de experiência profissional na área, certificados apresentados de área diversa (informática) e portfólio insuficiente para demonstrar peças produzidas (item 6.2 do Edital)

ITEM 7

Categoria – Acompanhamento e Monitoramento das Oficinas | VALOR GLOBAL – R$ 15.000,00			
ORDEM	**NOME**	**CPF/CNPJ**	**RESULTADO**
1ª	Laura Cristina Brasileiro da Silva	***.205.942-**	Habilitada
2º	Roberto Fernandes	***.899.852-**	Habilitado
–	Giovanna da Silva Barroso	***.493.462-**	Inabilitada – ausência de atestados ou declarações de instituições que comprovem a experiência administrativa e em gestão de projetos relatada, integralmente autodeclarada em currículo (item 6.2 do Edital)

Os fundamentos de inabilitação indicados nas tabelas acima decorrem da análise documental registrada em ata pela Comissão de Habilitação. Na fase recursal, será admitida a juntada de documentos destinados exclusivamente a sanear a comprovação da experiência ou formação já declarada na inscrição, vedada a alteração do conteúdo da proposta.

O presente resultado tem caráter preliminar, sujeito à interposição de recursos na forma do item 7.1 do Edital.

Humaitá/AM, 24 de Agosto de 2026.

JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO
Prefeito de Humaitá/AM

RONALD NOGUEIRA SIQUEIRA
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Manoel Davi da Silva
Código Identificador:83B66EE0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 438/2026 – GAB.PREF

Humaitá-AM, 22 de maio de 2026.

DISPÕE DA PRORROGAÇÃO DA DISPENSA DO SERVIDOR DO QUADRO EFETIVO, VANDERLEI GOMES TENÓRIO, À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS-ALEAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO**, Prefeito do Município de Humaitá no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO solicitação constante do Ofício nº 057/2026-GP/ALEAM, de 10 de fevereiro de 2026, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – ALEAM.

RESOLVE

Art. 1º - **PRORROGAR** a disposição do Servidor **VANDERLEI GOMES TENÓRIO**, Fiscal de Obra e Posturas, matricula n° 2081, pertencente ao quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, pelo período de 12 meses, a partir de 01 de março de 2026.

Parágrafo Único – A Prorrogação de que se trata o caput deste artigo, se dá sem ônus para o órgão de origem (Prefeitura).

Art. 2º - Determina-se ao Setor de Recursos Humanos, que proceda as anotações necessárias na Ficha funcional do Servidor.

Art. 3º - Esta portaria retroage seus efeitos a partir de 01/03/2026, revoguem-se todas as disposições em contrário.

DÊ CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE

JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO
Prefeito do Município de Humaitá

JHONATHAN MACIEL DE SOUZA
Secretário Municipal de Gabinete
Decreto Municipal 001/2025-GAB.PREF.

Publicado por:
Manoel Davi da Silva
Código Identificador:04BBB617

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 664/2026 – GAB.PREF

Humaitá-AM, 26 de agosto de 2026.

Dispõe da exoneração de servidor (a) em caráter efetivo e dá outras providências.

O senhor **JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO,** Prefeito do Município de Humaitá no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei orgânica do Município;

Considerando o disposto na Lei nº 091/97, que institui o Estatuto do servidor público Municipal de Humaitá/AM, em conformidade com o §2º, inciso I, do Art. 82;

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** o Senhor **WELTON DE ARAUJO PRATA**, matricula nº 18958 do cargo de **Professor II – Indígena– Educação Infantil**, do quadro efetivo da prefeitura Municipal de Humaitá/AM.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de 19/08/2026, revogando-se as disposições em contrário.

DÊ CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO
Prefeito do Município de Humaitá

JHONATHAN MACIEL DE SOUZA
Secretário Municipal de Gabinete
Decreto Municipal 001/2025-GAB.PREF.

Publicado por:
Manoel Davi da Silva
Código Identificador:B3777B39

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE IPIXUNA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO - CL
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A Prefeitura do Município de Ipixuna/AM, através de sua Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, torna público, a todos que possam interessar, que estará realizando **COTAÇÃO DE PREÇOS** para **"**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO DE USINA DE OXIGÊNIO OGEN 30/VALMIG**"** para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
O detalhamento, características e descrições dos produtos almejados, encontra-se à disposição de todos os eventuais interessados, podendo ser obtido **na sede da Prefeitura Municipal de Ipixuna**, localizada na Avenida Varcy Herculano Barroso, nº 248 – Centro, **no horário de 08h às 12h, de segunda-feira a sexta-feira e no e-mail cotacaoipx@gmail.com. As cotações de preços deverão ser enviadas até o dia 03 de Setembro de 2026**, para o endereço acima identificado.

Ipixuna/Am, 26 de Agosto de 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Publicado por:
Carloneris Martins de Lima
Código Identificador:222FC794

COMISSÃO DE LICITAÇÃO - CL
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A Prefeitura do Município de Ipixuna/AM, através de sua Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, torna público, a todos que possam interessar, que estará realizando **COTAÇÃO DE PREÇOS** para **"**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, INCLUINDO LAUDOS DE CALIBRAÇÃO, FORNECIMENTO DE PEÇAS, INSUMOS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS.**"** para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
O detalhamento, características e descrições dos produtos almejados, encontra-se à disposição de todos os eventuais interessados, podendo ser obtido **na sede da Prefeitura Municipal de Ipixuna**, localizada na Avenida Varcy Herculano Barroso, nº 248 – Centro, **no horário de 08h às 12h, de segunda-feira a sexta-feira e no e-mail cotacaoipx@gmail.com. As cotações de preços deverão ser enviadas até o dia 03 de Setembro de 2026**, para o endereço acima identificado.

Ipixuna/Am, 26 de Agosto de 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Publicado por:
Carloneris Martins de Lima
Código Identificador:6092CA42

COMISSÃO DE LICITAÇÃO - CL
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A Prefeitura do Município de Ipixuna/AM, através de sua Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, torna público, a todos que possam interessar, que estará realizando **COTAÇÃO DE PREÇOS** para **"**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS.**"** para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
O detalhamento, características e descrições dos produtos almejados, encontra-se à disposição de todos os eventuais interessados, podendo ser obtido **na sede da Prefeitura Municipal de Ipixuna**, localizada na Avenida Varcy Herculano Barroso, nº 248 – Centro, **no horário de 08h às 12h, de segunda-feira a sexta-feira e no e-mail cotacaoipx@gmail.com. As cotações de preços deverão ser enviadas até o dia 03 de Setembro de 2026**, para o endereço acima identificado.

Ipixuna/Am, 26 de Agosto de 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Publicado por:
Carloneris Martins de Lima
Código Identificador:E111E808

COMISSÃO DE LICITAÇÃO - CL
DECISÃO ADMINISTRATIVA DE REVOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0043/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Transporte
OBJETO: Aquisição de peças para manutenção preventiva e corretiva do Trator de Esteira John Deere, identificação nº 1B2700JAEPD000541.

DECISÃO

A **PREFEITA MUNICIPAL DE IPIXUNA/AM**, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela legislação municipal e pela Lei Federal nº 14.133/2021,
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 0043/2026, instaurado a partir de solicitação da Secretaria Municipal de Transporte, tendo por objeto a aquisição de peças destinadas à manutenção preventiva e corretiva do Trator de Esteira John Deere, identificação nº 1B2700JAEPD000541, pertencente ao patrimônio do Município;
CONSIDERANDO que, conforme consta do Documento de Formalização da Demanda – DFD, a contratação foi inicialmente motivada pela necessidade de manutenção do referido equipamento, considerado essencial à execução de serviços públicos municipais, especialmente aqueles relacionados à abertura e manutenção de estradas vicinais, terraplanagem, limpeza de áreas públicas e apoio às atividades de infraestrutura;
CONSIDERANDO que o procedimento de contratação direta foi regularmente processado, tendo sido posteriormente homologado pela autoridade competente;
CONSIDERANDO, entretanto, o teor do Ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Transporte, por meio do qual foi comunicada a superveniência de circunstância administrativa que alterou a necessidade inicialmente identificada, tendo aquela Secretaria informado que a aquisição das peças objeto do procedimento não mais se mostra necessária no presente momento;
CONSIDERANDO que a situação atualmente existente é distinta daquela que fundamentou a instauração do procedimento, configurando-se, portanto, fato superveniente devidamente comprovad**o**, capaz de justificar a revisão da decisão administrativa anteriormente adotada;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve atuar de acordo com os princípios da legalidade, eficiência, planejamento, economicidade e interesse público, não sendo razoável promover despesa pública para aquisição de materiais cuja necessidade deixou de subsistir;
CONSIDERANDO que, até o presente momento, não houve celebração de contrato administrativo, emissão de ordem de fornecimento, entrega das peças ou execução do objeto, inexistindo contratação efetivamente formalizada;
CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso II, e §§ 2º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que admite a revogação do procedimento por motivo de conveniência e oportunidade decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, aplicando-se tal disciplina, no que couber, às contratações diretas;

CONSIDERANDO, por fim, que a continuidade do procedimento, diante da superveniente perda da necessidade administrativa, não mais se revela conveniente, oportuna ou economicamente justificável para a Administração Pública;

DECIDE:

Art. 1º REVOGAR, por razões de conveniência e oportunidade, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, o procedimento de contratação direta referente ao Processo Administrativo nº 0043/2026, destinado à aquisição de peças para manutenção preventiva e corretiva do Trator de Esteira John Deere, identificação nº 1B2700JAEPD000541, pertencente à Prefeitura Municipal de Ipixuna/AM.

Art. 2º A presente revogação fundamenta-se na superveniente perda da necessidade administrativa que justificou a instauração do procedimento, conforme manifestação formal da Secretaria Municipal de Transporte, não subsistindo, no momento, interesse público na continuidade da aquisição.

Art. 3º Fica registrado que a presente revogação ocorre antes da celebração de contrato administrativo e da execução do objeto, não tendo ocorrido emissão de ordem de fornecimento, entrega dos materiais ou pagamento à empresa eventualmente vencedora.

Art. 4º Determino que seja dada **ciência da presente decisão aos interessados**, assegurando-se, caso ainda não tenha sido oportunizada, a manifestação prévia prevista no art. 71, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as disposições aplicáveis às contratações diretas.

Art. 5º Após o cumprimento das formalidades legais, determino ao setor competente que proceda aos registros, publicações e demais providências administrativas necessárias, inclusive aquelas pertinentes ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, quando cabíveis, promovendo-se, ao final, o encerramento e arquivamento dos autos.

Art. 6º Esta decisão entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Ipixuna/AM, 06 de março de 2026.

PAULA AUGUSTA MONTEIRO DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carloneris Martins de Lima
Código Identificador:DE4DE85C

COMISSÃO DE LICITAÇÃO - CL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2025

3º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços da Concorrência Nº 003/2025.
Data: 14/08/2026.
Partes: Prefeitura Municipal de Ipixuna e a Empresa BM ENGENHARIA LTDA.
Espécie: Termo Aditivo ao Contrato de Serviços "Construção de Unidade Básica de Saúde Porte I na comunidade Porto Alegre zona rural do município de Ipixuna".
Objeto: Prorrogação de vigência do contrato por mais 360 (trezentos e sessenta) dias passando a viger de 08 de setembro de 2026 a 02 de setembro de 2027 e o prazo de execução do Contrato Original, previsto na cláusula sexta por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 08/09/2026 a 06/03/2027.
Fundamento Legal: Processo Licitatório modalidade Concorrência Nº 003/2025.

Publicado por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Ipixuna em 14/08/2026, em consonância com o art. 100 da Lei Orgânica do Município.

Publicado por:
Carloneris Martins de Lima
Código Identificador:B7C361F3

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE IRANDUBA

COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO - CGL
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 009-2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRANDUBA, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO a realização do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 – SRP/CPL, que visa a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA SERVIÇOS DE CONFECÇÕE DE FARDAMENTOS MALHARIA E SERVIÇOS GRÁFICOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, PROGRAMAS, SERVIÇOS E GESTÃO DO SUAS.
CONSIDERANDO a deliberação da Presidente do Certame do Município no PREGÃO ELETRÔNICO nº 009/2026 – SRP/CPL;
CONSIDERANDO a inexistência de recurso pendente de julgamento;
RESOLVE:

I – ADJUDICAR em favor da empresa:
F FRANCO BELEM LTDA, inscrita no CNPJ: 36.339.555/0001-00 com valor global de R$ 221.444,00 (duzentos e vinte e um mil quatrocentos e quarenta e quatro reais);
II – HOMOLOGAR a decisão final da Presidente do Certame, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 009/2026 – SRP/CPL.
III – PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRANDUBA, em 26 de agosto de 2026.

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito Municipal de Iranduba

Publicado por:
Emerson Takeshi Tashiro Chirano
Código Identificador:D8D8A65F

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO Nº 039/2026-GAB/PMI – PORTARIA Nº 1.102/2026 - GAB/PMI, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

Em Matéria Publicada no Diário Oficial dos Municípios, no dia 24/08/2026. Edição 4177, que DISPÕE SOBRE A LICENÇA PRÊMIO DE SERVIDOR (a) DO QUADRO EFETIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER DE IRANDUBA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Código Identificador: D9561262

ONDE SE LÊ:
Quinquênio 06/2005 a 06/2010

LEIA-SE:
Quinquênio 03/2008 a 03/2013

CERTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRANDUBA-AM.
Iranduba/AM, 26 de agosto de 2026

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito do Município de Iranduba-AM

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:574F76B7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 1.104/2026 – GAB/PMI

DESTITUIR do cargo de PROFESSOR (A) – DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE IRANDUBA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRANDUBA, Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais, com amparo do Artigo 37, Inciso V, da Constituição Federal de 1988 e Art. 105, Inciso II, letra "a" da Lei Orgânica do Município.
CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 399/2021, de 25 de maio de 2021.
CONSIDERANDO que a função de confiança são de livre designação e destituição do Chefe Executivo Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – DESTITUIR a Portaria n° 202/2026-GAB/PMI, CHAMADA para Integrar o REGIME COMPLEMENTAR DE HORAS, do (a) servidor (a) Sr. (a) PAMELA CRUZ DOS SANTOS RIBEIRO, Professor (a) estatutário (a), matrícula n° 5.255-8A, lotado (a) na Escola Municipal Procópio Maranhão, a contar do dia 10 de agosto de 2026.
Art. 2º – Determinar a Secretaria de Administração e Planejamento, que tome todas as medidas cabíveis, para o fiel cumprimento desta Portaria.

CERTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRANDUBA-AM.
Iranduba/AM, 26 de agosto de 2026.

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito do Município de Iranduba-AM

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:10B9CE72

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 1.105/2026 – GAB/PMI

CHAMADA de professores para integrar o REGIME COMPLEMENTAR DE HORAS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER DE IRANDUBA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRANDUBA, no uso de suas atribuições legais com amparo do Artigo 37, Inciso II da Constituição Federal de 1988 e Art. 105, Inciso II, letra "a" da Lei Orgânica do Município.
CONSIDERANDO o artigo 15 da Lei 178/2011 e a Instrução Normativa de Lotação nº 001/2021-SEMEI.

RESOLVE:

Art. 1º – CHAMAR o (a) Sr. (a) RUBINELY LEÃO PIMENTEL, Assessora de Gestão Escolar, Matrícula nº 4.389-8A , para integrar o regime complementar de horas, lotado (a) em 06 (seis) Unidades Escolares da rede Municipal, com a carga horária de 20 horas semanais, sendo 04 horas diárias, a vaga existente para este Regime Complementar de Horas, surge da necessidade de assegurar condições efetivas para o acompanhamento técnico, administrativo e pedagógica das unidades escolares sobre sua responsabilidade.
Art. 2º – O (a) servidor (a) deverá iniciar a contar do dia 03 de agosto de 2026.
Art. 3º – Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Iranduba, que tome todas as medidas cabíveis, para o fiel cumprimento desta Portaria.

CERTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRANDUBA-AM.
Iranduba/AM, 26 de agosto de 2026.

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito do Município de Iranduba-AM

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:BC7EBAC0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 1.106/2026 – GAB/PMI

CHAMADA de professores para integrar o REGIME COMPLEMENTAR DE HORAS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER DE IRANDUBA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRANDUBA, no uso de suas atribuições legais com amparo do Artigo 37, Inciso II da Constituição Federal de 1988 e Art. 105, Inciso II, letra "a" da Lei Orgânica do Município.
CONSIDERANDO o artigo 15 da Lei 178/2011 e a Instrução Normativa de Lotação nº 001/2021-SEMEI.

RESOLVE:

Art. 1º – CHAMAR o (a) Sr. (a) ELENICE AQUINO DE OLIVEIRA, Professor (a), Matrícula nº 1.246-8A , para integrar o regime complementar de horas, lotado (a) na ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL NOEMI SANTOS PEREIRA, com a carga horária de 10 horas semanais, sendo 02 horas diárias, a vaga existente para este Regime Complementar de Horas, surge da excepcionalidade da Escola que iniciou suas atividades em jornada de tempo integral.
Art. 2º – O período das atividades é a contar do dia 03 de junho de 2026 até 23 de dezembro de 2026.
Art. 3º – Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Iranduba, que tome todas as medidas cabíveis, para o fiel cumprimento desta Portaria.

CERTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRANDUBA-AM.
Iranduba/AM, 26 de agosto de 2026.

JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA
Prefeito do Município de Iranduba-AM

Publicado por:
Clemilda Silva Falcão Nunes
Código Identificador:CDCD6AC4

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE ITAMARATI

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Itamarati, através do Setor de Compras Públicas Municipais, torna público a realização do seguinte certame:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026 - SRP
Objeto: Eventual contratação de empresa para a prestação de serviços de transporte fluvial de cargas, por meio de balsas devidamente regularizadas e aptas à navegação para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itamarati
Tipo: Menor preço por item
Data da abertura: 09 de setembro de 2026. Hora: 11:00.

Regência legal: Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, Portaria Municipal nº 2051/2025, e demais normas pertinentes.
Informações: O edital bem como seus anexos poderão ser retirados na íntegra no Setor de Compras localizada na Rua Vitória Régias, s/n, bairro Centro, cidade Itamarati/AM – CEP 69.510-000, no horário das 8h às 12h, de segunda-feira a sexta-feira, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br e do Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Itamarati. Maiores esclarecimentos serão prestados pelo e-mail: licitacao@itamarati.am.gov.br.

Itamarati (AM), 27 de agosto de 2026.

ALAN CERCINO DA COSTA
Agente de Contratação
Portaria Nº 2051/2025

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:0541A489

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N.º 797 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL N.º 797 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

DECLARA SITUAÇÃO DE ALERTA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE ITAMARATI-AM AFETADAS PELO EVENTO ADVERSO ESTIAGEM – COBRADE Nº 1.4.1.1.0, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITAMARATI, EM EXERCÍCIO, Estado do Amazonas, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 67º, incisos V e VI, da Lei Orgânica do Município de Itamarati,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC e dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, notadamente os incisos IV e VI do art. 8º, e o disposto no art. 1º, §§ 2º e 4º, e no art. 2º;
CONSIDERANDO que o Município de Itamarati-AM é anualmente afetado pelo fenômeno da estiagem (vazante) do Rio Juruá, decorrente do regime hidrológico característico da região amazônica;
CONSIDERANDO que, em 19 de agosto de 2026, o Rio Juruá atingiu o nível de 7,87 **metros,** encontrando-se abaixo do limite de referência de 8,00 metros, conforme leitura da régua fluviométrica do Município, em articulação com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA);
CONSIDERANDO que o cenário hidrológico descrito caracteriza o **segundo estágio de risco hidrológico para estiagem**, correspondente à Situação de Alerta, uma vez que a cota do Rio Juruá encontra-se abaixo do patamar de normalidade e em trajetória de agravamento, nos termos dos protocolos de monitoramento da Defesa Civil Municipal;
CONSIDERANDO a possibilidade **alta** de agravamento e ocorrência do desastre classificado e codificado como ESTIAGEM – COBRADE Nº 1.4.1.1.0, nos termos da Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), conforme Portaria nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional;
CONSIDERANDO a previsão de diminuição das chuvas na região, aumentando a probabilidade de agravamento da estiagem;
CONSIDERANDO que o Poder Público Municipal atua para reduzir os impactos socioeconômicos sobre as famílias e comunidades atingidas pela estiagem, notadamente quanto ao abastecimento de água potável e não potável, à agricultura, à pecuária e à navegabilidade fluvial, estimando-se, preliminarmente, que 2.024 famílias e 7.323 pessoas, estão sendo diretamente afetadas pelo desastre de estiagem, alcançando 66 comunidades até o momento**, CONFORME LEVANTAMENTO PRELIMINAR DA DEFESA CIVIL E SECRETARIAS MUNICIPAIS**;
CONSIDERANDO a importância de ações coordenadas para garantir uma resposta eficiente e rápida em caso de necessidade de assistência às populações em situação de vulnerabilidade;
D E C R E T A:
Art. 1º Fica declarada **SITUAÇÃO DE ALERTA** nas áreas do Município de Itamarati-AM afetadas pelo evento adverso **ESTIAGEM**, classificado e codificado como ESTIAGEM – COBRADE Nº 1.4.1.1.0, conforme a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE).
Art. 2º Determina-se que a Defesa Civil Municipal:
I – Acompanhe, de forma sistemática e contínua, toda a área de risco e a cota diária da régua fluviométrica do Rio Juruá no Município de Itamarati, em articulação com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA);
II – Intensifique o monitoramento das áreas de risco e emita boletins periódicos sobre a evolução do quadro de estiagem, encaminhando-os ao Gabinete da Prefeita e aos órgãos municipais envolvidos;
III – mantenha contato permanente com os órgãos técnicos estaduais e federais responsáveis pelo monitoramento hidrológico e meteorológico da região.
Art. 3º Determina-se que a Defesa Civil Municipal inicie os trabalhos de planejamento, articulação, mobilização e coordenação dos órgãos de apoio para atender de forma otimizada as populações que se encontram vulneráveis, competindo-lhe, entre outras ações:
I – Atualizar o levantamento das famílias e comunidades atingidas ou em risco iminente em razão da estiagem;
II – Identificar os pontos críticos de abastecimento de água potável e não potável nas áreas urbana e rural;
III – articular-se com as Secretarias Municipais de Saúde, de Assistência Social, de Meio Ambiente e de Produção e Abastecimento para a adoção de medidas preventivas e de apoio às populações vulneráveis.
Art. 4º Fica a Administração Municipal autorizada a intensificar a divulgação de informações e orientações à população, por meio dos canais de comunicação disponíveis, com vistas à prevenção e à redução dos riscos decorrentes da estiagem.
Art. 5º A Situação de Alerta ora declarada poderá ser reavaliada a qualquer tempo, sendo revogada em caso de normalização do nível do Rio Juruá, ou intensificada mediante a decretação de Situação de Emergência, caso o cenário venha a se agravar e sejam atingidas as cotas críticas estabelecidas nos protocolos técnicos aplicáveis.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itamarati, em 25 de agosto de 2026.

RIAME MAGALHÃES LASMAR
Prefeita Municipal – Em Exercício

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:70AFB1D1

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 654, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre as atividades dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e dos Agentes de Combate às Endemias – ACE no Município de Itamarati, Estado do Amazonas, define o Regime Jurídico Administrativo como regime de contratação, cria os respectivos cargos, estabelece direitos, deveres, atribuições e demais normas aplicáveis, inclusive quanto ao adicional de insalubridade mediante laudo pericial, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAMARATI, Estado do Amazonas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com fundamento nos arts. 196 e 198, §§ 4º, 5º, 6º, 10 e 11 da Constituição Federal, na Emenda Constitucional nº 51/2006, na Emenda Constitucional nº 120/2022, e na Lei Federal nº 11.350/2006 com suas alterações,
FAZ SABER
que a Câmara Municipal de Itamarati aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde – ACS e de Agente de Combate às Endemias – ACE no âmbito do Município de Itamarati/AM, em conformidade com o disposto no art. 198, §§ 4º a 6º da Constituição Federal e na Lei Federal nº 11.350/2006.
Art. 2º. O exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei, dar-se-á exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, na execução das atividades de responsabilidade do Município de

Itamarati, mediante vínculo direto entre os referidos Agentes e órgão ou entidade da Administração Direta Municipal.

§ 1º É essencial e obrigatória a presença de Agentes Comunitários de Saúde na estratégia saúde da família e de Agentes de Combate às Endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental.

§ 2º Incumbe aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias desempenhar com zelo e presteza as atividades previstas nesta Lei.

Art. 3º. Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias são considerados profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, para fins do disposto na alínea "c" do inciso XVI do caput do art. 37 da Constituição Federal.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Art. 4º. O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica, com objetivo de ampliar o acesso da comunidade às ações e serviços de informação, de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania, sob supervisão do Secretário Municipal de Saúde.

§ 1º São consideradas atividades típicas do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação:

I – a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade;

II – o detalhamento das visitas domiciliares, com coleta e registro de dados relativos a suas atribuições, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde;

III – a mobilização da comunidade e o estímulo à participação nas políticas públicas voltadas para as áreas de saúde e socioeducacional;

IV – a realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para acolhimento e acompanhamento da gestante, da lactante, da criança, do adolescente, da pessoa idosa, da pessoa em sofrimento psíquico, da pessoa com dependência química e demais grupos vulneráveis;

V – a realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para identificação de situações de risco à família e grupos de maior vulnerabilidade social;

VI – o acompanhamento de condicionalidades de programas sociais, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS;

VII – o estímulo à participação da população no planejamento, acompanhamento e avaliação de ações locais em saúde;

VIII – a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;

IX – o registro para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde.

§ 2º O ACS poderá ainda, desde que tenha concluído curso técnico e disponha dos equipamentos adequados, e mediante assistência de profissional de nível superior: aferir pressão arterial, medir glicemia capilar, aferir temperatura axilar, orientar a administração de medicamentos e realizar verificação antropométrica, em caráter excepcional durante visita domiciliar, encaminhando o paciente quando necessário.

Art. 5º. O Agente Comunitário de Saúde deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício do cargo:

I – residir na área da comunidade em que atuar, desde a data de publicação do edital do processo seletivo público;

II – ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas;

III – ter concluído o ensino médio.

§ 1º Para os fins do disposto no inciso I, considera-se área o espaço geográfico definido pelo gestor municipal de saúde, por meio dos estudos de territorialização.

§ 2º É vedada a atuação do ACS fora da área geográfica a que se refere o inciso I, salvo quando houver risco à integridade física do Agente ou de membro de sua família decorrente de ameaça por membro da comunidade, hipótese em que a área poderá ser alterada por ato do Secretário Municipal de Saúde.

§ 3º Não se aplica a exigência do inciso III aos agentes que, em 05.10.2006, data da publicação da Lei Federal nº 11.350/2006, já estavam exercendo atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

Art. 6º. O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do Secretário Municipal de Saúde.

§ 1º São consideradas atividades típicas do Agente de Combate às Endemias:

I – desenvolvimento de ações educativas e de mobilização da comunidade relativas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde;

II – realização de ações de prevenção e controle de doenças e agravos, em interação com o ACS e a equipe de atenção básica;

III – identificação de casos suspeitos de doenças e agravos e encaminhamento para a unidade de saúde de referência;

IV – divulgação de informações à comunidade sobre sinais, sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e sobre medidas de prevenção individuais e coletivas;

V – realização de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças;

VI – cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção e controle de doenças;

VII – execução de ações de prevenção e controle de doenças, com utilização de medidas de controle químico e biológico, manejo ambiental e manejo integrado de vetores;

VIII – pesquisas de vetores nas fases larvárias e adulta;

IX – eliminação de criadouros/depósitos positivos através de remoção, destruição, vedação, entre outros;

X – tratamento focal e borrifações com equipamentos portáteis;

XI – distribuição e recolhimento de coletores de fezes;

XII – coleta de amostras de sangue de animais, quando aplicável;

XIII – registro das informações referentes às atividades executadas em formulários específicos;

XIV – mobilização da comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental para o controle de vetores.

§ 2º O Agente de Combate às Endemias poderá participar, mediante treinamento adequado, da execução, coordenação ou supervisão das ações de vigilância epidemiológica e ambiental, bem como das ações de vacinação animal contra zoonoses de relevância para a saúde pública.

Art. 7º. O Agente de Combate às Endemias deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício do cargo:

I – ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas;

II – ter concluído o ensino médio.

Parágrafo único. Não se aplica a exigência do inciso II aos agentes que, em 05.10.2006, data da publicação da Lei Federal nº 11.350/2006, já estavam exercendo atividades próprias de Agente de Combate às Endemias.

CAPÍTULO IV

DAS ATIVIDADES INTEGRADAS E DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Art. 8º. O Agente Comunitário de Saúde e o Agente de Combate às Endemias realizarão atividades de forma integrada, desenvolvendo mobilizações sociais por meio da Educação Popular em Saúde, dentro de sua área geográfica de atuação, especialmente:

I – na orientação da comunidade quanto à adoção de medidas simples de manejo ambiental para o controle de vetores e de outras ações de promoção de saúde;

II – no planejamento, programação e desenvolvimento de atividades de vigilância em saúde, de forma articulada com as equipes de saúde da família;

III – na identificação e encaminhamento para a unidade de saúde de referência de situações que, relacionadas a fatores ambientais, interfiram no curso de doenças ou tenham importância epidemiológica;

IV – na realização de campanhas ou de mutirões para o combate à transmissão de doenças infecciosas e a outros agravos.

Art. 9º. Deverão ser observadas as ações de segurança e de saúde do trabalhador na execução das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, notadamente:
I – o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs fornecidos pelo Município;
II – a realização dos exames de saúde ocupacional admissional, periódico e demissional, custeados pelo Município;
III – a capacitação continuada em segurança do trabalho e em saúde do trabalhador.
Art. 10. A cada dois (02) anos, os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias frequentarão cursos de educação continuada e aperfeiçoamento, organizados pela Secretaria Municipal de Saúde em conformidade com as diretrizes do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Educação, nas modalidades presencial ou semipresencial.

CAPÍTULO V
DO REGIME JURÍDICO
Art. 11. O vínculo jurídico dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias do Município de Itamarati será regido pelo Regime Jurídico Administrativo, de natureza estatutária, nos termos do art. 8º da Lei Federal nº 11.350/2006, que autoriza lei local a dispor de forma diversa do regime celetista.
§ 1º É expressamente vedada a contratação de ACS ou ACE pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT no âmbito do Município de Itamarati, sendo nulo de pleno direito qualquer contrato firmado em desconformidade com este dispositivo.
§ 2º O vínculo do ACS e do ACE com o Município de Itamarati é de natureza jurídico-administrativa e não trabalhista, não se aplicando as disposições da CLT, salvo nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei ou na Lei Federal nº 11.350/2006.
§ 3º Os ACS e ACE admitidos nos termos desta Lei se submeterão ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, disciplinado pelas Leis Federais nº 8.212/1991 e nº 8.213/1991.
§ 4º Aplicam-se subsidiariamente, no que couber e não conflitar com esta Lei, as disposições da Lei Federal nº 11.350/2006 e as normas do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itamarati.

CAPÍTULO VI
DA CRIAÇÃO DOS CARGOS E DA ADMISSÃO
Art. 12. Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itamarati os cargos públicos de Agente Comunitário de Saúde – ACS e de Agente de Combate às Endemias – ACE, nos termos, condições e padrões salariais estabelecidos no Anexo Único desta Lei.
§ 1º O quantitativo de vagas para cada cargo será fixado por ato do Poder Executivo Municipal, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, a cobertura territorial necessária e os parâmetros técnicos definidos pelo Ministério da Saúde para a Atenção Básica.
§ 2º A criação de novas vagas, bem como a redução ou extinção das existentes, dar-se-á por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, respeitados os limites legais de despesa com pessoal, dispensando-se, para esse fim, legislação específica.
§ 3º O Poder Executivo dará publicidade ao quantitativo de vagas vigente mediante publicação em órgão oficial do Município, com atualização sempre que houver alteração.
Art. 13. A jornada de trabalho diária e semanal dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias é de quarenta (40) horas semanais, a ser cumprida integralmente em ações e serviços de atenção básica à saúde, vedada a utilização desses profissionais para fins distintos de suas atribuições legais.
Art. 14. O preenchimento dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias deverá ser precedido, obrigatoriamente, de Processo Seletivo Público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade das atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do art. 9º da Lei Federal nº 11.350/2006.
§ 1º O Processo Seletivo Público terá validade de dois (02) anos, podendo ser prorrogado por igual período, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.
§ 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover o processo seletivo público de provas ou de provas e títulos para preenchimento das vagas e formação de cadastro de reserva dos cargos criados por esta Lei.
Art. 15. Os profissionais que, na data de publicação desta Lei, exerçam atividades de Agente Comunitário de Saúde ou de Agente de Combate às Endemias vinculados diretamente ao gestor local do SUS e que tenham sido contratados mediante processo de seleção pública observando os princípios constitucionais, poderão ser incorporados ao Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde no prazo máximo de sessenta (60) dias a partir da publicação desta Lei.
Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde certificará, em cada caso, a existência de anterior processo de seleção pública, para efeito da dispensa referida no parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51/2006.
Art. 16. Fica vedada a contratação temporária ou terceirizada de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias, salvo na hipótese de combate a surtos endêmicos, na forma da lei aplicável.

CAPÍTULO VII
DA REMUNERAÇÃO E DOS DIREITOS
Art. 17. A remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias corresponderá ao vencimento base definido no Anexo Único desta Lei, que não poderá ser inferior ao piso salarial profissional nacional estabelecido nos termos do § 5º e § 9º do art. 198 da Constituição Federal e da Emenda Constitucional nº 120/2022.
§ 1º O vencimento base dos ACS e ACE será reajustado anualmente, no mínimo, na mesma proporção do reajuste do piso salarial profissional nacional fixado pelo Governo Federal, independentemente de atualização da lei municipal.
§ 2º Os recursos financeiros repassados pela União ao Município de Itamarati para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos ACS e ACE não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal, conforme § 11 do art. 198 da Constituição Federal.
Art. 18. Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias deverão exercer suas funções exclusivamente durante os horários de funcionamento da municipalidade, sendo-lhes vedado o trabalho em horas extraordinárias, salvo em casos excepcionais e desde que previamente autorizado pelo Secretário Municipal de Saúde, observando-se normas próprias municipais acerca da aprovação prévia da despesa.

CAPÍTULO VIII
DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE
Art. 19. Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias do Município de Itamarati têm direito ao adicional de insalubridade, nos termos do § 10 do art. 198 da Constituição Federal, acrescido pela Emenda Constitucional nº 120/2022, desde que comprovada, mediante Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, a exposição habitual e permanente a agentes nocivos à saúde acima dos limites de tolerância fixados pelos órgãos federais competentes.
§ 1º O reconhecimento do direito ao adicional de insalubridade não é automático nem decorre apenas do cargo ou da descrição abstrata das atribuições. É indispensável a elaboração prévia de laudo pericial técnico que ateste, concretamente, o contato com agentes nocivos, sua habitualidade, permanência e o grau de exposição.
§ 2º O Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT deverá ser elaborado por Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, devidamente habilitado e registrado no respectivo conselho profissional, podendo o Município contratar profissional ou empresa especializada para esse fim.
§ 3º O LTCAT deverá especificar:
a) os agentes nocivos identificados (físicos, químicos ou biológicos) e o nível de exposição verificado;
b) a habitualidade e permanência da exposição;
c) o enquadramento nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente a NR-15 e seus Anexos;
d) o grau de insalubridade apurado (mínimo, médio ou máximo);
e) a indicação se os EPIs fornecidos neutralizam ou não a exposição nociva.

Art. 20. O percentual do adicional de insalubridade será definido exclusivamente a partir do grau apurado no laudo pericial, nos seguintes valores calculados sobre o salário mínimo nacional:
I – grau mínimo: dez por cento (10%) do salário mínimo nacional;
II – grau médio: vinte por cento (20%) do salário mínimo nacional;
III – grau máximo: quarenta por cento (40%) do salário mínimo nacional.
Art. 21. O pagamento do adicional de insalubridade terá como termo inicial a data de conclusão e formalização do laudo pericial que reconheça a exposição às condições insalubres, sendo o laudo de natureza declaratória.
Art. 22. A Secretaria Municipal de Saúde fica obrigada a promover a elaboração do LTCAT no prazo de cento e oitenta (180) dias contados da publicação desta Lei, com atualização a cada dois (02) anos ou sempre que houver alteração significativa nas condições de trabalho.
§ 1º Enquanto não for elaborado o LTCAT, nenhum ACS ou ACE fará jus ao pagamento do adicional de insalubridade com base nesta Lei, sem prejuízo dos direitos adquiridos por força de decisão judicial.
§ 2º Caso o laudo pericial conclua pela inexistência de condições insalubres ou pela neutralização dos agentes pelo uso adequado dos EPIs, o adicional não será devido.
§ 3º O ACS ou ACE que discordar do resultado do laudo pericial poderá requerer revisão administrativa fundamentada no prazo de trinta (30) dias contados da ciência do resultado, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Art. 23. O pagamento do adicional de insalubridade será suspenso nas seguintes hipóteses:
I – quando o agente for designado para exercer atividades exclusivamente administrativas internas, sem exposição a agentes nocivos;
II – quando novo laudo pericial concluir pelo afastamento das condições insalubres ou pela eficácia dos EPIs fornecidos;
III – durante afastamentos superiores a trinta (30) dias consecutivos não motivados por doença ocupacional decorrente das condições insalubres.
Parágrafo único. A suspensão do adicional não se aplica nos casos de férias regulares, licença-maternidade, licença-paternidade, licença por doença ocupacional relacionada à atividade insalubre ou outros afastamentos legalmente garantidos de curta duração.

CAPÍTULO IX
DOS DEVERES E DA EXTINÇÃO DO VÍNCULO

Art. 24. São deveres dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias:
I – exercer com dedicação, pontualidade, probidade e eficiência as atribuições do cargo;
II – manter sigilo sobre as informações de saúde das famílias e indivíduos acompanhados;
III – manter residência na microárea de sua atuação, no caso dos ACS;
IV – cumprir as metas e indicadores definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
V – utilizar obrigatoriamente os EPIs fornecidos pelo Município;
VI – participar das capacitações e treinamentos determinados pela chefia imediata;
VII – zelar pelo patrimônio público sob sua responsabilidade;
VIII – comunicar imediatamente à chefia quaisquer irregularidades ou situações de risco identificadas durante as visitas.
Art. 25. A Administração Municipal somente poderá extinguir unilateralmente o vínculo do ACS ou do ACE nas seguintes hipóteses taxativas, nos termos do art. 10 da Lei Federal nº 11.350/2006:
I – prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, apurada mediante processo administrativo disciplinar com garantia do contraditório e da ampla defesa;
II – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
III – necessidade de redução do quadro de pessoal por excesso de despesa, nos termos da Lei Federal nº 9.801/1999;
IV – insuficiência de desempenho, apurada em processo administrativo no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico com efeito suspensivo e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos;
V – no caso do ACS, descumprimento da obrigação de residir na microárea de atuação ou apresentação de declaração falsa de residência.
§ 1º A extinção do vínculo por iniciativa do próprio agente dar-se-á mediante pedido formal de desligamento.
§ 2º O gestor municipal de saúde informará ao Conselho Municipal de Saúde sobre os motivos que levaram à extinção do vínculo do agente.

CAPÍTULO X
DA EXTINÇÃO DOS CARGOS

Art. 26. Os cargos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias serão extintos no caso de extinção do programa federal que lhes dá suporte financeiro, ressalvada a existência de previsão orçamentária própria em legislação municipal específica, ou nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 9.801/1999.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 27. Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias que, na data de publicação desta Lei, já exercem suas atividades no Município de Itamarati em qualquer regime de contratação ficam enquadrados no Regime Jurídico Administrativo previsto nesta Lei, desde que tenham sido admitidos por processo seletivo público ou processo equivalente realizado com observância dos princípios constitucionais da Administração Pública, conforme art. 2º, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 51/2006.
§ 1º A Secretaria Municipal de Saúde promoverá o levantamento e a regularização de todos os vínculos existentes, no prazo de cento e oitenta (180) dias contados da publicação desta Lei.
§ 2º Os ACS e ACE enquadrados nos termos deste artigo não estão sujeitos a novo processo seletivo, preservando-se os vínculos anteriores.
Art. 28. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a editar os regulamentos e atos administrativos necessários à execução desta Lei, especialmente o instrumento de avaliação de desempenho e as normas complementares relativas ao processo seletivo público.
Art. 29. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes, especialmente com recursos do Fundo Municipal de Saúde vinculados ao Programa Agente Comunitário de Saúde, ou outro que vier a substituí-lo, podendo o Município complementar com recursos próprios.
Art. 30. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial aquelas que regulamentavam a contratação de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias em regime diverso do previsto nesta Lei.
Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itamarati (AM), em 25 de agosto de 2026.

RIAME MAGALHÃES LASMAR
Prefeita Municipal de Itamarati – Em Exercício
Estado do Amazonas

ANEXO ÚNICO
QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CARGOS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS E AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS – ACE

DENOMINAÇÃO DO CARGO	SÍMBOLO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO BASE MENSAL
Agente Comunitário de Saúde	ACS	40h	Piso Nacional (*)
Agente de Combate às Endemias	ACE	40h	Piso Nacional (*)

(*) O vencimento base corresponde ao piso salarial profissional nacional dos ACS e ACE, fixado pelo Governo Federal nos termos do § 5º do art. 198 da Constituição Federal e da Emenda Constitucional nº 120/2022, atualmente equivalente a dois salários mínimos nacionais (R$ 3.036,00 para 2025 / R$ 3.242,00 para 2026, conforme projeção). O valor será automaticamente atualizado sempre que houver reajuste do salário mínimo nacional ou do piso salarial profissional nacional pelo Governo Federal, prevalecendo sempre o maior valor, independentemente de atualização da lei municipal.
(**) O quantitativo de vagas para cada cargo será definido por ato do Poder Executivo Municipal, em conformidade com o art. 12, §§ 1º a 3º desta Lei, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município e os parâmetros técnicos do Ministério da Saúde.

(***) Os recursos financeiros repassados pela União para pagamento dos ACS e ACE não integram o cálculo do limite de despesas com pessoal, nos termos do § 11 do art. 198 da Constituição Federal.

Itamarati (AM), em 25 de agosto de 2026.

RIAME MAGALHÃES LASMAR
Prefeita Municipal de Itamarati – Em Exercício
Estado do Amazonas

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:E827B31E

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 655, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

"Institui a Política Municipal de Alfabetização, em conformidade com as diretrizes nacionais e em observância às especificidades locais, visando assegurar o direito à alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental da rede municipal de Itamarati, AM, e dás outras providencias."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAMARATI, no uso de suas atribuições legais concedidas por Lei,
FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Itamarati, Estado do Amazonas, que a Câmara Municipal aprovou e, eu **sanciono** a seguinte,

L E I :

CAPÍTULO I
– DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização como instrumento essencial para garantir o direito de cada criança à alfabetização pela e contextualizada, desde a Educação Infantil até o término do 2º ano do Ensino Fundamental.

Art. 2º A Política tem como finalidade assegurar que toda criança tenha acesso a oportunidades de aprendizagem que favoreçam a leitura, a escrita e o raciocínio lógico, reconhecendo o papel das famílias e da comunidade na consolidação desse processo.

CAPÍTULO II
– DOS PRINCIPIOS E OBJETIVOS

Art. 3º A Política Municipal de Alfabetização será orientada pelos princípios da cooperação entre os entes federativos, da valorização dos profissionais da educação, da equidade no acesso e da inclusão de práticas pedagógicas baseadas em evidências científicas.
Art. 4º São objetivos desta Política garantir o desenvolvimento integral das crianças da Educação Infantil, assegurar a alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, promover a formação continuada dos professores e fortalecer o vínculo entre escola, família e comunidade.

CAPÍTULO III
– DAS DIRETRIZES

Art. 5º A implementação da Política seguirá diretrizes que priorizam a alfabetização na idade certa, o acompanhamento sistemático das aprendizagens e a identificação precoce de dificuldades, assegurando intervenções pedagógicas adequadas.

Parágrafo único. A Política também promoverá o estímulo à leitura e à escrita em diferentes contextos e o uso de tecnologias educacionais como ferramentas de apoio.

CAPÍTULO IV
– DO PÚBLICO ALVO E AGENTES ENVOLVIDOS

Art. 6º São públicos-alvo desta Política as crianças matriculadas na Educação Infantil e nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, bem como estudantes que apresentem defasagens no processo de alfabetização e jovens e adultos em fase inicial de escolarização.

Art. 7º São agentes envolvidos os professores, pedagogos, coordenadores, diretores, equipes técnico-pedagógicas e demais profissionais vinculados à Secretaria Municipal de Educação, além das famílias e da comunidade escolar.

CAPÍTULO V
– DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 8º A Política será implementada por meio de programas e ações que contemplem formação de professores, materiais didáticos, metodologias inovadoras, uso de recursos tecnológicos e avaliações periódicas.

Art. 9º O planejamento das ações deverá ser anual e articulado com outras políticas educacionais, garantindo continuidade e sustentabilidade.

Art. 10 O Poder Executivo poderá firmar parcerias com instituições públicas e privadas, universidades e organizações da sociedade civil para o desenvolvimento de programas e projetos voltados à alfabetização.

Art. 11 A Secretaria Municipal de Educação poderá instituir comissões permanentes para o acompanhamento técnico e aperfeiçoamento das ações.

CAPÍTULO VI
– DA FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 12 A formação dos professores alfabetizadores será prioridade, abrangendo didática da leitura, escrita e matemática, bem como práticas pedagógicas baseadas em evidências.

Art. 13 O Município poderá conceder incentivos e certificações a profissionais que participarem de programas de formação e atingirem resultados de destaque.

Art. 14 A Secretaria Municipal de Educação deverá promover ações de acompanhamento pedagógico e mentoria docente, fortalecendo as práticas educativas nas escolas.

CAPÍTULO VII
– DA GOVERNANÇA E GESTÃO

Art. 15 Fica instituído o Comitê Municipal de Alfabetização, órgão consultivo e deliberativo responsável por acompanhar, propor ajustes e avaliar a execução da Política.

Art. 16 O Comitê será composto por representantes da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Educação, de instituições de ensino e da sociedade civil.

Art. 17 Compete ao Comitê propor metas, acompanhar indicadores, elaborar relatórios e sugerir melhorias com base nas avaliações.

CAPÍTULO VIII
– DO REGIME DE COLABORAÇÃO

Art. 18 A execução da Política Municipal de Alfabetização será realizada em regime de colaboração com a União e o Estado, nos termos da Constituição Federal e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Art. 19 O regime de colaboração compreenderá:

I – apoio técnico e financeiro da União e do Estado ao Município;

II – compartilhamento de sistemas de avaliação e monitoramento da aprendizagem;

III – oferta de formação continuada para professores e gestores escolares;

IV – desenvolvimento conjunto de materiais pedagógicos e orientações curriculares;

V – pactuação de metas e indicadores de alfabetização;

VI – cooperação na implementação de programas de recomposição das aprendizagens.

Art. 20 O Município poderá aderir a programas, projetos e ações da União e do Estado, bem como firmar convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres para execução da política.

CAPÍTULO IX
– DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

Art. 21 A Secretaria Municipal de Educação deverá publicar, anualmente, relatório com os resultados da Política, incluindo dados sobre desempenho, ações e investimentos.

Art. 22 O relatório será encaminhado ao Conselho Municipal de Educação e amplamente divulgado à comunidade, assegurando transparência e participação social.

CAPÍTULO X
– DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 23 O monitoramento e a avaliação da Política serão conduzidos pela Secretaria Municipal de Educação, visando garantir o cumprimento das metas e a melhorias contínua das ações.

Art. 24 Serão utilizados indicadores de aprendizagem e de gestão para avaliar a qualidade das práticas e assegurar transparências e eficiência.
CAPÍTULO XI
– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 Compete à Secretaria Municipal de Educação elaborar o Plano Anual de Trabalho da Alfabetização, com metas, prazos e responsabilidades.

Art. 26 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Itamarati, Estado do Amazonas, em 25 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Itamarati
RIAME MAGALHÃES LASMAR
Prefeita Municipal – Em Exercício

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:0A10E48A

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 656, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária – LDO, de 2027 e dá outras providências.

.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAMARATI, no uso de suas atribuições legais concedidas por Lei,
FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Itamarati, Estado do Amazonas, que a Câmara Municipal aprovou e, eu **sanciono** a seguinte,
L E I :

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas as diretrizes para o orçamento municipal de 2027, compreendendo:
As orientações sobre elaboração e execução;
As prioridades e metas operacionais;
As alterações na legislação tributária municipal;
As disposições relativas à despesa com pessoal;
Outras determinações de gestão financeira.
Parágrafo único – Integram a presente Lei os anexos de metas, de riscos fiscais e o de prioridades operacionais, bem como outros demonstrativos exigidos pelo direito financeiro.

CAPÍTULO II - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 2º. A proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, bem como suas autarquias, fundações, empresas municipais dependentes, além dos investimentos das empresas municipais autônomas do Tesouro Municipal, nisso observado os seguintes objetivos:

Combater a pobreza, promover a cidadania e a inclusão social;
Oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial à população carente, sobretudo a afetada por surtos epidêmicos;
Prestar assistência à criança e ao adolescente;
Promover o desenvolvimento econômico do Município;
Melhorar a infraestrutura urbana.
Apoiar estudantes carentes na realização do ensino médio e superior; reestruturar os serviços administrativos;
Buscar maior eficiência arrecadatória;
Municipalizar todo o ensino fundamental I e II;

Art. 3º. O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado conforme as diretrizes fixadas nesta Lei e as correspondentes normas da Constituição, da Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º. A Lei Orçamentária Anual compreenderá: o orçamento fiscal;
o orçamento de investimento das empresas municipais não dependentes;
o orçamento da seguridade social.

§ 2º. O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a receita em anexo próprio, conforme o Anexo I, da Portaria Interministerial nº 163, de 2001.

§ 3º. O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão o gasto no mínimo até o elemento de despesa, tal qual determina o artigo 15, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

§ 4º. Caso o projeto de lei orçamentária seja elaborado por sistema de processamento de dados, deverá o Poder Executivo disponibilizar acesso aos vereadores e técnicos da Câmara Municipal, para as pertinentes funções legislativas.

Seção II - Das Diretrizes Específicas

Art. 4º. A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2027 obedecerá às seguintes disposições:

Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os valores e metas físicas;
Desde que tenham o mesmo objetivo operacional, as ações de governo apresentarão igual código, independentemente da unidade orçamentária a que se vinculem;
A alocação dos recursos será efetuada de modo a possibilitar o controle de custos e a avaliação dos resultados programáticos;
A estimativa da receita considerará a arrecadação dos três últimos exercícios, as modificações na legislação tributária, bem como a perspectiva do Produto Interno Bruto (PIB) e da taxa inflacionária para o biênio 2026/2027;
As receitas e despesas serão orçadas a preços de abril de 2026;
Novos projetos contarão com dotação apenas se orçamentariamente supridos os que se encontram em andamento, e desde que atendidos os gastos de conservação do patrimônio público;

Art. 5º. As unidades orçamentárias da Administração direta e as entidades da Administração indireta encaminharão ao Departamento de Contabilidade e Orçamento da Prefeitura Municipal (ou órgão equivalente) suas propostas parciais até 30 de junho de 2026.

Art. 6º - A Câmara Municipal encaminhará à Prefeitura sua proposta orçamentária até 30 de setembro de 2026.

Art. 7º - Para atender ao art. 4º, parágrafo único, "d", da Lei Federal 8.069, de 1990, serão destinados não menos que 0,6% da receita corrente líquida para as despesas de proteção à criança e ao adolescente.

Prioridades da Assistência Social:

• Garantir a **proteção social básica** por meio da manutenção e ampliação dos CRAS.
• Fortalecer a **proteção social especial**, com foco no CREAS e nos serviços de acolhimento.
• Assegurar a oferta de **benefícios eventuais** conforme a LOAS.
• Consolidar a **gestão do SUAS**, com equipe técnica, capacitação e estrutura adequada.
• Desenvolver e atualizar a **vigilância socioassistencial** e o diagnóstico socioterritorial.

Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício 2027, será dado como prioridade à utilização de pelo menos 3% (três) por cento da Receita Corrente Liquida do ano imediatamente anterior, com ações do Sistema único da Assistência Social (SUAS), objetivando:
§ 1° Ampliação da política de assistência social através do Sistema único de Assistência Social (SUAS), dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para as famílias em estado de vulnerabilidade, e nas situações de vulnerabilidade, e nas situações de enfrentamento a estado de emergência e calamidade pública;
§ 2° Combate à pobreza com a execução de programas sociais de transferência de renda;
Parágrafo Único. As metas e prioridades da administração municipal para o exercício de 2027, têm procedência na alocação de recursos na lei orçamentária, não se constituindo em limite à programação da despesa e considerar-se-ão modificadas por leis posteriores, inclusive pela lei orçamentária, e pelos créditos adicionais abertos pelo Poder Executivo.

Art. 8º - A Lei Orçamentária Anual conterá no minimo reserva de contingência equivalente a 0,8 % (zero, oito por cento) da receita corrente líquida.

Art. 9º - Além da reserva prevista no artigo 8º, a Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência para o atingimento de superávit que reduza, ainda que progressivamente, a dívida líquida de curto prazo do Município (se for o caso).

Art. 10 – Em adição às reservas prescritas nos artigos 8º e 9º, a Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência em valor equivalente ao esperado superávit do regime próprio de previdência social (se for o caso).

Art. 11 - Até o limite de 80% (oitenta por cento) da despesa inicialmente fixada, fica o Poder Executivo autorizado a realizar transposições, remanejamentos e transferências entre órgãos orçamentários e categorias de programação.

Parágrafo único- Para os fins do art. 167, VI, da Constituição, categoria de programação é o mesmo que Atividade, Projeto ou Operação Especial e, na órbita da classificação econômica da despesa, os grupos corrente e de capital.

Art. 12 - Nos moldes do art. 165, § 8º da Constituição e do art. 7º, I, da Lei 4.320/1964, a lei orçamentária poderá conceder, no máximo, até 80% (oitenta por cento) para abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 1º - Do percentual facultado no caput, 80% (oitenta por cento) estarão vinculados a créditos suplementares financiados pela anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 2º - Do percentual facultado no caput, 100% (cem por cento) estarão vinculados a créditos suplementares financiados pelo superávit financeiro do exercício de 2026, excesso de arrecadação ou por operações de crédito, tudo conforme o art. 43, § 1º, I, II e IV, da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 13. Os auxílios, subvenções e contribuições estarão submetidos às regras da Lei Federal nº 13.019, de 2014, devendo ainda as entidades atender ao que segue:

Atendimento direto e gratuito ao público;
Certificação junto ao respectivo Conselho Municipal ou Estadual;
Aplicação na atividade-fim de, ao menos, 80% da receita total;
Compromisso de franquear, na Internet, demonstrativo mensal de uso do recurso municipal transferido, nos moldes da Lei Federal 12.527, de 2011. Prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos, devidamente avalizada pelo controle interno e externo.
Salário dos dirigentes inferior ao subsídio do Prefeito.

Parágrafo Único - Haverá manifestação prévia e expressa da assessoria jurídica e do controle interno da Prefeitura, após visita ao local de atendimento.

Art. 14. O custeio de despesas estaduais e federais se realizará nos moldes da Lei Orçamentária.

Art. 15 As despesas de publicidade e propaganda, do regime de adiantamento, de representação oficial, de locação de veículos e as relativas a obras aprovadas no orçamento participativo serão todas destacadas em específica categoria programática, sob denominação que permita a sua clara identificação (se houver).

Art. 16 Até 5 (cinco) dias úteis após o envio à Câmara Municipal, o Poder Executivo publicará, na Internet, o projeto de lei orçamentária, resumindo-o em face dos seguintes agregados:

Órgão orçamentário;
Função de governo;
Grupo de natureza de despesa.

Seção III - Da Execução do Orçamento

Art. 17. Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso.

§1º. As receitas serão desdobradas em metas bimestrais, enquanto os desembolsos financeiros se apresentarão em metas mensais.

§ 2º. A programação financeira e o cronograma de desembolso poderão ser modificados segundo o comportamento da execução orçamentária.

§ 3º. A programação financeira e o cronograma de desembolso compreendem o Poder Legislativo e o Poder Executivo, neste incluídas as autarquias, fundações e empresas dependentes do Tesouro Municipal.

Art. 18. Caso haja frustração da receita prevista e, comprometimento dos esperados resultados fiscais, será determinada a limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 1º. A restrição do caput será proporcional à participação dos Poderes no total das dotações orçamentárias e dos créditos adicionais.

§ 2º. Serão excluídas as despesas alusivas às obrigações constitucionais e legais do Município, bem como as contrapartidas requeridas em convênios firmados com a União e o Estado.

§ 3º. A limitação de empenho e da movimentação financeira será ordenada pelos Chefes do Poder Legislativo e Executivo, dando-se, respectivamente, por Ato da Mesa e Decreto.

Art. 19. Para isenção dos procedimentos requeridos no art. 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se irrelevante a despesa que não ultrapasse os limites dos artigos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 20. Os atos de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário que importem em renúncia de receita obedecerão às disposições do art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de créditos inferiores aos custos de cobrança, bem como o desconto para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), desde que os respectivos valores tenham composto a estimativa da receita orçamentária.

CAPÍTULO III - DAS PRIORIDADES E METAS

Art. 21. As metas e as prioridades para 2027 são as especificadas no Anexo que integra esta lei.

CAPÍTULO IV - DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 22. O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

Revisão e atualização do Código Tributário Municipal;
Revogação das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal;
Revisão das taxas, adequando-as ao custo dos serviços por elas custeados;
Atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a à realidade do mercado imobiliário;
Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos;
Municipalização da cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR).

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESPESA DE PESSOAL

Art. 23. O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei referentes ao servidor público, o que alcança:

Revisão ou aumento na remuneração;
Concessão de adicionais e gratificações; Criação e extinção de cargos;
Revisão do plano de cargos, carreiras e salários, objetivando a melhoria do serviço público;
Concurso Público de Provas e títulos para reposição de vagas no serviço pública;

Parágrafo único – Os procedimentos autorizados neste artigo dependerão de saldo na respectiva dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de acréscimo na despesa com pessoal.

Art. 26. Na hipótese de superação do limite prudencial de que trata o art. 23 da Lei Federal nº 101, de 2000, a convocação para horas extras ocorrerá somente em casos de calamidade pública, após a edição do respectivo decreto municipal.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24 - Os repasses mensais ao Poder Legislativo serão realizados segundo o cronograma de desembolso de que trata o art. 19 desta Lei, respeitado o limite do art. 29-A da Constituição.

§1º. Caso o orçamento legislativo supere o limite referido no caput, fica o Poder Executivo autorizado ao corte do excesso, não sem antes a oitiva da Mesa Diretora da Câmara quanto às despesas que serão afastadas.

Art. 25. Ao final de cada exercício, a Câmara Municipal recolherá, na Tesouraria da Prefeitura, a parcela não utilizada da duodécima corrente, bem como as retenções do Imposto de Renda e do Imposto sobre Serviços se houver.

Art. 26. Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados sob o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais do Poder Legislativo serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até trinta dias, a contar da data do pedido feito à Prefeitura.

Art. 27. Caso o projeto de lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, a sua programação será executada, a cada mês, na proporção de até 1/12 do total da despesa orçada.

Art. 28. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itamarati, em 25 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Itamarati
RIAME MAGALHÃES LASMAR
Prefeita Municipal – Em Exercício

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:6120FD6F

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE JAPURÁ

COMISSÃO MUNICPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 040/2025-PMJ

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 040/2025-PMJ

ESPECIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 040/2025-PMJ, oriundo do Pregão Presencial nº. 028/2025.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ-AM e SOLUÇÕES CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo do contrato, por mais 02 (dois) meses, contados a partir do dia 28 de agosto de 2026.

Ratificação: As demais disposições não alteradas são ratificadas por este instrumento para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Japurá, 24 de agosto de 2026.

VANILSO MONTEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal de Japurá

Publicado por:
Rode Lídia da Rocha Pontes
Código Identificador:D14DACCD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 043/2026/GS-SEMED DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 043/2026/GS-SEMED DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Promoção da Dignidade Menstrual nas Escolas da Rede Pública de Ensino e dá outras providências.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JAPURÁ/AM**, PAULO CESAR QUEIROZ DO NASCIMENTO, no uso das atribuições legais, e,
CONSIDERANDO o direito à educação com equidade e dignidade, conforme previsto na Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir condições adequadas de higiene e saúde para estudantes que menstruam, promovendo a permanência e o sucesso escolar;
CONSIDERANDO a importância de combater a evasão escolar associada à pobreza menstrual;
CONSIDERANDO a Lei nº 14.214/2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual no Brasil;
CONSIDERANDO a importância de promover a equidade de gênero e o enfrentamento das desigualdades sociais;
RESOLVE:
Art. 1º - Da Instituição da Política: Fica instituída a Política Municipal de Promoção da Dignidade Menstrual no âmbito das escolas da rede pública municipal de ensino de JAPURÁ
Art. 2º - Dos Objetivos: A Política tem como objetivos:
Garantir o acesso gratuito à absorventes higiênicos para estudantes em situação de vulnerabilidade;
Promover ações educativas sobre saúde menstrual;
Combater o estigma e o preconceito relacionados à menstruação;
Reduzir a evasão e o absenteísmo escolar;
Assegurar condições adequadas de higiene nas unidades escolares;
Garantir a permanência digna de estudantes que menstruam no ambiente escolar;
Promover a equidade de gênero e o enfrentamento das desigualdades sociais.
Art. 3º - Do Público-Alvo: São beneficiárias da Política todas as pessoas que menstruam no ambiente escolar, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social.
Art. 4º - Das Ações: Para implementação da Política, a Secretaria Municipal de Educação adotará as seguintes ações:
Distribuição contínua e gratuita de absorventes higiênicos nas escolas;
Realização de atividades educativas periódicas sobre saúde menstrual e higiene, em parceria com a área da saúde;
Capacitação periódica de professores e equipes escolares;
Adequação da infraestrutura sanitária das escolas, garantindo condições adequadas de limpeza, com disponibilidade de água e sabão e garantindo condições de segurança nos banheiros, como privacidade;
Criação de estratégias de escuta e acolhimento das estudantes;
Integração com a Secretaria Municipal de Saúde para apoio técnico e desenvolvimento das ações;
Promoção de campanhas de conscientização.
Art. 5º - Das Competências: Compete à Secretaria Municipal de Educação:
Coordenar e monitorar a execução da Política;
Articular com outras secretarias e parceiros institucionais;
Garantir recursos necessários à execução das ações;
Produzir relatórios periódicos de acompanhamento;
Apoiar as unidades escolares na implementação das ações.
Art. 6º - Das Parcerias: A implementação da Política poderá contar com parcerias com órgãos públicos, organizações da sociedade civil e organismos nacionais e internacionais, incluindo o UNICEF.
Art. 7º - Do Monitoramento e Avaliação: A Política será monitorada por meio de indicadores como:
Número de estudantes beneficiadas;
Redução da evasão escolar;
Participação em atividades educativas;
Condições de infraestrutura das escolas;
Número de escolas com implementação ativa da Política;
Regularidade da distribuição de absorventes.
Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 07 de agosto de 2026.

Japurá/AM, 07 de agosto de 2026.

PAULO CESAR QUEIROZ DO NASCIMENTO
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Rode Lídia da Rocha Pontes
Código Identificador:F7971208

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE JURUÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2026

Dispensa de Licitação nº 014/2026 – CONTRATO Nº 060/2026**. Contratante:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ. **Contratada:** W. J. A. MONTEIRO LTDA - CNPJ/MF nº 58.681.102/0001-08. **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEICULOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ/AM**. **Vigência:** 60 (sessenta) dias. **Valor:** ***R$ 65.056,00*** *(sessenta e cinco mil, cinquenta e seis reais)*. **Dotação Orçamentária:** 2.02.01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 04.122.0011.2005.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 3.3.90.33 - Passagens e Despesa com Locomoção, Fonte: 500 - RP. **Fundamentação legal:** art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.

JURUÁ – AM, 03 de agosto de 2026.

ILQUE CUNHA DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emanoel Francisco Batista de Sousa
Código Identificador:D05B3FE7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 078/2026

Dispensa de Licitação nº 015/2026 – CONTRATO Nº 078/2026**. Contratante:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ. **Contratada: AMR CONSULTORIA** - CNPJ/MF nº **48.143.497/0001-23**. **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSULTORIA NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO (PCCR) DO MUNICÍPIO DE JURUÁ-AM**. **Vigência:** 60 (sessenta) dias. **Valor:** ***R$ 45.200,00*** *(quarenta e cinco mil, duzentos reais)*. **Dotação Orçamentária:** 02.02.01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 04.122.0011.2005.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Fonte: 500 - RP. **Fundamentação legal:** art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.

JURUÁ - AM, 26 de agosto de 2026.

ILQUE CUNHA DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emanoel Francisco Batista de Sousa
Código Identificador:50E233BB

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE JUTAÍ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 024/2026, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a nomeação dos novos membros do Conselho Municipal de Educação (CME) e da outras providencias.

A**PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JUTAÍ**, Estado do Amazonas, a Sra.**MERCEDES MENDES VARGAS**, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei e respaldada no art. 92 e seus parágrafos, da Lei Orgânica do Município de Jutaí (AM) resolve:

CONSIDERANDOo que preceitua a Lei Orgânica do Município em seu art. 13, XXIV e XXV bem como a Lei Municipal nº210/2017 de 30 de junho de 2017que criou o**Conselho Municipal de Educação.**

DECRETA:

Art. 1º- FICAM nomeados os novos membros a seguir, para constituírem o Conselho Municipal de Educação no Município de Jutaí (AM) para mandato com duração de 3 (três) anos, quais sejam:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação		
Titular:	TEREZINHA CHAVES DA SIVA	CPF: ***.116.592-**
Suplente:	ENEDILSON ALVES DE CARVALHO	CPF: ***.039.242-**
Titular:	RAIMUNDA SEBASTIANA COELHO DOS SANTOS	CPF: ***.873.882-**
Suplente:	DALGISA FIRMINO GARCIA	CPF: ***.057.902-**
Titular:	BRUNA KARINA FERREIRA – **(Presidente)**	CPF: ***.105.702-**
Suplente:	CRISTOVÃO CARVALHO DA SILVA	CPF: ***.183.422-**

Representantes dos Professores das Escolas Públicas		
Titular:	MÔNICA CARVALHO JANUÁRIO	CPF: ***.749.912-**
Suplente:	MARIA CORREIA DE PINHO	CPF: ***.325.812-**
Titular:	VILCILENE DOS SANTOS SALUSTIANO	CPF: ***.404.412-**
Suplente:	FRANCISCA VERONICE CORREIA DE ARAÚJO	CPF: ***.465.012-**

Representantes dos Diretores das Escolas Públicas		
Titular:	RAIMUNDO COSMO IZIDIO TEIXEIRA	CPF: ***.065.352-**
Suplente:	PEDRO ROMÃO DOS SANTOS	CPF: ***.074.012-**

Representante de Pais de alunos das Escolas Públicas		
Titular:	PEDRO TEMÓTEO ARÉVALO RAMIRES	CPF: ***.406.642-**
Suplente:	ERVELYN KARLA VIEIRA VALENTIN	CPF: ***.263.742-**

Representante dos Servidores Técnicos-Administrativos das Escolas Públicas		
Titular:	RAI DOS SANTOS MARINHO	CPF: ***.399.922-**
Suplente:	RAIMUNDO DOS SANTOS	CPF: ***.279.372-**

Representante da Sociedade Civil		
Titular:	GRACIELE INOCÊNCIA TAVARES	CPF: ***.863.729-**
Suplente:	EDIMAR ALVES DE SOUZA	CPF: ***.552.342-**

Representante do Poder Executivo		
Titular:	LINDINALVA RAMOS MALHEIROS	CPF: ***.920.602-**
Suplente:	JENIFFER RAMIRES LOPES	CPF: ***.149.012-**

Representante do Conselho Tutelar		
Titular:	JOSÉ DE JESUS GOMES GIL	CPF: ***.622.302-**
Suplente:	ROSANGELA ABEL MARQUES	CPF: ***.050.062-**

Art. 2º- O desempenho do mandato dos conselheiros nomeados por este decreto será gratuito, pois é considerado como serviço de interesse público relevante e não remunerado prestado á sociedade.

Art. 3º- Revoguem - se as disposições em contrário, este DECRETO entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º-PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE JUTAÍ (AM),a o vigésimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (2026).

MERCEDES MENDES VARGAS
Prefeita Municipal de Jutaí (AM)

Publicado por:
Natalia di Paula Araujo de Aquino
Código Identificador:A3CC1C2B

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 025/2026, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE JUTAÍ (DEMUTRAN), VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (SEMSEG), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JUTAÍ,** Estado do Amazonas, a Sra. MERCEDES MENDES VARGAS, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei e respaldada no art. 92 e seus parágrafos, da Lei Orgânica do Município de Jutaí (AM) resolve:

CONSIDERANDO o disposto no §2º do art. 3º da Lei Municipal nº294, de 23 de dezembro de 2024;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 10/2026-DEMUTRAN com encaminhamento da Minuta do Regimento Interno do DEMUTRAN, elaborada com a finalidade de disciplinar sua organização e funcionamento;

DECRETA:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º -O presente Regimento Interno dispõe sobre a organização administrativa, competências, atribuições, funcionamento, normas operacionais e disciplina funcional do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN, órgão executivo municipal integrante da Secretaria Municipal de Segurança Pública – SEMSEG.

Art. 2º -O DEMUTRAN é o órgão responsável pelo planejamento, coordenação, operação, fiscalização, educação, engenharia e administração do trânsito no Município de Jutaí.

Art. 3º -O DEMUTRAN reger-se-á pelos seguintes princípios:
I - Legalidade;
II - Impessoalidade;
III - Moralidade;
IV - Publicidade;
V - Eficiência;
VI - Segurança viária;
VII - Preservação da vida;
VIII - Prevenção de sinistros;
IX - Respeito ao cidadão;
X - Transparência;
XI - Cooperação institucional;
XII - Valorização do servidor.
CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 4º -Constituem objetivos do DEMUTRAN:
I - Garantir a segurança da circulação viária;
II - Reduzir os índices de sinistros de trânsito;
III - Proteger a vida;
IV - Assegurar a mobilidade urbana;
V - Organizar o sistema viário municipal;
VI - Promover educação permanente para o trânsito;
VII - Exercer o poder de polícia administrativa de trânsito;
VIII - Disciplinar o uso das vias públicas;
IX - Promover estudos técnicos de engenharia de tráfego;
X - Integrar-se aos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS GERAIS

Art. 5º -Compete ao DEMUTRAN:
I - Cumprir e fazer cumprir a legislação de trânsito;
II - Exercer as competências previstas ao órgão executivo municipal de trânsito;
III - Planejar, operar e fiscalizar o trânsito;
IV - Implantar, manter e fiscalizar a sinalização viária;
V - Controlar estacionamentos públicos;
VI - Disciplinar operações de carga e descarga;
VII - Organizar circulação em áreas escolares;
VIII - Controlar interdições de vias;
IX - Fiscalizar eventos que interfiram no trânsito;
X - Executar campanhas educativas;
XI - Elaborar estudos estatísticos;

XII - Produzir relatórios técnicos;
XIII - Atuar em conjunto com a Guarda Municipal;
XIV - Atuar em conjunto com a Polícia Militar;
XV - Apoiar ações de Defesa Civil;
XVI - Exercer outras competências previstas em lei.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA

Art. 6º -O DEMUTRAN possui a seguinte estrutura organizacional:
I - Diretoria;
II - Coordenação Operacional;
III - Coordenação Administrativa;
IV - Setor de Fiscalização;
V - Setor de Operação de Trânsito;
VI - Setor de Educação para o Trânsito;
VII - Setor Administrativo;
VIII - Setor de Engenharia de Tráfego;
IX - Setor de Sinalização Viária;
X - Setor de Estatística;
XI - Setor de Apoio Operacional.
CAPÍTULO II
DA DIRETORIA

Art. 7º -A Diretoria constitui o órgão máximo de administração do DEMUTRAN.

Art. 8º -Compete ao Diretor:
I - Dirigir o Departamento;
II - Representar institucionalmente o DEMUTRAN;
III - Aprovar planejamentos operacionais;
IV - Supervisionar todas as coordenações;
V - Expedir Ordens de Serviço;
VI - Expedir Instruções Normativas;
VII - Aprovar Procedimentos Operacionais Padrão (POP);
VIII - Determinar operações especiais;
IX - Autorizar bloqueios viários;
X - Assinar documentos oficiais;
XI - Encaminhar relatórios à SEMSEG;
XII - Representar o Município perante SENATRAN, DETRAN-AM e demais órgãos de trânsito;
XIII - Coordenar programas de educação para o trânsito;
XIV - Supervisionar projetos de engenharia de tráfego;
XV - Exercer outras atribuições legais.
CAPÍTULO III
DA COORDENAÇÃO OPERACIONAL

Art. 9º -A Coordenação Operacional é responsável pelo planejamento e execução das atividades operacionais.
Compete ao Coordenador Operacional:
I - Elaborar escalas;
II - Supervisionar equipes;
III - Coordenar operações;
IV - Controlar viaturas;
V - Controlar equipamentos;
VI - Supervisionar patrulhamento;
VII - Acompanhar ocorrências;
VIII - Elaborar relatórios operacionais;
IX - Fiscalizar cumprimento das ordens de serviço;
X - Substituir o Diretor quando designado.

CAPÍTULO IV
DA COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
Art. 10 -Compete ao Coordenador Administrativo:
I - Coordenar os serviços administrativos;
II - Controlar patrimônio;
III - Supervisionar almoxarifado;
IV - Controlar frequência dos servidores;
V - Supervisionar protocolos;
VI - Controlar processos administrativos;
VII - Organizar arquivos;
VIII - Elaborar relatórios administrativos;
IX - Supervisionar os Assistentes Administrativos;
X - Exercer outras atribuições determinadas pelo Diretor.

TÍTULO III
DOS SERVIDORES DO DEMUTRAN
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 -O quadro funcional do DEMUTRAN será composto por servidores efetivos, seletivos e contratados conforme a necessidade do município através do gestor municipal, ocupantes de cargos em comissão, funções gratificadas e demais servidores legalmente designados para exercer atividades administrativas, operacionais, técnicas e educativas.

Art. 12 -Todos os servidores deverão exercer suas funções observando:
I - A Constituição Federal;
II - O Código de Trânsito Brasileiro;
III - As Resoluções do CONTRAN;
IV - A legislação municipal;
V - Os princípios da Administração Pública;
VI - As Ordens de Serviço expedidas pela Diretoria;
VII - Este Regimento Interno.
CAPÍTULO II
DOS DEVERES DOS SERVIDORES

Art. 13 -Constituem deveres dos servidores do DEMUTRAN:
I - Exercer as atribuições do cargo com zelo, eficiência e responsabilidade;
II - Tratar o cidadão com urbanidade, respeito e imparcialidade;
III - Preservar o patrimônio público;
IV - Cumprir rigorosamente as normas legais;
V - Manter sigilo das informações protegidas por lei;
VI - Comparecer pontualmente ao serviço;
VII - Utilizar corretamente os equipamentos institucionais;
VIII - Comunicar imediatamente qualquer irregularidade observada;
IX - Manter conduta compatível com a função pública;
X - Participar das capacitações promovidas pelo Município.

CAPÍTULO III
DOS DIREITOS

Art. 14 -São direitos dos servidores do DEMUTRAN, além daqueles previstos no Estatuto dos Servidores Municipais:
I - Condições adequadas de trabalho;
II - Equipamentos de proteção individual;
III - Capacitação permanente;
IV - Uniforme padronizado;
V - Identidade funcional;
VI - Equipamentos operacionais necessários ao desempenho das atividades;
VII - Respeito às prerrogativas legais do cargo.

CAPÍTULO IV
DOS AGENTES MUNICIPAIS DE TRÂNSITO

Art. 15 -O Agente Municipal de Trânsito é servidor público investido na função de fiscalização, operação, policiamento administrativo de trânsito, orientação, educação para o trânsito e execução das competências do órgão executivo municipal de trânsito.

Art. 16 -Compete ao Agente Municipal de Trânsito:
I - Fiscalizar o cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro;
II - Lavrar Autos de Infração de Trânsito;
III - Aplicar medidas administrativas previstas na legislação;
IV - Orientar usuários das vias públicas;
V - Operar o sistema viário municipal;
VI - Controlar o tráfego em eventos públicos;
VII - Sinalizar temporariamente vias interditadas;
VIII - Atender ocorrências de trânsito;
IX - Apoiar ações de Defesa Civil quando solicitado;
X - Atuar em campanhas educativas;
XI - Elaborar boletins e relatórios de serviço;

XII - Comunicar imediatamente qualquer ocorrência relevante ao Coordenador Operacional;
XIII - Preservar os equipamentos sob sua responsabilidade;
XIV - Utilizar corretamente os equipamentos de proteção individual;
XV - Cumprir as Ordens de Serviço expedidas pela Diretoria.

CAPÍTULO V
DOS ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS

Art. 17 -Compete ao Assistente Administrativo:
I - Elaborar ofícios, memorandos, despachos e comunicações internas;
II - Organizar e manter atualizado o arquivo físico e digital do DEMUTRAN;
III - Controlar o protocolo de documentos;
IV - Realizar atendimento ao público;
V - Controlar processos administrativos;
VI - Elaborar planilhas, relatórios e estatísticas administrativas;
VII - Alimentar sistemas informatizados;
VIII - Controlar frequência dos servidores;
IX - Auxiliar na elaboração do planejamento anual;
X - Controlar patrimônio e almoxarifado;
XI - Auxiliar na elaboração do orçamento do Departamento;
XII - Desempenhar outras atividades correlatas.

CAPÍTULO VI
DO AUXILIAR PEDAGÓGICO

Art. 18 -O Auxiliar Pedagógico é responsável pelo apoio às atividades de educação para o trânsito.
Compete ao Auxiliar Pedagógico:
I - Auxiliar na elaboração dos programas educativos;
II - Produzir materiais didáticos;
III - Organizar palestras;
IV - Organizar visitas às escolas;
V - Acompanhar campanhas educativas;
VI - Auxiliar na elaboração do calendário anual de educação para o trânsito;
VII - Elaborar lista de presença;
VIII - Produzir relatórios pedagógicos;
IX - Registrar fotografias institucionais;
X - Registrar estatísticas das ações educativas;
XI - Organizar o acervo pedagógico de trânsito;
XII - Apoiar cursos de formação e capacitação;
XIII - Exercer outras atividades correlatas.

CAPÍTULO VII
DO AUXILIAR OPERACIONAL

Art. 19 -Compete ao Auxiliar Operacional:
I - Apoiar as operações de trânsito;
II - Transportar cones, cavaletes e demais equipamentos;
III - Auxiliar na implantação de sinalização vertical e horizontal;
IV - Apoiar a montagem de barreiras educativas;
V - Realizar manutenção básica da sinalização;
VI - Organizar equipamentos operacionais;
VII - Auxiliar no isolamento de vias;
VIII - Apoiar grandes eventos públicos;
IX - Auxiliar na manutenção preventiva das viaturas;
X - Zelar pelos materiais sob sua responsabilidade;
XI - Executar outras atividades determinadas pela Diretoria.

CAPÍTULO VIII
DA HIERARQUIA FUNCIONAL

Art. 20 -A estrutura hierárquica do DEMUTRAN observará a seguinte ordem:
I - Secretário Municipal de Segurança Pública;
II - Diretor do DEMUTRAN;
III - Coordenador Operacional;
IV - Coordenador Administrativo;
V - Agentes Municipais de Trânsito;
VI - Assistentes Administrativos;
VII - Auxiliar Pedagógico;
VIII - Auxiliares Operacionais.

Parágrafo único. A hierarquia funcional destina-se exclusivamente à organização administrativa e operacional, assegurado o respeito às atribuições legais de cada cargo.

TÍTULO IV
DA ÉTICA PROFISSIONAL
CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS

Art. 21 -A conduta dos servidores do DEMUTRAN será pautada pelos princípios da:
I - Honestidade;
II - Lealdade institucional;
III - Respeito à dignidade humana;
IV - Imparcialidade;
V - Urbanidade;
VI - Responsabilidade;
VII - Comprometimento com o interesse público.

CAPÍTULO II
DOS ELOGIOS INSTITUCIONAIS

Art. 22 -Os servidores poderão receber elogio funcional em razão de:
I - Ato de bravura;
II - Destaque operacional;
III - Desempenho excepcional;
IV - Inovação administrativa;
V - Atuação educativa;
VI - Relevante prestação de serviço à comunidade.
Parágrafo único. Os elogios serão registrados no assentamento funcional do servidor e poderão ser considerados para fins de reconhecimento institucional e progressão funcional, quando houver previsão legal.

TÍTULO V
DO REGIME DISCIPLINAR
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23 -O Regime Disciplinar do DEMUTRAN tem por finalidade assegurar a disciplina, a ética, a hierarquia administrativa, a eficiência do serviço público e a observância dos deveres funcionais pelos servidores lotados no Departamento.

Art. 24 -O servidor responderá administrativa, civil e penalmente pelos atos praticados no exercício de suas funções, observado o devido processo legal.

Art. 25 -Nenhuma penalidade será aplicada sem a instauração do procedimento administrativo correspondente, assegurados o contraditório, a ampla defesa e o direito ao recurso.

CAPÍTULO II
DOS DEVERES FUNCIONAIS

Art. 26 -São deveres dos servidores do DEMUTRAN:
I - Cumprir e fazer cumprir a legislação de trânsito;
II - Observar as ordens legais dos superiores;
III - Tratar o público com urbanidade;
IV - Preservar o patrimônio público;
V - Manter conduta compatível com o cargo;
VI - Zelar pelo uniforme, equipamentos e viaturas;
VII - Manter sigilo sobre informações protegidas;
VIII - Agir com imparcialidade;
IX - Comunicar irregularidades de que tiver conhecimento;
X - Preservar a imagem institucional do DEMUTRAN.

CAPÍTULO III
DAS TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES
Das Transgressões Leves

Art. 27 -Constituem transgressões leves:
I - Atraso injustificado ao serviço;
II - Deixar de comunicar ausência;

III - Descuidar da apresentação pessoal;
IV - Utilizar linguagem inadequada no ambiente de trabalho;
V - Deixar de elaborar relatório quando exigido;
VI - Descumprir norma administrativa sem causar prejuízo;
VII - Deixar de portar identificação funcional durante o serviço;
VIII - Utilizar telefone celular para fins particulares durante operações, salvo situações justificadas.
Das Transgressões Médias

Art. 28 -Constituem transgressões médias:
I - Abandonar o posto de serviço sem autorização;
II - Descumprir Ordem de Serviço;
III - Descumprir ordens legais de superior hierárquico;
IV - Omitir informações relevantes ao serviço;
V - Recusar-se injustificadamente a cumprir missão;
VI - Tratar cidadão com desrespeito;
VII - Utilizar veículo oficial sem autorização;
VIII - Deixar de comunicar ocorrência relevante;
IX - Divulgar informações internas sem autorização;
X - Negligenciar equipamentos sob sua responsabilidade;
XI - deixar de usar Equipamentos de Proteção Individual obrigatórios.

Art. 29 -Constituem transgressões graves:
I - Faltar ao serviço intencionalmente;
II - Apresentar-se embriagado ou sob efeito de substâncias psicoativas durante o serviço;
III - Adulterar documentos públicos;
IV - Exigir ou receber vantagem indevida;
V - Utilizar a função para benefício próprio;
VI - Praticar assédio moral ou sexual;
VII - Revelar informações sigilosas;
VIII - Praticar abuso de autoridade;
IX - Desviar bens públicos;
X - Causar dano doloso ao patrimônio público;
XI - Falsificar documentos administrativos;
XII - Abandonar operação colocando em risco a segurança pública;
XIII - Praticar ato incompatível com a dignidade da função pública;
XIV - Comprometer a imagem institucional do DEMUTRAN.

CAPÍTULO IV
DAS PENALIDADES

Art. 30 -Os servidores lotados ou em exercício no Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN estarão sujeitos às penalidades disciplinares previstas na Lei Municipal nº 051/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jutaí, observadas as hipóteses de aplicação, competência da autoridade, gradação, prescrição e demais disposições estabelecidas na referida Lei.
Parágrafo único. O presente Regimento Interno não institui penalidades disciplinares autônomas, devendo eventual infração funcional ser enquadrada e sancionada de acordo com a Lei Municipal nº 051/2001.

CAPÍTULO V
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD

Art. 31 -A apuração de irregularidades funcionais atribuídas aos servidores lotados ou em exercício no DEMUTRAN será realizada mediante Processo Administrativo Disciplinar – PAD, observadas as disposições da Lei Municipal nº 051/2001, especialmente aquelas relativas ao processo disciplinar, ao procedimento sumário, à sindicância e ao inquérito administrativo.

Art. 32 -O Diretor do DEMUTRAN, ao tomar conhecimento de fato que possa caracterizar irregularidade funcional praticada por servidor lotado ou em exercício no Departamento, deverá promover o devido registro da ocorrência e encaminhá-la à Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, mediante relatório circunstanciado, para conhecimento e adoção das providências administrativas cabíveis, observada a Lei Municipal nº 051/2001.

§1º- O encaminhamento deverá conter, sempre que possível, a descrição dos fatos, a identificação dos envolvidos e os documentos ou demais elementos disponíveis relacionados à ocorrência.

§2º- O encaminhamento à SEMAD não implica aplicação de penalidade pelo Diretor do DEMUTRAN, cabendo às autoridades competentes a adoção das medidas disciplinares previstas na Lei Municipal nº 051/2001.

Art. 33- O PAD observará, conforme a natureza e a gravidade dos fatos, os procedimentos previstos na Lei Municipal nº 051/2001, assegurados ao servidor o contraditório, a ampla defesa e as demais garantias constitucionais e legais aplicáveis.

Art. 34 -A instauração, composição da comissão, instrução, citação, produção de provas, defesa, elaboração do relatório, julgamento e eventual aplicação de penalidade observarão os requisitos, competências e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 051/2001.

Art. 35 -A sindicância será instaurada nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº 051/2001, especialmente quando os fatos não estiverem suficientemente definidos ou faltarem elementos indicativos da autoria.
Parágrafo único. A sindicância observará o procedimento e os prazos estabelecidos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jutaí.

Art. 36 -Quando a natureza ou a gravidade da infração exigir a instauração de inquérito administrativo, serão observadas integralmente as disposições da Lei Municipal nº 051/2001 relativas à sua instauração, processamento e julgamento.

Art. 37 -A aplicação de penalidade disciplinar dependerá da observância do procedimento previsto na Lei Municipal nº 051/2001 e deverá indicar a causa da sanção e seu respectivo fundamento legal.

CAPÍTULO VI
DA REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 38 -A revisão do Processo Administrativo Disciplinar observará os requisitos, procedimentos, competências e efeitos estabelecidos na Lei Municipal nº 051/2001 ou legislação posterior.

TÍTULO VI
DA OUVIDORIA E DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO
CAPÍTULO I
DA OUVIDORIA

Art. 39 -O DEMUTRAN manterá serviço permanente de Ouvidoria por meio da Ouvidoria Municipal de Segurança Pública, enquanto não for criada, será utilizada a Ouvidoria Geral do Município de Jutaí (AM), criada por meio da Lei Municipal n° 296/2025, destinada ao recebimento de:
I - Reclamações;
II - Denúncias;
III - Sugestões;
IV - Elogios;
V – Quaisquer outros encaminhamentos da sociedade relacionados à atuação do DEMUTRAN

CAPÍTULO II
DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Art. 40 -O atendimento ao cidadão deverá observar:
I - Cortesia;
II - Eficiência;
III - Imparcialidade;
IV - Transparência;
V - Celeridade.
TÍTULO VII
DA FISCALIZAÇÃO, DA OPERAÇÃO DE TRÂNSITO E DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 -A fiscalização de trânsito é atividade típica de polícia administrativa, destinada a assegurar o cumprimento da legislação de

trânsito, promover a segurança viária, preservar a vida, garantir a fluidez da circulação e proteger o patrimônio público.

Art. 42 -O exercício da fiscalização será realizado pelos Agentes Municipais de Trânsito, devidamente nomeados, credenciados e designados como Agentes da Autoridade de Trânsito, observadas as disposições do Código de Trânsito Brasileiro, das Resoluções do CONTRAN e da legislação municipal.

Art. 43 -As ações de fiscalização serão pautadas pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, interesse público, urbanidade e respeito à dignidade da pessoa humana.

CAPÍTULO II
DAS MODALIDADES DE FISCALIZAÇÃO

Art. 44 -As ações de fiscalização poderão ser desenvolvidas nas seguintes modalidades:
I - Patrulhamento preventivo de trânsito;
II - Fiscalização ostensiva;
III - Barreiras de fiscalização;
IV - Blitz educativas;
V - Operações integradas;
VI - Fiscalização em áreas escolares;
VII - Fiscalização em áreas portuárias;
VIII - Fiscalização de transporte de cargas;
IX - Fiscalização de estacionamento;
X - Fiscalização de circulação;
XI - Fiscalização de eventos;
XII - Atendimento de denúncias;
XIII - Operações especiais determinadas pela Diretoria.

CAPÍTULO III
DAS ABORDAGENS

Art. 45 -Toda abordagem deverá ser realizada observando os princípios da segurança operacional, legalidade, cordialidade e preservação da integridade física dos envolvidos.

Art. 46 -Durante a abordagem o Agente deverá:
I - Identificar-se funcionalmente;
II - Informar o motivo da fiscalização;
III - Agir com urbanidade;
IV - Evitar discussões desnecessárias;
V - Utilizar linguagem respeitosa;
VI - Adotar medidas de segurança operacional;
VII - Registrar as irregularidades constatadas.

CAPÍTULO IV
DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

Art. 47 -Verificada infração prevista na legislação de trânsito, o Agente adotará as medidas administrativas cabíveis.

Art. 48 -Poderão ser aplicadas, conforme o caso:
I - Retenção do veículo;
II - Remoção do veículo;
III - Recolhimento dos documentos do veículo;
IV - Recolhimento da CNH;
V - Transbordo da carga;
VI - Realização de teste previsto em lei;
VII - demais medidas estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro.

CAPÍTULO V
DA REMOÇÃO DE VEÍCULOS

Art. 49 -A remoção de veículos será realizada sempre que prevista na legislação de trânsito.

Art. 50 -O procedimento deverá observar:
I - Preenchimento do Termo de Remoção;
II - Registro fotográfico sempre que possível;
III - Relação dos objetos deixados no veículo;
IV - Identificação do agente responsável;
V - Encaminhamento ao pátio credenciado ou municipal.

Art. 51 -Todo veículo removido permanecerá sob responsabilidade do órgão competente até sua regular liberação.

CAPÍTULO VI
DAS OPERAÇÕES DE TRÂNSITO

Art. 52 -Constituem operações de trânsito:
I - Bloqueios viários;
II - Desvios de tráfego;
III - Controle de circulação;
IV - Apoio a eventos públicos;
V - Controle de estacionamento;
VI - Operações escolares;
VII - Operações educativas;
VIII - Operações integradas.

Art. 53 -As operações poderão ser realizadas em conjunto com:
I - Guarda Municipal;
II - Polícia Militar;
III - Polícia Civil;
IV - Corpo de Bombeiros Militar;
V - SAMU;
VI - Defesa Civil;
VII - demais órgãos públicos.

CAPÍTULO VII
DO ATENDIMENTO A SINISTROS DE TRÂNSITO

Art. 54 -O Agente Municipal de Trânsito deverá adotar, no atendimento aos sinistros, as seguintes providências:
I - Garantir a segurança do local;
II - Sinalizar a via;
III - Preservar vestígios quando houver vítimas ou indícios de crime;
IV - Controlar o fluxo de veículos;
V - Acionar os órgãos competentes;
VI - Orientar os envolvidos;
VII - Registrar as informações necessárias para elaboração do relatório de ocorrência.

Art. 55 -Havendo vítimas, a prioridade absoluta será a preservação da vida e a garantia do atendimento pré-hospitalar.

CAPÍTULO VIII
DA INTERDIÇÃO DE VIAS

Art. 56 -Compete ao DEMUTRAN promover a interdição temporária ou parcial de vias públicas quando necessária para:
I - Eventos oficiais;
II - Obras públicas;
III - Manutenção da infraestrutura;
IV - Situações de emergência;
V - Eventos esportivos;
VI - Atividades culturais;
VII - Sinistros;
VIII - Calamidades públicas.

Art. 57 -Toda interdição deverá ser precedida de planejamento operacional e sinalização adequada.

CAPÍTULO IX
DA UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS OPERACIONAIS

Art. 58 -São considerados equipamentos operacionais do DEMUTRAN:
I - Viaturas;
II - Motocicletas;
III - Rádios comunicadores;
IV - Cones;
V - Cavaletes;
VI - Barreiras móveis;

VII - Fitas de isolamento;
VIII - Lanternas;
IX - Coletes refletivos;
X - Bastões luminosos;
XI - Tablets ou equipamentos eletrônicos de fiscalização;
XII - Demais equipamentos destinados às atividades operacionais.

Art. 59 -Os equipamentos deverão permanecer sob responsabilidade do servidor que os receber mediante carga patrimonial ou termo de responsabilidade.

CAPÍTULO X
DOS RELATÓRIOS OPERACIONAIS

Art. 60 -Ao término de cada operação, a equipe deverá elaborar Relatório Operacional contendo, no mínimo:
I - Data;
II - Horário;
III - Local;
IV - Efetivo empregado;
V - Viaturas utilizadas;
VI - Objetivos da operação;
VII - Veículos abordados;
VIII - Autos de infração lavrados;
IX - Medidas administrativas aplicadas;
X - Veículos removidos;
XI - Ações educativas desenvolvidas;
XII - Observações relevantes.

Art. 61 -Os relatórios operacionais integrarão o banco estatístico do DEMUTRAN e subsidiarão o planejamento estratégico, a avaliação das ações e a prestação de contas da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

TÍTULO VIII
DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 62 -A Educação para o Trânsito constitui atividade permanente do DEMUTRAN, destinada à formação de cidadãos conscientes, à prevenção de sinistros de trânsito e à promoção da cultura da segurança viária.

Art. 63 -As ações educativas serão desenvolvidas em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro, com as diretrizes da Política Nacional de Trânsito, do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – PNATRANS e com os programas municipais de segurança viária.

Art. 64 -A Educação para o Trânsito observará os seguintes princípios:
I - Valorização da vida;
II - Respeito ao cidadão;
III - Prevenção;
IV - Cidadania;
V - Responsabilidade compartilhada;
VI - Inclusão social;
VII - Acessibilidade;
VIII - Sustentabilidade;
IX - Ética;
X - Participação comunitária.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 65 -São objetivos da Educação para o Trânsito:
I - Desenvolver comportamentos seguros;
II - Reduzir os índices de sinistros de trânsito;
III - Incentivar o respeito às normas de circulação;
IV - Conscientizar sobre o uso dos equipamentos de segurança;
V - Estimular a convivência harmoniosa entre condutores, ciclistas e pedestres;
VI - Fortalecer a cidadania no trânsito;
VII - Incentivar a mobilidade segura e sustentável;
VIII - Aproximar o DEMUTRAN da comunidade.

CAPÍTULO III
DAS CAMPANHAS INSTITUCIONAIS

Art. 66- O DEMUTRAN promoverá campanhas permanentes de conscientização, especialmente:
I - Maio Amarelo;
II - Semana Nacional do Trânsito;
III - Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito;
IV - Campanhas de festividades municipais;
V - Campanhas em áreas escolares.

CAPÍTULO IV
DAS BLITZ EDUCATIVAS

Art. 67 -As blitz educativas constituem instrumento de orientação preventiva e poderão ser realizadas isoladamente ou em conjunto com outros órgãos.

Art. 68 -As blitz educativas terão por finalidade:
I - Orientar condutores;
II - Distribuir material educativo;
III - Esclarecer dúvidas da população;
IV - Incentivar o cumprimento das normas;
V - Divulgar campanhas institucionais;
VI - Fortalecer a imagem institucional do DEMUTRAN.

CAPÍTULO V
DAS PALESTRAS

Art. 69 -O DEMUTRAN realizará palestras em:
I - Escolas;
II - Universidades;
III - Empresas;
IV - Repartições públicas;
V - Associações;
VI - Comunidades rurais;
VII - Entidades civis.

Art. 70 -As palestras abordarão, entre outros:
I - Direção defensiva;
II - Legislação de trânsito;
II - Primeiros socorros;
IV - Circulação segura;
V - Respeito ao pedestre;
VI - Álcool e direção;
VII - Transporte de crianças;
VIII - Equipamentos obrigatórios;
IX - Prevenção de sinistros.

CAPÍTULO VI
DAS ATRIBUIÇÕES DO SETOR DE EDUCAÇÃO

Art. 71 -Compete ao Setor de Educação para o Trânsito:
I - Elaborar o Plano Anual de Educação para o Trânsito;
II - Desenvolver projetos pedagógicos;
III - Produzir cartilhas;
IV - Elaborar folders;
V - Desenvolver campanhas publicitárias;
VI - Organizar cursos;
VII - Produzir vídeos educativos;
VIII - Administrar redes sociais institucionais do DEMUTRAN;
IX - Elaborar estatísticas das ações educativas;
X - Encaminhar relatórios mensais à Diretoria.

CAPÍTULO VII
DAS PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Art. 72 -O DEMUTRAN poderá desenvolver ações conjuntas com:
I - Secretaria Municipal de Educação;
II - Secretaria Municipal de Saúde;
III - Secretaria Municipal de Assistência Social;

IV - Guarda Municipal;
V - Polícia Militar;
VI - Policia Civil;
VII - Corpo de Bombeiros Militar;
VIII - DETRAN-AM;
IX - SENATRAN;
X - Ministério Público;
XI - Instituições de ensino;
XII - Organizações da sociedade civil.

CAPÍTULO VII
DA AVALIAÇÃO DAS AÇÕES

Art. 73 -As ações de educação para o trânsito serão avaliadas anualmente mediante indicadores de desempenho, considerando:
I - Número de ações realizadas;
II - Público alcançado;
III - Instituições atendidas;
IV - Material distribuído;
V - Redução de sinistros nas áreas atendidas;
VI - Demais indicadores definidos pela Diretoria.

TÍTULO IX
DA ENGENHARIA DE TRÁFEGO, DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA E DO PLANEJAMENTO DA MOBILIDADE URBANA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 74 -O Setor de Engenharia de Tráfego, composto pela equipe técnica de engenharia da prefeitura é responsável pelo planejamento técnico da circulação viária, da sinalização, da mobilidade urbana e da segurança viária no Município.

Art. 75 -Todas as intervenções no sistema viário deverão observar critérios técnicos de engenharia de tráfego, segurança viária, acessibilidade, fluidez e interesse público.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 76 -Compete ao Setor de Engenharia de Tráfego:
I - Elaborar projetos de sinalização viária;
II - Realizar estudos de circulação;
III - Executar levantamentos técnicos;
IV - Analisar pontos críticos de acidentes;
V - Elaborar pareceres técnicos;
VI - Propor alterações de sentido das vias;
VII - Definir áreas de estacionamento;
VIII - Elaborar projetos de redutores de velocidade;
IX - Realizar estudos para implantação de rotatórias;
X - Definir áreas de carga e descarga;
XI - Planejar áreas escolares;
XII - Elaborar projetos de acessibilidade;
XIII - Acompanhar obras públicas que interfiram no trânsito;
XIV - Emitir laudos técnicos quando solicitado.

CAPÍTULO III
DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA

Art. 77 -A sinalização viária compreende:
I - Sinalização vertical;
II - Sinalização horizontal;
III - Dispositivos auxiliares;
IV - Sinalização semafórica;
V - Sinalização temporária;
VI - Sinalização educativa;
VII - Sinalização turística.

Art. 78 -Toda sinalização implantada deverá observar rigorosamente o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito e as Resoluções do CONTRAN.

Art. 79 -Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá implantar, retirar, modificar ou danificar sinalização de trânsito sem autorização expressa do DEMUTRAN.

CAPÍTULO IV
DAS VISTORIAS TÉCNICAS

Art. 80 -O DEMUTRAN poderá realizar vistorias técnicas para:
I - Implantação de novos empreendimentos;
II - Realização de eventos;
III - Interdições;
IV - Instalação de redutores;
V - Criação de estacionamentos;
VI - Alteração de circulação;
VII - Análise de impacto viário.

CAPÍTULO V
DO PLANEJAMENTO DA MOBILIDADE

Art. 81 -O DEMUTRAN elaborará o Plano Municipal de Mobilidade Urbana e Segurança Viária.

Art. 82 -O planejamento observará:
I - Crescimento urbano;
II - Expansão da malha viária;
III - Acessibilidade;
IV - Transporte coletivo;
V - Transporte escolar;
VI - Transporte de cargas;
VII - Circulação de pedestres;
VII - Circulação de ciclistas.

TÍTULO X
DO PLANEJAMENTO E DA ESTATÍSTICA
CAPÍTULO I
DO BANCO MUNICIPAL DE DADOS

Art. 83 -O DEMUTRAN manterá banco de dados estatísticos contendo:
I - Sinistros de trânsito;
II - Infrações;
III - Ações educativas;
IV - Operações realizadas;
V - Veículos removidos;
VI - Veículos retidos;
VII - Atendimentos realizados;
VIII - Relatórios operacionais;
IX - Indicadores de desempenho.

CAPÍTULO II
DOS INDICADORES

Art. 84 -Serão monitorados, entre outros:
I - Índice de acidentes;
II - Índice de acidentes com vítimas;
III - Índice de mortalidade;
IV - Número de operações;
V - Número de fiscalizações;
VI - Número de veículos abordados;
VII - número de pessoas orientadas;
VIII - Número de escolas atendidas;
IX - Número de campanhas educativas;
X - Índice de reincidência das infrações.

CAPÍTULO III
DO RELATÓRIO ANUAL

Art. 85 -O Diretor do DEMUTRAN apresentará, até o último dia útil de fevereiro de cada ano, Relatório Anual das Atividades do exercício anterior.

Art. 86 -O Relatório Anual deverá conter, no mínimo:
I - Planejamento executado;
II - Estatísticas;

III - Indicadores;
IV - Campanhas educativas;
V - Operações realizadas;
VI - Convênios;
VII - Investimentos;
VIII - Necessidades estruturais;
IX - Planejamento do exercício seguinte.

TÍTULO XI
DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO (POP)
CAPÍTULO I
DAS NORMAS OPERACIONAIS

Art. 87 -As atividades operacionais serão disciplinadas por Procedimentos Operacionais Padrão – POP, aprovados pelo Diretor do DEMUTRAN.

Art. 88 -Os POPS disciplinarão, entre outros:
I - Fiscalização;
II - Abordagem;
III - operações integradas;
IV - Remoção de veículos;
V - Atendimento de sinistros;
VI - Apoio a eventos;
VII - Escoltas;
VIII - Interdições;
IX - Blitz educativas;
X - Utilização de equipamentos.

TÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 89 -O Diretor poderá expedir:
I - Portarias;
II - Instruções Normativas;
III - Ordens de Serviço;
IV - Manuais Operacionais;
V - Protocolos Técnicos;
VI - Notas Técnicas.

Art. 90- Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do DEMUTRAN, observada a legislação vigente.

Art. 91 -O presente Regimento poderá ser alterado mediante Decreto do Poder Executivo, sempre que houver necessidade de adequação administrativa, desde que respeitadas as disposições legais.

Art. 92 -Revoguem - se as disposições em contrário, este DECRETO entra em vigor na data de publicação.

Art. 93 -PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE JUTAÍ (AM),ao vigésimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (2026).

MERCEDES MENDES VARGAS
Prefeita Municipal de Jutaí (AM)

Publicado por:
Natalia di Paula Araujo de Aquino
Código Identificador:8462983D

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE LÁBREA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº: 049/2026 – LÁBREA PREV

Portaria Nº: 049/2026 – LÁBREA PREV

Concede PENSÃO POR MORTE

O DIRETOR/PRESIDENTE do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea - LÁBREA PREV, Município de LÁBREA, Estado do Amazonas, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o Processo de Pensão Por Morte n° 002/2026 – LÁBREA PREV.

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida, a partir de 19/08/2026, o benefício de PENSÃO POR MORTE no valor total mensal de **R$ 2.512,55**, a que fazem jus:

MARIA BRAGA DA PENHA (Cônjuge), com cota de 100%;

Pelos direitos adquiridos, respectivamente, do ex-servidor FRANCISCO SILVA DE SOUZA, CPF: 114.558.452-72, Vigia "B", Matrícula nº 142-1, falecido em 19/08/2026, nos termos do Art. 40, § 7°, inciso XI, e § 8°, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003.

Art. 2º A Revisão do benefício dar-se-á na forma da legislação específica.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lábrea - AM, 26 de agosto de 2026.

GERCIVALDO LIMA ALVES
Diretor/Presidente
LÁBREA PREV

Publicado por:
Maria de Nazaré Xavier de Lima
Código Identificador:1915A77C

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MANACAPURU

COMISSÃO GERAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DA CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

A Prefeitura Municipal de Manacapuru, avisa aos agricultores que está realizando **CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 001/2026**, para **EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE MANACAPURU/AM, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEMEC, CONFORME PROCESSO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00010708.2026.0015-SEMEC,** conforme discriminado no termo de referência e cardápio da merenda escolar, com abertura no dia: 21/09/2026 às 09:00h de forma presencial.
O Edital encontra-se a disposição dos interessados na Comissão de Contratação a partir de 04/09/2026 a 18/09/2026, situada a Travessa Maria Walcacer Nogueira, nº 567, Terra Preta, Manacapuru/AM. Informamos que os avisos encontram-se publicados no Mural da Prefeitura, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC, da Secretaria Municipal de Produção Rural e Abastecimento - SEMPRA, da Câmara Municipal e do IDAM, assim como no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas, Diário Oficial União e rádios comunicação de divulgação local.

Manacapuru/AM, 24 de agosto de 2026.

MAYCITA NAYANA DE MENEZES PINHEIRO
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Maycita Nayana de Menezes Pinheiro
Código Identificador:D6E93F9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº597 DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE À SRA. VALCILENE MARTINS LOPES, NA QUALIDADE DE COMPANHEIRA DO EX-SERVIDOR RONILDO DE SOUZA BRAGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE MANACAPURU**, Estado do Amazonas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Manacapuru e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o requerimento administrativo formulado por **VALCILENE MARTINS LOPES**, objetivando a concessão do benefício previdenciário de pensão por morte;

CONSIDERANDO a comprovação da união estável mantida entre a requerente e o segurado falecido, inclusive mediante sentença proferida na **Ação de Reconhecimento de União Estável, Processo nº 0000173-30.2026.8.04.5400**;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o benefício previdenciário de **PENSÃO POR MORTE** à Sra. **VALCILENE MARTINS LOPES**, na qualidade de **companheira e dependente previdenciária** do segurado falecido **RONILDO DE SOUZA BRAGA**, ex-servidor efetivo do Município de Manacapuru, ocupante do cargo de **Vigilante**, segurado do Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru – FUNPREVIM.

Art. 2º O benefício de pensão por morte fica fixado no valor mensal inicial de **R$ 2.579,70 (dois mil, quinhentos e setenta e nove reais e setenta centavos)**, conforme memória de cálculo integrante do processo administrativo, composto pelas seguintes parcelas:

Código	Discriminação	Valor
01	Vencimento Base	R$ 2.345,18
20	Quinquênio	R$ 234,52
	Total do benefício mensal	**R$ 2.579,70**

Art. 3º O Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru – **FUNPREVIM** adotará as providências necessárias à implantação do benefício em folha de pagamento.

Art. º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE MANACAPURU/AM, aos 11 (onze) dias do mês de AGOSTO de 2026.

VALCILÉIA FLORES MACIEL
Prefeita Municipal de Manacapuru

Publicado por:
Evelyn Melo Campos
Código Identificador:BBEC3074

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº621 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE MANACAPURU, Estado do Amazonas, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 74 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANACAPURU.

RESOLVE

Art. 1º - **EXONERAR** o Senhor, **RAIMUNDO NONATO DA COSTA BASTOS**, a contar da presente data, do cargo em comissão de DIRETOR GERAL, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC.

Art. 2º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE MANACAPURU/AM, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março de 2026.

VALCILÉIA FLORES MACIEL
Prefeita Municipal de Manacapuru

Publicado por:
Evelyn Melo Campos
Código Identificador:6E728FFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 817/2026 DE 20 DE JULHO DE 2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE MANACAPURU, Amazonas, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 74 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANACAPURU, resolve: **NOMEAR**, a contar desta data, a Servidora AIMÉE MENEZES DE FREITAS GADELHA – CPF: 026.904.862-61, para exercer a função de Fiscal do **Contrato n° 016/2026**, referente a "Eventual contratação de empresa especializada na aquisição de gêneros alimentícios, destinada a merenda escolar, para atender as necessidades dos alunos matriculados nas escolas do sistema municipal de ensino de Manacapuru/AM, oriundo do Processo Administrativo nº 13699/2026".

Parágrafo Único: Esta Portaria terá seus efeitos a partir da data da sua publicação.

Manacapuru/AM,20 de julho de 2026.

VALCILEIA FLORES MACIEL
Prefeita Municipal de Manacapuru

C E R T I D Ã O:
Certifico que a presente Portaria foi publicada nos termos do art. 88 da Lei Orgânica do Município de Manacapuru/AM, aos 20 (vinte) dias do mês dejulho de 2026.

Publicado por:
Evelyn Melo Campos
Código Identificador:B63E978F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 818/2026 DE 20 DE JULHO DE 2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE MANACAPURU, Amazonas, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 74 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANACAPURU, resolve: **NOMEAR**, a contar desta data, a Servidora AIMÉE MENEZES DE FREITAS GADELHA – CPF: 026.904.862-61, para exercer a função de Fiscal do **Contrato n° 018/2026**, referente a "Eventual contratação de empresa especializada na aquisição de gêneros alimentícios, destinada a merenda escolar, para atender as necessidades dos alunos matriculados nas escolas do sistema municipal de ensino de Manacapuru/AM, oriundo do Processo Administrativo nº 13699/2026".

Parágrafo Único: Esta Portaria terá seus efeitos a partir da data da sua publicação.

Manacapuru/AM,20 de julho de 2026.

VALCILEIA FLORES MACIEL
Prefeita Municipal de Manacapuru

C E R T I D Ã O:
Certifico que a presente Portaria foi publicada nos termos do art. 88 da Lei Orgânica do Município de Manacapuru/AM, aos 20 (vinte) dias do mês dejulho de 2026.

Publicado por:
Evelyn Melo Campos
Código Identificador:499B2EA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 819/2026 DE 20 DE JULHO DE 2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE MANACAPURU, Amazonas, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 74 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANACAPURU, resolve: **NOMEAR**, a contar desta data, a Servidora AIMÉE MENEZES DE FREITAS GADELHA – CPF: 026.904.862-61, para exercer a função de Fiscal do **Contrato n° 017/2026**, referente a "Eventual contratação de empresa especializada na aquisição de gêneros alimentícios, destinada a merenda escolar, para atender as necessidades dos alunos matriculados nas escolas do sistema municipal de ensino de Manacapuru/AM, oriundo do Processo Administrativo nº 13699/2026".

Parágrafo Único: Esta Portaria terá seus efeitos a partir da data da sua publicação.

Manacapuru/AM, 20 de julho de 2026.

VALCILEIA FLORES MACIEL
Prefeita Municipal de Manacapuru

C E R T I D Ã O:
Certifico que a presente Portaria foi publicada nos termos do art. 88 da Lei Orgânica do Município de Manacapuru/AM, aos 20 (vinte) dias do mês de julho de 2026.

Publicado por:
Evelyn Melo Campos
Código Identificador:C877DAFC

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MANAQUIRI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 545 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

DETERMINA ENCERRAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANAQUIRI, ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 68, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei nº 184/91 que trata sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaquiri,

CONSIDERANDO o encerramento do Processo Administrativo Disciplinar – PAD instaurado pela Portaria nº 169 de 23 de março de 2026, instaurado para apurar a determinação contida no ACÓRDÃO Nº 2294/2025- TCE – TRIBUNAL PLENO, item 9, subitem 9.4, referente a Representação nos autos do Processo TCE- AM nº 15600/2023, referente a acúmulos ilícito de cargos perpetrado pelo servidor Henrique da Silva Barbosa;

CONSIDERANDO ao final o requerimento do servidor Henrique da Silva Barbosa, que optou pelo seu desligamento do seu vínculo funcional no cargo de Professor matrícula nº 13147-9;

RESOLVE:
Art. 1º. DETERMINAR a rescisão do vínculo contratual com o senhor Henrique da Silva Barbosa, do cargo de Professor matrícula nº 13147-9, a contar de 21.08.2026.

Art. 2º. Determinar o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar – PAD instaurado pela Portaria nº 169 de 23 de março de 2026.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se. Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MANAQUIRI, EM 26 DE AGOSTO DE 2026.

NELSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner de Almeida
Código Identificador:1E062EB9

GERENCIA DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAQUIRI/AM**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.641.551/0001-95, com sede administrativa à **Rua Pedro Pastor, nº 41, Centro, Manaquiri/AM, CEP 69435-000,** neste ato representada por seu Prefeito Municipal, **Sr. Nelson Pereira da Silva**, Matricula Funcional nº 12435 e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada **DETENTORA DA ATA**, em razão da classificação da proposta apresentada no processo de contratação realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2025**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, referente ao Processo Administrativo nº 1456/2025, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração, **RESOLVEM PRORROGAR A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025**, com fundamento legal do **art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021**, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 100/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Empresa: **J. L. GALVAO GONCALVES**, inscrita no CNPJ nº 10.679.901/0001-05, neste ato representada por seu Sócio Administrador o Senhor **João Lúcio Galvão Gonçalves**, portador do CPF nº 2**.1**.3**-**. 285.174.312-00
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025**, oriunda do **Pregão Presencial nº 023/2025,** cujo objeto é o **Registro de Preços para a eventual contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de bomba submersa, perfuração, manutenção e limpeza de poços, construção de estrutura em madeira com reservatório de água, conforme o edital e seus anexos**; em seus itens:

ITEM: 01 UNIDADE DE MEDIDA: Metro. QUANTIDADE: 1.200 Perfuração de poço artesiano com diâmetro de 4" polegadas com instalação de tubo geotécnico, encanização do mesmo com seixo tipo 1, construção de base de concreto com dimens6es de 1,50 in de comprimento x 1,50 in de largura e 0,30 in de espessura, 1impeza do poço com compressor, aplicação do material EXP4 no poço, instalação de bomba e medição de nível estático e dinâmico. (Material e mão de obra). PREÇO UNITÁRIO: R$ 409,00 TOTAL: R$ 490.800,00 EMPRESA VENCEDORA: J. L. GALVAO GONCALVES –EPP - CNPJ nº 10.679.901/0001-05.
ITEM: 02 UNIDADE DE MEDIDA: Metro. QUANTIDADE: 600 Perfuração de poço artesiano com diâmetro de 6" polegadas com instalação de tubo geomecânico, encanização do mesmo com seixo tipo 1, construção de base de concreto com dimensões de 1,50 in de comprimento x 1,50m de largura e 0,30m de espessura, limpeza do poço com compressor, aplicação do material EXP4 no poço, instalação de bomba e medição de nível estático e dinâmico. (Material e mão de obra). PREÇO UNITÁRIO: R$ 510,00 TOTAL: R$ 306.000,00 EMPRESA VENCEDORA: J. L. GALVAO GONCALVES –EPP - CNPJ nº 10.679.901/0001-05.
ITEM: 03 UNIDADE DE MEDIDA: Metro. QUANTIDADE: 6.000 Limpeza e manutenção do poço de 4" polegadas com compressor, aplicação do material EXP4 no poço e medição de nível estático e dinâmico. (Somente mão de obra). PREÇO UNITÁRIO: R$ 51,00 TOTAL: R$ 306.000,00 EMPRESA VENCEDORA: J. L. GALVAO GONCALVES –EPP - CNPJ nº 10.679.901/0001-05.
ITEM: 04 UNIDADE DE MEDIDA: Metro. QUANTIDADE: 3.000 Limpeza e manutenção do poço de 6" polegadas com compressor, aplicação do material EXP4 no preço e medição de nível estático e dinâmico. (Somente mão de obra). PREÇO UNITÁRIO: R$ 65,00 TOTAL: R$ 195.000,00 EMPRESA VENCEDORA: J. L. GALVAO GONCALVES –EPP - CNPJ nº 10.679.901/0001-05.
ITEM: 05 UNIDADE DE MEDIDA: Unidade. QUANTIDADE: 50 Fornecimento e instalação de bomba submersa de 0,5 CV. PREÇO UNITÁRIO: R$ 1.070,00 TOTAL: R$ 53.500,00 EMPRESA

VENCEDORA: J. L. GALVAO GONCALVES –EPP - CNPJ nº 10.679.901/0001-05.
ITEM: 06 UNIDADE DE MEDIDA: Unidade. QUANTIDADE: 30 Fornecimento e instalação de bomba submersa de 1,0 CV. PREÇO UNITÁRIO: R$ 1.330,00 TOTAL: R$ 39.900,00 EMPRESA VENCEDORA: J. L. GALVAO GONCALVES –EPP - CNPJ nº 10.679.901/0001-05.
ITEM: 07 UNIDADE DE MEDIDA: Unidade. QUANTIDADE: 20 Fornecimento e instalação de bomba submersa de 1,5 CV. PREÇO UNITÁRIO: R$ 1.400,00 TOTAL: R$ 28.000,00 EMPRESA VENCEDORA: J. L. GALVAO GONCALVES –EPP - CNPJ nº 10.679.901/0001-05.
ITEM: 08 UNIDADE DE MEDIDA: Unidade. QUANTIDADE: 12 Fornecimento e instalação de bomba submersa de 2,0 CV. PREÇO UNITÁRIO: R$ 2.090,00 TOTAL: R$ 25.080,00 EMPRESA VENCEDORA: J. L. GALVAO GONCALVES –EPP - CNPJ nº 10.679.901/0001-05.
ITEM: 09 UNIDADE DE MEDIDA: Unidade. QUANTIDADE: 8 Fornecimento e instalação de bomba submersa de 3,0 CV. PREÇO UNITÁRIO: R$ 2.480,00 TOTAL: R$ 19.840,00 EMPRESA VENCEDORA: J. L. GALVAO GONCALVES –EPP - CNPJ nº 10.679.901/0001-05.
ITEM: 10 UNIDADE DE MEDIDA: Unidade. QUANTIDADE: 40 Estrutura de madeira provisória para suporte de caixa d'água elevada de 3000 litros. AF 03/2024. PREÇO UNITÁRIO: R$ 9.205,53 TOTAL: R$ 368.221,20 EMPRESA VENCEDORA: J. L. GALVAO GONCALVES –EPP - CNPJ nº 10.679.901/0001-05.
ITEM: 11 UNIDADE DE MEDIDA: Unidade. QUANTIDADE: 40 Filtro pré-instalado, lavado pronto para uso, capacidade de tratamento de: 1 a 6, m3/hora. Filtração mecânica e/ou gravidade, abastecido com Mídias filtrantes especificas para remoção de Ferro, Manganês Amônia, e eliminação de coliformes fecal e total, transforma água bruta em potável, com dispositivos de limpeza pelo processo de retrolavagem, com mudança de fluxo, fornecimento e instalação. PREÇO UNITÁRIO: R$ 7.100,00 TOTAL: R$ 284.000,00 EMPRESA VENCEDORA: J. L. GALVAO GONCALVES –EPP - CNPJ nº 10.679.901/0001-05.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
2.1. Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº 032/2025 **por mais 12 (doze) meses**, pelo período de **27/08/2026 à 27/08/2027** nos termos do **art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021** e do **Decreto Municipal nº 100/2025**.
2.2. Do reajuste e da readequação dos preços, poderá ser aplicado o índice do IPCA, conforme a Cláusula Sexta da ATA de Registro de Preços 032/2025.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO RESTABELECIMENTO DOS QUANTITATIVOS
3.1. Com a prorrogação ora formalizada, ficam **restabelecidos integralmente os quantitativos dos itens originalmente registrados na Ata de Registro de Preços nº 032/2025**, conforme constantes no Projeto Básico (Anexo I) do Edital do Pregão Presencial nº 023/2025 e da proposta vencedora, os quais permanecem parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito.
CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES
4.1. Permanecem **inalteradas e ratificadas** todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 032/2025, especialmente:
As especificações técnicas dos itens;
As condições de fornecimento/prestação dos serviços;
As obrigações dos Fornecedores Registrada e do Órgão Gerenciador;
As penalidades e demais disposições constantes da Ata original.
CLÁUSULA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
5.1. O presente Termo Aditivo fundamenta-se:
No **art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021;**
No **Decreto Municipal nº 100/2025;**
No Parecer Jurídico favorável constante dos autos;
Na anuência expressa dos Fornecedores Registrados.
CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO
6.1. O extrato do presente Termo Aditivo deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do estado do Amazonas e no portal de Transparência.
6.2. E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025,** em 02 vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Manaquiri/AM, 26 de agosto de 2026.

NELSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito do Município de Manaquiri

J. L. Galvao Goncalves
JOÃO LÚCIO GALVÃO GONÇALVES

Publicado por:
Vilson Reis Dos Santos
Código Identificador:19331D44

GERENCIA DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2025 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAQUIRI/AM**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.641.551/0001-95, com sede administrativa à **Rua Pedro Pastor, nº 41, Centro, Manaquiri/AM, CEP 69435-000,** neste ato representada por seu Prefeito Municipal, **Sr. Nelson Pereira da Silva**, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada **DETENTORA DA ATA**, em razão da classificação da proposta apresentada no processo de contratação realizado por meio do **Pregão Presencial nº 024/2025**, para **REGISTRO DE PREÇOS,** que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração, **RESOLVEM PRORROGAR A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2025**, com fundamento legal do **art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021**, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 100/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
ODETH BASTOS DE MENEZES-ME, CNPJ nº 24.893.079/0001-95, representada pelo Senhora Odeth Bastos de Menezes, CPF nº 804.175.582-87.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2025**, oriunda do **Pregão Presencial nº 024/2025,** cujo objeto é o **Registro de Preços para a eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de estruturas e equipamentos diversos, compreendendo transporte, montagem e desmontagem, destinados ao atendimento das necessidades da Feira Manaquiriense de Produtos Regionais - FEMAPRE, promovida pela Secretaria Municipal de Produção Rural e Abastecimento do Município de Manaquiri/AM,** em seus itens:

ITEM: 01 UNIDADE DE MEDIDA: Diária QUANTIDADE: 70 DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO: Locação de SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, Composta de: 1 Caixa amplificada, com potência mínima de 300WTS. 01 Mesa de som com no mínimo de 10 canais. 02 Microfones sem Fio. 02 – Pedestal para microfone. VALOR UNITÁTIO: 228,00 VALOR TOTAL: 15.960,00 EMPRESA VENCEDORA: ODETH BASTOS DE MENEZES-ME, CNPJ nº 24.893.079/0001-95.
ITEM: 02 UNIDADE DE MEDIDA: Diária QUANTIDADE: 200 DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO: Locação de BARRACA ACAMPAMENTO, material: lona náilon 600 PVC, tratamento superficial: impermeabilizado, material armação: metalon galvanizado, aplicação: abrigo em campo, características adicionais: fixação grampos, leve e de fácil transporte, tipo: tenda, cor: azul, comprimento:4 m, largura:3 m, altura:2,70 m. VALOR UNITÁTIO: 299,90 VALOR TOTAL: 59.980,00 EMPRESA VENCEDORA: ODETH BASTOS DE MENEZES-ME, CNPJ nº 24.893.079/0001-95.
ITEM: 03 UNIDADE DE MEDIDA: Diária QUANTIDADE: 300 DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO: Locação de Tendas tipo pirâmide, medindo 2m x 2m com MONTAGENS e DESMONTAGENS, em lona PVC, antichama, estrutura em metalon. VALOR UNITÁTIO: 183,00 VALOR TOTAL: 54.900,00

EMPRESA VENCEDORA: ODETH BASTOS DE MENEZES-ME, CNPJ nº 24.893.079/0001-95.
ITEM: 04 UNIDADE DE MEDIDA: Diária QUANTIDADE: 270 DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO: Locação de Tendas tipo pirâmide, medindo 3m x 3m com MONTAGENS e DESMONTAGENS, em lona PVC, antichama, estrutura em metalon. VALOR UNITÁTIO: 263,00 VALOR TOTAL: 71.010,00 EMPRESA VENCEDORA: ODETH BASTOS DE MENEZES-ME, CNPJ nº 24.893.079/0001-95.
ITEM: 05 UNIDADE DE MEDIDA: Diária QUANTIDADE: 200 DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO: Locação de Tendas tipo pirâmide, medindo 5m x 5m com MONTAGENS e DESMONTAGENS, em lona PVC, antichama, estrutura em metalon. VALOR UNITÁTIO: 508,00 VALOR TOTAL: 101.600,00 EMPRESA VENCEDORA: ODETH BASTOS DE MENEZES-ME, CNPJ nº 24.893.079/0001-95.
ITEM: 06 UNIDADE DE MEDIDA: Serviço QUANTIDADE: 50 DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO: Serviço de CARREGAMENTO e TRANSPORTE de equipamentos, como: Mesas, Grades de proteção, Sinalização e palets, ida e volta, em veículo. Unidade de medida: por viagem. VALOR UNITÁTIO: 143,00 VALOR TOTAL: 7.150,00 EMPRESA VENCEDORA: ODETH BASTOS DE MENEZES-ME, CNPJ nº 24.893.079/0001-95.
ITEM: 07 UNIDADE DE MEDIDA: Diária QUANTIDADE: 60 DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO: Locação de 01 BANHEIRO QUÍMICO, característica: Caixa de dejetos com assento, suporte para papel higiênico, piso antiderrapante de madeira ou fibra, identificação na porta (nome da empresa e masculino e feminino), ponto de ventilação natural, porta objetos, Mictório, teto translúcido, tanque de 287 litros, papel higiênico biodegradável, com troca sempre que necessário. VALOR UNITÁTIO: 218,00 VALOR TOTAL: 13.080,00 EMPRESA VENCEDORA: ODETH BASTOS DE MENEZES-ME, CNPJ nº 24.893.079/0001-95.
ITEM: 08 UNIDADE DE MEDIDA: Horas QUANTIDADE: 300 DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO: Serviços de propaganda volante em CARRO DE SOM para divulgação de ações e programações da Secretaria Municipal de Produção a população residente na sede, Estradas AM-354 e vicinais do município de Manaquiri VALOR UNITÁTIO: 69,90 VALOR TOTAL: 20.970,00 EMPRESA VENCEDORA: ODETH BASTOS DE MENEZES-ME, CNPJ nº 24.893.079/0001-95.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
2.1. Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº 033/2025 **por mais 12 (doze) meses**, pelo período de **27/08/2026 à 27/08/2027** nos termos do **art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021** e do **Decreto Municipal nº 100/2025**.
2.2. Do reajuste e da readequação dos preços, poderá ser aplicado o índice do IPCA, conforme a Cláusula Sexta da ATA de Registro de Preços 033/2025.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO RESTABELECIMENTO DOS QUANTITATIVOS
3.1. Com a prorrogação ora formalizada, ficam **restabelecidos integralmente os quantitativos dos itens originalmente registrados na Ata de Registro de Preços nº 033/2025**, conforme constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Presencial nº 024/2025 e da proposta vencedora, os quais permanecem parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito.
CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES
4.1. Permanecem **inalteradas e ratificadas** todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 033/2025, especialmente:
As especificações técnicas dos itens;
As condições de fornecimento/prestação dos serviços;
As obrigações dos Fornecedores Registrada e do Órgão Gerenciador;
As penalidades e demais disposições constantes da Ata original.
CLÁUSULA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
5.1. O presente Termo Aditivo fundamenta-se:
No **art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021;**
No **Decreto Municipal nº 100/2025;**
No Parecer Jurídico favorável constante dos autos;
Na anuência expressa dos Fornecedores Registrados.
CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO
6.1. O extrato do presente Termo Aditivo deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas e no Portal de Transparência.
6.2. E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2025,** em 02 vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Manaquiri/AM, 26 de agosto de 2026.

NELSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

ODETH BASTOS DE MENEZES-ME
CNPJ nº 24.893.079/0001-95,

Publicado por:
Vilson Reis Dos Santos
Código Identificador:AE15F089

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MANICORÉ

LICITAÇOES E CONTRATOS
DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº. 013/2026 – CPC/PMM

Com base nas informações constantes do **PROCESSO Nº. 013/2026 – CPC/PMM**, referente à **CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº. 013/2026 - CPC/PMM**, que tem como objeto: **A CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA COM: POÇO ARTESIANO, ESTRUTURA PARA CAIXA D'AGUA DE 15.000L, CHAFARIZ E CASA DE BOMBA.** E considerando que foram observados os prazos recursais, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, artigo 71, adjudico o objeto licitado cotado por menor preço Global, pela empresa: **HP SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA LTDA, CNPJ: 34.521.302/0001-27,** com sede na rua São Roque nº 180, alvorada I, CEP. 69043-630 - Município: Manaus - Telefone: (92) 99163-5829**,** com o valor global de: R$ 1.899.000,00 (Um milhão, oitocentos e noventa e nove mil reais). Conforme Proposta apresentada.

Encaminho o referido Processo para superior homologação por parte do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Manicoré.

Manicoré/Am; 26 de agosto de 2026

AUGUSTO VIEIRA DO NASCIMENTO
Agente de Contratação Municipal

Publicado por:
Licitações e Contratos
Código Identificador:1ACDF762

LICITAÇOES E CONTRATOS
DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 013/2026 – CPC/PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANICORÉ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo, oriundo da Comissão Permanente de Contratação, referente à Licitação na Modalidade de: **CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA nº. 013/2026** – CPC/PMM;

CONSIDERANDO que no referido processo foram respeitados todos os prazos estabelecidos pela legislação vigente;

CONSIDERANDO que foram atendidos todos os prazos de recursos pendentes ao referido procedimento licitatório.

RESOLVE:

I – HOMOLOGAR a deliberação da Comissão Permanente de Contratação, Constante do Processo supracitado, referente a **CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA nº. 013/2026 – CPC/PMM**, pelo "MENOR PREÇO", POR LOTE COM EXECUÇÃO INDIRETA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, contratação de empresa Jurídica especializada em: **A CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA COM: POÇO ARTESIANO, ESTRUTURA PARA CAIXA D'AGUA DE 15.000L, CHAFARIZ E CASA DE BOMBA.**
II – HOMOLOGAR o Objeto da Licitação para a Empresa:
HP SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA LTDA, CNPJ: **34.521.302/0001-27**, com sede e foro na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, situada na Rua São Roque nº. 180, Alvorada I, CEP. 69043-630 - Município: Manaus - Telefone: (92) 99163-5829, com o valor global de: R$ 1.899.000,00 (Um milhão, oitocentos e noventa e nove mil reais).
III - PUBLIQUE-SE o presente despacho na forma da Lei, para fins de eficácia**.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MANICORÉ/AM; 26 de agosto de 2026.

LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal de Manicoré

Publicado por:
Licitações e Contratos
Código Identificador:616EDF75

LICITAÇOES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0398/2026 DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 013/2026 – CPC/PMM

ESPÉCIE: A Construção De Sistema De Abastecimento De Água Com: Poço Artesiano, Estrutura Para Caixa D'agua De 15.000l, Chafariz E Casa De Bomba.

DA LEGALIDADE: regerá pelas disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de Abril de 2021. E alterações posteriores, Código Civil Brasileiro.

DATA DA ASSINATURA: 26 de agosto de 2026

PARTICIPES: **MUNICIPIO DE MANICORÉ/AM POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA - ESTRUTURA DO INTERIOR** E A EMPRESA: **HP SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA LTDA, CNPJ: 34.521.302/0001-27.**
OBJETO: O presente contrato tem pôr fim a contratação de Pessoa Jurídica especializada em: **CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA COM: POÇO ARTESIANO, ESTRUTURA PARA CAIXA D'AGUA DE 15.000L, CHAFARIZ E CASA DE BOMBA.**
VALOR GLOBAL R$ 1.899.000,00 (Um milhão, oitocentos e noventa e nove mil reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 (Trezentos e Sessenta e Cinco) dias.
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
Entidade: Prefeitura Municipal de Manicoré-Am
Órgão: 02.000 – Prefeitura Municipal de Manicoré-Am
Unidade: 02.011 – Secretaria Municipal de Infra - Estrutura do Interior
Proj/Ativ: 2.055 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria Municipal de Infra - Estrutura do Interior.
Elemento da Despesa: 4.4.90.51 – Obras e Instalações.
Fonte: 501

Manicoré/AM, 26 de agosto de 2026.

CERTIFICO QUE ESTE EXTRATO FOI PUBLICADO NO QUADRO DE AVISO DA PREFEITURA E NO SITE DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS.

LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal de Manicoré

Publicado por:
Licitações e Contratos
Código Identificador:445C8A87

LICITAÇOES E CONTRATOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 348/2025 DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2025 – PMM

O MUNICÍPIO DE MANICORÉ, inscrito no CNPJ sob o nº 04.197.166/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, s/n, Centro, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, **LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO**, portador da C.I. nº 615011 SSP/AM e CPF nº 230.893.692-49, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o senhor **EDMAR DA COSTA FERNANDES VIEIRA**, inscrito no RG n° 3665453-1 SSP/AM e no CPF n° 042.714.202-30, neste ato denominado **CONTRATADO**, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente **Primeiro Termo Aditivo de Prazo** ao Contrato nº 348/2025, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 015/2025, mediante as cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência do Contrato nº 348/2025 por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 05 de agosto de 2026, com término em 05 de agosto de 2027.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original, não modificadas por este instrumento, ficando expressamente ratificadas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO
Incumbirá ao CONTRATANTE promover a publicação do presente termo no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no sítio eletrônico oficial do Município, em cumprimento ao art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Manicoré – Amazonas, 20 de julho de 2026.

LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal
Contratante

EDMAR DA COSTA FERNANDES VIEIRA
Contratado

TESTEMUNHAS:

NOME_____CPF_____

NOME_____CPF_____

Publicado por:
Licitações e Contratos
Código Identificador:8C722E35

LICITAÇOES E CONTRATOS
TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 014/2023 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2023 – CPC/PMM

Terceiro Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 014/2023, tem como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA DE MANICORÉ E SUAS SECRETARIAS, E DO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO MATUPI.** Firmando entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANICORÉ** e a Empresa: **S V DE OLIVEIRA & CIA LTDA.**

A **PREFEITURA DE MANICORÉ** representada neste ato pelo **PREFEITO LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO,** casado, residente e domiciliado em Manicoré/Amazonas, na Rua Capitão Antônio Franco dos Reis, bairro de Mazzarello, CEP 69.280-000, portador do RG n°

615011 SSP/AM e do CPF n° 230.893.692-49, através da Prefeitura, pessoa jurídica de Direito, nesta cidade de Manicoré, na sede da **PREFEITURA DE MANICORÉ**, situada na Avenida Getúlio Vargas, S/N, Centro, presente **MUNICIPIO DE MANICORÉ**, doravante designado simplesmente CONTRATANTE e a Empresa **S V DE OLIVEIRA & CIA LTDA,** pessoa jurídica de Direto Privado, inscrita no CNPJ: 07.964.399/0001-70, situada na Avenida Eduardo Ribeiro, n 732, Centro, Manicoré/AM, CEP 69.280-000, doravante denominado CONTRATADA neste ato representado pelo(a) seu(sua) procurador(a) **SAMUEL VIEIRA DE OLIVEIRA**, portador do CPF Nº. 7378.682.562-53 e RG nº. 713055, Órgão Emissor SSP/AM, residente e domiciliado na Cidade de Manicoré/AM, proprietário, doravante, ajustam entre si o presente contrato para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA DE MANICORÉ E SUAS SECRETARIAS, E DO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO MATUPI** mediante as cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei 14.133/21**".** Mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Conforme Art. **107** da Lei 14.133/21. O objeto do presente aditivo é a prorrogação de prazo, do Termo de Contrato nº 014/2023. Por mais 12 (Doze) meses a contar de **26 de janeiro de 2026, ficando sua vigência até 26 de janeiro de 2027**, do contrato original celebrado entre as partes em 26 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 26 de janeiro de 2023, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Manicoré/Am; 16 de Janeiro de 2026.

LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal
Contratante

S V DE OLIVEIRA & CIA LTDA
CNPJ: 07.964.399/0001-70
Contratada

Publicado por:
Licitações e Contratos
Código Identificador:443978B5

LICITAÇOES E CONTRATOS
TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 368/2023 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2023 – CPC/PMM

Terceiro Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 368/2023, tem como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – ETAPA II.** Firmando entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANICORÉ** e a Empresa: **S V DE OLIVEIRA & CIA LTDA.**

A **PREFEITURA DE MANICORÉ,** representada neste ato pelo **PREFEITO LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO,** casado, residente e domiciliado em Manicoré/Amazonas, na Rua Capitão Antônio Franco dos Reis, Bairro de Mazzarello, CEP 69.280-000, portador do RG n° 615011 SSP/AM e do CPF n° 230.893.692-49, através da Prefeitura, pessoa jurídica de Direito, nesta cidade de Manicoré, na sede da **PREFEITURA DE MANICORÉ**, situada na Avenida Getúlio Vargas, S/N, Centro, presente **MUNICIPIO DE MANICORÉ**, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE** e a Empresa: **S V DE OLIVEIRA & CIA LTDA,** pessoa jurídica de Direto Privado, inscrita no CNPJ: 07.964.399/0001-70, situada na Avenida Eduardo Ribeiro, n 732, Centro, Manicoré/AM, CEP 69.280-000, doravante denominado CONTRATADA, neste ato representado pelo(a) seu(sua) procurador(a): **SAMUEL VIEIRA DE OLIVEIRA**, portador do CPF Nº. 7378.682.562-53 e RG nº. 713055, Órgão Emissor SSP/AM, residente e domiciliado na Cidade de Manicoré/AM, proprietário, doravante, ajustam entre si o presente, **ADITIVO DE PRAZO,** para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – ETAPA II,** mediante as cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei 14.133/21**",** mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Conforme Art. **107** da Lei 14.133/21, O objeto do Presente Aditivo é a Prorrogação de Prazo, do Termo de Contrato nº 368/2023. Por mais 12 (Doze) meses a contar de 24 de Agosto de 2026, ficando sua vigência até 24 de Agosto de 2027, do contrato original celebrado entre as parte em 23 de Agosto de 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 23 de Agosto de 2023, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Manicoré/Am; 08 de Agosto de 2026

LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal
Contratante

S V DE OLIVEIRA & CIA LTDA
CNPJ: 07.964.399/0001-70
Contratada

Publicado por:
Licitações e Contratos
Código Identificador:4E71961F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 740, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

NOME DO FUNCIONÁRIO	CARGO OU FUNÇÃO	DADOS BANCÁRIOS
DAYVISON DAS CHAGAS CARDOSO **CPF:** Nº 013.716.442-41	**Coordenador – PICS**	**AG: 3728** **C/C: 272999-7** **BANCO BRADESCO**

O Exmo. Sr. **LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO**, Prefeito de Manicoré/AM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e Constituição Federal e afins;

CONSIDERANDO o Ofício nº 887/2026 – SEMSA, que solicita ajuda de custo a servidores da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

CONSIDERANDO ainda, a necessidade de deslocar servidores até o Distrito de Santo Antônio de Matupí, a serviço do município.

RESOLVE:

I - CONCEDER ao servidor **DAYVISON DAS CHAGAS CARDOSO**, Coordenador do PICS, o pagamento de **AJUDA DE CUSTO** conforme determinação abaixo:

II – OBJETIVO DA VIAGEM
Para realizar visita ténica da coordenação no Distrito de Santo Antônio do Matupí, a realizar-se no Distrito de Santo antônio do Matupí no período de 31/08 à 04/09/2026..

IV – ESTIMATIVA DE DESPESAS	VALOR
Distrito de Santo Antônio de Matupí – KM 180.	**R$ 1.768,00**

CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

Manicoré/Am, 25 de agosto de 2026.

LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO
Prefeito de Manicoré

ESTA PORTARIA FOI PUUBLICADA NO SITE DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS E NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE MANICORÉ

JANDERLAN BRITO BARBOSA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Janderlan Brito Barbosa
Código Identificador:80776350

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 741, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

NOME DO FUNCIONÁRIO	CARGO OU FUNÇÃO	DADOS BANCÁRIOS
LOUYSE MARIA RIBEIRO DE AZEVEDO **CPF:** Nº 026.832.092-66	**Enfermeira**	**AG: 1197-5** **C/C: 1136.138-9** **BANCO BRASIL**

O Exmo. Sr. **LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO**, Prefeito de Manicoré/AM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e Constituição Federal e afins;

CONSIDERANDO o Ofício nº 888/2026 – SEMSA, que solicita ajuda de custo a servidores da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.
CONSIDERANDO ainda, a necessidade de deslocar servidores até o Distrito de Santo Antônio de Matupí, a serviço do município.

RESOLVE:
I - CONCEDER ao servidor **LOUYSE MARIA RIBEIRO DE AZEVEDO**, Coordenador do PICS, o pagamento de **AJUDA DE CUSTO** conforme determinação abaixo:

II – OBJETIVO DA VIAGEM
Para realizar visita ténica da coordenação no Distrito de Santo Antônio do Matupí, a realizar-se no Distrito de Santo antônio do Matupí no período de 31/08 à 04/09/2026..

IV – ESTIMATIVA DE DESPESAS	VALOR
Distrito de Santo Antônio de Matupí – KM 180.	**R$ 1.768,00**

CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

Manicoré/Am, 25 de agosto de 2026.

LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO
Prefeito de Manicoré

ESTA PORTARIA FOI PUUBLICADA NO SITE DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS E NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE MANICORÉ

JANDERLAN BRITO BARBOSA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Janderlan Brito Barbosa
Código Identificador:2B4B4CB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DO AMAZONAS MUNICÍPIO DE MANICORÉ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO – LUIZ HENRIQUE GOMES SÁ

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, declara, através deste e para fins de direito, que **LUIZ HENRIQUE GOMES SÁ**, portador do RG nº **3277178-9**, inscrito no CPF nº **032.477.772-88**, exerce a função de **ENFERMEIRO**, no programa **Melhor em Casa**, desde **01 de julho de 2026** até a presente data.
É o que temos a declarar.

Manicoré, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Adriana Moreira
Código Identificador:2F97F1AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DO AMAZONAS MUNICÍPIO DE MANICORÉ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO – RODRIGO TULEMAN DE PAULA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, declara, para os devidos fins de direito e em atendimento à solicitação do interessado, que o senhor **RODRIGO TULEMAN DE PAULA**, portador do CPF nº **005.762.482-82** e RG nº **2455861-3 SSP/AM**, exerce o cargo de **ENFERMEIRO**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.
Declara, ainda, que o referido servidor atuou no período de **03 de janeiro de 2019 a 30 de dezembro de 2020**, na unidade hospitalar **Hospital Regional Dr. Hamilton Cidade**; no período de **01 de novembro de 2021 a 07 de junho de 2022**, na **UBS Fluvial**; e no período de **01 de agosto de 2022 a 28 de fevereiro de 2025**, na **Estratégia de Saúde Ribeirinha**.
Em **03 de março de 2025**, retornou ao **Hospital Regional Dr. Hamilton Cidade**, onde permanece exercendo suas funções até a presente data.
É o que temos a declarar.

Manicoré, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Adriana Moreira
Código Identificador:DD3CFEB3

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MAUÉS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90.012/2026

A **PREFEITURA DE MAUÉS**, através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público a abertura do processo de contratação direta via dispensa de licitação, sem disputa, na hipótese do Inciso II do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando a contratação de pessoa jurídica, com critério de julgamento menor preço, para contratação de serviços especializados para preparação documental, higienização, organização, digitalização, indexação, aplicação de tecnologia e reconhecimento ópticos de caracteres, controle de qualidade e disponibilidade de arquivos digitais em formato PDF, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde/AM, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
O inteiro teor do instrumento convocatório e demais documentos complementares encontram-se disponíveis na sede do Departamento de Licitações e Contratos, localizada na Rua Quintino Bocaiúva, nº 244, bairro Centro - CEP 69.190-045, Maués/AM, mediante a restituição dos custos de reprodução e gratuitamente nos sítios eletrônicos Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (www.gov.br) e https://transparenciamunicipalaam.org.br/

Município de Maués/AM, 26 de agosto de 2026.

MANOEL CARDOSO NETTO
Diretor do Departamento de Licitação
Portaria nº 023/2025

Publicado por:
Zanilson Gustavo Bernardo Dos Passos
Código Identificador:7A9CE7A9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90.006/2026

A **PREFEITURA DE MAUÉS**, através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público a abertura da licitação, da Concorrência Eletrônica nº 90.006/2026 com abertura da sessão prevista para o dia 14 de setembro de 2026 às 09h00min, objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada em obras e serviços de engenharia, com critério de julgamento de menor preço, para execução de obras e serviços de engenharia para o fomento aos setores agropecuário e de agroindústria do Município de Maués/AM, conforme condições, quantidades, especificações técnicas e demais exigências estabelecidas no Projeto Básico e seus anexos.

O inteiro teor do instrumento convocatório e demais documentos complementares encontram-se disponíveis, de forma física mediante a restituição dos custos de reprodução, na sede do Departamento de Licitações e Contratos, localizada na Rua Quintino Bocaiúva, nº 244, bairro Centro - CEP 69.190-045, Maués/AM e na forma eletrônica nos sítios eletrônicos Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (www.gov.br) e https://transparenciamunicipalaam.org.br/.

Município de Maués/AM, 17 de agosto de 2026.

MANOEL CARDOSO NETTO
Diretor do Departamento de Licitação
Portaria nº 023/2025

Publicado por:
Zanilson Gustavo Bernardo Dos Passos
Código Identificador:B8DBF9BA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DESPACHO DE REVOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90.005/2026

A **PREFEITA DE MAUÉS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município de Maués e tendo como prerrogativa a Lei Federal nº 14.133/2021, e demais ordenamentos pátrios;
CONSIDERANDO, que a Administração Pública tem o poder-dever, com ou sem provocação, de anular o ato administrativo, sem que isso se constitua em ato de ilegalidade ou abuso de poder, lição assentada pelo STF no enunciado das Súmulas 346 e 473;
CONSIDERANDO, que as circunstâncias para revogar o processo licitatório se dão para atender o interesse da administração, que usando como aspecto legal o princípio da isonomia da forma, economia processual e eficiência administrativa, que pronuncia a revogação por entender ser a medida mais adequada para o caso,
RESOLVE:

I – REVOGAR o processo licitatório em comento, por motivo de conveniência e para atender o interesse público, conforme prevê o Inciso II do Art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.
II – DETERMINAR a adoção das medidas cabíveis para a revogação.
III – PUBLICAR o presente Despacho, na forma da Lei, para fins de eficácia.

Município de Maués/AM, 06 de agosto de 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita de Maués

Publicado por:
Zanilson Gustavo Bernardo Dos Passos
Código Identificador:16AA4FAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: Pregão Eletrônico com adoção do SRP nº 90.017/2025
Espécie: Ata de Registro de Preços nº 043/2025
Partes: MUNICÍPIO DE MAUÉS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.282.869/0001-27 e a empresa CONSTRUTORA MEDINA LTDA, pessoa jurídica de direito privado interno, inscrita regularmente no CNPJ sob o nº 09.053.303/0001-47
Objeto: Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica especializada, com critério de julgamento de menor preço, para futura e eventual prestação de serviços, sob demanda, de conservação das vias públicas com varrição, roçagem, capina, raspagem de guia e pintura de meio-fio, roçagem e capina nos prédios e praças e outros espaços públicos, coleta, destinação e movimentação de resíduos e entulhos no perímetro urbano para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Maués/AM, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.
Vigência: 12 (doze) meses.

Ord.	Descrição / Especificação		Unidade	Quant.	Valor Unitário
1	SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA, Aplicação: Prestação de serviços contínuos de limpeza pública na área urbana do Município de Maués/AM, abrangendo os seguintes serviços: varrição de vias e logradouros públicos; roçagem; capina; poda de árvores; raspagem de guia e caiação de meio-fio; coleta e transporte de entulho; coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais.	Administração dos Serviços	Serviço	12	R$ 40.802,9833
		Varrição Manual de Logradouros	M²	18.311.341,92	R$ 0,1384
		Roçagem Logradouros e Unidades de Uso Especial	M²	1.787.770,44	R$ 1,1916
		Capina e Raspagem de Guias	M²	59.334,72	R$ 5,5990
		Poda de Árvores até 10m	Unidade	2.160,00	R$ 156,0400
		Coleta e Transporte de Entulho	M³	19.073,16	R$ 178,0385
		Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos	T	5.914,80	R$ 345,3136
		Pintura de Meio-Fio	Metro	593.347,68	R$ 2,1799

Município de Maués/AM, 20 de agosto de 2026.

PREFEITURA DE MAUÉS
Contratante

CONSTRUTORA MEDINA LTDA
Contratada

Publicado por:
Zanilson Gustavo Bernardo Dos Passos
Código Identificador:711DCAED

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ANULAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 2169/2025.

TORNA-SE SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 2169, DE 21 DE AGOSTO DE 2025, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS NO DIA 12/03/2026, Nº 4063, CÓDIGO IDENTIFICADOR 91D4D5C5.

Maués/AM, 26 de Agosto de 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:0EF38262

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 0663, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2025, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS EM 18/07/2025, EDIÇÃO 3900, CÓDIGO IDENTIFICADOR EA0CD0CD.

ONDE SE LÊ: NATASHA

LEIA-SE: NATHASHA

Maués/AM, 25 de Agosto de 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:6655CDEF

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 1082, DE 17 DE MARÇO DE 2025, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS EM 07/10/2025, EDIÇÃO 3956, CÓDIGO IDENTIFICADOR 6FAD2FA7.

ONDE SE LÊ: NATASHA

LEIA-SE: NATHASHA

Maués/AM, 25 de Agosto de 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:F96C984C

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1175, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **RAINARA PAIVA CINTRA,** Diretor (a) I – Executivo (a) – CC-1, Matrícula nº 11325-1, lotado(a) na Procuradoria Geral do Município - PGM, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 26/06/2026 a 25/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:D5A96E30

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1176, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **EVELIN MARLANA DOS SANTOS FONSECA,** Assessor (a) – Técnico (a) – CC-2, Matrícula nº 2844-2, lotado(a) na Secretaria Municipal de Finanças - SEMFI, Quinze (15) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 20/05/2026 a 03/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:60DA4ACF

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1177, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **DENILSON MONTEIRO FERREIRA,** Assistente Administrativo (a) – Efetivo (a), Matrícula nº 1456-1, lotado(a) na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/05/2026 a 30/05/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:98353178

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1178, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARIA OZETE DA SILVA PEREIRA,** Cozinheira/Merendeira/FG-4 – Efetivo (a), Matrícula nº 1158-1, à disposição do Departamento Municipal de Trânsito - DEMUT, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:4561A3B9

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1179, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **HEIDIELEM DE ALMEIDA GOMES,** Assessor (a) de Serviços Municipais – CC-5, Matrícula nº 3422-3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 20/06/2026 a 19/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:7886233F

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1180, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **CILENA MARIA ROLIM DE MATOS,** Auxiliar de Serviços Municipais - Efetivo (a), Matrícula nº 10886-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 02/06/2026 a 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:645E08E0

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1181, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **DIOLENA SOARES BEZERRA,** Gerente II – Setor de Pessoal – CC-4, Matrícula nº 9503-3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:3CA92F69

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1182, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **NAASSON DA SILVA DIAS,** Auxiliar de Serviços Municipais – Efetivo (a)/Reintegrado (a), Matrícula nº 1839-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 04/05/2026 a 02/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:41107AD0

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1183, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **EVALDO ANTONIO MONTEIRO,** Vigia – Efetivo, Matrícula nº 0576-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2020/2021,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:5ABDF67B

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1184, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MADALENA COIMBRA DOS SANTOS,** Assistente Administrativo – Efetivo (a)/Reintegrado (a), Matrícula nº 760-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:574B6BA9

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1185, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **NIGLEANE MACEDO DA ROCHA,** Auxiliar de Serviços Municipais – Efetivo (a)/Reintegrado (a), Matrícula nº 694-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:9168B5FA

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1186, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ROSILENE MARTINS DOS SANTOS,** Assistente Administrativo (a) – Efetivo (a)/Reintegrado (a), Matrícula nº 10911-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:96C893BE

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1187, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **JACILENE GOMES PAIVA,** Assessor (a) Técnico (a) – Educacional – CC-2, Matrícula nº 2792-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:BA2D0439

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1188, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **DENIZE MENDES LACERDA,** Auxiliar de Serviços Municipais – Efetivo (a), Matrícula nº 827-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 02/05/2026 a 31/05/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:72BA5EB1

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1189, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ROMARA FARIAS FERREIRA,** Auxiliar de Serviços Municipais – Efetivo (a), Matrícula nº 10139-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:028328DC

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1190, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ROSANGELA DE SOUZA MAMUD,** Auxiliar de Obras e Manutenção – Efetivo (a), Matrícula nº 618-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2022/2023,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:9FA3BF5E

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1191, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **GELCIMAR MARINHO CRISTO,** Técnico (a) em Enfermagem – Efetivo (a), Matrícula nº 986-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2022/2023,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:EE6A6C54

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1192, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **MARIA SOLANGE DE OLIVEIRA LACERDA,** Chefe de Setor – Atenção Básica – CC-2, Matrícula nº 11728-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:EF289818

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1193, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **HELHENAI DA SILVA SOUZA,** Gerente II – Executivo de Saúde I – CC-4, Matrícula nº 8895-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:BE734E5A

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1194, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **VANUZA CANTUARIA,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Assuntos Administrativos – CC-5, Matrícula nº 9698-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 08/05/2026 a 06/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:C9D78834

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1201, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **RAISSA DO CARMO DE LIMA,** Assessor (a) de Serviços Municipais – Assuntos Administrativos – CC-5, Matrícula nº 11375-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:C6946797

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1253, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,

R E S O L V E:

I - CONCEDER Indenização de Férias não usufruídas ao (à) Servidor (a) **RAIMUNDO JOSÉ TRAVASSO PEREIRA,** Auxiliar de Serviços Municipais – Efetivo (a), Matrícula nº 65-1, lotado na Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento - SEPROR, relativo ao período aquisitivo de **2012/2013.**

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Munic. de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:229CE6D3

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1254, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,

R E S O L V E:

I - CONCEDER Indenização de Férias não usufruídas ao (à) Servidor (a) **GENY HELENA LEITE NOGUEIRA,** Assistente Administrativo – Efetivo (a), Matrícula nº 674-1, lotado(a) na Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários - SEMHF, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026.**

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Munic. de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:AAF46BC6

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1255, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,

R E S O L V E:

I - CONCEDER Indenização de Férias não usufruídas ao (à) Servidor (a) **SUZANE DOS SANTOS MENDONÇA,** Assessor (a) Executivo (a) – CC-1, Matrícula nº 11191-1, lotado(a) na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026.**

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Munic. de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:D6B4D7C1

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1256, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,

R E S O L V E:

I - CONCEDER Indenização de Férias não usufruídas ao (à) Servidor (a) **ELLEN BRUNA MAFRA PEREIRA,** Gerente I – Técnico (a) de Licitação – CC-3, Matrícula nº 11028-1, lotado(a) na Secretaria Municipal de Finanças - SEMFI, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026.**

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Munic. de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:DB8631E1

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1257, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,

R E S O L V E:

I - CONCEDER Indenização de Férias não usufruídas ao (à) Servidor (a) **BERENICE LIMA ALMEIDA,** Professor (a) – Efetivo (a), Matrícula nº 153-1, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, relativo ao período aquisitivo de **2021/2022.**

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Munic. de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:08D9820E

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1258, DE 18 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,

R E S O L V E:

I - CONCEDER Indenização de Férias não usufruídas ao (à) Servidor (a) **PAULO RICARDO DA COSTA COELHO,** Gerente II – Departamento Administrativo – CC-3, Matrícula nº 7509-2, lotado(a) na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026.**

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 18 DE MAIO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Munic. de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:58BC210E

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1355, DE 03 DE JUNHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **HELEN NAIZE CAVALCANTE COLARES,** Diretor (a) I – Departamento de Relações Públicas, Marketing e Imprensa – CC-1, Matrícula nº 12040-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Governo - SEGOV, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/07/2026 a 30/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 03 DE JUNHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:319441D9

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1559, DE 19 DE JUNHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
Considerando o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER ao (a) Servidor (a) **MAIZA DE NAZARÉ MEDEIROS DOS SANTOS SOUZA,** Técnico (a) em Enfermagem – Efetivo (a), Matrícula nº 1106-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Duzentos e Dez (210) dias de **FÉRIAS**, relativo aos períodos aquisitivos abaixo, a considerar de 01/06/2026 a 27/12/2026.

PERÍODO DE AQUISIÇÃO	MÊS DE PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
2008/2009	JUNHO	01/06/2026 a 30/06/2026
2009/2010	JULHO	01/07/2026 a 30/07/2026
2010/2011	AGOSTO	31/07/2026 a 29/08/2026
2011/2012	SETEMBRO	30/08/2026 a 28/09/2026
2023/2024	OUTUBRO	29/09/2026 a 28/10/2026
2024/2025	NOVEMBRO	29/10/2026 a 27/11/2026
2025/2026	DEZEMBRO	28/11/2026 a 27/12/2026

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 19 DE JUNHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:EC0F244E

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1560, DE 19 DE JUNHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **FRANCIELY APARECIDA DE SOUZA,** Assistente Administrativo (a) – Efetivo (a), Matrícula nº 971-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2024/2025,** a considerar de 01/07/2026 a 30/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 19 DE JUNHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:D801BBBD

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1605, DE 23 DE JUNHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
CONSIDERANDO o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER a(o) Servidor(a) **ALESSANDRO NOGUEIRA MONTEIRO,** Diretor (a) I – Executivo (a) – CC-1, Matrícula nº 11037-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Finanças - SEMFI, Trinta (30) dias de **FÉRIAS**, relativo ao período aquisitivo de **2025/2026,** a considerar de 01/06/2026 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 23 DE JUNHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:9C9C0715

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1749, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **ELIZIEL CRUZ GONCALVES,** do Cargo Comissionado de **Assessor Técnico – Assuntos Sociais – CC-2,** Matrícula nº 12467-1, com lotação na Secretaria Municipal de

Assistência Social – SEMAS, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **ELIZIEL CRUZ GONCALVES,** do Cargo Comissionado de **Diretor II - Administrativo – CC-2,** com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente - SEDEMA, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:7E8D5312

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1808, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **JACKSON JAERKLEN MOUZINHO**, do Cargo Comissionado de **Gerente I – Material, Patrimônio e Transporte – CC-3**, Matrícula nº 12855-1, com lotação na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos - SEMOSP, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:1DFD036D

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1809, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **MARCELO RODRIGUES DE HOLANDA**, do Cargo Comissionado de **Gerente II – Setor de Manutenção – CC-4**, Matrícula nº 12740-1, com lotação na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos - SEMOSP, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:DFB8382B

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1810, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **FRANCISCO WILLAME TEIXEIRA FONTENELE JUNIOR**, do Cargo Comissionado de **Gerente II – Fiscalização de Trânsito – CC-4**, Matrícula nº 12619-1, com lotação na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos - SEMOSP, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:F212F86F

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1811, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR a PEDIDO o (a) Senhor (a) **JACKSON OLIVEIRA DO VALE**, do Cargo Comissionado de **Assessor de Serviços Municipais – Assuntos Administrativo – CC-5**, Matrícula nº 11550-1, com lotação na Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer - SEJEL, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 06/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:A4FCE0A9

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1812, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR a PEDIDO o (a) Senhor (a) **LUANA COSTA LEMKE**, do Cargo Comissionado de **Assessor (a) de Serviços Municipais – Assuntos Administrativos – CC-5**, Matrícula nº 11627-1, com lotação na Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer - SEJEL, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 06/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:9BFB6671

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1813, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR a PEDIDO o (a) Senhor (a) **VALKSON DE OLIVEIRA MARTINS**, do Cargo Comissionado de **Chefe de Setor – Segurança – CC-2**, Matrícula nº 12377-1, com lotação na Secretaria Municipal de Governo em Manaus - SEGOM, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 16/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:4C3DE904

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1814, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **RONE FRANCISCO OLIVEIRA RIBEIRO FILHO**, do Cargo Comissionado de **Gerente II – Almoxarifado – CC-4**, Matrícula nº 12046-1, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:31D0F371

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1815, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **JOCIEL RODRIGUES**, do Cargo Comissionado de **Assessor de Serviços Municipais – Registro de Documento e Arquivo – CC-5**, Matrícula nº 12475-1, com lotação na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos – SEMOSP, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:D702FDBF

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1816, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **RICARDO MOREIRA DA SILVA**, do Cargo Comissionado de **Diretor II - Administrativo – CC-2**, Matrícula nº 13091-1, com lotação na Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento – SEPROR, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 07/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:530404E6

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1817, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **ELIEL MAIA GLORIA**, do Cargo Comissionado de **Gerente I – Projetos Técnicos – CC-3**, Matrícula nº 12443-1, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEPLAN, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 16/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:DCE47136

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1818, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **JAYSON GOMES MARTES,** do Cargo Comissionado de **Diretor I – Departamento de Engenharia – CC-1,** Matrícula nº 3424-1, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente – SEDEMA, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **JAYSON GOMES MARTES,** do Cargo Comissionado de **Diretor I – Departamento de Engenharia – CC-1,** com lotação na Secretaria Municipal de Obras, Produção e Serviços Públicos - SEMOSP, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:F5264349

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1819, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **ROOSIWELTH LUIZ FERREIRA BARAUNA,** do Cargo Comissionado de **Gerente II – Departamento de Produção – CC-4,** Matrícula nº 1535-1, com lotação na Secretaria Municipal de Governo – SEGOV, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **ROOSIWELTH LUIZ FERREIRA BARAUNA,** do Cargo Comissionado de **Gerente II – Departamento de Produção – CC-4,** com lotação na Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento - SEPROR, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:D8D74E88

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1820, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **NADIA JAKELINE CAVALCANTE ALENCAR,** do Cargo Comissionado de **Assessor (a) Técnico (a) – Assuntos Sociais – CC-2,** Matrícula nº 12019-1, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **NADIA JAKELINE CAVALCANTE ALENCAR,** do Cargo Comissionado de **Assessor (a) Técnico (a) – CC-2,** com lotação na Secretaria Municipal de Governo/ Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:752827B2

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1821, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **ELIANE CAVALCANTE DOS SANTOS,** do Cargo Comissionado de **Assessor (a) de Serviços Municipais – Limpeza Pública – CC-5,** Matrícula nº 11208-1, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **ELIANE CAVALCANTE DOS SANTOS,** do Cargo Comissionado de **Assessor (a) de Serviços Municipais – Recepção e Protocolo – CC-5,** com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA / Centro de Fisioterapia, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:DF2BE971

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1822, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **MONICA HIOLENA MUTIMA DOS SANTOS,** do Cargo Comissionado de **Assessor (a) de Serviços Municipais – Assuntos Administrativo – CC-5,** Matrícula nº 3009-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a **MONICA HIOLENA MUTIMA DOS SANTOS,** do Cargo Comissionado de **Assessor (a) de Serviços**

Municipais – Assuntos Administrativo – CC-5, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde -SEMSA, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:F3A15563

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1823, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **JOSE MILTON DOS SANTOS COSTA,** do Cargo Comissionado de **Assessor Técnico – Assuntos Institucionais – CC-2,** Matrícula nº 12876-1, com lotação na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos - SEMOSP, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **JOSE MILTON DOS SANTOS COSTA,** do Cargo Comissionado de **Assessor Técnico – Assuntos Institucionais – CC-2,** com lotação na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:805ACF11

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1824, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **RONALDO DUARTE DA COSTA JUNIOR,** do Cargo Comissionado de **Chefe de Setor – Compras – CC-2,** Matrícula nº 8489-1, com lotação na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos -SEMOSP, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **RONALDO DUARTE DA COSTA JUNIOR,** do Cargo Comissionado de **Chefe de Setor – Compras – CC-2,** com lotação na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:8F9277EE

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1825, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **EDILEUZA SANTOS CARDOSO,** do Cargo Comissionado de **Assessor(a) de Serviços Municipais – Recepção e Protocolo – CC-5,** Matrícula nº 11445-1, com lotação na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos -SEMOSP, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **EDILEUZA SANTOS CARDOSO,** do Cargo Comissionado de **Assessor(a) de Serviços Municipais – Recepção e Protocolo – CC-5,** com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente - SEDEMA, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:EDACB737

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1826, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **CRISTINA COSTA DA SILVA NOBREGA,** do Cargo Comissionado de **Gerente I – Técnico (a) de Licitação – CC-3,** Matrícula nº 11083-1, com lotação na Secretaria Municipal de Finanças - SEMFI, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **CRISTINA COSTA DA SILVA NOBREGA,** do Cargo Comissionado de **Gerente I – Técnico (a) de Licitação – CC-3,** com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:FA11C434

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1827, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **AMANDA SOARES SOUZA,** do Cargo Comissionado de **Gerente I – Técnico (a) de Licitação – CC-3,** Matrícula nº 12610-1, com lotação na Secretaria Municipal de Finanças - SEMFI, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **AMANDA SOARES SOUZA,** do Cargo Comissionado de **Gerente I – Técnico (a) de Licitação – CC-3,** com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:2122A70F

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1828, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **ZANILSON GUSTAVO BERNARDO DOS PASSOS,** do Cargo Comissionado de **Gerente I – Técnico (a) de Licitação – CC-3,** Matrícula nº 3254-3, com lotação na Secretaria Municipal de Finanças - SEMFI, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **ZANILSON GUSTAVO BERNARDO DOS PASSOS,** do Cargo Comissionado de **Gerente I – Técnico (a) de Licitação – CC-3,** com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:37B731BE

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1829, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **WALACE JORDAO DOS SANTOS,** do Cargo Comissionado de **Chefe de Setor – Contratos – CC-2,** Matrícula nº 11047-1, com lotação na Secretaria Municipal de Finanças - SEMFI, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.

II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **WALACE JORDAO DOS SANTOS,** do Cargo Comissionado de **Chefe de Setor – Contratos – CC-2,** com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:B39CC4AB

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1830, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **ADRIEL CARRIL DOS SANTOS,** do Cargo Comissionado de **Assessor Executivo - Assuntos Estratégicos – CC-1,** Matrícula nº 10385-2, com lotação na Secretaria Municipal de Finanças - SEMFI, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **ADRIEL CARRIL DOS SANTOS,** do Cargo Comissionado de **Assessor Executivo - Assuntos Estratégicos – CC-1,** com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:25E8EF5C

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1831, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **LARISSA ANSELMO DA COSTA,** do Cargo Comissionado de **Gerente II – Departamento Administrativo – CC-4,** Matrícula nº 11167-1, com lotação na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SECTUR, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **LARISSA ANSELMO DA COSTA,** do Cargo Comissionado de **Gerente II – Departamento Administrativo – CC-4,** com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:AC9881A6

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1832, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **VINICIUS PEREIRA DA SILVA,** do Cargo Comissionado de **Assessor Executivo – CC-1,** Matrícula nº 11118-1, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **VINICIUS PEREIRA DA SILVA,** do Cargo Comissionado de **Assessor Executivo – CC-1,** com lotação na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos - SEMOSP, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:F6D98101

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1833, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **ALESSANDRO NOGUEIRA MONTEIRO,** do Cargo Comissionado de **Diretor I - Executivo – CC-1,** Matrícula nº 11037-1, com lotação na Secretaria Municipal de Finanças - SEMFI, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **ALESSANDRO NOGUEIRA MONTEIRO,** do Cargo Comissionado de **Diretor I - Executivo – CC-1,** com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:70F00300

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1834, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **ROBSON ALVES BARBOSA,** do Cargo Comissionado de **Assessor de Serviços Municipais – Assuntos Administrativos – CC-5,** Matrícula nº 11533-1, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS / CCI, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **ROBSON ALVES BARBOSA,** do Cargo Comissionado de **Gerente II - Departamento de Programas e Projetos – CC-4,** com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS / CCI, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:767DAD5C

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1835, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **LUIS FELIPE LEMOS ALBUQUERQUE CAVALCANTI,** do Cargo Comissionado de **Gerente I – Projetos Técnicos – CC-3,** Matrícula nº 11537-1, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **LUIS FELIPE LEMOS ALBUQUERQUE CAVALCANTI,** do Cargo Comissionado de **Gerente I – Projetos Técnicos – CC-3,** com lotação na Secretaria Municipal de Governo em Manaus - SEGOM, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:6D97C008

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1836, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **CLAUDENORA LOPES DA SILVA,** do Cargo Comissionado de **Assessor (a) de Serviços**

Municipais – Gabinete do (a) Prefeito (a) – CC-5, Matrícula nº 11036-1, com lotação na Secretaria Municipal de Governo - SEGOV, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **CLAUDENORA LOPES DA SILVA,** do Cargo Comissionado de **Gerente I – Departamento de Apoio Administrativo – CC-3,** com lotação na Secretaria Municipal de Governo - SEGOV, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:6C5655E6

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1837, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **LENI MARIA ALBUQUERQUE COELHO,** do Cargo Comissionado de **Assessor (a) de Serviços Municipais – Limpeza Pública – CC-5,** Matrícula nº 11210-1, com Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **LENI MARIA ALBUQUERQUE COELHO,** do Cargo Comissionado de **Assessor (a) de Serviços Municipais – Limpeza Pública – CC-5,** com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:040E513E

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1838, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **ANDRE LUCAS RODRIGUES DE ALMEIDA,** do Cargo Comissionado de **Assessor de Serviços Municipais – Mídias Sociais – CC-5,** Matrícula nº 12412-1, com lotação na Secretaria Municipal de Governo – SEGOV, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **ANDRE LUCAS RODRIGUES DE ALMEIDA,** do Cargo Comissionado de **Gerente II – Setor de Informática e Mídia - CC-4,** com lotação na Secretaria Municipal de Governo – SEGOV, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:9F91117A

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1839, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **THOMAS DAVIDSON MAGALHAES DIAS,** do Cargo Comissionado de **Assessor de Serviços Municipais – Mídias Sociais – CC-5,** Matrícula nº 11381-1, com lotação na Secretaria Municipal de Governo – SEGOV, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **THOMAS DAVIDSON MAGALHAES DIAS,** do Cargo Comissionado de **Diretor II – Administrativo – CC-2,** com lotação na Secretaria Municipal de Governo – SEGOV, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:12E103CC

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1840, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **LARISSA DINELLY OLIVEIRA,** do Cargo Comissionado de **Gerente I – Departamento de Apoio Administrativo – CC-3,** Matrícula nº 6366-1, com lotação na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SECTUR, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **LARISSA DINELLY OLIVEIRA,** do Cargo Comissionado de **Assessor (a) Executivo (a) – Assuntos Estratégicos – CC-1,** com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente – SEDEMA , órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, a considerar de 01/07/2026
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:25686D11

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1875, DE 20 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **ERICA PEREIRA DOS SANTOS**, do Cargo Comissionado de **Assessor (a) de Serviços Municipais – Recepção e Protocolo – CC-5,** Matrícula nº 13123-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - NOMEAR o (a) Senhor (a) **ERICA PEREIRA DOS SANTOS**, no Cargo Comissionado de **Assessor (a) de Serviços Municipais – Recepção e Protocolo – CC-5,** com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEPLAN, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
III - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 20 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:1C84D71D

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1892, DE 23 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, da Lei Orgânica do Município de Maués;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão, funções de confiança, direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE:

I - EXONERAR o (a) Senhor (a) **ALENILZO BORGES CARDOSO**, do Cargo Comissionado de **Gerente I – Assistência ao Educando – CC-3**, Matrícula nº 2485-5, com lotação na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal.
II - Esta Portaria entra em vigor a considerar de 01/07/2026.
CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 23 DE JULHO DE 2026.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Mun.de Administração e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:4665DA93

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 2169, DE 21 DE AGOSTO DE 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MAUÉS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 92, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Maués,
Considerando o teor da Lei Municipal nº 008, de 01 de julho de 1985 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Maués, alterada pela Lei Complementar nº 011, de 05 de julho de 2018,

R E S O L V E:

I - CONCEDER ao (a) Servidor (a) **ODINEIA MARTINS ROLIM,** Auxiliar de Serviços Municipais – Efetivo (a), Matrícula nº 1207-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Noventa (90) dias de **FÉRIAS**, relativo aos períodos aquisitivos abaixo, a considerar de 01/09/2025 a 29/11/2025.

PERÍODO DE AQUISIÇÃO	MÊS DE PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
2011/2012	AGOSTO	01/09/2025 a 30/09/2025

2013/2014	SETEMBRO	01/10/2025 a 30/10/2025
2014/2015	OUTUBRO	31/10/2026 a 29/11/2025

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, EM 21 DE AGOSTO DE 2025.

MACELLY CRISTINA DE SOUZA VERAS
Prefeita Municipal de Maués

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, de acordo com a Lei Municipal N° 177, de 26/10/2009.

ROSELY OLIVEIRA PEREIRA
Secretária Municipal de Adm. e Planejamento

Publicado por:
Daniele Menezes Iimori
Código Identificador:F52EC033

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 873/2026 - GPMNON DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a instituição da Computação como complemento à Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica da Rede Municipal de Nova Olinda do Norte/AM, nos termos da Resolução CNE nº 1/2022 e do Parecer Normativo do CME nº006/19/08/2026, e dá outras providências.

ARACI RODRIGUES DA CUNHA, Prefeita do Município de Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 64, Inciso IV da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui a Base Nacional Comum Curricular-BNCC, no âmbito da Educação Básica – Educação Infantil e Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO a Resolução CNE nº 1, de 4 de outubro de 2022, que estabelece as normas sobre Computação na Educação Básica, como complemento à BNCC;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital;

CONSIDERANDO a Resolução do CME/NON Nº 001/CME/2024 do Currículo Municipal de Nova Olinda do Norte- AM;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir aos estudantes nova-olindenses uma formação integral, alinhada aos desafios do século XXI e ao uso ético e crítico das tecnologias digitais,

DECRETA:
Art. 1º Fica institucionalizada, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Nova Olinda do Norte -AM, O Currículo Municipal de Computação como componente complementar no currículo Municipal da Educação Básica, conforme diretrizes da Resolução CNE nº 1/2022.
Art. 2º A implementação da Computação como conteúdo curricular complementar se aplica às seguintes etapas ofertadas pela rede municipal: Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Art. 3º O conteúdo de Computação será incorporado aos Projetos Políticos-Pedagógicos (PPPs) das unidades escolares da rede municipal, de acordo com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e as especificidades de cada instituição.

Art. 4º- Para fins de organização didático-pedagógica em consonância com a BNCC, Resolução CNE nº 1/2022, Currículo Municipal e Currículo Municipal de Computação, os conteúdos de Computação serão estruturados de acordo com as diretrizes do Currículo Municipal de Computação, que seguirá:
I – Pensamento Computacional:
Desenvolvimento de habilidades como reconhecimento de padrões, criação de algoritmos, decomposição de problemas e uso de lógica para resolução de desafios de forma lúdica e contextualizada, respeitando as fases do desenvolvimento infantil.
II – Mundo Digital:
Compreensão do funcionamento de dispositivos eletrônicos e digitais, suas interfaces e formas de interação, reconhecendo o papel dessas tecnologias no cotidiano e nos processos de comunicação e expressão.
III – Cultura Digital:
Promoção do uso consciente, ético, responsável e seguro das tecnologias digitais, estimulando a cidadania digital, o respeito aos direitos autorais, à privacidade e à convivência segura em ambientes virtuais.

Art. 5º Na Educação Infantil, o trabalho com Computação deverá contemplar os seguintes Princípios:
I - Desenvolver o reconhecimento e a identificação de padrões, construindo conjuntos de objetos com base em diferentes critérios como: quantidade, forma, tamanho, cor e comportamento.
II- Vivenciar e identificar diferentes formas de interação mediadas por artefatos computacionais.
III- Criar e testar algoritmos brincando com objetos do ambiente e com movimentos do corpo de maneira individual ou em grupo.
IV- Solucionar problemas decompondo-os em partes menores identificando passos, etapas ou ciclos que se repetem e que podem ser generalizadas ou reutilizadas para outros problemas.

Art. 6º No Ensino Fundamental, deverão ser desenvolvidas as seguintes competências relacionadas à Computação:
I – Compreensão da Computação como área do conhecimento com impacto social, cultural, ambiental e ético;
II – Análise crítica de artefatos computacionais e seus efeitos na sociedade;
III – Comunicação por meio de diferentes linguagens e tecnologias computacionais;
IV – Aplicação de princípios computacionais na resolução de problemas reais;
V – Avaliação dos processos e soluções computacionais com base em argumentos fundamentados;
VI – Desenvolvimento de projetos interdisciplinares e significativos, com uso de técnicas e ferramentas da Computação;
VII – Atuação responsável e ética no uso de tecnologias, com valorização da diversidade e da cidadania digital.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação de Nova Olinda do Norte/AM, será responsável por coordenar e acompanhar a implementação do Currículo Municipal da Computação, competindo-lhe:
I – Elaborar e publicar orientações pedagógicas específicas para as unidades escolares;
II – Promover capacitações e formações continuadas para os profissionais da educação;
III – Avaliar e revisar periodicamente o currículo complementar de Computação, por meio de sua equipe técnico-pedagógica, alinhada às diretrizes da BNCC e do Currículo Municipal de Nova Olinda do Norte/AM;
IV – Realizar diagnóstico e adequação dos espaços físicos e recursos tecnológicos disponíveis;
V – Planejar e adquirir os equipamentos e recursos tecnológicos necessários à implementação efetiva da proposta.
§1º Compete às escolas:
I – Atualizar seus Projetos Políticos-Pedagógicos, incorporando a Computação às práticas pedagógicas e às propostas curriculares anuais.
§2º Compete aos professores:
I – Participar das formações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação e pelas escolas;

II – Implementar os conteúdos de Computação de forma integrada ao currículo, em consonância com as orientações da política educacional municipal.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE/AM 26 DE AGOSTO DE 2026.

ARACI RODRIGUES DA CUNHA
Prefeita do Municipio de Nova Olinda do Norte/AM

Publicado por:
Aldriene Garcia Freire
Código Identificador:982C6FEB

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE NOVO ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 125 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO (A) SENHOR (A) GIRLEY MAR DO NASCIMENTO, DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR EXECUTIVO II.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ, Estado do Amazonas, **Sr. RAYMUNDO LOPES DE ALBUQUERQUE SOBRINHO,** no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 43, Inciso II da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela interessada;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o (a) senhor (a) **GIRLEY MAR DO NASCIMENTO,** matrícula nº 4484-2, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Executivo II.

Art. 2°. Determinar a Secretaria Municipal de Administração que adote as medidas cabíveis para o fiel cumprimento deste Decreto.

Art. 3°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir do dia 01 de setembro de 2026.

Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ, Estado do Amazonas, aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

RAYMUNDO LOPES DE ALBUQUERQUE SOBRINHO
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO:

Atesto para os fins e efeitos legais que este Decreto foi publicado de acordo com a Lei Orgânica do Município de Novo Aripuanã, **em 26 de agosto de 2026**.

MARIA OLIMPIA DOS SANTOS PASSOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Olímpia Dos Santos Passos
Código Identificador:B78B2DFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA INSCRIÇÃO E CADASTRAMENTO NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR EM FAMÌLIA ACOLHEDORA

1- **JUSTIFICATIVA:**
O MUNICÍPIO DE NOVO ARIPUANÃ-AM, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Política Nacional de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069) e a Lei Municipal nº 003/2021, a abertura de processo de inscrição e seleção para credenciamento dos candidatos ao **SERVIÇO FAMÍLIA ACOLHEDORA**, à partir da publicação do presente edital, de acordo com as normas que seguem:
1 – **OBJETO**:
1.1 Selecionar, nos termos do presente edital, famílias residentes no Município de Novo Aripuanã, interessadas em participar do serviço de acolhimento em **FAMÍLIA ACOLHEDORA**, para crianças e adolescentes de ambos os sexos, afastadas temporariamente do convívio familiar por determinação judicial, que vivenciam situação de risco pessoal e social, sob medida protetiva, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (lei nº 8.069/90).
2. FAMÍLIA ACOLHEDORA:
2.1 O acolhimento familiar visa proporcionar o acolhimento de crianças e adolescentes afastados da família de origem, mediante medida protetiva, em residência de famílias acolhedoras, previamente cadastradas e capacitadas, que possuam condições de recebe-los e mantê-los com dignidade, oferecendo os meios necessários à saúde, educação e alimentação, com acompanhamento direto da rede de proteção.
3. DA INSCRIÇÃO:
3.1 As inscrições acontecerão no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Novo Aripuanã/AM – Rua Lourival Holanda, s/n, Bairro Japiim, das 8h às 11h e das 14h às 17h de segunda à sexta-feira ou atavés do link: https://forms.gle/xh3goiAEzy71gKa69, no período de 08 (oito) de setembro de 2026 (dois mil e vinte seis) à 02 (dois) de outubro de 2026 (dois mil e vinte seis). A Família interessada deve:
5. CRITERIOS DE SELEÇÃO
5.1 O(s) responsável(eis) ser(em) maior(es) de 21 anos, sem restrição de gênero ou estado civil;
5.2 Ter moradia fixa no município de Novo Aripuanã/AM, há 3 (três) anos, no mínimo;
5.3 Ter disponibilidade de tempo, e demonstrar interesse em oferecer proteção e afeto as crianças e adolescentes;
5.4 Apresentarem idoneidade moral, boas condições de saúde física e mental e que estejam interessadas em ter sob sua responsabilidade crianças e adolescentes, zelando pelo seu bem-estar;
5.5 Não apresentarem problemas psiquiátricos ou de dependência de substâncias psicoativas;
5.6 Possuírem disponibilidade para participar do processo de habilitação e das atividades do serviço;
5.7 Não manifestarem interesse por adoção da criança e do adolescente participante do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras; (Formulário de declaração conforme modelo fornecido pelo Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora)
5.8 Estarem os membros da família em comum acordo com acolhimento;
5.9 Possuir espaço físico adequado na residência para acolher a criança ou adolescente;
5.10 A família extensa não poderá em hipótese alguma ser família acolhedora;
5.11 Não estar respondendo a processo judicial nem apresentar potencialidade lesiva para figurar o cadastro;
5.12 Não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvidos com uso abusivo de álcool, drogas ou substâncias assemelhadas, por meio de declaração;
5.13 O estudo psicossocial com parecer favorável é critério indispensável para a efetivação do Cadastro da Família Acolhedora.
6- DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

I - Pedido de inscrição para ser inserido no Serviço de Acolhimento em família acolhedora assinado pela família requerente; (Modelo disponibilizado pelo Serviço Família Acolhedora);
II - Ficha de Cadastro (Modelo Fornecido pelo Serviço Família Acolhedora);
III - Carteira de Identidade (RG); de todos os membros da Família;
IV - Cadastro de Pessoa Física (CPF); de todos os membros da Família;
V - Certidão de nascimento, casamento ou declaração de união estável;
VI - Atestado médico comprovando saúde física e mental do(s) responsável(eis);
VII - Certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família maiores de 18 anos;
VIII – Título de eleitor do domicilio eleitoral do Município de Novo Aripuanã;
IX - Comprovante de residência;
X - Comprovante de atividade remunerada, de pelo menos um membro da família;
XI -Cartão do INSS (no caso de beneficiários da Previdência Social);
XII - Declaração do Banco com número da agência e conta em nome do responsável;
Parágrafo Único – Não se incluirá no Serviço pessoa com vinculo de parentesco com criança e adolescente em processo de acolhimento.

7 - DAS RESPONSABILIDADES DO SERVIÇO FAMÍLIA ACOLHEDORA:

7.1 O Serviço Família Acolhedora estará referenciado à Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã por meio do órgão gestor da Politica Municipal de Assistência Social.
7.2. Repassar para a Família Acolhedora o subsidio financeiro (Bolsa Auxilio) no valor de meio salário mínimo nacional vigente para suprir as necessidades básicas dos acolhidos conforme Art. 14 § 2 da Lei Municipal n° 003/2021 04 de junho de 2021

8 - DAS RESPONSABILIDADES DA FAMÍLIA ACOLHEDORA:

8.1 Disponibilidade afetiva e emocional;
8.2 Disponibilidade para realizar o acolhimento a qualquer hora do dia ou da noite;
8.3 O grupo familiar precisa apresentar características como: aptidão para o cuidado com criança e/ou adolescente, flexibilidade, tolerância, capacidade de escuta, estabilidade emocional;
8.4 Preservar o vínculo e convivência dos acolhidos com os irmãos e parentes, desde que não haja decisão judicial em contrário;
8.5 Responsabilizar-se pelas atividades cotidianas da criança acolhida, como frequência à escola, atendimentos de saúde, alimentação, lazer, convivência comunitária e socialização, dentre outras, cabendo à equipe técnica auxiliar nesse processo;
8.6 Comunicação à equipe do serviço de todas as situações de enfrentamento de dificuldades durante o acolhimento, que envolva a criança e/ou adolescente, a família de origem ou a própria família acolhedora;
8.7 Disponibilidade em participar das capacitações e reuniões solicitadas pela equipe técnica do serviço;
8.8 Comunicar a equipe técnica do Serviço Família Acolhedora a realização de viagens para fora do Município por período superior a 01 (um) dia;
8.9 A Família Acolhedora tem a responsabilidade familiar pelas crianças e adolescentes;
8.10 Participar do processo de preparação, formação e acompanhamento; prestar informações sobre a situação da criança ou adolescente acolhido pelos profissionais que estão acompanhando a situação;
8.11 Contribuir na preparação da criança ou adolescente para o retorno à família de origem, sempre sob orientação técnica dos profissionais do Serviço de Acolhimento em família Acolhedora;
8.12 Nos casos de inadaptação, procederá à desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados da criança ou adolescente acolhido até o novo encaminhamento, no qual será determinado pela autoridade Judiciária.
8.13 Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar terá sua situação reavaliada no máximo, a cada 3 (três) meses devendo autoridade Judiciária competente com base em relatório elaborado por equipe Inter profissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28, da Lei 8.069/1990;
8.14 O período de acolhimento atenderá os princípios da excepcionalidade e provisoriedade, tendo como tempo limite máximo de acolhimento o prazo de 06 (seis meses) prorrogável, uma única vez, igual período;
8.15 A Família Acolhedora, sempre que possível, será previamente informada com relação à previsão de tempo do acolhimento da criança ou adolescente para qual foi chamada a acolher, as disposições do art.19 da Lei n° 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, devendo ser informada que a duração do acolhimento pode variar de acordo com a situação apresentada.

9 - DO BENEFÍCIO FINANCEIRO

9.1 Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder às famílias acolhedoras, através do membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade, uma bolsa no valor de meio salário mínimo vigente, para cada criança ou adolescente acolhido, durante o período que pendurar o acolhimento, nos termos do regulamento;
9.2 A bolsa auxílio destina-se ao suprimento da alimentação, vestuário, higiene pessoal, lazer e outras necessidades básicas da criança ou adolescente inseridas no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, respeitando-se o direito a convivência familiar e comunitária;
9.4. Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança e/ou adolescente, o valor da bolsa auxílio será proporcional ao número de crianças e/ou adolescentes até o máximo 3 (três) vezes o valor mensal, ainda que o número de crianças e/ou adolescentes acolhidos ultrapasse 3 (três);
9.5 Em casos em que o acolhimento familiar for inferior a 1 (um) mês, a família acolhedora receberá bolsa auxílio proporcionalmente ao termo de acolhimento, não sendo inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor mensal;
9.6. As crianças ou adolescentes acolhidos que recebam Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou qualquer outro benefício previdenciário, terão o valor do referido benefício depositado em conta judicial, e será utilizado e administrado pela família acolhedora, visando dar atendimento as necessidades do acolhido, exceto nos casos em que houver determinação judicial diversa;
Parágrafo único – No caso da criança ou adolescente, acolhido ser beneficiário do Benefício de Prestação Continuada-BPC, o valor da bolsa auxilio será de 50% (cinquenta por cento do valor estipulado no art. 14 do § 2;
9.7 O valor da bolsa auxílio será repassado através de depósitos em conta bancária, em nome do membro designado no Termo da Guarda;
9.8 A Família Acolhedora que tenha recebido a bolsa auxílio e não tenha cumprido as prescrições desta lei fica obrigatório o ressarcimento da importância recebida durante o período da irregularidade.

10– DAS ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO:

A seleção será realizada pela equipe técnica do serviço Família Acolhedora, observadas as seguintes etapas:
10.1 – Primeira Etapa – Avaliação Documental: Avaliação dos documentos apresentados pelas famílias, para fins de verificação da procedência, bem como, com os critérios estabelecidos neste edital. Caso a(s) família(s) participante(s) não apresentem os documentos em consonância com o exigido, será desclassificada;
10.2 – Segunda Etapa – Avaliação Técnica (psicossocial): Avaliação para verificação se a(s) família(s) inscrita(s) como potencial acolhedora preenchem os requisitos necessários à função. Nesta etapa os inscritos deverão passar por um estudo psicossocial, que será realizado através de entrevistas individuais e coletivas, visitas domiciliares e outras ferramentas que se fizerem necessárias, bem como a elaboração de parecr psicossocial.
10.3 – Terceira Etapa - Validação: Encaminhamento da relação de famílias acolhedoras selecionadas, juntamente com a respectiva documentação para validação junto ao Ministério Público e Poder judiciário do Município.
10.4 – Quarta Etapa – Divulgação: Divulgação da relação das famílias selecionadas para formação do cadastro reserva.
10.5 – **Quinta Etapa – Capacitação**: As famílias acolhedoras selecionadas realizarão suas funções após serem capacitadas com temas relevantes ao acolhimento e sobre o desenvolvimento familiar de crianças/adolescentes acolhidos.

10.6 - Não haverá ordem de classificação para as famílias aprovadas. A colocação da criança ou adolescente dependerá do perfil mais adequado de ambos.
10.7 - A família acolhedora poderá acolher mais de uma criança ou adolescente, desde que não no mesmo período, salvo grupo de irmãos, conforme avaliação e aprovação da equipe técnica, como estabelece a lei pertinente.
Parágrafo único. O chamamento das famílias acolhedoras será vinculado a necessidade de acolhimento de crianças e adolescentes.
11 – DO DESLIGAMENTO:
A família poderá ser desligada do serviço:
11.1 Por determinação judicial, atendendo aos encaminhamentos pertinentes ao retorno à família de origem ou colocação em família substituta;
11.2 Em caso de perda de quaisquer dos requisitos previstos na lei ou descumprimento das obrigações e responsabilidades de acompanhamento;
11.3 Por solicitação por escrito da própria família.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ/AM, 25 DE AGOSTO DE 2026.

RAYMUNDO LOPES DE ALBUQUERQUE SOBRINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Olímpia Dos Santos Passos
Código Identificador:F630DCDF

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE PARINTINS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
ATA DE APURAÇÃO DOS VOTOS DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE PARINTINS/AM – 2026

Aos **dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (16/08/2026)**, após o encerramento da votação do **Processo de Escolha Suplementar de Membros do Conselho Tutelar de Parintins/AM**, teve início, às **17h00**, no **Ginásio Caio Dagnaisser, localizado na quadra da Escola Estadual João Bosco**, o processo de apuração dos votos, sob a coordenação do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Parintins/AM**, por meio da **Comissão Especial do Processo de Escolha Suplementar de Membros do Conselho Tutelar**, responsável pela condução e acompanhamento das etapas do referido processo. O Processo de Escolha Suplementar foi realizado em observância às disposições do **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Federal nº 8.069/1990**, especialmente quanto à competência do CMDCA na organização do processo de escolha, bem como às normas estabelecidas pelo **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA**, à legislação municipal pertinente e aos editais e demais atos normativos expedidos pelo CMDCA para regulamentação do processo eleitoral. Para a realização dos trabalhos de apuração, foram organizadas **06 (seis) mesas**, sendo **03 (três) mesas destinadas ao recebimento das urnas lacradas** e **03 (três) mesas destinadas à conferência e apuração dos votos**, compostas por **03 (três) pessoas cada**, conforme organização definida pela Comissão Especial. Nas mesas destinadas ao recebimento das urnas estiveram presentes a **Secretária Executiva do CMDCA, Srta. Hevelin Guerreiro Mesquita; a Secretária da Comissão Especial, Sra. Maria Suely Batista Santos; e o Sr. Adeilton Jorge Mendes Torres, servidor administrativo do Pelotão Mirim**, responsáveis, juntamente com os demais integrantes designados, pelos procedimentos de recebimento, conferência e encaminhamento das urnas às mesas de apuração. Registra-se, ainda, a presença do **Ministério Público do Estado do Amazonas – MP/AM**, representado pelo **Sr. Jeovan Belém Paés**, que acompanhou os trabalhos de apuração, contribuindo para a fiscalização, transparência e regularidade do processo. Após o recebimento das urnas, foram realizados os procedimentos de conferência de sua identificação e dos lacres, seguindo-se a abertura das urnas e a conferência das cédulas. Os trabalhos de apuração ocorreram de forma sucessiva, conforme a ordem de recebimento e organização estabelecida pela Comissão Especial, sendo registrados os seguintes quantitativos: **1ª URNA – ESCOLA MUNICIPAL MINERVINA REIS – COMUNIDADE DO LAGO DO ZÉ AÇÚ**, ás **18h20**, foi iniciada a conferência da primeira urna, proveniente da Escola Municipal Minervina Reis, localizada na Comunidade do Lago do Zé Açú, sendo contabilizado o total de **24 (vinte e quatro) votos**. **2ª URNA – ESCOLA MUNICIPAL BEATRIZ MARANHÃO**, ás **18h35**, foi realizada a conferência da segunda urna, proveniente da Escola Municipal Beatriz Maranhão, totalizando **368 (trezentos e sessenta e oito) votos**. **3ª URNA – ESCOLA MUNICIPAL CLAUDEMIR CARVALHO**, ás **18h44**, prosseguindo os trabalhos, foi realizada a conferência da terceira urna, proveniente da Escola Municipal Claudemir Carvalho, totalizando **260 (duzentos e sessenta) votos**. **4ª URNA – ESCOLA MUNICIPAL CLAUDIR CARVALHO – GLEBA DE VILA AMAZÔNIA**, ás **19h07**, a mesa apuradora recebeu e realizou a conferência da quarta urna, proveniente da Escola Municipal Claudir Carvalho, localizada na Gleba de Vila Amazônia, totalizando **115 (cento e quinze) votos**. **5ª URNA – ESCOLA MUNICIPAL LUIZ GONZAGA – RIO TRACAJÁ**, na sequência, foi realizada a conferência da quinta urna, proveniente da Escola Municipal Luiz Gonzaga, localizada na região do Rio Tracajá, totalizando **18 (dezoito) votos**. **6ª URNA – ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ CRISTINE**, prosseguindo a apuração, foi realizada a conferência da sexta urna, proveniente da Escola Municipal Irmã Cristine, totalizando **188 (cento e oitenta e oito) votos**. **7ª URNA – ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BATISTA – COMUNIDADE DO JACÚ**, na sequência, foi realizada a conferência da sétima urna, proveniente da Escola Municipal João Batista, da Comunidade do Jacú, totalizando **23 (vinte e três) votos**. **8ª URNA – ESCOLA WALKIRIA VIANA – COMUNIDADE DO CABURI**, foi realizada a conferência da oitava urna, proveniente da Escola Walkiria Viana, da Comunidade do Caburi, totalizando **45 (quarenta e cinco) votos**. **9ª URNA – ESCOLA MUNICIPAL SANTA MARIA – COMUNIDADE DO MOCAMBO DO ARARI,** na sequência, foram conferidos os votos da nona urna, proveniente da Escola Municipal Santa Maria, da Comunidade do Mocambo do Arari, totalizando **115 (cento e quinze) votos**. **10ª URNA – ESCOLA MUNICIPAL LILA MAIA**, ás **20h10**, foi realizada a abertura e conferência da décima e última urna, proveniente da Escola Municipal Lila Maia, totalizando **364 (trezentos e sessenta e quatro) votos**. Concluída a conferência das **10 (dez) urnas**, foi registrado o seguinte resultado geral: **TOTAL GERAL DE VOTOS: 1.520 (mil quinhentos e vinte) votos.** A soma dos votos contabilizados nas dez urnas corresponde ao total de **1.520 (mil quinhentos e vinte) votos**, conforme os registros realizados pelas mesas responsáveis pela apuração. Registra-se que, durante todo o procedimento, foram observados os critérios de organização, conferência, contabilização e registro dos votos, assegurando-se a transparência e a regularidade dos trabalhos realizados pela Comissão Especial e pelas mesas de apuração. O processo de apuração contou com o acompanhamento do **Ministério Público do Estado do Amazonas – MP/AM**, por meio do **Sr. Jeovan Belém Paés**, bem como com a participação dos membros do CMDCA, integrantes da Comissão Especial, servidores da SEMASTH, servidores e colaboradores designados para apoio às atividades, conforme **relação nominal de presença devidamente assinada e anexada à presente Ata**. Registra-se que **não houve nenhuma intercorrência durante o processo de apuração que comprometesse o regular desenvolvimento dos trabalhos**, tendo todas as dez urnas sido devidamente recebidas, conferidas e apuradas. Eventuais registros específicos relativos a **votos válidos, votos brancos, votos nulos, impugnações ou manifestações de fiscais e demais participantes**, quando existentes, encontram-se consignados nos respectivos documentos e mapas oficiais de apuração que integram o processo eleitoral. Após a conferência da última urna e a consolidação dos resultados, os trabalhos de apuração foram **encerrados às 20h20**, totalizando **1.520 (mil quinhentos e vinte) votos**. Dessa forma, a **Comissão Especial do Processo de Escolha Suplementar de Membros do Conselho Tutelar**, sob a coordenação do CMDCA, declara encerrada a etapa de apuração dos votos, registrando que o procedimento transcorreu de forma **regular, organizada, transparente e sem intercorrências**, permitindo a conclusão desta etapa do processo eleitoral com êxito. Registra-se, por fim, que seguem anexos à presente Ata a **relação de presença devidamente assinada pelos servidores da SEMASTH, membros do CMDCA,**

integrantes da Comissão Especial, servidores de apoio e demais participantes presentes durante os trabalhos de apuração, bem como os demais documentos produzidos e utilizados durante esta etapa do processo de escolha.
Nada mais havendo a registrar, foi encerrada a presente Ata às **20h20 do dia 16 de agosto de 2026**, sendo lavrada para fins de registro, controle, transparência e instrução do **Processo de Escolha Suplementar de Membros do Conselho Tutelar de Parintins/AM**. Após lida e achada conforme, será assinada pelos responsáveis pela condução dos trabalhos e pelos demais participantes, conforme relação de presença anexa.

Parintins/AM, 16 de agosto de 2026.

MILENA MIRANDA DE SOUZA
Presidente do CMDCA/PIN

Publicado por:
Kellen Alves Dos Santos
Código Identificador:092F7BAF

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE PAUINI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 041/2026, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.
DECLARA PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PAUINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAUINI, em exercício, Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em lei, de acordo com o art. 82, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Pauini.

CONSIDERANDO, os dispositivos da lei Orgânica no Art.5º, inciso II, nas disposições finais e transitórias, declarando feriado municipal no dia 28 de agosto.

D E C R E T A:

Art. 1º - FICA ESTABELECIDO no dia 31 (segunda-feira) de agosto de 2026, **PONTO FACULTATIVO**, em decorrência aos dias que se comemora o dia de **SANTO AGOSTINHO PADROEIRO** do Município de Pauini em 28/08/2026 (sexta-feira).

Parágrafo único. O disposto no artigo 1º não se aplica aos órgãos e entidade Pública Municipal com atendimentos pré-agendados (certames licitatórios) e outros que por natureza, exijam plantões. (Saúde e Segurança).

Art. 2º. DETERMINAR a Secretaria Municipal de Educação - SEMED, que promova a compensação das horas normais de ensino, conforme estabelece o disposto no artigo 3º da Lei Federal nº 662 de 06 de abril de 1949.

Art. 3º. DELEGAR aos gestores das Unidades que integram a Administração Pública Municipal e Privado competência para instituir, quando necessário, o horário de funcionamento de suas respectivas estruturas nos dias 28 e 31 de agosto de 2026, obedecendo aos critérios de oportunidade, conveniência, relevante ao interesse público.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Prefeito de Pauini, em exercício, 25 de agosto de 2026.

PAULO SOUZA DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Pauini/AM, em Exercício

Publicado por:
José Miguel Ribeiro de Souza
Código Identificador:3819F269

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 005/2026 – SEMED INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA DIGNIDADE MENSTRUAL NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PAUINI-AM**, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o direito à educação com equidade e dignidade, conforme previsto na Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir condições adequadas de higiene e saúde para estudantes que menstruam, promovendo a permanência e o sucesso escolar;
CONSIDERANDO a importância de combater a evasão escolar associada à pobreza menstrual;
CONSIDERANDO a Lei nº 14.214/2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual no Brasil;
CONSIDERANDO a importância de promover a equidade de gênero e o enfrentamento das desigualdades sociais;
RESOLVE:

Art. 1º – Da Instituição da Política
Fica instituída a Política Municipal de Promoção da Dignidade Menstrual no âmbito das escolas da rede pública municipal de ensino de Pauini-AM.
Art. 2º – Dos Objetivos
A Política tem como objetivos:
I – Garantir o acesso gratuito a absorventes higiênicos para estudantes em situação de vulnerabilidade;
II – Promover ações educativas sobre saúde menstrual;
III – Combater o estigma e o preconceito relacionados à menstruação;
IV – Reduzir a evasão e o absenteísmo escolar;
V – Assegurar condições adequadas de higiene nas unidades escolares;
VI – Garantir a permanência digna de estudantes que menstruam no ambiente escolar;
VII – Promover a equidade de gênero e o enfrentamento das desigualdades sociais.

Art. 3º – Do Público-Alvo
São beneficiárias da Política todas as pessoas que menstruam no ambiente escolar, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social.

Art. 4º – Das Ações
Para implementação da Política, a Secretaria Municipal de Educação adotará as seguintes ações:
I – Distribuição contínua e gratuita de absorventes higiênicos nas escolas;
II – Realização de atividades educativas periódicas sobre saúde menstrual e higiene, em parceria com a área da saúde;
III – Capacitação periódica de professores e equipes escolares;
IV – Adequação da infraestrutura sanitária das escolas, garantindo condições adequadas de limpeza, com disponibilidade de água e sabão e garantindo condições de segurança nos banheiros, como privacidade;
V – Criação de estratégias de escuta e acolhimento das estudantes;
VI – Integração com a Secretaria Municipal de Saúde para apoio técnico e desenvolvimento das ações;
VII – Promoção de campanhas de conscientização.

Art. 5º – Das Competências
Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – Coordenar e monitorar a execução da Política;
II – Articular com outras secretarias e parceiros institucionais;
III – Garantir recursos necessários à execução das ações;
IV – Produzir relatórios periódicos de acompanhamento;
V – Apoiar as unidades escolares na implementação das ações.

Art. 6º – Das Parcerias
A implementação da Política poderá contar com parcerias com órgãos públicos, organizações da sociedade civil e organismos nacionais e internacionais, incluindo o UNICEF.
Art. 7º – Do Monitoramento e Avaliação

A Política será monitorada por meio de indicadores como:
I – Número de estudantes beneficiadas;
II – Redução da evasão escolar;
III – Participação em atividades educativas;
IV – Condições de infraestrutura das escolas;
V – Número de escolas com implementação ativa da Política;
VI – Regularidade da distribuição de absorventes.

Art. 8º – Das Disposições Finais
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pauini – AM, 25 de Agosto de 2026.

OMAR NETO PIO DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
José Miguel Ribeiro de Souza
Código Identificador:C27B6756

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIEMNTO N° 014/2026-PMPF

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO** através da **Secretaria Municipal de Cultura e Eventos – SEMCULTE**, torna público que realizará o **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 014/2026**, objetivando a **SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC, SEM FINS LUCRATIVOS, PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO VISANDO À EXECUÇÃO DO FESTIVAL INTERCULTURAL E MOSTRA LITERÁRIA, NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO, COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB**, nos termos da Lei nº 14.399/2022, da Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto nº 11.740/2023 e demais normas regulamentadoras aplicáveis à espécie, e pelas disposições fixadas neste Edital e Anexos que integram e complementam.

DA INSCRIÇÃO E REQUISITOS: Poderão participar deste chamamento público exclusivamente as Organizações da Sociedade Civil – OSCs, sem fins lucrativos, legalmente constituídas e com sede no município de Presidente Figueiredo/AM, que atendam às exigências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, neste Edital e em seus anexos.

DOCUMENTAÇÃO: Conforme itens 4 e 7 do edital.

DATA E LOCAL PARA INSCRIÇÃO E ENTREGA DAS FICHAS DE INSCRIÇÃO:
Data: 31/08/2026 a 23/09/2026.
E-mail: cultura.criativa.pf@gmail.com
Local: Av. Amazonas, S/N, Centro - SEMCULTE

Demais informações poderão ser obtidas pelos contatos (92) 99181-4798 ou pelo e-mail: cultura.criativa.pf@gmail.com, contendo assunto: Informações-edital

Presidente Figueiredo, 27 de agosto de 2026.

ANGÉLICA A. DA COSTA PINTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Angelica Auxiliadora da Costa Pinto
Código Identificador:436A8CEA

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 533, DE 24 DE AGOSTO 2026

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO a servidora, que menciona, no amparo da Lei específica em vigor, e dá outras providências.

A PREFEITA DE RIO PRETO DA EVA, no uso da competência que lhe é atribuída pela Lei Orgânica em vigor, e tendo em vista o que consta **MEMORANDO Nº 043/2025 – SEMAFT, DE 30.07.2025,**

R E S O L V E:

I – Conceder a servidora **MARIA DE NAZARÉ DAMIÃO FERREIRA,** funcionária pública, concursada na função de **Auxiliar de Saúde, LICENÇA PRÊMIO**, a ser gozada no período de **90 (noventa) dias**, a contar de **01 de agosto a 30 de outubro de 2026**, no amparo do art. 125, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

II – Esta **Portaria** entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais a partir de 01 de agosto de 2026.

CIENTIFIQUE-SE e PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE RIO PRETO DA EVA, em 24' de agosto de 2026.

MARIA DO SOCORRO NOGUEIRA FONTINELE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Renata Almeida da Silva
Código Identificador:45317059

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 534, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

REVOGA o ITEM 64 DA PORTARIA Nº 140, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026, que CONCEDE Regime Suplementar da Jornada de Trabalho, e dá outras providências.

A PREFEITA DE RIO PRETO DA EVA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe a Seção V, artigos 146 à 149, da Lei Municipal nº 243, de junho de 2003, de acordo, ainda, com a Lei Municipal Nº 535/2025 e, de acordo também com o **OFÍCIO Nº 0488/2026-GAB/SEMECD/RPE, DE 24.08.2026,**

RESOLVE:

I – **REVOGA** a **REVOGA** o **ITEM 64 DA PORTARIA Nº 140, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026,** que **CONCEDE** Regime Suplementar da Jornada de Trabalho ao professor discriminado conforme tabela relacionada abaixo:

ITEM	NOME	VINCULO/ CARGO	DATA DA REVOGAÇÃO
64	ISAAC PEREIRA LIMA	PROFESSOR–PSS	01.08.2026

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais a partir do dia 01 de agosto de 2026.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE RIO PRETO DA EVA – AM, em 25 de agosto de 2026.

MARIA DO SOCORRO NOGUEIRA FONTINELE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Renata Almeida da Silva
Código Identificador:6A5E0F87

SETOR DE COMPRAS
AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 015/2026

CONSIDERANDO os elementos constantes nos autos da **DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 015/2026**, para a AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO BETA HCG QUALITATIVO, cuja instrução justifica a escolha da contratada e a adequação do preço, obedecendo à formação de valores disciplinada pelo Decreto Municipal nº 014/2025, que regulam o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme artigo **72** da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO a inexistência de recurso pendente de julgamento;

DECIDE

I – AUTORIZAR a contratação da(s) empresa(s) **C DA S MIRISTENE**, inscrita no CNPJ n° 67.983.393/0001-71, para a execução do objeto, no valor de **R$ 65.250,00 (Sessenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais)**, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

II – DETERMINO a devida publicidade legal deste ato e de seu contrato, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

GABINETE DA PREFEITA DE RIO PRETO DA EVA, em 26 de agosto de 2026

MARIA DO SOCORRO NOGUEIRA FONTINELE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jheremy Monteiro Moreira
Código Identificador:026C6655

SETOR DE COMPRAS
AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 016/2026

CONSIDERANDO os elementos constantes nos autos da **DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 016/2026**, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BUFFET PARA A XXIV FEIRA DA LARANJA, cuja instrução justifica a escolha da contratada e a adequação do preço, obedecendo à formação de valores disciplinada pelo Decreto Municipal nº 014/2025, que regulam o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme artigo **72** da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO a inexistência de recurso pendente de julgamento;

DECIDE
I – AUTORIZAR a contratação da(s) empresa(s) **RESTAURANTE BETEL GRILL LTDA**, inscrita no CNPJ n° 45.755.315/0001-87, para a execução do objeto, no valor de **R$ 40.540,00 (Quarenta mil, quinhentos e quarenta reais)**, pelo prazo de 10 (dez) dias.

II – DETERMINO a devida publicidade legal deste ato e de seu contrato, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

GABINETE DA PREFEITA DE RIO PRETO DA EVA, em 26 de agosto de 2026

MARIA DO SOCORRO NOGUEIRA FONTINELE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jheremy Monteiro Moreira
Código Identificador:F3CDC94D

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL N° 015/2026

A Prefeitura de Rio Preto da Eva–AM, torna público que realizou, na forma da Lei nº 14.133/2021, a seguinte contratação direta:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2026, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO BETA HCG QUALITATIVO.

As informações da contratação podem ser adquiridas no portal da prefeitura no endereço **https://www.riopretodaeva.am.gov.br**

MARIA DO SOCORRO NOGUEIRA FONTINELE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jheremy Monteiro Moreira
Código Identificador:84E81CA4

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL N° 016/2026

A Prefeitura de Rio Preto da Eva–AM, torna público que realizou, na forma da Lei nº 14.133/2021, a seguinte contratação direta:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BUFFET PARA A XXIV FEIRA DA LARANJA.

As informações da contratação podem ser adquiridas no portal da prefeitura no endereço **https://www.riopretodaeva.am.gov.br**

MARIA DO SOCORRO NOGUEIRA FONTINELE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jheremy Monteiro Moreira
Código Identificador:8C7C3BA2

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXECUTIVO Nº 101 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a Semana Esportiva e Cultural Verde e Amarelo e Decreta Ponto Facultativo em todas as instituições públicas municipais, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO/AM, no uso de atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 14 e Artigo 90 inciso VII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 65, inciso VI da Lei Orgânica do Município, em conformidade com os artigos 1º, 2º, 3º da Lei Municipal de 25 de outubro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º DECRETAR Ponto Facultativo em todas as Instituições Públicas Municipais do dia 01/09 a 04/09, ressalvando os serviços considerados de caráter essencial, tais como: Coleta de Lixos Domésticos, Secretaria de Limpeza Pública, e Hospital; devendo retornar as atividades no dia 08/09/2026 (terça-feira), horário de expediente normal;

Art. 2º Ressalta-se que a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, e seus respectivos servidores irão trabalhar normalmente em virtude da Semana **"Verde & Amarelo" (S.V.A)**, o descumprimento do artigo supracitado acarretará em sanções administrativas;

Art. 3º A Secretaria de Saúde funcionará da seguinte forma:
1- Farmácia Municipal nos dias 01/09 e 04/09 das 08h às 12h;
2- Disponibilizará uma equipe de odontologia sobre aviso para casos de emergências que deverá deixar anexado no Hospital e nas UBS's;
3- Disponibilizará uma equipe para dar suporte a todos os jogos do Verde & Amarelo;

Art. 4º A Secretaria de Proteção e Defesa Civil, disponibilizara uma equipe para dar suporte a todos os eventos do Verde & Amarelo;

Art. 5º A Secretaria Municipal de Meio Ambiente devido as constantes queimadas deverá manter uma equipe de sobre aviso para qualquer eventualidade;

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Isabel do Rio Negro / Estado do Amazonas, em 26 de agosto de 2026.

JOSÉ RIBAMAR FONTES BELEZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camilly Vitória Fernandes Roque
Código Identificador:A70F7F7C

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADESÃO AO CONVÊNIO SINTER

Termo de Adesão do MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO/AM ao Convênio do Sinter, celebrado em 15 de dezembro de 2022, entre as administrações tributárias da União, do Distrito Federal e dos Municípios, com a participação da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), da Confederação Nacional de Municípios (CNM), e da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), objetivando a integração dos dados cadastrais, geoespaciais, fiscais e jurídicos relativos aos imóveis urbanos e rurais, públicos e privados, ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter) e para a finalidade de inscrição no Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB).

O **MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO/AM**, neste ato representado pelo seu Prefeito, JOSÉ RIBAMAR FONTES BELEZA, CPF nº 075.825.012-68, tendo em vista o disposto no inciso IV do art.100 e no art. 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ora denominado **ADERENTE**:

Considerando que o Convênio Sinter, celebrado em 15 de dezembro de 2022, dispõe sobre as regras relativas à integração dos Municípios e do Distrito Federal ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter), à inscrição no Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB) e estabelece o modelo deste Termo de Adesão ao Convênio, resolve firmar, por seus representantes legais, o presente Termo de Adesão ao Convênio Sinter que se regerá pelas cláusulas seguintes:

DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo a adesão ao Convênio Sinter, celebrado em 15 de dezembro de 2022, a integração dos dados e informações cadastrais, geoespaciais, fiscais e jurídicos relativos aos imóveis urbanos e rurais, públicos e privados, sob gestão dos Municípios e do Distrito Federal, ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter), para a finalidade de inscrição no Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB), nos termos do Decreto nº 11.208, de 26 de setembro de 2022.

DAS CONDIÇÕES

O aderente se obriga às cláusulas do CONVÊNIO.

DA VIGÊNCIA

O presente TERMO é parte integrante do Convênio e terá vigência por prazo indeterminado, a partir da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

Na ocorrência de ajustes ao convênio, este termo fica tacitamente ratificado, sem prejuízo ao direito ulterior de denúncia.

DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente TERMO no Diário Oficial da União é de responsabilidade da RFB.

O signatário firma o presente TERMO para que produza os efeitos legais e resultantes de direito.

Santa Isabel do Rio Negro – AM, 26 de agosto de 2026

JOSÉ RIBAMAR FONTES BELEZA
Prefeito Municipal de Santa Isabel do Rio Negro/AM

Publicado por:
Camilly Vitória Fernandes Roque
Código Identificador:E8A27F8D

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO DE 02 DE JULHO DE 2026 - DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES (AS) PARA COORDENAÇÃO E ATENDIMENTO NO SETOR DE IDENTIFICAÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, (AM).

DECRETO DE 02 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a designação de servidores (as) para coordenação e atendimento no Setor de Identificação no âmbito do Município de São Gabriel da Cachoeira, (AM).

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 81, inciso XXVI, art. 126, inciso I e art. 127 inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, em conformidade com art. 9º inciso I, art. 11, inciso II do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os (as) seguintes servidores (as) públicos municipais para atuarem no Setor de Identificação no âmbito do Município de São Gabriel da Cachoeira, (AM).
1 – NEIDE FRANÇA DE OLIVEIRA, portador (a) da matrícula funcional 70-1, Guarda Municipal, servidor (a) efetivo, para responder pela **Coordenação e auxiliar de identificação** (coordenar, organizar, articular, acompanhar, monitorar e supervisionar as ações), subordinada à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), a partir de 02 de julho até 31 de dezembro de 2026.
2 – ANALICE DA SILVA TAVARES, portador (a) da matrícula funcional 0695.31, guarda municipal, servidor (a) efetivo, como **identificadora** PI137-6, subordinada à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), a partir de 02 de janeiro até 31 de dezembro de 2026.
3 – MARIA LUZMEIRE GUTIERRES MASSA, portador (a) da matrícula funcional 7766, Agente Administrativo, servidor (a) efetivo, como **Auxiliar de identificação** PI137-6, subordinada à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), a partir de 02 de janeiro até 31 de dezembro de 2026.
4 – SHIRLEY GHISLAINE DE OLIVEIRA RAMOS, portador (a) da matrícula funcional 0253.31, guarda municipal, servidor (a) efetivo, como **Auxiliar de identificação** PI137-6 em Manaus, subordinada à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), a partir de 02 de janeiro até 31 de dezembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Cumpra-se e publique-se.

São Gabriel da Cachoeira, AM, em 02 de julho de 2026.

EGMAR VELASQUE SALDANHA
Prefeito Municipal
São Gabriel da Cachoeira-AM

Publicado por:
Ezilene Maragua Garcia
Código Identificador:A70D7C6E

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO DE 03 DE AGOSTO DE 2026 - DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO "A PEDIDO" DE SERVIDOR MUNICIPAL - PLACIDO RODRIGUES LUCIANO.

ATOS DO PODER EXECUTIVO
DECRETO DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a Rescisão de Contrato "a pedido" de servidor municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Estatuto do Servidor Público Municipal, e Lei nº 0209/2023.

Considerando o Ofício nº 1918/2026-SEMEDI.

RESOLVE:

Art. 1° - RESCISÃO DE CONTRATO do Sr. **PLACIDO RODRIGUES LUCIANO**, da função de **PROFESSOR INDÍGENA I**, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Educação Escolar Indígena – SEMEDI, a partir de 03 de agosto de 2026.
Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 03 de agosto de 2026.

EGMAR VELASQUES SALDANHA
Prefeito de São Gabriel da Cachoeira-AM

Publicado por:
Ezilene Maragua Garcia
Código Identificador:BA84A383

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO DE 06 DE AGOSTO DE 2026 - DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO "A PEDIDO" DE SERVIDOR MUNICIPAL - ORLANDO ROJAS ALVES.

ATOS DO PODER EXECUTIVO
DECRETO DE 06 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a Rescisão de Contrato "a pedido" de servidor municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Estatuto do Servidor Público Municipal, e Lei nº 0209/2023.

Considerando o Ofício nº 1917/2026-SEMEDI.

Considerando o pedido de exoneração por meio de requerimento.

RESOLVE:

Art. 1° - RESCISÃO DE CONTRATO "a pedido" do Sr. **ORLANDO ROJAS ALVES**, da função de **PROFESSOR INDÍGENA I**, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Educação Escolar Indígena – SEMEDI, a partir de 06 de agosto de 2026.
Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 06 de agosto de 2026.

EGMAR VELASQUES SALDANHA
Prefeito de São Gabriel da Cachoeira-AM

Publicado por:
Ezilene Maragua Garcia
Código Identificador:02B05B4A

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO DE 18 DE AGOSTO DE 2026 - DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO "A PEDIDO" DE SERVIDOR MUNICIPAL - JOEL DA SILVA OTERO.

ATOS DO PODER EXECUTIVO
DECRETO DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a Rescisão de Contrato "a pedido" de servidor municipal e dá outras providências.

A PREFEITA EM EXERCÍCIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Estatuto do Servidor Público Municipal, e Lei nº 0209/2023.

Considerando o Ofício nº 1922/2026-SEMEDI.

Considerando o pedido de exoneração por meio de requerimento.

RESOLVE:

Art. 1° - RESCISÃO DE CONTRATO "a pedido" do Sr. JOEL DA SILVA OTERO, da função de TÉCNICO ADMINISTRATIVO, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Educação Escolar Indígena – SEMEDI, a partir de 18 de agosto de 2026.
Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 18 de agosto de 2026.

ELIANE FARIAS FALCÃO
Prefeita de São Gabriel da Cachoeira-AM, em Exercício

Publicado por:
Ezilene Maragua Garcia
Código Identificador:82E93ABD

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 2026 - DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE CARGO COMISSIONADO - JUNIOR PAULINO FERREIRA .

ATOS DO PODER EXECUTIVO
DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a substituição de Cargo Comissionado e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município, em conformidade o Estatuto do Servidor Público Municipal,

Considerando o Ofício nº 081/2026 - SEFIN.
Considerando a Portaria nº 087/2026 - SEFIN.

R E S O L V E:

Art. 1º. **AUTORIZAR** o Sr. **JUNIOR PAULINO FERREIRA – Subsecretário municipal**, a responder interinamente pela Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN, no período de 24 à 28 de agosto de 2026.

Art. 2º. **CONCEDER** o pagamento em folha referente ao período exercido do cargo supracitado.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 24 de agosto de 2026.

EGMAR VELASQUES SALDANHA
Prefeito de São Gabriel da Cachoeira-AM

Publicado por:
Ezilene Maragua Garcia
Código Identificador:33B1B76F

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO DE 25 DE AGOSTO DE 2026 - DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO - SR. CLAUDIONOR DA SILVA LEÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO
DECRETO DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais, aos termos do art. 127 da Lei Orgânica do Município combinado com art. 141 da Lei nº 159 de 10 de dezembro de 2021 **(**Estatuto do Servidor Público Municipal).

R E S O L V E

Art. 1º - CONCEDER 02 (dois) meses de Licença Prêmio ao servidor público municipal efetivo, Sr. **Claudionor da Silva Leão,** no cargo de Agente Administrativo, referente ao aquisitivo 2016/2021.
Art. 2º - A licença supramencionada será concedida a partir do dia **01 de setembro de 2026 a 01 de novembro de 2026**, **devendo se apresentar no dia 03 de novembro de 2026**.
Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 25 de agosto de 2026.

EGMAR VELASQUES SALDANHA
Prefeito de São Gabriel da Cachoeira-AM

Publicado por:
Erika Nascimento de Souza
Código Identificador:184C2273

PREFEITURA MUNICIPAL
PARECER Nº 003/2026/CME/SGC - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA.

PARECER Nº 003/2026/CME/SGC
Conselho Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira

Interessado: Secretaria Municipal de Educação e Educação Escolar Indígena – SEMEDI

Assunto: Análise e emissão de parecer sobre os documentos orientadores "Formas Próprias de Educar I (1º ao 5º ano)" e "Formas Próprias de Educar II (6º ao 9º ano)" para adequação curricular e implementação da Educação Escolar Indígena no município de São Gabriel da Cachoeira, com orientações específicas para a Educação Infantil e Zona Urbana.
Data:São Gabriel da Cachoeira – AM, 06 de agosto de 2026.

I – HISTÓRICO
O Conselho Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira, no uso de suas atribuições legais, recebeu da Secretaria Municipal de Educação e Educação Escolar Indígena – SEMEDI, para análise e manifestação, os documentos intitulados**"Proposta: Metodologia de Ensino de Línguas e Formas Próprias de Educar I (1º ao 5º ano)"**e**"Proposta: Metodologia de Ensino de Línguas e Formas Próprias de Educar II (6º ao 9º ano)"**, doravante denominados conjuntamente como "Propostas Metodológicas".
Os referidos documentos foram elaborados pela equipe técnica da Assessoria de Educação Escolar Indígena (AEEI) e apresentam-se como desdobramento prático das diretrizes da Educação Escolar Indígena para o município, com potencial de aplicação a toda a rede municipal de ensino.
Após ampla discussão e deliberação, o Plenário deste Conselho, em sua Sessão Ordinária, realizada em 06 de agosto de 2026, aprovou por unanimidade o presente parecer.
II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A análise das Propostas Metodológicas fundamenta-se nos seguintes marcos legais:
1. Constituição Federal de 1988

• **Art. 210, § 2º:**Assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
• **Art. 231:**Reconhece aos povos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.

2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96)

• **Arts. 78 e 79:**Preveem uma educação escolar bilíngue e intercultural para os povos indígenas, com a finalidade de recuperar memórias históricas, reafirmar identidades étnicas, valorizar línguas e ciências indígenas e assegurar a participação das comunidades indígenas na elaboração dos programas educacionais.

3. Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012
Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Destacam-se os seguintes dispositivos:

• **Art. 6º:**A Educação Escolar Indígena, ofertada na Educação Básica, desenvolver-se-á em escolas indígenas, com estrutura e funcionamento definidos em regimento escolar próprio, e deverá ser organizada com a participação da comunidade indígena, respeitando seus processos próprios de aprendizagem.
• **Art. 7º:**A Educação Escolar Indígena deve ser: I - orientada pelos valores civilizatórios dos povos indígenas; II - fundamentada na relação dos povos indígenas com a terra, o território, a natureza e a cultura; III - pautada pela interculturalidade, garantindo o diálogo entre os saberes tradicionais e os conhecimentos escolares; IV - bilíngue ou multilíngue, garantindo o direito de expressão e comunicação nas línguas indígenas; V - específica e diferenciada, considerando a diversidade sociocultural, linguística e histórica de cada povo indígena; VI - comunitária, envolvendo as famílias, lideranças e demais membros da comunidade na gestão e no processo educativo.
• **Art. 8º:**Os sistemas de ensino assegurarão às escolas indígenas: I - a elaboração e execução de propostas pedagógicas próprias, construídas coletivamente com a comunidade indígena; II - a produção de materiais didáticos específicos e diferenciados, incluindo materiais bilíngues e multilíngues; III - a formação inicial e continuada de professores indígenas, específica e intercultural.
• **Art. 9º:**O currículo da Educação Escolar Indígena, desenvolvido em regime de colaboração entre os sistemas de ensino e as comunidades indígenas, deve: I - valorizar os saberes tradicionais, as línguas indígenas, as práticas culturais, a arte, a espiritualidade, a

territorialidade e os modos próprios de vida; II - integrar os conhecimentos tradicionais aos conhecimentos científicos, de forma interdisciplinar e transversal; III - organizar-se a partir das realidades socioculturais, linguísticas, históricas, econômicas e ambientais de cada povo indígena.

III – ANÁLISE

3.1 – Da Estrutura, Conteúdo e Fundamentação das Propostas

As Propostas Metodológicas analisadas constituem um avanço significativo na materialização do currículo da Educação Escolar Indígena para o município, apresentando estrutura didática, progressão formativa e fundamentação teórica consistentes.

Pontos de Excelência Reconhecidos:

• **Progressão Metodológica em Espiral:**As propostas organizam-se de forma a respeitar o desenvolvimento cognitivo e a relação do estudante com seu território e cultura. O volume I (1º ao 5º ano) fundamenta-se na imersão, escuta e nomeação do mundo, enquanto o volume II (6º ao 9º ano) avança para o letramento científico, a produção autoral e a análise crítica, consolidando o protagonismo do jovem pesquisador e autor de sua própria cultura.

• **Fundamentação Teórica Inovadora:**A base conceitual dialoga com autores como Bakhtin (dialogismo), Freire (pedagogia crítica), Mignolo (decolonialidade) e Viveiros de Castro (perspectivismo ameríndio). Essa fundamentação permite que a língua e a cultura indígenas sejam tratadas não como objetos de estudo, mas como eixos estruturantes do conhecimento, combatendo o epistemicídio e valorizando a ecologia de saberes.

• **Articulação com Marcos Legais:**Os documentos referenciam adequadamente a legislação vigente, incluindo a Resolução CNE/CEB nº 5/2012, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), demonstrando que a especificidade indígena pode coexistir com as exigências nacionais sem submissão cultural.

• **Eixos Temáticos Integradores:**A proposta supera a visão fragmentada do ensino de línguas, integrando os conteúdos a eixos como "Mitos e Origens", "Ritmos da Vida", "Lutas e Direitos" e "Mundos em Diálogo", garantindo que o ensino seja contextualizado, significativo e vinculado à vida comunitária.

• **Inclusão e Acessibilidade:**Os documentos preveem, de forma transversal, a inclusão de estudantes com deficiência, articulando o Atendimento Educacional Especializado (AEE) intercultural com a participação da família e dos anciãos.

3.2 – Da Necessidade de Adequação Curricular para a Rede Municipal

Reconhece-se a diversidade interna do município de São Gabriel da Cachoeira, onde residem e convivem mais de 23 povos indígenas, com mais de 14 línguas faladas, sendo quatro delas cooficializadas: Tukano, Nheengatu, Baniwa e Yanomami, em conformidade com o disposto no art. 7º, V, da Resolução CNE/CEB nº 5/2012, que garante o direito à educação bilíngue ou multilíngue.

Recomenda-se, portanto, que as propostas:

• **Sejam Transformadas em um Documento Referencial:**O material produzido deve servir como modelo a partir do qual serão desenvolvidas versões curriculares específicas para cada povo ou grupo linguístico do município, adaptando os eixos temáticos, o vocabulário e os projetos integradores à cosmologia, à história e ao território de cada povo, em atendimento ao art. 9º, III, da Resolução CNE/CEB nº 5/2012.

• **Incluam Diretrizes para a Criação de Materiais Didáticos:**A produção colaborativa de cartilhas, dicionários e livros de histórias deve ser institucionalizada, com apoio e financiamento da SEMEDI, garantindo que a escrita em língua indígena cumpra sua função social e atenda à demanda histórica das comunidades pela produção de materiais próprios, conforme prevê o art. 8º, II, da Resolução CNE/CEB nº 5/2012.

• **Estabeleçam Critérios de Avaliação Específicos:**A rede municipal deve desenvolver instrumentos de monitoramento que considerem a realidade bilíngue/multilíngue, como portfólios, projetos de pesquisa e autoavaliação, em substituição a provas padronizadas que desconsiderem a complexidade intercultural.

3.3 – Da Orientação Específica para a Educação Infantil

A análise das Propostas Metodológicas revela a necessidade de orientações específicas para a**Educação Infantil**, etapa fundamental para o fortalecimento da identidade, da oralidade e do pertencimento cultural das crianças indígenas. Esta etapa exige abordagem pedagógica própria, centrada no cuidado, no brincar e na imersão linguística, em conformidade com a Resolução CNE/CEB nº 01/2021 e com o disposto no art. 7º, I e II, da Resolução CNE/CEB nº 5/2012.

Recomenda-se, portanto, a inclusão de capítulo ou anexo específico com as seguintes orientações para a Educação Infantil Indígena:

• Organização Pedagógica:

• Adoção da pedagogia do cuidado e do brincar, respeitando os ritmos biológicos e socioculturais das crianças pequenas;
• Estruturação do trabalho pedagógico com base nos direitos essenciais de aprendizagem (brincar, conviver, participar, explorar, expressar e conhecer), articulando-os à língua, à cosmologia e aos modos próprios de educar do povo;
• Reconhecimento do brincar como eixo central do processo educativo, momento privilegiado de aquisição do repertório linguístico e de fortalecimento da identidade cultural;
• Valorização da oralidade, da escuta de histórias, cantigas de ninar, onomatopeias e narrativas ancestrais.

• Língua e Cultura:

• Utilização da língua indígena como língua de interação e mediação pedagógica, garantindo que as crianças desenvolvam sua fala e ampliem seu léxico no ambiente escolar;
• Partida do universo vocabular e das experiências cotidianas das crianças (corpo, família, alimentação, brincadeiras, animais, plantas, espaços da comunidade) para nomear o mundo em língua indígena;
• Articulação dos campos de experiências da BNCC – em especial “Traços, Sons, Cores e Formas” e “Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação” – à cosmologia, à estética e aos modos próprios de expressão do povo.

• Participação da Comunidade:

• Garantia da participação ativa de anciãos, contadores de histórias, rezadores e demais detentores de saberes tradicionais no cotidiano escolar, em atendimento ao art. 6º da Resolução CNE/CEB nº 5/2012;
• Diálogo permanente com as famílias, reconhecendo-as como primeiras educadoras das crianças e parceiras fundamentais no processo de fortalecimento linguístico e cultural;
• Integração das atividades à vida comunitária, respeitando os tempos e os espaços da criança no território.

• Avaliação:

• Avaliação processual e formativa, baseada na observação do desenvolvimento da criança, na sua participação nas atividades e no seu envolvimento com a língua e a cultura, sem caráter classificatório ou seletivo.

3.4 – Da Orientação Específica para a Zona Urbana

Outro desafio relevante para a Educação Escolar Indígena no município é atender a população indígena que reside ou transita pela sede urbana e áreas periurbanas. O contexto urbano apresenta dinâmicas socioculturais e linguísticas profundamente distintas das comunidades de origem, o que exige orientação pedagógica específica, não contemplada nos documentos atuais.

Propõe-se a inclusão de capítulo ou anexo específico com as seguintes orientações:

• **Diagnóstico Sociolinguístico Urbano:**Realização de levantamento das línguas faladas pelos estudantes nas escolas urbanas, considerando a diversidade étnica e o predomínio do português como primeira língua em muitos casos.

• **Pedagogia da Alternância Adaptada:**O modelo de “Tempo Aldeia” deve ser adaptado para “Tempo de Comunidade” e “Tempo Escola”, valorizando as visitas às comunidades de origem durante

férias e feriados, e transformando a cidade em espaço de aprendizagem.

• **Resgate e Revitalização Linguística como Eixo:** Na cidade, onde o português é a língua de interação dominante, o ensino da língua indígena deve assumir caráter incisivo de revitalização e fortalecimento da identidade, com foco em oficinas de produção de textos, música e grafismo, e uso de novas tecnologias.

• **Currículo e Projetos Integradores Urbanos:** Os eixos temáticos devem incluir a realidade da cidade, com projetos como "A Casa e a Rua", "O Trabalho na Cidade", "Direitos e Cidadania no Contexto Urbano" e "Indígenas na Universidade".

• **Parcerias e Redes:** Articulação com associações indígenas, casas de apoio e movimentos sociais para trazer para a sala de aula a voz das lideranças, pajés e anciãos que vivem ou transitam pela cidade.

• **Educação Infantil na Zona Urbana:** Garantia de ambiente de imersão linguística na língua indígena, com espaços e materiais que estimulem a oralidade, o brincar e as interações na língua materna, mesmo em contexto urbano.

IV – CONCLUSÃO E PARECER

Diante da análise documental realizada e dos marcos legais da Educação Escolar Indígena, em especial a Resolução CNE/CEB nº 5/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, este Conselho Municipal de Educação, **em deliberação plenária realizada em 06 de agosto de 2026**, manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à adoção das Propostas Metodológicas "Formas Próprias de Educar I" e "Formas Próprias de Educar II" como referencial metodológico para a rede municipal, desde que observadas as seguintes condições:

• **Revisão e Adequação Curricular:** As propostas devem ser revisadas para se tornarem um documento-guia, a partir do qual serão desenvolvidas versões curriculares específicas para cada povo/grupo linguístico do município, garantindo o respeito à diversidade, em conformidade com o art. 9º da Resolução CNE/CEB nº 5/2012.

• **Inclusão de Orientações para a Educação Infantil:** A versão final do documento deverá conter capítulo ou anexo com orientações pedagógicas específicas para a Educação Infantil Indígena, contemplando a pedagogia do cuidado e do brincar, a imersão linguística, a participação da comunidade e a avaliação processual e formativa.

• **Inclusão de Orientações para a Zona Urbana:** A versão final do documento deverá conter capítulo ou anexo com orientações pedagógicas específicas para as escolas indígenas situadas na zona urbana, contemplando o diagnóstico sociolinguístico, a pedagogia da alternância adaptada, o ensino de línguas para revitalização e a articulação com as redes de apoio comunitário.

• **Institucionalização das Produções:** A SEMEDI deverá garantir apoio logístico e financeiro para a formação continuada de professores e para a produção de materiais didáticos específicos e bilíngues, em atendimento ao art. 8º da Resolução CNE/CEB nº 5/2012, transformando a autoria prevista na proposta em uma política pública municipal.

As recomendações aqui apresentadas visam garantir que as "Formas Próprias de Educar" sejam um instrumento vivo e aplicável a todas as realidades do município, fortalecendo a autonomia, a identidade e o "bem viver" dos povos indígenas de São Gabriel da Cachoeira, tanto na floresta quanto na cidade, desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental.

V – ENCAMINHAMENTO

Concluído o parecer e aprovado pelo Plenário, o processo segue para as providências cabíveis junto à Secretaria Municipal de Educação e Educação Escolar Indígena, para implementação das diretrizes ora aprovadas.

São Gabriel da Cachoeira – AM, 06 de agosto de 2026.

MAICON SAMONI MELO
Presidente do CME

Conselheiros
_____
_____
_____
_____
_____

Publicado por:
Ezilene Maragua Garcia
Código Identificador: 29F1D458

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 039/2026 - SEMEDI, DE 11 DE AGOSTO DE 2026. DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO GESTORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – DECÊNIO 2026/2036, DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA.

PORTARIA SEMEDI Nº 039, de 11 de AGOSTO de 2026.

Dispõe sobre a criação da Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação – decênio 2026/2036, do Município de São Gabriel da Cachoeira.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

CONSIDERANDO o novo Plano Nacional de Educação - PNE, instituído pela Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que estabelece as diretrizes, metas e estratégias para a educação nacional no decênio 2026-2036, e que em seu artigo 8º determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem elaborar seus planos de educação em consonância com o PNE;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.934, de 25 de julho de 2024, prorrogou a vigência do PNE anterior (Lei nº 13.005/2014) até 31 de dezembro de 2025, sendo substituído pela nova lei de 2026;

CONSIDERANDO o Plano Estadual de Educação do Amazonas (PEE/AM), aprovado pela Lei nº 4.183 de 26 de junho de 2015, que em seu artigo 12º estabelece a necessidade de elaboração de um novo plano para o decênio subsequente;

CONSIDERANDO a obrigação legal dos municípios de elaborarem seus Planos Municipais de Educação, alinhados ao PNE e ao PEE/AM, para garantir a continuidade e o regime de colaboração entre os entes federativos;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir uma comissão com a finalidade específica demonitorar, acompanhar e coordenar o processo de elaboração das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação, assegurando que estas estejam em conformidade com o diagnóstico educacional municipal, com o novo PNE e com as diretrizes do PEE/AM;

CONSIDERANDO a especificidade do município de São Gabriel da Cachoeira, que possui uma realidade sociocultural e linguística ímpar, com a presença de 22 povos indígenas, falantes de diversas línguas, e a necessidade de que o Plano Municipal de Educação reflita essa diversidade e garanta uma educação escolar indígena diferenciada, intercultural e bilíngue/multilíngue;

CONSIDERANDO a importância da atuação da Coordenação Regional da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (CR-FUNAI) na região, como órgão indigenista oficial, fundamental para a articulação e garantia dos direitos dos povos indígenas no processo de elaboração do Plano;

CONSIDERANDO a relevância do Fórum Municipal de Educação como espaço democrático de participação e controle social, conforme previsto no PNE, e do Conselho Municipal de Educação (CME) como instância normativa, consultiva e fiscalizadora da política educacional municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecimento do regime de colaboração e da gestão democrática, promovendo o diálogo e a ampla participação social, em especial das comunidades indígenas e suas organizações representativas, como a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), na construção das políticas educacionais;

RESOLVE

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Gestora responsável pela coordenação, organização, acompanhamento e sistematização do

processo de elaboração do Plano Municipal de Educação – PME para o decênio 2026-2036.
Art. 2º. A Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação será composta pelas seguintes instituições do município de São Gabriel da Cachoeira, sob a coordenação da primeira:
I. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA – SEMEDI;
II. FÓRUM PERMANENTE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FPME;
III. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME;
IV. COORDENAÇÃO REGIONAL DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS – CR-FUNAI DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA;
V. FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO – FOIRN.
Parágrafo Único – Cada instituição indicará um representante titular e um suplente para compor a referida comissão, sendo que, para a representação indígena da FOIRN, a indicação dar-se-á por meio de suas formas próprias de organização e escolha.
Art. 3º. Compete à Comissão Gestora:
I. coordenar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação, garantindo sua coerência com o diagnóstico educacional municipal, com o novo Plano Nacional de Educação (Lei nº 15.388/2026) e com o Plano Estadual de Educação do Amazonas;
II. mobilizar e articular instituições e comunidades para discussão dos problemas e desafios da educação no município de São Gabriel da Cachoeira, tendo como referência o diagnóstico educacional, as metas do novo PNE e as especificidades da educação escolar indígena;
III. elaborar e acompanhar o cronograma de atividades para a construção do Plano Municipal de Educação;
IV. promover a articulação entre os órgãos públicos, conselhos, instituições educacionais e a sociedade civil, em especial com o Fórum Municipal de Educação, buscando sua participação ativa e consultiva em todas as etapas;
V. assegurar a participação da comunidade por meio de consultas públicas, audiências e reuniões, garantindo o diálogo com as comunidades indígenas e suas lideranças;
VI. criar, orientar e promover a formação de comissões técnicas para debater as propostas do texto-base do Plano Municipal de Educação;
VII. instituir mecanismos permanentes de acompanhamento e avaliação do processo de elaboração do PME, promovendo a colaboração interinstitucional e a transparência das ações;
VIII. analisar e validar as propostas de diretrizes, objetivos, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação;
IX. coordenar a elaboração do Documento-Base do Plano Municipal de Educação;
X. elaborar relatórios periódicos sobre o andamento do processo de elaboração do PME e encaminhá-los aos órgãos competentes, assegurando transparência e efetividade das ações, com ampla divulgação nas comunidades indígenas;
XI. elaborar a minuta do Projeto de Lei do Plano Municipal de Educação, com suas metas e estratégias, e submetê-lo ao Poder Executivo Municipal para aprovação e encaminhamento à Câmara Municipal;
XII. acompanhar a tramitação do Projeto de Lei junto ao Poder Legislativo Municipal;
XIII. zelar pelo cumprimento dos princípios da gestão democrática e da participação social em todas as etapas do processo.
Art. 4º. A coordenação da Comissão Gestora será exercida pelo Secretário Municipal de Educação e Educação Escolar Indígena ou por seu representante indicado.
Art. 5º. Fica instituída a Equipe Técnica de apoio à elaboração do Plano Municipal de Educação – PME 2026-2036, com a finalidade de prestar suporte técnico, operacional e administrativo à Comissão Gestora.
Art. 6º. Compete à Equipe Técnica:
I. realizar levantamento e sistematização de dados educacionais, estatísticos, financeiros e administrativos do município;
II. elaborar estudos e análises da realidade educacional do Município, com ênfase nas especificidades da educação escolar indígena;
III. subsidiar tecnicamente a Comissão Gestora com informações, dados e relatórios;
IV. organizar relatórios, planilhas e documentos técnicos necessários ao processo;
V. elaborar o diagnóstico educacional municipal, contemplando a diversidade sociocultural e linguística da região;
VI. apoiar a elaboração das diretrizes, objetivos, metas e estratégias do Plano;
VII. sistematizar as contribuições oriundas das consultas públicas e audiências;
VIII. elaborar documentos e relatórios técnicos necessários ao processo de construção do PME;
IX. auxiliar na elaboração do Documento-Base e da minuta do Projeto de Lei do PME;
X. dar suporte à Comissão Gestora na organização de reuniões, oficinas e eventos relacionados ao processo de elaboração do PME.
Art. 7º. A Equipe Técnica será composta por servidores da Secretaria Municipal de Educação e Educação Escolar Indígena, designados por ato próprio do Secretário, podendo contar com a participação de profissionais de outras secretarias municipais e de instituições parceiras.
Parágrafo único. Os integrantes da Equipe Técnica poderão participar das reuniões da Comissão Gestora, com direito a voz, para prestar esclarecimentos e suporte técnico.
Art. 8º. A Comissão Gestora deverá se reunir periodicamente, conforme definido em calendário aprovado em sua primeira reunião, para o cumprimento de suas atribuições.
Parágrafo Único – As deliberações serão registradas em atas assinadas pelos membros presentes e posteriormente publicadas para garantir a transparência das atividades, e quando necessário, as reuniões deverão contar com tradutores/intérpretes para as línguas indígenas faladas no município.
Art. 9º. As atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão Gestora e da Equipe Técnica serão consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.
Art. 10. A Secretaria Municipal de Educação e Educação Escolar Indígena prestará o apoio administrativo, técnico e operacional necessário ao desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Gestora e da Equipe Técnica.
Art. 11. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

QUELMA DA SILVA OTERO
Secretária Municipal de Educação em Exercício
Portaria Nº 037 de 11 de Agosto de 2026

Publicado por:
Ezilene Maragua Garcia
Código Identificador:360DB87D

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE SPO/AM
AVISO DO EDITAL DE CHAMADA PUBLICA POR CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 003/2026/FMS/SEMSA INEXIGIBILIDADE Nº 034/2026/CC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 219/2026/FMS/SEMSA

A Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença/AM torna pública a abertura da **CHAMADA PUBLICA POR CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 003/2026/FMS/SEMSA**, a partir do dia 27 de agosto das 09h00min (horário de Brasília) até o dia 09 de setembro de 2026 às 10h00min (horário de Brasília), tendo como objeto o **CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 003/2026/FMS/SEMSA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA REALIZAÇÃO DE MUTIRÃO DE CIRURGIAS ELETIVAS OFTALMOLÓGICAS, DESTINADO AO ATENDIMENTO DE PACIENTES PREVIAMENTE REGULADOS E ENCAMINHADOS PELA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA/AM, COMPREENDENDO, DE FORMA INTEGRAL, A REALIZAÇÃO DE CONSULTA E AVALIAÇÃO PRÉ-OPERATÓRIO, AVALIAÇÃO DE RISCO CIRÚRGICO E EXECUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS OFTALMOLÓGICOS, CONFORME INDICAÇÃO MÉDICA,**

CRITÉRIOS DE REGULAÇÃO E DEMANDA ASSISTENCIAL DEFINIDA PELA ADMINISTRAÇÃO – RECURSOS ORIUNDOS DA EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº 011/2026 DO DEP. ESTADUAL ABDALA HABIB FRAXE JUNIOR, QUE DESTINA TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO AO MUNICÍPIO - FMS/SEMSA, conforme disposições deste Edital e informações constantes no Termo de Referência (Anexo I), Plano de Trabalho (Anexo II) e outros Anexos do instrumento convocatório.

O Edital estará disponível no Sistema BLL COMPRAS, pelo link: https://bllcompras.org.br e Portal Nacional de Compras Públicas-PNCP.

São Paulo de Olivença/AM, 26 de agosto de 2026.

CARMEM KARLA BALIEIRO ROCHA
Agente de Contratação
Portaria nº 001/2025-GPM/SPO, de 06 de Janeiro de 2025.

Publicado por:
Dicsoney Nascimento Martins
Código Identificador:2FCFC42C

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE SPO/AM
DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O **PREFEITO** da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO, o que consta na Ata Circunstanciada da Sessão do Pregão Eletrônico nº 90.102/2026, elaborada pela Comissão de Contratação;

CONSIDERANDO que o referido procedimento licitatório transcorreu de forma regular, em obediência à legislação vigente, não sendo verificado nenhum vício que pudesse macular a regularidade do certame, tendo sido cumpridos todos os prazos regulamentares estabelecidos no referido processo;

CONSIDERANDO que a empresa **SOLUÇÕES CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA** participou da sessão pública do referido processo licitatório, tendo esta atendido a todas as exigências editalícias, no que se refere à proposta de preços e documentação de habilitação;

CONSIDERANDO, ainda, que os documentos acostados aos autos demonstram que foram respeitados todos os ritos legais exigidos pela Lei nº 14.133, de 2021;

CONSIDERANDO, por fim, a manifestação exarada pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, opinando pela Adjudicação e Homologação do resultado do certame em favor da empresa declarada vencedora;

RESOLVE:

I - **ADJUDICAR** a empresa **SOLUÇÕES CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob no nº 07.016.160/0001-78, com sede na Rua Barão de Indaia, nº 1004, Sala 01, Bairro: Flores, CEP: 69.058-448 – MANAUS/AM, vencedora de todos os itens do Termo de Referência.

II - **HOMOLOGAR** a deliberação final do presente procedimento licitatório, realizado por meio do Pregão Eletrônico nº 90.102/2026, em favor da empresa vencedora do item Adjudicado, pelo critério Menor Preço por Item, tendo por objeto a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA TÉCNICA E PEDAGÓGICA, PARA IMPLEMENTAÇÕES DAS NORMAS PROGRAMÁTICAS VOLTADAS ÀS FORMAÇÕES CONTINUADAS TEÓRICA E PRÁTICA, ASSESORIAS NOS SISTEMAS DE GESTÕES E MONITORAMENTO DOS INDICADORES EDUCACIONAIS DAS AVALIAÇÕES DE ENSINO, PROCESSOS CCONTÍNUOS DE "AÇÃO-REFLEXÃO-AÇÃO", QUE OCORRERÃO NAS REDES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA/AM - FME/SEMED.

III - **PUBLIQUE-SE** o presente despacho na forma da lei, para fins de eficácia.

São Paulo de Olivença/AM, 24 de agosto de 2026.

NAZARENO SOUZA MARTINS
Prefeito Municipal de São Paulo de Olivença

Publicado por:
Dicsoney Nascimento Martins
Código Identificador:272139E1

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE SPO/AM
DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O **PREFEITO** da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO, o que consta na Ata Circunstanciada da Sessão do Pregão Eletrônico nº 90.103/2026, elaborada pela Comissão de Contratação;

CONSIDERANDO que o referido procedimento licitatório transcorreu de forma regular, em obediência à legislação vigente, não sendo verificado nenhum vício que pudesse macular a regularidade do certame, tendo sido cumpridos todos os prazos regulamentares estabelecidos no referido processo;

CONSIDERANDO que a empresa **JOAO LUIZ CEZAR CORREA JUNIOR - EPP** participou da sessão pública do referido processo licitatório, tendo esta atendido a todas as exigências editalícias, no que se refere à proposta de preços e documentação de habilitação;

CONSIDERANDO, ainda, que os documentos acostados aos autos demonstram que foram respeitados todos os ritos legais exigidos pela Lei nº 14.133, de 2021;

CONSIDERANDO, por fim, a manifestação exarada pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, opinando pela Adjudicação e Homologação do resultado do certame em favor da empresa declarada vencedora;

RESOLVE:

I - **ADJUDICAR** a empresa JOAO LUIZ CEZAR CORREA JUNIOR - EPP, inscrita no CNPJ sob no nº 29.142.461/0001-80, com sede na Rua Belarmino Lins, nº 100, Bairro: Centro, CEP: 69.670-000 – Fonte Boa/AM, vencedora do item do Termo de Referência.

II - **HOMOLOGAR** a deliberação final do presente procedimento licitatório, realizado por meio do Pregão Eletrônico nº 90.103/2026, em favor da empresa vencedora do item Adjudicado, pelo critério Menor Preço por Item, tendo por objeto a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E TERMO DE CONTRATO NA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - AMBULÂNCIA DEVIDAMENTE EQUIPADA, A SER UTILIZADA PELO POSTO DE SAÚDE PÓLO BASE DE CAMPO ALEGRE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA. ATRAVÉS DO RECURSO ORIUNDO DA EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº 063/2026 DO DEP. SINÉSIO DA SILVA CAMPOS, TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO, BENEFICIANDO AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS E INDÍGENAS DO REFERIDO MUNICÍPIO - FMS/SEMSA.

III - **PUBLIQUE-SE** o presente despacho na forma da lei, para fins de eficácia.

São Paulo de Olivença/AM, 24 de agosto de 2026.

NAZARENO SOUZA MARTINS
Prefeito Municipal de São Paulo de Olivença

Publicado por:
Dicsoney Nascimento Martins
Código Identificador:96B2B1C8

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE SPO/AM
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 019/2026/CC

PROCESSO nº 210/2026/FMS/SEMSA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.103/2026/CC

Validade da Ata: 12 (doze) meses ou até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado na Ata, o que vier a ocorrer primeiro.

No dia 25 de agosto de 2026, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA/AM, situada na Rua Getúlio Vargas, nº 1556, Centro, São Paulo de Olivença/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 05.829.577/0001-24, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. NAZARENO SOUZA MARTINS, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto nº 11.462, de 2023, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 90.103/2026/CC, publicado em 11/08/2026, referente ao Processo Administrativo nº 210/2026/FMS/SEMSA.

RESOLVE registrar o preço da empresa indicada e qualificada nesta Ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto nº 11.462, de 2023, conforme quadros a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E TERMO DE CONTRATO NA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - AMBULÂNCIA DEVIDAMENTE EQUIPADA, A SER UTILIZADA PELO POSTO DE SAÚDE PÓLO BASE DE CAMPO ALEGRE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA. ATRAVÉS DO RECURSO ORIUNDO DA EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº 063/2026 DO DEP. SINÉSIO DA SILVA CAMPOS, TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO, BENEFICIANDO AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS E INDÍGENAS DO REFERIDO MUNICÍPIO - FMS/SEMSA, especificados no item do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Os preços registrando as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

EMPRESA: JOAO LUIZ CEZAR CORREA JUNIOR - EPP;
CNPJ: 29.142.461/0001-80;
TELEFONE: (92) 99181-9656;
E-MAIL: cezarluiz18@hotmail.com;

Item	PRODUTOS PARA SAÚDE (PPS) – ATENÇÃO BÁSICA	Qtd.	Unid	VALOR UNITÁRIO
01	AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - AMBULÂNCIA DEVIDAMENTE EQUIPADA, A SER UTILIZADA PELO POSTO DE SAÚDE POLO BASE DE CAMPO ALEGRE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA. ATRAVÉS DO RECURSO ORIUNDO DA EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº 063/2026 DO DEP. SINÉSIO DA SILVA CAMPOS, TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO, BENEFICIANDO AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS E INDIGENAS DO REFERIDO MUNICÍPIO - FMS/SEMSA.	01	VEÍCULO	R$ 300.000,00

Este instrumento não obriga a CONTRATANTE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao fornecedor registrado a preferência, em igualdade de condições.

São Paulo de Olivença/AM, 25 de agosto de 2026.

NAZARENO SOUZA MARTINS
Prefeito Municipal de São Paulo de Olivença

Joao Luiz Cezar Correa Junior - EPP
JOÃO LUIZ CEZAR CORREA JUNIOR
CPF: 7XX.XXX.XX2-34
Licitante Vencedor

Publicado por:
Dicsoney Nascimento Martins
Código Identificador:E377A8B1

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE SPO/AM
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Processo n° 094/2026/FME/SEMED
Dispensa de Licitação n° 008/2026/CC

OMUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA,pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 05.829.577/0001-24, com sede na Rua Getúlio Vargas, n° 1525, Centro – CEP 69.600-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. NAZARENO SOUZA MARTINS, resolve **RESCINDIR A CARTA-CONTRATO N° 010/2026/CC, oriunda da Dispensa de Licitação n° 008/2026/CC,** celebrada com a pessoa física LAERCIO JOSÉ RAMOS CORDEIRO JÚNIOR, inscrita sob o CPF n° 0xx.xxx.xxx-1x.

SIGNATÁRIOS: PREFEITURA DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA/AM e LAERCIO JOSÉ RAMOS CORDEIRO JÚNIOR.

OBJETO: Rescisão consensual da Carta-Contrato n° 010/2026/CC, oriunda da Dispensa de Licitação nº 008/2026/CC.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 137, VIII c/c art. 138, II, todos da Lei n° 14.133/2021; Súmula n° 473 do STF.

DISPOSIÇÕES FINAIS: As partes dão por rescindido o presente contrato, não subsistindo nenhuma pendência financeira e/ ou quaisquer obrigações.

São Paulo de Olivença, 11 de agosto de 2026.

NAZARENO SOUZA MARTINS
Prefeito Municipal de São Paulo de Olivença

LAERCIO JOSÉ RAMOS CORDEIRO JÚNIOR
Proprietário Locador

Publicado por:
Dicsoney Nascimento Martins
Código Identificador:1C075859

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE SPO/AM
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 047/2026/CC, oriundo do Pregão Eletrônico nº 90.103/2026/CC.

SIGNATÁRIOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA/AM, inscrita sob o CNPJ de nº 05.829.577/0001-24 Representado pelo Srº Nazareno Souza Martins e a empresa JOAO LUIZ CEZAR CORREA JUNIOR - EPP, inscrita no CNPJ sob no nº 29.142.461/0001-80, representada pelo Sr. João Luiz Cezar Correa Junior.

OBJETO: Ata de registro de preços e termo de contrato na contratação de pessoa jurídica para aquisição de 01 (uma) unidade móvel de saúde - ambulância devidamente equipada, a ser utilizada pelo posto de saúde polo base de campo alegre do Município de São Paulo de Olivença. através do recurso oriundo da emenda parlamentar individual nº 063/2026 do dep. Sinésio da Silva Campos, transferência

fundo a fundo, beneficiando as comunidades ribeirinhas e indígenas do referido Município – FMS/SEMSA.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133, de 2021.

VIGÊNCIA DO TERMO DE CONTRATO E EXECUÇÃO: O Termo de Contrato terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

VALOR GLOBAL: O valor total da contratação é de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), de acordo com o Documento Adjudicado e Homologado em favor da empresa.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Entidade: 4 – Fundo Municipal de Saúde
Órgão: 03.03 – Fundo Municipal;
Unidade: 03.03 .04 – Fundo Municipal de Saúde**;**
Programa/Funcional: 10.301.0051 – Revitalização da Saúde;
Proj. /Ativ.: 10.301.2051.0000 – Manutenção do Programa de Atenção Básica a Saúde / 10.302.3305.2692.0008 – Aplicação de Emendas Parlamentares Estaduais na Saúde;
Ficha: 397;
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente / 444142 - Auxílios;
Fonte: 600 – Recurso Fundo (PAB) / FES.

São Paulo de Olivença/AM, 25 de agosto de 2026.

NAZARENO SOUZA MARTINS
Prefeito Municipal de São Paulo de Olivença

Publicado por:
Dicsoney Nascimento Martins
Código Identificador:6533637A

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE SILVES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2026-PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 020501.2026.07.033-20/PMS

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1. OBJETO: Serviço especializado em dedetização e descupinização geral (áreas internas e externas): escorpiões, baratas, moscas, pernilongos, formigas, aranhas, traças e outros insetos rasteiros e voadores. Garantia mínima de 06 meses.

2. CONTRATADO(A): AMAZONAS SOLUCOES E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 27782435000191.

3. VALOR TOTAL: R$ 37.683,20 (trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e vinte centavos).

4. PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do termo de contrato.

5. FUNDAMENTAÇÃO DO PREÇO: O preço contratado mostra-se compatível com os valores apurados no procedimento de contratação, conforme documentos acostados aos autos do Processo Administrativo nº 020501.2026.07.033-20/PMS, atendendo aos princípios da economicidade e da vantajosidade para a Administração Pública.

Silves/AM, 27 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA DE ALMEIDA FILHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Jhonata da Silva Calheiros
Código Identificador:789E5D85

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ERRATA AO DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SILVES**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, torna pública a presente **ERRATA** ao **Despacho de Homologação do Pregão Eletrônico nº 022/2026 - SRP** (Processo Administrativo nº 020401.2026.03.022-10), veiculado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Amazonas em 30/07/2026, Edição nº 4160, Código Identificador **BAFBEACS**.
JUSTIFICATIVA: A presente retificação decorre de erro material ocasionado pela inserção/cálculo no sistema Compras.gov.br com 4 (quatro) casas decimais, o que gerou divergência por arredondamento automático no sistema em relação à **Proposta Final de Preços** consolidada com 2 (duas) casas decimais apresentada pela licitante vencedora e à respectiva **Ata de Registro de Preços nº 022/2026**.
ONDE SE LÊ:
*"[...] em favor das empresas vencedoras dos itens registrados e adjudicados, pelo critério menor valor por grupos: PLASTICOURO COMERCIO DE BOLSAS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 05.570.745/0001-00, localizada na Av. Transamazônica, 109,, Jardim Encantado - CEP: 33350-000 - São José Da Lapa/MG, com o grupo 01 no valor de **R$ 209.211,00 (Duzentos e nove mil e duzentos e onze reais)**; [...]"*
LEIA-SE:
*"[...] em favor das empresas vencedoras dos itens registrados e adjudicados, pelo critério menor valor por grupos: PLASTICOURO COMERCIO DE BOLSAS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 05.570.745/0001-00, localizada na Av. Transamazônica, 109,, Jardim Encantado - CEP: 33350-000 - São José Da Lapa/MG, com o grupo 01 no valor de **R$ 209.157,00 (Duzentos e nove mil, cento e cinquenta e sete reais)**; [...]"*
Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais disposições constantes na publicação original do Despacho de Homologação.

Silves/AM, 26 de agosto de 2026.

RAIMUNDO PAULINO DE ALMEIDA GRANA
Prefeito Municipal de Silves

Publicado por:
Lara Mirele Farias da Silva
Código Identificador:4FF8E9D9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 105/2025 - REPUBLICAÇÃO EM RAZÃO DE ERRO DE DIGITAÇÃO NA MATÉRIA PUBLICADA NA EDIÇÃO 3830 DE 01/04/2025

(art.108, inciso II, alínea 'a' da Lei Orgânica)

NOMEIA OS SENHORES ABAIXO LISTADOS, PARA O EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO NO MUNICÍPIO DE SILVES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SILVES EM EXERCÍCIO, NO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições lhes conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 78, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município.
RESOLVE

Art. 1º. NOMEAR os senhores a seguir elencados para o exercício em caráter comissionado, a contar de 13 de março de 2025.

NOME	CARGO	LOTAÇÃO
RAIMUNDO ANTONIO DE SA OLIVEIRA	ASSESSOR ESPECIAL	SEMPRA
OCETILHA ANDRADE NEVES	ASSESSOR GABINETE PREFEITO I	GABINETE DO PREFEITO
JOMARA XAVIER DE LIRA	ASSESSOR GABINETE PREFEITO II	CONTROLE INTERNO

ALCINEY RODRIGUES GARCIA	ASSESSOR I	SEMDES
NAIENE CRISTINA DE ALMEIDA AMARAL	ASSESSOR V	SEMED
FABRICIA ASSUNCAO BATISTA	ASSESSOR VI	SEMSA

Art. 2º. No momento da posse o(a) servidor(a) fica obrigado(a) a apresentar, ao Setor de Pessoal da Prefeitura de Silves, sua Declaração de Bens e Valores, em cumprimento com o disposto no artigo 1º da Lei Federal 8.730, de 10 de novembro de 1993. No artigo 13 da Lei Federal 8.429, de 02 de junho de 1992, e no artigo 2º do Decreto 978, de 10 de novembro de 1993.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Silves em Exercício, 13 de março de 2025.

JOSE MARIA DE ALMEIDA FILHO
Prefeito de Silves em Exercício

Publicado por:
Mirlene Castro da Silva
Código Identificador:25B0E21E

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE TABATINGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Tabatinga, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, comunica aos interessados que está fazendo **COTAÇÃO DE PREÇOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, conforme objeto abaixo:

1– "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE MATERIAL PUBLICITÁRIO, IMPRESSÃO DE MATERIAL GRÁFICOS E REPROGRAFIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE TABATINGA/AM"

Estando a Planilha de detalhamento do objeto fica à disposição para ser solicitado gratuitamente através do **e-mail: semadtbt.pmt@gmail.com** ou retirado **na sede da Prefeitura Municipal de Tabatinga,** na Secretaria de Administração, localizada na AV da Amizade nº 1850 A, Bairro Centro, CEP: 69.640-000, Tabatinga/AM, no horário das 08h00 min às 12h00 min, de segunda-feira a sexta-feira.

As cotações de preços devem ser enviadas via e-mail ou em envelopes fechados em cinco dias úteis.

Tabatinga (AM), 26 de agosto de 2026.

BÁRBARA JUVENTINO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Sabrina do Nascimento Ramos
Código Identificador:59558546

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Tabatinga, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, comunica aos interessados que está fazendo **COTAÇÃO DE PREÇOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, conforme objeto abaixo:

1– "CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, INCLUINDO VEÍCULOS LEVES, PESADOS, ÔNIBUS E VEÍCULOS NÁUTICOS"

Estando a Planilha de detalhamento do objeto fica à disposição para ser solicitado gratuitamente através do **e-mail: semadtbt.pmt@gmail.com** ou retirado **na sede da Prefeitura Municipal de Tabatinga,** na Secretaria de Administração, localizada na AV da Amizade nº 1850 A, Bairro Centro, CEP: 69.640-000, Tabatinga/AM, no horário das 08h00 min às 12h00 min, de segunda-feira a sexta-feira.

As cotações de preços devem ser enviadas via e-mail ou em envelopes fechados em cinco dias úteis.

Tabatinga (AM), 26 de agosto de 2026.

BÁRBARA JUVENTINO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Sabrina do Nascimento Ramos
Código Identificador:CF9CC931

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 338/GP-PMT DE 24 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA POR IDADE DE SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PLINIO SOUZA DA CRUZ, M.D. PREFEITO DE TABATINGA/AM, no uso de suas atribuições legais, ex vi, tendo em vista o que dispõe o Art. 72 e inciso VI e IX do Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Tabatinga;
CONSIDERANDO, o Art. 40, da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988;
CONSIDERANDO, o dispositivo do Art. 95 da Lei Orgânica do Município de Tabatinga de 05 de abril de 1990.
CONSIDERANDO, a Lei Municipal n.º 1.016, de 14 de agosto de 2025;
CONSIDERANDO, o Ofício n.º 229/2026 – IPRETAB, 19 de agosto de 2026;
CONSIDERANDO, as disposições legais, previstas no artigo 37 da Constituição Federal, e o poder de discricionariedade do administrador público.
DECRETA

Art. 1º - Conceder a **APOSENTADORIA COMPULSÓRIA POR IDADE** ao senhor **MANOEL LIZARDO** Matrícula n.º 703-1, ocupante do cargo de **Professor ED- MAG-V/ Ref: G**, nomeado através do **Decreto n.º 232, de 03 de julho de 2006**, do quadro de pessoal **efetivo** da Prefeitura Municipal de Tabatinga/AM, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos mensais no valor de **R$ 1.621,00** (**Hum mil, seiscentos e vinte e um reais**) discriminado na forma abaixo:
VALOR DO BENEFÍCIO – Com fundamento no Artigo 40, §1°, II DA C.F. c/c Lei Complementar n.º 152/2015 – Comum – Provento Proporcional ao Tempo de Contribuição – Sem Paridade – Média das 80% maiores remunerações **R$ 1.621,00** (**Hum mil, seiscentos e vinte e um reais**) e Artigo 42 da Lei Municipal n.º 1.016/2025.

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	
VENCIMENTO BASE Proventos proporcionais calculados de acordo com o art. 40, §1.º, II da C.F. c/c Lei Complementar n.º 152/2015. Elevados ao valor do salário-mínimo vigente, conforme dispõe o artigo 201 da C.F. §1.º.	**R$ 1.574,84**
Complementação para atingir o piso salarial, na forma da lei	**R$ 46,16**
TOTAL	**R$ 1.621,00**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE TABATINGA/AM, EM 24 DE AGOSTO DE 2026.

PLÍNIO SOUZA DA CRUZ
Prefeito Municipal de Tabatinga/AM

DADO CIÊNCIA, REGISTRADO E PUBLICADO NO SERVIÇO DE DECRETO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL, NA DATA SUPRA, EM OBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO ART. 100 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TABATINGA.

BÁRBARA JUVENTINO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Sabrina do Nascimento Ramos
Código Identificador:0724C5B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 339/GP-PMT DE 24 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE AO DEPENDENTE DE SERVIDOR EFETIVO FALECIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PLINIO SOUZA DA CRUZ, M.D. PREFEITO MUNICIPAL DE TABATINGA/AM, no uso de suas atribuições legais, ex vi, tendo em vista, o que dispõe o Art. 72 e inciso VI e IX do Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Tabatinga:
CONSIDERANDO o Art. 47, da Lei Municipal n.º 1.016/2025 de 14 de agosto de 2025;
CONSIDERANDO o Ofício n.º 226/2026 – IPRETAB de 17 de agosto de 2026;
CONSIDERANDO as disposições legais, previstas no artigo 37 da Constituição Federal, e o poder de discricionariedade do administrador público;

DECRETA

Art. 1º - Conceder Pensão por Morte do ex-servidor **Sr. SILVIO ALVES RODRIGUES –**, falecido no dia 06 de agosto de 2022, ocupante do cargo de **Fiscal de Limpeza Pública - Nível V/ LETRA C**, **Matrícula n.º 128**, do quadro de pessoal efetivo da Prefeitura Municipal de Tabatinga, lotado na Secretaria Municipal de Obras, a sua companheira a **Sra. Sirley Carvalho Marques (conforme processo n.º 060139087.2023.8.04.7300)**, com proventos mensais no valor de **R$ 3.597,57 (Três mil, quinhentos e noventa sete reais e cinquenta e sete centavos).**

VALOR DO BENEFÍCIO - Com fundamento no Art. 40, § 7.º da C.F. c/c art. 7.° da EC 41/03 (Redação anterior à EC 103/2019). Provento Integral – Com Paridade. Última Remuneração ou Provento **- R$ 3.597,57 (Três mil, quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta e sete centavos).** Lei Municipal n.º 1.016/2025, Art.47 da referida lei.

NOME	CONDIÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE CESSAÇÃO	VALOR (R$)
SIRLEY CARVALHO MARQUES	COMPANHEIRA	14/02/1965	VITALÍCIA	R$ 3.597,57

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Comunique-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE TABATINGA/AM, EM 24 DE AGOSTO DE 2026.

PLÍNIO SOUZA DA CRUZ
Prefeito Municipal de Tabatinga/AM

DADO CIÊNCIA, REGISTRADO E PUBLICADO NO SERVIÇO DE DECRETO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL, NA DATA SUPRA, EM OBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO ART. 100 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TABATINGA.

BARBARA JUVENTINO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Sabrina do Nascimento Ramos
Código Identificador:C4D71289

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA - DECRETO Nº 310/GP-PMT DE 29 DE JULHO DE 2026

Na Publicação do **DECRETO Nº 310/GP-PMT DE 29 DE JULHO DE 2026,** dispõe sobre o RECONHECIMENTO DE VINCULO FUNCIONAL DE SERVIDOR TEMPORÁRIO DO MUNICÍPIO DE TABATINGA, publicado NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS no dia 30 de julho de 2026, Edição nº 4160 e Código Identificador: 070347BF.

ONDE SE LÊ:
Art. 1º - RECONHECER, o vínculo funcional temporário do senhor **SILDENEI BARREIRA BRITO**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, em regime de contrato no cargo de **Professor** nos períodos de **01.09.2005 a 31.12.2005; 01.03.2006 a 30.06.2006.**

LEIA-SE:
Art. 1º - RECONHECER, o vínculo funcional temporário do senhor **SILDENEI BARREIRA BRITO**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, em regime de contrato no cargo de **Professor** nos períodos de **01.09.2005 a 31.12.2005** em duas cadeiras**; 01.03.2006 a 30.06.2006** em duas cadeiras e de **01.07.2006 a 31.12.2006** em uma cadeira.

GABINETE DO PREFEITO DE TABATINGA/AM, EM 26 DE AGOSTO de 2026.

PLINIO SOUZA DA CRUZ
Prefeito Municipal de Tabatinga/AM

Publicado por:
Sabrina do Nascimento Ramos
Código Identificador:1324CA23

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
FESTIVAL INTERNACIONAL DE TRIBOS DO ALTO SOLIMÕES - FESTISOL REGULAMENTO 2026

REGULAMENTO DO FESTISOL			
Nome do Projeto XII Festival Internacional de Tribos do Alto Solimões - FESTISOL			
Período de Realização 27 a 30 de agosto de 2026	Local de Realização Centro Cultural - Onçódromo	Cidade Tabatinga	Estado Amazonas

CAPÍTULO I - DO OBJETIVO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO.
Art. 1º - Este Regulamento tem por finalidade estabelecer normas para o Festival Internacional de Tribos do Alto Solimões - FESTISOL que ocorrerá nos dias 27, 28, 29 e 30 de agosto de 2026, conforme regulamentado pela Lei Municipal n° 574/2010.
§1º. Será realizado pela Prefeitura Municipal de Tabatinga com a participação das Associações Onça Pintada e Onça Preta, que administrará o apoio logístico, operacional, administrativo e financeiro de todo o evento.
§2°. Os objetivos primordiais são:
I- Promover a cultura regional e estimular o espírito criativo do povo tabatinguense;
II- Valorizar a diversidade etnocultural dos povos da região;
III- Defender e estimular o conceito ambiental e uso sustentável da biodiversidade na Amazônia;
IV- Reger a disputa entre as duas Associações Onça Pintada e Onça Preta.

CAPÍTULO II - DA COMISSÃO ORGANIZADORA.
Art. 2º - A Comissão Organizadora será composta por:
I. COMISSÃO GERAL
I - 01 (um) Presidente da Comissão Organizadora Cultural;
II - 01 (um) Vice-Presidente da Comissão Organizadora;

III - 01 (um) Secretário; e
IV - 03 (três) Responsáveis pela Supervisão Geral.
II. SUBCOMISSÕES
I - 03 (três) Subcomissão de Credenciamento, Cerimonial, Relações Públicas e Publicidade;
II - 01 (um) Subcomissão de Finanças;
III - 01 (um) Subcomissão de Logística das Atrações, Credenciamento de Veículos e Trânsito;
IV - 01 (um) Subcomissão de Segurança;
V - 03 (três) Subcomissão de Camarim, Camarote e Palco;
VI - 01 (um) Subcomissão de Saúde;
VII - 01 (um) Subcomissão de Defesa Civil;
VIII - 02 (dois) Subcomissão de Turismo e Empreendedorismo;
IX - 01 (um) Subcomissão de Assistência Social;
X - 01 (um) Subcomissão de Engenharia e Licenças;
XI - 01 (um) Subcomissão de Limpeza Pública; e
XII - 02 (dois) Comissão Jurídica.

Art. 3º - Os membros desta Comissão Organizadora terão a atribuição de providenciar e coordenar toda a Logística Administrativa, Financeira e Operacional, do XII Festival Internacional de Tribos do Alto Solimões - FESTISOL, na forma devidamente ajustadas entre as partes.

CAPÍTULO III - DA COMISSÃO JULGADORA.
Art. 4° - A Comissão Julgadora será composta de:
I - 01 (um) Presidente;
II - 01 (um) Vice-Presidente;
III - 01 (um) Secretário; e
IV - 05 (cinco) jurados.
§1°. Cada Associação Folclórica deverá indicar 02 (dois) representantes com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a Comissão Julgadora, devendo ser comunicado por meio de ofício ao Presidente da Comissão Organizadora, até 03 (três) dias antes do início do Festival Internacional de Tribos do Alto Solimões – FESTISOL.
§2°. Em caso de substituição de representante das Associações Folclóricas, pelo fato de alguma complicação extrema de saúde, deverá ser oficializado pelos presidentes das Associações.

Art. 5° - Ao Presidente da Comissão Julgadora competem as seguintes atribuições:
Parágrafo Único. Providenciar e coordenar a logística do processo julgador;
a) Possuir infraestrutura adequada para hospedar 05 (cinco) pessoas (Jurados);
b) De ser obrigatoriamente apartamentos, local seja para uso restrito e exclusivo dos Jurados, não sendo permitido o seu compartilhamento com terceiros ou hóspedes;
§1º. Providenciar os malotes, lacres e demais materiais constantes no Art. 29 deste Regulamento;
§2º. Receber e submeter a julgamento pelos cinco Jurados, todos os recursos interpostos pelas Associações, aplicando ou não as penalidades previstas neste Regulamento; e
§3º. Lavrar a decisão do colegiado de jurados, circunstanciada e fundamentada de acordo com este Regulamento, sobre todas as decisões.

CAPÍTULO IV - DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS JURADOS.
Art. 6º - Serão indicados pela Comissão Organizadora, até 15 dias antes do início do Festival, para captação e seleção de Jurados.
a) A escolha será feita segundo seleção e análise dos currículos de pessoas de renome regional, com comprovada atuação nas manifestações folclóricas e culturais brasileiras;
c) Não será permitida a participação de Jurados que tenham atuado em Festivais anteriores, bem como profissionais com vínculos ou parentesco com as Associações Folclóricas ou que residem no município de Tabatinga-AM.

CAPÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES DOS JURADOS.
Art. 7º - Para cada apresentação haverá um caderno de votação com uma folha para cada item a ser julgado, por cada Jurado, contendo os critérios para julgamento e nota, que após a votação será colocado em envelope e rubricado pelo Jurado, um fiscal de cada Associação e o Presidente da Comissão Julgadora sendo depositado no malote, que receberá o lacre definitivo devidamente rubricado por todos os membros da Comissão Julgadora logo após o encerramento da apresentação da última Associação, por noite.

Art. 8º - Os malotes, depois de lacrados serão entregues pelos membros da Comissão Julgadora, na presença dos representantes das Associações Folclóricas, ao Comandante do 8° Batalhão de Polícia Militar de Tabatinga-AM ou representante designado, que ficará responsável pela sua guarda e inviolabilidade até a entrega para o Presidente da Comissão Julgadora, no dia e hora da Apuração, constantes neste Regulamento.

Art. 9º - Os Jurados, no desempenho de suas funções, assumem comportamento de juízes, devendo primar pela isenção e procurando agir com sabedoria, imparcialidade e justiça, aplicando fielmente este Regulamento e ficam:
§1°. Obrigados a:
a) Chegar diariamente ao "Onçódromo", no mínimo 30 (trinta minutos) antes do início da primeira apresentação;
b) Permanecer nas suas cabines até o encerramento dos espetáculos e da votação, salvo se acompanhados por representantes da Comissão Julgadora;
c) Assinar o Termo de Ciência do Regulamento, que regerá a disputa do Festival Internacional de Tribos do Alto Solimões;
d) No campo Justificativa, o Jurado deverá obrigatoriamente descrever uma breve justificativa para as notas abaixo de 10; e
e) Não poderá deixar notas em branco.
§2°. Impedidos de:
a) Se ausentarem das cabines e do local onde estiverem hospedados, salvo com a concordância da Comissão Julgadora;
b) Fazer qualquer consulta a outro membro do júri durante a apresentação;
c) Contatar reservadamente com os presidentes e/ou representantes das Associações concorrentes, e em qualquer hipótese com autoridades pública e imprensa;
d) Receber qualquer tipo de objeto, adereço, souvenir e etc., de qualquer item, a qualquer tempo, exceto material impresso contendo roteiro do espetáculo; e
e) Consumir bebidas alcóolicas durante os dias de apresentação das Associações.
§3º. Caso alguma Associação seja detentora de prova material, acerca de cometimento de infringência ao presente artigo, por parte de qualquer um dos Jurados, poderá oferecer impugnação escrita, narrando o fato alegado e instruído com as provas materiais, entregue a cada dia de apresentação ao Presidente da Comissão Julgadora, devidamente rubricados pelos representantes das associações, no mesmo prazo do que trata o Art. 12 e seus parágrafos deste regulamento e endereçado ao Presidente da Comissão Julgadora, a quem incumbirá apresentar o resultado do julgamento antes da abertura dos envelopes de notas. A procedência da impugnação implicará no cancelamento das notas julgadas pelo Jurado infrator, referente a todas as noites de apresentação. Não caberá recurso das decisões da Comissão Julgadora.

CAPÍTULO VI – DAS IMPUGNAÇÕES.
Art. 10 - As impugnações deverão ser apresentadas em 03 (três) vias, pelos representantes credenciados das Associações, ao Presidente da Comissão Julgadora na mesma noite em que ocorrer o fato gerador, até 60 (sessenta) minutos após a apresentação da Associação concorrente, sendo imediatamente apresentado aos fiscais da Associação impugnada.
§1º. Os representantes da "Onça" impugnada serão notificados para apresentar defesa por escrito, no período de 08h às 09h do dia seguinte, na recepção do hotel Takana, sob pena de preclusão.
§2º. A "Onça" Impugnada será considerada notificada, mediante recebimento pelos seus fiscais da segunda via de impugnação, dentro do prazo fixado no caput deste artigo. Decorrido o prazo sem a notificação pessoal por ausência da parte impugnada, bastará à notificação feita ao membro da Associação impugnada pelo Presidente da Comissão Julgadora, com efeitos para todos os fins previstos neste Regulamento.
§3º. As impugnações serão decididas pela Comissão Julgadora.

§4º. De cada decisão será lavrado ato circunstanciado da Comissão Julgadora constando o resultado, que, em envelope lacrado será rubricado pelos componentes da Comissão Julgadora, o qual só poderá ser conhecido quando da apuração dos resultados do festival.

CAPÍTULO VII - DO APRESENTADOR

Art. 11 - Cada Associação terá seu apresentador oficial, com a responsabilidade de fazer a apresentação da "Onça", sendo defeso elogiar, ofender ou provocar por palavras, gestos ou qualquer outro meio à Associação contrária, autoridades civis, militares e eclesiásticas sob pena da aplicação de punição com perda de 02 (dois) pontos no item APRESENTADOR, referente à data da infração.

Art. 12 - As Associações devem utilizar apenas 01 (um) Apresentador oficial por noite, devendo ser o mesmo para as 02 (duas) noites de espetáculo, ressalvados os casos de impedimentos devidamente comprovados e em concordância entre a Comissão Julgadora e Associações.

CAPÍTULO VIII - DO TEMPO DA APRESENTAÇÃO.

Art. 13 - As Associações terão o tempo mínimo de 02h (duas horas) e o tempo máximo de 02h15 (duas horas e trinta minutos), para cada apresentação nos dois dias de festival, incluindo o tempo utilizado pelo apresentador.

§1º. A contagem do tempo oficial das apresentações das "Onças" será feita pelo Presidente da Comissão Julgadora.

§2º. Para os fins deste Regulamento, a primeira noite de apresentações das Onças, a realizar-se no dia 27 de agosto de 2026, deverá ter sua apresentação iniciada impreterivelmente às 19h, assim como a segunda noite de apresentações das Onças, a realizar-se no dia 29 de agosto de 2026, deverá ter sua apresentação iniciada impreterivelmente às 19h.

§3º. O horário estabelecido neste artigo refere-se ao início efetivo da apresentação das Onças, não sendo considerado, para esse fim, o horário de abertura dos portões, cerimônias, atos protocolares ou quaisquer atividades preliminares.

§4º. Encerrada a primeira apresentação da noite, será concedido intervalo oficial de 30 (trinta) minutos, devendo a apresentação do segundo concorrente iniciar-se imediatamente após o término do referido intervalo, observando-se o mesmo tempo de duração do espetáculo estabelecido para o primeiro concorrente.

§5º. O intervalo de 30 (trinta) minutos será contado a partir do encerramento efetivo da apresentação do primeiro concorrente, sendo obrigatória a observância do prazo estabelecido para o início da apresentação do concorrente subsequente.

§6º. Considera-se como início da apresentação de cada Associação o início da contagem do tempo no cronometro constante no telão.

§7º. As torres de som e iluminação sobre a cabine dos jurados ou outros lugares, terão uso comum para sonorização e para a iluminação cênica das Onças.

§8º. A infração a qualquer dos parágrafos 2°, 3° e 4°, deste artigo, resultará na perda de 01 (um décimo) automaticamente, para cada minuto ultrapassado, em relação ao tempo máximo e para cada minuto antecipado em relação ao tempo mínimo, conforme ata do Presidente da Comissão Julgadora.

Art. 14 - Somente no caso de interrupção de energia elétrica, de som, ou por invasão da arena por populares, ausência de jurados, mau tempo (chuva) ou qualquer outro obstáculo que impeça ou coloque em risco a segurança pessoal dos brincantes efetivamente a realização do espetáculo ou sua interrupção nos horários previstos, reconhecidos formalmente pela Comissão Organizadora, as Associações poderão realizar as suas apresentações fora do horário inicial previsto, sem prejuízo da pontuação.

§1º. Fica concedido o tempo de 30 (trinta) minutos, contado da solução formal do impedimento, para que a Associação Folclórica dê início à apresentação do dia.

§2°. Se os fatos previstos no caput deste artigo ocorrerem no curso do espetáculo, este será suspenso e seu reinício dar-se-á em até 30 (trinta) minutos após haver sido resolvido plenamente o problema, sem prejuízo para a Associação que estiver se apresentando.

§3°. Não resolvido o impasse dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, a pontuação dos dois será anulada.

CAPÍTULO IX - DOS ITENS DE VOTAÇÃO.

Art. 15 - Para o julgamento das Associações, serão rigorosamente observados, a cada dia do espetáculo, os 19 (dezenove) Itens descritos no caderno de votação.

Art. 16 - A nota mínima a ser conferida por cada Jurado em cada item é 09 (nove) e a máxima é 10 (dez), podendo ser fracionada na forma decimal, e deve ser lançada na folha de votação, numericamente e por extenso.

§1º. Caso haja omissão nos lançamentos das notas numéricas e por extenso, será feita a média das notas atribuídas pelos demais jurados. Caso o julgador tenha omitido o lançamento apenas de uma das notas, numérica ou por extenso, será considerada a nota preenchida (numérica ou por extenso).

§2º. Caso haja rasura no lançamento das notas numéricas será atribuída a nota escrita por extenso. Caso haja rasura no lançamento da nota escrita por extenso será atribuída a nota numérica. Caso as notas numéricas e a por extenso estejam rasuradas será desconsiderada e feito a média dos demais jurados.

§3º. Caso haja divergência entre a nota numérica e por extenso, prevalecerá a média das notas atribuídas pelos demais jurados naquele item.

§4º. Os itens de votação serão levados ao conhecimento dos jurados através do Apresentador Oficial de cada Associação.

§5º. A onça que deixar de apresentar qualquer item constante no caderno de Votação será lhe atribuída, para efeito de apuração, a nota 0,0 (zero).

Art. 17 - O direito de voto é exclusivo dos Jurados.

CAPÍTULO X - DOS REPRESENTANTES (FISCAIS).

Art. 18 - Cada Associações nomeará 4 (quatro) representantes (fiscais) por correspondência endereçada à Comissão Organizadora do Festival, até às 03 (três) dias que antecede ao início das apresentações, para acompanhamento direto junto a essa Comissão.

Parágrafo Único - O descumprimento deste artigo acarretará à Associação faltosa a penalidade prevista no Art. 30, na noite geradora do fato.

Art. 19 - É competência dos representantes (fiscais):

a) Fiscalizar a atuação da Comissão Julgadora;

b) Verificar se o material de votação está em ordem, antes de ser iniciado o julgamento;

c) Fazer impugnações sob qualquer irregularidade que verificar no curso da apresentação e votação, consignando suas razões por escrito;

d) Não permitir que o caderno de votação seja retirado do local do julgamento, antes do lacre do malote receptor dos mesmos;

e) Assinar, juntamente com os membros da Comissão Julgadora, as folhas de votação, antes do início das apresentações;

f) Assinar o lacre do malote receptor dos cadernos de votação, rubricando-a, juntamente com os Jurados;

g) Receber as notificações de impugnações da sua Associação;

h) Praticar todos os demais atos inerentes à sua função.

Art. 20 - Os fiscais não poderão interferir na votação e nem presenciar a prática do voto pelos jurados, podendo ser impedido de atuar pelo presidente da Comissão Julgadora, nos casos contrários.

CAPÍTULO XI - DA APURAÇÃO.

Art. 21 - O Presidente da Comissão Julgadora será responsável pela apuração dos resultados do Festival Internacional de Tribos do Alto Solimões. Cabe à Comissão Julgadora:

§1º. Providenciar local e equipamentos para o processo de apuração no Onçódromo;

§2º. Fornecer os mapas e planilhas de apuração;

§3º. Credenciar os representantes de cada Associação; e

§4º. Julgar a cada noite a impugnação de Jurado (a).

Art. 22 - Cada Associação concorrente indicará 02 (dois) representantes devidamente credenciados (delegado de apuração), que exercerão as funções de representante (fiscal) específico para o ato. Fica franqueada a livre participação dos Presidentes das Associações, sem prejuízo das funções conferidas ao delegado de apuração.

§1º. A apuração será feita às 16h (dezesseis horas) do dia 30 de agosto de 2026, no Onçódromo.
§2º. Antes do início da apuração serão divulgadas as atas contendo as decisões sobre as impugnações apresentadas por cada Associação, cujas decisões não cabem qualquer recurso, em qualquer esfera. Em seguida serão lidas as notas dadas para cada item por cada Jurado, em cada noite de apresentação.
§3º. Concluída a apuração, o Presidente da Comissão Julgadora proclamará a Onça Campeã e a Onça Vice-Campeã do Festival Internacional de Tribos do Alto Solimões, respectivamente, conforme o maior número de pontos obtidos, efetivando a entrega dos troféus específicos.
§4º. Em caso de empate na pontuação geral dos dois espetáculos, o Presidente da Comissão Julgadora deverá observar os seguintes critérios de desempate e proclamar como vencedora a Associação:
a) que menos teve descontos na pontuação;
b) permanecendo o empate, a que obteve a maior nota no item Organização e Conjunto Folclórico- Apoteose;
c) permanecendo o empate, a que obteve a maior nota no item Lenda Amazônica;
d) permanecendo o empate, a que obteve a maior nota no item Galera; e
e) permanecendo o empate as duas Associações serão proclamadas como campeãs.

CAPÍTULO XII - DO MATERIAL DE VOTAÇÃO.
Art. 23 - O material de votação deverá ser entregue aos jurados pelos membros da Comissão Julgadora, no recinto específico, pelo menos 20 (vinte) minutos antes da apresentação da primeira associação.

Art. 24 - O material de cada jurado, por noite, consiste no seguinte:
a) Caderno de votação;
b) Folha de papel em branco para rascunho;
c) Lápis e borracha;
d) Caneta esferográfica;
e) Envelope para acondicionar o caderno de votação constando: nome do Jurado(a) com ficha técnica e data de julgamento;
f) Roteiro de apresentação.

Art. 25 - A folha de votação que não contiver as assinaturas do Presidente da Comissão Julgadora, dos Fiscais das Associações e do Jurado será automaticamente anulada.

Art. 26 - Os lacres e os malotes serão cedidos pela Comissão Julgadora, sendo estas lacradas imediatamente após o término de cada dia de espetáculo, entregues à guarda e responsabilidade do 8º Batalhão de Polícia Militar de Tabatinga-AM.

CAPÍTULO XIII - DAS PENALIDADES.
Art. 27 - As penalidades previstas às infrações deste Regulamento será a perda de 01 (um) ponto, com exceção do parágrafo 6°, do Art. 15, que será aplicada a punição de um décimo (0,1) por minuto ultrapassado ou antecipado e do Art. 32, com a perda de 01 (um) décimo, por ocorrência, deduzida da pontuação geral.

Art. 28 - Não brincante é todo aquele que, na arena, não esteja credenciado ou com indumentária própria de cada Onça, salvo com função específica, comprovável e/ou temporário tais como: bombeiros, saúde, segurança, equipe técnica de som e luz, equipe da empresa organizadora, da imprensa e outros necessários à organização e realização do espetáculo.
§1°- A invasão de não brincante, isolado e caso de força maior, comprovado que a Onça providenciou seu impedimento de entrada ou a retirada imediata não deve ser aplicada punição;
§2° - O descumprimento do item não brincante implica a perda de um décimo (0,1) por não brincante, conforme denúncia comprovada do representante (fiscal) da onça à comissão julgadora.

Art. 29 - Cabe a Comissão Organizadora a imprensa (repórter fotográfico ou não) de televisão e rádio, que não estejam a serviço da(s) empresa(s) detentora(s) dos direitos de transmissão, deverá utilizar a área específica da imprensa, cabendo à empresa e/ou o órgão credenciador do Festival o controle e fiscalização, sob pena de suspensão do credenciamento, sem penalidades as Onças.

Art. 30 - Fica proibida a propaganda, publicidade ou qualquer outra ação de caráter comercial ou partidária, dentro da arena, camisetas e arquibancadas do Onçódromo, iniciando-se restrição 30 minutos antes do espetáculo e finalizando 30 minutos após o final do espetáculo, por parte de não patrocinador oficial, apoio e parceiros do Festival Internacional de Tribos do Alto Solimões, sob pena da perda de 01 (um) ponto para cada ação aqui definida. Ressalvado os casos de camisetas, bonés, faixas e banner que forem informados formalmente por escrito pelas Associações (patrocinadores e apoiadores). Prazo: 03 (três) dias antes do FESTISOL.

Art. 31 - Fica proibida a utilização de músicas e canções vinculadas a outras manifestações culturais, a exemplo de boi-bumbá e ciranda, caracterizando-se como plágio a reprodução ou apropriação indevida de tais elementos.
Parágrafo único - O descumprimento do item implica a perda de (1) um ponto por reprodução da música no evento.

CAPÍTULO XIV - DOS CRITÉRIOS DE VOTAÇÃO.
Art. 32 - Os seguintes critérios a serem considerados pelos Jurados na votação:

01 – APRESENTADOR
Individual
DEFINIÇÃO: Anfitrião, Mestre de Cerimônia, Porta voz.
MÉRITOS: Domínio de arena e de público, fluência verbal, carisma, impostação sem interferência ou intervenção que dificulte a audição ou compreensão do espetáculo de voz, dicção, alegria, atenção constante no desenvolvimento do tema.
ELEMENTOS COMPARATIVOS: Indumentária e significado, voz, desenvoltura, animação.

02 – CANTOR TRIBAL
Individual
DEFINIÇÃO: Sua voz é o fio condutor para o desenvolvimento do tema.
MÉRITOS: Interpretação, afinação, dicção, timbre e técnica vocal.
ELEMENTOS COMPARATIVOS: Afinação, extensão vocal, dicção, respiração e timbre.

03 – BATUCADA TRIBAL
Coletivo
DEFINIÇÃO: Sustentação rítmica, base para o espetáculo, agrupamento de percussão que fornece um referencial rítmico indispensável às toadas.
MÉRITOS: Harmonia, cadência, ritmo, constância.
ELEMENTOS COMPARATIVOS: Harmonia, disposição de arena, ritmo, cadência.

04 – RAINHA DA BATUCADA
Individual
DEFINIÇÃO: Representante individual da batucada.
MÉRITOS: Bailado, desenvoltura e indumentária.
ELEMENTOS COMPARATIVOS: Simpatia, harmonia com a batucada, disposição de arena e ritmo.

05 – RITUAL INDÍGENA TRIBAL
Coletivo
DEFINIÇÃO: Recriação de rito fundamentado através de pesquisa, dentro do contexto folclórico regional.
MÉRITOS: Teatralização, criatividade, beleza, originalidade, alegorias e efeitos.
ELEMENTOS COMPARATIVOS: Fidelidade à canção na apresentação do ritual, desenvolvimento, beleza e encenação, observada a sua fundamentação (pesquisa/referências) dentro da folclorização regional.

06 – PORTA-ESTANDARTE TRIBAL
Individual
DEFINIÇÃO: Símbolo da Onça em movimento.
MÉRITOS: Bailado, garra, desenvoltura, simpatia, elegância e alegria.
ELEMENTOS COMPARATIVOS: Indumentária, estandarte, leveza, graça, sincronia de movimentos entre o bailado e o estandarte.

07 – MOÇA NOVA / BELA
Individual
DEFINIÇÃO: Figura que representa a transformação de menina para mulher.
MÉRITOS: Beleza, graça, desenvoltura e alegria.
ELEMENTOS COMPARATIVOS: Indumentária, movimentos, simpatia e carisma.

08 – RAINHA DO FOLCLORE
Individual
DEFINIÇÃO: Item que representa a diversidade de valores expressados pela manifestação popular e/ou fauna, flora ou condizente com o tema de cada associação.
MÉRITOS: Beleza, simpatia, desenvoltura e incorporação as suas representações.
ELEMENTOS COMPARATIVOS: Beleza, graça, movimentos, simpatia e indumentária.

09 – ÍNDIO GUERREIRO / GUERREIRO OMÁGUA
Individual
DEFINIÇÃO: Líder guerreiro que surge em momentos de conflito.
MÉRITOS: Desenvoltura e incorporação as suas representações
ELEMENTOS COMPARATIVOS: Movimentos, dança, coreografia condizente com o item e indumentária.

10 – ÍNDIA GUERREIRA / GUERREIRA OMÁGUA
Individual
DEFINIÇÃO: Guerreira e guardiã, expressa a força através da beleza.
MÉRITOS: Beleza, simpatia, desenvoltura e incorporação as suas representações.
ELEMENTOS COMPARATIVOS: Beleza, movimentos, simpatia e indumentária.

11 – CANTO (LETRA E MÚSICA)
Abstrato
DEFINIÇÃO: Suporte lítero musical do festival, elo entre a individualidade e o grupo.
MÉRITOS: Inédita e conforme o tema. Agrega elementos históricos, geográficos, culturais e sociais, desde os momentos primitivos até os nossos dias.
ELEMENTOS COMPARATIVOS: Melodia, métrica, conteúdo, interpretação, composição e harmonia.

12 – PAJÉ TRIBAL
Individual
DEFINIÇÃO: Curandeiro, hierofante, xamã, sacerdote, elo entre o mundo natural e o sobrenatural.
MÉRITOS: Expressão corporal e facial, movimentos harmônicos, domínio de espaço cênico.
ELEMENTOS COMPARATIVOS: Indumentária, originalidade, expressão, segurança, domínio de arena, encenação e coreografia.

13 – TRIBOS OU SOCIEDADES INDÍGENAS
Coletivo
DEFINIÇÃO: Grupos étnicos que compõem os povos indígenas do Brasil, dentro do contexto folclórico regional.
MÉRITOS: Sincronia de movimentos, cores e expressões cênicas e danças.
ELEMENTOS COMPARATIVOS: Sincronia, indumentária, fidelidade às raízes (dentro do contexto folclórico regional) e efeitos visuais.

14 – ALEGORIAS
Artístico
DEFINIÇÃO: Estruturas artísticas que funcionam como suporte cenográfico para apresentação.
MÉRITOS: Beleza, criatividade e originalidade.
ELEMENTOS COMPARATIVOS: Execução, funcionalidade, estética e porte.

15 – LENDA AMAZÔNICA
Artístico
DEFINIÇÃO: Ficção que ilustra a cultura dos povos indígenas da Amazônia dentro do contexto folclórico regional.
MÉRITOS: Imaginação, envolvimento, porte cenográfico, encenação, fidelidade a canção e estrutura física.
ELEMENTOS COMPARATIVOS: Encenação, originalidade e desenvolvimento.

16 – GALERA
Coletivo
DEFINIÇÃO: Elemento de apoio do espetáculo, estímulo de apresentação, massa humana que forma uma das maiores coreografias uníssona do mundo.
MÉRITOS: Alegria, energia contagiante, sincronia, garra, evolução, criatividade e empolgação.
ELEMENTOS COMPARATIVOS: Animação, calor humano, participação e sincronia.

17 – TRIBO COREOGRAFADA
Coletivo
DEFINIÇÃO: Todos os movimentos de dança apresentados durante o espetáculo.
MÉRITOS: Dinâmica, criatividade nos movimentos, ritmo e sincronia.
ELEMENTOS COMPARATIVOS: Expressividade do movimento, sincronia e criatividade.

18 – ORGANIZAÇÃO E CONJUNTO FOLCLÓRICO - APOTEOSE
Coletivo
DEFINIÇÃO: Reunião de itens individuais, artísticos e coletivos embasados no conteúdo do espetáculo, e, por sua vez, dispostos organizadamente na arena de apresentação.
MÉRITOS: Disposição em que se encontram suas diversidades (tribos, Itens individuais, etc.), harmonia, liberdade de movimentos na arena e tempo compatível.
ELEMENTOS COMPARATIVOS: Indumentária, alegria pertinente ao conteúdo do espetáculo, diversidade de estrutura e fantasia com fidelidade ao tema.

19 – ONÇA (EVOLUÇÃO)
Parágrafo Único - A apresentação da Onça (Evolução) será obrigatória para todas as associações folclóricas participantes. Excepcionalmente na edição de 2026, o item não será objeto de avaliação nem de pontuação, considerando a inexistência de critérios técnicos padronizados para seu julgamento.

CAPÍTULO XV – DA PREMIAÇÃO
Art. 33. Serão conferias as seguintes premiações:
I – Primeiro Lugar:
a) Troféu; e
b) R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).
II – Segundo Lugar:
a) Troféu; e
b) R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).
Parágrafo Primeiro – O pagamento da premiação em dinheiro será realizado até o dia 22/09/2026, e no momento da divulgação da Associação vencedora do FESTISOL será entregue um cheque simbólico;
Parágrafo Segundo – Em caso de empate as duas Associações recebem a premiação do primeiro lugar.

CAPÍTULO XVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 34 - Será penalizada no item correspondente, a "Onça" que através de seu Apresentador, Animador, suas canções, versos ou dos seus representantes oficiais, atentar contra o pudor e a moral pública, fizer alusão a partidos políticos ou candidatos a cargos eletivos, a título de propaganda, referencias político-partidárias, elogios e ofensas a qualquer pessoa ou entidade, ou ainda, alusões depreciativas às crenças religiosas, às autoridades civis, militares e eclesiásticas, aos poderes constituídos ou seus representantes.
Parágrafo Único - É permitida a apresentação de canções de desafio sem ofensa à pessoa humana.

Art. 35 - Fica expressamente proibida a utilização pelas torcidas das "Onças" de instrumentos eletrônicos sonoros, que interfiram negativamente no espetáculo, assim como gestos, acenos ou faixas

ofensivas à Associação oposta, com a penalidade prevista de 01 (um) décimo, na noite geradora do fato.

Art. 36 – Será penalizado qualquer integrante das agremiações (item, torcedor, diretoria, brincantes, etc.) que atentar contra a integridade moral e/ou física de qualquer membro da comissão organizadora ou julgadora do evento, podendo ficar a depender da gravidade da ofensa, vetada sua participação no Festival do ano seguinte, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Art. 37 - A cor padrão da Associação "Onça Preta" é AZUL, e da "Onça Pintada" é VERMELHA.
Parágrafo Único - É expressamente proibido o uso da cor de uma "Onça" por outra, salvo em casos excepcionais, como em alegorias ou situações que comprovadamente tenham que utilizar a cor oficial de outra Associação, com a penalidade prevista no Art. 27, no item correspondente.

Art. 38 - Relativamente aos itens de julgamento serão observados os seguintes critérios, por noite de espetáculo:
I- Número de brincantes: 550 (mínimo);
II- Itens individuais: apresentador, cantor tribal, porta-estandarte tribal, rainha da batucada, moça nova/bela, rainha do folclore, índio e índia guerreira / guerreiro e guerreira Omágua, pajé e onça, devem ser representados individualmente.
II- Batucada Tribal: no mínimo de 120 (cento e vinte) integrantes;
IV- Ritual Indígena Tribal: 01 (um) ritual;
V- 01 (uma) Tribo Coreografada;
VI- 01 (uma) Lenda Amazônica;
VII- 02 (duas) Alegorias (mínimo).
Parágrafo Único - A Associação que apresentar número inferior aos estabelecidos neste artigo será penalizada de acordo com o previsto no Art. 27, no item correspondente, na noite do fato gerador.

Art. 39 - Não será permitida a utilização de:
I- Cabo de aço ou qualquer outro material sobre a arena, ligando os extremos das arquibancadas, durante as apresentações das Associações;
II- Fogos de artifícios quentes (outdoor) dentro das dependências do Onçódromo. A partir da área externa do Onçódromo os mesmos só poderão ser usados em distância mínima fixada por laudo técnico expedido pelo Corpo de Bombeiros à Comissão Organizadora, até 2 (dois) dias antes do evento.
III - Bombas acima de 05 (cinco) polegadas;
IV- "COSPE FOGO", fazendo uso de qualquer substância inflamável. Qualquer elemento em combustão.

Art. 40 - Será permitida a utilização de fogos de artifícios frios indoor nas apresentações dentro da arena do Onçódromo, desde que tenha um laudo técnico expedido pelo Corpo de Bombeiros à Comissão Organizadora.
Parágrafo Único - A Associação que infringir os artigos 37 e 38 será punida com a perda de 01 (um) ponto.

Art. 41 - A ordem de apresentação das "Onças" para as duas noites (27 e 29 de agosto de 2026), coordenado e homologado pela Comissão Julgadora e pelos dois Presidentes das Associações, mediante sorteio.
27/08 - Primeira Apresentação - Onça Preta
Segunda Apresentação - Onça Pintada
29/08- Primeira Apresentação - Onça Pintada
Segunda Apresentação - Onça Preta

Art. 42 - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora e pelo Presidente da Comissão Julgadora, no âmbito de suas respectivas atribuições.

Art. 43 - Fará parte integrante deste Regulamento o Anexo:
a) Anexo I - Termo de Impugnação de Jurado.

Art. 44 - Este Regulamento entrará em vigor após a sua aprovação e publicação no Diário Oficial do Município, tendo validade até 22 de setembro de 2026, podendo ser prorrogado ou revisto.

Revogam-se as disposições em contrário.

Tabatinga-AM, 12 de agosto de 2026.

JERRI ALVES GRANDES
Presidente da Comissão Organizadora

ELYJHON SILVA OLIVEIRA
Vice-Presidente da Comissão Organizadora

GLADSTON DE OLIVEIRA NEGREIROS
Presidente da Associação Onça Pintada

JANDERSON BEZERRA FELIX
Presidente da Associação Onça Preta

ANEXO I

TERMO DE IMPUGNAÇÃO

Impugnante:
Impugnado:

Causa da Impugnação:

Infringência do art. 11, §2º - Letra -, e prova material anexa como: fotos digitalizadas, fotos, filmagem ou gravações em mídias.

Tabatinga/AM, de de .

Nome: FISCAL

Assinatura:
Associação Onça Pintada ou Onça Preta

Publicado por:
Sabrina do Nascimento Ramos
Código Identificador:6221B1CF

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE TAPAUÁ

CENTRAL DE COMPRAS, SERVIÇOS E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026 – SEMED/PMT

O **MUNICÍPIO DE TAPAUÁ - PREFEITURA MUNICIPAL**, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação conforme as especificações abaixo, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 019, de 10 de abril de 2024, do Decreto Municipal nº 020, de 10 de abril de 2024, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela LC 147/2014 e LC 155/2016, e demais alterações e legislações complementares, e as exigências estabelecidas no Edital:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 080/2026-CCSC/PMT
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA
FORMA: ELETRÔNICA
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
MODO DE DISPUTA: ABERTO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS REMANESCENTES DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DO RAMAL DO GRANDE, PROJETO PADRÃO FNDE DE 2 (DUAS) SALAS DE AULA (ID SIMEC 1108683), COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 204,06 M² (DUZENTOS E QUATRO VÍRGULA SEIS METROS QUADRADOS), A SER EXECUTADA NO ASSENTAMENTO DO INCRA, RAMAL DO GRANDE, RODOVIA AM-366, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE TAPAUÁ/AM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES

CONSTANTES DO PROJETO BÁSICO E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL - TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 202103951-1.

SESSÃO PÚBLICA
DATA: 16/09/2026
HORÁRIO: 10h (Horário de Brasília)
PLATAFORMA: [Portal LICITANET (https://licitanet.com.br/)

OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo pode ser retirado gratuitamente nos seguintes canais:
Endereço eletrônico: http://www.tapaua.am.gov.br (Portal da Transparência)
Portal LicitaNet: https://licitanet.com.br/
Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)
E-mail: licitacao.tapaua@gmail.com

Tapauá - AM, 26 de agosto de 2026.

GILMAR DA SILVA PANTOJA
Agente de Contratação

Publicado por:
Armando George Dos Santos Quemel
Código Identificador:F179F3D0

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE TEFÉ

GABINETE PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N° 067, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre a alteração do Decreto Municipal nº 178/2025, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, biênio 2025 a 2027, e dá outras providências."

NICSON MARREIRA LIMA, PREFEITO MUNICIPAL DE TEFÉ, ESTADO DO AMAZONAS, como Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 86, Inciso IV da Lei Orgânica do Município; e,

CONSIDERANDO a Lei Municipal Nº 017/2005 de 22 de dezembro de 2005, atualizada pela Lei Municipal Nº 041/2008 de 04 de Janeiro de 2008, aletrado pela Lei Municipal Nº 247/2025, de 11 de setembro de 2025, em que disciplina a criação do conselho Municipal de Assistência Social.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, nomeados por meio do Decreto Municipal nº 178/2025, para o biênio 2025–2027, conforme nova designação abaixo:

ONDE SE LÊ:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Cidadania - SEMASC.
Titular: Raimunda Monteiro Medeiros
Suplente: Patrícia Dácio Vieira da Silva

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SEMAF.
Titular: Adriana dos Santos Celestino
Suplente: Daniela Silva dos Santos

XI - Representantes do Instituto do Autismo Tefé - IDAT.
Titular: Janiele Castro Lopes
Suplente: Evely Caroline Morais Leocádia

XII - Representantes do Conselho Regional do Serviço Social - CRESS.
Titular: Erieth Martins Vasques
Suplente: Elizete Monteiro Cunha

PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Cidadania - SEMASC.
Titular: Raimunda Monteiro Medeiros
Suplente: Rosiane da Cruz Pinho

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SEMAF.
Titular: Rociene da Silva Vale
Suplente: Daniela Silva dos Santos

XI - Representantes do Instituto do Autismo Tefé - IDAT.
Titular: Janiele Castro Lopes
Suplente: Francimara Nunes de Lira

XII - Representantes do Conselho Regional do Serviço Social - CRESS.
Titular: Ilka Alves Simão
Suplente: Erieth Martins Vasques

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos e representações anteriormente publicados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 25 de agosto de 2026.

Publique-se, Certifique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TEFÉ/AM, em, 26 de agosto de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emanuel Fonseca do Nascimento
Código Identificador:E9883298

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE TONANTINS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 150/2026 - SEMAD-PMTNT.

Dispõe sobre concessão de redução de carga horaria de trabalho servidores efetivos, e dá outras providências.

O SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições legais:
CONSIDERANDO, art.73. Ao servidor público municipal fica assegurado á redução de 50% (cinquenta por cento) da carga horaria de trabalho, enquanto responsável legal por pessoa com deficiência que requeira atenção permanente.
CONSIDERANDO, o Processo n° 4961/2026-PMTNT, o parecer da PGMT/TNT nº 010/2026, o Parecer nº 001/2026-SP/PMTNT do Setor Pessoal e Parecer n° 310/2026-CI-PMTNT do Controle Interno.
RESOLVE:

Art. 1º. Concessão de 50% da redução de Carga Horaria de Trabalho, da Servidora Efetiva **MARIA ROSILENE FERREIRA PESSOA,** no cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação – SEMED, matrícula Nº82, Portadora do CPF: 750.988.492-68
Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Cumpra-se, comunique-se e publique-se.

GABINETE DO SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE TONANTINS, em 18 de agosto de 2026.

TASSYO MARLON DE OLIVEIRA DINIZ
Subsecretário Municipal de Administração

FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA
Prefeito de Tonantins

Publicado por:
Leonardo Garcia Martins
Código Identificador:0DE826A4

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE UARINI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 295/2026/PMU-GP, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 295/2026/PMU-GP, de 25 de agosto de 2026.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO, A BEM DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA, DE SERVIDORA DO QUADRO DE PESSOAL EM PROVIMENTO TEMPORÁRIO DO MUNICÍPIO DE UARINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UARINI, Estado do Amazonas, **Sr. MARCOS SOUZA MARTINS**, no uso das atribuições legais, em especial conforme o Art. 90, inciso III, combinado com o Art. 113, inciso II Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria.

- CONSIDERANDO ainda as disposições legais, previstas no artigo 37 inciso XVI, alíneas "*a*", "*b*" e "*c*" da Constituição Federal/88, e o poder de discricionariedade do administrador público, e;

- CONSIDERANDO por fim, o requerimento protocolado em 30 de julho de 2026, pelo servidor público municipal requerendo sua exoneração a pedido do cargo/função exercido pelo mesmo em provimento temporário na Prefeitura Municipal de Uarini.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, do quadro de servidores em provimento temporário da Prefeitura do Município de Uarini, a servidora abaixo qualificada:

ORD.	SERVIDOR	CARGO	MATRÍCULA	ADMISSÃO
01	Lorena da Silva Rodrigues	Farmacêutico Bioquímico	11983-9	02/02/2026

***Parágrafo único*:** Determina-se à Secretaria Municipal de Administração e ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Uarini que adote as providências necessárias para o fiel cumprimento do presente ATO.

Art. 2º - Agradecer à servidora **LORENA DA SILVA RODRIGUES** pelos serviços prestados e contribuição à Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, esta **PORTARIA** entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de agosto de 2026.

I - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UARINI/AM, aos 25 dias do mês de agosto do ano de 2026.

MARCOS SOUZA MARTINS
Prefeito do Município de Uarini

PUBLICAÇÃO:

Atesto para os fins e efeitos legais que a presente **PORTARIA DE Nº 295/2026**, foi publicada por afixação no Mural da Prefeitura em local destinado a publicação dos **ATOS** do Poder Executivo Municipal, podendo ser acessão por meio do endereço eletrônico: https://diariomunicipalaam.org.br, tudo de acordo com o Art. 111 da Lei Orgânica do Município de Uarini.

JASON JOSÉ GOMES PROTÁSIO
Secretário Municipal de Administração
Port. Nº 010/2025/PMU-GP

Publicado por:
Jason José Gomes Protásio
Código Identificador:35CF4837

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE URUCARÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ERRATA AO DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO Nº 005/2026-PMU

A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO da Prefeitura Municipal de Urucará/AM, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente **ERRATA** ao Despacho de Homologação do **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO Nº 005/2026-PMU,** conforme Publicação no Diário Oficial dos Municipios do Estado do Amazonas, no dia 12/08/2026, Edição 4169, para retificar dados a seguir:

ONDE SE LÊ:
CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, TIPO PERECÍVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCARÁ

LEIA-SE:
CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, TIPO PERECÍVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCARÁ/AM.

ONDE SE LÊ:
M THRIS C. RODRIGUES – CNPJ: 62.244.407/0001-89

LEIA-SE:
M THRIS C. RODRIGUES – CNPJ: 06.244.407/0001-89

Permanecem inalteradas as demais disposições constantes no Chamamento Público para **CREDENCIAMENTO Nº 005/2026 – PMU**

Urucará/Am, 25 de Agosto de 2026

JACQUELINE SALDANHA
Pregoeira/PMU/AM – Portaria nº 180/2026

Publicado por:
Jacqueline Neves Saldanha
Código Identificador:CB7E7A96

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E PLANEJAMENTO - SEAPLAN
DECRETO N.º 017/2007 – GPMU DE 21 DE MARÇO DE 2007.

Decreto n.º 017/2007 – GPMU de 21 de março de 2007.

Concede Pensão Vitalícia a senhora FATIMA PAES DOS SANTOS, esposa do ex-Aposentado falecido ANTONIO CARLOS COSTA SANTOS desta Prefeitura Municipal de Urucará.

O Prefeito Municipal de Urucará, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente e, tendo em vista o que determina o Art. 138 da Lei Municipal n.º 10, de 31 de julho de 1987 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Municípios de Urucará), combinado com o Art. 8º, inciso I, e 27, inciso II, letra a, da Lei Municipal n.º 02/2002;
Considerando ainda o disposto do Processo n.º 2954/2007;
DECRETA

Art. 1.º - Fica concedida Pensão Vitalícia a Senhora FATIMA PAES DOS SANTOS no valor mensal de R$ 355,00 (Trezentos e Cinqüenta e Cinco Reais), remuneração a que fazia jus o ex-aposentado ANTONIO CARLOS COSTA SANTOS, na data do seu óbito.
Art. 2º - O valor do benefício será revisto na mesma época e proporção dos reajustes concedidos aos servidores em atividades, obedecendo ao Parágrafo Único do Art. 138 do Estatuto dos Funcionários Públicos e Civis do Município de Urucará.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de abril de 2007, revogadas as disposições em contrário.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal, em Urucará 21 de março de 2007.

ANTONIO TAUMATURGO CALDAS COELHO
Prefeito Municipal

Tornado público por afixação no quadro de avisos da Prefeitura em 21 de março de 2007. Conforme Art. 85 da Lei orgânica do Município de Urucará.

ARNEI DOS SANTOS MATIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Carlos Dos Santos Ramos
Código Identificador:E6502E09

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E PLANEJAMENTO - SEAPLAN
DECRETO N.º 021/2008

Decreto N.º 021/2008
O Dr. ANTONIO TAUMATURGO CALDAS COELHO, Prefeito Municipal de Urucará, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Considerando o que estabelecem os itens VI e IX, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Urucará;
Considerando ainda o requerimento objeto do processo n.º 1821/2008;
DECRETA
Art. 1.º - Fica concedida a Aposentadoria Compulsória ao Servidor ANTONIO REIS DE OLIVEIRA, no Cargo de Vigia Noturno, conforme disposto no artigo 15, parágrafo único da Lei Municipal n.º 07 de 11 de setembro de 2007 (Urucará-Prev) e, o Art. 94, Inciso I da Lei Municipal n.º 10/87 (Estatuto dos Funcionários Públicos e Civis do Município de Urucará) em consonância com Item II, artigo 40 da Constituição Federal.
Art. 2.º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor a partir de 01 de outubro de 2008.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM URUCARÁ-AM., 22 DE SETEMBRO DE 2008.

ANTONIO TAUMATURGO CALDAS COELHO
Prefeito Municipal

Público por afixação no quadro de avisos da Prefeitura em 22 de setembro de 2008. Conforme Art. 85 da Lei Orgânica do Município de Urucará.

AMEI DOS SANTOS MATIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Carlos Dos Santos Ramos
Código Identificador:FDD26198

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E PLANEJAMENTO - SEAPLAN
DECRETO Nº 536, DE 25 DE AGOSTO DE 2025.

DECRETO Nº 536, DE 25 DE AGOSTO DE 2025.

Dispõe sobre a Implementação da Educação em Computação no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Urucará - AM, em conformidade com a BNCC computação e as diretrizes operacionais nacionais, e dá outras providências.

O (A) **PREFEITO (A) DO MUNICÍPIO DE URUCARÁ,** Estado do Amazonas, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos **arts**. 205, 206, 210, 211 e 214 da Constituição Federal, que estabelecem os princípios e diretrizes da educação nacional, incluindo a garantia de padrão de qualidade e a fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental;

CONSIDERANDO o art. 11, inciso III, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), que incumbe os Municípios de baixar normas complementares para o seu sistema de ensino; e o art. 26, da mesma Lei, que dispõe que os currículos da educação básica devem observar a Base Nacional Comum Curricular – BNCC;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, em especial o disposto no art. 22, que prevê a possibilidade de complementação de computação na BNCC; E o Parecer CNE/CEB nº 2, de 17 de fevereiro de 2022, homologado pelo Ministério da Educação em 30 de setembro de 2022, que aprovou as normas sobre Computação na Educação Básica como Complemento à BNCC;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 1, de 4 de outubro de 2022, que define as normas sobre Computação na Educação Básica – Complemento à BNCC;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital – PNED, estruturada nos eixos de Inclusão Digital, Educação Digital Escolar, Capacitação e Especialização Digital, e Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação;

CONSIDERANDO a Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a restrição do uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais em estabelecimentos de ensino da educação básica, ressalvadas as exceções para fins pedagógicos, acessibilidade e condições de saúde;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular da Educação Digital e Midiática, determinando a adequação dos currículos e a implementação efetiva;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a inclusão digital, o letramento computacional e a cidadania digital dos estudantes da rede municipal de ensino, em consonância com os princípios da equidade, da qualidade e da formação integral;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o desenvolvimento de competências externas ao pensamento computacional, mundo digital e à cultura digital e aos direitos de aprendizagem na era digital,

CONSIDERANDO que o Município adota como Base Curricular o Referencial Curricular do Estado do Amazonas, já alinhado à BNCC Computação, competindo à Rede Municipal de Ensino assegurar sua implementação nas unidades escolares;

DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º: Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, a Educação em Computação, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular, suas normas complementares e o Referencial Curricular do Estado do Amazonas adotado pelo Município.

Parágrafo Único: As disposições deste Decreto aplicam – se a todas as unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino, abrangendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais –, e as modalidades da Educação de Jovens e Adultos – EJA, quando ofertadas pelo Município.

Art. 2º: A implementação de que trata este Decreto observará a legislação federal, as normas do Conselho Nacional de Educação referenciadas no preâmbulo deste ato e o RC adotado pelo Município.

Art. 3º: Para os fins deste Decreto, entende – se por Educação em Computação o conjunto integrado de conhecimentos, habilidades e práticas pedagógicas organizadas nos eixos estruturantes definidos no Capítulo II.

Art. 4º: São objetivos da implementação de que trata este Decreto:
I – Integrar ao currículo da Rede Municipal de Ensino as competências e habilidades previstas no Complemento à BNCC referente à Computação, organizadas nos eixos de Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital;

II – Promover a Educação Digital e Midiática como componente obrigatório do currículo, em conformidade com as Diretrizes Operacionais estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 2/2025;
III – Assegurar o desenvolvimento do pensamento computacional, do letramento digital e da cidadania digital dos estudantes, de forma progressiva e adequada a cada etapa da educação básica;

IV – Garantir a formação inicial e continuada dos profissionais da educação para atuação nas áreas de Computação;

V – Promover a infraestrutura tecnológica adequada para a implementação das atividades pedagógicas relacionadas à Computação e à Educação Digital;

VI – Regulamentar o uso pedagógico de dispositivos digitais nos espaços escolares, em consonância com a Lei nº 15.100/2025 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2025;

VII – assegurar a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, nos termos do ECA Digital (Lei nº 15.211/2025 e Decreto nº 12.880/2026);

CAPÍTULO II
DOS EIXOS ESTRUTURANTES DA EDUCAÇÃO EM COMPUTAÇÃO

Art. 5º: A Educação em Computação da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular e as Diretrizes Nacionais para o ensino de Computação, está organizada nos seguintes eixos estruturantes:

I – Pensamento Computacional: compreende a capacidade de mobilizar fundamentos da Computação para formular e resolver problemas de forma criativa, lógica e crítica, envolvendo abstração, decomposição, reconhecimento de padrões e construção de algoritmos;

II – Mundo Digital: abrange a compreensão sobre o funcionamento das tecnologias digitais, incluindo hardware, software, redes de computadores, Internet, sistemas de informação, Inteligência Artificial e segurança digital;

III – Cultura Digital: refere-se às práticas, costumes e formas de interação social mediadas por tecnologias digitais, abrangendo reflexões sobre ética, cidadania digital, letramento midiático, direitos autorais, proteção de dados pessoais e impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos das tecnologias.

IV – Letramento Digital: promoção de habilidades para utilizar e compreender ferramentas digitais no cotidiano e no ambiente escolar.

Parágrafo Único: Os eixos de que trata o *caput* devem ser desenvolvidos de forma integrada, articulada e progressiva, respeitadas as especificidades de cada etapa e modalidade da educação básica ofertada pela Rede Municipal de Ensino.

Art. 6º: Os eixos estruturantes de que trata o art. 5º devem ser desenvolvidos de forma progressiva, observadas as seguintes diretrizes por etapa:

I – Educação Infantil:
a) o uso de telas e dispositivos digitais não é recomendado como regra geral, devendo ocorrer apenas em caráter absolutamente excepcional e com mediação docente;
b) devem ser priorizadas atividades de computação desplugada, de caráter lúdico, integradas aos Campos de Experiência, por meio de brincadeiras, jogos e interações que desenvolvam noções de algoritmos, sequenciamento, padrões e resolução de problemas com objetos concretos e movimentos corporais;
c) as atividades devem respeitar os tempos, os ritmos e as singularidades de cada criança, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

II – Ensino Fundamental – Anos Iniciais:
a) o uso de dispositivos digitais deve ser equilibrado e restrito, de modo a não comprometer o desenvolvimento de outras habilidades essenciais, especialmente as de alfabetização e letramento;
b) devem ser desenvolvidas atividades que consolidem o pensamento computacional por meio de algoritmos simples, organização e representação de dados, resolução de problemas lógicos e introdução ao mundo digital;
c) a abordagem deve ser preferencialmente transversal, integrada aos componentes curriculares já existentes;

III – Ensino Fundamental – Anos Finais:
a) a Computação deve ser ofertada preferencialmente como componente curricular específico, podendo adotar denominação de "Educação Digital e Midiática", "Computação" ou outra equivalente, a critério da Secretaria Municipal de Educação;
b) os conteúdos devem incluir programação visual e textual, lógica booleana, estruturas de dados, cidadania digital, literacia midiática e reflexões sobre ética no ambiente digital;
c) deve-se promover a integração ao estudante e a participação social por meio de projetos que utilizem tecnologias digitais;

§1º A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações pedagógicas complementares para a implementação das competências e habilidades previstas na BNCC Computação, em consonância com o referencial curricular adotado pelo Município.

§2º Na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, quando ofertada pelo Município, as habilidades e competências devem ser adequadas ao perfil dos estudantes, priorizando a inclusão digital, o letramento tecnológico e a cidadania digital.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 7º A integração da Educação em Computação ao currículo da rede municipal de ensino adotará abordagem diferenciada conforme a etapa e a modalidade de oferta, observadas as Diretrizes Operacionais da Resolução CNE/CEB n.º 2/2025.
Seção I – Do Ensino em Tempo Integral
Art. 8º: Nas unidades escolares que ofertam educação em tempo integral, a Computação será implementada como componente curricular específico, com carga horária própria, integrada ao currículo escolar.

Art. 9º O componente curricular de Computação deverá:
I – Possuir objetivos de aprendizagem definidos por etapa de ensino;
II – Apresentar progressão de habilidades ao longo da escolaridade;
III – Ser ofertado de forma contínua e sistemática;
IV – Integrar-se aos demais componentes curriculares por meio de projetos interdisciplinares;

Art. 10: A carga horária mínima será definida pela Secretaria Municipal de Educação, respeitando:

I – A matriz curricular vigente;
II – A ampliação da jornada escolar;
III – A viabilidade pedagógica e estrutural da rede;

Seção II – Do Ensino Regular
Art. 11: Nas unidades escolares de **ensino regular (tempo parcial)**, a Educação em Computação será desenvolvida de forma **transversal e integrada** aos componentes curriculares.

Art. 12: A abordagem transversal deverá:
I – Ser incorporada aos planos de ensino das diferentes áreas do conhecimento;
II – Promover o desenvolvimento do pensamento computacional em atividades pedagógicas;
III – Utilizar metodologias ativas e resolução de problemas;
IV – Articular-se com práticas de cultura digital e uso crítico da tecnologia;

Seção III Disposições Comuns
Art. 13: As unidades educacionais deverão adequar seus Projetos Político-Pedagógicos, planos e práticas pedagógicas às disposições deste Decreto, observadas as diretrizes da BNCC e o Referencial Curricular adotado.

Art. 14: A Secretaria Municipal de Educação poderá, mediante ato fundamentado, autorizar a adoção de abordagem diversa da prevista nas Seções I e II deste Capítulo, quando as condições pedagógicas e estruturais da unidade escolar assim o justificarem.

CAPÍTULO IV
DO PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO

Art. 15: Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – Elaborar orientações pedagógicas complementares para implementação da BNCC Computação;
II – Definir matriz de habilidades por etapa de ensino;
III – Disponibilizar materiais pedagógicos de apoio;
IV – Garantir infraestrutura mínima para implementação;

Art. 16: As unidades escolares deverão:
I – Inserir a Computação em seus Projetos Político-Pedagógicos (PPP);
II – Planejar ações pedagógicas integradas;
III – Registrar e acompanhar o desenvolvimento das habilidades;
IV – Promover práticas interdisciplinares;

CAPÍTULO V
DA FORMAÇÃO DOCENTE

Art. 17: A Secretaria Municipal de Educação elaborará e implementará estratégias de formação continuada para professores, funcionários, demais profissionais da educação e equipes de gestão escolar que atuam na Educação Básica para a área de Computação, que deverá contemplar:
I – Capacitação específica em pensamento computacional, mundo digital e cultura digital, alinhada aos eixos estruturantes da BNCC Computação;

II – Formação em metodologias ativas para o ensino de Computação, incluindo computação desplugada, programação, robótica educacional e uso pedagógico de Inteligência Artificial;

III – Orientação sobre literacia midiática, combate à desinformação, proteção de dados pessoais e segurança digital;

IV – Capacitação sobre a legislação aplicável, incluindo o ECA Digital, a Lei nº 15.100/2025 e as diretrizes da Resolução CNE/CEB nº 2/2025;

V – Formação de professores multiplicadores e tutores para atuar como referência em suas unidades educacionais;

VI – Parcerias com instituições de ensino superior, institutos federais de educação e organizações especializadas para oferta de programas de formação;
§ 1º A formação continuada deverá contemplar, obrigatoriamente, conteúdos e práticas sobre o uso consciente e responsável de dispositivos digitais pelos próprios profissionais da educação, de modo a zelar pelo exemplo e pela adequada mediação do uso em sala de aula na presença dos estudantes;

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação deverá designar, em cada unidade educacional, ao menos um profissional de referência para a área de Educação em Computação, que receberá formação prioritária e atuará como multiplicador;

CAPÍTULO VI
DA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Art. 18: A implementação da Educação em Computação será acompanhada por meio de:
I – Indicadores de aprendizagem;
II – Registros pedagógicos;
III – Avaliações diagnósticas e formativas;
IV – Relatórios periódicos das unidades escolares;

Art. 19: A Secretaria Municipal de Educação instituirá mecanismos de monitoramento e avaliação contínua da política;

Art. 20: Fica instituído o Grupo de Trabalho (GT) para Implementação da Educação em Computação, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, com as seguintes atribuições:

I – Coordenar a adequação das propostas pedagógicas e instrumentos curriculares às Diretrizes da BNCC Computação;
II – Coordenar a implementação, no âmbito da rede municipal, das competências e habilidades de Computação previstas na BNCC e no RC adotado pelo Município;
III – Propor Formação Continuada de que trata o art. 17 deste Decreto;
IV – Articular-se com o Conselho Municipal de Educação – CME para validação e aprovação das propostas curriculares;
V – Monitorar a implementação nas unidades educacionais e elaborar relatórios periódicos de acompanhamento;
VI – Propor ajustes e aprimoramentos às estratégias de implementação, com base nos dados de monitoramento;
VII – articular parcerias com instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil e setor privado para apoio à implementação;

Art. 21: O Grupo de Trabalho (GT) será composto servidores (as) Profissionais da Educação:

I – Representante da Secretaria Municipal de Educação;
II – Representante da Supervisão Geral Municipal;
III – Representante da Coordenação Pedagógica Municipal;
IV – Representante da Educação em Tempo Integral - ETI
V Representante da Educação do Campo
VI Representante do Atendimento Educacional Especializado (AEE)
VII Representante da Educação de Jovens e Adultos – EJA
VIII Representante das Comunicações Educacionais;
IX Representantes das Tecnologias Educacionais;
X Representantes dos (as) orientadores (as) escolares;
XI Representantes dos Professores com Práticas Inovadoras;
XII Representantes dos (as) gestores (as) escolares;

§ 1º Os membros do GT serão designados por ato do (a) Secretário (a) Municipal de Educação, constituído através de Portaria;
§ 2º O GT poderá convidar especialistas, representantes de instituições de ensino superior e de organizações da sociedade civil para colaborar em seus trabalhos;
§ 3º A participação no GT é considerada serviço público relevante, não remunerado;
Art. 22 A Secretaria Municipal de Educação realizará, ao menos anualmente, avaliação diagnóstica do nível de implementação da BNCC Computação na rede municipal, abrangendo:

I – O grau de atualização curricular nas unidades educacionais;
II – O percentual de profissionais da educação capacitados;
III – As condições de infraestrutura tecnológica disponíveis;
IV – Os indicadores de aprendizagem dos estudantes nas competências de Computação;

CAPÍTULO VII
DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

Art. 23: A Secretaria Municipal de Educação, em articulação com os demais órgãos da Administração Municipal, promoverá as condições de infraestrutura tecnológica necessárias à implementação deste Decreto, incluindo:

I – Garantia de conectividade à Internet de qualidade para uso pedagógico em todas as unidades educacionais;
II – Aquisição, manutenção e renovação de equipamentos e dispositivos digitais adequados às atividades pedagógicas;
III – Implantação e manutenção de laboratórios de informática, espaços makers ou ambientes tecnológicos equivalentes;
IV – Disponibilização de plataformas educacionais digitais com configurações de segurança e privacidade adequadas à faixa etária dos estudantes;
V – Adequação das redes internas (Wi-Fi) das unidades educacionais para suportar o uso pedagógico simultâneo de dispositivos digitais;

§ 1º O Município buscará adesão aos programas federais e estaduais de conectividade e equipamentos;

§ 2º Nas unidades educacionais que ainda não disponham de infraestrutura tecnológica adequada, a implementação da BNCC Computação deverá priorizar atividades de computação desplugada e metodologias que não dependam exclusivamente de dispositivos digitais;

§ 3º As unidades de Ensino Fundamental Anos Iniciais, deverão priorizar as experiências e exploração do mundo, a integração da família para conscientização sobre o uso equilibrado de dispositivos digitais plugados, no entanto, promover o estímulo à computação desplugada;

§ 4º As escolas municipais que dispõem de laboratórios de informática deverão utilizar esses recursos para integrar a computação às atividades pedagógicas, desenvolvendo os conteúdos no componente de informática, promovendo o desenvolvimento das competências digitais dos alunos.

Art. 24: Nas escolas atendidas com mini-laboratórios será assegurada a utilização de ferramentas tecnológicas para complementar o ensino e fomentar o uso da computação no aprendizado, alinhado às exigências da BNCC.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25: A implementação ocorrerá de forma **gradual**, conforme definido neste Decreto, admitidos ajustes mediante ato fundamentado da Secretaria Municipal de Educação, desde que observados os prazos estabelecidos em normas e instruções federais pertinentes ao tema;

Art. 26: A Secretaria Municipal de Educação expedirá os atos complementares necessários à execução deste Decreto;

Art. 27: Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, ouvido o Conselho Municipal de Educação quando a matéria envolver aspectos curriculares ou normativos;

Art. 28: As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, consignadas no orçamento vigente e nos orçamentos subsequentes, suplementadas se necessário;

Art. 29: O Município buscará a captação de recursos adicionais junto à União, ao Estado, por meio de convênios, termos de colaboração e outros instrumentos legais;

Art. 30: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, podendo sua implementação nas unidades escolares ocorrer a partir do ano letivo subsequente, mediante planejamento da Secretaria Municipal de Educação e escolas que garantam a capacitação dos profissionais e a adequação de recursos necessários e revogando as disposições em contrário.

Urucará/AM, 25 de Agosto de 2026.

JOÃO BOSCO FALABELLA
Prefeito de Urucará/AM

Publicado por:
Carlos Dos Santos Ramos
Código Identificador:6EC6DF32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E PLANEJAMENTO - SEAPLAN
PARECER TÉCNICO Nº 001/2026

PARECER TÉCNICO Nº 001/2026

Conselho Municipal de Educação de Urucará

Interessado: Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC
Assunto: Análise da Minuta de Decreto que *Dispõe sobre a implementação da Educação em Computação e da Educação Digital e Midiática no âmbito da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com a BNCC Computação.*
Relator(a): Helder Alves Lima
Sessão Realizada em: *25/08/2026*
Sessão Realizada em: *25/08/2026*

I – RELATÓRIO
Trata-se de solicitação da Secretaria Municipal de Educação para análise e emissão de parecer acerca da Minuta de Decreto que dispõe sobre a implementação da *Educação em Computação* no âmbito da Rede Municipal de Ensino, submetida a este Conselho para homologação nos termos da legislação educacional vigente.
A Minuta contempla a implementação da Educação em Computação na rede municipal, com base no Referencial Curricular do Estado do Amazonas, já alinhado à BNCC Computação e adotado pelo Município como referência curricular, abrangendo:
a – A Educação Infantil, o Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) e a Educação de Jovens e Adultos – EJA (quando ofertado pelo Município);
b – A organização pedagógica com base nos eixos estruturantes de Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital;
c – A oferta como componente curricular específico nas escolas de tempo integral;
d – A adoção de abordagem transversal nas escolas de tempo regular (parcial);
e – Diretrizes de formação docente, infraestrutura tecnológica, avaliação e monitoramento;
f – A instituição de Grupo de Trabalho (GT) para Implementação da Educação em Computação
g – Regulamentação do uso pedagógico de dispositivos digitais nos espaços escolares, em consonância com a Lei nº 15.100/2025 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2025;
h – Proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, nos termos do ECA Digital (Lei nº 15.211/2025 e Decreto nº 12.880/2026).
A proposta fundamenta-se nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, na Resolução CNE/CEB nº 1/2022 (Normas sobre Computação na Educação Básica), na Resolução CNE/CEB nº 2/2025 (Diretrizes Operacionais sobre dispositivos digitais e educação digital e midiática), na Lei nº 14.533/2023 (Política Nacional de Educação Digital – PNED) e no Referencial Curricular do Estado do Amazonas adotado pelo Município.
É o relatório.
II – FUNDAMENTAÇÃO

1. Fundamentação Jurídica
A análise da matéria deve observar o arcabouço normativo educacional vigente, em especial:
a – A Constituição Federal de 1988, notadamente os arts. 205, 206 e 211, que estabelecem os princípios e diretrizes da educação nacional, incluindo a garantia de padrão de qualidade e o dever do Estado com a educação;
b – A Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), em especial o art. 11, inc. III (competência dos Municípios para baixar normas complementares para seus sistemas de ensino), e o art. 26 (observância da Base Nacional Comum Curricular e parte diversificada);
c – O Parecer CNE/CEB nº 2/2022, homologado pelo MEC em 30 de setembro de 2022, que aprovou as normas sobre Computação na Educação Básica como Complemento à BNCC;
d – A Resolução CNE/CEB nº 1, de 4 de outubro de 2022, que define as normas sobre Computação na Educação Básica e determina que Estados e Municípios iniciem a implementação em até 1 (um) ano após a homologação;
e – A Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular da educação digital e midiática;
f – O Referencial Curricular do Estado do Amazonas, já alinhado à BNCC Computação, adotado pelo Município como base curricular, competindo à rede municipal assegurar sua implementação nas unidades escolares.
Do ponto de vista jurídico, a Minuta de Decreto não afronta o ordenamento vigente. Ao contrário, encontra respaldo na autonomia dos sistemas de ensino (art. 11 da LDB) para baixar normas complementares e organizar a implementação do currículo em suas redes, respeitada a BNCC.
Cumpre destacar que o Município **não possui currículo próprio**, adotando integralmente o Referencial Curricular do Estado do Amazonas, o qual já incorpora as competências e habilidades da BNCC Computação. Nessa condição, a competência do Município concentra-se em **regulamentar e assegurar a efetiva implementação** dessas diretrizes curriculares nas unidades escolares de sua rede, mediante ações de natureza pedagógica, operacional e administrativa. A Minuta de Decreto está corretamente orientada nesse sentido.
A abrangência do Decreto, que contempla desde a Educação Infantil até a EJA (quando ofertado pelo município), demonstra compromisso com a universalidade da política e a equidade no acesso à educação em computação. A diferenciação entre componente curricular específico no tempo integral e abordagem transversal no ensino regular configura exercício legítimo da autonomia pedagógica e administrativa do sistema municipal na organização da implementação.

2. Fundamentação Pedagógica
Sob o enfoque pedagógico, a Minuta apresenta coerência com as demandas contemporâneas da educação básica, merecendo destaque os seguintes aspectos:
a) Desenvolvimento de competências do século XXI
A inserção da Computação promove pensamento lógico e estruturado, resolução de problemas complexos, autonomia intelectual, cultura digital crítica e cidadania digital, competências essenciais para a formação integral dos estudantes.
b) Alinhamento aos eixos estruturantes
A organização em três eixos, Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital, está plenamente alinhada às diretrizes da Resolução CNE/CEB nº 1/2022 e ao Complemento à BNCC, já incorporados ao Referencial Curricular do Estado do Amazonas, favorecendo a progressão de aprendizagens de forma articulada e integrada.
c) Progressão adequada por etapa de ensino
A Minuta demonstra adequação pedagógica ao distinguir diretrizes específicas para cada etapa: priorização de computação desplugada e atividades lúdicas na Educação Infantil (sem uso de telas como regra geral); uso equilibrado e restrito de dispositivos nos Anos Iniciais, com foco na alfabetização e letramento; e oferta preferencialmente como componente curricular específico nos Anos Finais, com programação, lógica booleana e cidadania digital.
d) Diferenciação por modelo de oferta
A proposta diferencia adequadamente: tempo integral, com maior disponibilidade de carga horária para componente específico com aprofundamento; e tempo regular, com abordagem transversal que evita sobrecarga e favorece integração interdisciplinar. Tal estratégia evita fragmentação e respeita a estrutura do Referencial Curricular adotado.
e) Integração e interdisciplinaridade
A transversalidade no ensino regular possibilita articulação com Matemática (lógica, algoritmos), Ciências (modelagem, dados) e Linguagens (letramento digital e midiático), promovendo abordagem interdisciplinar consistente e alinhada à BNCC e ao Referencial Curricular do Estado.
f) Proteção digital e uso consciente de tecnologias
A Minuta incorpora adequadamente as disposições da Lei nº 15.100/2025 e da Resolução CNE/CEB nº 2/2025 ao regulamentar o uso pedagógico de dispositivos digitais e prever a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, em consonância com o ECA Digital.

3. Análise Crítica e Pontos de Atenção
Apesar da consistência e robustez da Minuta, identificam-se aspectos que demandam atenção na regulamentação complementar da implementação:
I – Definição de carga horária: Embora a Minuta delegue à Secretaria Municipal de Educação a definição da carga horária mínima (art. 10), recomenda-se que, ao regulamentar, se explicitem parâmetros mínimos por etapa de ensino no tempo integral, assegurando uniformidade na rede.
II – Formação docente: O Plano de Formação Continuada previsto no art. 17, a ser elaborado em 90 dias, é fundamental. Recomenda-se que contemple definição clara de perfis docentes (especialista vs. professor generalista capacitado) e metas quantitativas de capacitação.
III – Infraestrutura tecnológica: O Plano de Infraestrutura Tecnológica (art. 23, §1º) deve incluir diagnóstico detalhado da situação atual, metas realistas e cronograma articulado com os programas federais e estaduais de conectividade e equipamentos.
IV – Avaliação e monitoramento: A avaliação diagnóstica anual (art. 22) é meritoriamente prevista. Sugere-se detalhar os indicadores de aprendizagem específicos e os instrumentos de acompanhamento em ato normativo complementar.
V – Orientações pedagógicas para implementação: Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Educação elabore guias metodológicos e orientações pedagógicas de implementação, com detalhamento das habilidades por ano/série já previstas no Referencial Curricular do Estado do Amazonas, de modo a subsidiar a prática docente nas unidades escolares.

III – VOTO DO RELATOR
Diante do exposto, este Relator manifesta-se:
FAVORÁVEL à homologação da Minuta de Decreto, por sua:
– Conformidade jurídica com o arcabouço normativo federal vigente;
– Pertinência pedagógica e adequação às especificidades de cada etapa de ensino;
– Alinhamento às diretrizes nacionais, em especial à Resolução CNE/CEB nº 1/2022 e à Resolução CNE/CEB nº 2/2025;
– Coerência com o Referencial Curricular do Estado do Amazonas adotado pelo Município, com foco adequado na implementação;
– Abrangência adequada (Educação Infantil e Ensino Fundamental);
COM RECOMENDAÇÕES, no sentido de que a Secretaria Municipal de Educação:
1. Institua política estruturada de formação docente com metas quantitativas e definição clara de perfis;
2. Garanta condições mínimas de infraestrutura tecnológica, priorizando a adesão a programas federais e estaduais;
3. Elabore guias metodológicos e orientações pedagógicas de implementação, com detalhamento das habilidades por ano/série previstas no Referencial Curricular do Estado do Amazonas, de modo a subsidiar a prática docente;
4. implante sistema ou método de monitoramento e avaliação com indicadores específicos e instrumentos definidos.

IV – DELIBERAÇÃO DO CONSELHO

O Conselho Municipal de Educação de Urucará, em sessão realizada em 25/08/2026:

☐ Homologa integralmente a Minuta de Decreto

☐ Homologa com recomendações

A Minuta de Decreto que dispõe sobre a implementação do Complemento à Base Nacional Comum Curricular referente à Computação (BNCC Computação) na Rede Municipal de Ensino.

V – CONCLUSÃO

A proposta representa avanço estratégico na política educacional municipal, ao disciplinar a implementação da Computação como dimensão estruturante da formação básica, com base no Referencial Curricular do Estado do Amazonas já alinhado à BNCC Computação. A implementação atende às determinações da Resolução CNE/CEB nº 1/2022 e da Resolução CNE/CEB nº 2/2025, contribuindo para a equidade, inovação pedagógica, proteção digital e preparação dos estudantes para os desafios contemporâneos.

Sala das Sessões do Conselho Municipal de Educação de Urucará, 25 de Agosto de 2026.

_____

Relator(a)

RESOLUÇÃO CME Nº 001/2026
APROVADA EM 25/08/2026

Homologa a Minuta de Decreto nº 536/2026 que dispõe sobre a implementação da Computação na Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Urucará e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE URUCARÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal de 1988, especialmente nos arts. 205, 206, 210, 211 e 214, que estabelecem os princípios e diretrizes da educação nacional;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.394/1996 (LDB), em particular o art. 11, inc. III, que incumbe os Municípios de baixar normas complementares para seus sistemas de ensino, e o art. 26, que determina a observância da Base Nacional Comum Curricular;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da BNCC, em especial o art. 22, que prevê a complementação da Computação na BNCC;

CONSIDERANDO o Parecer CNE/CEB nº 2/2022, homologado pelo Ministério da Educação em 30 de setembro de 2022, que aprovou as normas sobre Computação na Educação Básica como Complemento à BNCC;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 1, de 4 de outubro de 2022, que define as normas sobre Computação na Educação Básica e determina que Estados e Municípios iniciem a implementação em até 1 (um) ano após a homologação;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular da educação digital e midiática, com implementação obrigatória a partir de 2026;

CONSIDERANDO que o Município não possui currículo próprio, adotando integralmente o Referencial Curricular do Estado do Amazonas, o qual já incorpora as competências e habilidades da BNCC Computação, competindo à rede municipal assegurar sua efetiva implementação nas unidades escolares;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a inclusão digital, o letramento computacional e a cidadania digital dos estudantes da rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO o Parecer Técnico nº 001/2026 deste Conselho, que analisou a Minuta de Decreto e manifestou-se favoravelmente à sua homologação,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica homologada a Minuta de Decreto de que trata sobre a Implementação da Educação em Computação na rede de ensino do Município de Urucará, com as recomendações constantes do Parecer Técnico aprovado.

Art. 3º A Educação em Computação na Rede Municipal de Ensino será orientada pelos eixos estruturantes previstos no Referencial Curricular do Estado do Amazonas, em conformidade com a BNCC e a Resolução CNE/CEB nº 1/2022:

I – Pensamento Computacional;

II – Mundo Digital;

III – Cultura Digital.

Parágrafo único. Os eixos de que trata o caput devem ser desenvolvidos de forma integrada, articulada e progressiva, conforme já estruturados no Referencial Curricular do Estado, respeitadas as especificidades de cada etapa e modalidade da educação básica ofertadas pela rede municipal de ensino.

Art. 4º O Município, por não possuir currículo próprio, adota integralmente o Referencial Curricular do Estado do Amazonas como base para a Educação em Computação, cabendo-lhe disciplinar a **implementação** das competências e habilidades ali previstas, por meio de ações pedagógicas, operacionais e administrativas.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO

Seção I
Das Diretrizes por Etapa de Ensino

Art. 5º A implementação da Educação em Computação deverá observar as seguintes diretrizes por etapa:

I – Educação Infantil: priorização de atividades de computação desplugada, de caráter lúdico, integradas aos Campos de Experiência, vedado o uso de telas como regra geral, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Resolução CNE/CEB nº 2/2025;

II – Ensino Fundamental – Anos Iniciais: desenvolvimento do pensamento computacional por meio de algoritmos simples, organização e representação de dados e resolução de problemas lógicos, com uso equilibrado e restrito de dispositivos digitais e abordagem preferencialmente transversal;

III – Ensino Fundamental – Anos Finais: oferta preferencialmente como componente curricular específico, incluindo programação visual e textual, lógica booleana, estruturas de dados, cidadania digital e literacia midiática;

IV – Educação de Jovens e Adultos – EJA: adequação ao perfil dos estudantes, priorizando inclusão digital, letramento tecnológico e cidadania digital.

Seção II
Do Tempo Integral

Art. 6º Nas unidades escolares que ofertam educação em tempo integral, a Computação será implementada como componente curricular específico, com carga horária própria, integrada à matriz escolar.

Art. 7º O componente curricular de Computação no tempo integral deverá:

I – possuir objetivos de aprendizagem conforme previstos no Referencial Curricular do Estado, por etapa de ensino;

II – apresentar progressão de habilidades ao longo da escolaridade;

III – ser ofertado de forma contínua e sistemática;

IV – integrar-se aos demais componentes curriculares por meio de projetos interdisciplinares.

Art. 8º A carga horária mínima será definida pela Secretaria Municipal de Educação, observando a matriz curricular vigente, a ampliação da jornada escolar e a viabilidade pedagógica e estrutural da rede.

Seção III
Do Ensino Regular

Art. 9º Nas unidades escolares de ensino regular (tempo parcial), a Educação em Computação será desenvolvida de forma transversal e integrada aos componentes curriculares.

Art. 10 A abordagem transversal deverá:

I – ser incorporada aos planos de ensino das diferentes áreas do conhecimento;

II – promover o desenvolvimento do pensamento computacional em atividades pedagógicas;

III – utilizar metodologias ativas e resolução de problemas;

IV – articular-se com práticas de cultura digital e uso crítico da tecnologia.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS
Art. 11 Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – regulamentar a implementação do Decreto homologado por esta Resolução;
II – elaborar orientações pedagógicas e guias metodológicos para a implementação, detalhando as habilidades por ano/série previstas no Referencial Curricular do Estado do Amazonas, de modo a subsidiar a prática docente nas unidades escolares;
III – garantir condições materiais e tecnológicas para execução da política;
IV – promover formação inicial e continuada dos profissionais da educação;
V – instituir mecanismos de acompanhamento e avaliação;
VI – regulamentar o uso pedagógico de dispositivos digitais nos espaços escolares, em consonância com a Lei nº 15.100/2025 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2025.
Art. 12 Compete às unidades escolares:
I – adequar seus Projetos Político-Pedagógicos (PPP) às disposições do Decreto homologado, incorporando a Educação em Computação conforme o Referencial Curricular adotado;
II – inserir a Educação em Computação no planejamento pedagógico;
III – desenvolver práticas interdisciplinares;
IV – registrar e acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens;
V – participar das ações formativas promovidas pela Secretaria.

CAPÍTULO IV
DA FORMAÇÃO DOCENTE
Art. 13 A Secretaria Municipal de Educação assegurará programas de formação continuada, contemplando:
I – fundamentos da Computação na Educação, alinhados aos eixos estruturantes da BNCC Computação conforme incorporados ao Referencial Curricular adotado;
II – pensamento computacional aplicado e metodologias ativas, incluindo computação desplugada, programação e robótica educacional;
III – literacia midiática, combate à desinformação, proteção de dados pessoais e segurança digital;
IV – capacitação sobre a legislação aplicável, incluindo o ECA Digital, a Lei nº 15.100/2025 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2025;
V – uso pedagógico de tecnologias digitais e Inteligência Artificial.

CAPÍTULO V
DA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO
Art. 14 A implementação da Educação em Computação será objeto de avaliação contínua, mediante:
I – indicadores de aprendizagem;
II – registros pedagógicos;
III – avaliações diagnósticas e formativas;
IV – relatórios periódicos das unidades escolares.
Art. 15 A Secretaria Municipal de Educação encaminhará ao Conselho Municipal de Educação, ao menos anualmente, relatório com os resultados da avaliação diagnóstica do nível de implementação da BNCC Computação na rede municipal, com propostas de ajustes e aprimoramentos.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 16 A implementação da Educação em Computação ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma definido no Decreto homologado por esta Resolução.
Art. 17 As orientações pedagógicas de implementação e os planos de formação docente deverão ser submetidos a este Conselho para validação, nos prazos previstos no Decreto.
Art. 18 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, ouvido o Conselho Municipal de Educação quando a matéria envolver aspectos normativos ou de implementação das diretrizes curriculares do Referencial adotado.
Art. 19 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Municipal de Educação de Urucará, 25 de Agosto de 2026.

_____
Presidente do CME

Publicado por:
Carlos Dos Santos Ramos
Código Identificador:4601718F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E PLANEJAMENTO - SEAPLAN
PORTARIA Nº 0018/2026

Portaria nº 0018/2026
Urucará 25 de Agosto de 2026.

Regulamenta a execução operacional do Decreto Municipal n.º536/2026, que implementa a Educação em Computação no âmbito da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.

O(A) SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC DE URUCARÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 536/2026, que institui a Educação em Computação na rede municipal;
CONSIDERANDO as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e da Política Nacional de Educação Digital,

R E S O L V E:
CAPÍTULO I
DO OBJETO E DO ESCOPO OPERACIONAL
Art. 1º Esta Portaria regulamenta os procedimentos operacionais para a implementação da Educação em Computação nas unidades escolares da rede municipal.
Art. 2º A implementação abrangerá:
I – adequação curricular;
II – planejamento pedagógico;
III – formação docente;
IV – uso pedagógico de tecnologias;
V – monitoramento e avaliação.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR OPERACIONAL
Art. 3º As escolas que ofereçam regime de **Tempo Integral** deverão ofertar **componente curricular específico** de Computação, observando os seguintes requisitos:
I – carga horária mínima definida pela Secretaria Municipal de Educação – SME, recomendando-se 1 (uma) a 2 (duas) aulas semanais;
II – registro obrigatório no diário de classe e no sistema acadêmico.

Art. 4º As escolas que ofereçam regime de **Tempo Regular (parcial)** deverão desenvolver a Computação de forma **transversal,** com integração às demais áreas do conhecimento, observando as seguintes diretrizes:
I – cada professor deverá inserir, no mínimo, 1 (uma) atividade mensal com foco em pensamento computacional, cultura digital e uso crítico de tecnologias;
II – o planejamento das atividades deverá constar no plano de ensino.

Art. 5º Na **Educação Infantil**, o uso de tecnologias digitais deverá observar a especificidade da faixa etária, o desenvolvimento integral da criança e as diretrizes pedagógicas próprias desta etapa de ensino, sendo:
I – vedado o uso sistemático, contínuo ou substitutivo de telas como recurso ordinário das atividades pedagógicas;
II – priorizadas práticas de computação desplugada, por meio de atividades lúdicas, corporais, concretas, interativas e adequadas à idade das crianças;
III – obrigatório o registro pedagógico das atividades desenvolvidas, especialmente quanto aos objetivos de aprendizagem, metodologia aplicada e acompanhamento do desenvolvimento infantil.

CAPÍTULO III
DO PLANEJAMENTO ESCOLAR
Art. 6º As escolas deverão adequar seu Projeto Político-Pedagógico – PPP no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta Portaria, mediante:
I – inserção da Educação em Computação no PPP;
II – definição de objetivos por etapa de ensino;
III – estabelecimento de estratégias metodológicas.

Art. 7º Os docentes da rede municipal de ensino deverão, no âmbito de suas atribuições pedagógicas e em consonância com as diretrizes curriculares vigentes:

I – integrar, de forma planejada e contextualizada, práticas de computação ao planejamento pedagógico mensal, observadas as diretrizes curriculares, a etapa e a modalidade de ensino;

II – realizar o registro sistemático das evidências pedagógicas das atividades desenvolvidas, por meio de instrumentos como relatórios descritivos, produções dos estudantes e, quando pertinente, registros fotográficos.

CAPÍTULO IV
DA FORMAÇÃO DOCENTE - EXECUÇÃO
Art. 8º Os docentes deverão participar de formação obrigatória com carga mínima de 40 (quarenta) horas anuais, em modalidade híbrida, contemplando:
I – Módulo 1: Pensamento Computacional;
II – Módulo 2: Cultura Digital;
III – Módulo 3: Tecnologias Educacionais;
IV – Módulo 4: Prática Pedagógica.

Art. 9º A formação continuada dos docentes da rede municipal de ensino, voltada à integração das práticas de computação e cultura digital no processo pedagógico, terá caráter obrigatório e observará os seguintes parâmetros:

I – carga horária mínima anual de 40 (quarenta) horas;
II – organização em módulos formativos, contemplando:
a) Módulo 1: Pensamento Computacional;
b) Módulo 2: Cultura Digital;
c) Módulo 3: Tecnologias Educacionais;
d) Módulo 4: Práticas Pedagógicas aplicadas;
III – oferta em modalidade híbrida, com atividades presenciais e não presenciais, assegurada a articulação entre teoria e prática.
Art. 10º Cada unidade escolar deverá indicar 1 (um) professor multiplicador, com as seguintes responsabilidades:
I – apoiar os demais professores na implementação de práticas de Computação;
II – organizar atividades e práticas pedagógicas de Computação;
III – manter interlocução com a Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO V
DO USO PEDAGÓGICO DE TECNOLOGIAS
Art. 11. O uso de dispositivos digitais no âmbito das unidades escolares deverá observar os seguintes critérios:
I – vinculação a objetivos de aprendizagem claros, previamente estabelecidos no planejamento pedagógico;
II – mediação direta do professor durante sua utilização, assegurando intencionalidade educativa e acompanhamento do processo de aprendizagem;
III – observância das normas legais e regulamentares vigentes, especialmente aquelas relativas à proteção de dados pessoais, ao direito de imagem e à segurança digital.
Art. 12. No uso de dispositivos digitais nas unidades escolares, ficam vedadas as seguintes práticas:
I – utilização livre de aparelhos celulares, sem planejamento pedagógico;
II – realização de atividades sem intencionalidade pedagógica.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Art. 13. As escolas deverão reportar trimestralmente à Secretaria Municipal de Educação os seguintes indicadores:
I – percentual de professores participantes da formação;
II – número de atividades realizadas;
III – número de turmas atendidas;
IV – evidências pedagógicas coletadas.

Art. 14. Serão utilizados como instrumentos de monitoramento e avaliação:
I – relatórios mensais das unidades escolares;
II – visitas técnicas da Secretaria Municipal de Educação;
III – avaliações diagnósticas periódicas.

CAPÍTULO VII
DA INFRAESTRUTURA
Art. 15. A Secretaria Municipal de Educação deverá:
I – garantir conectividade mínima nas unidades escolares;
II – priorizar as escolas com maior vulnerabilidade socioeconômica;
III – disponibilizar kits pedagógicos, inclusive os destinados à computação desplugada.

CAPÍTULO VIII
DO CRONOGRAMA OPERACIONAL
Art. 16. Ficam ajustados os prazos operacionais para a implementação da Educação em Computação nas unidades escolares, nos termos do art. 30 do Decreto Municipal nº 536/2026.

Parágrafo único. As providências previstas neste artigo serão coordenadas pelo Grupo de Trabalho (GT) para Implementação da Educação em Computação, instituído pelo art. 20 do Decreto Municipal nº 536/2026, ao qual compete articular as ações entre a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares.

CAPÍTULO IX
DAS RESPONSABILIDADES
Art. 17. Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – coordenar a política de implementação da Educação em Computação;
II – ofertar formação continuada aos docentes;
III – monitorar a execução nas unidades escolares.

Art. 18. Compete aos Gestores Escolares:
I – garantir a execução das práticas de Computação na escola;
II – acompanhar os professores nas atividades desenvolvidas;
III – validar os registros pedagógicos obrigatórios.

Art. 19. Compete aos Professores:
I – implementar as práticas de Computação nas atividades pedagógicas;
II – registrar as atividades desenvolvidas;
III – participar da formação continuada obrigatória.
CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 20. O descumprimento das disposições desta Portaria ensejará a adoção das medidas administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente.
Art. 21. Os casos omissos e as situações excepcionais serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 22. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares necessárias à fiel execução desta Portaria.
Art. 23. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Urucará, 25 de Agosto de 2026.

LÉLIA MENDES DE FRANÇA
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Decreto nº 460/2025

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Publicado por:
Carlos Dos Santos Ramos
Código Identificador:35057F16

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E PLANEJAMENTO - SEAPLAN
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2026 – SEMEC
PARCERIA COM ASSOCIAÇÃO CULTURAL SANTANA TRADICIONAL

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2026 – SEMEC

PARCERIA COM ASSOCIAÇÃO CULTURAL SANTANA TRADICIONAL

O MUNICÍPIO DE URUCARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.477.782/0001-05, com sede na Rua Crispim Lobo, nº 111, Centro, Urucará/AM, CEP 69.130-000, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOÃO BOSCO FALABELLA, CPF nº 027.551.222-34, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, e ASSOCIAÇÃO CULTURAL SANTANA TRADICIONAL, organização da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 61.999.805/0001-85, com sede na Rua Coronel Pinto, nº 472, Centro, Urucará/AM, representada por seu(sua) Presidente, MARCUS VINICIUS MARQUES SANTOS, CPF nº 028.594.181-05, residente na Rua Coronel Pinto, nº 1.259, Bairro Aparecida, Urucará/AM, doravante denominada OSC, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO.

O instrumento rege-se pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, especialmente pelos arts. 16, 31 e 32, pelas normas orçamentárias e financeiras aplicáveis, pelo Plano de Trabalho aprovado e, complementarmente, no que forem compatíveis com o MROSC, pelas normas de controle externo expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

A celebração direta decorre de inexigibilidade de chamamento público, diante da inviabilidade de competição e da representação oficial e exclusiva da Quadrilha SANTANA TRADICIONAL pela OSC, conforme justificativa, documentos comprobatórios e pareceres integrantes do Processo Administrativo nº 002/2026.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo a transferência de recursos financeiros para apoiar a preparação, produção e apresentação da Quadrilha SANTANA TRADICIONAL no XXVI Festival Folclórico de Quadrilhas Estilizadas de Urucará 2026, conforme metas, atividades, cronograma, estimativa de despesas e meios de comprovação estabelecidos no Plano de Trabalho anexo.

1.2. É vedada a alteração do objeto, admitidos ajustes no Plano de Trabalho que não comprometam sua finalidade, mediante justificativa e prévia anuência da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR, DA DOTAÇÃO E DO DESEMBOLSO

2.1. A Administração Pública transferirá à OSC o valor total de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme o cronograma de desembolso aprovado.

I – Unidade Orçamentária: 13.020801 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II – Programa de Trabalho: 13.392.0071.2045.0000 – Implementação e Operacionalização de incentivos às Manifestações Culturais;

III – Natureza da Despesa: 3.3.50.41.00 – Contribuições.

IV – Fonte STN: 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos – Exercício Corrente.

2.2. O repasse será efetuado em 2 (duas) parcelas de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), nas datas estabelecidas no Plano de Trabalho, em conta bancária específica da parceria.

2.3. As parcelas poderão ser retidas nas hipóteses do art. 48 da Lei nº 13.019/2014, até o saneamento das impropriedades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

I – transferir os recursos conforme o cronograma aprovado;

II – designar, por ato publicado, o gestor da parceria e a comissão de monitoramento e avaliação, quando exigível;

III – acompanhar e avaliar o cumprimento do objeto, das metas e dos resultados;

IV – emitir relatório técnico de monitoramento e parecer conclusivo sobre a prestação de contas;

V – fornecer orientações e manual de prestação de contas;

VI – dar publicidade às informações exigidas pela Lei nº 13.019/2014;

VII – adotar providências de saneamento e responsabilização quando constatadas irregularidades.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

I – executar integralmente o objeto e as metas do Plano de Trabalho;

II – aplicar os recursos exclusivamente no objeto;

III – manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observando o art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

IV – realizar pagamentos por transferência eletrônica que identifique o beneficiário final, ressalvadas as hipóteses regulamentares;

V – manter escrituração contábil regular e conservar os documentos pelo prazo legal;

VI – prestar contas na forma e no prazo pactuados;

VII – permitir livre acesso da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos documentos, informações e locais de execução;

VIII – divulgar as informações da parceria na forma do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

IX – comunicar fatos que possam comprometer a execução ou as metas;

X – responder exclusivamente pelo gerenciamento dos recursos e pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

XI – devolver saldos e rendimentos remanescentes no prazo legal.

CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. Os recursos e rendimentos serão aplicados integralmente no objeto. As contratações da OSC observarão métodos usualmente adotados pelo setor privado, os princípios do art. 5º do MROSC e a compatibilidade dos preços com o mercado.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O Termo vigorará por 60 (sessenta) dias contados da assinatura, podendo ser prorrogado por termo aditivo mediante justificativa apresentada antes do término.

6.2. Haverá prorrogação de ofício quando a Administração Pública der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao período equivalente ao atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

7.1. O gestor acompanhará a execução com base nas metas e parâmetros do Plano de Trabalho, podendo utilizar visita técnica, programação oficial, atesto de apresentação, registros fotográficos e audiovisuais, relação de integrantes e relatório da OSC.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A OSC apresentará a prestação de contas final em até 30 (trinta) dias após o término da vigência, prorrogável por até 30 (trinta) dias mediante justificativa.

8.2. A análise priorizará o cumprimento do objeto e o alcance das metas e resultados, observados os arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014.

I – Relatório de Execução do Objeto e meios de comprovação;

II – Relatório de Execução Financeira e comprovantes, quando exigidos pela legislação ou necessários diante da insuficiência da comprovação do objeto;

III – comprovante de devolução de eventual saldo remanescente.

CLÁUSULA NONA – DOS BENS REMANESCENTES

9.1. Havendo aquisição de bens permanentes, o Plano de Trabalho indicará sua titularidade e destinação ao final da parceria, observado o interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

10.1. O Termo e o Plano de Trabalho poderão ser alterados por termo aditivo ou apostilamento, conforme a natureza da modificação, mediante justificativa e aprovação prévia, vedada a transfiguração do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. Pela execução em desacordo com o Plano de Trabalho ou a legislação, a Administração Pública poderá aplicar, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as sanções do art. 73 da Lei nº 13.019/2014: advertência; suspensão temporária; e declaração de inidoneidade, sem prejuízo do ressarcimento ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA, RESCISÃO E EXTINÇÃO

12.1. A parceria poderá ser denunciada por qualquer partícipe mediante comunicação formal com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ou rescindida por descumprimento, assegurado o devido processo legal.

12.2. Na extinção, a OSC prestará contas e devolverá os saldos remanescentes. Quando legalmente cabível, a Administração Pública

poderá assumir ou transferir a execução para evitar sua descontinuidade.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE E DO GESTOR
13.1. A eficácia do Termo fica condicionada à publicação de seu extrato. A parceria será gerida por agente público designado em ato próprio publicado em meio oficial.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA E DO FORO
14.1. As controvérsias serão submetidas previamente à solução administrativa, com participação da assessoria jurídica municipal. Não havendo composição, fica eleito o foro da Comarca de Urucará/AM.
E, por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas.

Urucará/AM, 10 de julho de 2026.

JOÃO BOSCO FALABELLA	*MARCUS VINICIUS MARQUES SANTOS*
Prefeito Municipal	Presidente
Administração Pública	Associação Cultural Santana Tradicional

TESTEMUNHA 1	TESTEMUNHA 2
Nome:_____	Nome:_____
CPF: _____	CPF: _____

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2026 – SEMEC

ESPÉCIE: Termo de Colaboração, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014.
PARTÍCIPES: Município de Urucará e ASSOCIAÇÃO CULTURAL SANTANA TRADICIONAL, CNPJ nº 61.999.805/0001-85.
FUNDAMENTO DA CELEBRAÇÃO DIRETA: Inexigibilidade de chamamento público, nos termos dos arts. 31 e 32 da Lei nº 13.019/2014, em razão da representação oficial e exclusiva da Quadrilha SANTANA TRADICIONAL pela OSC.
OBJETO: Apoio à preparação, produção e apresentação da Quadrilha SANTANA TRADICIONAL no XXVI Festival Folclórico de Quadrilhas Estilizadas de Urucará 2026, conforme Plano de Trabalho.
VALOR: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
DOTAÇÃO: UO 13.020801; Programa 13.392.0071.2045.0000; Natureza 3.3.50.41.00; Fonte STN 1.500.
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias contados da assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 10 de julho de 2026.
.

Publicado por:
Carlos Dos Santos Ramos
Código Identificador:98FBEAFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E PLANEJAMENTO - SEAPLAN
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2026 – SEMEC
PARCERIA COM ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA OS COMPADRES DE SÃO JOSÉ - AFCSJ

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2026 – SEMEC
PARCERIA COM ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA OS COMPADRES DE SÃO JOSÉ - AFCSJ
O MUNICÍPIO DE URUCARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.477.782/0001-05, com sede na Rua Crispim Lobo, nº 111, Centro, Urucará/AM, CEP 69.130-000, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOÃO BOSCO FALABELLA, CPF nº 027.551.222-34, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, e ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA OS COMPADRES DE SÃO JOSÉ - AFCSJ, organização da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 34.278.979/0001-86, com sede na Rua Coronel Pinto, nº 179, Bairro São José, Urucará/AM, representada por seu(sua) Presidente, REGINELLA AUGUSTA DOS SANTOS PAES, CPF nº 605.424.112-53, residente na Rua Coronel Ramos, s/n, Bairro São José, Urucará/AM, doravante denominada OSC, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO.
O instrumento rege-se pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, especialmente pelos arts. 16, 31 e 32, pelas normas orçamentárias e financeiras aplicáveis, pelo Plano de Trabalho aprovado e, complementarmente, no que forem compatíveis com o MROSC, pelas normas de controle externo expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.
A celebração direta decorre de inexigibilidade de chamamento público, diante da inviabilidade de competição e da representação oficial e exclusiva da Quadrilha OS COMPADRES DE SÃO JOSÉ pela OSC, conforme justificativa, documentos comprobatórios e pareceres integrantes do Processo Administrativo nº 002/2026.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. Constitui objeto deste Termo a transferência de recursos financeiros para apoiar a preparação, produção e apresentação da Quadrilha OS COMPADRES DE SÃO JOSÉ no XXVI Festival Folclórico de Quadrilhas Estilizadas de Urucará 2026, conforme metas, atividades, cronograma, estimativa de despesas e meios de comprovação estabelecidos no Plano de Trabalho anexo.
1.2. É vedada a alteração do objeto, admitidos ajustes no Plano de Trabalho que não comprometam sua finalidade, mediante justificativa e prévia anuência da Administração Pública.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR, DA DOTAÇÃO E DO DESEMBOLSO
2.1. A Administração Pública transferirá à OSC o valor total de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme o cronograma de desembolso aprovado.
I – Unidade Orçamentária: 13.020801 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
II – Programa de Trabalho: 13.392.0071.2045.0000 – Implementação e Operacionalização de Incentivos às Manifestações Culturais;
III – Natureza da Despesa: 3.3.50.41.00 – Contribuições
IV – Fonte STN: 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos – Exercício Corrente.
2.2. O repasse será efetuado em 2 (duas) parcelas de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), nas datas estabelecidas no Plano de Trabalho, em conta bancária específica da parceria.
2.3. As parcelas poderão ser retidas nas hipóteses do art. 48 da Lei nº 13.019/2014, até o saneamento das impropriedades.
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
I – transferir os recursos conforme o cronograma aprovado;
II – designar, por ato publicado, o gestor da parceria e a comissão de monitoramento e avaliação, quando exigível;
III – acompanhar e avaliar o cumprimento do objeto, das metas e dos resultados;
IV – emitir relatório técnico de monitoramento e parecer conclusivo sobre a prestação de contas;
V – fornecer orientações e manual de prestação de contas;
VI – dar publicidade às informações exigidas pela Lei nº 13.019/2014;
VII – adotar providências de saneamento e responsabilização quando constatadas irregularidades.
CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA OSC
I – executar integralmente o objeto e as metas do Plano de Trabalho;
II – aplicar os recursos exclusivamente no objeto;
III – manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observando o art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
IV – realizar pagamentos por transferência eletrônica que identifique o beneficiário final, ressalvadas as hipóteses regulamentares;
V – manter escrituração contábil regular e conservar os documentos pelo prazo legal;
VI – prestar contas na forma e no prazo pactuados;
VII – permitir livre acesso da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos documentos, informações e locais de execução;
VIII – divulgar as informações da parceria na forma do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
IX – comunicar fatos que possam comprometer a execução ou as metas;
X – responder exclusivamente pelo gerenciamento dos recursos e pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
XI – devolver saldos e rendimentos remanescentes no prazo legal.
CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1. Os recursos e rendimentos serão aplicados integralmente no objeto. As contratações da OSC observarão métodos usualmente

adotados pelo setor privado, os princípios do art. 5º do MROSC e a compatibilidade dos preços com o mercado.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O Termo vigorará por 60 (sessenta) dias contados da assinatura, podendo ser prorrogado por termo aditivo mediante justificativa apresentada antes do término.

6.2. Haverá prorrogação de ofício quando a Administração Pública der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao período equivalente ao atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

7.1. O gestor acompanhará a execução com base nas metas e parâmetros do Plano de Trabalho, podendo utilizar visita técnica, programação oficial, atesto de apresentação, registros fotográficos e audiovisuais, relação de integrantes e relatório da OSC.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A OSC apresentará a prestação de contas final em até 30 (trinta) dias após o término da vigência, prorrogável por até 30 (trinta) dias mediante justificativa.

8.2. A análise priorizará o cumprimento do objeto e o alcance das metas e resultados, observados os arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014.

I – Relatório de Execução do Objeto e meios de comprovação;

II – Relatório de Execução Financeira e comprovantes, quando exigidos pela legislação ou necessários diante da insuficiência da comprovação do objeto;

III – comprovante de devolução de eventual saldo remanescente.

CLÁUSULA NONA – DOS BENS REMANESCENTES

9.1. Havendo aquisição de bens permanentes, o Plano de Trabalho indicará sua titularidade e destinação ao final da parceria, observado o interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

10.1. O Termo e o Plano de Trabalho poderão ser alterados por termo aditivo ou apostilamento, conforme a natureza da modificação, mediante justificativa e aprovação prévia, vedada a transfiguração do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. Pela execução em desacordo com o Plano de Trabalho ou a legislação, a Administração Pública poderá aplicar, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as sanções do art. 73 da Lei nº 13.019/2014: advertência; suspensão temporária; e declaração de inidoneidade, sem prejuízo do ressarcimento ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA, RESCISÃO E EXTINÇÃO

12.1. A parceria poderá ser denunciada por qualquer partícipe mediante comunicação formal com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ou rescindida por descumprimento, assegurado o devido processo legal.

12.2. Na extinção, a OSC prestará contas e devolverá os saldos remanescentes. Quando legalmente cabível, a Administração Pública poderá assumir ou transferir a execução para evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE E DO GESTOR

13.1. A eficácia do Termo fica condicionada à publicação de seu extrato. A parceria será gerida por agente público designado em ato próprio publicado em meio oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA E DO FORO

14.1. As controvérsias serão submetidas previamente à solução administrativa, com participação da assessoria jurídica municipal. Não havendo composição, fica eleito o foro da Comarca de Urucará/AM.

E, por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas.

Urucará/AM, 10 de julho de 2026.

JOÃO BOSCO FALABELLA	***REGINELLA AUGUSTA DOS SANTOS PAES***
Prefeito Municipal	Presidente
Administração Pública	Associação Folclórica Os Compadres De São José - AFCSJ
TESTEMUNHA 1	TESTEMUNHA 2
Nome:_____	Nome:_____
CPF: _____	CPF: _____

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2026 – SEMEC

ESPÉCIE: Termo de Colaboração, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014.

PARTÍCIPES: Município de Urucará e ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA OS COMPADRES DE SÃO JOSÉ - AFCSJ, CNPJ nº 34.278.979/0001-86.

FUNDAMENTO DA CELEBRAÇÃO DIRETA: Inexigibilidade de chamamento público, nos termos dos arts. 31 e 32 da Lei nº 13.019/2014, em razão da representação oficial e exclusiva da Quadrilha OS COMPADRES DE SÃO JOSÉ pela OSC.

OBJETO: Apoio à preparação, produção e apresentação da Quadrilha OS COMPADRES DE SÃO JOSÉ no XXVI Festival Folclórico de Quadrilhas Estilizadas de Urucará 2026, conforme Plano de Trabalho.

VALOR: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

DOTAÇÃO: UO 13.020801; Programa 13.392.0071.2045.0000; Natureza 3.3.50.41.00; Fonte STN 1.500.

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias contados da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 10 de julho de 2026.

Publicado por:
Carlos Dos Santos Ramos
Código Identificador:51C3F7FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E PLANEJAMENTO - SEAPLAN
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2026 – SEMEC
PARCERIA COM ASSOCIAÇÃO CULTURAL CONTRADANÇA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2026 – SEMEC
PARCERIA COM ASSOCIAÇÃO CULTURAL CONTRADANÇA

O MUNICÍPIO DE URUCARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.477.782/0001-05, com sede na Rua Crispim Lobo, nº 111, Centro, Urucará/AM, CEP 69.130-000, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOÃO BOSCO FALABELLA, CPF nº 027.551.222-34, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, e ASSOCIAÇÃO CULTURAL CONTRADANÇA, organização da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 05.189.673/0001-44, com sede na Rua Coronel Lúcio Guimarães, s/n, Bairro Santa Luzia, Urucará/AM, representada por seu(sua) Presidente, ANA DOS SANTOS MARQUES, CPF nº 493.751.562-49, residente na Rua Coronel Libório, s/n, Bairro São Pedro, Urucará/AM, doravante denominada OSC, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO.

O instrumento rege-se pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, especialmente pelos arts. 16, 31 e 32, pelas normas orçamentárias e financeiras aplicáveis, pelo Plano de Trabalho aprovado e, complementarmente, no que forem compatíveis com o MROSC, pelas normas de controle externo expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

A celebração direta decorre de inexigibilidade de chamamento público, diante da inviabilidade de competição e da representação oficial e exclusiva da Quadrilha CONTRADANÇA pela OSC, conforme justificativa, documentos comprobatórios e pareceres integrantes do Processo Administrativo nº 002/2026

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo a transferência de recursos financeiros para apoiar a preparação, produção e apresentação da Quadrilha CONTRADANÇA no XXVI Festival Folclórico de Quadrilhas Estilizadas de Urucará 2026, conforme metas, atividades, cronograma, estimativa de despesas e meios de comprovação estabelecidos no Plano de Trabalho anexo.

1.2. É vedada a alteração do objeto, admitidos ajustes no Plano de Trabalho que não comprometam sua finalidade, mediante justificativa e prévia anuência da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR, DA DOTAÇÃO E DO DESEMBOLSO

2.1. A Administração Pública transferirá à OSC o valor total de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme o cronograma de desembolso aprovado.

I – Unidade Orçamentária: 13.020801 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II – Programa de Trabalho: 13.392.0071.2045.0000 – Implementação e Operacionalização de Incentivos às Manifestações Culturais;
III – Natureza da Despesa: 3.3.50.41.00 – Contribuições;
IV – Fonte STN: 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos – Exercício Corrente.
2.2. O repasse será efetuado em 2 (duas) parcelas de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), nas datas estabelecidas no Plano de Trabalho, em conta bancária específica da parceria.
2.3. As parcelas poderão ser retidas nas hipóteses do art. 48 da Lei nº 13.019/2014, até o saneamento das impropriedades.
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
I – transferir os recursos conforme o cronograma aprovado;
II – designar, por ato publicado, o gestor da parceria e a comissão de monitoramento e avaliação, quando exigível;
III – acompanhar e avaliar o cumprimento do objeto, das metas e dos resultados;
IV – emitir relatório técnico de monitoramento e parecer conclusivo sobre a prestação de contas;
V – fornecer orientações e manual de prestação de contas;
VI – dar publicidade às informações exigidas pela Lei nº 13.019/2014;
VII – adotar providências de saneamento e responsabilização quando constatadas irregularidades.
CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA OSC
I – executar integralmente o objeto e as metas do Plano de Trabalho;
II – aplicar os recursos exclusivamente no objeto;
III – manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observando o art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
IV – realizar pagamentos por transferência eletrônica que identifique o beneficiário final, ressalvadas as hipóteses regulamentares;
V – manter escrituração contábil regular e conservar os documentos pelo prazo legal;
VI – prestar contas na forma e no prazo pactuados;
VII – permitir livre acesso da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos documentos, informações e locais de execução;
VIII – divulgar as informações da parceria na forma do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
IX – comunicar fatos que possam comprometer a execução ou as metas;
X – responder exclusivamente pelo gerenciamento dos recursos e pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
XI – devolver saldos e rendimentos remanescentes no prazo legal.
CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1. Os recursos e rendimentos serão aplicados integralmente no objeto. As contratações da OSC observarão métodos usualmente adotados pelo setor privado, os princípios do art. 5º do MROSC e a compatibilidade dos preços com o mercado.
CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA
6.1. O Termo vigorará por 60 (sessenta) dias contados da assinatura, podendo ser prorrogado por termo aditivo mediante justificativa apresentada antes do término.
6.2. Haverá prorrogação de ofício quando a Administração Pública der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao período equivalente ao atraso.
CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO
7.1. O gestor acompanhará a execução com base nas metas e parâmetros do Plano de Trabalho, podendo utilizar visita técnica, programação oficial, atesto de apresentação, registros fotográficos e audiovisuais, relação de integrantes e relatório da OSC.
CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1. A OSC apresentará a prestação de contas final em até 30 (trinta) dias após o término da vigência, prorrogável por até 30 (trinta) dias mediante justificativa.
8.2. A análise priorizará o cumprimento do objeto e o alcance das metas e resultados, observados os arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014.
I – Relatório de Execução do Objeto e meios de comprovação;
II – Relatório de Execução Financeira e comprovantes, quando exigidos pela legislação ou necessários diante da insuficiência da comprovação do objeto;
III – comprovante de devolução de eventual saldo remanescente.
CLÁUSULA NONA – DOS BENS REMANESCENTES
9.1. Havendo aquisição de bens permanentes, o Plano de Trabalho indicará sua titularidade e destinação ao final da parceria, observado o interesse público.
CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES
10.1. O Termo e o Plano de Trabalho poderão ser alterados por termo aditivo ou apostilamento, conforme a natureza da modificação, mediante justificativa e aprovação prévia, vedada a transfiguração do objeto.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES
11.1. Pela execução em desacordo com o Plano de Trabalho ou a legislação, a Administração Pública poderá aplicar, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as sanções do art. 73 da Lei nº 13.019/2014: advertência; suspensão temporária; e declaração de inidoneidade, sem prejuízo do ressarcimento ao erário.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA, RESCISÃO E EXTINÇÃO
12.1. A parceria poderá ser denunciada por qualquer partícipe mediante comunicação formal com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ou rescindida por descumprimento, assegurado o devido processo legal.
12.2. Na extinção, a OSC prestará contas e devolverá os saldos remanescentes. Quando legalmente cabível, a Administração Pública poderá assumir ou transferir a execução para evitar sua descontinuidade.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE E DO GESTOR
13.1. A eficácia do Termo fica condicionada à publicação de seu extrato. A parceria será gerida por agente público designado em ato próprio publicado em meio oficial.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA E DO FORO
14.1. As controvérsias serão submetidas previamente à solução administrativa, com participação da assessoria jurídica municipal. Não havendo composição, fica eleito o foro da Comarca de Urucará/AM.
E, por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas.

Urucará/AM, 10 de julho de 2026.

JOÃO BOSCO FALABELLA	***ANA DOS SANTOS MARQUES***
Prefeito Municipal	Presidente
Administração Pública	Associação Cultural Contradança
TESTEMUNHA 1	TESTEMUNHA 2
Nome:_____	Nome:_____
CPF: _____	CPF: _____

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2026 – SEMEC

ESPÉCIE: Termo de Colaboração, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014.
PARTÍCIPES: Município de Urucará e ASSOCIAÇÃO CULTURAL CONTRADANÇA, CNPJ nº 05.189.673/0001-44.
FUNDAMENTO DA CELEBRAÇÃO DIRETA: Inexigibilidade de chamamento público, nos termos dos arts. 31 e 32 da Lei nº 13.019/2014, em razão da representação oficial e exclusiva da Quadrilha CONTRADANÇA pela OSC.
OBJETO: Apoio à preparação, produção e apresentação da Quadrilha CONTRADANÇA no XXVI Festival Folclórico de Quadrilhas Estilizadas de Urucará 2026, conforme Plano de Trabalho.
VALOR: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
DOTAÇÃO: UO 13.020801; Programa 13.392.0071.2045.0000; Natureza 3.3.50.41.00, Fonte STN 1.500.
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias contados da assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 10 de julho de 2026.

Publicado por:
Carlos Dos Santos Ramos
Código Identificador:9D333E40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E PLANEJAMENTO - SEAPLAN
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2026 – SEMEC
PARCERIA COM ASSOCIAÇÃO CULTURAL JUNINA APARECIDA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2026 – SEMEC
PARCERIA COM ASSOCIAÇÃO CULTURAL JUNINA APARECIDA

O MUNICÍPIO DE URUCARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.477.782/0001-05, com sede na Rua Crispim Lobo, nº 111, Centro, Urucará/AM, CEP 69.130-000, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOÃO BOSCO FALABELLA, CPF nº 027.551.222-34, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, e ASSOCIAÇÃO CULTURAL JUNINA APARECIDA, organização da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 51.698.240/0001-42, com sede na Rua João Ferreira da Silva, s/n, Bairro Aparecida, Urucará/AM, representada por seu(sua) Presidente, ARTHUR GAMA DE OLIVEIRA, CPF nº 676.172.552-68, residente na Rua Coronel Pinto, nº 1.259, Bairro Aparecida, Urucará/AM, doravante denominada OSC, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO.

O instrumento rege-se pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, especialmente pelos arts. 16, 31 e 32, pelas normas orçamentárias e financeiras aplicáveis, pelo Plano de Trabalho aprovado e, complementarmente, no que forem compatíveis com o MROSC, pelas normas de controle externo expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

A celebração direta decorre de inexigibilidade de chamamento público, diante da inviabilidade de competição e da representação oficial e exclusiva da Quadrilha JUNINA APARECIDA pela OSC, conforme justificativa, documentos comprobatórios e pareceres integrantes do Processo Administrativo nº 002/2026.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo a transferência de recursos financeiros para apoiar a preparação, produção e apresentação da Quadrilha JUNINA APARECIDA no XXVI Festival Folclórico de Quadrilhas Estilizadas de Urucará 2026, conforme metas, atividades, cronograma, estimativa de despesas e meios de comprovação estabelecidos no Plano de Trabalho anexo.

1.2. É vedada a alteração do objeto, admitidos ajustes no Plano de Trabalho que não comprometam sua finalidade, mediante justificativa e prévia anuência da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR, DA DOTAÇÃO E DO DESEMBOLSO

2.1. A Administração Pública transferirá à OSC o valor total de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme o cronograma de desembolso aprovado.

I – Unidade Orçamentária: 13.020801 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II – Programa de Trabalho: 13.392.0071.2045.0000 – Implementação e Operacionalização de Incentivos às Manifestações Culturais;

III – Natureza da Despesa: 3.3.50.41.00 – Contribuições;

IV – Fonte STN: 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos – Exercício Corrente.

2.2. O repasse será efetuado em 2 (duas) parcelas de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), nas datas estabelecidas no Plano de Trabalho, em conta bancária específica da parceria.

2.3. As parcelas poderão ser retidas nas hipóteses do art. 48 da Lei nº 13.019/2014, até o saneamento das impropriedades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

I – transferir os recursos conforme o cronograma aprovado;

II – designar, por ato publicado, o gestor da parceria e a comissão de monitoramento e avaliação, quando exigível;

III – acompanhar e avaliar o cumprimento do objeto, das metas e dos resultados;

IV – emitir relatório técnico de monitoramento e parecer conclusivo sobre a prestação de contas;

V – fornecer orientações e manual de prestação de contas;

VI – dar publicidade às informações exigidas pela Lei nº 13.019/2014;

VII – adotar providências de saneamento e responsabilização quando constatadas irregularidades.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

I – executar integralmente o objeto e as metas do Plano de Trabalho;

II – aplicar os recursos exclusivamente no objeto;

III – manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observando o art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

IV – realizar pagamentos por transferência eletrônica que identifique o beneficiário final, ressalvadas as hipóteses regulamentares;

V – manter escrituração contábil regular e conservar os documentos pelo prazo legal;

VI – prestar contas na forma e no prazo pactuados;

VII – permitir livre acesso da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos documentos, informações e locais de execução;

VIII – divulgar as informações da parceria na forma do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

IX – comunicar fatos que possam comprometer a execução ou as metas;

X – responder exclusivamente pelo gerenciamento dos recursos e pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

XI – devolver saldos e rendimentos remanescentes no prazo legal.

CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. Os recursos e rendimentos serão aplicados integralmente no objeto. As contratações da OSC observarão métodos usualmente adotados pelo setor privado, os princípios do art. 5º do MROSC e a compatibilidade dos preços com o mercado.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O Termo vigorará por 60 (sessenta) dias contados da assinatura, podendo ser prorrogado por termo aditivo mediante justificativa apresentada antes do término.

6.2. Haverá prorrogação de ofício quando a Administração Pública der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao período equivalente ao atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

7.1. O gestor acompanhará a execução com base nas metas e parâmetros do Plano de Trabalho, podendo utilizar visita técnica, programação oficial, atesto de apresentação, registros fotográficos e audiovisuais, relação de integrantes e relatório da OSC.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A OSC apresentará a prestação de contas final em até 30 (trinta) dias após o término da vigência, prorrogável por até 30 (trinta) dias mediante justificativa.

8.2. A análise priorizará o cumprimento do objeto e o alcance das metas e resultados, observados os arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014.

I – Relatório de Execução do Objeto e meios de comprovação;

II – Relatório de Execução Financeira e comprovantes, quando exigidos pela legislação ou necessários diante da insuficiência da comprovação do objeto;

III – comprovante de devolução de eventual saldo remanescente.

CLÁUSULA NONA – DOS BENS REMANESCENTES

9.1. Havendo aquisição de bens permanentes, o Plano de Trabalho indicará sua titularidade e destinação ao final da parceria, observado o interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

10.1. O Termo e o Plano de Trabalho poderão ser alterados por termo aditivo ou apostilamento, conforme a natureza da modificação, mediante justificativa e aprovação prévia, vedada a transfiguração do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. Pela execução em desacordo com o Plano de Trabalho ou a legislação, a Administração Pública poderá aplicar, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as sanções do art. 73 da Lei nº 13.019/2014: advertência; suspensão temporária; e declaração de inidoneidade, sem prejuízo do ressarcimento ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA, RESCISÃO E EXTINÇÃO

12.1. A parceria poderá ser denunciada por qualquer partícipe mediante comunicação formal com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ou rescindida por descumprimento, assegurado o devido processo legal.

12.2. Na extinção, a OSC prestará contas e devolverá os saldos remanescentes. Quando legalmente cabível, a Administração Pública poderá assumir ou transferir a execução para evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE E DO GESTOR

13.1. A eficácia do Termo fica condicionada à publicação de seu extrato. A parceria será gerida por agente público designado em ato próprio publicado em meio oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA E DO FORO
14.1. As controvérsias serão submetidas previamente à solução administrativa, com participação da assessoria jurídica municipal. Não havendo composição, fica eleito o foro da Comarca de Urucará/AM.
E, por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas.

Urucará/AM, 10 de julho de 2026.

JOÃO BOSCO FALABELLA	***ARTHUR GAMA DE OLIVEIRA***
Prefeito Municipal	Presidente
Administração Pública	Associação Cultural Junina Aparecida
TESTEMUNHA 1	TESTEMUNHA 2
Nome:_____	Nome:_____
CPF: _____	CPF: _____

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2026 – SEMEC
ESPÉCIE: Termo de Colaboração, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014.
PARTÍCIPES: Município de Urucará e ASSOCIAÇÃO CULTURAL JUNINA APARECIDA, CNPJ nº 51.698.240/0001-42.
FUNDAMENTO DA CELEBRAÇÃO DIRETA: Inexigibilidade de chamamento público, nos termos dos arts. 31 e 32 da Lei nº 13.019/2014, em razão da representação oficial e exclusiva da Quadrilha JUNINA APARECIDA pela OSC.
OBJETO: Apoio à preparação, produção e apresentação da Quadrilha JUNINA APARECIDA no XXVI Festival Folclórico de Quadrilhas Estilizadas de Urucará 2026, conforme Plano de Trabalho.
VALOR: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
DOTAÇÃO: UO 13.020801; Programa 13.392.0071.2045.0000; Natureza 3.3.50.41.00, Fonte STN 1.500.
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias contados da assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 10 de julho de 2026.

Publicado por:
Carlos Dos Santos Ramos
Código Identificador:C93819BA

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE URUCURITUBA

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Urucurituba/AM**,** através da Comissão Municipal de Contratações Publicas – CMCP avisa aos interessados, que por devido erro de digitação no AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 014/2026 - CMCP, publicado no dia 17 de agosto de 2026, edição nº. 4172, faz-se necessária à devida publicação para escoimar o erro cometido.
ONDE SE LÊ:
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 014/2026 - CMCP
A Prefeitura Municipal de Urucurituba/AM torna público aos interessados a realização da Concorrência Eletrônica Nº 014/2026.
LEIA – SE
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2026 - CMCP
A Prefeitura Municipal de Urucurituba/AM torna público aos interessados a realização da Concorrência Eletrônica Nº 013/2026.
Cientifique-se.
Registra-se.
Publica-se.
Cumpra-se.

Urucurituba/AM, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Francisco Fonseca de Souza
Código Identificador:7F5C3D22

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Urucurituba/AM**,** através da Comissão Municipal de Contratações Publicas – CMCP avisa aos interessados, que por devido erro de digitação no EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2026-CMCP/PMU, publicado no dia 16 de julho de 2026, edição nº. 4150, faz-se necessária à devida publicação para escoimar o erro cometido.
ONDE SE LÊ:
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2026-CMCP/PMU
LEIA – SE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2026-CMCP/PMU
Cientifique-se.
Registra-se.
Publica-se.
Cumpra-se.

Urucurituba/AM, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Francisco Fonseca de Souza
Código Identificador:1C0F2FCE

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Urucurituba, no uso de suas atribuições legais e, nos termos Art. 79. Inc. I - paralela e não excludente da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto 11.878/2024, do Decreto Municipal nº 053/2024, com suas devidas alterações, em face da classificação das propostas apresentadas no **CREDENCIAMENTO Nº 008/2026**, realizado via **plataforma Bolsa de Licitações e Leilões – BLL**, de acordo com o que Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços funerários, incluindo fornecimento de urnas funerárias e serviços correlatos, destinados ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social no Município de Urucurituba.
CONSIDERANDO, a realização do Credenciamento **008/2026**, que visa a **CREDENCIAMENTO de empresas do ramo de serviços funebres**.
CONSIDERANDO, a deliberação pela Comissão Municipal de credenciamento, cuja propostas foram aceitas pela Comissão Municipal, pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, referente ao credenciamento 008/2026.

RESOLVE:
I – ADJUDICAR em favor de:

1 – **W. W. De L. Figueiredo-EPP**, com sede na Rua: Av. Borba, 130, Cachoeirinha - Manaus-AM., inscrita no CNPJ nº 26.221.618/0001-75, credenciada para os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15,16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37 e 38, do edital constante no item 1.2 do termo de referência;
2 - MARIA LENICE LOPES RAMOS LTDA, com sede na Rua: Coronel Serudo Martins, nº 1424, Iracy - Itacoatiara/AM, inscrita no CNPJ nº 23.035.348/0001-10**,** credenciada para os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15,16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37 e 38, do edital constante no item 1.2 do termo de referência;

II – DO OBJETO: Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços funerários, incluindo fornecimento de urnas funerárias e serviços correlatos, destinados ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social no Município de Urucurituba
III – DOS VALORES: Os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15,16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37 e 38, totalizam o valor de R$ 1.836.892,67 (um milhão, oitocentos e trinta e seis mil, oitocentos e noventa e dois reais e sessenta e sete centavos), que serão fornecidos por um ou mais fornecedores credenciados, no regime de rodízio de fornecimento mensal. O Fiscal do Contrato deverá observar o princípio da isonomia do fornecimento, uma vez que os credenciados forneçam de forma igualitária o mesmo valor mensal, até exaurir o valor total do credenciamento.
IV – VIGENCIA: A vigência de 12 meses.

V – DO ORÇAMENTO: As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta contratação correrão à conta dos recursos:

Órgão: 02 – Poder Executivo
Unidade: 2.008 – Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS
Proj/Ativ.: 2.032 – Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS
Natureza da Despesa: 3.3.9.0.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos: 500 (Rec. Próprios)
Código reduzido: 175

VI – HOMOLOGAR a decisão final da Comissão Municipal de credenciamento, cuja propostas foram aceitas pela Comissão Municipal, pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, referente ao credenciamento 008/2026.
VII – PUBLIQUE-SE. CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

Urucurituba/AM, 26 de agosto de 2026.

LEÔNCIO ANTÔNIO TUNDIS CARVALHO
Prefeito Municipal de Urucurituba

Publicado por:
Francisco Carlos Dos Santos
Código Identificador:9420DA4D

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 408/2021
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021
CONTRATADA: G A S BARBOSA – EPP

O **MUNICÍPIO DE URUCURITUBA**, Estado do Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado **CONTRATANTE**, resolve promover a **RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2021**, celebrado com a empresa **G A S BARBOSA – EPP**, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato Administrativo nº 01/2021, decorrente da Tomada de Preços nº 01/2021, cujo objeto consiste na execução da obra de construção de Escola com 04 (quatro) salas de aula com quadra, padrão FNDE 2021, localizada na Comunidade São João do Guajará, Zona Rural do Município de Urucurituba/AM.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS DA RESCISÃO

A presente rescisão unilateral decorre da inexecução das obrigações assumidas pela CONTRATADA e da paralisação da execução da obra, conforme fatos, documentos, notificações e manifestações técnicas constantes do respectivo processo administrativo.

Durante a execução contratual, foram celebrados sucessivos termos aditivos destinados a possibilitar a continuidade e conclusão do empreendimento. Não obstante as prorrogações concedidas pela Administração, a obra permaneceu paralisada, motivando a expedição de notificações à CONTRATADA para retomada dos serviços e regularização da execução contratual.

Em resposta às providências adotadas pela Administração, a CONTRATADA atribuiu a paralisação às dificuldades logísticas ocasionadas pela estiagem dos rios da região e manifestou interesse na continuidade da execução, comprometendo-se a reorganizar sua estrutura operacional e promover a retomada da obra a partir do dia 18 de junho de 2026.

Todavia, conforme consignado pelo Setor de Engenharia no Memorando nº 147/2026, transcorrido o prazo indicado pela própria CONTRATADA, não houve mobilização de equipe, equipamentos ou materiais destinados à retomada dos serviços, permanecendo a obra paralisada.

A situação foi submetida à Procuradoria Geral do Município, que, mediante o **Parecer Jurídico nº 037/2026 – PGMU**, reconheceu a existência de elementos caracterizadores da inexecução contratual e opinou favoravelmente à adoção das providências destinadas à rescisão unilateral do Contrato Administrativo nº 01/2021, com observância do contraditório e da ampla defesa.

O referido Parecer Jurídico foi acolhido pela autoridade competente, determinando-se o prosseguimento do procedimento administrativo para adoção das providências necessárias à formalização da rescisão unilateral.

Previamente à presente decisão, a CONTRATADA foi formalmente notificada acerca da intenção da Administração de promover a rescisão unilateral do ajuste, sendo-lhe concedido prazo para apresentação de defesa escrita e dos documentos que entendesse pertinentes, em observância ao art. 78, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Transcorrido o prazo concedido sem apresentação de defesa pela CONTRATADA, foi certificado o respectivo decurso nos autos, prosseguindo-se regularmente com o procedimento administrativo.

Diante da permanência dos fundamentos que caracterizam a inexecução contratual, mostra-se necessária a formalização da rescisão unilateral, como medida destinada ao resguardo do interesse público e à adoção das providências necessárias à continuidade do empreendimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL E CONTRATUAL

A presente rescisão unilateral encontra fundamento nos arts. 77, 78, 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666/1993, especialmente diante do descumprimento das obrigações contratuais e da paralisação da execução da obra, bem como nas disposições constantes do próprio Contrato Administrativo nº 01/2021.

Nos termos da Cláusula Décima Terceira do instrumento contratual, o contrato poderá ser rescindido em razão da infringência às suas cláusulas e condições, observadas as hipóteses previstas nos arts. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/1993 e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Considerando os fatos devidamente apurados no processo administrativo, as manifestações da fiscalização, as notificações anteriormente expedidas, o Parecer Jurídico nº 037/2026 – PGMU e a decisão da autoridade competente, ficam reconhecidos os fundamentos necessários à rescisão unilateral do ajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DOS EFEITOS DA RESCISÃO

A presente rescisão produz os efeitos jurídicos previstos no Contrato Administrativo nº 01/2021 e nos arts. 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666/1993, sem prejuízo da adoção das demais providências administrativas necessárias ao resguardo do interesse público.

A rescisão não afasta a responsabilidade da CONTRATADA pelos atos praticados durante a execução contratual, nem prejudica a posterior apuração das consequências decorrentes da inexecução do objeto.

A Administração promoverá, mediante procedimento próprio e observância do contraditório e da ampla defesa quando exigíveis, a apuração das penalidades contratuais e legais eventualmente cabíveis, dos prejuízos suportados pelo Município, das perdas e danos decorrentes da inexecução, da possibilidade de execução de eventual garantia contratual e da existência de valores passíveis de ressarcimento ao erário.

Apurado e definitivamente constituído eventual crédito em favor da Fazenda Pública Municipal, poderão ser adotadas as medidas administrativas, extrajudiciais e judiciais necessárias à sua cobrança, na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESERVAÇÃO E CONTINUIDADE DO OBJETO

A rescisão do Contrato Administrativo nº 01/2021 não afasta o dever da Administração de adotar as providências necessárias à preservação dos serviços já executados e à proteção do patrimônio público, devendo os setores competentes promover o levantamento atualizado da situação física e financeira da obra e adotar as medidas necessárias para evitar deterioração, perda ou comprometimento das estruturas existentes.

Caberá, ainda, à Administração adotar as providências administrativas e técnicas necessárias à futura continuidade e conclusão do empreendimento, observada a legislação aplicável e as orientações

expedidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

CLÁUSULA SEXTA – DA CIÊNCIA E DO RECURSO ADMINISTRATIVO

A CONTRATADA deverá ser formalmente cientificada da presente rescisão unilateral, mediante entrega de cópia deste Termo e da respectiva decisão administrativa, assegurando-se lhe o exercício do direito de recurso na forma e no prazo estabelecidos no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/1993.

A comprovação da ciência da CONTRATADA deverá ser devidamente juntada aos autos do processo administrativo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

O presente Termo de Rescisão Unilateral deverá ser publicado na forma legal, para conhecimento dos interessados e produção dos efeitos jurídicos pertinentes, procedendo-se às demais comunicações e registros administrativos necessários.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente rescisão unilateral restringe-se à extinção do vínculo contratual, não importando, por si só, em quitação, renúncia ou reconhecimento de inexistência de obrigações pendentes entre as partes.

Permanecem resguardados ao Município de Urucurituba todos os direitos decorrentes do Contrato Administrativo nº 01/2021 e da legislação aplicável, especialmente aqueles relacionados à apuração de responsabilidades, aplicação das penalidades cabíveis e ressarcimento de eventuais prejuízos decorrentes da inexecução contratual.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, firma-se o presente **TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2021**, determinando-se sua juntada aos autos, publicação e ciência à CONTRATADA.

Urucurituba/AM, 27 de Agosto de 2026.

LEÔNCIO ANTÔNIO TUNDIS CARVALHO
Prefeito de Urucurituba-AM

Publicado por:
Francisco Fonseca de Souza
Código Identificador:6848221E

ESTADO DO AMAZONAS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARINTINS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARINTINS
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026 – SAAE
ESPÉCIE: Adesão à Ata de Registro de Preços
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fretamento de embarcações, tipo lancha, para atender às necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins – SAAE.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: nº 011/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 17/2025 da Prefeitura Municipal de Parintins.
EMPRESA DETENTORA DA ATA: H F PICANÇO LTDA
CNPJ nº 10.669.402/0001-37
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 95.600,00 (noventa e cinco mil e seiscentos reais).
AUTORIZAÇÃO: Fica autorizada a adesão à Ata de Registro de Preços para contratação da empresa acima identificada, visando atender às necessidades operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE.

Parintins-AM, 26 de agosto de 2026.

MARCOS ANWDREY MARINHO DA LUZ
Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE
Decreto 071/2025 – PGMP

Publicado por:
Inara Machado Oliveira
Código Identificador:4151F533

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARINTINS
PORTARIA Nº 051/2026 – SAAE

DESIGNA O SERVIDOR EUDES RAMOS DOS SANTOS PARA VIAJAR À ZONA RURAL, AUTORIZA PAGAMENTO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão **MARCOS ANWDREY MARINHO DA LUZ**, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins – SAAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 071/2025 – PGMP, com fulcro no artigo 76 da Lei Orgânica do Município de Parintins e Anexo I, Quadro II, da Lei Municipal Nº 703/2018 - PGMP.

CONSIDERANDO a competência e atribuições legais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins — SAAE, bem como a necessidade de prestar relevantes serviços à população deste município, com eficiência e transparência dos atos promovidos por esta Autarquia.

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento dos servidores, para desempenhar funções de interesse desta Autarquia na Zona Rural, no auxílio do abastecimento do **Festival de Verão no Distrito de Caburi.**

CONSIDERANDO que as passagens fluviais utilizadas pelo servidor durante o trajeto, foram custeadas pela Prefeitura Municipal de Parintins - PMP, no B/M Veigão VI.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o Servidor **EUDES RAMOS DOS SANTOS,** inscrito no **CPF sob o nº 015.139.372-94** ocupante do cargo **ENCANADOR**, para viajar a Zona Rural no período de **28/08/2026 a 30/08/2026,** para desempenhar funções de interesse desta Autarquia.

Art. 2º - AUTORIZAR o Setor Financeiro a efetuar o pagamento de 03 (três) diárias, para manutenção e pousada, no valor unitário de R$ 276,36 (duzentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos), totalizando RS 829,08 (oitocentos e vinte nove reais e oito centavos).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Parintins, 26 de agosto 2026.

MARCOS ANWDREY MARINHO DA LUZ
Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE
Decreto nº 071/2025 - PGMP

Publicado por:
Fatima de Souza Costa Filha
Código Identificador:D2BE9C6E

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARINTINS
PORTARIA Nº 052/2026 – SAAE

DESIGNA O SERVIDOR ODINEI CARVALHO RAMOS PARA VIAJAR À ZONA RURAL, AUTORIZA PAGAMENTO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão **MARCOS ANWDREY MARINHO DA LUZ**, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins – SAAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 071/2025 – PGMP, com fulcro no artigo 76 da Lei Orgânica do Município de Parintins e Anexo I, Quadro II, da Lei Municipal Nº 703/2018 - PGMP.

CONSIDERANDO a competência e atribuições legais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins — SAAE, bem como a necessidade de prestar relevantes serviços à população deste município, com eficiência e transparência dos atos promovidos por esta Autarquia.

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento dos servidores, para desempenhar funções de interesse desta Autarquia na Zona Rural, no auxílio do abastecimento do **Festival de Verão no Distrito de Caburi.**

CONSIDERANDO que as passagens fluviais utilizadas pelo servidor durante o trajeto, foram custeadas pela Prefeitura Municipal de Parintins - PMP, no B/M Veigão VI.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o Servidor **ODINEI CARVALHO RAMOS**, inscrito no **CPF sob o nº 010.343.882-31** ocupante do cargo **ENCANADOR**, para viajar a Zona Rural no período de **28/08/2026 a 30/08/2026**, para desempenhar funções de interesse desta Autarquia.

Art. 2º - AUTORIZAR o Setor Financeiro a efetuar o pagamento de 03 (três) diárias, para manutenção e pousada, no valor unitário de R$ 276,36 (duzentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos), totalizando RS 829,08 (oitocentos e vinte nove reais e oito centavos).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Parintins, 26 de agosto 2026.

MARCOS ANWDREY MARINHO DA LUZ
Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE
Decreto nº 071/2025 - PGMP

Publicado por:
Fatima de Souza Costa Filha
Código Identificador:34467D63

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARINTINS
PORTARIA Nº 053/2026 – SAAE

DESIGNA O SERVIDOR ROMISSON MACEDO RIBEIRO PARA VIAJAR À ZONA RURAL, AUTORIZA PAGAMENTO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão **MARCOS ANWDREY MARINHO DA LUZ**, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins – SAAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 071/2025 – PGMP, com fulcro no artigo 76 da Lei Orgânica do Município de Parintins e Anexo I, Quadro II, da Lei Municipal Nº 703/2018 - PGMP.

CONSIDERANDO a competência e atribuições legais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins — SAAE, bem como a necessidade de prestar relevantes serviços à população deste município, com eficiência e transparência dos atos promovidos por esta Autarquia.

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento dos servidores, para desempenhar funções de interesse desta Autarquia na Zona Rural, no auxílio do abastecimento do **Festival de Verão no Distrito de Caburi.**

CONSIDERANDO que as passagens fluviais utilizadas pelo servidor durante o trajeto, foram custeadas pela Prefeitura Municipal de Parintins - PMP, no B/M Veigão VI.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o Servidor **ROMISSON MACEDO RIBEIRO,** inscrito no **CPF sob o nº 050.180.882-57** ocupante do cargo **ENCANADOR**, para viajar a Zona Rural no período de **28/08/2026 a 30/08/2026**, para desempenhar funções de interesse desta Autarquia.

Art. 2º - AUTORIZAR o Setor Financeiro a efetuar o pagamento de 03 (três) diárias, para manutenção e pousada, no valor unitário de R$ 276,36 (duzentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos), totalizando RS 829,08 (oitocentos e vinte nove reais e oito centavos).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Parintins, 26 de agosto 2026.

MARCOS ANWDREY MARINHO DA LUZ
Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE
Decreto nº 071/2025 - PGMP

Publicado por:
Fatima de Souza Costa Filha
Código Identificador:725693F2

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARINTINS
PORTARIA Nº 054/2026 – SAAE

DESIGNA O SERVIDOR AGENOR VENUTA DE AMARAL PARA VIAJAR À ZONA RURAL, AUTORIZA PAGAMENTO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão **MARCOS ANWDREY MARINHO DA LUZ**, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins – SAAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 071/2025 – PGMP, com fulcro no artigo 76 da Lei Orgânica do Município de Parintins e Anexo I, Quadro II, da Lei Municipal Nº 703/2018 - PGMP.

CONSIDERANDO a competência e atribuições legais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins — SAAE, bem como a necessidade de prestar relevantes serviços à população deste município, com eficiência e transparência dos atos promovidos por esta Autarquia.

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento dos servidores, para desempenhar funções de interesse desta Autarquia na Zona Rural, no auxílio do abastecimento do **Festival de Verão no Distrito de Caburi.**

CONSIDERANDO que as passagens fluviais utilizadas pelo servidor durante o trajeto, foram custeadas pela Prefeitura Municipal de Parintins - PMP, no B/M Veigão VI.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o Servidor **AGENOR VENUTA DE AMARAL,** inscrito no **CPF sob o nº 617.905.322-72** ocupante do cargo **OPERADOR,** para viajar a Zona Rural no período de **28/08/2026 a 30/08/2026**, para desempenhar funções de interesse desta Autarquia.

Art. 2º - AUTORIZAR o Setor Financeiro a efetuar o pagamento de 03 (três) diárias, para manutenção e pousada, no valor unitário de R$ 276,36 (duzentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos), totalizando RS 829,08 (oitocentos e vinte nove reais e oito centavos).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Parintins, 26 de agosto 2026.

MARCOS ANWDREY MARINHO DA LUZ
Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE
Decreto nº 071/2025 - PGMP

Publicado por:
Fatima de Souza Costa Filha
Código Identificador:7E9E608C

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARINTINS
PORTARIA Nº 055/2026 – SAAE

DESIGNA O SERVIDOR FRANK JOHNNY DINIZ MARTINS PARA VIAJAR À ZONA RURAL, AUTORIZA PAGAMENTO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão **MARCOS ANWDREY MARINHO DA LUZ**, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins – SAAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 071/2025 – PGMP, com fulcro no artigo 76 da Lei Orgânica do Município de Parintins e Anexo I, Quadro II, da Lei Municipal Nº 703/2018 - PGMP.

CONSIDERANDO a competência e atribuições legais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins — SAAE, bem como a necessidade de prestar relevantes serviços à população deste município, com eficiência e transparência dos atos promovidos por esta Autarquia.

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento dos servidores, para desempenhar funções de interesse desta Autarquia na Zona Rural, no auxílio do abastecimento do **Festival de Verão no Distrito de Caburi.**
CONSIDERANDO que as passagens fluviais utilizadas pelo servidor durante o trajeto, foram custeadas pela Prefeitura Municipal de Parintins - PMP, no B/M Veigão VI.
RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o Servidor **FRANK JOHNNY DINIZ MARTINZ, inscrito no CPF sob o nº 002.971.292-01** ocupante do cargo **ELETRICISTA**, para viajar a Zona Rural no período de **28/08/2026 a 30/08/2026**, para desempenhar funções de interesse desta Autarquia.

Art. 2º - AUTORIZAR o Setor Financeiro a efetuar o pagamento de 03 (três) diárias, para manutenção e pousada, no valor unitário de R$ 276,36 (duzentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos), totalizando RS 829,08 (oitocentos e vinte nove reais e oito centavos).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Parintins, 26 de agosto 2026.

MARCOS ANWDREY MARINHO DA LUZ
Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE
Decreto nº 071/2025 - PGMP

Publicado por:
Fatima de Souza Costa Filha
Código Identificador:23799BB7

ESTADO DO AMAZONAS
SISTEMA DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO - AM

SISPREV/PF
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇO

Aviso de Cotação de Preço

SISTEMA DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO-AM

AVISO DE ADMISSÃO DE PROPOSTAS / COTAÇÃO DE PREÇOS

OBJETO: Aquisição de RECARGAS para extintores de incêndio, para atendimento das necessidades do Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Munícipio de Presidente Figueiredo-SISPREV
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.
O **SISTEMA DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO-AM,** torna público que está realizando coleta de orçamentos para a contratação direta do objeto acima descrito. As empresas interessadas poderão enviar suas propostas comerciais até o dia **03/09/2026, considerando no mínimo de 3 dias úteis**, às **13** horas.
Especificações Mínimas dos Itens:
Item 1: Recargas para Extintores de Incêndio Pó Químico Seco (PQS) - Carga ABC - [Capacidade 6kg] - Quantidade: 03 (três) unidades.
Item 2: Recargas para Extintores de Incêndio Dióxido de Carbono (CO2) - Carga BC - [Capacidade, 6kg]: Quantidade: 02 (duas) unidades;
Item 3: Recargas para Extintores de Incêndio - Agua Pressurizada – carga 10 (dez) LITROS – Quantidade 03 (Três) unidades.
Requisitos da Proposta:
Prazo de validade da proposta não inferior a 60 dias.
Inclusão de todos os custos com frete, tributos e encargos.
Envio de Cartão CNPJ e Certidão Negativa de Débitos Federais (CND) conjuntamente.
As propostas deverão ser encaminhadas para o e-mail**.: sisprev@pmpf.am.gov.br** ou protocoladas presencialmente no endereço: **Avenida Onça Pintada, 304 – Bairro Galo da Serra-Município de Presidente Figueiredo-AM**.

EDNAMAR DA SILVA E SILVA
Membro da Equipe de Apoio

Publicado por:
Ednamar da Silva e Silva
Código Identificador:C7F1946D

SISPREV/PF
TERMO DE REFERENCIA-PAD 25-2026

Termo de Referência
TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026
1. DO OBJETO: Aquisição de RECARGAS para extintores de incêndio, conforme especificações deste Termo.
2. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E QUANTITATIVOS:
Item 01: Recargas para Extintores de Incêndio portátil, carga de Pó Químico Seco (PQS), pressurização direta, capacidade de carga 6kg, classe ABC. Quantidade: 03 (três)
Item 02: Recargas para Extintores de Incêndio portátil, carga de Dióxido de Carbono (CO2), capacidade de carga 6kg, classe de extinção BC. Quantidade: 02 (duas)
Item 03: Recargas para Extintores de Incêndio - Agua Pressurizada – carga 10 (dez) LITROS – Quantidade 03 (Três) unidades.
3. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA: O objeto deverá ser entregue em lote único, no prazo máximo de 10 (dez), dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Serviço no endereço: Avenida Onça Pintada, 304- Bairro Galo da Serra, no Município de Presidente Figueiredo-AM
4. DA GARANTIA: As RECARGAS dos extintores deverão possuir garantia contra defeitos e validade da carga por, no mínimo, 12 (doze) meses a contar da data de recebimento definitivo.

5. DO PAGAMENTO: O pagamento será realizado em parcela única, no prazo de até 15 (quinze) dias após a entrega dos materiais e apresentação da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

SOLANGE DUARTE MOREIRA
Diretora Administrativa e Financeira

Publicado por:
Ednamar da Silva e Silva
Código Identificador:20751BEB

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE JURUÁ

CAMARA MUNICIPAL DE JURUA
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A Câmara Municipal de Juruá/AM, torna público o pedido de cotação dos produtos relacionados, visando conhecer os preços praticados no mercado.

CONTRATANTE
CÂMARA MUNICIPAL DE JURUÁ - AM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE PRAGAS, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, FUMIGAÇÃO, DESINFECÇÃO, SANITIZAÇÃO E ASSEPSIA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, PRODUTOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NO PRÉDIO E DEMAIS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JURUÁ/AM, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE CONTROLE DE PRAGA - Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de controle de praga, especificamente **DESINSETIZAÇÃO**, na area externa com fornecimento de mão-de-obra, material e equipamentos necessários para execução do serviço.	M²	3000	R$ -	R$ -
2	SERVIÇO DE CONTROLE DE PRAGA - Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de controle de praga, especificamente **DESRATIZAÇÃO**, na area externa com fornecimento de mão-de-obra, material e equipamentos necessários para execução do serviço.	M²	3000	R$ -	R$ -
3	SERVIÇO DE CONTROLE DE PRAGA - Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de controle de praga, **COMO BARATAS, MOSCAS, ARANHAS, E MORCEGOS**, com fornecimento de mão-de-obra, material e equipamentos necessários para execução do serviço.	M²	3000	R$ -	R$ -
4	SERVIÇO DE CONTROLE DE PRAGA - Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de controle de praga, especificamente **DESCUPINIZAÇÃO**, na area externa com fornecimento de mão-de-obra, material e equipamentos necessários para execução do serviço.	M²	3000	R$ -	R$ -
5	**SERVIÇO DE SANITIZAÇÃO** - Descrição: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de limpeza e sanitização, com emissão de laudo	M²	3000	R$ -	R$ -
6	SERVIÇO DE CONTROLE DE PRAGA - Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de controle de praga, especificamente **FUMIGAÇÃO**, com fornecimento de mão-de-obra, material e equipamentos necessários para execução do serviço.	M²	3000	R$ -	R$ -
7	**SERVIÇO DE DESINFECÇÃO** - Descrição: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de desinfecção, com emissão de laudo	M²	3000	R$ -	R$ -
8	**SERVIÇO DE ASSEPSIA** - Descrição: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de assepsia, com emissão de laudo	M²	3000	R$ -	R$ -
9	**SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO - FORRO** - Descrição: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de desinsetização, com emissão de laudo	M²	3000	R$ -	R$ -
10	SERVIÇO DE CONTROLE DE PRAGA - Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de controle de praga, especificamente **DESCUPINIZAÇÃO**, no forro com fornecimento de mão-de-obra, material e equipamentos necessários para execução do serviço.	M²	3000	R$ -	R$ -
11	**SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO - FORRO** - Descrição: contratação de empresa especializada para prestação de desratização, com emissão de laudo	M²	3000	R$ -	R$ -
VALOR TOTAL					**0,00**

As cotações deverão ser encaminhadas ao e-mail**:** camarajurua@gmail.com**, no prazo de 03 (três) dias.**

Juruá/AM, 26 de agosto de 2026

MARIA ELSANI PEREIRA DA SILVA
Agente de Contratação da Câmara Municipal

Publicado por:
Maria Elsani Pereira da Silva
Código Identificador:239EB8D1

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAQUIRI

PODER LEGISLATIVO
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

CAMARA MUNICIPAL DE MANAQUIRI				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA				
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO/2026 A JUNHO/2026				
RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				R$ 1
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		1º Semestre	**2º Semestre**	**-**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	
Internos	0,00	0,00	0,00	
Externos	0,00	0,00	0,00	
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	
Internos	0,00	0,00	0,00	
Externos	0,00	0,00	0,00	
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	
De Tributos	0,00	0,00	0,00	

De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)	41.900,51	92.996,34	0,00	
Disponibilidade de Caixa	41.900,51	92.996,34	0,00	
Disponibilidade de Caixa Bruta	49.687,59	142.183,62	0,00	
(-) Restos a Pagar Processados	0,07	0,07	0,00	
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	7.787,01	49.187,21	0,00	
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	-41.900,51	-92.996,34	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	0,00	0,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	
% da DC sobre a RCL (I/VI)	0,00	0,00	0,00	
% da DCL sobre a RCL (III/VI)	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120%>	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108%>	0,00	0,00	0,00	
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		1º Semestre	**2º Semestre**	**-**
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)	0,00	0,00	0,00	
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	
RP NÃO-PROCESSADOS	42.662,70	0,00	0,00	
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	

EWERTON ESTEVAM JACOB DE SOUZA	***CINTHIA TORRES DE SOUZA***	***ADELAIDE RONNAU DA SILVA***
436.981.072-87	755.895.592-00	230.926.702-30
Vereador Presidente	Gerente Financeiro	Contadora CRC 016256/O-5

Publicado por:
Raiane Sousa Dos Santos
Código Identificador:46F502B2

PODER LEGISLATIVO
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

CAMARA MUNICIPAL DE MANAQUIRI				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES				
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO/2026 A JUNHO/2026				
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				R$ 1
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		1º Semestre	**2º Semestre**	**-**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	0,00	0,00	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	0,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22%>	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,8%>	0,00	0,00	0,00	
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		1º Semestre	**2º Semestre**	**-**
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	

EWERTON ESTEVAM JACOB DE SOUZA	***CINTHIA TORRES DE SOUZA***	***ADELAIDE RONNAU DA SILVA***
436.981.072-87	755.895.592-00	230.926.702-30
Vereador Presidente	Gerente Financeiro	Contadora CRC 016256/O-5

Publicado por:
Raiane Sousa Dos Santos
Código Identificador:A956DDC2

PODER LEGISLATIVO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

CAMARA MUNICIPAL DE MANAQUIRI		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO/2026 A JUNHO/2026		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$ 1
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	0,00	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14.4%>	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Semestre; de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

EWERTON ESTEVAM JACOB DE SOUZA	***CINTHIA TORRES DE SOUZA***	***ADELAIDE RONNAU DA SILVA***
436.981.072-87	755.895.592-00	230.926.702-30
Vereador Presidente	Gerente Financeiro	Contadora CRC 016256/O-5
FONTE: SCPI - Contabilidade [23582], CÂMARA MUNICIPAL DE MANAQUIRI		

Publicado por:
Raiane Sousa Dos Santos
Código Identificador:5696DD6B

PODER LEGISLATIVO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

CAMARA MUNICIPAL DE MANAQUIRI		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO/2026 A JUNHO/2026		
LRF, art. 48 – Anexo 6		R$ 1
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR
Receita Corrente líquida		0,00
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		0,00
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		0,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	0,00	0,00
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,00	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,00	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,00	5,40
DÍVIDA CONSOLÍDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00

Publicado por:
Raiane Sousa Dos Santos
Código Identificador:DE558070

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE ANAMÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 258/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 258/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE ANAMÃ, KÁTIA MARIA DANTAS RIBEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 54, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Anamã nº 001/90, de 04 de abril de 1990, com redação dada pela Emenda nº 001/2018;
CONSIDERANDO, o disposto nas Leis Municipais nº 190/2010 e nº 104-A/2003, que tratam dos cargos de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração, bem como da contratação por tempo determinado;
RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR os Servidores abaixo relacionados para exercer os devidos CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO da Prefeitura Municipal de Anamã, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E GABINETE DA PREFEITA** do Anexo VI da Lei Nº 190/10, com seus vencimentos e atribuições previstas em lei, a contar de **01 de agosto de 2026.**
Art. 2º Os nomeados deveram desempenhar a função e exercer suas atividades com responsabilidade, empenho e dedicação, de acordo com as diretrizes do Governo Municipal.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANAMÃ, em 01 de agosto de 2026.

KÁTIA MARIA DANTAS RIBEIRO
Prefeita Municipal de Anamã/AM

RELAÇÃO DE NOMEAÇÃO DE SERVIDORES
PORTARIA DE Nº 258/2026
ANEXO ÚNICO

Nº PORTARIA	NOMES DOS SERVIDORES	CARGOS	SITUAÇÃO	SIMBOLOGIA	LOTAÇÃO
258-A	FERNANDA GABRIELA ABREU DA SILVA	SECRETÁRIA EXECUTIVA	COMISSIONADO	CC-08	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
259	DARLIANE SOUZA DOS SANTOS	ASSESSOR TÉCNICO SUPERIOR	COMISSIONADO	CC-02	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
260	JOELZA FELIX BATISTA	ASSESSOR II	COMISSIONADO	CC-12	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
261	JOSE VICTOR DA SILVA SOARES	SECRETÁRIO EXECUTIVO	COMISSIONADO	CC-08	SECRETARIA DE SAÚDE
262	EDUARDA KAROLINE DANTAS RABELO	ASSESSOR I	COMISSIONADO	CC-11	GABINETE DA PREFEITA
267	LIANE LELIS DE SOUZA	ASSESSOR I	COMISSIONADO	CC-11	SECRETARIA DE SAÚDE
268	RAILA DOS SANTOS RIBEIRO	ASSESSOR I	COMISSIONADO	CC-11	SECRETARIA DE SAÚDE

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:011E3BA2

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE CAAPIRANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
REFERÊNCIAL CURRICULAR BNCC COMPUTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

REFERÊNCIAL
CURRICULAR
BNCC
COMPUTAÇÃO
DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Caapiranga – AM
2026
SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.. 3
2. CONTEXTUALIZAÇÃO.. 4
3. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA. 5
4. A EDUCAÇÃO INFANTIL E A COMPUTAÇÃO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS. 6
5. CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA, APRENDIZAGEM E COMPUTAÇÃO.. 8
5.1. Jean Piaget e a construção do conhecimento. 9
5.2. Lev Vygotsky e a aprendizagem mediada. 9
5.3. Henri Wallon e o desenvolvimento integral 10
5.4. Seymour Papert e o Construcionismo. 10
5.5. Paulo Freire e a educação problematizadora. 10
5.6. José Armando Valente e a Computação. 11
6. A EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL. 11
7. OS TRÊS EIXOS ESTRUTURANTES DA BNCC COMPUTAÇÃO.. 12
8. OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS. 13
9. ESTRUTURA DA BNCC COMPUTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL. 14
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA COMPUTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL. 15
11. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA COMPUTAÇÃO.. 17
12. PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO.. 18
13. FORMAÇÃO DOS PROFESSORES. 18
14. CONSIDERAÇÕES FINAIS 19
REFERÊNCIAS. 21

1. APRESENTAÇÃO

A transformação digital vivenciada pela sociedade contemporânea tem provocado mudanças significativas nas formas de comunicação, produção do conhecimento, interação social e participação cidadã. Nesse contexto, torna-se imprescindível que a escola amplie suas práticas pedagógicas, incorporando experiências que favoreçam o desenvolvimento das competências necessárias para que as crianças compreendam, utilizem e participem criticamente da Educação Digital e Midiática desde os primeiros anos de escolarização.

A Implementação da Base Nacional Comum Curricular da Computação - BNCC Computação na Educação Infantil representa um importante avanço para a educação brasileira, ao reconhecer que o desenvolvimento do pensamento computacional, da cultura digital e da compreensão do mundo digital pode ocorrer por meio das brincadeiras, das interações, das investigações e das múltiplas experiências vivenciadas pelas crianças, respeitando suas especificidades e garantindo o direito de aprender de forma significativa.

Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Educação de Caapiranga apresenta o **Referencial Curricular Computação da Educação Infantil de Caapiranga**, elaborado com a finalidade de orientar as práticas pedagógicas das instituições de ensino da rede municipal, assegurando a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Complemento da BNCC – Computação.

Este documento constitui um instrumento orientador para professores, gestores, coordenadores, pedagógicos e demais profissionais da educação, oferecendo fundamentos teóricos, orientações metodológicas, organização curricular, sugestões de práticas pedagógicas, instrumentos de avaliação e exemplos de atividades que integram os eixos: **Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital**. A organização desses eixos segue o Complemento da BNCC para Computação na Educação Infantil, que apresenta premissas, objetivos de aprendizagem e exemplos de práticas voltadas às crianças.

A proposta fundamenta-se na compreensão de que a Computação, na Educação Infantil, não corresponde ao ensino de programação de forma tradicional, mas à criação de experiências educativas que promovam a curiosidade, a criatividade, a resolução de problemas, a cooperação, a investigação, o reconhecimento de padrões, a construção de algoritmos por meio das brincadeiras e o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.

Considerando as características do município de Caapiranga, o presente Referencial também valoriza as especificidades amazônicas, incentivando práticas pedagógicas contextualizadas com a realidade das crianças, respeitando a diversidade cultural, ambiental e social presente nas comunidades urbanas, rurais e ribeirinhas.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

A educação contemporânea é desafiada a preparar crianças para viver em uma sociedade marcada pela intensa presença das tecnologias digitais. Desde os primeiros anos de vida, as crianças interagem com diferentes dispositivos tecnológicos, observam o uso cotidiano de celulares, computadores, televisores, assistentes virtuais e outros recursos digitais, construindo significados sobre o funcionamento do mundo ao seu redor. Nesse cenário, torna-se indispensável que a escola assuma o compromisso de promover uma educação que ultrapasse o simples acesso às tecnologias, favorecendo o desenvolvimento de competências que possibilitem compreender, criar, comunicar-se e resolver problemas de maneira crítica, ética e criativa.

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, constitui um período fundamental para o desenvolvimento integral das crianças, envolvendo aspectos físicos, cognitivos, emocionais, sociais, culturais e linguísticos. É nesse momento que se consolidam experiências essenciais para a construção da autonomia, da curiosidade, da criatividade e da capacidade investigativa, características que dialogam diretamente com os princípios da Computação previstos na Base Nacional Comum Curricular.

O Complemento da Base Nacional Comum Curricular – Computação reconhece que a aprendizagem da Educação Digital e Midiática na Educação Infantil deve ocorrer de forma lúdica, integrada às brincadeiras, às interações e aos Campos de Experiência, promovendo o reconhecimento de padrões, a elaboração de sequências, a resolução de problemas, a exploração de dispositivos digitais e a utilização consciente e segura das tecnologias. Essas experiências devem respeitar o desenvolvimento infantil e considerar a ludicidade como elemento central do processo educativo.

Este Referencial Curricular Municipal apresenta o compromisso da Secretaria Municipal de Educação de Caapiranga com a inovação pedagógica, a qualidade da educação pública e a formação integral das crianças. Mais do que introduzir novos objetivos de aprendizagens, este documento propõe uma reorganização das práticas pedagógicas, incentivando metodologias investigativas, aprendizagem baseada em brincadeiras plugadas e desplugadas, uso pedagógico das tecnologias digitais e integração entre Educação Digital e Midiática e os Campos de Experiência da Educação Infantil.

Ao considerar as características geográficas, culturais e ambientais do município de Caapiranga, o Referencial reafirma a importância de uma educação contextualizada, valorizando os saberes das comunidades urbanas, rurais e ribeirinhas. A realidade amazônica oferece inúmeras possibilidades para o desenvolvimento do pensamento computacional por meio da observação da natureza, da identificação de padrões presentes na fauna e na flora, da organização de sequências, da resolução de desafios cotidianos e da valorização das práticas culturais locais.

A implementação da BNCC Computação representa, portanto, um passo importante para consolidar uma educação pública conectada aos avanços da Educação Digital e Midiática do século XXI, comprometida com a equidade, a inclusão, a cidadania digital e a formação de crianças capazes de participar ativamente da sociedade contemporânea.

3. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA

Atualmente a sociedade vivencia profundas transformações decorrentes dos avanços científicos e tecnológicos, que modificam as formas de comunicação, de acesso à informação, de produção do conhecimento e de interação entre as pessoas.

As crianças da Educação Infantil estão inseridas nesse contexto desde muito cedo e convivem, diariamente, com diferentes artefatos digitais, observando, explorando e atribuindo significados às tecnologias presentes em seu dia a dia.

Essa realidade exige que a escola amplie suas práticas pedagógicas, promovendo uma educação que ultrapasse o uso meramente instrumental das tecnologias digitais. Nesse contexto, torna-se essencial criar oportunidades para que as crianças desenvolvam competências relacionadas ao Pensamento Computacional, ao Mundo Digital e à Cultura Digital, por meio de experiências significativas, lúdicas e adequadas à faixa etária, respeitando as especificidades da infância e valorizando a brincadeira, a interação e a exploração como eixos estruturantes da Educação Infantil.

Sem a mediação da Educação Digital e Midiática, o contato das crianças com as tecnologias pode ocorrer de forma desorientada, marcado pelo uso excessivo de telas e pela exposição a estímulos rápidos e altamente recompensadores, o que pode comprometer experiências de aprendizagem mais equilibradas e intencionais. Em contrapartida, quando a Educação

Digital e Midiática é integrada às práticas pedagógicas como parte do currículo, possibilita a exploração orientada, crítica, segura e equilibrada do mundo digital, favorecendo a construção de conhecimentos, o compartilhamento de vivências, o desenvolvimento da autonomia, o respeito nas interações e o uso ético e responsável das tecnologias.

Assim, a Implementação da BNCC Computação alinhada as práticas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento da Educação Digital e Midiática, reforça que a diferença não está no acesso às tecnologias, mas na intencionalidade pedagógica com que elas são incorporadas ao processo educativo desde a infância.

O Complemento da BNCC Computação destaca que as experiências voltadas à Educação Digital e Midiática devem estar articuladas aos Campos de Experiência da Educação Infantil e fundamentadas em quatro premissas: Nesse sentido, este Referencial Curricular Municipal adota a implementação da Computação de forma Transversal integrada ao currículo da Educação Infantil, assegurando que as experiências propostas contribuam para o desenvolvimento integral das crianças, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular, valorizando a realidade amazônica e fortalecendo uma educação inovadora, inclusiva e socialmente comprometida.

Desta forma, a transversalidade é um princípio pedagógico que promove a integração de conhecimentos, competências, valores e práticas entre diferentes áreas do currículo, favorecendo uma aprendizagem contextualizada, interdisciplinar e significativa. Na Educação Infantil, esse princípio concretiza-se por meio da articulação entre os Campos de Experiência, os Direitos de Aprendizagem e as vivências das crianças, possibilitando que diferentes temas, como a Educação Digital e Midiática, sejam desenvolvidos de forma integrada às práticas pedagógicas, respeitando as especificidades da infância e ampliando as oportunidades de aprendizagem.

4. A EDUCAÇÃO INFANTIL E A COMPUTAÇÃO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, social e cultural, complementando a ação da família e da comunidade. Esse direito é assegurado pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, garantindo igualdade de condições para o acesso, permanência e aprendizagem ao longo da ida.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), reafirma esse princípio ao reconhecer a Educação Infantil como etapa essencial da Educação Básica e ao estabelecer que as propostas pedagógicas devem assegurar o desenvolvimento integral das crianças por meio de práticas educativas fundamentadas nas interações e nas brincadeiras.

Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) consolidou um novo paradigma para a Educação Infantil, organizando o currículo a partir dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento e dos Campos de Experiência, reconhecendo a criança como sujeito histórico, social, competente, protagonista de suas aprendizagens e produtora de cultura.

As mudanças sociais decorrentes da expansão das tecnologias digitais tornaram necessária a ampliação do currículo nacional, culminando na publicação da Resolução CNE/CEB nº 1, de 4 de outubro de 2022, que instituiu normas complementares à BNCC Computação na Educação Básica. Esse documento reconhece a Educação Digital e Midiática como conhecimento essencial à formação cidadã e organiza sua implementação em três eixos estruturantes: Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital.

A Resolução CIF nº 24, de 15 de junho de 2026, destaca a importância dos referenciais curriculares como instrumentos que orientam o planejamento pedagógico e a implementação da BNCC e seu complemento à Computação nas redes de ensino. Seu alinhamento contribui para fortalecer a gestão educacional, garantir a qualidade do ensino e atender às condicionalidades do Fundeb para o recebimento da complementação Valor Anual por Aluno por Resultados VAAR.

Na Educação Infantil, os eixos da BNCC Computação devem ser desenvolvidos de forma Transversal, alinhados aos Campos de Experiência e Objetivos de Aprendizagens, respeitando as características do desenvolvimento infantil e promovendo experiências que envolvam saberes voltados ao Pensamento Computacional, Cultura Digital e Mundo Digital, de forma lúdica e contextualizada.

Outro marco importante é a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que instituiu a Política Nacional de Educação Digital (PNED). A legislação estabelece princípios, objetivos e estratégias para assegurar o acesso, a inclusão e a formação em Educação Digital, fortalecendo a integração das tecnologias ao currículo escolar e contribuindo para o desenvolvimento de competências digitais em todas as etapas da Educação Básica.

Complementarmente, a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC) fortalece as ações voltadas à conectividade, à infraestrutura tecnológica e à formação continuada dos profissionais da educação, criando condições para que as redes de ensino implementem a Educação Digital de forma equitativa e sustentável.

No âmbito da primeira infância, o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) reforça a importância de políticas públicas integradas que assegurem o desenvolvimento integral das crianças desde os primeiros anos de vida. Esse marco orienta que as práticas pedagógicas respeitem os direitos das crianças, promovam experiências significativas e valorizem o brincar, princípios plenamente compatíveis com da Educação Digital e Midiática na Educação Infantil.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009) também fundamentam este Referencial ao estabelecer que as propostas pedagógicas devem garantir os direitos das crianças à convivência, à participação, à exploração, à expressão e ao conhecimento de si e do mundo, por meio de práticas contextualizadas e culturalmente significativas.

Dessa forma, a Implementação da BNCC Computação na Educação Infantil não representa a introdução de um Campo de Experiência isolado, mas a integração de conhecimentos, práticas e experiências que dialogam com os princípios da Educação Digital e Midiática, promovendo o desenvolvimento do pensamento computacional, da criatividade, da colaboração, da comunicação, da resolução de problemas e da cidadania digital, em consonância com os objetivos da educação brasileira.

No município de Caapiranga, este Referencial Curricular Municipal reafirma o compromisso da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, com uma educação pública inovadora, inclusiva e socialmente referenciada, orientando as instituições de ensino quanto a Implementação da BNCC Computação de forma contextualizada à realidade amazônica, respeitando a diversidade cultural, ambiental e social das comunidades urbanas, rurais e ribeirinhas.

5. CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA, APRENDIZAGEM E COMPUTAÇÃO

A Educação Infantil brasileira compreende a criança como sujeito histórico, social, cultural e de direitos, capaz de produzir conhecimentos, estabelecer relações, comunicar-se, brincar, investigar e construir hipóteses sobre o mundo desde os primeiros anos de vida. Essa concepção rompe

com perspectivas que compreendiam a infância apenas como etapa preparatória para o Ensino Fundamental e reconhece que a criança participa ativamente da construção de sua aprendizagem.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) confirma esse entendimento ao organizar a Educação Infantil em torno dos Direitos de Aprendizagem e dos Campos de Experiência, valorizando as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes das práticas pedagógicas de ensino, integrando-se às experiências das crianças de maneira significativa, favorecendo a exploração, a criatividade, a resolução de problemas e a construção de conhecimentos por meio de situações lúdicas.

O Complemento da BNCC Computação orienta que as experiências computacionais na Educação Infantil sejam fundamentadas na ludicidade, na exploração de padrões, na criação de algoritmos e na resolução de problemas por meio de brincadeiras e interações, preservando o desenvolvimento infantil.

Neste Referencial Curricular, compreende-se a Computação como uma linguagem que amplia as possibilidades de expressão, investigação, comunicação e resolução de problemas. Na Educação Infantil, ensinar Educação Digital e Midiática não significa ensinar programação de forma tradicional, mas criar oportunidades para que as crianças possam: Reconhecer padrões; organizar sequências; criar algoritmos por meio das brincadeiras; explorar diferentes formas de interação com objetos e dispositivos; compreender o funcionamento básico do mundo digital; e desenvolver atitudes éticas e responsáveis no uso das tecnologias.

Essas experiências articulam-se aos Campos de Experiência da BNCC e aos três eixos do Complemento da BNCC Computação:

Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças.

O documento-base da BNCC Computação para a Educação Infantil, organiza esses eixos com Objetivos de Aprendizagem específicos e exemplos de atividades plugadas e desplugadas.

5.1. Jean Piaget e a construção do conhecimento

Jean Piaget (1896–1980) compreende o desenvolvimento infantil como resultado da interação permanente entre a criança e o meio. Segundo o autor, o conhecimento é construído progressivamente por meio da ação sobre os objetos, da experimentação e da resolução de problemas.

Na Educação Infantil, as crianças encontram-se predominantemente no estágio pré-operatório, caracterizado pelo desenvolvimento da linguagem, da imaginação, da representação simbólica e das primeiras formas de raciocínio lógico.

Sob essa perspectiva, as atividades de Computação devem possibilitar que as crianças: observem regularidades; comparem objetos; identifiquem padrões; organizem sequências; experimentem diferentes estratégias para resolver desafios; representem ideias por meio de desenhos, histórias, movimentos e jogos. Essas experiências favorecem a construção do pensamento lógico de forma compatível com o desenvolvimento cognitive infantil.

5.2. Lev Vygotsky e a aprendizagem mediada

Lev Vygotsky (1896–1934) compreende a aprendizagem como um processo social, construído por meio das interações entre a criança, os adultos e seus pares. Para o autor, o desenvolvimento ocorre inicialmente no plano social para, posteriormente, ser internalizado pelo indivíduo.

A teoria histórico-cultural destaca a importância da mediação pedagógica e da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), entendida como a distância entre aquilo que a criança consegue realizar sozinha e aquilo que consegue realizar com o apoio de um adulto ou de colegas mais experientes.

No contexto da Computação, isso significa que o professor desempenha papel essencial na organização de experiências que desafiem as crianças a pensar, investigar, levantar hipóteses e construir soluções coletivamente.

As atividades computacionais devem privilegiar: colaboração, diálogo, resolução coletiva de desafios, investigação, argumentação e construção compartilhada do conhecimento.

Assim, o desenvolvimento do pensamento computacional ocorre de forma integrada ao desenvolvimento da linguagem, da socialização e da autonomia.

5.3. Henri Wallon e o desenvolvimento integral

Henri Wallon (1879–1962) enfatiza que o desenvolvimento infantil envolve dimensões cognitivas, afetivas, motoras e sociais, que se influenciam mutuamente.

Essa perspectiva reforça que as atividades de Computação na Educação Infantil devem envolver o corpo, o movimento, as emoções e as relações interpessoais. As práticas desplugadas, como circuitos motores, brincadeiras de comando, jogos cooperativos, dramatizações e desafios em grupo, favorecem o desenvolvimento simultâneo do raciocínio lógico, da coordenação motora, da expressão corporal e da convivência.

5.4. Seymour Papert e o Construcionismo

Entre os principais pesquisadores da Computação aplicada à Educação destaca-se Seymour Papert (1928–2016), matemático e pesquisador do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT).

Papert desenvolveu a teoria do Construcionismo, segundo a qual as crianças aprendem de maneira mais significative quando constroem objetos, projetos, histórias, jogos e soluções para problemas reais. Para o autor, o computador não deve ser utilizado apenas como instrumento para transmitir informações, mas como ferramenta que possibilita às crianças criar, experimentar, testar hipóteses e refletir sobre seus próprios processos de aprendizagem.

Embora muitas atividades possam utilizar recursos digitais, o Construcionismo também inspira práticas desplugadas, nas quais a construção ocorre por meio de materiais concretos, jogos, blocos, maquetes, dramatizações e brincadeiras.

Essa concepção dialoga diretamente com a BNCC Computação ao incentivar a elaboração de algoritmos, a resolução de problemas e a criação de diferentes estratégias para solucionar desafios.

5.5. Paulo Freire e a educação problematizadora

Paulo Freire (1921–1997) compreende a educação como prática da liberdade, baseada no diálogo, na participação e na construção coletiva do conhecimento. Sob essa perspectiva, a Computação não deve restringir-se ao ensino de técnicas ou ao uso de equipamentos tecnológicos. Ao contrário, deve favorecer situações em que as crianças observem seu contexto, formulem perguntas, investiguem problemas e construam soluções em colaboração.

Na Educação Infantil, essa abordagem traduz-se em experiências que valorizam: a curiosidade, a escuta das crianças, a investigação; a criatividade, a cooperação e o protagonismo infantil.

5.6. José Armando Valente e a Computação

Na Educação José Armando Valente é um dos principais pesquisadores brasileiros na área da Informática na Educação. Seus estudos destacam que as tecnologias digitais devem favorecer a aprendizagem ativa, a autoria e a resolução de problemas, superando práticas centradas apenas na transmissão de conteúdo.

Essa perspectiva aproxima-se da proposta da BNCC Computação, ao defender que as crianças aprendam utilizando diferentes linguagens e recursos para investigar, criar e comunicar ideias. Na Educação Infantil, essa concepção fortalece o uso de atividades plugadas e desplugadas que estimulem a experimentação, a criatividade e a construção coletiva do conhecimento.

6. A EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A implementação da Educação Digital e Midiática na Educação Infantil não tem como finalidade antecipar objetos de conhecimentos tradicionalmente associados ao Ensino Fundamental nem ensinar linguagens formais de programação. Seu propósito consiste em oferecer situações

de aprendizagem que estimulem o pensamento lógico, a criatividade, a investigação, a resolução de problemas, a colaboração e a comunicação, utilizando as brincadeiras, as interações e os diferentes contextos de aprendizagem como meios privilegiados para o desenvolvimento infantil.

Desta forma, a Implementação da BNCC Computação na Rede Municipal de Ensino de Caapiranga para Educação Infantil fundamenta-se nos seguintes princípios:

I – A criança como protagonista: A criança participa ativamente da construção do conhecimento, investigando, formulando hipóteses, criando estratégias e compartilhando descobertas com seus colegas e professores.

II – O brincar como metodologia: A brincadeira constitui a principal estratégia para o desenvolvimento das competências relacionadas ao pensamento computacional, ao mundo digital e à cultura digital.

III – Aprendizagem baseada em experiências: As propostas pedagógicas devem privilegiar situações concretas, desafios, investigações e resolução de problemas presentes no cotidiano infantil.

IV – Inclusão: Todas as crianças devem participar das atividades, respeitando suas características, ritmos de aprendizagem e necessidades específicas.

V – Contextualização: As experiências computacionais devem dialogar com a realidade das crianças, valorizando os aspectos culturais, sociais e ambientais do município de Caapiranga.

VI – Integração curricular: Computação não constitui um Campo de Experiência separado, mas integra-se aos Campos de Experiência e às demais práticas pedagógicas da Educação Infantil de forma Transversal.

7. OS TRÊS EIXOS ESTRUTURANTES DA BNCC COMPUTAÇÃO

A organização Curricular da BNCC Computação na Educação Infantil está estruturada em três eixos complementares. Pensamento Computacional

O Pensamento Computacional constitui um dos três eixos estruturantes da Computação na Educação Básica e compreende um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e estratégias que auxiliam na compreensão e na resolução de problemas por meio da observação, da identificação de padrões, da organização lógica de informações, da elaboração de sequências de ações e da criação de soluções.

Desta forma o pensamento computacional fundamenta-se em quatro pilares essenciais: decomposição, reconhecimento de padrões, abstração e algoritmos. Esses elementos possibilitam a resolução de problemas de maneira lógica, organizada e eficiente, favorecendo o desenvolvimento do raciocínio, da criatividade e da capacidade de análise. Na Educação Básica, esses pilares orientam práticas pedagógicas que estimulam os estudantes a compreender, planejar e solucionar desafios, contribuindo para a construção de competências previstas na BNCC Computação. Na Educação Infantil, o desenvolvimento do pensamento computacional ocorre por meio das brincadeiras, das interações e das experiências vivenciadas pelas crianças. Não se trata do ensino de programação formal, mas da criação de situações pedagógicas que estimulem a curiosidade, a criatividade, a investigação, a resolução de desafios e a construção coletiva de conhecimentos.

O Complemento da BNCC para Computação organiza esse eixo em seis objetivos de aprendizagem que envolvem reconhecimento de padrões, elaboração de sequências, execução e criação de algoritmos, comparação de soluções e compreensão de decisões em dois estados.

Neste Referencial Curricular, o Pensamento Computacional será desenvolvido de forma Transversal alinhados aos Campos de Experiência da Educação Infantil, respeitando as características do desenvolvimento infantil e valorizando o contexto amazônico.

Mundo Digital O eixo Mundo Digital possibilita que as crianças compreendam os diferentes artefatos computacionais presentes em seu cotidiano, reconhecendo suas características, formas de funcionamento e possibilidades de interação. Na Educação Infantil, esse eixo não se limita ao uso de equipamentos eletrônicos, mas busca desenvolver uma compreensão inicial sobre como esses recursos fazem parte da vida das pessoas, ampliando a curiosidade, a investigação e a autonomia das crianças.

Desta forma, os pilares do Mundo Digital na Educação Infantil possibilitam que as crianças compreendam, de forma lúdica e adequada à sua faixa etária, como funcionam as tecnologias presentes no cotidiano. Ao conhecer hardware e software, identificar redes e internet e explorar a representação de dados, elas desenvolvem a curiosidade, o pensamento lógico e o uso consciente dos recursos digitais, estabelecendo as bases para uma aprendizagem significativa e para a formação de cidadãos preparados para a cultura digital.

Esses três pilares estão alinhados ao Complemento da BNCC – Computação, que organiza este eixo em três objetivos de aprendizagem: reconhecer dispositivos eletrônicos e não eletrônicos, compreender interfaces de interação e identificar diferentes formas de comunicação com dispositivos computacionais.

O desenvolvimento dessas aprendizagens deve ocorrer de maneira lúdica, integrada às brincadeiras, às interações e aos Campos de Experiência, valorizando a realidade das crianças e o uso pedagógico das tecnologias.

Cultura Digital O eixo Cultura Digital na Educação Infantil incentiva as crianças a utilizarem as tecnologias de forma segura, ética e responsável. Por meio dos pilares Segurança e Privacidade e Cidadania e Ética, elas aprendem a proteger suas informações, respeitar as outras pessoas e desenvolver atitudes conscientes no ambiente digital desde os primeiros anos de aprendizagem.

Desde a Educação Infantil, as crianças podem desenvolver hábitos relacionados à: segurança digital, respeito ao outro, cidadania digital, uso equilibrado das tecnologias, proteção de informações pessoais e convivência respeitosa nos ambientes digitais.

As atividades sugeridas incluem conversas, brincadeiras, dramatizações, produção de portfólios, caça ao tesouro com situações-problema e reflexões sobre o tempo de exposição às telas e o compartilhamento seguro de informações.

8. OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS

A Educação Digital e Midiática na Educação Infantil integra-se aos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), fortalecendo o desenvolvimento integral das crianças por meio dos seis Direitos de Aprendizagem:

Conviver;
Brincar;
Participar;
Explorar;
Expressar;
Conhecer-se.

Esses direitos são promovidos de forma articulada aos cinco Campos de Experiência, nos quais as competências relacionadas ao Pensamento Computacional, ao Mundo Digital e à Cultura Digital são desenvolvidas de maneira Transversal:

O eu, o outro e o nós;
Corpo, gestos e movimentos;
Traços, sons, cores e formas;
Escuta, fala, pensamento e imaginação;
Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Dessa forma, a Educação Digital e Midiática na Educação Infantil, potencializa as experiências de aprendizagem, favorecendo a investigação, a criatividade, a resolução de problemas, a colaboração e o uso ético e responsável das tecnologias digitais em diferentes contextos educativos.

9. ESTRUTURA DA BNCC COMPUTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A BNCC Computação para a Educação Infantil foi organizada considerando as características do desenvolvimento das crianças e a necessidade de proporcionar experiências de aprendizagem adequadas à faixa etária. Os Objetivos de Aprendizagem destinam-se ao grupo de Crianças Pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses) e estão organizados em três eixos estruturantes: Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital.

Em cada eixo são apresentados Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento, acompanhados de exemplos de práticas pedagógicas que auxiliam o professor na implementação da Educação Digital e Midiática de forma integrada aos Campos de Experiência da BNCC.
Para facilitar a organização curricular e a identificação dos objetivos, cada aprendizagem é representada por um Código alfanumérico, que informa a etapa de ensino, o grupo etário, área de conhecimento e a sequência do objetivo de aprendizagem no currículo.
Dessa forma, a estrutura dos códigos da Complementação BNCC Computação permite ao professor identificar, de maneira rápida e organizada, a etapa de ensino, o grupo etário e o objetivo de aprendizagem a ser desenvolvido. Essa padronização favorece o planejamento das práticas pedagógicas, o acompanhamento das aprendizagens e a integração da Educação Digital
e Midiática aos Campos de Experiência da Educação Infantil, garantindo que as propostas sejam coerentes com o desenvolvimento das crianças e alinhadas às orientações da BNCC.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA COMPUTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

EIXO	OBJETIVO DE APRENDIZAGEM BNCC COMPUTAÇÃO	EXEMPLO	INTERELAÇÃO COM OUTROS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA BNCC
PENSAMENTO COMPUTACIONAL	**(EI03CO01)** Reconhecer padrão de repetição em sequência de sons, movimentos, desenhos.	**Atividade Computação plugada:** **1)** Criar padrões de repetição em sequência com formas e cores diferentes; **2)** Completar a sequência de figuras de acordo com o padrão estabelecido por meio de jogo online. **Atividade Computação desplugada:** **1)** Perceber, por meio de tarefas de sua rotina, a repetição de movimentos; **2)** Reconhecer padrão por meio de sons do próprio corpo; **3)** Criar uma sequência a partir de um padrão de cores ou formas semelhantes, indicando a quantidade de repetições por meio de blocos de montar ou outros materiais	**(EI03ET01)** Estabelecer relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades. **(EI03ET05)** Classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças. **(EI03ET07)** Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência. **(EI03ET08)** Expressar medidas (peso, altura etc.), construindo gráficos básicos.
	(EI03CO02) Expressar as etapas para a realização de uma tarefa de forma clara e ordenada.	**Atividade Computação plugada:** **1)** Experienciar as etapas de execução de tarefas, discutindo como as tarefas são divididas em etapas a partir de jogos digitais. **Atividade Computação desplugada:** **1)** Expressar as etapas de realização de tarefas diárias por meio de desenhos ou de forma oral; **2)** Ordenar uma sequência de imagens que representam as etapas de uma tarefa diária.	**(EI03ET06)** Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e da sua comunidade.
EIXO	**OBJETIVO DE APRENDIZAGEM BNCC COMPUTAÇÃO**	**EXEMPLO**	**INTERELAÇÃO COM OUTROS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA BNCC**
PENSAMENTO COMPUTACIONAL	**(EI03CO03)** Experienciar a execução de algoritmos brincando com objetos (des)plugados.	**Atividade Computação plugada:** **1)** Experienciar a execução de algoritmos por meio de jogos digitais. **Atividade Computação desplugada:** **1)** Experienciar a execução de algoritmos por meio de percursos realizados a partir de desenhos no chão (ou maquetes); **2)** Experienciar a execução de algoritmos por meio de atividades manuais.	**(EI03CG02)** Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades. **(EI03CG03)** Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música. **(EI03CG05)** Coordenar suas habilidades manuais no atendimento adequado a seus interesses e necessidades em situações diversas.
	(EI03CO04) Criar e representar lgoritmos para resolver problemas.	**Atividade Computação Plugada:** **1)** Explorar jogos digitais, puzzles e jogos de programar que permitem representar uma sequência lógica para resolver problemas;	**(EI03EO02)** Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações.
		Atividade Computação Desplugada: **1)** Preparar uma receita (e.g. bolo, sorvete) com as crianças, evidenciando os passos para o preparo (algoritmo); **2)** Criar percursos, de uma origem até um destino, em um tabuleiro (e.g. papel, chão), representando os passos do trajeto.	**(EI03EO04)** Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos. **(EI03EO07)** Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos. **(EI03EF09)** Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.
EIXO	**OBJETIVO DE APRENDIZAGEM BNCC COMPUTAÇÃO**	**EXEMPLO**	**INTERELAÇÃO COM OUTROS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA BNCC**
PENSAMENTO COMPUTACIONAL	**(EI03CO05)** Comparar soluções algorítmicas para resolver um mesmo problema.	**Atividade Computação Plugada:** **1)** Comparar diferentes rotas executadas pelas crianças a partir de um jogo digital de labirinto. **Atividade Computação Desplugada:** **1)** Comparar diferentes rotas executadas pelas crianças a partir de um labirinto marcado no chão; **2)** Comparar diferentes formas de se realizar tarefas diárias.	**(EI03ET05)** Classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças. **(EI03ET07)** Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência. (EI03EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências. (EI03EF06) Produzir suas próprias histórias orais e escritas (com mediação).
	(EI03CO06) Compreender decisões em dois estados (verdadeiro ou falso).	**Atividade Computação plugada:** **1)** Criar um jogo digital a partir de um conjunto de perguntas com base em uma história, personagens ou tema de interesse da turma e avaliar as perguntas respondendo verdadeiro ou falso. **Atividade Computação desplugada:** **1)** Criar um conjunto de perguntas com base em uma história, personagens ou tema de interesse da turma; **2)** Realizar a brincadeira popular de "morto e vivo" (e suas variações) em que, ao invés de morto e vivo, sejam utilizadas frases passíveis de serem julgadas como verdadeiras (vivo) ou falsas (morto); **3)** "Verdadeiro ou Falso" / "Isso no meu mundo".	**(EI03EF04)** Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens, a estrutura da história. **(EI03EF05)** Recontar histórias ouvidas para produção de reconto escrito, tendo o professor como escriba. **(EI03EF08)** Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.). **(EI03ET05)** Classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças.
EIXO	**OBJETIVO DE APRENDIZAGEM BNCC COMPUTAÇÃO**	**EXEMPLO**	**INTERELAÇÃO COM OUTROS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA BNCC**
MUNDO DIGITAL	**(EI03CO07)** Reconhecer dispositivos eletrônicos (e não-eletrônicos), identificando quando estão ligados ou desligados (abertos ou fechados).	**Atividade Computação (Des)plugada:** **1)** Propor atividades de visualização ou exploração de dispositivos eletrônicos (e.g. lanterna, calculadora, televisão, celular, rádio, tablets); **2)** Participar de brincadeiras que demonstrem dois estados (ligado e desligado).	**(EI03ET05)** Classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças.
	(EI03CO08) Compreender o conceito de interfaces para comunicação com objetos (des)plugados.	**Atividade Computação Plugada:** **1)** Reconhecer as diferentes interfaces de aparelhos (e.g. micro-ondas, computador, projetor, controle remoto etc.) e suas partes, diferenciando as formas de comunicar ações. **2)** Representar, por meio de editores gráficos (e.g. Paint), as diferentes interfaces de aparelhos e suas partes. **Atividade Computação Desplugada:** **1)** Brincar de "telefone sem fio" (brincadeira popular), dialogando sobre o conceito de interface; **2)** Criar desenhos representando diferentes formas de interface dos aparelhos e suas partes (e.g. criar as teclas de um telefone).	**(EI03EF01)** Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão. **(EI03EF03)** Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas. **(EI03EF06)** Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa. **(EI03EF08)** Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.). **(EI03EF09)** Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.
EIXO	**OBJETIVO DE APRENDIZAGEM BNCC COMPUTAÇÃO**	**EXEMPLO**	**INTERELAÇÃO COM OUTROS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA BNCC**
MUNDO DIGITAL	**(EI03CO09)** Identificar dispositivos computacionais e as diferentes formas de interação.	**Atividade Computação Plugada:** **1)** Brincar com dispositivos (e.g. tablets, mesas e telas interativas, computador, dispositivos robóticos, tecnologias	**(EI03CG01)** Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música.

		assistivas) por meio de jogos educacionais ou situações de aprendizagem, a fim de que as crianças possam verificar as diferentes formas de utilização de cada uma delas. **Atividade Computação Desplugada:** **1)** Simular um jogo de perguntas e respostas ou adivinhação usando imagens que representam as diferentes formas de interação entre os dispositivos; **2)** Representar as diferentes formas de interação (e.g. narrativas, storyboards) com dispositivos por meio de atividades manuais (e.g. desenhos, maquetes, colagem, modelagem).	**(EI03CG03)** Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música. **(EI03CG05)** Coordenar suas habilidades manuais no atendimento adequado a seus interesses e necessidades em situações diversas.
EIXO	**OBJETIVO DE APRENDIZAGEM BNCC COMPUTAÇÃO**	**EXEMPLO**	**INTERELAÇÃO COM OUTROS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E ESENVOLVIMENTO DA BNCC**
CULTURA DIGITAL	(EI03CO10) Utilizar tecnologia digital de maneira segura, consciente e respeitosa.	Atividade Computação plugada: **1)** Propor um caça ao tesouro (e.g. escape room) com desafios que retratam situações reais de uso de tecnologia, segurança e ética. **2)** Adaptar o caça ao tesouro para ser jogado de forma cooperativa ou competitiva, individual ou em grupo, podendo ser online, híbrido ou presencial; **3)** Produzir um portfólio com dicas para manter-se seguro ao assistir vídeos, jogar online, registrar vídeos e fotos e compartilhar informações na internet. Atividades Computação desplugada: **1)** Propor um caça ao tesouro onde as pistas são situações reais de uso de tecnologia, segurança e ética; **2)** Produzir um portfólio físico a partir da mesma realidade apresentada no exemplo plugado	(EI03EO01) Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir. (EI03EO03) Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação. (EI03EO06) Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida. (EI03EO07) Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.
	(EI03CO11) Adotar hábitos saudáveis de uso de artefatos computacionais, seguindo recomendações de órgãos de saúde competentes.	Atividades Computação plugada: **1)** Compreender a importância do tempo de exposição à tela por meio de um óculo sem grau; . 2) Compreender os potenciais efeitos do uso prolongado de jogos digitais. Atividades Computação desplugada: 1) Utilizar a mesma estratégia plugada (1), substituindo a tela do computador por um painel de fantoches.	(EI03CG02) Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades. (EI03CG04) Adotar hábitos de autocuidado relacionados a higiene, alimentação, conforto e aparência.

11. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA COMPUTAÇÃO

A avaliação na Educação Infantil constitui um processo contínuo, formativo e qualitativo, cujo objetivo é acompanhar o desenvolvimento integral das crianças, compreender seus avanços, identificar potencialidades e orientar o planejamento pedagógico. Não possui caráter classificatório, seletivo ou de promoção, mas subsidia a reflexão sobre as práticas educativas e favorece a reorganização das experiências de aprendizagem.

No contexto da Educação Digital e Midiática, a avaliação deve considerar como as crianças exploram situações-problema, reconhecem padrões, organizam sequências, interagem com dispositivos tecnológicos e demonstram atitudes relacionadas ao uso ético e responsável das tecnologias, em consonância com os objetivos da BNCC Computação.

A avaliação da Educação Digital e Midiática na Educação Infantil orienta-se pelos seguintes princípios:

Continuidade: ocorre durante todo o processo de aprendizagem.

Integralidade: considera os aspectos cognitivos, sociais, emocionais, motores e comunicativos.

Observação: baseia-se na observação sistemática das ações das crianças.

Mediação: orienta intervenções pedagógicas adequadas às necessidades de cada criança. Inclusão: respeita os diferentes ritmos, estilos e formas de aprender.

Contextualização: considera as vivências das crianças e a realidade sociocultural da comunidade escolar.

12. PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

O planejamento pedagógico constitui um processo contínuo de reflexão, organização e avaliação das práticas educativas, orientando a ação docente de forma intencional e articulada às necessidades das crianças. Na implementação da BNCC Computação na Educação Infantil, o planejamento deve integrar os três eixos estruturantes: Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital aos Campos de Experiência e aos Direitos de Aprendizagem, promovendo experiências significativas e contextualizadas.

Planejar implica considerar os interesses das crianças, as características do grupo, o contexto sociocultural da comunidade e os objetivos de aprendizagem previstos para cada faixa etária. O planejamento deve ser flexível, permitindo adaptações a partir das observações realizadas pelo professor durante o desenvolvimento das atividades.

13. FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

A formação dos professores para a implementação da **Computação – Complemento à BNCC (2022)** constitui uma etapa fundamental para a consolidação da Educação Digital e Midiática na Educação Infantil. Nesse sentido, a **Secretaria Municipal de Educação de Caapiranga – SEMEC** planeja desenvolver ações formativas voltadas aos professores da Rede Municipal de Ensino, considerando os princípios da BNCC, do Complemento à BNCC – Computação e as especificidades da Educação Infantil.

A formação será realizada de forma **presencial**, possibilitando momentos de estudo, diálogo, reflexão e vivências práticas relacionadas aos três eixos estruturantes da Computação: **Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital**. As atividades formativas buscarão aproximar os conhecimentos teóricos das práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições de ensino, valorizando principalmente as **brincadeiras, as interações e as atividades plugadas e desplugadas**.

Durante os encontros presenciais, serão abordados aspectos relacionados à organização curricular da Computação na Educação Infantil, aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, às possibilidades de integração com os Campos de Experiência da BNCC e às estratégias metodológicas que poderão ser utilizadas pelos professores em suas práticas pedagógicas.

Além da formação presencial promovida pela SEMEC, os professores serão orientados e incentivados a participar de **formações disponíveis na plataforma AVAMEC – Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação**, como forma de ampliar e aprofundar os conhecimentos relacionados à Educação Digital, à Computação e ao uso pedagógico das tecnologias.

Entre as possibilidades de formação disponíveis na plataforma, destacam-se cursos e conteúdos relacionados à **segurança e cidadania digital, recursos educacionais digitais, educação e tecnologia e desenvolvimento de competências digitais**. A participação nessas formações poderá contribuir para o aperfeiçoamento profissional e para a construção de práticas pedagógicas mais alinhadas às demandas da Educação Digital e Midiática.

Dessa forma, a **SEMEC** buscará promover uma formação continuada que articule **momentos presenciais e oportunidades de aprendizagem por meio do AVAMEC**, proporcionando aos professores conhecimentos e experiências que contribuam para a implementação gradual e qualificada da **BNCC Computação na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Caapiranga**.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Referencial Curricular Computação da Educação Infantil de Caapiranga, um importante avanço na Educação Municipal e o compromisso da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, com a garantia do direito de aprender em uma sociedade cada vez mais marcada pelas tecnologias digitais. Fundamentado na Base Nacional Comum Curricular, no Complemento da BNCC – Computação, na Resolução CNE/CEB nº 1/2022 e na

Política Nacional de Educação Digital, o documento orienta a integração da Computação às práticas pedagógicas da Educação Infantil de forma ética, inclusiva, lúdica e contextualizada.

Ao reconhecer a criança como protagonista do processo educativo, o Referencial valoriza as brincadeiras, as interações, a investigação e a resolução de problemas como estratégias para o desenvolvimento do pensamento computacional, da compreensão do mundo digital e da construção de uma cultura digital responsável.

Contextualizado à realidade amazônica e às características do município de Caapiranga, o documento fortalece a identidade da rede municipal ao propor experiências pedagógicas que dialogam com a biodiversidade, a cultura local e os saberes das comunidades urbanas, rurais e ribeirinhas. Dessa forma, contribui para a formação integral das crianças e para o fortalecimento de práticas inovadoras, colaborativas e socialmente comprometidas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 4 de outubro de 2022.
Institui normas sobre Computação na Educação Básica – Complemento à BNCC. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 5 out. 2022.
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.]
BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 jan. 2023.
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC):
Computação. Brasília, DF: MEC/CNE, 2022.
COMISSÃO INTERGOVERNAMENTAL DE FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE (CIF).
Resolução nº 24, de 15 de junho de 2026. Aprova a metodologia de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão previstas no art. 14, § 1º, incisos I, IV e V, da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, para fins de distribuição dos recursos da complementação do Valor Anual por Aluno (VAAR) no exercício de 2027. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2026.
Disponível em: MEC Normas – Resolução nº 24/2026. Acesso em: 5 ago. 2026.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
LORENZATO, Sérgio. Por que não ensinar Geometria? Campinas: Autores Associados, 1995.
MORAN, José; BACICH, Lilian (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.
PAPERT, Seymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Porto Alegre: Artmed, 2008.
PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
VALENTE, José Armando. O computador na sociedade do conhecimento. Campinas: NIED/UNICAMP, 1999.
VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007

Publicado por:
Andrew Raphael Garces Moreno de Oliveira
Código Identificador:505BD8B3

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE CAREIRO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 01 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM							
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							Exercício de 2026
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.944.511,36	9.944.511,36	89.536,31	0,90	89.536,31	0,90	9.854.975,05
RECEITAS CORRENTES	9.944.511,36	9.944.511,36	89.536,31	0,90	89.536,31	0,90	9.854.975,05
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Púbica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	100.500,00	100.500,00	7.928,99	7,89	7.928,99	7,89	92.571,01
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	100.500,00	100.500,00	7.928,99	7,89	7.928,99	7,89	92.571,01
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA — Exercício de 2026
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.844.011,36	9.844.011,36	81.607,32	0,83	81.607,32	0,83	9.762.404,04
Transferências da União e de suas Entidades	9.824.011,36	9.824.011,36	81.607,32	0,83	81.607,32	0,83	9.742.404,04
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA — Exercício de 2026
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	9.944.511,36	9.944.511,36	89.536,31	0,90	89.536,31	0,90	9.854.975,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	9.944.511,36	9.944.511,36	89.536,31	0,90	89.536,31	0,90	9.854.975,05
DÉFICIT (VI)	----	----	----	----	1.293.163,44	----	----
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	9.944.511,36	9.944.511,36	89.536,31	0,90	1.382.699,75	13,90	----
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	940.570,26	----	----	940.570,26	----	----
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	----	----	----	----	----
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	----	940.570,26	----	----	940.570,26	----	----

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA — Exercício de 2026
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.951.730,18	15.892.300,44	2.503.840,87	2.503.840,87	13.388.459,57	1.382.699,75	1.382.699,75	14.509.600,69	1.124.589,36
DESPESAS CORRENTES	13.749.205,33	14.048.077,16	1.065.297,69	1.065.297,69	12.982.779,47	649.876,83	649.876,83	13.398.200,33	452.591,10
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.580.892,88	3.622.952,88	296.379,75	296.379,75	3.326.573,13	296.379,75	296.379,75	3.326.573,13	118.063,42

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.168.312,45	10.425.124,28	768.917,94	768.917,94	9.656.206,34	353.497,08	353.497,08	10.071.627,20	334.527,68
DESPESAS DE CAPITAL	1.202.524,85	1.844.223,28	1.438.543,18	1.438.543,18	405.680,10	732.822,92	732.822,92	1.111.400,36	671.998,26
INVESTIMENTOS	1.202.524,85	1.844.223,28	1.438.543,18	1.438.543,18	405.680,10	732.822,92	732.822,92	1.111.400,36	671.998,26
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS)(X) = (VIII + IX)	14.951.730,18	15.892.300,44	2.503.840,87	2.503.840,87	13.388.459,57	1.382.699,75	1.382.699,75	14.509.600,69	1.124.589,36
AMORTIZAÇÃO DA DIV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	14.951.730,18	15.892.300,44	2.503.840,87	2.503.840,87	13.388.459,57	1.382.699,75	1.382.699,75	14.509.600,69	1.124.589,36
SUPERÁVIT (XIII)	----	----	----	0,00	----	----	0,00	----	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	14.951.730,18	15.892.300,44	2.503.840,87	2.503.840,87	----	1.382.699,75	1.382.699,75	----	1.124.589,36
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 19/08/2026, às 17:20:37.									
Nota(s) Explicativa(s):									

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:43540333

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 01 - EDUCAÇÃO

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM							
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							Exercício de 202
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º)							R$ 1,0
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	86.252.605,10	86.252.605,10	17.088.781,17	19,81	17.088.781,17	19,81	69.163.823,9
RECEITAS CORRENTES	81.752.605,10	81.752.605,10	17.028.633,15	20,83	17.028.633,15	20,83	64.723.971,9
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Púbica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA PATRIMONIAL	198.978,85	198.978,85	9.310,47	4,68	9.310,47	4,68	189.668,3
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Valores Mobiliários	198.978,85	198.978,85	9.310,47	4,68	9.310,47	4,68	189.668,3
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	81.553.626,25	81.553.626,25	17.019.322,68	20,87	17.019.322,68	20,87	64.534.303,57
Transferências da União e de suas Entidades	39.854.164,07	39.854.164,07	9.366.428,04	23,50	9.366.428,04	23,50	30.487.736,03
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	41.699.462,18	41.699.462,18	7.652.894,64	18,35	7.652.894,64	18,35	34.046.567,54
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL	4.500.000,00	4.500.000,00	60.148,02	1,34	60.148,02	1,34	4.439.851,98
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.500.000,00	4.500.000,00	60.148,02	1,34	60.148,02	1,34	4.439.851,98
Transferências da União e de suas Entidades	4.500.000,00	4.500.000,00	60.148,02	1,34	60.148,02	1,34	4.439.851,98
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	86.252.605,10	86.252.605,10	17.088.781,17	19,81	17.088.781,17	19,81	69.163.823,93
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	86.252.605,10	86.252.605,10	17.088.781,17	19,81	17.088.781,17	19,81	69.163.823,93
DÉFICIT (VI)	----	----	----	----	16.882.854,53	----	----
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	86.252.605,10	86.252.605,10	17.088.781,17	19,81	33.971.635,70	39,39	----
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	22.095.137,61	----	----	22.095.137,61	----	----
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	----	----	----	----	----
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	----	22.095.137,61	----	----	22.095.137,61	----	----

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	93.963.357,29	116.058.494,90	38.149.878,28	38.149.878,28	77.908.616,62	33.971.635,70	33.971.635,70	82.086.859,20	18.271.846,57
DESPESAS CORRENTES	82.254.441,05	99.480.683,12	31.163.292,78	31.163.292,78	68.317.390,34	27.775.105,48	27.775.105,48	71.705.577,64	16.289.661,13
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	54.599.718,41	58.950.879,60	11.644.188,63	11.644.188,63	47.306.690,97	11.635.252,30	11.635.252,30	47.315.627,30	3.856.940,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.654.722,64	40.529.803,52	19.519.104,15	19.519.104,15	21.010.699,37	16.139.853,18	16.139.853,18	24.389.950,34	12.432.721,00
DESPESAS DE CAPITAL	11.708.916,24	16.577.811,78	6.986.585,50	6.986.585,50	9.591.226,28	6.196.530,22	6.196.530,22	10.381.281,56	1.982.185,44
INVESTIMENTOS	11.708.916,24	16.577.811,78	6.986.585,50	6.986.585,50	9.591.226,28	6.196.530,22	6.196.530,22	10.381.281,56	1.982.185,44
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS)(X) = (VIII + IX)	93.963.357,29	116.058.494,90	38.149.878,28	38.149.878,28	77.908.616,62	33.971.635,70	33.971.635,70	82.086.859,20	18.271.846,57
AMORTIZAÇÃO DA DIV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	93.963.357,29	116.058.494,90	38.149.878,28	38.149.878,28	77.908.616,62	33.971.635,70	33.971.635,70	82.086.859,20	18.271.846,57
SUPERÁVIT (XIII)	----	----	----	0,00	----	----	0,00	----	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	93.963.357,29	116.058.494,90	38.149.878,28	38.149.878,28	----	33.971.635,70	33.971.635,70	----	18.271.846,57
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 16:54:04.									
Nota(s) Explicativa(s):									

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:854E96EF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 04 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO 2026 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO		
RREO - ANEXO 4 (LRF, Art 53, inciso II)		R$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliarias	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Beneficios	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
Valor	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
Valor	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Receitas Correntes	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outros Bens e Direitos	0,00			
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**		
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00		
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00

Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 13:58:58.				
Nota(s) Explicativa(s):				
Careiro, 20/08/2026				

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:5F146E1C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 04 - EDUCAÇÃO

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A FEVEREIRO 2026 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO				
RREO - ANEXO 4 (LRF, Art 53, inciso II)				R$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**		**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00		0,00	
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00		0,00	
Ativo	0,00		0,00	
Inativo	0,00		0,00	
Pensionista	0,00		0,00	
Receita de Contribuições Patronais	0,00		0,00	
Ativo	0,00		0,00	
Inativo	0,00		0,00	
Pensionista	0,00		0,00	
Receita Patrimonial	0,00		0,00	
Receitas Imobiliarias	0,00		0,00	
Receita de Valores Mobiliários	0,00		0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00		0,00	
Receita de Serviços	0,00		0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00		0,00	
Compensação Financeira entre os regimes	0,00		0,00	
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)¹	0,00		0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00		0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00		0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00		0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00		0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0,00		0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Beneficios	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)²	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**			
Valor	0,00			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**			
Valor	0,00			
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00			
Outros Aportes para o RPPS	0,00			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00			
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outros Bens e Direitos	0,00			
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**		**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	
Receitas Correntes	0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00		0,00	
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outros Bens e Direitos	0,00			
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**		**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	
Contribuições dos Servidores	0,00		0,00	
Demais Receitas Previdenciárias	0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00		0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 17:15:04.				
Nota(s) Explicativa(s):				
Careiro, 20/08/2026				

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:3AE596D7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 06 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO - FEVEREIRO 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$ 1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Janeiro - Fevereiro 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	9.944.511,36	89.536,31
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	100.500,00	7.928,99
Aplicações Financeiras (II)	100.500,00	7.928,99
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	9.844.011,36	81.607,32
Cota-Parte FPM	0,00	0,00
Cota-Parte ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte ITR	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	9.844.011,36	81.607,32
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	9.844.011,36	81.607,32
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	0,00	0,00
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00

RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	9.844.011,36	81.607,32
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	9.844.011,36	81.607,32

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Janeiro - Fevereiro 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	14.048.077,16	1.065.297,69	649.876,83	452.591,10	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	3.622.952,88	296.379,75	296.379,75	118.063,42	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.425.124,28	768.917,94	353.497,08	334.527,68	0,00	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	10.425.124,28	768.917,94	353.497,08	334.527,68	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	14.048.077,16	1.065.297,69	649.876,83	452.591,10	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	1.844.223,28	1.438.543,18	732.822,92	671.998,26	0,00	0,00	0,00
Investimentos	1.844.223,28	1.438.543,18	732.822,92	671.998,26	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	1.844.223,28	1.438.543,18	732.822,92	671.998,26	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	15.892.300,44	2.503.840,87	1.382.699,75	1.124.589,36	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	15.892.300,44	2.503.840,87	1.382.699,75	1.124.589,36	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							-1.042.982,04
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							-1.042.982,04
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO							VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência							-2.500.000,00
JUROS NOMINAIS							Janeiro - Fevereiro 2026
							VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)							7.928,99
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)							0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)							-1.035.053,05

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025(a)	Janeiro - Fevereiro 2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XL)	0,00	551.439,57
Disponibilidade de Caixa	0,00	551.439,57
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	570.353,52
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	18.913,95
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	0,00	-551.439,57
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**551.439,57**
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
AJUSTE METODOLÓGICO	Janeiro - Fevereiro 2026	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	0,00	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	-1.586.492,62	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	-1.035.053,05	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-1.042.982,04	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	28.966.930,25	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	28.966.930,25	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 15:34:14.		
Nota(s) Explicativa(s):		

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:E2C794B0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 06 - EDUCAÇÃO

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO - FEVEREIRO 2026
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) | R$ 1,00
ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Janeiro - Fevereiro 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	81.752.605,10	17.028.633,15
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	198.978,85	9.310,47
Aplicações Financeiras (II)	198.978,85	9.310,47
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	81.553.626,25	17.019.322,68
Cota-Parte FPM	0,00	0,00
Cota-Parte ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte ITR	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	74.594.249,24	15.915.064,76
Outras Transferências Correntes	6.959.377,01	1.104.257,92
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	81.553.626,25	17.019.322,68
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	4.500.000,00	60.148,02
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.500.000,00	60.148,02
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	4.500.000,00	60.148,02
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	4.500.000,00	60.148,02
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	86.053.626,25	17.079.470,70
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	86.053.626,25	17.079.470,70

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Janeiro - Fevereiro 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	99.480.683,12	31.163.292,78	27.775.105,48	16.289.661,13	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	58.950.879,60	11.644.188,63	11.635.252,30	3.856.940,13	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	40.529.803,52	19.519.104,15	16.139.853,18	12.432.721,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	40.529.803,52	19.519.104,15	16.139.853,18	12.432.721,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	99.480.683,12	31.163.292,78	27.775.105,48	16.289.661,13	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	16.577.811,78	6.986.585,50	6.196.530,22	1.982.185,44	0,00	0,00	0,00
Investimentos	16.577.811,78	6.986.585,50	6.196.530,22	1.982.185,44	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	16.577.811,78	6.986.585,50	6.196.530,22	1.982.185,44	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(COM FONTES RPPS) (XXX)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	116.058.494,90	38.149.878,28	33.971.635,70	18.271.846,57	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	116.058.494,90	38.149.878,28	33.971.635,70	18.271.846,57	0,00	0,00	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	-1.192.375,87
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	-1.192.375,87
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-2.500.000,00
JUROS NOMINAIS	Janeiro - Fevereiro 2026
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	9.310,47
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	-1.183.065,40

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025(a)	Janeiro - Fevereiro 2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XL)	0,00	964.388,06
Disponibilidade de Caixa	0,00	964.388,06
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	1.497.394,03
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	533.005,97
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	0,00	-964.388,06
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	**964.388,06**	

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
AJUSTE METODOLÓGICO	Janeiro - Fevereiro 2026
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	-2.147.453,46
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	-1.183.065,40
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-1.192.375,87
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	28.966.930,25
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	28.966.930,25
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 17:21:34.	
Nota(s) Explicativa(s):	

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:63A95872

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 08 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO		Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	0,00	0,00
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	0,00	0,00
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	0,00	0,00
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	0,00	0,00
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	0,00	0,00
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0,00	0,00
2.1 - Cota-Parte FPM	0,00	0,00
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	0,00	0,00
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	0,00	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	0,00	0,00
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00
2.4 - Cota-Parte ITR	0,00	0,00
2.5 - Cota-Parte IPVA	0,00	0,00
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**0,00**	**0,00**
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) +	**0,00**	**0,00**

(2.5) + (2.7))[1]		
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**0,00**	**0,00**

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6 - TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	0,00	0,00
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00
6.1.1 - Principal	0,00	0,00
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.1.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	0,00	0,00
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**0,00**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB				
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO EXCEDENTE AO MÁXIMO APÓS AJUSTE (p)	APLICADO VALOR PERMITIDO	NÃO APLICADO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUPERÁVIT DO FUNDEB						

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
20.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
20.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL				VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20 (d ou e)				0,00
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)				0,00
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18 (q)				0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL= L19 (x)				0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS				0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af) 4 e 7				0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)				0,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)			VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	0,00			0,00	0,00
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE 8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE				
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)			RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00			0,00
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	0,00			0,00
31.1.1 - Salário-Educação	0,00			0,00
31.1.2 - PDDE	0,00			0,00
31.1.3 - PNAE	0,00			0,00
31.1.4 - PNATE	0,00			0,00
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00			0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00			0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00			0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00			0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00			0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00			0,00
6 OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33.1 - Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.1 - Pessoal Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2 - Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)		SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)	
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	0,00		0,00	
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	0,00		0,00	
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	0,00		0,00	

37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 14:12:16.

[1] Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

[2] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[3] Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:D458C4D7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 08 - EDUCAÇÃO

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO		Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	0,00	0,00
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	0,00	0,00
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	0,00	0,00
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	0,00	0,00
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	0,00	0,00
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0,00	0,00
2.1 - Cota-Parte FPM	0,00	0,00
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	0,00	0,00
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	0,00	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	0,00	0,00
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00
2.4 - Cota-Parte ITR	0,00	0,00
2.5 - Cota-Parte IPVA	0,00	0,00
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**0,00**	**0,00**
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))[1]	**0,00**	**0,00**
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**0,00**	**0,00**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6 - TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	74.628.473,85	15.918.115,04
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	41.733.686,79	7.655.944,92
6.1.1 - Principal	41.699.462,18	7.652.894,64
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	34.224,61	3.050,28
6.1.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	14.848.785,77	2.727.578,95
6.2.1 - Principal	14.848.785,77	2.727.578,95
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	16.108.303,30	5.330.042,50
6.3.1 - Principal	16.108.303,30	5.330.042,50
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	1.937.697,99	204.548,67
6.4.1 - Principal	1.937.697,99	204.548,67
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	41.699.462,18	7.652.894,64
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**15.918.115,04**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO	96.078.663,97	33.833.852,00	30.423.915,22	15.306.017,05

FUNDEB				
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	55.530.613,51	10.804.098,33	10.804.098,33	3.535.260,06
10.1.1 - Educação Infantil	11.378.543,20	1.432.738,90	1.432.738,90	456.171,44
10.1.2 - Ensino Fundamental	44.152.070,31	9.371.359,43	9.371.359,43	3.079.088,62
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	40.548.050,46	23.029.753,67	19.619.816,89	11.770.756,99
10.2.1 - Educação Infantil	9.838.745,71	8.060.540,79	7.635.693,56	4.098.629,21
10.2.2 - Ensino Fundamental	30.709.304,75	14.969.212,88	11.984.123,33	7.672.127,78
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB				
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	12.210.408,96	10.606.294,62	8.104.102,99	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.573.939,38	5.506.154,18	3.413.303,12	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	2.307.392,53	879.012,03	861.812,03	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	4.329.077,05	4.221.128,41	3.828.987,84	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.706.652,24	4.706.652,24	2.322.175,56	
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	4.144.663,32	4.036.714,68	3.734.587,84	
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	209.553,79	179.013,73	89.000,00	
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	10.999.496,46	4.706.652,24	4.706.652,24	29,95
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	5.330.042,50	4.036.714,68	4.036.714,68	75,74
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	799.506,38	179.013,73	179.013,73	3,36

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	1.591.811,50	5.311.820,42	5.311.820,42	3.720.008,92	33,37

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	0,00	0,00	19.817.620,60	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	6.869.897,84	1.719.433,47	1.321.434,04	779.033,32
20.1 - Educação Infantil	348.787,37	0,00	0,00	0,00
20.2 - Ensino Fundamental	2.354.690,47	634.804,42	430.804,99	371.301,99
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	4.033.433,86	1.054.142,91	882.642,91	407.731,33
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	132.986,14	30.486,14	7.986,14	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	98.782.141,81	34.468.656,42	30.854.720,21	15.677.319,04
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	21.566.076,28	9.493.279,69	9.068.432,46	4.554.800,65
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	77.216.065,53	24.975.376,73	21.786.287,75	11.122.518,39

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20 (d ou e)	1.321.434,04
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	0,00
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18 (q)	3.720.008,92
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19 (x)	0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af) 4 e 7	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	-2.398.574,88

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)			VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	0,00			0,00	0,00
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE 8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	11.624.131,25	1.170.666,13
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	11.624.131,25	1.170.666,13
31.1.1 - Salário-Educação	3.872.520,82	941.709,31
31.1.2 - PDDE	5.104,05	141,21
31.1.3 - PNAE	1.287.932,98	163.285,12
31.1.4 - PNATE	1.048.481,16	0,70
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	5.410.092,24	65.529,79
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	13.109.933,09	2.596.592,81	2.226.286,44	2.186.796,20
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	2.667.622,09	0,00	0,00	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	8.081.687,36	2.409.703,21	2.202.177,94	2.166.663,20
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	89.318,29	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	6.834,84	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	2.264.470,51	186.889,60	24.108,50	20.133,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**116.058.494,90**	**38.149.878,28**	**33.971.635,70**	**18.271.846,57**
33.1 - Despesas Correntes	99.480.683,12	31.163.292,78	27.775.105,48	16.289.661,13
33.1.1 - Pessoal Ativo	58.950.879,60	11.644.188,63	11.635.252,30	3.856.940,13
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	40.529.803,52	19.519.104,15	16.139.853,18	12.432.721,00
33.2 - Despesas de Capital	16.577.811,78	6.986.585,50	6.196.530,22	1.982.185,44
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	16.577.811,78	6.986.585,50	6.196.530,22	1.982.185,44

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	0,00	0,00
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	15.918.115,04	941.709,31
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	15.306.017,05	941.653,26
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	612.097,99	56,05
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,49	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	612.097,50	56,05

ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF E FUNDEB			
PRECATÓRIOS DO FUNDEF			
RECEITAS PRECATÓRIOS FUNDEF	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	TOTAL DE RECEITAS (c) = (a) + (b)
1. RECEITAS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1.1- PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00
1.2- RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
1.3- RESSARCIMENTO DE RECURSOS DO FUNDEF	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM EDUCAÇÃO CUSTEADAS COM PRECATÓRIOS FUNDEF	Até o bimestre					
	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (d)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (e)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
					LIQUIDADOS	PAGOS (f)
2. TOTAL DAS DESPESAS COM PRECATÓRIOS DO FUNDEF	**35.514,74**	**35.514,74**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2.1- PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- OUTRAS DESPESAS	35.514,74	35.514,74	0,00	0,00	0,00	0,00
3. RESULTADO LÍQUIDO DOS PRECATÓRIOS FUNDEF (1.c) - (2.d + 2.e + 2.f)						**0,00**

PRECATÓRIOS DO FUNDEF 2007-2020			
RECEITAS PRECATÓRIOS FUNDEB 2007-2020	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	TOTAL DE RECEITAS (c) = (a) + (b)
1. RECEITAS DE PRECATÓRIOS FUNDEB 2007-2020	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1.1- PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00
1.2- RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
1.3- RESSARCIMENTO DE RECURSOS DO FUNDEF 2007-2020	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM EDUCAÇÃO CUSTEADAS COM PRECATÓRIOS FUNDEB 2007 - 2020	Até o bimestre				
	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (d)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (e)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

					LIQUIDADOS	PAGOS (f)
2. TOTAL DAS DESPESAS COM PRECATÓRIOS DO FUNDEB 2007 - 2020	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2- Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2- Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.3- Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. RESULTADO LÍQUIDO DOS PRECATÓRIOS DO FUNDEB 2007 - 2020 (1.c) - (2.d + 2.e + 2.f)						**0,00**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 17:36:18.

[1] Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

[2] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[3] Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:857B5CF2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 09 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM			
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)**
DESPESAS DE CAPITAL	1.844.223,28	1.438.543,18	405.680,10
Investimentos	1.844.223,28	1.438.543,18	405.680,10
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	1.844.223,28	1.438.543,18	405.680,10
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	1.844.223,28	1.438.543,18	405.680,10
Careiro, 20/08/2026			
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 14:25:58.			
Nota(s) Explicativa(s):			

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:79C899D8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 09 - EDUCAÇÃO

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM			
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO			Data de emissão: 20/08/2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)**
DESPESAS DE CAPITAL	51.707.308,89	13.229.866,47	38.477.442,42
Investimentos	49.817.199,05	12.167.756,63	37.649.442,42
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.890.109,84	1.062.109,84	828.000,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	51.707.308,89	13.229.866,47	38.477.442,42
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	47.707.308,89	13.229.866,47	34.477.442,42

Careiro, 20/08/2026

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 17:45:32.
Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:5F85719F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 11 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM			
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO			Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)**	**SALDO (h) = (d - e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2025 **(i)**			2026 **(j) = (Ib - (IIf+IIg))**			**SALDO ATUAL**
VALOR (III)	0,00			0,00			0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 14:35:04.							
Nota(s) Explicativa(s):							

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:8F3CCEC9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 11 - EDUCAÇÃO

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM			
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO			Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)**	**SALDO (h) = (d - e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2025 **(i)**			2026 **(j) = (Ib - (IIf+IIg))**			**SALDO ATUAL**
VALOR (III)	0,00			0,00			0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 17:52:32.							
Nota(s) Explicativa(s):							

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:EB2832C2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 12 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO	Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO	
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)	R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Cota-Parte FPM	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	0,00	0,00	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**0,00**	**0,00**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido no exercício de referência 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido no exercício anterior 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos do exercício de referência 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos do	10.822.781,61	21.140.910,18	10.318.128,57	2.534.860,86	0,00	0,00	0,00	2.534.860,86	0,00	10.318.128,57

exercício anterior 2025										
Empenhos de 2024	10.152.875,56	16.675.879,91	6.523.004,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.523.004,35
Empenhos de 2023	8.895.166,55	15.664.606,23	6.769.439,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.769.439,68
Empenhos de 2022 e anteriores	8.612.058,67	17.813.672,34	9.201.613,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.201.613,67
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 14:41:45.

Notas:

[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:8A9317C9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 14 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO	Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA	
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	9.944.511,36
Previsão Atualizada	9.944.511,36
Receitas Realizadas	89.536,31
Déficit Orçamentário	1.293.163,44
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	940.570,26
DESPESAS	
Dotação Inicial	14.951.730,18
Dotação Atualizada	15.892.300,44
Despesas Empenhadas	2.503.840,87
Despesas Liquidadas	1.382.699,75
Despesas Pagas	1.124.589,36
Superávit Orçamentário	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO /SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	2.503.840,87
Despesas Liquidadas	1.382.699,75
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	89.536,31
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	89.536,31
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	89.536,31
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	**Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)**	**Resultado Apurado Até o Bimestre (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	-2.500.000,00	-1.042.982,04	-58,28
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	551.439,57	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrição**	**Cancelamento Até o Bimestre**	**Pagamento Até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limites Constitucionais Anuais**	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	0,00	70%	0,00
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI)	0,00	0%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo não realizado**	
Receita de Operação de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	0,00		0,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício (2025)**	**10º Exercício (2034)**	**20º Exercício (2044)**	**35º Exercício (2059)**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo a Realizar**	
Receitas da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limite Constitucional Anual**		

		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15%	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 14:58:16.			
Nota(s) Explicativa(s):			
Careiro, 20/08/2026			

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:5D5C4182

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 14 - EDUCAÇÃO

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM	
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	86.252.605,10
Previsão Atualizada	86.252.605,10
Receitas Realizadas	17.088.781,17
Déficit Orçamentário	16.882.854,53
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	22.095.137,61
DESPESAS	
Dotação Inicial	93.963.357,29
Dotação Atualizada	116.058.494,90
Despesas Empenhadas	38.149.878,28
Despesas Liquidadas	33.971.635,70
Despesas Pagas	18.271.846,57
Superávit Orçamentário	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO /SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	38.149.878,28
Despesas Liquidadas	33.971.635,70
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	17.028.633,15
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	17.028.633,15
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	17.028.633,15
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	-2.500.000,00	-1.192.375,87	-52,30
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	964.388,06	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00

Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limites Constitucionais Anuais**		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício		**% Aplicado Até o Bimestre**
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25%		0,00
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	4.706.652,24	70%		29,95
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI)	4.036.714,68	0%		75,74
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	179.013,73	15%		3,36
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado no Exercício**	**Saldo não realizado**		
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00		

Despesa de Capital Líquida	0,00	0,00		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício (2025)**	**10º Exercício (2034)**	**20º Exercício (2044)**	**35º Exercício (2059)**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**	**Saldo a Realizar**		
Receitas da Alienação de Ativos	0,00	0,00		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00		
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limite Constitucional Anual**		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício		**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15%		0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**			
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00			
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 18:10:24.				
Nota(s) Explicativa(s):				

Careiro, 20/08/2026

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:EDEB2888

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 01 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM							
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO							Data: 19/08/2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							Exercício de 2026
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.944.511,36	9.944.511,36	1.933.911,27	19,45	2.023.447,58	20,35	7.921.063,78
RECEITAS CORRENTES	9.944.511,36	9.944.511,36	256.835,77	2,58	346.372,08	3,48	9.598.139,28
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Púbica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	100.500,00	100.500,00	8.254,35	8,21	16.183,34	16,10	84.316,66
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	100.500,00	100.500,00	8.254,35	8,21	16.183,34	16,10	84.316,66
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.844.011,36	9.844.011,36	248.581,42	2,53	330.188,74	3,35	9.513.822,62
Transferências da União e de suas Entidades	9.824.011,36	9.824.011,36	248.581,42	2,53	330.188,74	3,36	9.493.822,62
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	1.677.075,50	0,00	1.677.075,50	0,00	-1.677.075,50

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	1.677.075,50	0,00	1.677.075,50	0,00	-1.677.075,50
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	1.677.075,50	0,00	1.677.075,50	0,00	-1.677.075,50
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	9.944.511,36	9.944.511,36	1.933.911,27	19,45	2.023.447,58	20,35	7.921.063,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	9.944.511,36	9.944.511,36	1.933.911,27	19,45	2.023.447,58	20,35	7.921.063,78
DÉFICIT (VI)	----	----	----	----	171.749,21	----	----
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	9.944.511,36	9.944.511,36	1.933.911,27	19,45	2.195.196,79	22,07	----
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	940.570,26	----	----	940.570,26	----	----
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	----	----	----	----	----
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	----	940.570,26	----	----	940.570,26	----	----

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.951.730,18	15.892.300,44	931.897,86	3.435.738,73	12.456.561,71	812.497,04	2.195.196,79	13.697.103,65	1.858.957,47
DESPESAS CORRENTES	13.749.205,33	14.092.843,16	756.378,76	1.821.676,45	12.271.166,71	636.977,94	1.286.854,77	12.805.988,39	1.058.245,47
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.580.892,88	3.693.200,87	428.419,33	724.799,08	2.968.401,79	428.419,33	724.799,08	2.968.401,79	505.815,21
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.168.312,45	10.399.642,29	327.959,43	1.096.877,37	9.302.764,92	208.558,61	562.055,69	9.837.586,60	552.430,26
DESPESAS DE CAPITAL	1.202.524,85	1.799.457,28	175.519,10	1.614.062,28	185.395,00	175.519,10	908.342,02	891.115,26	800.712,00
INVESTIMENTOS	1.202.524,85	1.799.457,28	175.519,10	1.614.062,28	185.395,00	175.519,10	908.342,02	891.115,26	800.712,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS)(X) = (VIII + IX)	14.951.730,18	15.892.300,44	931.897,86	3.435.738,73	12.456.561,71	812.497,04	2.195.196,79	13.697.103,65	1.858.957,47
AMORTIZAÇÃO DA DIV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	14.951.730,18	15.892.300,44	931.897,86	3.435.738,73	12.456.561,71	812.497,04	2.195.196,79	13.697.103,65	1.858.957,47
SUPERÁVIT (XIII)	----	----	----	0,00	----	----	0,00	----	164.490,11
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	14.951.730,18	15.892.300,44	931.897,86	3.435.738,73	----	812.497,04	2.195.196,79	----	2.023.447,58
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 19/08/2026, às 17:35:39.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:554139FA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 01 - EDUCAÇÃO

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM							
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							Exercício de 2026
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	86.252.605,10	86.252.605,10	16.734.639,53	19,40	33.823.420,70	39,21	52.429.184,40
RECEITAS CORRENTES	81.752.605,10	81.752.605,10	16.551.540,75	20,25	33.580.173,90	41,08	48.172.431,20
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Púbica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	198.978,85	198.978,85	14.764,25	7,42	24.074,72	12,10	174.904,13
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	198.978,85	198.978,85	14.764,25	7,42	24.074,72	12,10	174.904,13
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	81.553.626,25	81.553.626,25	16.536.776,50	20,28	33.556.099,18	41,15	47.997.527,07
Transferências da União e de suas Entidades	39.854.164,07	39.854.164,07	8.717.330,81	21,87	18.083.758,85	45,37	21.770.405,22
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	41.699.462,18	41.699.462,18	7.819.445,69	18,75	15.472.340,33	37,10	26.227.121,85
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.500.000,00	4.500.000,00	183.098,78	4,07	243.246,80	5,41	4.256.753,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.500.000,00	4.500.000,00	183.098,78	4,07	243.246,80	5,41	4.256.753,20
Transferências da União e de suas Entidades	4.500.000,00	4.500.000,00	183.098,78	4,07	243.246,80	5,41	4.256.753,20
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	86.252.605,10	86.252.605,10	16.734.639,53	19,40	33.823.420,70	39,21	52.429.184,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	86.252.605,10	86.252.605,10	16.734.639,53	19,40	33.823.420,70	39,21	52.429.184,40
DÉFICIT (VI)	----	----	----	----	16.633.476,61	----	----
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	86.252.605,10	86.252.605,10	16.734.639,53	19,40	50.456.897,31	58,50	----
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	22.095.137,61	----	----	22.095.137,61	----	----
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	----	----	----	----	----
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	----	22.095.137,61	----	----	22.095.137,61	----	----

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	93.963.357,29	116.058.494,90	24.465.531,18	62.615.409,46	53.443.085,44	16.485.261,61	50.456.897,31	65.601.597,59	32.898.366,10
DESPESAS CORRENTES	82.254.441,05	100.170.504,49	23.527.524,05	54.690.816,83	45.479.687,66	15.622.026,57	43.397.132,05	56.773.372,44	29.892.931,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	54.599.718,41	54.485.845,60	9.303.315,19	20.947.503,82	33.538.341,78	9.303.315,19	20.938.567,49	33.547.278,11	11.123.649,71
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.654.722,64	45.684.658,89	14.224.208,86	33.743.313,01	11.941.345,88	6.318.711,38	22.458.564,56	23.226.094,33	18.769.282,18
DESPESAS DE CAPITAL	11.708.916,24	15.887.990,41	938.007,13	7.924.592,63	7.963.397,78	863.235,04	7.059.765,26	8.828.225,15	3.005.434,21
INVESTIMENTOS	11.708.916,24	15.887.990,41	938.007,13	7.924.592,63	7.963.397,78	863.235,04	7.059.765,26	8.828.225,15	3.005.434,21
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS)(X) = (VIII + IX)	93.963.357,29	116.058.494,90	24.465.531,18	62.615.409,46	53.443.085,44	16.485.261,61	50.456.897,31	65.601.597,59	32.898.366,10
AMORTIZAÇÃO DA DIV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	93.963.357,29	116.058.494,90	24.465.531,18	62.615.409,46	53.443.085,44	16.485.261,61	50.456.897,31	65.601.597,59	32.898.366,10
SUPERÁVIT (XIII)	----	----	----	0,00	----	----	0,00	----	925.054,60
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	93.963.357,29	116.058.494,90	24.465.531,18	62.615.409,46	----	16.485.261,61	50.456.897,31	----	33.823.420,70
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 16:57:22.									
Nota(s) Explicativa(s):									

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:70D5CDFA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 04 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM			
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A ABRIL 2026 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL			
RREO - ANEXO 4 (LRF, Art 53, inciso II)			R$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	
Receitas Imobiliarias	0,00	0,00	
Receita de Valores Mobiliários	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**

Beneficios	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)²	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**			
Valor	0,00			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**			
Valor	0,00			
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00			
Outros Aportes para o RPPS	0,00			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00			
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outros Bens e Direitos	0,00			
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**		
Receitas Correntes	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00		
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outros Bens e Direitos	0,00			
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**		**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	
Contribuições dos Servidores	0,00		0,00	
Demais Receitas Previdenciárias	0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00		0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 14:03:14.				
Nota(s) Explicativa(s):				

Careiro, 20/08/2026

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:C6FED63A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 04 - EDUCAÇÃO

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A ABRIL 2026 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL		
RREO - ANEXO 4 (LRF, Art 53, inciso II)		R$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00

Receitas Imobiliarias	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Beneficios	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
Valor	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
Valor	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Receitas Correntes	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**	
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	
Investimentos e Aplicações	0,00	
Outros Bens e Direitos	0,00	
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 17:17:55.				
Nota(s) Explicativa(s):				

Careiro, 20/08/2026

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:D0A7AD02

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 06 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO - ABRIL 2026
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) | R$ 1,00
ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Janeiro - Abril 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	9.944.511,36	346.372,08
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	100.500,00	16.183,34
Aplicações Financeiras (II)	100.500,00	16.183,34
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	9.844.011,36	330.188,74
Cota-Parte FPM	0,00	0,00
Cota-Parte ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte ITR	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	9.844.011,36	330.188,74
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	9.844.011,36	330.188,74
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	0,00	1.677.075,50
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	1.677.075,50
Convênios	0,00	1.677.075,50
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	0,00	1.677.075,50
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	9.844.011,36	2.007.264,24
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	9.844.011,36	2.007.264,24

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Janeiro - Abril 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	14.092.843,16	1.821.676,45	1.286.854,77	1.058.245,47	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	3.693.200,87	724.799,08	724.799,08	505.815,21	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.399.642,29	1.096.877,37	562.055,69	552.430,26	0,00	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	10.399.642,29	1.096.877,37	562.055,69	552.430,26	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	14.092.843,16	1.821.676,45	1.286.854,77	1.058.245,47	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	1.799.457,28	1.614.062,28	908.342,02	800.712,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	1.799.457,28	1.614.062,28	908.342,02	800.712,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	1.799.457,28	1.614.062,28	908.342,02	800.712,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	15.892.300,44	3.435.738,73	2.195.196,79	1.858.957,47	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	15.892.300,44	3.435.738,73	2.195.196,79	1.858.957,47	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]						148.306,77	

	148.306,77
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-2.500.000,00
JUROS NOMINAIS	Janeiro - Abril 2026
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	16.183,34
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	164.490,11

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025(a)	Janeiro - Abril 2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XL)	0,00	2.202.324,87
Disponibilidade de Caixa	0,00	2.202.324,87
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	2.271.941,96
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	69.617,09
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	0,00	-2.202.324,87
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	**2.202.324,87**	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
AJUSTE METODOLÓGICO	Janeiro - Abril 2026	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	0,00	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	-2.037.834,76	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	164.490,11	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	148.306,77	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	28.966.930,25	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	28.966.930,25	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 15:38:08.		
Nota(s) Explicativa(s):		

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:1344A9AE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 06 - EDUCAÇÃO

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO - ABRIL 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$ 1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Janeiro - Abril 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	81.752.605,10	33.580.173,90
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	198.978,85	24.074,72
Aplicações Financeiras (II)	198.978,85	24.074,72
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	81.553.626,25	33.556.099,18
Cota-Parte FPM	0,00	0,00
Cota-Parte ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte ITR	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	74.594.249,24	29.030.336,55
Outras Transferências Correntes	6.959.377,01	4.525.762,63
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	81.553.626,25	33.556.099,18
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	4.500.000,00	243.246,80
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00

Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.500.000,00	243.246,80
Convênios	0,00	183.098,78
Outras Transferências de Capital	4.500.000,00	60.148,02
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	4.500.000,00	243.246,80
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	86.053.626,25	33.799.345,98
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	86.053.626,25	33.799.345,98

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Janeiro - Abril 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	100.170.504,49	54.690.816,83	43.397.132,05	29.892.931,89	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	54.485.845,60	20.947.503,82	20.938.567,49	11.123.649,71	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	45.684.658,89	33.743.313,01	22.458.564,56	18.769.282,18	0,00	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	45.684.658,89	33.743.313,01	22.458.564,56	18.769.282,18	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	100.170.504,49	54.690.816,83	43.397.132,05	29.892.931,89	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	15.887.990,41	7.924.592,63	7.059.765,26	3.005.434,21	0,00	0,00	0,00
Investimentos	15.887.990,41	7.924.592,63	7.059.765,26	3.005.434,21	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	15.887.990,41	7.924.592,63	7.059.765,26	3.005.434,21	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	116.058.494,90	62.615.409,46	50.456.897,31	32.898.366,10	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	116.058.494,90	62.615.409,46	50.456.897,31	32.898.366,10	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]					900.979,88		
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]					900.979,88		

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-2.500.000,00
JUROS NOMINAIS	Janeiro - Abril 2026
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	24.074,72
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	925.054,60

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025(a)	Janeiro - Abril 2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XL)	0,00	3.213.526,49
Disponibilidade de Caixa	0,00	3.213.526,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	4.475.589,35
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	1.262.062,86
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	0,00	-3.213.526,49
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**3.213.526,49**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
AJUSTE METODOLÓGICO	Janeiro - Abril 2026
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	-2.288.471,89
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	925.054,60
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	900.979,88
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	28.966.930,25
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	28.966.930,25
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 17:27:43.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:F30BCCA7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 08 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO		Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	0,00	0,00
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	0,00	0,00
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	0,00	0,00
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	0,00	0,00
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	0,00	0,00
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0,00	0,00
2.1 - Cota-Parte FPM	0,00	0,00
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	0,00	0,00
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	0,00	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	0,00	0,00
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00
2.4 - Cota-Parte ITR	0,00	0,00
2.5 - Cota-Parte IPVA	0,00	0,00
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**0,00**	**0,00**
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))[1]	**0,00**	**0,00**
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**0,00**	**0,00**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6 - TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	0,00	0,00
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00
6.1.1 - Principal	0,00	0,00
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.1.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	0,00	0,00
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**0,00**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)	R$ 1,00
INDICADORES DO FUNDEB	

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)		VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
20.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
20.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20 (d ou e)	0,00
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	0,00
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18 (q)	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19 (x)	0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af) 4 e 7	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	0,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE 8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS Até o

	ATUALIZADA (a)	Bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	0,00	0,00
31.1.1 - Salário-Educação	0,00	0,00
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	0,00	0,00
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33.1 - Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.1 - Pessoal Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2 - Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	0,00	0,00
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	0,00	0,00
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	0,00	0,00
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 14:17:30.

[1] Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

[2] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[3] Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:8ED6B126

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 08 - EDUCAÇÃO

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO		Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)	R$ 1,00	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	0,00	0,00
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	0,00	0,00
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	0,00	0,00
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	0,00	0,00
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	0,00	0,00
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0,00	0,00
2.1 - Cota-Parte FPM	0,00	0,00
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	0,00	0,00

2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	0,00	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	0,00	0,00
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00
2.4 - Cota-Parte ITR	0,00	0,00
2.5 - Cota-Parte IPVA	0,00	0,00
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**0,00**	**0,00**
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))[1]	**0,00**	**0,00**
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**0,00**	**0,00**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6 - TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	74.628.473,85	29.041.287,72
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	41.733.686,79	15.483.291,50
6.1.1 - Principal	41.699.462,18	15.472.340,33
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	34.224,61	10.951,17
6.1.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	14.848.785,77	4.709.172,06
6.2.1 - Principal	14.848.785,77	4.709.172,06
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	16.108.303,30	8.641.042,31
6.3.1 - Principal	16.108.303,30	8.641.042,31
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	1.937.697,99	207.781,85
6.4.1 - Principal	1.937.697,99	207.781,85
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	41.699.462,18	15.472.340,33
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**29.041.287,72**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	96.488.858,76	53.643.691,27	43.505.554,45	26.484.056,89
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	51.065.579,51	19.306.554,74	19.306.554,74	9.948.304,84
10.1.1 - Educação Infantil	10.378.543,20	4.136.144,44	4.136.144,44	2.032.293,18
10.1.2 - Ensino Fundamental	40.687.036,31	15.170.410,30	15.170.410,30	7.916.011,66
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	45.423.279,25	34.337.136,53	24.198.999,71	16.535.752,05
10.2.1 - Educação Infantil	10.362.762,56	8.782.059,22	8.357.211,99	4.910.147,64
10.2.2 - Ensino Fundamental	35.060.516,69	25.555.077,31	15.841.787,72	11.625.604,41
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB				
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	32.020.248,23	23.687.933,85	19.192.142,83	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	11.628.858,30	11.628.668,10	8.584.189,21	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	12.198.735,56	3.974.560,02	3.952.658,53	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	8.192.654,37	8.084.705,73	6.655.295,09	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	13.209.108,65	13.209.108,65	8.735.220,34	
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	7.428.926,95	7.320.978,31	5.891.567,67	
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	644.764,66	614.224,60	614.224,60	
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	20.183.454,11	13.209.108,65	13.209.108,65	45,81
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	8.641.042,31	7.320.978,31	7.320.978,31	84,72
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	1.296.156,35	614.224,60	614.224,60	7,11

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO	2.904.128,77	5.353.353,87	5.353.353,87	2.449.225,10	18,43

APLICADA NO EXERCÍCIO					

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	0,00	0,00	19.817.620,60	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	7.025.019,21	3.985.716,03	3.248.676,98	2.751.133,57
20.1 - Educação Infantil	146.687,37	0,00	0,00	0,00
20.2 - Ensino Fundamental	2.651.367,05	1.828.080,30	1.497.541,25	1.431.937,12
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	4.082.478,65	2.111.149,59	1.712.149,59	1.290.196,45
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	144.486,14	46.486,14	38.986,14	29.000,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	99.286.913,18	55.471.771,57	45.003.095,70	27.915.994,01
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	20.887.993,13	12.918.203,66	12.493.356,43	6.942.440,82
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	78.398.920,05	42.553.567,91	32.509.739,27	20.973.553,19

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20 (d ou e)	3.248.676,98
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	0,00
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18 (q)	2.449.225,10
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19 (x)	0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO 4 e 7 ENSINO = L30.1(af)	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	799.451,88

2e5 APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	0,00	799.451,88	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE 8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	11.624.131,25	2.747.500,45
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	11.624.131,25	2.747.500,45
31.1.1 - Salário-Educação	3.872.520,82	1.663.127,70
31.1.2 - PDDE	5.104,05	294,02
31.1.3 - PNAE	1.287.932,98	490.389,81
31.1.4 - PNATE	1.048.481,16	522.254,07
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	5.410.092,24	71.434,85
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

6 OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	12.544.616,93	4.986.002,16	3.702.665,88	3.663.175,64
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.837.252,09	0,00	0,00	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	7.757.141,20	3.033.099,06	2.957.373,78	2.921.859,04
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	89.318,29	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	6.834,84	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	2.854.070,51	1.952.903,10	745.292,10	741.316,60
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**116.058.494,90**	**62.615.409,46**	**50.456.897,31**	**32.898.366,10**
33.1 - Despesas Correntes	100.170.504,49	54.690.816,83	43.397.132,05	29.892.931,89
33.1.1 - Pessoal Ativo	54.485.845,60	20.947.503,82	20.938.567,49	11.123.649,71
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	45.684.658,89	33.743.313,01	22.458.564,56	18.769.282,18
33.2 - Despesas de Capital	15.887.990,41	7.924.592,63	7.059.765,26	3.005.434,21

33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	15.887.990,41	7.924.592,63	7.059.765,26	3.005.434,21

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	0,00	0,00
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	29.041.287,72	1.663.127,70
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	26.484.056,89	1.302.131,50
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	2.557.230,83	360.996,20
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	88,52	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	2.557.142,31	360.996,20

ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF E FUNDEB			
PRECATÓRIOS DO FUNDEF			
RECEITAS PRECATÓRIOS FUNDEF	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	TOTAL DE RECEITAS (c) = (a) + (b)
1. RECEITAS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF	**0,00**	**1.851.533,75**	**1.851.533,75**
1.1- PRINCIPAL	0,00	1.851.533,75	1.851.533,75
1.2- RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
1.3- RESSARCIMENTO DE RECURSOS DO FUNDEF	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM EDUCAÇÃO CUSTEADAS COM PRECATÓRIOS FUNDEF	Até o bimestre					
	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (d)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (e)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
					LIQUIDADOS	PAGOS (f)
2. TOTAL DAS DESPESAS COM PRECATÓRIOS DO FUNDEF	**35.514,74**	**35.514,74**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2.1- PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- OUTRAS DESPESAS	35.514,74	35.514,74	0,00	0,00	0,00	0,00
3. RESULTADO LÍQUIDO DOS PRECATÓRIOS FUNDEF (1.c) - (2.d + 2.e + 2.f)						**1.851.533,75**

PRECATÓRIOS DO FUNDEF 2007-2020			
RECEITAS PRECATÓRIOS FUNDEB 2007-2020	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	TOTAL DE RECEITAS (c) = (a) + (b)
1. RECEITAS DE PRECATÓRIOS FUNDEB 2007-2020	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1.1- PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00
1.2- RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
1.3- RESSARCIMENTO DE RECURSOS DO FUNDEF 2007-2020	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM EDUCAÇÃO CUSTEADAS COM PRECATÓRIOS FUNDEB 2007 - 2020	Até o bimestre					
	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (d)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (e)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
					LIQUIDADOS	PAGOS (f)
2. TOTAL DAS DESPESAS COM PRECATÓRIOS DO FUNDEB 2007 - 2020	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2- Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2- Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.3- Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. RESULTADO LÍQUIDO DOS PRECATÓRIOS DO FUNDEB 2007 - 2020 (1.c) - (2.d + 2.e + 2.f)						**0,00**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 17:40:16.

[1] Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

[2] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[3] Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7

Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:4DD289A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 09 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL	
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)	R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)**
DESPESAS DE CAPITAL	1.799.457,28	1.614.062,28	185.395,00
Investimentos	1.799.457,28	1.614.062,28	185.395,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	1.799.457,28	1.614.062,28	185.395,00
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	1.799.457,28	1.614.062,28	185.395,00
Careiro, 20/08/2026			
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 14:30:43.			
Nota(s) Explicativa(s):			

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:0FC11FE0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 09 - EDUCAÇÃO

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM			
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Exercício de 2026		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)**
DESPESAS DE CAPITAL	48.201.425,64	15.021.392,70	33.180.032,94
Investimentos	46.161.315,80	13.281.282,86	32.880.032,94
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	2.040.109,84	1.740.109,84	300.000,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	48.201.425,64	15.021.392,70	33.180.032,94
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	44.201.425,64	15.021.392,70	29.180.032,94

Careiro, 20/08/2026

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 17:47:57.
Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:EBDF2D1F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 11 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM			
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO			Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2025 **(i)**	2026 **(j) = (Ib - (IIf+IIg))**	SALDO ATUAL
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 14:38:10.			

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:244E0511

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 11 - EDUCAÇÃO

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM							
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO							Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL							
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**					**SALDO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00					0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00					0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00					0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00					0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00					0,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)**	**SALDO (h) = (d - e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2025 **(i)**	2026 **(j) = (Ib - (IIf+IIg))**					**SALDO ATUAL**
VALOR (III)	0,00	0,00					0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 17:54:59.							
Nota(s) Explicativa(s):							

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:D0E8B48E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 14 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO	Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	9.944.511,36
Previsão Atualizada	9.944.511,36
Receitas Realizadas	2.023.447,58
Déficit Orçamentário	171.749,21
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	940.570,26
DESPESAS	
Dotação Inicial	14.951.730,18
Dotação Atualizada	15.892.300,44
Despesas Empenhadas	3.435.738,73
Despesas Liquidadas	2.195.196,79
Despesas Pagas	1.858.957,47
Superávit Orçamentário	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO /SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	3.435.738,73
Despesas Liquidadas	2.195.196,79
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	346.372,08
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	346.372,08
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	346.372,08
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	**Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)**	**Resultado Apurado Até o Bimestre (b)**		**% em Relação à Meta (b/a)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	-2.500.000,00	148.306,77		105,93
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	2.202.324,87		0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrição**	**Cancelamento Até o Bimestre**	**Pagamento Até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limites Constitucionais Anuais**		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício		**% Aplicado Até o Bimestre**
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25%		0,00
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	0,00	70%		0,00
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI)	0,00	0%		0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%		0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo não realizado**	
Receita de Operação de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	0,00		0,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício (2025)**	**10º Exercício (2034)**	**20º Exercício (2044)**	**35º Exercício (2059)**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo a Realizar**	
Receitas da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limite Constitucional Anual**		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício		**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15%		0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**			
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00			
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 15:12:08.				
Nota(s) Explicativa(s):				

Careiro, 20/08/2026

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:35D0EF2C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 14 - EDUCAÇÃO

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM	
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA	
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	86.252.605,10
Previsão Atualizada	86.252.605,10
Receitas Realizadas	33.823.420,70
Déficit Orçamentário	16.633.476,61
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	22.095.137,61
DESPESAS	
Dotação Inicial	93.963.357,29
Dotação Atualizada	116.058.494,90

Despesas Empenhadas	62.615.409,46
Despesas Liquidadas	50.456.897,31
Despesas Pagas	32.898.366,10
Superávit Orçamentário	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO /SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	62.615.409,46
Despesas Liquidadas	50.456.897,31
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	33.580.173,90
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	33.580.173,90
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	33.580.173,90
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	**Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)**	**Resultado Apurado Até o Bimestre (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	-2.500.000,00	900.979,88	136,04
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	3.213.526,49	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrição**	**Cancelamento Até o Bimestre**	**Pagamento Até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limites Constitucionais Anuais**	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	799.451,88	25%	0,00
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	13.209.108,65	70%	45,81
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI)	7.320.978,31	0%	84,72
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	614.224,60	15%	7,11

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado no Exercício**	**Saldo não realizado**
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	0,00	0,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício (2025)**	**10º Exercício (2034)**	**20º Exercício (2044)**	**35º Exercício (2059)**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**	**Saldo a Realizar**
Receitas da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limite Constitucional Anual**	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15%	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor**	**Apurado no Exercício Corrente**	
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)		0,00	

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 18:16:17.

Nota(s) Explicativa(s):

Careiro, 20/08/2026

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:371EED70

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE COARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2026 - PMC

PROCESSO Nº 1054/2026 – SEMSA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026 - CCC
Validade da Ata: 12 (doze) meses

O MUNICÍPIO DE COARI, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Rua Genival Guerra, nº 09, Bairro: Duque de Caxias, CEP: 69.460-000, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº 11.510.924/0001-54**, neste ato representado pelo, senhor Secretário Municipal de Saúde, **Sr. HELBER CÂMARA VIANA**, nomeado pelo **DECRETO MUNICIPAL DE 27 DE JUNHO DE 2025**, publicado no dia 02 de julho de 2025**,** considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo n.º 1054/2026 – SEMSA, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2024, e demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos laboratoriais clínicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Coari/AM, especificado nos itens do Edital e de seus Anexos, que o integram e complementam, e, ainda, na documentação, nas propostas de preços, nos lances apresentados pelas Licitantes classificadas em primeiro lugar e os demais fornecedores que tiveram seus preços registrados para a formação de cadastro de reserva, a fim de atender ao quantitativo total estimado para a contratação, observado os preços das propostas vencedoras, visando contratações futuras.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

Fornecedor Beneficiário: DISNON FARMA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ N° 41.228.310/0001-45, estabelecida na AV TORQUATO TAPAJOS, n.º 6584, LPJA-25 COM ALLEGRO, Bairro: COLONIA TERRA NOVA, Cidade: MANAUS/AM, CEP: 69.093-415.

DISNON FARMA LTDA – CNPJ N° 41.228.310/0001-45					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Marca**	**Valor Unitário**
3	ANALISADOR AUTOMÁTICO DE BIOQUÍMICA 620 TESTES/HORA COM ISE – Equipamento novo, totalmente automatizado, admitindo-se modelos equivalentes, similares ou superiores. Especificações: analisador randômico 620 T/H com ISE. Métodos: cinético de dois pontos, cinético, mono/duplo comprimento de onda, branco (reagente e amostra), imunoturbidimetria. STAT durante a rotina. Disco de amostra com 79 posições (rotina/calibração/CQ/emergência), suporte a tubos primários e copo, proteção anticolisão, detecção de nível, volume de amostra 1,2–35 µL (passo 0,1 µL). Disco de reagente 80 posições refrigerado (2–8 °C) 24 h, volume 10–360 µL (passo 0,5 µL). Óptica: lâmpada halógena 12V/20W; mín. 16 comprimentos de onda (340, 380, 405, 450, 480, 505, 546, 570, 605, 630, 660, 700, 750, 770, 800, 850 nm). 120 cubetas UV de alta permeabilidade; 2 agitadores independentes; volume mín. de reação 90 µL; incubação seca a 37 ± 0,1 °C. Calibração linear/não-linear (Logit-Log4P/5P, spline, exponencial, parábola) e CQ Westgard/Levey-Jennings. SO Windows; LIS/HIS bidirecional. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO com no-break de 4.000 VA e estação de osmose reversa compatível; carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: impressora, kit inicial de reagentes/calibração, software em português, manual, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	04	ERBA/ XL-640	R$ 270.000,00
4	ANALISADOR AUTOMÁTICO DE BIOQUÍMICA 540 TESTES / HORA – Equipamento novo, totalmente automatizado, admitindo-se equivalentes/similares/superiores. Colorimetria e turbidimetria. Mínimo 540 testes/hora. Métodos cinético, cinético tempo fixo e ponto final (mono e birreagente). Calibração linear (ponto único, dois ou mais) e não linear (Logit-log4, Logit-log5, SPLINE, polilinha). Disco de amostras com 37 posições compatível com tubo primário. Volume de amostra 2–70 µL (0,1 µL). Volume de reagente 20–350 µL (0,1 µL). Volume mínimo de reação 120–500 µL. Refrigeração contínua 4–12 °C. Misturador por sonda independente. Mín. 48 cubetas rígidas UV semipermanentes. Carryover ≤ 0,5%. Aquecimento 37 °C ± 0,2 °C. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO com no-break 4.000 VA e osmose reversa compatível; carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: impressora, kit inicial de reagentes/calibração, software em português, no-break 2.000 VA, manual, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	04	MHLAB/ CA 331A	R$ 103.760,00
6	ANALISADOR POR ELETRODO SELETIVO IONS (ISE) – Equipamento novo, totalmente automatizado. Mínimo 5 parâmetros simultâneos: Na, K, Cl, Ca e pH. Capacidade 60 a 120 testes/hora. Aspiração automática. Código de barras. Tela com ícones e teclas numéricas. Ajuste de rotinas de manutenção e intervalos de calibração (1, 2, 3 ou 4 h). Stand-by programável. Calibração automática de 1 e 2 pontos. Limpeza automática. Habilitação/desabilitação individual de eletrodos. Armazenamento de até 1000 pacientes. Tela touchscreen colorida, LIS/HL7, USB e rede. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO com no-break 2.000 VA; carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: impressora, eletrodos iniciais, kit inicial de reagentes/calibração, software em português, no-break, manual, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	05	MAXION BR/ MEDMAX	R$ 19.760,00
7	ANALISADOR AUTOMÁTICO DE GASOMETRIA – Equipamento novo, totalmente automatizado. Volume de amostra 100 µL. 27 resultados. Gases: pH, pCO2, pO2, Hct. Eletrólitos: Na, K, iCa, Li, pH, Cl. Metabólitos: GLU, LAC. Calculados: Hb, HCO3, BE, BE-B, BE-ECF, TCO2, AG, AG(K), O2Sat, O2Ct, SBC, nCa, TCa, pO2%, A, AaDO2, a/A. Entrada alfanumérica de 15 dígitos. 3 modos de aspiração (tubo, seringa, capilar). Levey-Jennings, integração LIS. Pacote único de reagentes para 16 combinações. Calibração de toque único. Armazenamento de até 100.000 amostras. USB. Leitor de código de barras. LCD touch 10 pol. Interface para mouse/teclado externo. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO com no-break 2.000 VA; carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: impressora, kit de eletrodos (Na, K, Cl, Ca, pH e referência), kit inicial de reagentes/calibração, software em português, no-break, manual, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	04	CELLER/ UCARE 6000	R$ 82.000,00
9	ANALISADOR HEMATOLÓGICO AUTOMATIZADO 50 PARÂMETROS –	UNID	04	MHLAB/ URIT BH 5390	R$ 200.200,00

	Equipamento novo, totalmente automatizado, com diferencial leucocitário em 5 partes. Parâmetros: WBC, LYM%, MON%, NEU%, EOS%, BAS%, LYM#, MON#, NEU#, EOS#, BAS#, RBC, HGB, HCT, MCV, MCH, MCHC, RDW_CV, RDW_SD, PLQ, MPV, PDW, PCT, P_LCR, P_LCC, RETIC%, RETIC_ABS, IRF. Fluidos corporais e pesquisa (ALY, LIC, NRBC, BLAST, InR, EOS-BF, NEU-BF, MRV). 2 histogramas (RBC, PLQ), grades e estereogramas 3D. WBC por impedância e óptica laser; RBC/PLT por impedância; HGB por colorimetria livre de cianeto; reticulócitos por citometria + dispersão + corante. Amostra 20 µL (sangue total/prediluído); 70 µL fluido corporal. > 80 amostras/hora; até 30/h em fluidos. Modo automático 50 amostras (6 racks de 10) com código de barras; modo manual para urgência. Armazenamento até 600.000 resultados. LIS via USB/Ethernet. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO com no-break 4.000 VA e osmose reversa compatível; carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: impressora, kit inicial de reagentes/calibração, software em português, racks, no-break, manual, cabos e Registro na ANVISA.				
10	ANALISADOR DE HEMATOLOGIA 5 PARTES – Equipamento novo, totalmente automatizado, sem reticulócitos. Diferencial 5 partes. 27 parâmetros. 1 scattergram e 3 histogramas. Difração de laser + coloração química, citometria de fluxo avançada. Volume de amostra 20 µL. Até 60 amostras/hora. Bandeja para até 30 amostras com carregamento contínuo. Sangue total ou pré-diluído. Armazenamento até 40.000 resultados completos. Livre de manutenção diária. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO com no-break 2.000 VA e osmose reversa compatível; carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: impressora, kit inicial de reagentes/calibração, software em português, racks, no-break, manual, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	04	MHLAB/ URIT BH 5390	R$ 60.000,00
11	ANALISADOR AUTOMATIZADO DE IMUNOENSAIO POR ELETROQUIMIO - LUMINESCÊNCIA (ECLIA) – Equipamento novo, totalmente automatizado, de bancada, acesso randômico e contínuo. Mínimo 86 testes/hora, com velocidade constante. Primeiro resultado ≤ 9 min (testes rápidos a partir de 6 min). Menu mínimo de 100 parâmetros (tireoide, fertilidade/hormônios, marcadores tumorais, cardíacos, inflamação, ósseos, anemia, infecciosas, diabetes etc.). Mínimo 10 posições de reagentes refrigeradas com código de barras/RFID. Mínimo 30 posições de amostra com carregamento contínuo. Amostras: soro, plasma, sangue total, urina e outros. Mínimo 100 posições de incubação com controle automático de temperatura. Microvolume (10–50 µL). Sensores de coágulo, nível e anticolisão. Calibração automática, QC Levey-Jennings/Westgard, rastreabilidade metrológica. Software em português. LIS/HIS (HL7/ASTM) bidirecional, Ethernet e USB. Dimensões aprox. 650 x 620 x 650 mm. Bivolt 110/220 V. Garantia 12 meses. Registro ANVISA. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO com no-break 2.000 VA e osmose reversa compatível; carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: impressora, kit inicial de reagentes/calibração, software em português, racks, no-break, manual, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	04	LIFOTRONIC/ ECL8000 IMMUNOASSAY ANALYZER	R$ 173.550,00
12	AUTOCLAVE VERTICAL DIGITAL 21 LITROS – Equipamento novo para esterilização por vapor sob pressão, capacidade aprox. 21 L. Câmara interna em aço inoxidável; gabinete externo com pintura eletrostática anticorrosiva. Tampa com vedação e fechamento seguro. Temperatura 121–134 °C. Painel digital microprocessado; display de tempo, temperatura e ciclo; ciclos automáticos. Alarmes visuais/sonoros. Válvula de segurança; travamento de tampa; sensor de nível de água; proteção contra superaquecimento. ITENS INCLUSOS: cestos ou bandejas em aço inox, suporte interno, manual em português, cabos e demais acessórios, certificado de calibração inicial (rastreável RBC) e Registro na ANVISA.	UNID	05	CRAL/ CT-4000	R$ 8.580,00
13	AUTOCLAVE VERTICAL DIGITAL 30 LITROS – Equipamento novo para esterilização por vapor sob pressão, capacidade aprox. 30 L. Mesmas especificações do item 12 em versão de maior capacidade. Cestos/bandejas em aço inox, suporte interno, manual em português, cabos e acessórios, certificado de calibração inicial (rastreável RBC) e Registro na ANVISA.	UNID	05	SOLIDSTEEL	R$ 14.480,00
15	CÂMERA DIGITAL HÍBRIDA PARA MICROSCÓPIO BIOLÓGICO – Equipamento novo com saída híbrida HDMI + USB. Sensor CMOS ou CCD, resolução mínima 5.0 MP. HDMI e USB. Mínimo 30 fps em Full HD (1080p). Entrada para cartão SD/MicroSD. Menu on-screen com mouse USB para exposição, balanço de branco, brilho e contraste. Software em português com licença ativa/permanente para captura, edição e medições calibradas. ITENS INCLUSOS: câmera; adaptador C-Mount universal; cabo HDMI e cabo USB; mouse USB; cartão de memória mínimo 16 GB; software; manual em português, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	04	BIOCENTRIX	R$ 2.395,00
16	CENTRIFUGA DE BANCADA 24 TUBOS – Equipamento novo para uso laboratorial, capacidade mínima de 24 tubos (5, 10 e 15 mL). Velocidade ajustável mínima de 3.000 a 4.000 RPM; timer programável (mín. 30 min); painel de controle intuitivo. Partida/parada suaves, tampa com trava de segurança, pés antiderrapantes, proteção contra desbalanceamento. Rotor angular ou horizontal em alumínio ou similar, com adaptadores para diversos tubos. ITENS INCLUSOS: rotor e adaptadores, no-break 2.000 VA, manual em português, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	06	CRAL/ CT-4000	R$ 9.200,00
17	CENTRIFUGA MICRO-HEMATÓCRITO 24 TUBOS – Equipamento novo, capacidade mínima do rotor principal para 24 tubos capilares (75 mm x 1,5 mm), heparinizados e não heparinizados. Velocidade ajustável mínima de 16.000 RPM e RCF mínima de 12.000 xg. Travamento da tampa e desligamento automático ao final do ciclo. Display LCD. Motor por indução (brushless). ITENS INCLUSOS: rotor para 24 capilares com tampa, régua de leitura (nomograma), massa de vedação, no-break 2.000 VA, manual em português, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	04	LABMED/ SPIN MAX TDL 24C (BI)	R$ 4.770,00
19	CONTADOR DIGITAL DE CÉLULAS SANGUÍNEAS (HEMOCITÔMETRO) - Equipamento novo com contagem digital em lâminas microscópicas. Teclas independentes (mín. 12 canais). Display LED com contagem por categoria e total geral, cálculo automático de percentuais. Contagem programável com alerta sonoro/visual; até 10 pares de números. Bip a cada tecla. Correção de contagem (retrocesso), zeramento/reset, memória interna. Teclado durável, integração LIS. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO com no-break 2.000 VA; carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: manual em português, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	06	X-ANALYSER/ GT-12HD	R$ 1.700,00
20	ESTUFA BACTERIOLÓGICA 30 LITROS – Equipamento novo com capacidade interna de 30 L. Temperatura ambiente +5 °C até ≥ 60 °C; controle digital microprocessado, precisão ±0,5 °C. Circulação natural ou forçada. Câmara em aço inox; gabinete com pintura eletrostática. Porta com visor em vidro temperado; mínimo 2 prateleiras ajustáveis. Display digital, alarmes, termostato de segurança independente, isolamento térmico. ITENS INCLUSOS: prateleiras, no-break 2.000 VA, manual em português, cabos, certificado de calibração inicial (RBC) e Registro na ANVISA.	UNID	04	SOLIDSTEEL/ ESTUFA DIGITAL EASY SSE 30L 110V	R$ 4.460,00
21	ESTUFA BACTERIOLÓGICA 64 LITROS – Equipamento novo com capacidade interna de 64 L, com as mesmas características do item 20 em maior capacidade. Prateleiras, no-break 2.000 VA, manual em português, cabos, certificado de calibração inicial (RBC) e Registro na ANVISA.	UNID	05	SOLIDSTEEL/ ESTUFA DIGITAL EASY SSE64L 110V	R$ 7.000,00
22	ESTUFA DE LABORATÓRIO 30 LITROS – Equipamento novo, circulação natural de ar, capacidade aprox. 30 L, para aquecimento, secagem e esterilização. Câmara em aço inox ou aço carbono resistente; gabinete com pintura eletrostática. Faixa ambiente +5 °C até ≥ 200 °C; precisão ±1 °C. Controlador digital microprocessado, display, resistência blindada, prateleira interna removível/ajustável. ITENS INCLUSOS: prateleiras, manual em português, cabos, certificado de calibração inicial (RBC) e Registro na ANVISA.	UNID	05	SOLIDSTEEL/ ESTUFA DIGITAL EASY SSE 30L 110V	R$ 5.000,00
23	ESTUFA DE LABORATÓRIO 64 LITROS – Equipamento novo, circulação natural	UNID	04	SOLIDSTEEL/ESTUFA	R$ 9.200,00

	de ar, capacidade aprox. 64 L, com as mesmas características do item 22 em maior capacidade. Prateleiras, manual em português, cabos, certificado de calibração inicial (RBC) e Registro na ANVISA.			DIGITAL EASY SSE64L	
26	MICROPIPETA MONOCANAL VOLUME VARIÁVEL DE 1 A 10 µL – Micropipeta nova, volume variável 1–10 µL. Alta precisão e repetibilidade. Totalmente autoclavável (121 °C, 1 bar, 20 min) sem desmontagem. Botão superior com trava, ejetor integrado, compatível com ponteiras universais de 10 µL. Visor digital de volume. ITENS INCLUSOS: mínimo 1.000 ponteiras de 10 µL, livres de DNAse/RNAse e pirogênios; manual em português; ferramenta de calibração; suporte de bancada; certificado de calibração rastreável à RBC/INMETRO (ISO/IEC 17025).	UNID	45	MICROPIPETA PREMIUM LABOR HEALTH SUPLY	R$ 1.780,00
28	MICROPIPETA MONOCANAL VOLUME VARIÁVEL DE 10 A 100 µL – Micropipeta nova, volume variável 10–100 µL. Autoclavável a 121 °C. Ejetor integrado, compatível com ponteiras universais de 100 µL ou 200 µL. Visor digital. ITENS INCLUSOS: mínimo 1.000 ponteiras de 200 µL em racks estéreis ou bulk; manual em português; ferramenta de calibração; certificado de calibração rastreável à RBC/INMETRO (ISO/IEC 17025).	UNID	45	MICROPIPETA PRO - LABOR HEALTH SUPLY	R$ 2.100,00
30	MICROPIPETA MONOCANAL VOLUME VARIÁVEL DE 1000 A 5000 µL – Micropipeta nova, volume variável 1000–5000 µL (1–5 mL). Autoclavável a 121 °C. Compatível com ponteiras universais de 5 mL. Visor de volume, sistema de vedação de alta performance. ITENS INCLUSOS: mínimo 1.000 ponteiras de 5.000 µL; manual em português; ferramenta de calibração; filtros de proteção sobressalentes; certificado de calibração rastreável à RBC/INMETRO (ISO/IEC 17025).	UNID	45	MICROPIPETA PRO - LABOR HEALTH SUPLY	R$ 1.291,00

Fornecedor Beneficiário: SUPRILAB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ N° 50.380.668/0001-80, estabelecida na AV PROTASIO ALVES, n.º 2035, Bairro: PETROPOLIS, Cidade: PORTO ALEGRE/RS, CEP: 90.410-002.

SUPRILAB LTDA – CNPJ N° 50.380.668/0001-80					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Marca**	**Valor Unitário**
1	AGITADOR ORBITAL DIGITAL - Agitador orbital de alta performance, microprocessado, projetado para homogeneização de soluções e testes de aglutinação que exigem maior amplitude de velocidade, admitindo-se modelos equivalentes, similares ou superiores, desde que comprovado o atendimento integral às especificações técnicas exigidas, tais como sistema microprocessado com painel digital (LED/LCD) para ajuste e visualização precisa da velocidade (RPM) e do tempo (Timer). Faixa de velocidade ajustável de 0 a 350 RPM. Temporizador programável (1 a 999 minutos ou modo contínuo) com desligamento automático e alerta sonoro. Motor de indução (sem escovas). Plataforma em alumínio ou material reforçado (aprox. 30x30 cm ou superior) com manta antiderrapante. Movimento orbital horizontal estável. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO: entrega do equipamento com CPU, acessórios de instalação e no-break de 2.000 VA com bateria externa; treinamento e implantação na sede do município para todos os profissionais do quadro do fundo municipal de saúde, com carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: plataforma de agitação com manta antiderrapante; manual em português; cabos de alimentação e demais acessórios; Registro na ANVISA.	UNID	09	SATRA	R$ 6.553,80
2	Idem ao Item 1 – Cota reservada para ME/EPP em 10% - AGITADOR ORBITAL DIGITAL - Agitador orbital de alta performance, microprocessado, projetado para homogeneização de soluções e testes de aglutinação que exigem maior amplitude de velocidade, admitindo-se modelos equivalentes, similares ou superiores, desde que comprovado o atendimento integral às especificações técnicas exigidas, tais como sistema microprocessado com painel digital (LED/LCD) para ajuste e visualização precisa da velocidade (RPM) e do tempo (Timer). Faixa de velocidade ajustável de 0 a 350 RPM. Temporizador programável (1 a 999 minutos ou modo contínuo) com desligamento automático e alerta sonoro. Motor de indução (sem escovas). Plataforma em alumínio ou material reforçado (aprox. 30x30 cm ou superior) com manta antiderrapante. Movimento orbital horizontal estável. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO: entrega do equipamento com CPU, acessórios de instalação e no-break de 2.000 VA com bateria externa; treinamento e implantação na sede do município para todos os profissionais do quadro do fundo municipal de saúde, com carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: plataforma de agitação com manta antiderrapante; manual em português; cabos de alimentação e demais acessórios; Registro na ANVISA.	UNID	01	SATRA	R$ 7.999,90
8	ANALISADOR AUTOMÁTICO DE HEMOGLOBINA GLICADA (HBA1C) – Equipamento novo, totalmente automatizado (HPLC). Parâmetros: HbA1c, HbF, HbA2, variantes (HbE, HbD, HbS, HbC) e janela V/S. Mínimo 2 modos (Variante e β-Talassemia). Tempo de análise ≤ 130 s (Variante) e ≤ 380 s (β-Talassemia). Carregador ≥ 10 posições com carregamento contínuo. Detecção com comprimento de onda duplo. Desgaseificador integrado. Touchscreen ≥ 10,1" com software em português. Armazenamento ≥ 10.000 resultados com cromatogramas. LIS/HIS bidirecional, USB e Ethernet. Certificações NGSP e IFCC; registro ANVISA. Bivolt 110/220 V, 60 Hz. Garantia mínima de 12 meses e assistência técnica nacional. Operação walk-away. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO com no-break 4.000 VA; carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: impressora, kit inicial de reagentes/calibração, software em português, no-break, manual, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	04	LIFOTRONIC H8	R$ 90.000,00
18	COAGULÔMETRO – Equipamento novo, semiautomático, foto-óptico. 2 canais independentes com testes em paralelo (paciente/controle). 12 posições de incubação de amostra e 5 de reagente. Parâmetros mínimos: TP, TTPa, TT, FIB e demais testes compatíveis. Tela digital e interfaceamento LIS. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO com no-break 2.000 VA; carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: impressora, cubetas e acessórios iniciais, kit inicial de reagentes/calibração, software em português, no-break, manual, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	04	MEDMAX/MAXCOAG	R$ 13.800,00
24	MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR – Equipamento novo para uso laboratorial (hematologia, microbiologia, parasitologia, urinálise). Sistema óptico com correção infinita (Infinity) ou superior; objetivas planacromáticas; cabeçote binocular inclinado ≈ 30°, ajuste interpupilar e de dioptria. Oculares WF 10x. Objetivas 4x, 10x, 40x e 100x (imersão); revólver de 4 posições. Iluminação LED com controle. Ajustes macro/micrométrico coaxiais. Platina mecânica X-Y com porta-lâminas. Condensador Abbe com íris. Possibilidade de acoplar câmera. ITENS INCLUSOS: conjunto de objetivas e oculares, capa protetora, óleo de imersão, manual em português, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	14	CRALTECH MICB100	R$ 3.400,00
25	Idem ao Item 24 – Cota reservada para ME/EPP em 10% - MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR – Equipamento novo para uso laboratorial (hematologia, microbiologia, parasitologia, urinálise). Sistema óptico com correção infinita (Infinity) ou superior; objetivas planacromáticas; cabeçote binocular inclinado ≈ 30°, ajuste interpupilar e de dioptria. Oculares WF 10x. Objetivas 4x, 10x, 40x e 100x (imersão); revólver de 4 posições. Iluminação LED com controle. Ajustes macro/micrométrico coaxiais. Platina mecânica X-Y com porta-lâminas. Condensador Abbe com íris. Possibilidade de acoplar câmera. ITENS INCLUSOS: conjunto de objetivas e oculares, capa protetora, óleo de imersão, manual em português, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	02	CRALTECH MICB100	R$ 7.499,00
27	Idem ao Item 26 – Cota reservada para ME/EPP em 10% - MICROPIPETA MONOCANAL VOLUME VARIÁVEL DE 1 A 10 µL – Micropipeta nova, volume variável 1–10 µL. Alta precisão e repetibilidade. Totalmente autoclavável (121 °C, 1 bar, 20 min) sem desmontagem. Botão superior com trava, ejetor integrado, compatível com ponteiras universais de 10 µL. Visor digital de volume. ITENS INCLUSOS: mínimo 1.000 ponteiras de 10 µL, livres de DNAse/RNAse e pirogênios;	UNID	5	OLEM	R$ 1.803,00

	manual em português; ferramenta de calibração; suporte de bancada; certificado de calibração rastreável à RBC/INMETRO (ISO/IEC 17025).				
29	Idem ao Item 28 – Cota reservada para ME/EPP em 10% - MICROPIPETA MONOCANAL VOLUME VARIÁVEL DE 10 A 100 µL – Micropipeta nova, volume variável 10–100 µL. Autoclavável a 121 °C. Ejetor integrado, compatível com ponteiras universais de 100 µL ou 200 µL. Visor digital. ITENS INCLUSOS: mínimo 1.000 ponteiras de 200 µL em racks estéreis ou bulk; manual em português; ferramenta de calibração; certificado de calibração rastreável à RBC/INMETRO (ISO/IEC 17025).	UNID	05	OLEM	R$ 2.148,00
31	Idem ao Item 30 – Cota reservada para ME/EPP em 10% - MICROPIPETA MONOCANAL VOLUME VARIÁVEL DE 1000 A 5000 µL – Micropipeta nova, volume variável 1000–5000 µL (1–5 mL). Autoclavável a 121 °C. Compatível com ponteiras universais de 5 mL. Visor de volume, sistema de vedação de alta performance. ITENS INCLUSOS: mínimo 1.000 ponteiras de 5.000 µL; manual em português; ferramenta de calibração; filtros de proteção sobressalentes; certificado de calibração rastreável à RBC/INMETRO (ISO/IEC 17025).	UNID	5	OLEM	R$ 2.581,00

Fornecedor Beneficiário: VRP DE OLIVEIRA COMERCIO DE EQUIPAMENTO MEDICO-HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ N° 45.030.413/0001-57, estabelecida na AV GENEBRA, n.º 18, ANEXO A, Bairro: PLANALTO, Cidade: MANAUS/AM, CEP: 69.045-380.

VRP DE OLIVEIRA COMERCIO DE EQUIPAMENTO MEDICO-HOSPITALAR LTDA – CNPJ N° 45.030.413/0001-57					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Marca**	**Valor Unitário**
14	BANHO-MARIA DIGITAL LABORA TORIAL 10 LITROS – Equipamento novo, capacidade aprox. 10 L, controle digital de temperatura. Capacidade para 2 estantes (aprox. 180 tubos). Faixa ambiente +5 °C até 100 °C; precisão ±0,5 °C. Controlador digital microprocessado com display. Cuba em aço inox; gabinete com pintura eletrostática. Resistência blindada; sistema uniforme de aquecimento; proteção contra superaquecimento; sensor de nível de água; isolamento térmico eficiente. ITENS INCLUSOS: tampa (lisa ou pingadeira), estantes para tubos, manual em português, cabos, certificado de calibração inicial (RBC) e Registro na ANVISA.	UNID	06	KACIL	R$ 3.220,00

2.2. Os preços a serem pagos ao FORNECEDOR serão os vigentes na data da ordem de fornecimento, independentemente da data da entrega dos materiais.

2.3. Os preços registrados constituirão a única e completa remuneração pela aquisição de equipamentos laboratoriais clínicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Coari/AM, objeto desta Ata de Registro de Preço, incluído frete até os locais de entrega, a serem indicados pelo Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O Órgão Participante: Secretaria Municipal de Saúde e o Órgão Gerenciador que controla o saldo da ata: Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado deste certame.

4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

a) O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até no- venta dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do Item 4.2

DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item anterior, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços

VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

4.11 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços

CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, ou até existir saldo da Ata, a contar da data da assinatura, com eficácia legal após a da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios e no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o artigo 84 da Lei 14.133/2021.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos

5.2 Nos termos do Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, sempre que houver prorrogação da vigência desta Ata de Registro de Preços, poderá ser realizada, de forma concomitante, a renovação do saldo originalmente registrado, observado o quantitativo inicial e as condições estabelecidas no edital e na proposta.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021
5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.
5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e
5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.
5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 1.4, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada

CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação

CLÁUSULA SÉTIMA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligencia- rem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante com- provação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, a Administração Municipal convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.7

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosas

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, conforme o §3º do art. 28 do Decreto nº 11.462/2024

CLÁUSULA OITAVA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2024.
8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
CLÁUSULA NONA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2024.
CLÁUSULA DECIMA – DAS PENALIDADES
10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital.*
10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2024), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2024).
10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições

11.1.1. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à presente ata de Registro de Preços

11.1.2. integram esta Ata o Fornecedor Beneficiário do Registro de Preços, sua proposta e, ainda, o Edital de Pregão e seus anexos

11.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados por esta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata a Lei nº 14.133/2021

11.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser altera- dos, observado o disposto no art. 124 da Lei 14;133/2021

11.4. Os dirigentes e os agentes públicos que utilizarem o SRP digital responderão administrativa, civil e penalmente, na forma prevista na legislação aplicável, por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas

11.5. Os órgãos e as entidades assegurarão o sigilo e a integridade dos dados e das in- formações do SRP digital e os protegerão contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas

11.6. A critério da Administração Municipal, a presente Ata de Registro poderá ser

11.6.1. Revogada, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta

11.6.2. Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, me- diante parecer escrito e devidamente fundamentado na defesa do interesse do serviço público e de acordo com a legislação vigente

11.7. Na contagem dos prazos deste edital será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento, considerando se o expediente normal deste Órgão, de segunda a sexta - feira, salvo expressa disposição em contrário

11.8. Integram esta ARP, o edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026-CCC, e seus anexos, e as propostas das empresas: DISNON FARMA LTDA – CNPJ N° 41.228.310/0001-45, SUPRILAB LTDA – CNPJ N° 50.380.668/0001-80 e VRP DE OLIVEIRA COMERCIO DE EQUIPAMENTO MEDICO-HOSPITALAR LTDA – CNPJ N° 45.030.413/0001-57, vencedoras do certame supramencionado

16.9. Os casos omissos serão dirimidos pelo Prefeito. A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais da Prefeitura Municipal de Coari e do Fornecedores Beneficiários

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito na Comarca de Coari - AM, para dirimir quaisquer questões oriundas decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preços

12.2. E por estarem justas e compromissadas, assinam a presente Ata, para todos os fins de direito, as partes e as duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram

12.3. Fica a administração autorizada a utilizar de meios alternativos de resolução de controvérsias na forma dos artigos 151 a 154 da Lei 14.133/2021

12.4. A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Município de Coari e do Fornecedores Beneficiários.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, em Coari/AM, 26 de agosto de 2026.

HELBER CÂMARA VIANA.
Secretário Municipal de Saúde.
Decreto Municipal De 27 De Junho De 2025.

DISNON FARMA LTDA
CNPJ N° 41.228.310/0001-45

SUPRILAB LTDA
CNPJ N° 50.380.668/0001-80

VRP DE OLIVEIRA COMERCIO DE EQUIPAMENTO MEDICO-HOSPITALAR LTDA
CNPJ N° 45.030.413/0001-57

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:783ED4BE

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026 - CCC

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o teor da ATA DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS DOCUMENTAÇÕES apresentado pelo Pregoeiro, para o Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos laboratoriais clínicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Coari/AM, oriundo do Processo Administrativo nº 1054/2026 – SEMSA.

CONSIDERANDO que o referido procedimento licitatório transcorreu de forma regular, em obediência a legislação vigente, não sendo verificado nenhum vício que pudesse macular a regularidade do certame, tendo sido cumpridos todos os prazos regulamentares estabelecidos no referido processo;

CONSIDERANDO, ainda, que os documentos que se encontram acostados aos autos demonstram que foram respeitados todos os ritos legais exigidos pelas Lei Federal nº. 14.133/21;

CONSIDERANDO, por fim, o Parecer Conclusivo emitido pela Assessoria Jurídica Interna desta Prefeitura;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, a decisão do Agente de Contratação de adjudicar na Ata de Recebimento e Julgamento das Documentações de Habilitação em favor das empresas vencedoras: **DISNON FARMA LTDA – CNPJ N° 41.228.310/0001-45, SUPRILAB LTDA – CNPJ N° 50.380.668/0001-80 e VRP DE OLIVEIRA COMERCIO DE EQUIPAMENTO MEDICO-HOSPITALAR LTDA – CNPJ N° 45.030.413/0001-57, conforme Ata e Planilhas apensas ao Processo, na forma da Lei.**

DISNON FARMA LTDA – CNPJ N° 41.228.310/0001-45					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Marca**	**Valor Unitário**
3	ANALISADOR AUTOMÁTICO DE BIOQUÍMICA 620 TESTES/HORA COM ISE – Equipamento novo, totalmente automatizado, admitindo-se modelos equivalentes, similares ou superiores. Especificações: analisador randômico 620 T/H com ISE. Métodos: cinético de dois pontos, cinético, mono/duplo comprimento de onda, branco (reagente e amostra), imunoturbidimetria. STAT durante a rotina. Disco de amostra com 79 posições (rotina/calibração/CQ/emergência), suporte a tubos primários e copo, proteção anticolisão, detecção de nível, volume de amostra 1,2–35 µL (passo 0,1 µL). Disco de reagente 80 posições refrigerado (2–8 °C) 24 h, volume 10–360 µL (passo 0,5 µL). Óptica: lâmpada halógena 12V/20W; mín. 16 comprimentos de onda (340, 380, 405, 450, 480, 505, 546, 570, 605, 630, 660, 700, 750, 770, 800, 850 nm). 120 cubetas UV de alta permeabilidade; 2 agitadores independentes; volume mín. de reação 90 µL; incubação seca a 37 ± 0,1 °C. Calibração linear/não-linear (Logit-Log4P/5P, spline, exponencial, parábola) e CQ Westgard/Levey-Jennings. SO Windows; LIS/HIS bidirecional. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO com no-break de 4.000 VA e estação de osmose reversa compatível; carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: impressora, kit inicial de reagentes/calibração, software em português, manual, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	04	ERBA/ XL-640	R$ 270.000,00
4	ANALISADOR AUTOMÁTICO DE BIOQUÍMICA 540 TESTES / HORA – Equipamento novo, totalmente automatizado, admitindo-se equivalentes/similares/superiores. Colorimetria e turbidimetria. Mínimo 540 testes/hora. Métodos cinético, cinético tempo fixo e ponto final (mono e birreagente). Calibração linear (ponto único, dois ou mais) e não linear (Logit-log4, Logit-log5, SPLINE, polilinha). Disco de amostras com 37 posições compatível com tubo primário. Volume de amostra 2–70 µL (0,1 µL). Volume de reagente 20–350 µL (0,1 µL). Volume mínimo de reação 120–500 µL. Refrigeração contínua 4–12 °C. Misturador por sonda independente. Mín. 48 cubetas rígidas UV semipermanentes. Carryover ≤ 0,5%. Aquecimento 37 °C ± 0,2 °C. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO com no-break 4.000 VA e osmose reversa compatível; carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: impressora, kit inicial de reagentes/calibração, software em português, no-break 2.000 VA, manual, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	04	MHLAB/ CA 331A	R$ 103.760,00
6	ANALISADOR POR ELETRODO SELETIVO IONS (ISE) – Equipamento novo,	UNID	05	MAXION BR/ MEDMAX	R$ 19.760,00

	totalmente automatizado. Mínimo 5 parâmetros simultâneos: Na, K, Cl, Ca e pH. Capacidade 60 a 120 testes/hora. Aspiração automática. Código de barras. Tela com ícones e teclas numéricas. Ajuste de rotinas de manutenção e intervalos de calibração (1, 2, 3 ou 4 h). Stand-by programável. Calibração automática de 1 e 2 pontos. Limpeza automática. Habilitação/desabilitação individual de eletrodos. Armazenamento de até 1000 pacientes. Tela touchscreen colorida, LIS/HL7, USB e rede. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO com no-break 2.000 VA; carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: impressora, eletrodos iniciais, kit inicial de reagentes/calibração, software em português, no-break, manual, cabos e Registro na ANVISA.				
7	ANALISADOR AUTOMÁTICO DE GASOMETRIA – Equipamento novo, totalmente automatizado. Volume de amostra 100 µL. 27 resultados. Gases: pH, pCO2, pO2, Hct. Eletrólitos: Na, K, iCa, Li, pH, Cl. Metabólitos: GLU, LAC. Calculados: Hb, HCO3, BE, BE-B, BE-ECF, TCO2, AG, AG(K), O2Sat, O2Ct, SBC, nCa, TCa, pO2%, A, AaDO2, a/A. Entrada alfanumérica de 15 dígitos. 3 modos de aspiração (tubo, seringa, capilar). Levey-Jennings, integração LIS. Pacote único de reagentes para 16 combinações. Calibração de toque único. Armazenamento de até 100.000 amostras. USB. Leitor de código de barras. LCD touch 10 pol. Interface para mouse/teclado externo. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO com no-break 2.000 VA; carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: impressora, kit de eletrodos (Na, K, Cl, Ca, pH e referência), kit inicial de reagentes/calibração, software em português, no-break, manual, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	04	CELLER/ UCARE 6000	R$ 82.000,00
9	ANALISADOR HEMATOLÓGICO AUTOMATIZADO 50 PARÂMETROS – Equipamento novo, totalmente automatizado, com diferencial leucocitário em 5 partes. Parâmetros: WBC, LYM%, MON%, NEU%, EOS%, BAS%, LYM#, MON#, NEU#, EOS#, BAS#, RBC, HGB, HCT, MCV, MCH, MCHC, RDW_CV, RDW_SD, PLQ, MPV, PDW, PCT, P_LCR, P_LCC, RETIC%, RETIC_ABS, IRF. Fluidos corporais e pesquisa (ALY, LIC, NRBC, BLAST, InR, EOS-BF, NEU-BF, MRV). 2 histogramas (RBC, PLQ), grades e estereogramas 3D. WBC por impedância e óptica laser; RBC/PLT por impedância; HGB por colorimetria livre de cianeto; reticulócitos por citometria + dispersão + corante. Amostra 20 µL (sangue total/prediluído); 70 µL fluido corporal. > 80 amostras/hora; até 30/h em fluidos. Modo automático 50 amostras (6 racks de 10) com código de barras; modo manual para urgência. Armazenamento até 600.000 resultados. LIS via USB/Ethernet. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO com no-break 4.000 VA e osmose reversa compatível; carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: impressora, kit inicial de reagentes/calibração, software em português, racks, no-break, manual, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	04	MHLAB/ URIT BH 5390	R$ 200.200,00
10	ANALISADOR DE HEMATOLOGIA 5 PARTES – Equipamento novo, totalmente automatizado, sem reticulócitos. Diferencial 5 partes. 27 parâmetros. 1 scattergram e 3 histogramas. Difração de laser + coloração química, citometria de fluxo avançada. Volume de amostra 20 µL. Até 60 amostras/hora. Bandeja para até 30 amostras com carregamento contínuo. Sangue total ou pré-diluído. Armazenamento até 40.000 resultados completos. Livre de manutenção diária. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO com no-break 2.000 VA e osmose reversa compatível; carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: impressora, kit inicial de reagentes/calibração, software em português, racks, no-break, manual, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	04	MHLAB/ URIT BH 5390	R$ 60.000,00
11	ANALISADOR AUTOMATIZADO DE IMUNOENSAIO POR ELETROQUIMIO -LUMINESCÊNCIA (ECLIA) – Equipamento novo, totalmente automatizado, de bancada, acesso randômico e contínuo. Mínimo 86 testes/hora, com velocidade constante. Primeiro resultado ≤ 9 min (testes rápidos a partir de 6 min). Menu mínimo de 100 parâmetros (tireoide, fertilidade/hormônios, marcadores tumorais, cardíacos, inflamação, ósseos, anemia, infecciosas, diabetes etc.). Mínimo 10 posições de reagentes refrigeradas com código de barras/RFID. Mínimo 30 posições de amostra com carregamento contínuo. Amostras: soro, plasma, sangue total, urina e outros. Mínimo 100 posições de incubação com controle automático de temperatura. Microvolume (10–50 µL). Sensores de coágulo, nível e anticolisão. Calibração automática, QC Levey-Jennings/Westgard, rastreabilidade metrológica. Software em português. LIS/HIS (HL7/ASTM) bidirecional, Ethernet e USB. Dimensões aprox. 650 x 620 x 650 mm. Bivolt 110/220 V. Garantia 12 meses. Registro ANVISA. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO com no-break 2.000 VA e osmose reversa compatível; carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: impressora, kit inicial de reagentes/calibração, software em português, racks, no-break, manual, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	04	LIFOTRONIC/ ECL8000 IMMUNOASSAY ANALYZER	R$ 173.550,00
12	AUTOCLAVE VERTICAL DIGITAL 21 LITROS – Equipamento novo para esterilização por vapor sob pressão, capacidade aprox. 21 L. Câmara interna em aço inoxidável; gabinete externo com pintura eletrostática anticorrosiva. Tampa com vedação e fechamento seguro. Temperatura 121–134 °C. Painel digital microprocessado; display de tempo, temperatura e ciclo; ciclos automáticos. Alarmes visuais/sonoros. Válvula de segurança; travamento de tampa; sensor de nível de água; proteção contra superaquecimento. ITENS INCLUSOS: cestos ou bandejas em aço inox, suporte interno, manual em português, cabos e demais acessórios, certificado de calibração inicial (rastreável RBC) e Registro na ANVISA.	UNID	05	CRAL/ CT-4000	R$ 8.580,00
13	AUTOCLAVE VERTICAL DIGITAL 30 LITROS – Equipamento novo para esterilização por vapor sob pressão, capacidade aprox. 30 L. Mesmas especificações do item 12 em versão de maior capacidade. Cestos/bandejas em aço inox, suporte interno, manual em português, cabos e acessórios, certificado de calibração inicial (rastreável RBC) e Registro na ANVISA.	UNID	05	SOLIDSTEEL	R$ 14.480,00
15	CÂMERA DIGITAL HÍBRIDA PARA MICROSCÓPIO BIOLÓGICO – Equipamento novo com saída híbrida HDMI + USB. Sensor CMOS ou CCD, resolução mínima 5.0 MP. HDMI e USB. Mínimo 30 fps em Full HD (1080p). Entrada para cartão SD/MicroSD. Menu on-screen com mouse USB para exposição, balanço de branco, brilho e contraste. Software em português com licença ativa/permanente para captura, edição e medições calibradas. ITENS INCLUSOS: câmera; adaptador C-Mount universal; cabo HDMI e cabo USB; mouse USB; cartão de memória mínimo 16 GB; software; manual em português, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	04	BIOCENTRIX	R$ 2.395,00
16	CENTRIFUGA DE BANCADA 24 TUBOS – Equipamento novo para uso laboratorial, capacidade mínima de 24 tubos (5, 10 e 15 mL). Velocidade ajustável mínima de 3.000 a 4.000 RPM; timer programável (mín. 30 min); painel de controle intuitivo. Partida/parada suaves, tampa com trava de segurança, pés antiderrapantes, proteção contra desbalanceamento. Rotor angular ou horizontal em alumínio ou similar, com adaptadores para diversos tubos. ITENS INCLUSOS: rotor e adaptadores, no-break 2.000 VA, manual em português, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	06	CRAL/ CT-4000	R$ 9.200,00
17	CENTRIFUGA MICRO-HEMATÓCRITO 24 TUBOS – Equipamento novo, capacidade mínima do rotor principal para 24 tubos capilares (75 mm x 1,5 mm), heparinizados e não heparinizados. Velocidade ajustável mínima de 16.000 RPM e RCF mínima de 12.000 xg. Travamento da tampa e desligamento automático ao final do ciclo. Display LCD. Motor por indução (brushless). ITENS INCLUSOS: rotor para 24 capilares com tampa, régua de leitura (nomograma), massa de vedação, no-break 2.000 VA, manual em português, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	04	LABMED/ SPIN MAX TDL 24C (BI)	R$ 4.770,00
19	CONTADOR DIGITAL DE CÉLULAS SANGUÍNEAS (HEMOCITÔMETRO) - Equipamento novo com contagem digital em lâminas microscópicas. Teclas independentes (mín. 12 canais). Display LED com contagem por categoria e total geral, cálculo automático de percentuais. Contagem programável com alerta	UNID	06	X-ANALYSER/ GT-12HD	R$ 1.700,00

	sonoro/visual; até 10 pares de números. Bip a cada tecla. Correção de contagem (retrocesso), zeramento/reset, memória interna. Teclado durável, integração LIS. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO com no-break 2.000 VA; carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: manual em português, cabos e Registro na ANVISA.				
20	ESTUFA BACTERIOLÓGICA 30 LITROS – Equipamento novo com capacidade interna de 30 L. Temperatura ambiente +5 °C até ≥ 60 °C; controle digital microprocessado, precisão ±0,5 °C. Circulação natural ou forçada. Câmara em aço inox; gabinete com pintura eletrostática. Porta com visor em vidro temperado; mínimo 2 prateleiras ajustáveis. Display digital, alarmes, termostato de segurança independente, isolamento térmico. ITENS INCLUSOS: prateleiras, no-break 2.000 VA, manual em português, cabos, certificado de calibração inicial (RBC) e Registro na ANVISA.	UNID	04	SOLIDSTEEL/ ESTUFA DIGITAL EASY SSE 30L 110V	R$ 4.460,00
21	ESTUFA BACTERIOLÓGICA 64 LITROS – Equipamento novo com capacidade interna de 64 L, com as mesmas características do item 20 em maior capacidade. Prateleiras, no-break 2.000 VA, manual em português, cabos, certificado de calibração inicial (RBC) e Registro na ANVISA.	UNID	05	SOLIDSTEEL/ ESTUFA DIGITAL EASY SSE64L 110V	R$ 7.000,00
22	ESTUFA DE LABORATÓRIO 30 LITROS – Equipamento novo, circulação natural de ar, capacidade aprox. 30 L, para aquecimento, secagem e esterilização. Câmara em aço inox ou aço carbono resistente; gabinete com pintura eletrostática. Faixa ambiente +5 °C até ≥ 200 °C; precisão ±1 °C. Controlador digital microprocessado, display, resistência blindada, prateleira interna removível/ajustável. ITENS INCLUSOS: prateleiras, manual em português, cabos, certificado de calibração inicial (RBC) e Registro na ANVISA.	UNID	05	SOLIDSTEEL/ ESTUFA DIGITAL EASY SSE 30L 110V	R$ 5.000,00
23	ESTUFA DE LABORATÓRIO 64 LITROS – Equipamento novo, circulação natural de ar, capacidade aprox. 64 L, com as mesmas características do item 22 em maior capacidade. Prateleiras, manual em português, cabos, certificado de calibração inicial (RBC) e Registro na ANVISA.	UNID	04	SOLIDSTEEL/ESTUFA DIGITAL EASY SSE64L	R$ 9.200,00
26	MICROPIPETA MONOCANAL VOLUME VARIÁVEL DE 1 A 10 µL – Micropipeta nova, volume variável 1–10 µL. Alta precisão e repetibilidade. Totalmente autoclavável (121 °C, 1 bar, 20 min) sem desmontagem. Botão superior com trava, ejetor integrado, compatível com ponteiras universais de 10 µL. Visor digital de volume. ITENS INCLUSOS: mínimo 1.000 ponteiras de 10 µL, livres de DNAse/RNAse e pirogênios; manual em português; ferramenta de calibração; suporte de bancada; certificado de calibração rastreável à RBC/INMETRO (ISO/IEC 17025).	UNID	45	MICROPIPETA PREMIUM LABOR HEALTH SUPLY	R$ 1.780,00
28	MICROPIPETA MONOCANAL VOLUME VARIÁVEL DE 10 A 100 µL – Micropipeta nova, volume variável 10–100 µL. Autoclavável a 121 °C. Ejetor integrado, compatível com ponteiras universais de 100 µL ou 200 µL. Visor digital. ITENS INCLUSOS: mínimo 1.000 ponteiras de 200 µL em racks estéreis ou bulk; manual em português; ferramenta de calibração; certificado de calibração rastreável à RBC/INMETRO (ISO/IEC 17025).	UNID	45	MICROPIPETA PRO - LABOR HEALTH SUPLY	R$ 2.100,00
30	MICROPIPETA MONOCANAL VOLUME VARIÁVEL DE 1000 A 5000 µL – Micropipeta nova, volume variável 1000–5000 µL (1–5 mL). Autoclavável a 121 °C. Compatível com ponteiras universais de 5 mL. Visor de volume, sistema de vedação de alta performance. ITENS INCLUSOS: mínimo 1.000 ponteiras de 5.000 µL; manual em português; ferramenta de calibração; filtros de proteção sobressalentes; certificado de calibração rastreável à RBC/INMETRO (ISO/IEC 17025).	UNID	45	MICROPIPETA PRO - LABOR HEALTH SUPLY	R$ 1.291,00

SUPRILAB LTDA – CNPJ N° 50.380.668/0001-80

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unitário
1	AGITADOR ORBITAL DIGITAL - Agitador orbital de alta performance, microprocessado, projetado para homogeneização de soluções e testes de aglutinação que exigem maior amplitude de velocidade, admitindo-se modelos equivalentes, similares ou superiores, desde que comprovado o atendimento integral às especificações técnicas exigidas, tais como sistema microprocessado com painel digital (LED/LCD) para ajuste e visualização precisa da velocidade (RPM) e do tempo (Timer). Faixa de velocidade ajustável de 0 a 350 RPM. Temporizador programável (1 a 999 minutos ou modo contínuo) com desligamento automático e alerta sonoro. Motor de indução (sem escovas). Plataforma em alumínio ou material reforçado (aprox. 30x30 cm ou superior) com manta antiderrapante. Movimento orbital horizontal estável. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO: entrega do equipamento com CPU, acessórios de instalação e no-break de 2.000 VA com bateria externa; treinamento e implantação na sede do município para todos os profissionais do quadro do fundo municipal de saúde, com carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: plataforma de agitação com manta antiderrapante; manual em português; cabos de alimentação e demais acessórios; Registro na ANVISA.	UNID	09	SATRA	R$ 6.553,80
2	Idem ao Item 1 – Cota reservada para ME/EPP em 10% - AGITADOR ORBITAL DIGITAL - Agitador orbital de alta performance, microprocessado, projetado para homogeneização de soluções e testes de aglutinação que exigem maior amplitude de velocidade, admitindo-se modelos equivalentes, similares ou superiores, desde que comprovado o atendimento integral às especificações técnicas exigidas, tais como sistema microprocessado com painel digital (LED/LCD) para ajuste e visualização precisa da velocidade (RPM) e do tempo (Timer). Faixa de velocidade ajustável de 0 a 350 RPM. Temporizador programável (1 a 999 minutos ou modo contínuo) com desligamento automático e alerta sonoro. Motor de indução (sem escovas). Plataforma em alumínio ou material reforçado (aprox. 30x30 cm ou superior) com manta antiderrapante. Movimento orbital horizontal estável. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO: entrega do equipamento com CPU, acessórios de instalação e no-break de 2.000 VA com bateria externa; treinamento e implantação na sede do município para todos os profissionais do quadro do fundo municipal de saúde, com carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: plataforma de agitação com manta antiderrapante; manual em português; cabos de alimentação e demais acessórios; Registro na ANVISA.	UNID	01	SATRA	R$ 7.999,90
8	ANALISADOR AUTOMÁTICO DE HEMOGLOBINA GLICADA (HBA1C) – Equipamento novo, totalmente automatizado (HPLC). Parâmetros: HbA1c, HbF, HbA2, variantes (HbE, HbD, HbS, HbC) e janela V/S. Mínimo 2 modos (Variante e β-Talassemia). Tempo de análise ≤ 130 s (Variante) e ≤ 380 s (β-Talassemia). Carregador ≥ 10 posições com carregamento contínuo. Detecção com comprimento de onda duplo. Desgaseificador integrado. Touchscreen ≥ 10,1" com software em português. Armazenamento ≥ 10.000 resultados com cromatogramas. LIS/HIS bidirecional, USB e Ethernet. Certificações NGSP e IFCC; registro ANVISA. Bivolt 110/220 V, 60 Hz. Garantia mínima de 12 meses e assistência técnica nacional. Operação walk-away. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO com no-break 4.000 VA; carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: impressora, kit inicial de reagentes/calibração, software em português, no-break, manual, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	04	LIFOTRONIC H8	R$ 90.000,00
18	COAGULÔMETRO – Equipamento novo, semiautomático, foto-óptico. 2 canais independentes com testes em paralelo (paciente/controle). 12 posições de incubação de amostra e 5 de reagente. Parâmetros mínimos: TP, TTPa, TT, FIB e demais testes compatíveis. Tela digital e interfaceamento LIS. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO com no-break 2.000 VA; carga horária mínima de 80h. ITENS INCLUSOS: impressora, cubetas e acessórios iniciais, kit inicial de reagentes/calibração, software em português, no-break, manual, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	04	MEDMAX/MAXCOAG	R$ 13.800,00
24	MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR – Equipamento novo para uso laboratorial (hematologia, microbiologia, parasitologia, urinálise). Sistema óptico	UNID	14	CRALTECH MICB100	R$ 3.400,00

	com correção infinita (Infinity) ou superior; objetivas planacromáticas; cabeçote binocular inclinado ≈ 30°, ajuste interpupilar e de dioptria. Oculares WF 10x. Objetivas 4x, 10x, 40x e 100x (imersão); revólver de 4 posições. Iluminação LED com controle. Ajustes macro/micrométrico coaxiais. Platina mecânica X-Y com porta-lâminas. Condensador Abbe com íris. Possibilidade de acoplar câmera. ITENS INCLUSOS: conjunto de objetivas e oculares, capa protetora, óleo de imersão, manual em português, cabos e Registro na ANVISA.				
25	Idem ao Item 24 – Cota reservada para ME/EPP em 10% - MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR – Equipamento novo para uso laboratorial (hematologia, microbiologia, parasitologia, urinálise). Sistema óptico com correção infinita (Infinity) ou superior; objetivas planacromáticas; cabeçote binocular inclinado ≈ 30°, ajuste interpupilar e de dioptria. Oculares WF 10x. Objetivas 4x, 10x, 40x e 100x (imersão); revólver de 4 posições. Iluminação LED com controle. Ajustes macro/micrométrico coaxiais. Platina mecânica X-Y com porta-lâminas. Condensador Abbe com íris. Possibilidade de acoplar câmera. ITENS INCLUSOS: conjunto de objetivas e oculares, capa protetora, óleo de imersão, manual em português, cabos e Registro na ANVISA.	UNID	02	CRALTECH MICB100	R$ 7.499,00
27	Idem ao Item 26 – Cota reservada para ME/EPP em 10% - MICROPIPETA MONOCANAL VOLUME VARIÁVEL DE 1 A 10 µL – Micropipeta nova, volume variável 1–10 µL. Alta precisão e repetibilidade. Totalmente autoclavável (121 °C, 1 bar, 20 min) sem desmontagem. Botão superior com trava, ejetor integrado, compatível com ponteiras universais de 10 µL. Visor digital de volume. ITENS INCLUSOS: mínimo 1.000 ponteiras de 10 µL, livres de DNAse/RNAse e pirogênios; manual em português; ferramenta de calibração; suporte de bancada; certificado de calibração rastreável à RBC/INMETRO (ISO/IEC 17025).	UNID	5	OLEM	R$ 1.803,00
29	Idem ao Item 28 – Cota reservada para ME/EPP em 10% - MICROPIPETA MONOCANAL VOLUME VARIÁVEL DE 10 A 100 µL – Micropipeta nova, volume variável 10–100 µL. Autoclavável a 121 °C. Ejetor integrado, compatível com ponteiras universais de 100 µL ou 200 µL. Visor digital. ITENS INCLUSOS: mínimo 1.000 ponteiras de 200 µL em racks estéreis ou bulk; manual em português; ferramenta de calibração; certificado de calibração rastreável à RBC/INMETRO (ISO/IEC 17025).	UNID	05	OLEM	R$ 2.148,00
31	Idem ao Item 30 – Cota reservada para ME/EPP em 10% - MICROPIPETA MONOCANAL VOLUME VARIÁVEL DE 1000 A 5000 µL – Micropipeta nova, volume variável 1000–5000 µL (1–5 mL). Autoclavável a 121 °C. Compatível com ponteiras universais de 5 mL. Visor de volume, sistema de vedação de alta performance. ITENS INCLUSOS: mínimo 1.000 ponteiras de 5.000 µL; manual em português; ferramenta de calibração; filtros de proteção sobressalentes; certificado de calibração rastreável à RBC/INMETRO (ISO/IEC 17025).	UNID	5	OLEM	R$ 2.581,00

VRP DE OLIVEIRA COMERCIO DE EQUIPAMENTO MEDICO-HOSPITALAR LTDA – CNPJ N° 45.030.413/0001-57					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Marca**	**Valor Unitário**
14	BANHO-MARIA DIGITAL LABORA TORIAL 10 LITROS – Equipamento novo, capacidade aprox. 10 L, controle digital de temperatura. Capacidade para 2 estantes (aprox. 180 tubos). Faixa ambiente +5 °C até 100 °C; precisão ±0,5 °C. Controlador digital microprocessado com display. Cuba em aço inox; gabinete com pintura eletrostática. Resistência blindada; sistema uniforme de aquecimento; proteção contra superaquecimento; sensor de nível de água; isolamento térmico eficiente. ITENS INCLUSOS: tampa (lisa ou pingadeira), estantes para tubos, manual em português, cabos, certificado de calibração inicial (RBC) e Registro na ANVISA.	UNID	06	KACIL	R$ 3.220,00

III– PUBLIQUE-SE, o presente despacho na forma da Lei, para fins de eficácia.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, em Coari/AM, 26 de agosto de 2026.

HELBER CÂMARA VIANA
Secretário Municipal de Saúde
Decreto Municipal De 27 De Junho De 2025

Publicado por:
Brenna Gabrielle Rocha da Costa
Código Identificador:3612300C

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE HUMAITÁ

GABINETE DO PREFEITO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 - CULTURA

RESULTADO PRELIMINAR DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – SELEÇÃO DE PROJETOS ARTÍSTICOS E FORMATIVOS DE HUMAITÁ/AM, COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

No uso das atribuições que lhe foram conferidas, o Prefeito do Município de Humaitá e o Secretário Municipal de Cultura torna público o Resultado Preliminar de Avaliação do Edital de Chamamento Público nº 01/2026 – Aldir Blanc em Humaitá.

Os proponentes que desejarem interpor recurso ao resultado terão o prazo de 3 (três) dias corridos, contados a partir da data de publicação deste comunicado, para encaminhar suas contestações. Os recursos deverão ser enviados exclusivamente para o e-mail: editalcultura.humaita@gmail.com. Após o recebimento dos recursos, a comissão técnica procederá à análise das contestações. O resultado final, considerando eventuais ajustes decorrentes dos recursos, bem como a eventual classificação de novos projetos por saldo de recursos e o remanejamento de vagas, será publicado posteriormente.

CATEGORIA A – OFICINAS | VALOR POR PROJETO: R$ 2.000,00 | Nº DE VAGAS: 15
NÃO HOUVE INSCRITOS

CATEGORIA B – CURSOS | VALOR POR PROJETO: R$ 5.000,00 | Nº DE VAGAS: 6						
Clas.	**Proponente**	**Projeto**	**CPF/CNPJ**	**Nota**	**Modalidade**	**Status**
1º	Mariel Mendonça Siqueira	Curso de Bordado para Indumentária Junina	***.170.032-**	60	Ampla Concorrência	Classificado
2º	Valcemir Nunes de Souza	Faces do Espetáculo: Curso de Formação em Maquiagem Artística	***.642.722-**	52	Ampla Concorrência	Classificado

3º	Gleiciane Alves de Oliveira	Curso de Formação em Maquiagem Profissional e Expressão Cultural	***.485.342-**	52	Ampla Concorrência	Classificado
4º	Marcus Vinicius Medeiros Alves	Da Concepção à Prestação de Contas	***.280.332-**	44	Ampla Concorrência	Classificado

CATEGORIA C – FOMENTO A PROJETOS CULTURAIS DIVERSOS | VALOR POR PROJETO: R$ 10.000,00 | Nº DE VAGAS: 10						
Clas.	**Proponente**	**Projeto**	**CPF/CNPJ**	**Nota**	**Modalidade**	**Status**
1º	Associação Folclórica e Cultural Flor da Mangaba	Amostra Cultural Flor da Mangaba	30.980.423/0001-86	92	Ampla Concorrência	Classificado
2º	Grupo Recreativo Cultural Junina Os Caipiras de Santo Antônio	Trajes que Contam Histórias: Mostra de Indumentária Junina dos Caipiras de Santo Antônio	30.495.919/0001-64	92	Ampla Concorrência	Classificado
3º	Rodrigo da Silva Brito	150 Anos de Luz: A História da Diocese de Humaitá em Movimento	***.338.472-**	88	Ampla Concorrência	Classificado
4º	Agremiação Folclórica Geral para Fundação das Quadrilhas Adultos Furacão do Norte e Mirim do São José	Furacão de Memórias: Mostra Cultural de Tradições Juninas, Dança e Identidade de Humaitá	33.866.624/0001-45	86	Ampla Concorrência	Classificado
5º	Alcenor Moreira Costa	Clérigo com Atuação Política	***.273.532-**	86	Ampla Concorrência	Classificado
6º	Grupo Cultural Raio de Sol	Raio de Sol em Movimento: Exposição Itinerante de Indumentária Junina	28.251.952/0001-05	84	Ampla Concorrência	Classificado
7º	Samuel Costa da Silva	Mangabafest 2026 – Registro Audiovisual do Patrimônio Cultural Imaterial de Humaitá	***.193.702-**	84	Ampla Concorrência	Classificado
8º	Antonio Encarnação	Junho Cinza: edição, publicação e circulação da memória histórica de Humaitá	***.700.082-**	76	Ampla Concorrência	Classificado
9º	Renato Sousa dos Santos Júnior	Memórias Humaitaenses	***.258.722-**	74	Cota Negra	Classificado
10º	Júlio Sérgio Aires de Almeida	Projeto Obra Viva: Coletânea de Poesias de Raimundo Neves	***.620.232-**	72	Ampla Concorrência	Classificado
11º	Benedita Marques Vieira	Boi Mirim Tira Fama – boi para crianças de Humaitá	***.765.782-**	70	Ampla Concorrência	Suplente
12º	Carimbó Pedra Negra	Carimbó – Resgate Cultural	***.324.492-**	68	Ampla Concorrência	Suplente
13º	Fogo Azul	Fogo Azul da Matinha: Memória, território e salvaguarda cultural	08.312.059/0001-27	66	Ampla Concorrência	Suplente
14º	André Luiz Costa	Raízes – Formação Cultural Ribeirinha	53.003.419/0001-63	64	Ampla Concorrência	Suplente
15º	Arthur da Fonseca	Sonoridades do Madeira	***.473.982-**	64	Ampla Concorrência	Suplente
16º	Emily Maria Silva Vieira	Canto que Cuida	***.132.062-**	60	Ampla Concorrência	Suplente
17º	Kayth Mary Anny Pereira	Pequenas Raízes, Grandes Histórias	***.919.401-**	60	Ampla Concorrência	Suplente
18º	André Luiz do Nascimento Silva	EP Construindo Humaitá (Nossa Senhora Padroeira de Humaitá)	***.072.212-**	60	Ampla Concorrência	Suplente
19º	Alex França Laborda	Criando com Agulha: Fios da Amazônia	***.017.102-**	60	Ampla Concorrência	Suplente
20º	Francisco Marcos Paes de Almeida	Cores que Acolhem – Arte, Expressão e Inclusão no Espaço TEAMO: vivências artísticas acessíveis para pessoas com Transtorno do Espectro Autista, suas famílias e a comunidade	***.182.812-**	60	Ampla Concorrência	Suplente
21º	Airton Relvas Neves Neto	Batidas na Amazônia	***.905.242-**	52	Ampla Concorrência	Suplente
22º	Aleandro Gonçalves Leite	Projeto Operário de Restituição Revolucionária da Amazônia	***.794.312-**	44	Ampla Concorrência	Suplente
23º	Pamela Rangel de Barros	Mostra Municipal de Dança	***.475.952-**	44	Ampla Concorrência	Suplente

PROPONENTES DESCLASSIFICADOS

As propostas relacionadas abaixo foram desclassificadas em razão do não atendimento a um ou mais requisitos previstos no Edital, podendo a desclassificação decorrer, entre outros motivos, da ausência ou irregularidade de documentação obrigatória, bem como da existência de pendências relacionadas à prestação de contas de editais anteriores. Os proponentes desclassificados poderão interpor recurso, dentro do prazo estabelecido neste comunicado, para solicitar esclarecimentos e/ou a revisão da decisão, observados os procedimentos e critérios previstos no instrumento convocatório.

Proponente	**Projeto**	**CPF/CNPJ**	**Modalidade**	**Status**
Associação Folclórica e Cultural Filhos da Selva	Amazônia em Cena – Mostra Cultural Filhos da Selva: ritmos, saberes e encantarias de Humaitá em uma celebração gratuita da cultura amazônica	13.669.497/0001-87	Ampla Concorrência	Desclassificado
Savyo Oliveira Fernandes	Portal Cultura Humaitaense	***.431.052-**	Ampla Concorrência	Desclassificado
Mikael Lucas da Silva de Oliveira	Olhares do Madeira – Memórias Ribeirinhas de Humaitá	***.283.802-**	Ampla Concorrência	Desclassificado
Michel Ferreira Araújo	O Sangue que a Floresta Reconhece	***.233.202-**	Cota Indígena	Desclassificado
SO-SET Serviços Relacionados à Segurança do Trabalho Ltda	Segurança no Trabalho	31.769.685/0001-69	Ampla Concorrência	Desclassificado
Mario Jorge Costa de Paula	Patrimônio Histórico Material Cultural	***.577.088-**	Ampla Concorrência	Desclassificado
A.P. Eventos	Escolha da Rainha das Comitivas	31.556.827/0001-00	Cota Negra	Desclassificado

Humaitá/AM, 24 de agosto de 2026.

JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO
Prefeito de Humaitá/AM

RONALD NOGUEIRA SIQUEIRA
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Manoel Davi da Silva
Código Identificador:D313F40A

GABINETE DO PREFEITO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 - CULTURA

RESULTADO PRELIMINAR DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 - CULTURA VIVA EM HUMAITÁ 2026, COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022).

No uso das atribuições que lhe foram conferidas, o Prefeito de Humaitá e o Secretário Municipal de Cultura tornam público o Resultado Preliminar de Avaliação do Edital de Chamamento Público N° 02/2026 - Cultura Viva em Humaitá 2026.

Os proponentes que desejarem interpor recurso ao resultado terão o prazo de 3 (três) dias corridos, contados a partir da data de publicação deste comunicado, para encaminhar suas contestações. Os recursos devem ser enviados exclusivamente para o e-mail: editalcultura.humaita@gmail.com. Após o recebimento dos recursos, a comissão técnica procederá à análise das contestações. A eventual classificação de novos projetos por saldo de recursos e remanejamento de vagas será feita após a análise de recursos e divulgada no resultado final.

Após o recebimento dos recursos, a comissão técnica procederá à análise das contestações. O resultado final, considerando eventuais ajustes decorrentes dos recursos, será publicado posteriormente.

PRÊMIO A GRUPOS/COLETIVOS CULTURAIS COM ATUAÇÃO CONTINUADA

CATEGORIA - PRÊMIO A GRUPOS/COLETIVOS CULTURAIS COM ATUAÇÃO CONTINUADA **VALOR DA PREMIAÇÃO: R$ 10.100,99** **Nº DE VAGAS: 11**					
Clas.	**Proponente**	**CPF/CNPJ**	**Média Final**	**Modalidade**	**Status**
1º	Associação Folclórica e Cultural Filhos da Selva	13.669.497.0001-87	95	Ampla Concorrência	Classificado
2º	Grupo Folclórico Junina Furacão do Norte	33.866.624.0001-45	93	Ampla Concorrência	Classificado
3º	ASSOCIAÇÃO FOLCLORICA CULTURAL FLOR DA MANGABA	30.980.423.0001-86	93	Ampla Concorrência	Classificado
4º	Grupo Recreativo Cultural Os Caipiras de Santo Antônio	30495919000164	93	Ampla Concorrência	Classificado
5º	Grupo Cultural Raio de Sol	28.251.952/0001-05	93	Ampla Concorrência	Classificado
6º	ASSOCIAÇÃO HUMAITAENSE DE SKATE E CULTURA - AHSC	65421090000130	88	Ampla Concorrência	Classificado
7º	ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA E CULTURAL BOI BUMBÁ MARUPIARA	47.124.290.0001-49	85	Ampla Concorrência	Classificado
8º	Clube de Mães Unidas da Olaria	14.179.840/0001-78	85	Ampla Concorrência	Classificado
9º	Associação Folclórica Cultural Boi Bumbá Fogo Azul	08312059000127	58	Ampla Concorrência	Classificado
10º	Coletivo Boi Mirim Tira Fama	704.765.782-72	53	Ampla Concorrência	Classificado
11º	GRUPO CULTURAL MOCIDADE INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ	09.003.017/0001-77	53	Ampla Concorrência	Classificado

PROPONENTES DESCLASSIFICADOS

As propostas relacionadas abaixo foram desclassificadas em razão do não atendimento a um ou mais requisitos previstos no Edital, podendo a desclassificação decorrer, entre outros motivos, da ausência ou irregularidade de documentação obrigatória, bem como da existência de pendências relacionadas à prestação de contas de editais anteriores. Os proponentes desclassificados poderão interpor recurso, dentro do prazo estabelecido no Edital, para solicitar esclarecimentos e/ou a revisão da decisão, observados os procedimentos e critérios previstos no instrumento convocatório.

Proponente	**CPF/CNPJ**	**Modalidade**	**Status**
ASSOCIAÇÃO HUMAITAENSE DE CAPOEIRA SENZALA	59.324.049/0001-42	Ampla Concorrência	Desclassificado

JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO
Prefeito de Humaitá/AM

RONALD NOGUEIRA SIQUEIRA
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Manoel Davi da Silva
Código Identificador:9DBAF998

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 660/2026 – GAB.PREF

Humaitá-AM, 25 de agosto de 2026.

TORNA PÚBLICO O RESULTADO PRELIMINAR DE INSCRITOS NO CONCURSO DE BOAS PRÁTICAS ALFABETIZA HUMAITÁ – 3ª EDIÇÃO – 2026, EM ATENDIMENTO AO EDITAL Nº 001/2026/SEMED, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO**, Prefeito do Município de Humaitá no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica de Humaitá-AM;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº984, de 17 de maio de 2024 que Criou e implantou o PROGRAMA ALFABETIZA HUMAITÁ (PMAH) – Política Municipal de Alfabetização de Humaitá, com o principal objetivo de alfabetizar os alunos até o 2º ano das Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

CONSIDERANDO o EDITAL Nº 001/2026-SEMED que disciplina o Concurso de Boas Práticas Alfabetiza Humaitá – 2ª EDIÇÃO – 2025.

CONSIDERANDO a Portaria Nº 435/2026-GAB.PREF. Humaitá-AM, 22 de maio de 2026, que Dispôs Sobre a Nomeação da Comissão Organizadora Responsável em Promover a Gestão/Operacionalização Concurso de Boas Práticas Alfabetiza Humaitá - 2ª Edição – 2025 E dá Outras Providências.

CONSIDERANDO a PORTARIA Nº.501/2026-GAB.PREF. de 26 de junho de 2026, que Instituiu a Comissão Responsável em Promover a Avaliação do Concurso de Boas Práticas Alfabetiza Humaitá – 3ª Edição – 2026 e dá Outras Providências.

RESOLVE:

Art. 1º. Torna público o Resultado Preliminar da Validação sobre as Inscrições A Gestão/Operacionalização Concurso de Boas Práticas Alfabetiza Humaitá – 3ª Edição – 2026, regidas pelo EDITAL Nº 001/2026-SEMED.

I – No anexo I desta Portaria está validado o Resultado Preliminar dos Inscritos no Concurso de Boas Práticas Alfabetiza Humaitá – 3ª Edição – 2026 dos Profissionais do Magistério Lotados em Escolas Situadas no Campo e em Terras Indígenas;

II – No anexo II desta Portaria está validado o Resultado Preliminar dos Inscritos no Concurso de Boas Práticas Alfabetiza Humaitá – 3ª Edição – 2026 dos Profissionais do Magistério Lotados em Escolas Situadas na Sede Urbana.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
DÊ CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO
Prefeito do Município de Humaitá

JHONATHAN MACIEL DE SOUZA
Secretário Municipal de Gabinete
Decreto Municipal 001/2025-GAB.PREF.

ANEXO I - RESULTADO PRELIMINAR DOS INSCRITOS NO CONCURSO DE BOAS PRÁTICAS ALFABETIZA HUMAITÁ – 3ª EDIÇÃO – 2026 DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO LOTADOS EM ESCOLAS SITUADAS NO CAMPO E EM TERRAS INDÍGENAS

Público alvo da premiação: Professores regentes de classe de Educação Infantil – Pré Escola I e II (4 e 5 anos) devendo sua prática está voltada ao desenvolvimento de oralidade e escrita:

ORDEM	AUTOR DA BOA PRÁTICA	STATUS DA INSCRIÇÃO
01	AUXILIADORA MARIA DE JESUS GENTIL	DEFERIDO
02	ENEDINA LEÃO FERNANDES	DEFERIDO
03	ROSIMEIRE CARVALHO MARQUES	DEFERIDO

Público alvo da premiação: Professores regentes de classe do 1º e 2º ano das Séries Iniciais do Ensino Fundamental devendo sua prática está voltada à alfabetização em Língua Portuguesa e/ou Matemática:

ORDEM	AUTOR DA BOA PRÁTICA	STATUS DA INSCRIÇÃO
01	CELIMAR MELO DE OLIVEIRA	INDEFERIDO (FICHA DE INSCRIÇÃO INCOMPLETA)
02	CLECIANE FREITAS	DEFERIDO
03	IRLANA MORAIS TORRES	DEFERIDO
04	LOURDES DA SILVA CRUZ	DEFERIDO
05	WELTON DE ARAUJO PRATA	DEFERIDO

Público alvo da premiação: Professores regentes de classe do 3º ao 5º ano das Séries Iniciais do Ensino Fundamental devendo sua prática está voltada a recomposição de aprendizagens em alfabetização em Língua Portuguesa e/ou Matemática:

ORDEM	AUTOR DA BOA PRÁTICA	STATUS DA INSCRIÇÃO
01	ANA MARCIA RODRIGUES MOREIRA	DEFERIDO
02	DIONE GLEY BRAGA CARVALHO	DEFERIDO
03	GENERCLEY ARAUJO CRUZ	INDEFERIDO (FICHA DE INSCRIÇÃO INCOMPLETA)
04	GINO VIEIRA DOS SANTOS	INDEFERIDO (EXCEDEU O NÚMERO DE PÁGINAS EXIGIDO PELO EDITAL) **"ORIENTAÇÃO TÉCNICA PARA REALIZAÇÃO DA AÇÃO: A descrição do Trabalho não deve ultrapassar 8 laudas, incluídas as referências bibliográficas."**
05	GISELE DE CASTRO NUNES	DEFERIDO
06	GUILHERME DE OLIVEIRA FREITAS	INDEFERIDO (AUTORIZAÇÃO DE USO E IMAGEM NÃO PREENCHIDA)
07	JANAINA RODRIGUES PINHEIRO DOS SANTOS	DEFERIDO
08	JOGIANE AGUIAR DA SILVA	DEFERIDO
09	MARCOS MARTINS DE OLIVEIRA	DEFERIDO
10	RAIMUNDA DA SILVA SANTOS	INDEFERIDO (AUTORIZAÇÃO DE USO DO PROJETO INCORRETA)
11	REGIANE VIEIRA GUACEBE	DEFERIDO
12	RIQUELME GOMES CALISTO	DEFERIDO

ANEXO II - RESULTADO PRELIMINAR DOS INSCRITOS NO CONCURSO DE BOAS PRÁTICAS ALFABETIZA HUMAITÁ – 3ª EDIÇÃO – 2026 DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO LOTADOS EM ESCOLAS SITUADAS NA SEDE URBANA

Público alvo da premiação: Professores regentes de classe de Educação Infantil – Pré Escola I e II (4 e 5 anos) devendo sua prática está voltada ao desenvolvimento de oralidade e escrita:

ORDEM	AUTOR DA BOA PRÁTICA	STATUS DA INSCRIÇÃO
01	CÉLIA MARIA GOÉS DE MORAES	DEFERIDO
02	ELENICE MARIA FARIAS MOURÃO	DEFERIDO
03	LAURA KAMILA PEREIRA COSTA	DEFERIDO
04	LEIDIANE BARBOSA PESSOA	DEFERIDO
05	THEILA PEREIRA DA CRUZ	DEFERIDO
06	ZILDA ROSA PALOMA OLIVEIRA DE MEDEIROS	DEFERIDO

Público alvo da premiação: Professores regentes de classe do 1º e 2º ano das Séries Iniciais do Ensino Fundamental devendo sua prática está voltada à alfabetização em Língua Portuguesa e/ou Matemática:

ORDEM	AUTOR DA BOA PRÁTICA	STATUS DA INSCRIÇÃO
01	ARIELE LIMA VIEIRA	DEFERIDO
02	DAIVANE AZEVEDO DE ALMEIDA	DEFERIDO
03	DARIANE BATALHA MAGALHAES	DEFERIDO
04	DEIRIANI BARROS FAÇANHA GARCIA	DEFERIDO
05	DOMINGAS DA CONCEIÇÃO BATISTA BARRETO	INDEFERIDO (EXCEDEU O NÚMERO DE PÁGINAS EXIGIDO PELO EDITAL) **"ORIENTAÇÃO TÉCNICA PARA REALIZAÇÃO DA AÇÃO: A descrição do Trabalho não deve ultrapassar 8 laudas, incluídas as referências bibliográficas."**
06	ENICELMO PEREIRAPESSOA	DEFERIDO
07	JÉSSICA UMBELINO MARREIRA	DEFERIDO
08	JUSSANARA SÁ DE LIMA	DEFERIDO
09	MARGREIS RODRIGUES DE MENEZES	DEFERIDO
11	MARIA DIONETE LOBO DA COSTA	DEFERIDO
12	NELMA DE MIRANDA FARIAS COSTA	DEFERIDO

Público alvo da premiação: Professores regentes de classe do 3º ao 5º ano das Séries Iniciais do Ensino Fundamental devendo sua prática está voltada a recomposição de aprendizagens em alfabetização em Língua Portuguesa e/ou Matemática:

ORDEM	AUTOR DA BOA PRÁTICA	STATUS DA INSCRIÇÃO
01	CLARICE BEZERRA DA SILVA	DEFERIDO
02	ELIANE MARQUES DE CASTRO	DEFERIDO
03	MARICELMA PEREIRA DA COSTA	DEFERIDO
04	MIKAEL LEMOS DE SOUZA	DEFERIDO
05	RAQUEL LOBATO LEÃO	DEFERIDO

Publicado por:
Manoel Davi da Silva
Código Identificador:6BF125CE

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE ITAMARATI

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA				
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO/2026 A JUNHO/2026				
RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				R$ 1
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026		
		1º Semestre	2º Semestre	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.263.201,30	1.698.476,49	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	2.263.201,30	1.698.476,49	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	
Internos	0,00	0,00	0,00	
Externos	0,00	0,00	0,00	
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	
Internos	0,00	0,00	0,00	
Externos	0,00	0,00	0,00	
Parcelamento e Renegociação de dívidas	2.263.201,30	1.698.476,49	0,00	
De Tributos	0,00	0,00	0,00	
De Contribuições Previdenciárias	1.781.790,43	1.224.729,20	0,00	
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	
Com Instituição Não financeira	481.410,87	473.747,29	0,00	
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)	-3.090.390,89	2.248.705,21	0,00	
Disponibilidade de Caixa	-3.090.390,89	2.248.705,21	0,00	
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.515.423,62	20.693.149,05	0,00	
(-) Restos a Pagar Processados	522.677,34	70.428,56	0,00	
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	16.083.137,17	18.374.015,28	0,00	
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	5.353.592,19	-550.228,72	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	103.055.342,87	120.759.356,50	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	2.500.000,00	5.387.992,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	100.555.342,87	115.371.364,50	0,00	
% da DC sobre a RCL (I/VI)	2,25	1,47	0,00	
% da DCL sobre a RCL (III/VI)	5,32	-0,48	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120%>	120.666.411,44	138.445.637,40	0,00	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108%>	108.599.770,30	124.601.073,66	0,00	
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026		
		1º Semestre	2º Semestre	-
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)	0,00	0,00	0,00	
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	
RP NÃO-PROCESSADOS	835.683,42	623.523,81	0,00	
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	

DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:C0022C23

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES				
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO/2026 A JUNHO/2026				
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				R$ 1
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026		
		1º Semestre	2º Semestre	-
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	103.055.342,87	120.759.356,50	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	2.500.000,00	5.387.992,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	100.555.342,87	115.371.364,50	0,00	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22%>	22.122.175,43	25.381.700,19	0,00	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,8%>	19.909.957,89	22.843.530,17	0,00	
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026		
		1º Semestre	2º Semestre	-
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:17B3C93C

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO/2026 A JUNHO/2026		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")	R$ 1	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	120.759.356,50	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	5.387.992,00	0,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	115.371.364,50	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	18.459.418,32	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14.4%>	16.613.476,49	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	8.075.995,51	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Semestre; de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:D9D29FB3

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO/2026 A JUNHO/2026		
LRF, art. 48 – Anexo 6	R$ 1	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR	
Receita Corrente líquida	120.759.356,50	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	115.371.364,50	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	106.097.915,20	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	47.307.939,45	44,59
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	57.292.874,21	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	54.428.230,50	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	51.563.586,79	48,60
DÍVIDA CONSOLÍDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-550.228,72	-0,48
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	138.445.637,40	120,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	25.381.700,19	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	18.459.418,32	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	8.075.995,51	7,00

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:90331C6A

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO RREO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
PERIODO: Janeiro a Abril 2026/BIMESTRE Março - Abril	
LRF, Art. 48 – Anexo 14	R$ 1
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	-
Previsão Inicial	90.384.428,2-0
Previsão Atualizada	90.384.428,2-0
Receitas Realizadas	33.158.860,1-6
Déficit Orçamentário	4.469.817,0-0
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	2.619.991,0-1
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	-
Dotação Inicial	90.384.428,2-0
Créditos Adicionais	58.010.692,8-1
Dotação Atualizada	148.395.121,0-1
Despesas Empenhadas	95.082.817,1-1
Despesas Liquidadas	37.628.677,1-6
Despesas Pagas	34.753.184,1-0
Superávit Orçamentário	0,0-0
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	95.082.817,1-1
Despesas Liquidadas	37.628.677,1-6
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	105.049.160,4-9

Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	101.661.168,4-9
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	95.330.175,4-9
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	-
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,0-0
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,0-0
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,0-0
Despesas Previdenciárias Pagas	0,0-0
Resultado Previdenciário	0,0-0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	-
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,0-0
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,0-0
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,0-0
Despesas Previdenciárias Pagas	0,0-0
Resultado Previdenciário	0,0-0

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00	-2.375.179,62	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	-1.445.172,18	0,00

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	522.677,34	0,00	452.248,78	70.428,56
Poder Executivo	522.677,34	0,00	452.248,78	70.428,56
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	835.683,42	0,00	212.159,61	623.523,81
Poder Executivo	835.683,42	0,00	212.159,61	623.523,81
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.358.360,76	0,00	664.408,39	693.952,37

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	6.060.991,05	25,00	38,20
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	6.773.120,88	70,00	57,69
Mínimo Anual de 4% do FUNDEB na Criação de Matrículas em ETI	0,00	4,00	0,00
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	1.821.830,55	58,00	49,37
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	224.640,59	15,00	6,09

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	58.910.351,92	7.565.013,49
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.432.367,49	15,00	15,33
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:5138908D

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO RREO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
PERIODO: Janeiro a Junho 2026/BIMESTRE Maio - Junho	
LRF, Art. 48 – Anexo 14	R$ 1
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	90.384.428,20
Previsão Atualizada	90.384.428,20
Receitas Realizadas	66.843.427,45
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	3.370.533,90
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	
Dotação Inicial	90.384.428,20
Créditos Adicionais	63.500.142,42
Dotação Atualizada	153.884.570,62

Despesas Empenhadas	120.160.874,82
Despesas Liquidadas	65.409.530,70
Despesas Pagas	61.281.230,26
Superávit Orçamentário	1.433.896,75
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	120.160.874,82
Despesas Liquidadas	65.409.530,70
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	120.759.356,50
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	115.371.364,50
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	106.097.915,20
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00	4.703.897,34	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	5.903.820,91	0,00

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	522.677,34	0,00	452.248,78	70.428,56
Poder Executivo	522.677,34	0,00	452.248,78	70.428,56
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	835.683,42	0,00	212.159,61	623.523,81
Poder Executivo	835.683,42	0,00	212.159,61	623.523,81
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.358.360,76	0,00	664.408,39	693.952,37

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	9.167.686,40	25,00	37,48
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	10.827.780,56	70,00	65,11
Mínimo Anual de 4% do FUNDEB na Criação de Matrículas em ETI	268.443,71	4,00	1,61
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	2.231.465,02	58,00	44,13
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	387.740,59	15,00	7,67

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	58.670.564,50	6.283.078,44

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	4.143.076,18	15,00	16,94

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:91F214B6

GABINETE DO PREFEITO
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL			
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL			
PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2026/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			R$ 1
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A FEV (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A FEV (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	58.296.453,25	49.008.332,13	9.288.121,12
Investimentos	57.846.453,25	48.825.461,85	9.020.991,40
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	450.000,00	182.870,28	267.129,72
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	58.296.453,25	49.008.332,13	9.288.121,12
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	58.296.453,25	49.008.332,13	9.288.121,12

	<(d - a)>	<(e - b)>	<(f - c)>
Notas:			
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>			
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;			
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.			

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:9ECA9CC4

GABINETE DO PREFEITO
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL			
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL			
PERIODO: Janeiro a Abril 2026/BIMESTRE Março - Abril			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			R$ 1
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A ABR (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A ABR (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	66.475.365,41	58.910.351,92	7.565.013,49
Investimentos	66.025.365,41	58.541.813,77	7.483.551,64
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	450.000,00	368.538,15	81.461,85
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	66.475.365,41	58.910.351,92	7.565.013,49
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	66.475.365,41	58.910.351,92	7.565.013,49
	<(d - a)>	<(e - b)>	<(f - c)>
Notas:			
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>			
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;			
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.			

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:936C786E

GABINETE DO PREFEITO
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL			
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL			
PERIODO: Janeiro a Junho 2026/BIMESTRE Maio - Junho			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			R$ 1
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A JUN (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A JUN (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	64.953.642,94	58.670.564,50	6.283.078,44
Investimentos	64.303.642,94	58.105.839,69	6.197.803,25
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	650.000,00	564.724,81	85.275,19
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	64.953.642,94	58.670.564,50	6.283.078,44
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	64.953.642,94	58.670.564,50	6.283.078,44
	<(d - a)>	<(e - b)>	<(f - c)>
Notas:			
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>			
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;			
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.			

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:79FF9E0B

GABINETE DO PREFEITO
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
PERIODO: Janeiro a Abril 2026/BIMESTRE Março - Abril		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$ 1
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
		Jan a Abr/2026
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	90.384.428,20	30.664.426,59
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.150.549,00	479.174,39
IPTU	25.410,00	288,46
ISS	776.210,00	173.868,45
ITBI	12.100,00	1.750,00
IRRF	1.205.730,00	275.935,02
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	131.099,00	27.332,46
Contribuições	423.500,00	136.306,44
Receita Patrimonial	442.854,50	484.985,44
Aplicações Financeiras (II)	442.854,50	484.985,44
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	87.366.314,70	29.563.960,32
Cota Parte do FPM	21.970.751,00	7.749.338,94
Cota Parte do ICMS	13.200.000,00	3.629.648,34
Cota Parte do IPVA	46.240,00	6.339,69
Cota Parte do ITR	440,00	450,11
Transferências da LC 61/1989	35.500,00	947.249,33
Transferencias do FUNDEB	32.491.131,00	11.726.321,93
Outras Transferências Correntes	19.622.252,70	5.504.611,98
Demais Receitas Correntes	1.210,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	1.210,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	89.941.573,70	30.179.441,15
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	0,00	2.494.433,57
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	2.494.433,57
Convênios	0,00	199.922,13
Outras Transferências de Capital	0,00	2.294.511,44
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	0,00	2.494.433,57
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	89.941.573,70	32.673.874,72
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	89.941.573,70	32.673.874,72

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	81.654.167,32	36.172.465,19	32.694.612,02	32.017.612,93	269.571,44	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	38.763.088,32	16.285.086,29	16.181.094,08	16.163.037,32	269.571,44	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	25.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	42.865.779,00	19.887.378,90	16.513.517,94	15.854.575,61	0,00	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	42.865.779,00	19.887.378,90	16.513.517,94	15.854.575,61	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	81.628.867,32	36.172.465,19	32.694.612,02	32.017.612,93	269.571,44	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	66.475.365,41	58.910.351,92	4.934.065,14	2.735.571,17	182.677,34	212.159,61	212.159,61
Investimentos	66.025.365,41	58.541.813,77	4.565.526,99	2.367.033,02	182.677,34	212.159,61	212.159,61
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	450.000,00	368.538,15	368.538,15	368.538,15	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI +	66.025.365,41	58.541.813,77	4.565.526,99	2.367.033,02	182.677,34	212.159,61	212.159,61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	265.588,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	147.919.821,01	94.714.278,96	37.260.139,01	34.384.645,95	452.248,78	212.159,61	212.159,61
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	147.919.821,01	94.714.278,96	37.260.139,01	34.384.645,95	452.248,78	212.159,61	212.159,61
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							-2.375.179,62
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							-2.375.179,62

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
JUROS NOMINAIS	Jan a Abr/2026
	VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (Exceto RPPS) (XXXVI)	484.985,44
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	-1.890.194,18
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025 (a)	Jan a Abr/2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	2.263.201,30	1.894.663,15
DEDUÇÕES (XL)	-3.090.390,89	-4.904.101,22
Disponibilidade de Caixa	-3.090.390,89	-4.904.101,22
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.515.423,62	12.781.115,10
(-)Restos a Pagar Processados (XLI)	522.677,34	70.428,56
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	16.083.137,17	17.614.787,76
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	5.353.592,19	6.798.764,37
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	-1.445.172,18	
AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Abr/2026	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-452.248,78	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	-1.897.420,96	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-2.382.406,40	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.619.991,01	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	2.619.991,01	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:D74AC262

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO PRIMÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2026/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$ 1
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a) Jan a Fev/2026
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	90.384.428,20	15.602.612,62
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.150.549,00	188.023,74
IPTU	25.410,00	0,00
ISS	776.210,00	49.454,66
ITBI	12.100,00	1.000,00
IRRF	1.205.730,00	130.887,96
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	131.099,00	6.681,12
Contribuições	423.500,00	57.722,13
Receita Patrimonial	442.854,50	217.244,57
Aplicações Financeiras (II)	442.854,50	217.244,57
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	87.366.314,70	15.139.622,18
Cota Parte do FPM	21.970.751,00	4.404.573,86
Cota Parte do ICMS	13.200.000,00	1.034.333,34
Cota Parte do IPVA	46.240,00	2.617,17
Cota Parte do ITR	440,00	223,72
Transferências da LC 61/1989	35.500,00	942.732,13
Transferencias do FUNDEB	32.491.131,00	6.682.284,49
Outras Transferências Correntes	19.622.252,70	2.072.857,47
Demais Receitas Correntes	1.210,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	1.210,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	89.941.573,70	15.385.368,05
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	0,00	97.069,69
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	97.069,69
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	97.069,69

Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	0,00	97.069,69
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	89.941.573,70	15.482.437,74
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	89.941.573,70	15.482.437,74

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	79.831.063,35	22.351.484,36	18.566.402,86	18.061.745,04	202.993,95	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	38.624.483,79	7.943.751,13	7.853.751,13	7.853.751,13	202.993,95	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	25.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	41.181.279,56	14.407.733,23	10.712.651,73	10.207.993,91	0,00	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	41.181.279,56	14.407.733,23	10.712.651,73	10.207.993,91	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	79.805.763,35	22.351.484,36	18.566.402,86	18.061.745,04	202.993,95	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	58.296.453,25	49.008.332,13	449.823,75	449.823,75	182.677,34	0,00	0,00
Investimentos	57.846.453,25	48.825.461,85	266.953,47	266.953,47	182.677,34	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	450.000,00	182.870,28	182.870,28	182.870,28	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	57.846.453,25	48.825.461,85	266.953,47	266.953,47	182.677,34	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	265.588,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	137.917.804,88	71.176.946,21	18.833.356,33	18.328.698,51	385.671,29	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	137.917.804,88	71.176.946,21	18.833.356,33	18.328.698,51	385.671,29	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							-3.231.932,06
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							-3.231.932,06

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
JUROS NOMINAIS	Jan a Fev/2026
	VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (Exceto RPPS) (XXXVI)	217.244,57
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	-3.014.687,49
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025 (a)	Jan a Fev/2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	2.263.201,30	2.080.331,02
DEDUÇÕES (XL)	-3.090.390,89	-5.905.856,99
Disponibilidade de Caixa	-3.090.390,89	-5.905.856,99
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.515.423,62	11.155.589,35
(-)Restos a Pagar Processados (XLI)	522.677,34	137.006,05
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	16.083.137,17	16.924.440,29
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	5.353.592,19	7.986.188,01
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		-2.632.595,82

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Fev/2026
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-385.671,29
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00

VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	-3.018.267,11
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-3.235.511,68
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.665.928,95
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	1.665.928,95
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:2E86321D

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO PRIMÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
PERIODO: Janeiro a Junho 2026/BIMESTRE Maio - Junho		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$ 1
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
		Jan a Jun/2026
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	90.384.428,20	61.434.497,47
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.150.549,00	761.937,65
IPTU	25.410,00	1.997,32
ISS	776.210,00	345.477,28
ITBI	12.100,00	3.530,00
IRRF	1.205.730,00	369.263,39
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	131.099,00	41.669,66
Contribuições	423.500,00	202.628,98
Receita Patrimonial	442.854,50	758.616,27
Aplicações Financeiras (II)	442.854,50	758.616,27
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	87.366.314,70	59.711.314,57
Cota Parte do FPM	21.970.751,00	12.263.440,55
Cota Parte do ICMS	13.200.000,00	5.762.930,27
Cota Parte do IPVA	46.240,00	9.344,95
Cota Parte do ITR	440,00	991,37
Transferências da LC 61/1989	35.500,00	952.855,70
Transferencias do FUNDEB	32.491.131,00	16.610.268,12
Outras Transferências Correntes	19.622.252,70	24.111.483,61
Demais Receitas Correntes	1.210,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	1.210,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	89.941.573,70	60.675.881,20
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	0,00	5.408.929,98
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	5.408.929,98
Convênios	0,00	199.922,13
Outras Transferências de Capital	0,00	5.209.007,85
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	0,00	5.408.929,98
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	89.941.573,70	66.084.811,18
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	89.941.573,70	66.084.811,18

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	88.730.927,68	61.490.310,32	58.446.571,74	54.811.447,38	269.571,44	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	38.107.608,89	25.284.271,48	25.180.674,35	25.168.294,60	269.571,44	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	25.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	50.598.018,79	36.206.038,84	33.265.897,39	29.643.152,78	0,00	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	50.598.018,79	36.206.038,84	33.265.897,39	29.643.152,78	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	88.705.627,68	61.490.310,32	58.446.571,74	54.811.447,38	269.571,44	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	64.953.642,94	58.670.564,50	6.962.958,96	6.469.782,88	182.677,34	212.159,61	212.159,61

Investimentos	64.303.642,94	58.105.839,69	6.398.234,15	5.905.058,07	182.677,34	212.159,61	212.159,61
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	650.000,00	564.724,81	564.724,81	564.724,81	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	64.303.642,94	58.105.839,69	6.398.234,15	5.905.058,07	182.677,34	212.159,61	212.159,61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	153.209.270,62	119.596.150,01	64.844.805,89	60.716.505,45	452.248,78	212.159,61	212.159,61
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	153.209.270,62	119.596.150,01	64.844.805,89	60.716.505,45	452.248,78	212.159,61	212.159,61
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							4.703.897,34
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							4.703.897,34

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
JUROS NOMINAIS	Jan a Jun/2026
	VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (Exceto RPPS) (XXXVI)	758.616,27
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	5.462.513,61
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025 (a)	Jan a Jun/2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	2.263.201,30	1.698.476,49
DEDUÇÕES (XL)	-3.090.390,89	2.248.705,21
Disponibilidade de Caixa	-3.090.390,89	2.248.705,21
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.515.423,62	20.693.149,05
(-)Restos a Pagar Processados (XLI)	522.677,34	70.428,56
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	16.083.137,17	18.374.015,28
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	5.353.592,19	-550.228,72
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	5.903.820,91	
AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Jun/2026	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-452.248,78	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	5.451.572,13	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	4.692.955,86	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.370.533,90	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	3.370.533,90	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:9E4F84A6

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MAUÉS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: Pregão Eletrônico com adoção do SRP nº 90.018/2025
Espécie: Ata de Registro de Preços nº 039/2025
Partes: MUNICÍPIO DE MAUÉS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.282.869/0001-27 e a empresa HSX ENGENHARIA E CONSTRUCÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado interno, inscrita regularmente no CNPJ sob o nº 35.788.297/0001-86.
Objeto: Registro de preços para contratação de pessoa jurídica, pelo menor preço global, para a prestação de serviços sob demanda de locação de caminhões, equipamentos e máquinas pesadas, sem combustível, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Maués/AM, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.
Vigência: 12 (doze) meses.

Ord.	Descrição / Especificação	Unidade	Cálculo de Horas	Qtde Máquina	Valor Unitário	Valor Global
1	LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA, Especificações mínimas: escavadeira hidráulica sobre esteiras; caçamba com capacidade de 1,2m³; peso operacional bruto 21 toneladas; potência de155HP; Adicionais: com operador, sem combustível. SINAPI -05/2025 - Amazonas	Hora / CHP (Custo Horário Produtivo)	22d x 8h x 12m x 1 =2.112	1	R$ 343,53	R$ 725.535,36

2	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE, Especificações mínimas: capacidade de carga útil de 13.000kg; peso operacional bruto de 16.000kg; caçamba com capacidade de6m³; potência de 230CV; Adicionais: com operador, sem combustível. SINAPI - 05/2025 - Amazonas	Hora / CHP (Custo Horário Produtivo)	22d x 8h x 12m x 1 =4.224	2	R$ 282,91	R$ 1.195.011,84
3	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE, Especificações mínimas: caminhão trucado; capacidade de carga útil de15.900kg; peso operacional bruto de 23.000kg; caçamba com capacidade de 10m³; potência de 230CV; Adicionais: com operador, sem combustível. SINAPI - 05/2025 - Amazonas	Hora / CHP (Custo Horário Produtivo)	22d x 8h x 12m x 1 =2.112	1	R$ 368,74	R$ 778.778,88
4	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA, Especificações mínimas: caminhão trucado; reservatório metálico com capacidade de 10.000 litros; carga útil de 15.900kg; peso bruto total de 23.000kg; potência de 230CV; Adicionais: com operador, sem combustível. SINAPI - 05/2025 - Amazonas	Hora / CHP (Custo Horário Produtivo)	22d x 8h x 12m x 1 =2.112	1	R$ 436,81	R$ 922.542,72
5	LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA, Especificações mínimas: lâmina de 3,7m; peso bruto de 13.000kg; potência de125HP; Adicionais: com operador, sem combustível. SINAPI -05/2025 - Amazonas	Hora / CHP (Custo Horário Produtivo)	22d x 8h x 12m x 1 =2.112	1	R$ 371,39	R$ 784.375,68
6	LOCAÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRAS, Especificações mínimas: trator com roda motriz elevada; lâmina de 3,10m; peso operacional de 16,7 toneladas; potência de 150HP; Adicionais: com operador, sem combustível. SINAPI - 05/2025-Amazonas	Hora / CHP (Custo Horário Produtivo)	22d x 8h x 12m x 1 =2.112	1	R$ 354,31	R$ 748.302,72
7	LOCAÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA, Especificações mínimas: maquinário sobre rodas; caçamba com capacidade para 2,5m³ a 3,5m³; peso operacional de 18.300kg; potência de197HP; Adicionais: com operador, sem combustível. SINAPI -05/2025 - Amazonas	Hora / CHP (Custo Horário Produtivo)	22d x 8h x 12m x 1 =2.112	1	R$ 332,44	R$ 702.113,28
8	LOCAÇÃO DE RETROESCAVADEIRA, Especificações mínimas: maquinário sobre rodas com tração 4x4 e carregadeira; capacidade da caçamba carregadeira de 1m³; capacidade caçamba retroescavadeira de 0,26m³; capacidade de escavação de 4,30m; peso operacional de 6.600kg; potência de88HP; Adicionais: com operador, sem combustível. SINAPI-05/2025 – Amazonas.	Hora / CHP (Custo Horário Produtivo)	22d x 8h x 12m x 1 =4.224	2	R$ 207,49	R$ 876.437,76
9	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR, Especificações mínimas: maquinário com sistema vibratório e pé de carneiro para solos; faixa de trabalho de 1,68m; peso operacional sem lastro de 7,4 toneladas e com lastro de 8,8 toneladas; potência de 80HP; Adicionais: com operador, sem combustível. SINAPI-05/2025 – Amazonas.	Hora / CHP (Custo Horário Produtivo)	22d x 8h x 12m x 1 =2.112	1	R$ 223,20	R$ 471.398,40
10	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TOCO, Especificações mínimas: capacidade de carga útil de 9.700kg; carroceria fixa aberta em madeira para transporte de carga seca; peso bruto total de9.700kg; potência de 185CV; Adicionais: com operador, sem combustível. SINAPI - 05/2025 - Amazonas	Hora / CHP (Custo Horário Produtivo)	22d x 8h x 12m x 1 =2.112	1	R$ 344,90	R$ 728.428,80
11	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO COM EQUIPAMENTO SUCÇÃO, Especificações mínimas: caminhão trucado; reservatório metálico com capacidade para 12.000 litros; capacidade de carga útil de 15.900kg; peso bruto total de23.000kg; potência de 230CV; Adicionais: com operador, sem combustível. SINAPI - 05/2025 - Amazonas	Hora / CHP (Custo Horário Produtivo)	22d x 8h x 12m x 1 =2.112	1	R$ 485,43	R$ 1.025.228,16
12	LOCAÇÃO CAMINHÃO MUNCK, Especificações mínimas: caminhão com guincho com capacidade para 6 toneladas; potência de 136HP; Adicionais: com operador, sem combustível. SINAPI - 05/2025 - Amazonas	Hora / CHP (Custo Horário Produtivo)	22d x 8h x 12m x 1 =2.112	1	R$ 292,42	R$ 617.591,04

Município de Maués/AM, 12 de agosto de 2026.

PREFEITURA DE MAUÉS
Contratante

HSX ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
Contratada

Publicado por:
Zanilson Gustavo Bernardo Dos Passos
Código Identificador:F762B085

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE NHAMUNDÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 737, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

LEI MUNICIPAL Nº 737, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a autorização para parcelamento e reparcelamento de débitos previdenciários do Município de Nhamundá perante o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, nos termos dos arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, com a redação conferida pela Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE NHAMUNDÁ, Estado do Amazonas, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Nhamundá, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara de Vereadores, em Sessão Extraordinária do dia 26 de agosto de 2026, APROVOU e ela SANCIONA a seguinte

L E I:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parcelamento e reparcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos do Município de Nhamundá, incluídas suas autarquias e fundações, perante o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, em até **300 (trezentas) prestações mensais, iguais e sucessivas**, observado o disposto no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, que regulamenta o parcelamento especial autorizado pelos arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, na redação conferida pela Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.

§ 1º As contratações de que trata o caput poderão abranger quaisquer espécies de débitos, inclusive contribuições descontadas dos segurados e beneficiários e não repassadas ao RPPS, relativas às competências até agosto de 2025.

§ 2º Os acordos de parcelamento e reparcelamento deverão ser firmados até 31 de agosto de 2026, observadas as condições previstas no art. 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, ficando condicionados:

I – à adesão, junto à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, ao Programa de Regularidade Previdenciária de que trata o Anexo XVIII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022;

II – às adequações do RPPS à Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, bem como à instituição e vigência do Regime de Previdência Complementar dos servidores vinculados ao RPPS, nos termos do art. 115, caput, incisos I a IV, do ADCT.

Art. 2º. Para apuração dos montantes devidos a serem parcelados, os valores originais serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescidos de juros simples à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, acumulados desde a data do vencimento até a data da consolidação do termo de acordo de parcelamento.

Parágrafo único. Em caso de inclusão, nos parcelamentos de que trata esta Lei, de débitos já parcelados ou reparcelados anteriormente, para apuração dos novos saldos devedores, aplicam-se os critérios previstos no caput exclusivamente sobre os saldos remanescentes dos montantes já consolidados, deduzidas as respectivas prestações efetivamente pagas, acumulados desde a data da consolidação dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores até a data da nova consolidação do termo de reparcelamento, vedada a revisão dos critérios de juros e multas originalmente aplicados.

Art. 3º. As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescidas de juros simples à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, acumulados desde a data da consolidação dos montantes devidos até o mês do efetivo pagamento.

Art. 4º. As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescidas de juros simples à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, acumulados desde a data do respectivo vencimento até o mês do efetivo pagamento **e multa de 0,5% (meio ponto percentual).**

Art. 5º. O pagamento das prestações decorrentes dos acordos de parcelamento e reparcelamento previstos nesta Lei será realizado mediante retenção de recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, na forma prevista no art. 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022.

§ 1º A retenção dos valores das parcelas no FPM deverá constar de cláusula específica dos termos de parcelamento ou reparcelamento, bem como de autorização expressa fornecida ao agente financeiro responsável pela liberação dos recursos do Fundo, concedida no ato da formalização dos respectivos termos, vigorando até a quitação integral das obrigações assumidas.

§ 2º Caso a retenção no FPM, embora autorizada, ainda não tenha sido implementada, seja insuficiente para a quitação das parcelas ou deixe de ocorrer por qualquer motivo, permanecerá o Município responsável pelo pagamento integral ou pelo complemento devido na data do vencimento de cada parcela, acrescido dos encargos legais cabíveis.

Art. 6º. O vencimento da primeira prestação ocorrerá no dia 10 (dez) do segundo mês subsequente ao da assinatura do respectivo termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento, vencendo-se as demais prestações no dia 10 (dez) dos meses subsequentes.

Art. 7º. Os acordos de parcelamento ou reparcelamento de que trata esta Lei ficarão suspensos caso não seja comprovado, até 10 de dezembro de 2026, perante a Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, o cumprimento das condições cumulativas previstas nos incisos I a IV do caput do art. 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

Parágrafo único. A suspensão prevista no caput implica a impossibilidade de renegociação das respectivas dívidas, bem como a vedação à celebração de novos parcelamentos ou reparcelamentos até o efetivo cumprimento das condições legais.

Art. 8º. Os acordos de parcelamento ou reparcelamento ficarão suspensos em caso de inadimplência no pagamento das prestações por 3 (três) meses consecutivos ou por 6 (seis) meses alternados, bem como na hipótese de descumprimento das obrigações assumidas no âmbito do Programa de Regularidade Previdenciária.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput, permanecem exigíveis as parcelas vencidas e vincendas, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis.

Art. 9º. O Instituto de Previdência do Município de Nhamundá – INPAM, na qualidade de unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, deverá rescindir os acordos de parcelamento ou reparcelamento:

I – em caso de revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para a retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM prevista nesta Lei;

II – caso não seja possível comprovar, **até 10 de março de 2027**, o cumprimento das condições previstas no art. 7º;

III – caso o Município, após comprovar as condições legais, venha posteriormente a descumpri-las, inclusive mediante alteração da legislação previdenciária municipal em desacordo com a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e com a Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.

Art. 10. O Poder Executivo poderá expedir os atos administrativos necessários à fiel execução desta Lei, observadas as normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social aplicáveis ao parcelamento especial previsto nos arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

Observação: este artigo é um acréscimo em relação à minuta original. Não conflita com a legislação federal, mas confere maior segurança jurídica para regulamentar aspectos operacionais da execução da lei.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Observação: embora a lei não crie despesa nova relevante, esse dispositivo é comum em leis municipais e reforça a técnica legislativa.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal, em 26 de agosto de 2026.

RAIMUNDA MARINA BRITO PANDOLFO
Prefeita Municipal de Nhamundá

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS OBJETO DO PARCELAMENTO ESPECIAL

Em atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025, apresenta-se o demonstrativo consolidado dos débitos previdenciários do Município de Nhamundá a serem incluídos no parcelamento especial, compreendendo:

I – os saldos remanescentes dos parcelamentos atualmente registrados junto ao Ministério da Previdência Social, que serão objeto de reparcelamento; e

II – os débitos previdenciários correntes apurados nas informações prestadas ao Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR, excluídos aqueles já abrangidos por parcelamentos anteriormente formalizados.

ANEXO I
Parcelamentos vigentes a serem reparcelados

Nº do Acordo	Natureza do Débito	Valor Consolidado Original (R$)	Saldo Devedor Atual (R$)
00585/2013	**Contribuição Patronal**	**869.526,74**	**2.317.493,06**
00587/2013	**Contribuição dos Segurados**	**175.327,96**	**191.461,74**
00592/2013	**Contribuição Patronal**	**289.173,33**	**368.883,32**
TOTAL DO REPARCELAMENTO		**1.334.028,03**	**2.877.838,12**

ANEXO II
Demonstrativo Consolidado dos Débitos Previdenciários Correntes – DIPR

Exercício	Patronal (R$)	Servidores (R$)	Afastados (R$)	Aposentados (R$)	Total por Exercício (R$)
2014	650.641,74	228.822,20	–	–	**879.463,94**
2015	714.734,74	136.060,70	–	–	**850.795,44**
2016	894.599,42	9.668,56	–	–	**904.267,98**
2017	704.262,64	121.938,60	–	–	**826.201,24**
2018	41.966,14	35.626,47	–	–	**77.592,61**
2019	309.089,50	266.924,11	70.490,45	423,37	**646.927,43**
2020	438.644,43	155.018,94	32.279,00	221,17	**626.163,54**
2021	–	9.388,46	–	–	**9.388,46**
2022	209.638,13	273.697,98	–	–	**483.336,11**
2023	366.937,68	616.659,34	–	–	**983.597,02**
2024	423.165,83	349.100,78	–	–	**772.266,61**
2025	402.169,56	513.559,34	–	–	**915.728,90**
TOTAL GERAL	**5.155.849,81**	**2.716.465,47**	**102.769,45**	**644,54**	**7.975.729,28**

Consolidação Geral dos Débitos Objeto do Parcelamento Especial

Origem dos Débitos	Valor (R$)
Saldo devedor dos parcelamentos nº 00585/2013, 00587/2013 e 00592/2013 (reparcelamento)	**2.877.838,12**
Débitos previdenciários correntes apurados no DIPR (Divergência Apurada)	**7.975.729,28**
TOTAL GERAL DOS DÉBITOS OBJETO DO PARCELAMENTO ESPECIAL	**10.853.567,40**

Publicado por:
Sergio Dos Santos Guimaraes
Código Identificador:E9450B9B

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE SPO/AM
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 018/2026/CC

PROCESSO nº 203/2026/FME/SEMED
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.102/2026/CC

Validade da Ata: 12 (doze) meses ou até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado na Ata, o que vier a ocorrer primeiro.

No dia 25 de agosto de 2026, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA/AM, situada na Rua Getúlio Vargas, nº 1556, Centro, São Paulo de Olivença/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 05.829.577/0001-24, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. NAZARENO SOUZA MARTINS, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto nº 11.462, de 2023, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 90.102/2026/CC, publicado em 03/08/2026, referente ao Processo Administrativo nº 203/2026/FME/SEMED.

RESOLVE registrar o preço da empresa indicada e qualificada nesta Ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto nº 11.462, de 2023, conforme quadros a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA TÉCNICA E PEDAGÓGICA, PARA IMPLEMENTAÇÕES DAS NORMAS PROGRAMÁTICAS VOLTADAS ÀS FORMAÇÕES CONTINUADAS TEÓRICA E PRÁTICA, ASSESORIAS NOS SISTEMAS DE GESTÕES E MONITORAMENTO DOS INDICADORES EDUCACIONAIS DAS AVALIAÇÕES DE ENSINO, PROCESSOS CCONTÍNUOS DE "AÇÃO-REFLEXÃO-AÇÃO", QUE OCORRERÃO NAS REDES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA/AM - FME/SEMED, especificados no item do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Os preços registrando as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

EMPRESA: SOLUÇÕES CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA;

CNPJ: 07.016.160/0001-78;
TELEFONE: (92) 99212-7006;
E-MAIL: solucoesconsultoria2021@gmail.com;

TABELA CONSOLIDADA DE ITENS DE COMPOSIÇÃO FINANCEIRA				
Item	**ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS/CUSTOS**	**Unid.**	**Qtd.**	**VALOR UNITÁRIO**
01	Coordenação Geral do Programa de Formação Continuada	Mês	12	R$ 12.000,00
02	Coordenação Pedagógica das Ações Formativas	Mês	12	R$ 10.000,00
03	Contratação de Formadores Especializados	Hora/Aula	4.000	R$ 99,00
04	Apoio Técnico-Pedagógico	Mês	12	R$ 7.999,00
05	Equipe de Apoio Operacional e Logístico	Mês	12	R$ 7.499,00
06	Organização e Realização de Encontros Formativos Presenciais	Evento	10	R$ 25.000,00
07	Organização e Realização de Formações Remotas	Evento	10	R$ 8.000,00
08	Oficinas Pedagógicas e Grupos de Trabalho	Evento	08	R$ 12.000,00
09	Jornadas Pedagógicas	Evento	02	R$ 45.000,00
10	Seminários de Socialização das Ações Formativas	Evento	02	R$ 35.000,00
11	Elaboração de Material Pedagógico e Formativo	Serviço	12	R$ 8.000,00
12	Impressão de Materiais Didáticos e Pedagógicos	Unidade	5.000	R$ 11,00
13	Produção de Recursos Digitais e Conteúdos Formativos	Serviço	12	R$ 6.499,00
14	Plataforma Digital/Ambiente Virtual de Aprendizagem	Mês	12	R$ 4.499,00
15	Serviços de Tecnologia e Suporte Técnico	Mês	12	R$ 5.000,00
16	Serviços de Internet, Transmissão e Videochamadas	Serviço	12	R$ 3.499,00
17	Alimentação para Equipe Técnica e Participantes	Unidade	4.000	R$ 34,50
18	Hospedagem da Equipe Técnica/Formadores	Diária	250	R$ 279,00
19	Deslocamento Fluvial e/ou Terrestre da Equipe Técnica	Trecho	110	R$ 8.000,00
20	Locação de Espaços, Equipamentos e Estruturas	Evento	10	R$ 10.000,00
21	Ornamentação e Organização dos Espaços Formativos	Evento	10	R$ 4.000,00
22	Aquisição de Material de Papelaria e Expediente	Serviço	12	R$ 3.500,00
23	Serviços Gráficos e Impressões	Serviço	12	R$ 4.500,00
24	Monitoramento e Avaliação das Ações Formativas	Mês	12	R$ 5.500,00
25	Emissão de Certificados	Unidade	2.000	R$ 7,00
26	Consolidação de Relatórios Técnicos e Prestação de Contas	Mês	12	R$ 4.499,00
27	Custos Operacionais Contingenciais da Execução Formativa	Global	01	R$136.000,00

Este instrumento não obriga a CONTRATANTE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao fornecedor registrado a preferência, em igualdade de condições.

São Paulo de Olivença/AM, 25 de agosto de 2026.

NAZARENO SOUZA MARTINS
Prefeito Municipal de São Paulo de Olivença

Soluções Consultoria E Assessoria Empresarial LTDA
ALBERT VINICIUS PINTO CARVALHO
CPF: 0XX.XXX.XX2-60
Licitante Vencedor

Publicado por:
Dicsoney Nascimento Martins
Código Identificador:F7818D0B

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE SILVES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ERRATA AO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SILVES**, no uso de suas atribuições legais e em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021, torna pública a presente **ERRATA** referente ao **Extrato da Ata de Registro de Preços nº 022/2026** decorrente do Pregão Eletrônico nº 022/2026/SRP, publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Amazonas no dia 30/07/2026, Edição nº 4160, sob o Código Identificador **A89AF35D**.

JUSTIFICATIVA: A presente retificação é motivada por erro material decorrente do arredondamento indevido no sistema eletrônico (gerado por inserção com 4 casas decimais no Compras.gov.br) nos preços unitários dos Itens 02 e 03 do Grupo 01, retificando-os em estrita conformidade com a Proposta Final de Preços consolidada da licitante vencedora e com o instrumento originário da Ata de Registro de Preços nº 022/2026.

ONDE SE LÊ:

Item	**Descrição**	**Apresent.**	TOTAL GERAL	**Marca**	**Preço Unitário** (A)	Fornecedor
G1						**PLASTICOURO COMERCIO DE BOLSAS LTDA**
2	MOCHILA (ENSINO FUNDAMENTAL)	UNIDADE	2400	PRÓPRIA/PRÓPRIO	R$ 45,68	
3	ESTOJO ESCOLAR (ENSINO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	UNIDADE	3.000	PRÓPRIA/PRÓPRIO	R$ 23,30	

LEIA-SE:

Item	**Descrição**	**Apresent.**	TOTAL GERAL	**Marca**	**Preço Unitário** (A)	Fornecedor
G1						**PLASTICOURO COMERCIO DE BOLSAS LTDA**
2	MOCHILA (ENSINO FUNDAMENTAL)	UNIDADE	2400	PRÓPRIA/PRÓPRIO	R$ 45,67	
3	ESTOJO ESCOLAR (ENSINO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	UNIDADE	3.000	PRÓPRIA/PRÓPRIO	R$ 23,29	

Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas, prazos e condições constantes na publicação original do Extrato da Ata nº 022/2026.

Silves/AM, 26 de agosto de 2026.

RAIMUNDO PAULINO DE ALMEIDA GRANA
Prefeito Municipal de Silves

Publicado por:
Lara Mirele Farias da Silva
Código Identificador:372F66F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA BOLSA UNIVERSIDADE - RELAÇÃO FINAL

RESULTADO FINAL PÓS RECURSO DAS CANDIDATURAS
PROGRAMA BOLSA DE ESTUDO UNIVERSITÁRIA 2026
A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA UNIVERSIDADE, designada pela Portaria nº 023, de 29 de janeiro de 2026, no uso de suas atribuições, após a análise Dos recursos interpostos, torna público o RESULTADO PRELIMINAR do processo seletivo regido pelo Edital de Seleção nº 001/2026.
Fundamentação: Lei Municipal nº 333/2013, Lei Municipal nº 410/2022, Lei Complementar nº 072/2026, Edital de Seleção nº 001/2026 e Aviso de Retificação de Prazos e Complementação de Documentos, publicado em 23 de julho de 2026.

Nº	ALUNO	ANALISE
1	ADRIANO VICTOR VIANA COSTA	APTO
2	ALEXANDRA MARQUES NEVES	APTO
3	ALINE GONÇALVES DA COSTA	APTO
4	ANA BEATRIZ GRANA CORRÊA	APTO
5	ANA BEATRIZ NOGUEIRA NEVES	INDEFERIDO
6	ANA LUÍZA NEVES CAMPOS	APTA
7	ANA VICTORIA DE MATOS PEREIRA	INDEFERIDO
8	ANDRÉ LUIS ALMEIDA TOSCANO	APTO
9	ANNA CAROLINA ASSIS COSTA	APTA
10	ARISTÓTELES DOS SANTOS PEREIRA	APTO
11	BIANCA LEAL GOIS	INDEFERIDO
12	BRUNO NEVES LIPHS	APTO
13	CAIO MARQUES DE SOUZA	APTO
14	CARLOS DE SOUZA VIEIRA	APTO
15	DIEILA DA COSTA SOUZA	APTA
16	EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA	APTO
17	ELANO MARTINS DA COSTA	APTO
18	ELIONEI DA SILVA ASSUNÇÃO	APTO
19	ELIS ALINE TERÇO BATISTA	APTO
20	ENZO ROSSI MEDEIROS DE SOUZA	APTO
21	FELIPE GABRIEL PEREIRA CORRÊA	APTO
22	GEOVANA DE OLIVEIRA BATISTA	APTA
23	GISELE PENA DA SILVA	APTA
24	GUILHERME NEVES FERNANDES	APTA
25	GRAZIELA FONSECA NEVES	APTA
26	HARRY SAMPAIO DOS SANTOS	APTA
27	HELESON MENEZES TERÇO JÚNIOR	INDEFERIDO
28	INARA TERÇO PINTO	APTA
29	ISAQUE COSTA MARINHO	APTO
30	ISMAEL VITOR DA COSTA LEAL	INDEFERIDO
31	JENNA SUSIE ASSIS DE ALMEIDA	APTA
32	JOÃO GABRIEL ANDRADE COSTA	APTO
33	JOSÉ DA SILVA BARBOSA NETO	APTO
34	JOSÉPH PEREIRA GRANA	APTO
35	KAHÊ MARTINS DE ALMEIDA	APTO
36	KAUANE DE ALMEIDA NEVES	APTA
37	KEVELY VIANA CUNHA	APTO
38	LEONARDA DAYANNE GRANA CORRÊA	APTA
39	LEONARDO FREITAS NEVES	APTO
40	LORENA DA SILVA PEREIRA	APTA
41	LORENA SILVA DE OLIVEIRA	APTA
42	LUCIA DE FÁTIMA DE ALMEIDA CORRÊA	INDEFERIDA
43	MATHEUS AMARAL ALBUQUERQUE	APTO
44	MAYSA DA SILVA CRUZ	APTA
45	MERCEDES CRISLEN VIANA SERRÃO	APTA
46	NAÔNMI CHRISTINE FARIAS NEVES	INDEFERIDA
47	NATASHA FREITAS FONSECA	APTA
48	PAULO SAUL MARQUES NEVES	APTO
49	RAIMUNDO PETRARCA DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA NEVES JÚNIOR	INDEFERIDO
50	RENATO HENRIQUE BATISTA GARCIA	INDEFERIDO
51	SAMARA VIANA DE ALMEIDA	APTA
52	SARA QUIONE ASSIS VIANA	INDEFERIDA
53	TALITA MARTINS DE ALMEIDA	APTA
54	THIAGO EMANUEL ANDRADE VIANA	APTO

DO CADASTRAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS
O cadastramento dos beneficiários contemplados ocorrerá de 27 a 31 de agosto de 2026; a lista de espera será divulgada em 02 de setembro de 2026; e a palestra obrigatória para os beneficiários novatos será realizada em 04 de setembro de 2026, conforme o cronograma retificado.

Comissão Avaliadora, Silves/AM, 07 de agosto de 2026.

ADILA FRANCIOMARA DE FARIA

MARILENE AUGUSTA DA SILVA GRANA

PERINER JOÃO ASSIS
Portaria nº 023/2026

Publicado por:
Bianca Ferreira Brandao Grana
Código Identificador:03A226FB

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE TABATINGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 569/GP-PMT DE 17 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE AFASTAMENTO DE SERVIDOR CONTRATADO PARA FINS DE TRATAMENTO MÉDICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR EDVALDO PAULO DA SILVA, M.D. PREFEITO DE TABATINGA/AM, em exercício, no uso de suas atribuições legais, ex vi, tendo em vista o que dispõe o Art. 72 e inciso VI e IX do Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Tabatinga;
CONSIDERANDO, o Art. Nº 14, Inciso I, da Lei Municipal nº 828/2018, de 14 de novembro de 2018;
CONSIDERANDO, o Memorando nº 426/2026 – DRH/SEMAD/PMT, de 13 de agosto de 2026;
CONSIDERANDO, o Laudo Médico Apresentado pela Junta Municipal de Tabatinga.
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER licença para tratamento médico ao servidor abaixo relacionado:

Nº	NOME	FUNÇÃO	PERÍODO	DIAS	MATRÍCULA	SECRETARIA
01	CLAUDECI TEIXEIRA BRITO	Professor	12/07/2026 à 08/08/2026	28 DIAS	10216-4	EDUCAÇÃO

Art. 2º - O servidor deverá apresentar-se ao serviço no dia útil subsequente ao término da licença, conforme data especificada acima;
Art. 3º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se e as disposições em contrário, com efeito retroativo ao dia 12 de julho de 2026;
Art. 4º - Comunique-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE TABATINGA/AM, EM 17 DE AGOSTO DE 2026.

EDVALDO PAULO DA SILVA
Prefeito Municipal de Tabatinga/AM em Exercício

DADO CIÊNCIA, REGISTRADO E PUBLICADO NO SERVIÇO DE PORTARIA DESTA PREFEITURA MUNICIPAL, NA DATA SUPRA, EM OBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO ART. 100 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TABATINGA.

BÁRBARA JUVENTINO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Sabrina do Nascimento Ramos
Código Identificador:12C968E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 578/GP-PMT DE 25 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TABATINGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PLINIO SOUZA DA CRUZ, M.D. PREFEITO MUNICIPAL DE TABATINGA/AM, no uso de suas atribuições legais, ex vi, tendo em vista o que dispõe o Art. 72 e inciso VI e IX do Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Tabatinga:
CONSIDERANDO, o Art. 180, Inciso I, da Lei Municipal n.º 473/2007, de 08 de junho de 2007;
CONSIDERANDO, o Art. 13, Inciso III, da Lei Municipal n.º 828/2018, de 14 de novembro de 2018;
CONSIDERANDO, o Memorando n.º 443/2026 – DRH/SEMAD, de 24 de agosto de 2026.
RESOLVE
Art. 1º -CONCEDER férias aos servidores municipais relacionados na planilha em anexo, conforme o respectivo período aquisitivo e lotação, que serão gozadas a partir de **01/09/2026 a 30/09/2026**.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Art. 3º - Comunique-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE TABATINGA/AM, EM 25 DE AGOSTO DE 2026.

PLÍNIO SOUZA DA CRUZ
Prefeito Municipal de Tabatinga

DADO CIÊNCIA, REGISTRADO E PUBLICADO NO SERVIÇO DE PORTARIA DESTA PREFEITURA MUNICIPAL, NA DATA SUPRA, EM OBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO ART. 100 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TABATINGA.

BÁRBARA JUVENTINO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

FÉRIAS SETEMBRO DE 2026				
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL				
N.º	**SERVIDORES**	**FUNÇÃO/ CARGO**	**QUADRO**	**PERÍODO**
1	ARIANE CARLA DA SILVA E SILVA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	EFETIVO	2025 - 2026
2	CLEVERTON SABINO DE OLIVEIRA	GUARDA CIVIL MUNICIPAL	EFETIVO	2025 - 2026
3	FRANCISCO GOMES FORTZ	GUARDA CIVIL MUNICIPAL	EFETIVO	2025 - 2026
4	ISAC PEREIRA DOS SANTOS	GUARDA CIVIL MUNICIPAL	EFETIVO	2025 - 2026
5	KATHCILENE SERRA CARVALHO	GERENTE ADM. DE TRANSPORTE PÚBLICO	COMISSIONADO	2025 - 2026
6	MARQUILENE GRANDES DA ROCHA	AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE	EFETIVO	2025 - 2026
7	MARTINHO CARVALHO DOS SANTOS	GUARDA CIVIL MUNICIPAL	EFETIVO	2025 - 2026
8	OZEIAS BATISTA DOS SANTOS	GUARDA CIVIL MUNICIPAL	EFETIVO	2025 - 2026
9	ULISSES JUNIO PATEIS SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO	EFETIVO	2025 - 2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO				
N.º	**SERVIDORES**	**FUNÇÃO/ CARGO**	**QUADRO**	**PERÍODO**
1	CARLA SABRINA DO NASCIMENTO HIDALGO	TÉCNICA AGRÍCOLA	EFETIVO	2025 - 2026
2	JOÃO PEDRO ROCHA BRAGA	ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	COMISSIONADO	2025 - 2026
3	LUIZ EDUARDO RODRIGUES MARINHO	VIGIA	EFETIVO	2025 - 2026
4	MONALIZA SAYURI DE QUEIROZ TAKAHASHI	SECRETÁRIA EXECUTIVA	COMISSIONADO	2025 - 2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMPEZA PÚBLICA				
N.º	**SERVIDORES**	**FUNÇÃO/ CARGO**	**QUADRO**	**PERÍODO**
1	ARLINDO JULIÃO CANDIDO	GARI	EFETIVO	2025 - 2026
2	ALDECIR APARICIO SANTOS	MOTORISTA RODOVIÁRIO	EFETIVO	2025 - 2026
3	NATAGNO REGINO PEREIRA RAMOS	GARI	EFETIVO	2025 - 2026
4	OTONIEL AVELINO SAMPAIO	COLETOR DE LIXO	EFETIVO	2025 - 2026
5	PEDRO DOS SANTOS RODRIGUES	ASSESSOR ESPECIAL I	COMISSIONADO	2025 - 2026
6	SINFRONIO CARVALHO DE LIMA FILHO	FISCAL DE LIMPEZA/ SEC. EXECUTIVO	EFETIVO/ COMISSIONADO	2025 - 2026
7	WILLIAM THOME DOS SANTOS	GARI	EFETIVO	2025 - 2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
N.º	**SERVIDORES**	**FUNÇÃO/ CARGO**	**QUADRO**	**PERÍODO**
1	EDVAN SALES REIS	ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	COMISSIONADO	2025 - 2026
2	GIOVANNA NASCIMENTO DA SILVA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	EFETIVO	2025 - 2026
3	JOICILENE FERREIRA DA COSTA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EFETIVO	2025 - 2026
4	RIZONETE FONSECA MORAES	PSICÓLOGO	EFETIVO	2025 - 2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE				
N.º	**SERVIDORES**	**FUNÇÃO/ CARGO**	**QUADRO**	**PERÍODO**
1	MARLENE ROCHA RODRIGUES	ASSESSOR ESPECIAL I	COMISSIONADO	2025 - 2026
2	NAUZENIR SEVALHO FORTES	MECÂNICO	EFETIVO	2025 - 2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO				
N.º	**SERVIDORES**	**FUNÇÃO/ CARGO**	**QUADRO**	**PERÍODO**
1	ALAN VIRGILIO DA COSTA	VIGIA	EFETIVO	2025 - 2026
2	GUSTAVO MARQUES PEREIRA	ENGENHEIRO MECANICO	COMISSIONADO	2025 - 2026
3	RAYKELLE PINTO DA SILVA	ASSESSOR DE ENGENHARIA II	EFETIVO	2025 - 2026
4	VALERIA LIMA TEIXEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	EFETIVO	2025 - 2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				
N.º	**SERVIDORES**	**FUNÇÃO/ CARGO**	**QUADRO**	**PERÍODO**
1	RALISON PAULO FARIAS DOS SANTOS	DIRETOR	EFETIVO	2025 - 2026
2	FRANCISNEI JEFFERSON TELLES DA SILVA	AGENTE DE ARRECADAÇÃO	EFETIVO	2025 – 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER				
N.º	**SERVIDORES**	**FUNÇÃO/ CARGO**	**QUADRO**	**PERÍODO**
1	JOHN BILL CRUZ PEREIRA	ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	COMISSIONADO	2025 - 2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE				
N.º	**SERVIDORES**	**FUNÇÃO/ CARGO**	**QUADRO**	**PERÍODO**
1	RUBIANA MAGALHAES AIALA COELHO	ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	COMISSIONADO	2025 - 2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE				
N.º	**SERVIDORES**	**FUNÇÃO/ CARGO**	**QUADRO**	**PERÍODO**
1	JOSE ROBERTO FARIA E FARIA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	COMISSIONADO	2025 - 2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO				
N.º	**SERVIDORES**	**FUNÇÃO/ CARGO**	**QUADRO**	**PERÍODO**
1	BRUNO ÂNGULO BITENCOURT	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO FUNDIÁRIA I	EFETIVO	2025 - 2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL				
N.º	**SERVIDORES**	**FUNÇÃO/ CARGO**	**QUADRO**	**PERÍODO**
1	ANGELO VILLAR RIBEIRO	AGENTE DE DEFESA CIVIL	COMISSIONADO	2025 - 2026
2	FRANCISCO LOZANO MAFRA	AGENTE DE DEFESA CIVIL	COMISSIONADO	2025 - 2026
3	JOSE BARBOSA DA SILVA	AGENTE DE DEFESA CIVIL	COMISSIONADO	2025 - 2026
4	OLVE JARD RAMIRES DE SOUZA	AGENTE DE DEFESA CIVIL	COMISSIONADO	2025 - 2026
5	RHYAN MATHEUS FERREIRA MATOS	VIGIA	EFETIVO	2025 - 2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
N.º	**SERVIDORES**	**FUNÇÃO/ CARGO**	**QUADRO**	**PERÍODO**
1	ELIVELTON VENANCIO DE SOUZA	VIGIA	EFETIVO	2025 - 2026
2	ELVIA MACICAYA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EFETIVO	2025 - 2026
3	KENAZ GOMES FLORENTINO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	EFETIVO	2025 - 2026
4	MARIA ODETE DOS SANTOS MIRANDA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EFETIVO	2025 - 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO				
N.º	**SERVIDORES**	**FUNÇÃO/ CARGO**	**QUADRO**	**PERÍODO**
1	ALDENEY BATISTA DE ARAUJO	VIGIA	EFETIVO	2025 - 2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
N.º	**SERVIDORES**	**FUNÇÃO/ CARGO**	**QUADRO**	**PERÍODO**
1	ADRIEL RIBEIRO MORENO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	EFETIVO	2025 - 2026
2	AMARILDO DOS SANTOS DA SILVA	MOTORISTA DE ÔNIBUS	EFETIVO	2025 - 2026
3	ANGELA RAMOS SANTANA	AUXILIAR DE TRANSPORTE	EFETIVO	2025 - 2026
4	CELSO PINTO MAFRA JUNIOR	VIGIA	EFETIVO	2025 - 2026
5	CLAUDIONEY DA SILVA	VIGIA	EFETIVO	2025 - 2026

6	CLEIDE MADALIA DE OLIVEIRA BARBOSA	MERENDEIRA	EFETIVO	2025 - 2026
7	DEIZIANE RODRIGUES PINHEIRO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EFETIVO	2025 - 2026
8	DIRCE FARIAS ORDONES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	EFETIVO	2025 - 2026
9	DONIVAN PARENTE DA SILVA	VIGIA	EFETIVO	2025 - 2026
10	ELIZANGELA GOMES BEZERRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EFETIVO	2025 - 2026
11	ENOS DOS SANTOS PACAIO	VIGIA	EFETIVO	2025 - 2026
12	FRANCISCO GUEDES RUIZ	MOTORISTA DE ÔNIBUS	EFETIVO	2025 - 2026
13	HEMBER HAYDEN MENDONÇA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	EFETIVO	2025 - 2026
14	JAQUELY BARCELOS DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EFETIVO	2025 - 2026
15	JULIANE BEZERRA COSTA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	EFETIVO	2025 - 2026
16	LAIS LOYANA MARINHO MACIEL	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	EFETIVO	2025 - 2026
17	MARIA DO PERPETUO SOCORRO DE O. BENFICA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EFETIVO	2025 - 2026
18	MARIA LENA CRUZ MATOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	EFETIVO	2025 - 2026
19	MARIA PAULA MARTINS DE DEUS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EFETIVO	2025 - 2026
20	MARIA ROCILDA MARTINS DA COSTA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EFETIVO	2025 - 2026
21	MECHEL ICARO CARDOSO DA CRUZ	VIGIA	EFETIVO	2025 - 2026
22	NATACHA PRIANKA DIAS LIMA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EFETIVO	2025 - 2026
23	NATALY JEAN LARANJA	MERENDEIRA	EFETIVO	2025 - 2026
24	ORLANDO TELES	MOTORISTA DE ÔNIBUS	EFETIVO	2025 - 2026
25	RAYSON PAULO MAIA DE OLIVEIRA	VIGIA	EFETIVO	2025 - 2026
26	REBMAG DA SILVA RAMIRES	VIGIA	EFETIVO	2025 - 2026
27	RINALDA BELIZARIO FARIAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EFETIVO	2025 - 2026
28	ROBSON POLANIA PESO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EFETIVO	2025 - 2026
29	RODRIGO DE LIMA SOUZA	VIGIA	EFETIVO	2025 - 2026
30	RONEY DOS SANTOS CORDOVA	VIGIA	EFETIVO	2025 - 2026
31	RONY POLANIA PESO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EFETIVO	2025 - 2026
32	SOLANGE BRITO DOS SANTOS	MERENDEIRA	EFETIVO	2025 - 2026
33	THAYGUARA BRAS MAFRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	EFETIVO	2025 - 2026
34	TIAGO RODRIGUES DA SILVA	VIGIA	EFETIVO	2025 - 2026
35	WELDSON FIGUEREDO GONÇALVES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	EFETIVO	2025 - 2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
N.º	SERVIDORES	FUNÇÃO/ CARGO	QUADRO	PERÍODO
1	ALCINDO PENHA DO NASCIMENTO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EFETIVO	2025 - 2026
2	ALTEVI DUARTE ARIAS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	CELETISTA	2025 - 2026
3	BRUNO SOUZA VIEIRA	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	CONTRATO	2025 - 2026
4	CARLA CASTRO MARQUES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	CELETISTA	2025 - 2026
5	CARLOS ALFONSO NASCIMENTO VALERA	AGENTE DE ZOONOSES	EFETIVO	2025 - 2026
6	DANIELA GOES MARINHO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EFETIVO	2025 - 2026
7	DANUBIO DE SOUZA OLIVEIRA	MOTORISTA RODOVIÁRIO	EFETIVO	2025 - 2026
8	DARBIM GUERREIRO HOYOS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	EFETIVO	2025 - 2026
9	DELCILENE NASCIMENTO DE BRITO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	CELETISTA	2025 - 2026
10	EVANDRO DOS SANTOS TEIXEIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	CELETISTA	2025 - 2026
11	GLEICIANNY RODRIGUES DE SOUZA	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	CONTRATO	2025 - 2026
12	JADSON SOARES CARNEIRO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	CELETISTA	2025 - 2026
13	JANDERSON SOUZA DE ANDRADE	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EFETIVO	2025 - 2026
14	KEYLLY EVELLYN TORRES DE CARVALHO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EFETIVO	2025 - 2026
15	LILIA ASSIS DE SOUZA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	CELETISTA	2025 - 2026
16	LUZIANE MAIA MIRANDA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	CELETISTA	2025 - 2026
17	MARCELA FERMIN GONÇALVES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	CELETISTA	2025 - 2026
18	MARCELO FERREIRA DOS SANTOS	ANALISTA DE LABORATÓRIO	EFETIVO	2025 - 2026
19	MARINEI ARAUJO DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EFETIVO	2025 - 2026
20	MISLENE DIAS FORTZ	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	CELETISTA	2025 - 2026
21	NAZINEI SEVALHO FORTES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	CELETISTA	2025 - 2026
22	NICOLAS DOS SANTOS VARGAS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	CELETISTA	2025 - 2026
23	RAIMUNDO NONATO CARVALHO DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EFETIVO	2025 - 2026
24	ROSINEI PEREIRA DA COSTA	AGENTE DE SAÚDE	EFETIVO	2025 - 2026
25	SARA ALESSANDRA GUIMARAES PINTO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	CELETISTA	2025 - 2026
26	STEVEN ALEXANDRO GOMES VALENÇA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	CELETISTA	2025 - 2026
27	WERLLESON FELIPPE DA SILVA ARAUJO	MOTORISTA RODOVIÁRIO	EFETIVO	2025 - 2026

Publicado por:
Sabrina do Nascimento Ramos
Código Identificador:7A6B05EF

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE TEFÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ERRATA DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

ERRATA DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

No Extrato da Ata de Registro de Preços nº E13/2026, referente ao Processo nº 77/2026/PMT e Pregão Eletrônico nº 13/2026/PMT, cujo objeto é a seleção de propostas visando o registro de preços para a futura e eventual aquisição de bueiros tubulares circulares e celulares em concreto, publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Amazonas no dia 13/08/2026, Edição 4170, Código Identificador DA3EE5E9, por ter ocorrido erro material de duplicação de linhas na tabela de itens cadastrada, RETIFICA-SE o referido extrato para que passe a constar com a exclusão dos itens repetidos no final do documento.

ONDE SE LÊ *(Tabela contendo a duplicação dos itens 01 a 04 ao final):*

Item do TR	Descrição dos materiais	Quant. Registrada	Unidade de Medida	Preço Unit.
01	MANILHA DE CONCRETO (BUEIRO) PARA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DE 1M X 400MM	500	UND	R$ 270,00
02	MANILHA DE CONCRETO (BUEIRO) PARA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DE 1M X 600MM	1000	UND	R$ 431,00
03	MANILHA DE CONCRETO (BUEIRO) PARA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DE 1M X 800MM	100	UND	R$ 570,00
04	MANILHA DE CONCRETO (BUEIRO) PARA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DE 1M X 1000MM	500	UND	R$ 780,00
05	MANILHA DE CONCRETO (BUEIRO) PARA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DE 1M X 1200MM	100	UND	R$ 1.190,00

06	MANILHA DE CONCRETO (BUEIRO) PARA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DE 1M X 1500MM	100	UND	R$ 1.590,00
07	BLOCO DE CONCRETO PARA FECHAMENTO DE 9CM X 19CM X 39CM	2.000	UND	R$ 4,00
08	BLOCO DE CONCRETO PARA FECHAMENTO DE 14CM X 19CM X 39CM	2.000	UND	R$ 6,00
09	BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL DE 19CM X 19CM X 39CM	10.000	UND	R$ 10,00
10	ESTACAS DE CONCRETO DE 3,20M X 0,10CM X 0,10CM PONTA CURVA	200	UND	R$ 115,00
11	BLOCO DE CONCRETO P/ COLUNA DE 19CM X 19CM X 39CM	200	UND	R$ 8,00
01	MANILHA DE CONCRETO (BUEIRO) PARA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DE 1M X 400MM	500	UND	R$ 270,00
02	MANILHA DE CONCRETO (BUEIRO) PARA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DE 1M X 600MM	1000	UND	R$ 431,00
03	MANILHA DE CONCRETO (BUEIRO) PARA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DE 1M X 800MM	100	UND	R$ 570,00
04	MANILHA DE CONCRETO (BUEIRO) PARA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DE 1M X 1000MM	500	UND	R$ 780,00

LEIA-SE *(Tabela corrigida com exclusão da repetição e encerramento no item 11):*

Item do TR	Descrição dos materiais	Quant. Registrada	Unidade de Medida	Preço Unit.
01	MANILHA DE CONCRETO (BUEIRO) PARA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DE 1M X 400MM	500	UND	R$ 270,00
02	MANILHA DE CONCRETO (BUEIRO) PARA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DE 1M X 600MM	1000	UND	R$ 431,00
03	MANILHA DE CONCRETO (BUEIRO) PARA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DE 1M X 800MM	100	UND	R$ 570,00
04	MANILHA DE CONCRETO (BUEIRO) PARA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DE 1M X 1000MM	500	UND	R$ 780,00
05	MANILHA DE CONCRETO (BUEIRO) PARA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DE 1M X 1200MM	100	UND	R$ 1.190,00
06	MANILHA DE CONCRETO (BUEIRO) PARA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DE 1M X 1500MM	100	UND	R$ 1.590,00
07	BLOCO DE CONCRETO PARA FECHAMENTO DE 9CM X 19CM X 39CM	2.000	UND	R$ 4,00
08	BLOCO DE CONCRETO PARA FECHAMENTO DE 14CM X 19CM X 39CM	2.000	UND	R$ 6,00
09	BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL DE 19CM X 19CM X 39CM	10.000	UND	R$ 10,00
10	ESTACAS DE CONCRETO DE 3,20M X 0,10CM X 0,10CM PONTA CURVA	200	UND	R$ 115,00
11	BLOCO DE CONCRETO P/ COLUNA DE 19CM X 19CM X 39CM	200	UND	R$ 8,00

Permanecem inalteradas as demais disposições do extrato original da referida Ata de Registro de Preços.

Tefé/AM, 26 de agosto de 2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Berlan Tananta da Silva
Código Identificador:E2B1A49D



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAQUIRI

PODER LEGISLATIVO
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

CAMARA MUNICIPAL DE MANAQUIRI										
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL										
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO/2026 A JUNHO/2026										
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R$ 1
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA PAGAR (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados) (g)=(a-(b+c+d+e)-f)	RESTOS A EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	0,00	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,07	675.279,41	0,00	-675.279,48
Recursos Não Vinculados de Impostos	0,00	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,07	675.279,41	0,00	-675.279,48
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	142.183,62	0,00	0,00	0,00	49.187,21	0,00	92.996,41	0,00	0,00	92.996,41
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários	142.183,62	0,00	0,00	0,00	49.187,21	0,00	92.996,41	0,00	0,00	92.996,41
Outras Vinculações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Previd										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	142.183,62	0,07	0,00	0,00	49.187,21	0,00	92.996,34	675.279,41	0,00	-582.283,07

Publicado por:
Raiane Sousa Dos Santos
Código Identificador:981EA921

PODER LEGISLATIVO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CÂMARA MUNICIPAL DE MANAQUIRI

CÂMARA MUNICIPAL DE MANAQUIRI															
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL															
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CÂMARA MUNICIPAL DE MANAQUIRI															
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL															
JUL/2025 A JUN/2026															
RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")															R$ 1
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	LIQUIDADAS														
	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	182.936,70	165.690,51	164.516,59	147.001,80	166.277,01	277.322,84	219.510,90	171.224,52	193.771,44	204.046,28	212.675,00	317.772,39	2.422.745,98	0,00	
Pessoal Ativo	182.936,70	165.690,51	164.516,59	147.001,80	166.277,01	277.322,84	219.510,90	171.224,52	193.771,44	204.046,28	212.675,00	317.772,39	2.422.745,98	0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	146.091,00	147.166,25	146.091,00	147.001,80	147.609,00	220.275,00	187.616,16	171.224,52	167.147,82	175.631,16	182.115,18	286.961,86	2.124.930,75	0,00	
Obrigações Patronais	36.845,70	18.524,26	18.425,59	0,00	18.668,01	57.047,84	31.894,74	0,00	26.623,62	28.415,12	30.559,82	30.810,53	297.815,23	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	0,00	1.075,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.771,06	0,00	0,00	0,00	0,00	58.846,31	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	1.075,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.771,06	0,00	0,00	0,00	0,00	58.846,31	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	182.936,70	164.615,26	164.516,59	147.001,80	166.277,01	277.322,84	219.510,90	113.453,46	193.771,44	204.046,28	212.675,00	317.772,39	2.363.899,67	0,00	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	153.976.474,37	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	5.100.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	12.300.110,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	3.174.101,50	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	133.402.262,87	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	2.363.899,67	1,77
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.004.135,77	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.603.928,98	5,70
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	7.203.722,19	5,40

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021)	
PARÂMETROS PARA REDUÇÃO DO EXCEDENTE DE DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual

Limite Máximo (VII) (%) (LRF, art. 20)	0,00
DTP em 2021 (X) (%)	0,00
Excedente em 2021 (XI) = (X - VII) (%)	0,00
Redutor anual (XII) = (0,10 x XI) (%)	0,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% DTP (VI/V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nota:												
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.												
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:												
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;												
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64												
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal												

EWERTON ESTEVAM JACOB DE SOUZA	***CINTHIA TORRES DE SOUZA***	***ADELAIDE RONNAU DA SILVA***
436.981.072-87	755.895.592-00	230.926.702-30
Vereador Presidente	Gerente Financeiro	Contadora CRC 016256/O-5

Publicado por:
Raiane Sousa Dos Santos
Código Identificador:4A4FC565

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE CAREIRO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 02 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM										
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA										Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c")										R$ 1,00
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	14.951.730,18	15.892.300,44	2.503.840,87	2.503.840,87	100,00	13.388.459,57	1.382.699,75	1.382.699,75	100,00	14.509.600,69
ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.951.730,18	15.892.300,44	2.503.840,87	2.503.840,87	100,00	13.388.459,57	1.382.699,75	1.382.699,75	100,00	14.509.600,69
ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.084.534,66	3.231.099,55	356.852,87	356.852,87	14,25	2.874.246,68	254.443,35	254.443,35	18,40	2.976.656,20
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	25.000,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	11.254.417,68	11.999.923,05	1.946.813,99	1.946.813,99	77,75	10.053.109,06	1.017.959,73	1.017.959,73	73,62	10.981.963,32
DEMAIS SUBFUNÇÕES	587.777,84	650.777,84	200.174,01	200.174,01	7,99	450.603,83	110.296,67	110.296,67	7,98	540.481,17
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
TOTAL (III) = (I + II)	**14.951.730,18**	**15.892.300,44**	**2.503.840,87**	**2.503.840,87**	**100,00**	**13.388.459,57**	**1.382.699,75**	**1.382.699,75**	**100,00**	**14.509.600,69**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 19/08/2026, às 17:41:01.										
Nota(s) Explicativa(s):										

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:5414972A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 02 - EDUCAÇÃO

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM										
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA										Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c")										R$ 1,00
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	93.963.357,29	116.058.494,90	38.149.878,28	38.149.878,28	100,00	77.908.616,62	33.971.635,70	33.971.635,70	100,00	82.086.859,20
EDUCAÇÃO	93.963.357,29	116.058.494,90	38.149.878,28	38.149.878,28	100,00	77.908.616,62	33.971.635,70	33.971.635,70	100,00	82.086.859,20
ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.878.223,78	4.033.433,86	1.054.142,91	1.054.142,91	2,76	2.979.290,95	882.642,91	882.642,91	2,60	3.150.790,95
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	89.318,29	89.318,29	0,00	0,00	0,00	89.318,29	0,00	0,00	0,00	89.318,29
EDUCAÇÃO ESPECIAL	6.834,84	6.834,84	0,00	0,00	0,00	6.834,84	0,00	0,00	0,00	6.834,84
EDUCAÇÃO INFANTIL	19.436.428,59	24.945.427,75	9.497.255,19	9.497.255,19	24,89	15.448.172,56	9.072.407,96	9.072.407,96	26,71	15.873.019,79
ENSINO FUNDAMENTAL	70.437.551,79	86.850.494,02	27.567.994,04	27.567.994,04	72,26	59.282.499,98	24.008.598,69	24.008.598,69	70,67	62.841.895,33
ENSINO SUPERIOR	70.000,00	87.000,00	29.500,00	29.500,00	0,08	57.500,00	7.000,00	7.000,00	0,02	80.000,00
DEMAIS SUBFUNÇÕES	45.000,00	45.986,14	986,14	986,14	0,00	45.000,00	986,14	986,14	0,00	45.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
TOTAL (III) = (I + II)	**93.963.357,29**	**116.058.494,90**	**38.149.878,28**	**38.149.878,28**	**100,00**	**77.908.616,62**	**33.971.635,70**	**33.971.635,70**	**100,00**	**82.086.859,20**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 17:01:40.										
Nota(s) Explicativa(s):										

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:2144D524

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 03 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE CAREIRO - AM														
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
MARÇO/2025 A FEVEREIRO/2026														
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													
	Mar/2025	Abr/2025	Mai/2025	Jun/2025	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2026
RECEITAS CORRENTES (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**85.297,89**	**4.238,42**	**89.536,31**	**9.944.511,36**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.690,57	4.238,42	7.928,99	100.500,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.690,57	4.238,42	7.928,99	100.500,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.607,32	0,00	81.607,32	9.844.011,36
Cota-Parte do F.P.M.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.T.R.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.607,32	0,00	81.607,32	9.844.011,36
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**85.297,89**	**4.238,42**	**89.536,31**	**9.944.511,36**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.297,89	4.238,42	89.536,31	9.944.511,36
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.297,89	4.238,42	89.536,31	9.944.511,36
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 15:22:23.														
Nota(s) Explicativa(s):														

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:E225001A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 03 - EDUCAÇÃO

MUNICÍPIO DE CAREIRO - AM														
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
MARÇO/2025 A FEVEREIRO/2026														
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2026
	Mar/2025	Abr/2025	Mai/2025	Jun/2025	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.483.248,50**	**6.545.384,65**	**17.028.633,15**	**81.752.605,10**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.257,26	4.053,21	9.310,47	198.978,85
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.257,26	4.053,21	9.310,47	198.978,85
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.477.991,24	6.541.331,44	17.019.322,68	81.553.626,25
Cota-Parte do F.P.M.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.T.R.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.887.065,15	6.027.999,61	15.915.064,76	74.594.249,24
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	590.926,09	513.331,83	1.104.257,92	6.959.377,01
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.483.248,50**	**6.545.384,65**	**17.028.633,15**	**81.752.605,10**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.483.248,50	6.545.384,65	17.028.633,15	81.752.605,10
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.483.248,50	6.545.384,65	17.028.633,15	81.752.605,10
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 17:09:14.														
Nota(s) Explicativa(s):														

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:0D1BBA4A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 07 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM												
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											Exercício de 2026	
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A FEVEREIRO 2026 / MÊS FEVEREIRO 2026												
RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, Inciso V)											R$ 1,00	
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (III) = (I + II):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 15:42:07.												
Nota(s) Explicativa(s):												

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:0768BC4F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 07 - EDUCAÇÃO

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM	
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Exercício de 2026

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A FEVEREIRO 2026 / MÊS FEVEREIRO 2026												
RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, Inciso V)												R$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (III) = (I + II):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 17:31:05.												
Nota(s) Explicativa(s):												

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:560C0CD5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 12 - EDUCAÇÃO

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO				Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO				
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				R$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Cota-Parte FPM	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM								
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO							Exercício de 2026	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA								
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE								
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL								
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO								
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)								R$ 1,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO				Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO				
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				R$ 1,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	**DESPESAS EMPENHADAS (d)**		**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**DESPESAS PAGAS (f)**
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	0,00		0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00		0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00		0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00		0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**0,00**		**0,00**	**0,00**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)				0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	0,00		0,00	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**0,00**		**0,00**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))**
		Empenhadas (i)	**Liquidadas (j)**	**Pagas (k)**	
Diferença de limite não cumprido no exercício de referência 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido no exercício anterior 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM											
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO											Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE											
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO											
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)											R$ 1,00
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) =0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)**	**Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))**	
Empenhos do exercício de referência 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empenhos do exercício anterior 2025	10.822.781,61	21.140.910,18	10.318.128,57	2.534.860,86	0,00	0,00	0,00	2.534.860,86	0,00	10.318.128,57	

Empenhos de 2024	10.152.875,56	16.675.879,91	6.523.004,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.523.004,35
Empenhos de 2023	8.895.166,55	15.664.606,23	6.769.439,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.769.439,68
Empenhos de 2022 e anteriores	8.612.058,67	17.813.672,34	9.201.613,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.201.613,67
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	**Saldo Inicial (w)**	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM	
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO	
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)	R$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM	
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO	
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)	R$ 1,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO — Exercício de 2026

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) — R$ 1,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 17:59:14.

Notas:

[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:7EDF4437

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 13 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE CAREIRO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) — R$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL (Acumulado até o bimestre)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Constituidos pela SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	9.944.511,36	9.944.511,36	9.944.511,36	9.944.511,36	9.944.511,36	9.944.511,36	9.944.511,36	9.944.511,36	9.944.511,36	9.944.511,36
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 14:49:59.											
Nota(s) Explicativa(s):											

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:91ED3385

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM01 - ANEXO 13 - EDUCAÇÃO

MUNICÍPIO DE CAREIRO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL (Acumulado até o bimestre)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Constituidos pela SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	81.752.605,10	81.752.605,10	81.752.605,10	81.752.605,10	81.752.605,10	81.752.605,10	81.752.605,10	81.752.605,10	81.752.605,10	81.752.605,10
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 18:04:22.											

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:78BCA424

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 02 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA — Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c") — R$ 1,00

FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	14.951.730,18	15.892.300,44	931.897,86	3.435.738,73	100,00	12.456.561,71	812.497,04	2.195.196,79	100,00	13.697.103,65
ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.951.730,18	15.892.300,44	931.897,86	3.435.738,73	100,00	12.456.561,71	812.497,04	2.195.196,79	100,00	13.697.103,65
ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.084.534,66	3.163.527,87	512.023,86	868.876,73	25,29	2.294.651,14	395.499,80	649.943,15	29,61	2.513.584,72
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	25.000,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	11.254.417,68	12.067.494,73	331.237,33	2.278.051,32	66,30	9.789.443,41	328.321,33	1.346.281,06	61,33	10.721.213,67
DEMAIS SUBFUNÇÕES	587.777,84	650.777,84	88.636,67	288.810,68	8,41	361.967,16	88.675,91	198.972,58	9,06	451.805,26
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
TOTAL (III) = (I + II)	**14.951.730,18**	**15.892.300,44**	**931.897,86**	**3.435.738,73**	**100,00**	**12.456.561,71**	**812.497,04**	**2.195.196,79**	**100,00**	**13.697.103,65**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 19/08/2026, às 17:50:00.
Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:8B95D000

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 02 - EDUCAÇÃO

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO — Data de emissão: 20/08/2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA — Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c") — R$ 1,00

FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	93.963.357,29	116.058.494,90	24.465.531,18	62.615.409,46	100,00	53.443.085,44	16.485.261,61	50.456.897,31	100,00	65.601.597,59
EDUCAÇÃO	93.963.357,29	116.058.494,90	24.465.531,18	62.615.409,46	100,00	53.443.085,44	16.485.261,61	50.456.897,31	100,00	65.601.597,59
ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.878.223,78	4.082.478,65	1.057.006,68	2.111.149,59	3,37	1.971.329,06	829.506,68	1.712.149,59	3,39	2.370.329,06
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	89.318,29	89.318,29	0,00	0,00	0,00	89.318,29	0,00	0,00	0,00	89.318,29
EDUCAÇÃO ESPECIAL	6.834,84	6.834,84	0,00	0,00	0,00	6.834,84	0,00	0,00	0,00	6.834,84
EDUCAÇÃO INFANTIL	19.436.428,59	23.164.465,20	3.491.608,72	12.988.863,91	20,74	10.175.601,29	3.491.608,72	12.564.016,68	24,90	10.600.448,52
ENSINO FUNDAMENTAL	70.437.551,79	88.570.911,78	19.900.915,78	47.468.909,82	75,81	41.102.001,96	12.133.146,21	36.141.744,90	71,63	52.429.166,88
ENSINO SUPERIOR	70.000,00	98.500,00	14.000,00	43.500,00	0,07	55.000,00	29.000,00	36.000,00	0,07	62.500,00
DEMAIS SUBFUNÇÕES	45.000,00	45.986,14	2.000,00	2.986,14	0,00	43.000,00	2.000,00	2.986,14	0,01	43.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
TOTAL (III) = (I + II)	**93.963.357,29**	**116.058.494,90**	**24.465.531,18**	**62.615.409,46**	**100,00**	**53.443.085,44**	**16.485.261,61**	**50.456.897,31**	**100,00**	**65.601.597,59**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 17:04:38.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:A50C8E59

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 03 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE CAREIRO - AM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2025 A ABRIL/2026

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2026
	Mai/2025	Jun/2025	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**85.297,89**	**4.238,42**	**144.178,19**	**112.657,58**	**346.372,08**	**9.944.511,36**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.690,57	4.238,42	4.399,93	3.854,42	16.183,34	100.500,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.690,57	4.238,42	4.399,93	3.854,42	16.183,34	100.500,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.607,32	0,00	139.778,26	108.803,16	330.188,74	9.844.011,36
Cota-Parte do F.P.M.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.T.R.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.607,32	0,00	139.778,26	108.803,16	330.188,74	9.844.011,36
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**85.297,89**	**4.238,42**	**144.178,19**	**112.657,58**	**346.372,08**	**9.944.511,36**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.297,89	4.238,42	144.178,19	112.657,58	346.372,08	9.944.511,36

LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)														
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.297,89	4.238,42	144.178,19	112.657,58	346.372,08	9.944.511,36
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 15:30:23.														
Nota(s) Explicativa(s):														

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:D407235A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 03 - EDUCAÇÃO

MUNICÍPIO DE CAREIRO - AM													
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO													
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA													
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA													
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL													
MAIO/2025 A ABRIL/2026													
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)													R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													
	Mai/2025	Jun/2025	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2026
RECEITAS CORRENTES (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.483.248,50**	**6.545.384,65**	**5.907.974,25**	**10.643.566,50**	**33.580.173,90**	**81.752.605,10**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.257,26	4.053,21	5.458,89	9.305,36	24.074,72	198.978,85
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.257,26	4.053,21	5.458,89	9.305,36	24.074,72	198.978,85
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.477.991,24	6.541.331,44	5.902.515,36	10.634.261,14	33.556.099,18	81.553.626,25
Cota-Parte do F.P.M.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.T.R.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.887.065,15	6.027.999,61	5.378.398,54	7.736.873,25	29.030.336,55	74.594.249,24
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	590.926,09	513.331,83	524.116,82	2.897.387,89	4.525.762,63	6.959.377,01

Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.483.248,50**	**6.545.384,65**	**5.907.974,25**	**10.643.566,50**	**33.580.173,90**	**81.752.605,10**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.483.248,50	6.545.384,65	5.907.974,25	10.643.566,50	33.580.173,90	81.752.605,10
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.483.248,50	6.545.384,65	5.907.974,25	10.643.566,50	33.580.173,90	81.752.605,10
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 17:12:23.														
Nota(s) Explicativa(s):														

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:18421C23

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 07 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM												
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											Exercício de 2026	
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A ABRIL 2026 / MÊS ABRIL 2026												
RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, Inciso V)											R$ 1,00	
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (III) = (I + II):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 15:45:08.												
Nota(s) Explicativa(s):												

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:79F4B228

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 07 - EDUCAÇÃO

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM			
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		Exercício de 2026	
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A ABRIL 2026 / MÊS ABRIL 2026			
RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, Inciso V)		R$ 1,00	
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (III) = (I + II):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 17:33:35.												
Nota(s) Explicativa(s):												

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:334492C7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 12 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM				
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAREIRO			Exercício de 2026	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL				
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)			R$ 1,00	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Cota-Parte FPM	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	**DESPESAS EMPENHADAS (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**DESPESAS PAGAS (f)**
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	0,00	0,00	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**0,00**	**0,00**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))**
		Empenhadas (i)	**Liquidadas (j)**	**Pagas (k)**	
Diferença de limite não cumprido no exercício de referência 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido no exercício anterior 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)**	**Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))**	
Empenhos do exercício de referência 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empenhos do exercício anterior 2025	10.822.781,61	21.140.910,18	10.318.128,57	2.534.860,86	0,00	0,00	0,00	2.534.860,86	0,00	10.318.128,57	
Empenhos de 2024	10.152.875,56	16.675.879,91	6.523.004,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.523.004,35	
Empenhos de 2023	8.895.166,55	15.664.606,23	6.769.439,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.769.439,68	
Empenhos de 2022 e anteriores	8.612.058,67	17.813.672,34	9.201.613,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.201.613,67	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 14:45:19.

Notas:

[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:9502ECD1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 12 - EDUCAÇÃO

MUNICIPIO DE CAREIRO - AM	
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A ABRIL / BIMESTRE MARÇO - ABRIL	

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Cota-Parte FPM	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	0,00	0,00	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**0,00**	**0,00**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido no exercício de referência 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido no exercício anterior 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos do exercício de referência 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos do exercício anterior 2025	10.822.781,61	21.140.910,18	10.318.128,57	2.534.860,86	0,00	0,00	0,00	2.534.860,86	0,00	10.318.128,57
Empenhos de 2024	10.152.875,56	16.675.879,91	6.523.004,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.523.004,35
Empenhos de 2023	8.895.166,55	15.664.606,23	6.769.439,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.769.439,68
Empenhos de 2022 e anteriores	8.612.058,67	17.813.672,34	9.201.613,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.201.613,67
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)									**0,00**	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)									**0,00**	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)									**0,00**	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 18:01:30.								
Notas:								
[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).								
Nota(s) Explicativa(s):								

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:A57B7CAE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 13 - ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE CAREIRO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A ABRIL DE 2026 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL (Acumulado até o bimestre)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Constituidos pela SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	9.944.511,36	9.944.511,36	9.944.511,36	9.944.511,36	9.944.511,36	9.944.511,36	9.944.511,36	9.944.511,36	9.944.511,36	9.944.511,36

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 14:53:14.											
Nota(s) Explicativa(s):											

MUNICÍPIO DE CAREIRO	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A ABRIL DE 2026 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL	
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	R$ 1,00

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:5AB7BA51

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BIM02 - ANEXO 13 - EDUCAÇÃO

MUNICÍPIO DE CAREIRO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A ABRIL DE 2026 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL (Acumulado até o bimestre)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Constituidos pela SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	81.752.605,10	81.752.605,10	81.752.605,10	81.752.605,10	81.752.605,10	81.752.605,10	81.752.605,10	81.752.605,10	81.752.605,10	81.752.605,10
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO. Emissão: 20/08/2026, às 18:06:55.											
Nota(s) Explicativa(s):											

Publicado por:
Luis Carlos Esmeraldo Marques
Código Identificador:2CCDD30C

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE ITAMARATI

GABINETE DO PREFEITO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL							
PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2026/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro							
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A FEV (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	90.384.428,20	90.384.428,20	15.699.682,31	17,37	15.699.682,31	17,37	74.684.745,89
RECEITAS CORRENTES	90.384.428,20	90.384.428,20	15.602.612,62	17,26	15.602.612,62	17,26	74.781.815,58
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.150.549,00	2.150.549,00	188.023,74	8,74	188.023,74	8,74	1.962.525,26
Impostos	2.019.450,00	2.019.450,00	181.342,62	8,98	181.342,62	8,98	1.838.107,38
Taxas	131.099,00	131.099,00	6.681,12	5,10	6.681,12	5,10	124.417,88
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	423.500,00	423.500,00	57.722,13	13,63	57.722,13	13,63	365.777,87
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	423.500,00	423.500,00	57.722,13	13,63	57.722,13	13,63	365.777,87
RECEITA PATRIMONIAL	442.854,50	442.854,50	217.244,57	49,06	217.244,57	49,06	225.609,93
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	442.854,50	442.854,50	217.244,57	49,06	217.244,57	49,06	225.609,93
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	87.366.314,70	87.366.314,70	15.139.622,18	17,33	15.139.622,18	17,33	72.226.692,52
Transferências da União e de suas Entidades	54.057.679,70	54.057.679,70	10.138.458,85	18,75	10.138.458,85	18,75	43.919.220,85
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	16.241.035,00	16.241.035,00	1.996.335,75	12,29	1.996.335,75	12,29	14.244.699,25
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	17.067.600,00	17.067.600,00	3.004.827,58	17,61	3.004.827,58	17,61	14.062.772,42
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	97.069,69	0,00	97.069,69	0,00	-97.069,69
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	97.069,69	0,00	97.069,69	0,00	-97.069,69
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	97.069,69	0,00	97.069,69	0,00	-97.069,69
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	90.384.428,20	90.384.428,20	15.699.682,31	17,37	15.699.682,31	17,37	74.684.745,89
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A FEV (c)	% (c/a)	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	90.384.428,20	90.384.428,20	15.699.682,31	17,37	15.699.682,31	17,37	74.684.745,89
DÉFICIT (VI)					3.316.544,30		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	90.384.428,20	90.384.428,20	15.699.682,31	17,37	19.016.226,61	21,04	71.368.201,59
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.665.928,95			1.665.928,95		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais (CC 5.2.2.1.3.01.00)		1.665.928,95			1.665.928,95		

DESPESAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			BIMESTRE	JAN A FEV (f)		BIMESTRE	JAN A FEV (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	90.384.428,20	138.393.104,88	71.359.816,49	71.359.816,49	67.033.288,39	19.016.226,61	19.016.226,61	119.376.878,27	18.511.568,79	0,00
DESPESAS CORRENTES	78.249.750,95	79.831.063,35	22.351.484,36	22.351.484,36	57.479.578,99	18.566.402,86	18.566.402,86	61.264.660,49	18.061.745,04	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.957.873,80	38.624.483,79	7.943.751,13	7.943.751,13	30.680.732,66	7.853.751,13	7.853.751,13	30.770.732,66	7.853.751,13	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.300,00	25.300,00	0,00	0,00	25.300,00	0,00	0,00	25.300,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.266.577,15	41.181.279,56	14.407.733,23	14.407.733,23	26.773.546,33	10.712.651,73	10.712.651,73	30.468.627,83	10.207.993,91	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	37.266.577,15	41.181.279,56	14.407.733,23	14.407.733,23	26.773.546,33	10.712.651,73	10.712.651,73	30.468.627,83	10.207.993,91	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	11.502.177,25	58.296.453,25	49.008.332,13	49.008.332,13	9.288.121,12	449.823,75	449.823,75	57.846.629,50	449.823,75	0,00
INVESTIMENTOS	11.052.177,25	57.846.453,25	48.825.461,85	48.825.461,85	9.020.991,40	266.953,47	266.953,47	57.579.499,78	266.953,47	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	450.000,00	450.000,00	182.870,28	182.870,28	267.129,72	182.870,28	182.870,28	267.129,72	182.870,28	0,00
RESERVA DE	632.500,00	265.588,28	0,00	0,00	265.588,28	0,00	0,00	265.588,28	0,00	0,00

CONTINGÊNCIA										
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	90.384.428,20	138.393.104,88	71.359.816,49	71.359.816,49	67.033.288,39	19.016.226,61	19.016.226,61	119.376.878,27	18.511.568,79	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	90.384.428,20	138.393.104,88	71.359.816,49	71.359.816,49	67.033.288,39	19.016.226,61	19.016.226,61	119.376.878,27	18.511.568,79	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			0,00		0,00	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	90.384.428,20	138.393.104,88	71.359.816,49	71.359.816,49		19.016.226,61	19.016.226,61		18.511.568,79	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:E0C49CFB

GABINETE DO PREFEITO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL							
PERIODO: Janeiro a Abril 2026/BIMESTRE Março - Abril							
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A ABR (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	90.384.428,20	90.384.428,20	17.459.177,85	19,32	33.158.860,16	36,69	57.225.568,04
RECEITAS CORRENTES	90.384.428,20	90.384.428,20	15.061.813,97	16,66	30.664.426,59	33,93	59.720.001,61
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.150.549,00	2.150.549,00	291.150,65	13,54	479.174,39	22,28	1.671.374,61
Impostos	2.019.450,00	2.019.450,00	270.499,31	13,39	451.841,93	22,37	1.567.608,07
Taxas	131.099,00	131.099,00	20.651,34	15,75	27.332,46	20,85	103.766,54
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	423.500,00	423.500,00	78.584,31	18,56	136.306,44	32,19	287.193,56
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	423.500,00	423.500,00	78.584,31	18,56	136.306,44	32,19	287.193,56
RECEITA PATRIMONIAL	442.854,50	442.854,50	267.740,87	60,46	484.985,44	109,51	-42.130,94
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	442.854,50	442.854,50	267.740,87	60,46	484.985,44	109,51	-42.130,94
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	87.366.314,70	87.366.314,70	14.424.338,14	16,51	29.563.960,32	33,84	57.802.354,38
Transferências da União e de suas Entidades	54.057.679,70	54.057.679,70	8.302.626,59	15,36	18.441.085,44	34,11	35.616.594,26
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	16.241.035,00	16.241.035,00	3.054.655,30	18,81	5.050.991,05	31,10	11.190.043,95
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	17.067.600,00	17.067.600,00	3.067.056,25	17,97	6.071.883,83	35,58	10.995.716,17
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	2.397.363,88	0,00	2.494.433,57	0,00	-2.494.433,57
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	2.397.363,88	0,00	2.494.433,57	0,00	-2.494.433,57
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	2.397.363,88	0,00	2.494.433,57	0,00	-2.494.433,57
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	90.384.428,20	90.384.428,20	17.459.177,85	19,32	33.158.860,16	36,69	57.225.568,04
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)							R$ 1
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A ABR (c)	% (c/a)	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	90.384.428,20	90.384.428,20	17.459.177,85	19,32	33.158.860,16	36,69	57.225.568,04
DÉFICIT (VI)					4.469.817,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	90.384.428,20	90.384.428,20	17.459.177,85	19,32	37.628.677,16	41,63	52.755.751,04
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.619.991,01			2.619.991,01		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais (CC 5.2.2.1.3.01.00)		2.619.991,01			2.619.991,01		

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)								R$ 1
DESPESAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A

		ATUALIZADA (e)	BIMESTRE	JAN A ABR (f)		BIMESTRE	JAN A ABR (h)		ATÉ O BIMESTRE (j)	PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	90.384.428,20	148.395.121,01	23.723.000,62	95.082.817,11	53.312.303,90	18.612.450,55	37.628.677,16	110.766.443,85	34.753.184,10	0,00
DESPESAS CORRENTES	78.249.750,95	81.654.167,32	13.820.980,83	36.172.465,19	45.481.702,13	14.128.209,16	32.694.612,02	48.959.555,30	32.017.612,93	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.957.873,80	38.763.088,32	8.341.335,16	16.285.086,29	22.478.002,03	8.327.342,95	16.181.094,08	22.581.994,24	16.163.037,32	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.300,00	25.300,00	0,00	0,00	25.300,00	0,00	0,00	25.300,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.266.577,15	42.865.779,00	5.479.645,67	19.887.378,90	22.978.400,10	5.800.866,21	16.513.517,94	26.352.261,06	15.854.575,61	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	37.266.577,15	42.865.779,00	5.479.645,67	19.887.378,90	22.978.400,10	5.800.866,21	16.513.517,94	26.352.261,06	15.854.575,61	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	11.502.177,25	66.475.365,41	9.902.019,79	58.910.351,92	7.565.013,49	4.484.241,39	4.934.065,14	61.541.300,27	2.735.571,17	0,00
INVESTIMENTOS	11.052.177,25	66.025.365,41	9.716.351,92	58.541.813,77	7.483.551,64	4.298.573,52	4.565.526,99	61.459.838,42	2.367.033,02	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	450.000,00	450.000,00	185.667,87	368.538,15	81.461,85	185.667,87	368.538,15	81.461,85	368.538,15	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	632.500,00	265.588,28	0,00	0,00	265.588,28	0,00	0,00	265.588,28	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	90.384.428,20	148.395.121,01	23.723.000,62	95.082.817,11	53.312.303,90	18.612.450,55	37.628.677,16	110.766.443,85	34.753.184,10	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	90.384.428,20	148.395.121,01	23.723.000,62	95.082.817,11	53.312.303,90	18.612.450,55	37.628.677,16	110.766.443,85	34.753.184,10	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			0,00		0,00	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	90.384.428,20	148.395.121,01	23.723.000,62	95.082.817,11		18.612.450,55	37.628.677,16		34.753.184,10	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:726CD39B

GABINETE DO PREFEITO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL							
PERIODO: Janeiro a Junho 2026/BIMESTRE Maio - Junho							
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A JUN (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	90.384.428,20	90.384.428,20	33.684.567,29	37,27	66.843.427,45	73,95	23.541.000,75
RECEITAS CORRENTES	90.384.428,20	90.384.428,20	30.770.070,88	34,04	61.434.497,47	67,97	28.949.930,73
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.150.549,00	2.150.549,00	282.763,26	13,15	761.937,65	35,43	1.388.611,35
Impostos	2.019.450,00	2.019.450,00	268.426,06	13,29	720.267,99	35,67	1.299.182,01
Taxas	131.099,00	131.099,00	14.337,20	10,94	41.669,66	31,78	89.429,34
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	423.500,00	423.500,00	66.322,54	15,66	202.628,98	47,85	220.871,02
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	423.500,00	423.500,00	66.322,54	15,66	202.628,98	47,85	220.871,02
RECEITA PATRIMONIAL	442.854,50	442.854,50	275.412,58	62,19	758.616,27	171,30	-315.761,77

Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	442.854,50	442.854,50	275.412,58	62,19	758.616,27	171,30	-315.761,77
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	87.366.314,70	87.366.314,70	30.145.572,50	34,50	59.711.314,57	68,35	27.655.000,13
Transferências da União e de suas Entidades	54.057.679,70	54.057.679,70	19.595.575,66	36,25	38.038.442,85	70,37	16.019.236,85
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	16.241.035,00	16.241.035,00	6.857.662,29	42,22	11.908.653,34	73,32	4.332.381,66
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	17.067.600,00	17.067.600,00	2.919.340,64	17,10	8.991.224,47	52,68	8.076.375,53
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	772.993,91	0,00	772.993,91	0,00	-772.993,91
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	2.914.496,41	0,00	5.408.929,98	0,00	-5.408.929,98
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	2.914.496,41	0,00	5.408.929,98	0,00	-5.408.929,98
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	2.382.900,23	0,00	4.877.333,80	0,00	-4.877.333,80
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	531.596,18	0,00	531.596,18	0,00	-531.596,18
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	90.384.428,20	90.384.428,20	33.684.567,29	37,27	66.843.427,45	73,95	23.541.000,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A JUN (c)	% (c/a)	

Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	90.384.428,20	90.384.428,20	33.684.567,29	37,27	66.843.427,45	73,95	23.541.000,75
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	90.384.428,20	90.384.428,20	33.684.567,29	37,27	66.843.427,45	73,95	23.541.000,75
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	3.370.533,90			3.370.533,90		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		3.370.533,90			3.370.533,90		
(CC 5.2.2.1.3.01.00)							

DESPESAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			BIMESTRE	JAN A JUN (f)		BIMESTRE	JAN A JUN (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	90.384.428,20	153.884.570,62	25.078.057,71	120.160.874,82	33.723.695,80	27.780.853,54	65.409.530,70	88.475.039,92	61.281.230,26	0,00
DESPESAS CORRENTES	78.249.750,95	88.730.927,68	25.317.845,13	61.490.310,32	27.240.617,36	25.751.959,72	58.446.571,74	30.284.355,94	54.811.447,38	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.957.873,80	38.107.608,89	8.999.185,19	25.284.271,48	12.823.337,41	8.999.580,27	25.180.674,35	12.926.934,54	25.168.294,60	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.300,00	25.300,00	0,00	0,00	25.300,00	0,00	0,00	25.300,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.266.577,15	50.598.018,79	16.318.659,94	36.206.038,84	14.391.979,95	16.752.379,45	33.265.897,39	17.332.121,40	29.643.152,78	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	37.266.577,15	50.598.018,79	16.318.659,94	36.206.038,84	14.391.979,95	16.752.379,45	33.265.897,39	17.332.121,40	29.643.152,78	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	11.502.177,25	64.953.642,94	-239.787,42	58.670.564,50	6.283.078,44	2.028.893,82	6.962.958,96	57.990.683,98	6.469.782,88	0,00
INVESTIMENTOS	11.052.177,25	64.303.642,94	-435.974,08	58.105.839,69	6.197.803,25	1.832.707,16	6.398.234,15	57.905.408,79	5.905.058,07	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	450.000,00	650.000,00	196.186,66	564.724,81	85.275,19	196.186,66	564.724,81	85.275,19	564.724,81	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	632.500,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	90.384.428,20	153.884.570,62	25.078.057,71	120.160.874,82	33.723.695,80	27.780.853,54	65.409.530,70	88.475.039,92	61.281.230,26	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	90.384.428,20	153.884.570,62	25.078.057,71	120.160.874,82	33.723.695,80	27.780.853,54	65.409.530,70	88.475.039,92	61.281.230,26	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			1.433.896,75		5.562.197,19	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	90.384.428,20	153.884.570,62	25.078.057,71	120.160.874,82		27.780.853,54	66.843.427,45		66.843.427,45	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:7BA162EE

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI										
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL										
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO/2026 A JUNHO/2026										
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R$ 1
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados) (g)=(a-(b+c+d+e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS	1.150.345,23	0,00	751.226,93	0,00	0,00	0,00	399.118,30	3.148.953,92	0,00	-2.749.835,62

NÃO VINCULADOS (I)										
Recursos Não Vinculados de Impostos	1.129.752,19	0,00	751.226,93	0,00	0,00	0,00	378.525,26	3.148.953,92	0,00	-2.770.428,66
Outros Recursos não Vinculados	20.593,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.593,04	0,00	0,00	20.593,04
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	19.533.849,78	70.428,56	3.377.073,51	623.523,81	17.754.421,07	0,00	-2.291.597,17	51.403.215,16	0,00	-53.694.812,33
Recursos Vinculados à Educação	3.397.154,75	70.428,56	621.844,07	623.523,81	0,00	0,00	2.081.358,31	26.270.525,03	0,00	-24.189.166,72
Transferências do FUNDEB	372.936,47	70.428,56	616.622,84	623.523,81	0,00	0,00	-937.638,74	3.088.007,03	0,00	-4.025.645,77
Outros Recursos Vinculados à Educação	3.024.218,28	0,00	5.221,23	0,00	0,00	0,00	3.018.997,05	23.182.518,00	0,00	-20.163.520,95
Recursos Vinculados à Saúde	8.150.790,28	0,00	1.808.046,59	0,00	0,00	0,00	6.342.743,69	475.814,49	0,00	5.866.929,20
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	8.150.790,28	0,00	1.808.046,59	0,00	0,00	0,00	6.342.743,69	475.814,49	0,00	5.866.929,20
Outros Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	3.469.102,78	0,00	198.336,62	0,00	0,00	0,00	3.270.766,16	796.534,34	0,00	2.474.231,82
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	4.450.625,95	0,00	748.846,23	0,00	0,00	0,00	3.701.779,72	23.859.880,27	0,00	-20.158.100,55
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Edu	3.142.061,14	0,00	126.518,23	0,00	0,00	0,00	3.015.542,91	23.824.525,75	0,00	-20.808.982,84
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	1.308.564,81	0,00	622.328,00	0,00	0,00	0,00	686.236,81	35.354,52	0,00	650.882,29
Demais Vinculações Legais	66.176,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.176,02	461,03	0,00	65.714,99
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações Legais	66.176,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.176,02	461,03	0,00	65.714,99
Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	17.754.421,07	0,00	-17.754.421,07	0,00	0,00	-17.754.421,07
Outras Vinculações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	20.684.195,01	70.428,56	4.128.300,44	623.523,81	17.754.421,07	0,00	-1.892.478,87	54.552.169,08	0,00	-56.444.647,95

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:B61607F4

GABINETE DO PREFEITO
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2026/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	R$ 1 INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A FEV (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A FEV (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	90.384.428,20	138.393.104,88	71.359.816,49	71.359.816,49	100,00	67.033.288,39	19.016.226,61	19.016.226,61	100,00	119.376.878,27	0,00
Legislativa	2.989.000,00	2.989.000,00	796.854,72	796.854,72	1,12	2.192.145,28	447.462,23	447.462,23	2,35	2.541.537,77	0,00
Ação Legislativa	2.989.000,00	2.989.000,00	796.854,72	796.854,72	1,12	2.192.145,28	447.462,23	447.462,23	2,35	2.541.537,77	0,00
Essencial à Justiça	410.000,00	440.700,00	345.700,00	345.700,00	0,48	95.000,00	52.400,00	52.400,00	0,28	388.300,00	0,00
Demais Subfunções	410.000,00	440.700,00	345.700,00	345.700,00	0,48	95.000,00	52.400,00	52.400,00	0,28	388.300,00	0,00
Administração	7.592.842,71	7.777.433,45	2.980.372,36	2.980.372,36	4,18	4.797.061,09	1.621.105,10	1.621.105,10	8,52	6.156.328,35	0,00
Administração Financeira	888.680,00	1.084.709,91	767.915,67	767.915,67	1,08	316.794,24	178.423,90	178.423,90	0,94	906.286,01	0,00
Controle Interno	37.950,00	37.950,00	0,00	0,00	0,00	37.950,00	0,00	0,00	0,00	37.950,00	0,00
Administração Geral	5.806.012,71	5.751.173,54	2.099.214,69	2.099.214,69	2,94	3.651.958,85	1.415.439,20	1.415.439,20	7,44	4.335.734,34	0,00
Demais Subfunções	860.200,00	903.600,00	113.242,00	113.242,00	0,16	790.358,00	27.242,00	27.242,00	0,14	876.358,00	0,00
Assistência Social	2.805.014,00	4.527.228,42	2.404.836,03	2.404.836,03	3,37	2.122.392,39	926.002,70	926.002,70	4,87	3.601.225,72	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	120.500,00	120.500,00	27.986,50	27.986,50	0,04	92.513,50	27.986,50	27.986,50	0,15	92.513,50	0,00
Assistência Comunitária	266.000,00	266.000,00	0,00	0,00	0,00	266.000,00	0,00	0,00	0,00	266.000,00	0,00
Serviços Socioassistenciais	619.514,00	2.358.876,19	1.922.162,19	1.922.162,19	2,69	436.714,00	476.828,86	476.828,86	2,51	1.882.047,33	0,00
Segurança de Renda	350.000,00	350.000,00	80.000,00	80.000,00	0,11	270.000,00	80.000,00	80.000,00	0,42	270.000,00	0,00
Administração Geral	1.449.000,00	1.431.852,23	374.687,34	374.687,34	0,53	1.057.164,89	341.187,34	341.187,34	1,79	1.090.664,89	0,00
Saúde	23.995.620,00	25.695.211,85	6.188.685,18	6.188.685,18	8,67	19.506.526,67	5.232.984,06	5.232.984,06	27,52	20.462.227,79	0,00
Atenção Básica	12.499.080,00	13.302.581,99	3.159.793,64	3.159.793,64	4,43	10.142.788,35	2.672.446,34	2.672.446,34	14,05	10.630.135,65	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.529.690,00	6.221.076,45	1.685.303,49	1.685.303,49	2,36	4.535.772,96	1.619.296,53	1.619.296,53	8,52	4.601.779,92	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	754.050,00	754.050,00	0,00	0,00	0,00	754.050,00	0,00	0,00	0,00	754.050,00	0,00
Vigilância Sanitária	77.050,00	277.041,23	199.991,23	199.991,23	0,28	77.050,00	0,00	0,00	0,00	277.041,23	0,00
Vigilância Epidemiológica	651.250,00	655.962,18	136.502,68	136.502,68	0,19	519.459,50	136.502,68	136.502,68	0,72	519.459,50	0,00
Administração Geral	4.484.500,00	4.484.500,00	1.007.094,14	1.007.094,14	1,41	3.477.405,86	804.738,51	804.738,51	4,23	3.679.761,49	0,00
Educação	40.213.914,50	61.873.593,04	33.320.133,57	33.320.133,57	46,69	28.553.459,47	9.066.330,54	9.066.330,54	47,68	52.807.262,50	0,00
Ensino Fundamental	25.053.864,85	37.010.477,50	19.552.964,53	19.552.964,53	27,40	17.457.512,97	6.081.658,78	6.081.658,78	31,98	30.928.818,72	0,00
Educação Infantil	13.774.214,65	23.371.053,03	13.539.244,92	13.539.244,92	18,97	9.831.808,11	2.848.367,64	2.848.367,64	14,98	20.522.685,39	0,00
Educação de Jovens e Adultos	618.010,00	618.010,00	19.465,95	19.465,95	0,03	598.544,05	19.465,95	19.465,95	0,10	598.544,05	0,00
Educação Especial	232.825,00	232.825,00	17.230,66	17.230,66	0,02	215.594,34	17.230,66	17.230,66	0,09	215.594,34	0,00
Administração Geral	535.000,00	641.227,51	191.227,51	191.227,51	0,27	450.000,00	99.607,51	99.607,51	0,52	541.620,00	0,00
Cultura	1.375.520,75	1.391.870,75	83.371,67	83.371,67	0,12	1.308.499,08	28.843,28	28.843,28	0,15	1.363.027,47	0,00
Difusão Cultural	947.720,75	947.720,75	0,00	0,00	0,00	947.720,75	0,00	0,00	0,00	947.720,75	0,00
Administração Geral	427.800,00	444.150,00	83.371,67	83.371,67	0,12	360.778,33	28.843,28	28.843,28	0,15	415.306,72	0,00
Urbanismo	5.141.074,82	28.204.721,00	24.348.745,25	24.348.745,25	34,12	3.855.975,75	1.074.602,45	1.074.602,45	5,65	27.130.118,55	0,00
Infra-Estrutura Urbana	792.030,00	6.865.882,39	6.109.671,91	6.109.671,91	8,56	756.210,48	0,00	0,00	0,00	6.865.882,39	0,00
Serviços Urbanos	4.349.044,82	21.338.838,61	18.239.073,34	18.239.073,34	25,56	3.099.765,27	1.074.602,45	1.074.602,45	5,65	20.264.236,16	0,00
Habitação	582.968,92	582.968,92	100.006,10	100.006,10	0,14	482.962,82	100.006,10	100.006,10	0,53	482.962,82	0,00
Habitação Urbana	582.968,92	582.968,92	100.006,10	100.006,10	0,14	482.962,82	100.006,10	100.006,10	0,53	482.962,82	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A FEV (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A FEV (d)	% (d/total d)		
Saneamento	837.875,00	837.875,00	0,00	0,00	0,00	837.875,00	0,00	0,00	0,00	837.875,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	837.875,00	837.875,00	0,00	0,00	0,00	837.875,00	0,00	0,00	0,00	837.875,00	0,00
Gestão Ambiental	718.395,00	718.395,00	157.469,66	157.469,66	0,22	560.925,34	145.469,66	145.469,66	0,76	572.925,34	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	37.950,00	37.950,00	0,00	0,00	0,00	37.950,00	0,00	0,00	0,00	37.950,00	0,00
Controle Ambiental	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00
Demais Subfunções	590.445,00	590.445,00	157.469,66	157.469,66	0,22	432.975,34	145.469,66	145.469,66	0,76	444.975,34	0,00
Agricultura	342.700,00	342.700,00	38.500,00	38.500,00	0,05	304.200,00	7.000,00	7.000,00	0,04	335.700,00	0,00
Abastecimento	115.000,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00	115.000,00	0,00
Administração Geral	227.700,00	227.700,00	38.500,00	38.500,00	0,05	189.200,00	7.000,00	7.000,00	0,04	220.700,00	0,00
Energia	718.475,00	718.475,00	0,00	0,00	0,00	718.475,00	0,00	0,00	0,00	718.475,00	0,00
Energia Elétrica	718.475,00	718.475,00	0,00	0,00	0,00	718.475,00	0,00	0,00	0,00	718.475,00	0,00
Desporto e Lazer	972.152,50	970.969,17	81.196,67	81.196,67	0,11	889.772,50	64.756,67	64.756,67	0,34	906.212,50	0,00
Desporto Comunitário	845.652,50	844.469,17	81.196,67	81.196,67	0,11	763.272,50	64.756,67	64.756,67	0,34	779.712,50	0,00
Lazer	126.500,00	126.500,00	0,00	0,00	0,00	126.500,00	0,00	0,00	0,00	126.500,00	0,00

Encargos Especiais	1.056.375,00	1.056.375,00	513.945,28	513.945,28	0,72	542.429,72	249.263,82	249.263,82	1,31	807.111,18	0,00
Serviço da Dívida Interna	475.300,00	475.300,00	182.870,28	182.870,28	0,26	292.429,72	182.870,28	182.870,28	0,96	292.429,72	0,00
Outros Encargos Especiais	331.075,00	331.075,00	331.075,00	331.075,00	0,46	0,00	66.393,54	66.393,54	0,35	264.681,46	0,00
Demais Subfunções	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00
Reserva de Contingência	632.500,00	265.588,28	0,00	0,00	0,00	265.588,28	0,00	0,00	0,00	265.588,28	0,00
Demais Subfunções	632.500,00	265.588,28	0,00	0,00	0,00	265.588,28	0,00	0,00	0,00	265.588,28	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	90.384.428,20	138.393.104,88	71.359.816,49	71.359.816,49	100,00	67.033.288,39	19.016.226,61	19.016.226,61	100,00	119.376.878,27	0,00
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.											
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:											
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;											
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.											

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:B8EF8292

GABINETE DO PREFEITO
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL											
PERIODO: Janeiro a Abril 2026/BIMESTRE Março - Abril											
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R$ 1
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A ABR (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A ABR (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	90.384.428,20	148.395.121,01	23.723.000,62	95.082.817,11	100,00	53.312.303,90	18.612.450,55	37.628.677,16	100,00	110.766.443,85	0,00
Legislativa	2.989.000,00	2.989.000,00	370.402,29	1.167.257,01	1,23	1.821.742,99	482.451,90	929.914,13	2,47	2.059.085,87	0,00
Ação Legislativa	2.989.000,00	2.989.000,00	370.402,29	1.167.257,01	1,23	1.821.742,99	482.451,90	929.914,13	2,47	2.059.085,87	0,00
Essencial à Justiça	410.000,00	500.700,00	60.000,00	405.700,00	0,43	95.000,00	66.900,00	119.300,00	0,32	381.400,00	0,00
Demais Subfunções	410.000,00	500.700,00	60.000,00	405.700,00	0,43	95.000,00	66.900,00	119.300,00	0,32	381.400,00	0,00
Administração	7.592.842,71	8.113.796,25	1.958.962,51	4.939.334,87	5,19	3.174.461,38	1.894.045,50	3.515.150,60	9,34	4.598.645,65	0,00
Administração Financeira	888.680,00	1.257.617,91	270.767,30	1.038.682,97	1,09	218.934,94	256.425,36	434.849,26	1,16	822.768,65	0,00
Controle Interno	37.950,00	37.950,00	3.840,00	3.840,00	0,00	34.110,00	0,00	0,00	0,00	37.950,00	0,00
Administração Geral	5.806.012,71	5.963.378,33	1.636.363,20	3.735.577,89	3,93	2.227.800,44	1.580.095,80	2.995.535,00	7,96	2.967.843,33	0,00
Demais Subfunções	860.200,00	854.850,01	47.992,01	161.234,01	0,17	693.616,00	57.524,34	84.766,34	0,23	770.083,67	0,00
Assistência Social	2.805.014,00	4.657.468,98	584.224,51	2.989.060,54	3,14	1.668.408,44	739.373,57	1.665.376,27	4,43	2.992.092,71	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	120.500,00	120.500,00	30.418,00	58.404,50	0,06	62.095,50	30.418,00	58.404,50	0,16	62.095,50	0,00
Assistência Comunitária	266.000,00	266.000,00	19.418,65	19.418,65	0,02	246.581,35	19.418,65	19.418,65	0,05	246.581,35	0,00
Serviços Socioassistenciais	619.514,00	2.467.079,19	134.503,00	2.056.665,19	2,16	410.414,00	324.818,02	801.646,88	2,13	1.665.432,31	0,00
Segurança de Renda	350.000,00	350.000,00	88.800,00	168.800,00	0,18	181.200,00	88.800,00	168.800,00	0,45	181.200,00	0,00
Administração Geral	1.449.000,00	1.453.889,79	311.084,86	685.772,20	0,72	768.117,59	275.918,90	617.106,24	1,64	836.783,55	0,00
Saúde	23.995.620,00	26.177.909,89	3.205.242,52	9.393.927,70	9,88	16.783.982,19	3.282.109,93	8.515.093,99	22,63	17.662.815,90	0,00
Atenção Básica	12.499.080,00	13.797.957,27	1.500.946,07	4.660.739,71	4,90	9.137.217,56	1.563.481,42	4.235.927,76	11,26	9.562.029,51	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.529.690,00	6.302.638,53	532.670,46	2.217.973,95	2,33	4.084.664,58	545.377,46	2.164.673,99	5,75	4.137.964,54	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	754.050,00	754.050,00	0,00	0,00	0,00	754.050,00	0,00	0,00	0,00	754.050,00	0,00
Vigilância Sanitária	77.050,00	277.041,23	0,00	199.991,23	0,21	77.050,00	0,00	0,00	0,00	277.041,23	0,00
Vigilância Epidemiológica	651.250,00	693.152,86	134.341,34	270.844,02	0,28	422.308,84	134.341,34	270.844,02	0,72	422.308,84	0,00
Administração Geral	4.484.500,00	4.353.070,00	1.037.284,65	2.044.378,79	2,15	2.308.691,21	1.038.909,71	1.843.648,22	4,90	2.509.421,78	0,00
Educação	40.213.914,50	65.434.851,32	9.910.976,07	43.231.109,64	45,47	22.203.741,68	6.689.725,97	15.756.056,51	41,87	49.678.794,81	0,00
Ensino Fundamental	25.053.864,85	41.341.745,00	8.750.945,28	28.303.909,81	29,77	13.037.835,19	5.052.572,27	11.134.231,05	29,59	30.207.513,95	0,00
Educação Infantil	13.774.214,65	22.791.043,81	1.125.097,70	14.664.342,62	15,42	8.126.701,19	1.578.180,61	4.426.548,25	11,76	18.364.495,56	0,00
Educação de Jovens e Adultos	618.010,00	618.010,00	19.465,95	38.931,90	0,04	579.078,10	19.465,95	38.931,90	0,10	579.078,10	0,00
Educação Especial	232.825,00	232.825,00	15.467,14	32.697,80	0,03	200.127,20	15.467,14	32.697,80	0,09	200.127,20	0,00
Administração Geral	535.000,00	451.227,51	0,00	191.227,51	0,20	260.000,00	24.040,00	123.647,51	0,33	327.580,00	0,00

Cultura	1.375.520,75	1.315.612,75	58.726,00	142.097,67	0,15	1.173.515,08	68.517,58	97.360,86	0,26	1.218.251,89	0,00
Difusão Cultural	947.720,75	894.720,75	35.000,00	35.000,00	0,04	859.720,75	35.000,00	35.000,00	0,09	859.720,75	0,00
Administração Geral	427.800,00	420.892,00	23.726,00	107.097,67	0,11	313.794,33	33.517,58	62.360,86	0,17	358.531,14	0,00
Urbanismo	5.141.074,82	29.329.711,86	2.384.565,34	26.733.310,59	28,12	2.596.401,27	4.684.221,56	5.758.824,01	15,30	23.570.887,85	0,00
Infra-Estrutura Urbana	792.030,00	7.850.568,52	1.056.136,12	7.165.808,03	7,54	684.760,49	1.639.086,36	1.639.086,36	4,36	6.211.482,16	0,00
Serviços Urbanos	4.349.044,82	21.479.143,34	1.328.429,22	19.567.502,56	20,58	1.911.640,78	3.045.135,20	4.119.737,65	10,95	17.359.405,69	0,00
Habitação	582.968,92	3.138.041,79	2.607.857,70	2.707.863,80	2,85	430.177,99	0,00	100.006,10	0,27	3.038.035,69	0,00
Habitação Urbana	582.968,92	3.138.041,79	2.607.857,70	2.707.863,80	2,85	430.177,99	0,00	100.006,10	0,27	3.038.035,69	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A ABR (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A ABR (d)	% (d/total d)		
Saneamento	837.875,00	813.969,83	0,00	0,00	0,00	813.969,83	0,00	0,00	0,00	813.969,83	0,00
Saneamento Básico Urbano	837.875,00	813.969,83	0,00	0,00	0,00	813.969,83	0,00	0,00	0,00	813.969,83	0,00
Gestão Ambiental	718.395,00	718.395,00	152.349,00	309.818,66	0,33	408.576,34	156.349,00	301.818,66	0,80	416.576,34	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	37.950,00	37.950,00	0,00	0,00	0,00	37.950,00	0,00	0,00	0,00	37.950,00	0,00
Controle Ambiental	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00
Demais Subfunções	590.445,00	590.445,00	152.349,00	309.818,66	0,33	280.626,34	156.349,00	301.818,66	0,80	288.626,34	0,00
Agricultura	342.700,00	487.150,00	172.450,00	210.950,00	0,22	276.200,00	170.351,22	177.351,22	0,47	309.798,78	0,00
Abastecimento	115.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
Administração Geral	227.700,00	387.150,00	172.450,00	210.950,00	0,22	176.200,00	170.351,22	177.351,22	0,47	209.798,78	0,00
Energia	718.475,00	691.975,00	66.032,42	66.032,42	0,07	625.942,58	66.032,42	66.032,42	0,18	625.942,58	0,00
Energia Elétrica	718.475,00	691.975,00	66.032,42	66.032,42	0,07	625.942,58	66.032,42	66.032,42	0,18	625.942,58	0,00
Desporto e Lazer	972.152,50	2.754.575,06	2.005.544,39	2.086.741,06	2,19	667.834,00	83.740,49	148.497,16	0,39	2.606.077,90	0,00
Desporto Comunitário	845.652,50	754.719,17	91.794,00	172.990,67	0,18	581.728,50	83.740,49	148.497,16	0,39	606.222,01	0,00
Lazer	126.500,00	1.999.855,89	1.913.750,39	1.913.750,39	2,01	86.105,50	0,00	0,00	0,00	1.999.855,89	0,00
Encargos Especiais	1.056.375,00	1.006.375,00	185.667,87	699.613,15	0,74	306.761,85	228.631,41	477.895,23	1,27	528.479,77	0,00
Serviço da Dívida Interna	475.300,00	475.300,00	185.667,87	368.538,15	0,39	106.761,85	185.667,87	368.538,15	0,98	106.761,85	0,00
Outros Encargos Especiais	331.075,00	331.075,00	0,00	331.075,00	0,35	0,00	42.963,54	109.357,08	0,29	221.717,92	0,00
Demais Subfunções	250.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
Reserva de Contingência	632.500,00	265.588,28	0,00	0,00	0,00	265.588,28	0,00	0,00	0,00	265.588,28	0,00
Demais Subfunções	632.500,00	265.588,28	0,00	0,00	0,00	265.588,28	0,00	0,00	0,00	265.588,28	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	90.384.428,20	148.395.121,01	23.723.000,62	95.082.817,11	100,00	53.312.303,90	18.612.450,55	37.628.677,16	100,00	110.766.443,85	0,00
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.											
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:											
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;											
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.											

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:BDE5B859

GABINETE DO PREFEITO
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL											
PERIODO: Janeiro a Junho 2026/BIMESTRE Maio - Junho											
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R$ 1
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A JUN (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A JUN (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	90.384.428,20	153.884.570,62	25.078.057,71	120.160.874,82	100,00	33.723.695,80	27.780.853,54	65.409.530,70	100,00	88.475.039,92	0,00
Legislativa	2.989.000,00	2.989.000,00	540.026,30	1.707.283,31	1,42	1.281.716,69	578.194,14	1.508.108,27	2,31	1.480.891,73	0,00
Ação Legislativa	2.989.000,00	2.989.000,00	540.026,30	1.707.283,31	1,42	1.281.716,69	578.194,14	1.508.108,27	2,31	1.480.891,73	0,00
Essencial à Justiça	410.000,00	405.700,00	0,00	405.700,00	0,34	0,00	61.400,00	180.700,00	0,28	225.000,00	0,00
Demais Subfunções	410.000,00	405.700,00	0,00	405.700,00	0,34	0,00	61.400,00	180.700,00	0,28	225.000,00	0,00
Administração	7.592.842,71	9.312.400,96	2.352.275,24	7.291.610,11	6,07	2.020.790,85	2.512.563,01	6.027.713,61	9,22	3.284.687,35	0,00

Administração Financeira	888.680,00	1.447.406,80	259.693,62	1.298.376,59	1,08	149.030,21	332.089,64	766.938,90	1,17	680.467,90	0,00
Controle Interno	37.950,00	25.300,00	0,00	3.840,00	0,00	21.460,00	0,00	0,00	0,00	25.300,00	0,00
Administração Geral	5.806.012,71	6.362.516,15	1.453.011,62	5.188.589,51	4,32	1.173.926,64	1.520.570,23	4.516.105,23	6,90	1.846.410,92	0,00
Demais Subfunções	860.200,00	1.477.178,01	639.570,00	800.804,01	0,67	676.374,00	659.903,14	744.669,48	1,14	732.508,53	0,00
Assistência Social	2.805.014,00	5.694.388,98	1.425.728,57	4.414.789,11	3,67	1.279.599,87	1.892.546,79	3.557.923,06	5,44	2.136.465,92	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	120.500,00	120.500,00	25.555,00	83.959,50	0,07	36.540,50	25.555,00	83.959,50	0,13	36.540,50	0,00
Assistência Comunitária	266.000,00	255.000,00	9.108,00	28.526,65	0,02	226.473,35	9.108,00	28.526,65	0,04	226.473,35	0,00
Serviços Socioassistenciais	619.514,00	3.485.152,19	1.018.073,00	3.074.738,19	2,56	410.414,00	1.467.756,97	2.269.403,85	3,47	1.215.748,34	0,00
Segurança de Renda	350.000,00	350.000,00	91.600,00	260.400,00	0,22	89.600,00	91.600,00	260.400,00	0,40	89.600,00	0,00
Administração Geral	1.449.000,00	1.483.736,79	281.392,57	967.164,77	0,80	516.572,02	298.526,82	915.633,06	1,40	568.103,73	0,00
Saúde	23.995.620,00	29.772.682,00	12.728.115,03	22.122.042,73	18,41	7.650.639,27	12.834.401,55	21.349.495,54	32,64	8.423.186,46	0,00
Atenção Básica	12.499.080,00	12.671.839,68	4.455.919,18	9.116.658,89	7,59	3.555.180,79	4.460.919,18	8.696.846,94	13,30	3.974.992,74	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.529.690,00	11.265.866,92	7.093.946,49	9.311.920,44	7,75	1.953.946,48	7.071.243,91	9.235.917,90	14,12	2.029.949,02	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	754.050,00	362.002,42	0,00	0,00	0,00	362.002,42	0,00	0,00	0,00	362.002,42	0,00
Vigilância Sanitária	77.050,00	263.241,23	0,00	199.991,23	0,17	63.250,00	126.518,23	126.518,23	0,19	136.723,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	651.250,00	673.996,75	168.865,73	439.709,75	0,37	234.287,00	168.865,73	439.709,75	0,67	234.287,00	0,00
Administração Geral	4.484.500,00	4.535.735,00	1.009.383,63	3.053.762,42	2,54	1.481.972,58	1.006.854,50	2.850.502,72	4,36	1.685.232,28	0,00
Educação	40.213.914,50	66.020.507,82	6.580.185,58	49.811.295,22	41,45	16.209.212,60	6.948.549,20	22.704.605,71	34,71	43.315.902,11	0,00
Ensino Fundamental	25.053.864,85	41.576.358,47	5.138.511,23	33.442.421,04	27,83	8.133.937,43	5.221.372,12	16.355.603,17	25,00	25.220.755,30	0,00
Educação Infantil	13.774.214,65	23.098.086,84	1.361.661,15	16.026.003,77	13,34	7.072.083,07	1.667.123,88	6.093.672,13	9,32	17.004.414,71	0,00
Educação de Jovens e Adultos	618.010,00	618.010,00	18.542,20	57.474,10	0,05	560.535,90	18.542,20	57.474,10	0,09	560.535,90	0,00
Educação Especial	232.825,00	232.825,00	17.471,00	50.168,80	0,04	182.656,20	17.471,00	50.168,80	0,08	182.656,20	0,00
Administração Geral	535.000,00	495.227,51	44.000,00	235.227,51	0,20	260.000,00	24.040,00	147.687,51	0,23	347.540,00	0,00
Cultura	1.375.520,75	993.264,14	54.025,60	196.123,27	0,16	797.140,87	64.562,08	161.922,94	0,25	831.341,20	0,00
Difusão Cultural	947.720,75	572.372,14	0,00	35.000,00	0,03	537.372,14	0,00	35.000,00	0,05	537.372,14	0,00
Administração Geral	427.800,00	420.892,00	54.025,60	161.123,27	0,13	259.768,73	64.562,08	126.922,94	0,19	293.969,06	0,00
Urbanismo	5.141.074,82	29.496.134,12	954.124,58	27.687.435,17	23,04	1.808.698,95	2.354.400,11	8.113.224,12	12,40	21.382.910,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	792.030,00	7.602.991,12	0,00	7.165.808,03	5,96	437.183,09	0,00	1.639.086,36	2,51	5.963.904,76	0,00
Serviços Urbanos	4.349.044,82	21.893.143,00	954.124,58	20.521.627,14	17,08	1.371.515,86	2.354.400,11	6.474.137,76	9,90	15.419.005,24	0,00
Habitação	582.968,92	3.038.041,79	0,00	2.707.863,80	2,25	330.177,99	0,00	100.006,10	0,15	2.938.035,69	0,00
Habitação Urbana	582.968,92	3.038.041,79	0,00	2.707.863,80	2,25	330.177,99	0,00	100.006,10	0,15	2.938.035,69	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A JUN (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A JUN (d)	% (d/total d)		
Saneamento	837.875,00	463.969,83	0,00	0,00	0,00	463.969,83	0,00	0,00	0,00	463.969,83	0,00
Saneamento Básico Urbano	837.875,00	463.969,83	0,00	0,00	0,00	463.969,83	0,00	0,00	0,00	463.969,83	0,00
Gestão Ambiental	718.395,00	718.395,00	150.064,00	459.882,66	0,38	258.512,34	154.064,00	455.882,66	0,70	262.512,34	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	37.950,00	37.950,00	0,00	0,00	0,00	37.950,00	0,00	0,00	0,00	37.950,00	0,00
Controle Ambiental	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00
Demais Subfunções	590.445,00	590.445,00	150.064,00	459.882,66	0,38	130.562,34	154.064,00	455.882,66	0,70	134.562,34	0,00
Agricultura	342.700,00	487.150,00	0,00	210.950,00	0,18	276.200,00	15.538,68	192.889,90	0,29	294.260,10	0,00
Abastecimento	115.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
Administração Geral	227.700,00	387.150,00	0,00	210.950,00	0,18	176.200,00	15.538,68	192.889,90	0,29	194.260,10	0,00
Energia	718.475,00	473.363,27	18.817,50	84.849,92	0,07	388.513,35	18.817,50	84.849,92	0,13	388.513,35	0,00
Energia Elétrica	718.475,00	473.363,27	18.817,50	84.849,92	0,07	388.513,35	18.817,50	84.849,92	0,13	388.513,35	0,00
Desporto e Lazer	972.152,50	2.754.575,06	69.886,00	2.156.627,06	1,79	597.948,00	83.028,58	231.525,74	0,35	2.523.049,32	0,00
Desporto Comunitário	845.652,50	754.719,17	69.886,00	242.876,67	0,20	511.842,50	83.028,58	231.525,74	0,35	523.193,43	0,00
Lazer	126.500,00	1.999.855,89	0,00	1.913.750,39	1,59	86.105,50	0,00	0,00	0,00	1.999.855,89	0,00
Encargos Especiais	1.056.375,00	1.064.997,65	204.809,31	904.422,46	0,75	160.575,19	262.787,90	740.683,13	1,13	324.314,52	0,00
Serviço da Dívida Interna	475.300,00	675.300,00	196.186,66	564.724,81	0,47	110.575,19	196.186,66	564.724,81	0,86	110.575,19	0,00
Outros Encargos Especiais	331.075,00	331.075,00	0,00	331.075,00	0,28	0,00	57.978,59	167.335,67	0,26	163.739,33	0,00
Demais Subfunções	250.000,00	58.622,65	8.622,65	8.622,65	0,01	50.000,00	8.622,65	8.622,65	0,01	50.000,00	0,00
Reserva de Contingência	632.500,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
Demais Subfunções	632.500,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	90.384.428,20	153.884.570,62	25.078.057,71	120.160.874,82	100,00	33.723.695,80	27.780.853,54	65.409.530,70	100,00	88.475.039,92	0,00
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.											
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:											
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;											
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.											

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:8E656191

GABINETE DO PREFEITO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI															
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL															
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO															
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL															
JUL/2025 A JUN/2026															
RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)													TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS														
	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	3.937.407,61	3.989.089,37	4.048.292,20	3.991.528,50	3.810.617,54	5.425.046,89	3.841.403,23	3.751.198,29	3.953.092,24	4.066.137,54	4.299.103,37	4.389.845,88		49.502.762,66	0,00
Pessoal Ativo	3.937.407,61	3.989.089,37	4.048.292,20	3.991.528,50	3.810.617,54	5.425.046,89	3.841.403,23	3.751.198,29	3.953.092,24	4.066.137,54	4.299.103,37	4.389.845,88		49.502.762,66	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.933.000,03	3.943.473,00	4.048.292,20	3.936.269,21	3.810.617,54	5.085.046,89	3.841.403,23	3.751.198,29	3.953.092,24	4.066.137,54	4.299.103,37	4.389.845,88		49.057.479,42	0,00
Obrigações Patronais	4.407,58	45.616,37	0,00	55.259,29	0,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		445.283,24	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	172.009,75	172.252,15	173.021,75	130.548,00	204.363,49	295.806,91	174.907,38	179.605,88	182.886,09	152.376,87	172.022,04	185.022,90		2.194.823,21	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	130.548,00	130.548,00	131.560,00	130.548,00	121.440,00	253.506,00	136.164,00	139.406,00	139.436,00	139.376,00	139.406,00	139.406,00		1.731.344,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	41.461,75	41.704,15	41.461,75	0,00	82.923,49	42.300,91	38.743,38	40.199,88	43.450,09	13.000,87	32.616,04	45.616,90		463.479,21	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	3.765.397,86	3.816.837,22	3.875.270,45	3.860.980,50	3.606.254,05	5.129.239,98	3.666.495,85	3.571.592,41	3.770.206,15	3.913.760,67	4.127.081,33	4.204.822,98		47.307.939,45	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	120.759.356,50	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	5.387.992,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	7.547.391,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	1.726.058,30	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	106.097.915,20	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	47.307.939,45	44,59
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	57.292.874,21	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	54.428.230,50	51,30
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	51.563.586,79	48,60

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021)	
PARÂMETROS PARA REDUÇÃO DO EXCEDENTE DE DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
Limite Máximo (VII) (%) (LRF, art. 20)	54,00
DTP em 2021 (X) (%)	0,00
Excedente em 2021 (XI) = (X - VII) (%)	0,00
Redutor anual (XII) = (0,10 x XI) (%)	0,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% DTP (VI/V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64

2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:A45226D4

GABINETE DO PREFEITO
PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI

04.628.376/0001-04

ANEXO V - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO — **Ano LDO: 2027**

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

PROGRAMA: 0010 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA

Objetivo: APRIMORAR LEGISLAÇÃO. FISCALIZAR POLÍTICAS. GARANTIR TRANSPARÊNCIA. PROMOVER INTERAÇÃO COM SOCIEDADE.

Justificativa: A CÂMARA MUNICIPAL ASSEGURA A REPRESENTATIVIDADE POPULAR. PROMOVE O DEBATE DEMOCRÁTICO E A FISCALIZAÇÃO ATIVA. LEGISLA EM FAVOR DO DESENVOLVIMENTO E DO BEM-ESTAR E FORTALECE A AUTONOMIA MUNICIPAL.

Público Alvo:

Estratégia: FORTALECER FISCALIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO. GARANTIR TRANSPARÊNCIA. MODERNIZAR PROCESSOS. PROMOVER PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.

Restrição:

Gestor:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**
	350.462,50

Indicador: GRAU DE SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃO

Sigla: %

Descr.Uni.Medida: PERCENTUAL

Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	

PROGRAMA: 0011 ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA

Objetivo: MELHORAR AS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO PODER LEGISLATIVO, LEGISLAR, FISCALIZAR E EXERCER O CONTROLE EXTERNO DO EXECUTIVO.

Justificativa: NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS AS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS DO PODER LEGISLATIVO, ASSIM COMO A IMPLEMENTAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA POR MEIO DA DIVULGAÇÃO EM TEMPO REAL DAS AÇÕES DESTE PODER.

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Estratégia: FORTALECER A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL POR MEIO DA MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS INTERNOS; CAPACITAÇÃO CONTÍNUA DOS SERVIDORES E AMPLIAÇÃO DOS MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR; ESTABELECER PRÁTICAS DE GESTÃO ESTRATÉGICA E TECNOLÓGICA QUE ASSEGUREM O SUPORTE NECESSÁRIO À ATUAÇÃO DOS VEREADORES E A EFETIVIDADE DO PROCESSO LEGISLATIVO.

Restrição:

Gestor:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**
	2.618.550,00

Indicador: GRAU DE SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃO

Sigla: %

Descr.Uni.Medida: PERCENTUAL

Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	

PROGRAMA: 0045 GESTÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA (GABINETE DO PREFEITO)

Objetivo: MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO, COM MODERNIDADE E APERFEIÇOAMENTO EM GESTÃO PUBLICA.

Justificativa: UMA GESTÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA EFICIENTE GARANTE QUE AS AÇÕES DO GOVERNO ESTEJAM ALINHADAS COM O PLANEJAMENTO, AS PRIORIDADES E AS NECESSIDADES REAIS DO MUNICÍPIO DE FORMA A ATENDER MELHOR A POPULAÇÃO COM INFORMATIZAÇÃO E TRANSPARENCIA.

Público Alvo: População do Município

Estratégia: PLANEJAR, ACOMPANHAR E AVALIAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMA INTEGRADA. MELHORAR A COMUNICAÇÃO ENTRE SECRETARIAS E A POPULAÇÃO APOIADA EM DECISÕES ESTRATÉGICAS COM BASE EM DADOS E PRIORIDADES DO MUNICÍPIO E FORTALECER A COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DO GOVERNO MUNICIPAL A PARTIR DO GABINETE DO PREFEITO.

Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	3.933.573,91		
Indicador: MANUTENÇÃO			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI			
04.628.376/0001-04			
ANEXO V - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO			**Ano LDO: 2027**
DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO			
Indicador: INFORMATIZAÇÃO			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0049 SUPORTE ADMINISTRATIVO			
Objetivo: AUXILIAR O ADMINISTRATIVO NAS ORGANIZAÇÕES, NO PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DE TREINAMENTO, PROMOVER MELHORIAS CONSTANTES PARA QUE A ADMINISTRAÇÃO DESEMPENHE DE FORMA EFICAZ TODAS AS SUAS FUNÇÕES.			
Justificativa: TER UM SUPORTE ADMINISTRATIVO EFICIENTE É ESSENCIAL PARA O FUNCIONAMENTO PLENO DA GESTÃO PÚBLICA, PORQUE GARANTE A BASE OPERACIONAL PARA A EXECUÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS EM TODAS AS ÁREAS DO GOVERNO MUNICIPAL MELHORANDO O DESEMPENHO NO FUNCIONALISMO PUBLICO, INCLUSIVE EM UM MELHOR ATENDIMENTO.			
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL			
Estratégia: FORTALECER A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL, MODERNIZAR OS PROCESSOS, CAPACITAR OS SERVIDORES COM O INTUITO DE GARANTIR UM SUPORTE EFICIENTE ÀS ÁREAS FINALÍSTICAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	20.380.784,00		
Indicador: TREINAMENTO			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
Indicador: MODERNIZAÇÃO			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
Indicador: EFICIÊNCIA			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PERCENTUAL			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0052 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA			
Objetivo: MELHORAR O NIVEL DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA ADMINISTRAÇÃO, MOTIVAR E RECONHECER O FUNCIONALISMO PUBLICO, MELHORAR A EFICIENCIA NAS AÇÕES DESENVOLVIDAS E, CONSEQUENTEMENTE, UMA MAIOR PRODUTIVIDADE E AUMENTAR O USO DOS RECURSOS DAS ATIVIDADES FINALISTICAS.			
Justificativa: A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA TRADICIONAL MUITAS VEZES É BUROCRÁTICA, LENTA E POUCO ADAPTÁVEL ÀS NOVAS DEMANDAS DA SOCIEDADE. O MAIOR DESAFIO DE UMA ADMINISTRAÇÃO É A MODERNIZAÇÃO.			
Público Alvo: SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS ORGÃOS.			
Estratégia: IMPLEMENTAR AÇÕES VOLTADAS À INOVAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS, REVISÃO DE ESTRUTURAS E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES, COM FOCO NA EFICIÊNCIA, ECONOMICIDADE E MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	669.725,00		
Indicador: PRODUTIVIDADE			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
0	0	0	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI

04.628.376/0001-04

ANEXO V - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO — **Ano LDO: 2027**

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

PROGRAMA: 0053 DEFENSORIA PÚBLICA MUNICIPAL (JURÍDICO)

Objetivo: AMPLIAR O ATENDIMENTO JURÍDICO GRATUITO. DEFENDER OS DIREITOS DOS CIDADÃOS EM TODAS AS ESFERAS. MODERNIZAR OS SISTEMAS DE GESTÃO DE PROCESSOS.

Justificativa: A DEFENSORIA PÚBLICA MUNICIPAL É ESSENCIAL PARA A CIDADANIA. ASSEGURA O ACESSO À JUSTIÇA PARA QUEM NÃO PODE PAGAR. PROMOVE A IGUALDADE E A DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. A AUSÊNCIA OU A FRAGILIDADE DO SERVIÇO GERA EXCLUSÃO SOCIAL E INJUSTIÇAS. INVESTIR NA DEFENSORIA É CRUCIAL PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E EQUITATIVA.

Público Alvo:

Estratégia: GARANTIR, AMPLIAR E DEMOCRATIZAR O ACESSO À JUSTIÇA. OFERECER ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA À POPULAÇÃO CARENTE. FORTALECER A ATUAÇÃO NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. MODERNIZAR A ESTRUTURA E OS PROCESSOS DA DEFENSORIA. FIRMAR PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES PARA AMPLIAR O ALCANCE.

Restrição:

Gestor:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2027
	421.877,50

Indicador: MODERNIZAÇÃO

Sigla: UN

Descr.Uni.Medida: UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
0	0	0	

PROGRAMA: 0054 CONSTRUÇÃO E PRESERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

Objetivo: ELABORAR PROJETOS DE CONSTRUÇÃO, COMPLEMENTAÇÃO, REFORMA OU AMPLIAÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO. ASSEGURAR PRÉDIOS PÚBLICOS EM BOAS CONDIÇÕES DE USO, POR MEIO DE OBRAS NOVAS E MANUTENÇÃO CONTÍNUA.

Justificativa: EDIFICAÇÕES BEM ESTRUTURADAS GARANTEM MELHORES CONDIÇÕES PARA A OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E VALORIZAM O PATRIMÔNIO MUNICIPAL.

Público Alvo: POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO

Estratégia: REALIZAR OBRAS DE CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS, PRIORIZANDO FUNCIONALIDADE, ACESSIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE COM FOCO NA ECONOMICIDADE E NO BEM COMUM DE TODOS.

Restrição:

Gestor:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2027
	1.150.481,76

Indicador: EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

Sigla: %

Descr.Uni.Medida: PERCENTUAL

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
0	0	0	

PROGRAMA: 0061 ADMINISTRAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Objetivo: AUMENTAR A RENTABILIDADE DAS APLICAÇÕES. REDUZIR OS RISCOS DOS INVESTIMENTOS. ASSEGURAR A LIQUIDEZ NECESSÁRIA PARA DESPESAS. PROMOVER A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS.

Justificativa: A BOA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA GERA RECURSOS ADICIONAIS PARA O MUNICÍPIO. ASSEGURA A ESTABILIDADE FISCAL E A CAPACIDADE DE INVESTIMENTO. MAXIMIZA O USO DO DINHEIRO PÚBLICO. APLICAÇÕES MAL GERIDAS RESULTAM EM PERDAS E PREJUDICAM O ORÇAMENTO. ESSENCIAL PARA A SUSTENTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO.

Público Alvo: ARRECADAÇÃO MUNICIPAL

Estratégia: OTIMIZAR, RENTABILIZAR E SEGURIZAR AS APLICAÇÕES FINANCEIRAS. MONITORAR OS MERCADOS E AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS. DIVERSIFICAR OS INVESTIMENTOS CONFORME A LEGISLAÇÃO E O PERFIL DE RISCO. GARANTIR A LIQUIDEZ PARA ATENDER ÀS DESPESAS. PROMOVER A TRANSPARÊNCIA E A PRESTAÇÃO DE CONTAS. CAPACITAR A EQUIPE GESTORA PARA DECISÕES ESTRATÉGICAS.

Restrição:

Gestor:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2027
	1.007.348,25

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI

04.628.376/0001-04

ANEXO V - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO — **Ano LDO: 2027**

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

Indicador: GRAU DE SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃO

Sigla: %

Descr.Uni.Medida: PERCENTUAL

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
0	0	0	

PROGRAMA: 0067 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Objetivo: CONTROLAR MELHOR A GESTÃO FINANCEIRA DO MUNICIPIO E SUA APLICABILIDADE, CONSIDERANDO O IMPACTO DOS ATOS NORMATIVOS SOB O PATRIMÔNIO.

Justificativa: UMA BOA GESTÃO FINANCEIRA GARANTE O EQUILÍBRIO FISCAL, O USO EFICIENTE DOS RECURSOS E O CUMPRIMENTO DAS METAS DE GOVERNO.			
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL			
Estratégia: PLANEJAR, EXECUTAR E CONTROLAR O ORÇAMENTO PÚBLICO COM RESPONSABILIDADE, TRANSPARÊNCIA E FOCO EM RESULTADOS.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	43.642,50		
Indicador: GESTÃO FINANCEIRA			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PERCENTUAL			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0080 FISCALIZAÇÃO DA RECEITA			
Objetivo: COMBATER A SONEGAÇÃO E A INFORMALIDADE. APRIMORAR A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E A FISCALIZAÇÃO.			
Justificativa: A FISCALIZAÇÃO ASSEGURA A JUSTIÇA FISCAL E A ARRECADAÇÃO NECESSÁRIA. GARANTE RECURSOS PARA INVESTIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS.			
Público Alvo:			
Estratégia: INTENSIFICAR E APRIMORAR OS MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA. MODERNIZAR OS SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO E CONTROLE.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	231.966,50		
Indicador: FISCALIZAÇÕES			
Sigla: NR			
Descr.Uni.Medida: NÚMEROS			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0090 PROGRAMA EMERGENCIAL DE DEFESA CIVIL			
Objetivo: AÇÕES DE PREVENÇÃO, DE SOCORRO ASSISTENCIAIS E RECUPERATIVAS DESTINADAS A EVITAR DESASTRES E MINIMIZAR SEUS IMPACTOS PARA POPULAÇÃO E RESTABELECER A NORMALIDADE SOCIAL.			
Justificativa: INVESTIR EM PROGRAMAS DE CONTINGÊNCIAS PODE PREVENIR DIVERSAS AÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA. A PREPARAÇÃO E A RESPOSTA ÁGIL MINIMIZAM DANOS HUMANOS, SOCIAIS E MATERIAIS EM EVENTOS CRÍTICOS E CLIMÁTICOS EXTREMOS.			
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL			
Estratégia: ATUAR DE FORMA PREVENTIVA E RÁPIDA EM SITUAÇÕES DE RISCO, DESASTRES NATURAIS E EMERGÊNCIAS, COM PLANEJAMENTO E RESPOSTA COORDENADA.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	989.230,00		
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI			
04.628.376/0001-04			
ANEXO V - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO			**Ano LDO: 2027**
DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO			
Indicador: AÇÕES DE PREVENÇÃO			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0110 DEFESA DOS DIR. DA CRIANÇA E DO ADOL. (CONSELHO TUTELAR)			
Objetivo: DEFENDER AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, MINIMIZAR A DESIGULDADE SOCIAL, RACIAL, PREVALECER O DIREITO DA CRIANÇA E DA ADOLESCENCIA.			
Justificativa: É UM DEVER DA ADMINISTRAÇÃO ATENDER A TODAS AS CRIANÇAS, PRICNCIPALMENTE AS CARENTES. A DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EXIGE ATUAÇÃO FIRME E ARTICULADA DIANTE DE SITUAÇÕES DE RISCO E VIOLAÇÃO.			
Público Alvo: CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
Estratégia: FORTALECER A ATUAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR COM ESTRUTURA ADEQUADA, CAPACITAÇÃO E APOIO CONTÍNUO ÀS AÇÕES DE PROTEÇÃO.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	204.987,50		
Indicador: BENEFICIOS SOCIAIS			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	

0	0	0	
PROGRAMA: 0120 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
Objetivo: COMBATER A POBREZA (AUSENCIA DE RENDA, PRECARIO OU NULO ACESSO AOS SERVIÇOS PUBLICOS, DENTRE OUTROS), DISCRIMINAÇÕES DE GENEROS, ETCNICAS, POR IDADE, POR DEFICIENCIAS E AFINS.			
Justificativa: A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA PREVINE SITUAÇÕES DE RISCO, PROMOVE INCLUSÃO E FORTALECE OS VÍNCULOS FAMILIARES MEIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL.			
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL			
Estratégia: FORTALECER OS SERVIÇOS DO CRAS E DEMAIS AÇÕES DE PREVENÇÃO E APOIO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	100.510,00		
Indicador: COMBATE A POBREZA			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0150 AÇÕES MÉDICAS BÁSICAS – (UBS)			
Objetivo: MANTER AÇÕES DE PROMOÇÕES, PREVENÇÃO E TRATAMENTO RELACIONADAS A SAUDE DA MULHER, DA CRIANÇA, SAUDE MENTAL, PLANEJAMENTO FAMILIAR, PREVENÇÃO A CANCER, PRE-NATAL E CUIDADO DE DOENÇAS CRONICAS COMO DIABETES E HIPERTENSÃO.			
Justificativa: TER UM ACESSO RÁPIDO E EFICIENTE AOS SERVIÇOS DE SAÚDE BÁSICA É ESSENCIAL PARA PREVENIR AGRAVOS E GARANTIR A SAÚDE DA POPULAÇÃO.			
Público Alvo:			
Estratégia: AMPLIAR E QUALIFICAR O ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, COM FOCO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA E NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	18.035.593,75		
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI			
04.628.376/0001-04			
ANEXO V - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO			**Ano LDO: 2027**
DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO			
Indicador: PREVENÇÃO			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0156 ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
Objetivo: AMPLIAR O ATENDIMENTO AMBULATORIAL, OFERECER ASSISTENCIA MEDICA PARA QUADROS CLINICOS MENOS COMPLEXOS E/OU CRONICOS, ATENDER TAMBEM EM PEQUENOS CASOS COMO PRONTO-SOCORRO, COMO CURATIVOS E ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS.			
Justificativa: A OFERTA DE SERVIÇOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DE QUALIDADE É ESSENCIAL PARA A SAÚDE PÚBLICA, PROPORCIONANDO ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO E RÁPIDO PARA A POPULAÇÃO.			
Público Alvo:			
Estratégia: AMPLIAR E QUALIFICAR OS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR, GARANTINDO ACESSIBILIDADE, RESOLUTIVIDADE E QUALIDADE NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	3.775.737,50		
Indicador: ATENDIMENTO HOSPITALAR			
Sigla: NR			
Descr.Uni.Medida: NÚMEROS			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
Indicador: ATENDIMENTO AMBULATORIAL			
Sigla: NR			
Descr.Uni.Medida: NÚMEROS			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0160 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA			
Objetivo: ADQUIRIR MEDICAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO BASICA EM SAÚDE. GARANTIR O FORNECIMENTO BÁSICOS À POPULAÇÃO, ESPECIALMENTE PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.			
Justificativa: A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA É FUNDAMENTAL PARA GARANTIR O ACESSO DA POPULAÇÃO A MEDICAMENTOS ESSENCIAIS, PREVENINDO DOENÇAS E TRATANDO CONDIÇÕES DE SAÚDE DE FORMA EFICAZ.			

Público Alvo:			
Estratégia: AMPLIAR A DISTRIBUIÇÃO E O ACESSO A MEDICAMENTOS ESSENCIAIS POR MEIO DAS FARMÁCIAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	62.157,50		
Indicador: MEDICAMENTOS AFB			
Sigla: QNT			
Descr.Uni.Medida: QUANTIDADE			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0175 FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA			
Objetivo: PROTEGER E PROMOVER A SAUDE DA POPULAÇÃO, FAZENDO TRABALHO DE PREVENÇÃO DE RISCOS E INTERVINDO NOS PROBLEMAS SANITARIOS DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE.			
Justificativa: A FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA É ESSENCIAL PARA PREVENIR RISCOS À SAÚDE, CONTROLAR SURTOS E GARANTIR A QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS À POPULAÇÃO ATRAVÉS DE NORMAS E REGULAMENTOS COMO TAMBÉM DANDO SUPORTE A TODAS AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.			
Público Alvo: POPULAÇÃO			
Estratégia: FORTALECER A FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA, GARANTINDO O CUMPRIMENTO DAS NORMAS E REGULAMENTOS DE SAÚDE PÚBLICA PARA			
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI			
04.628.376/0001-04			
ANEXO V - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO			**Ano LDO: 2027**
DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO			
PROTEGER A SAÚDE DA POPULAÇÃO PROVENDO O BEM-COMUM A TODOS.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	15.870,00		
Indicador: AUMENTAR A FISCALIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PERCENTUAL			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0184 VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
Objetivo: RECONHECER AS PRINCIPAIS DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA E INVESTIGAR EPIDEMIAS QUE NORMALMENTE OCORREM NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO. COMBATER COM RECURSOS DO FNS E RECURSOS DO MUNCÍPIO AS EPIDEMIAS.			
Justificativa: A VIGILÂNCIA EM SAÚDE É ESSENCIAL PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS, PROPORCIONANDO INFORMAÇÕES PARA AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA MAIS EFICAZES.			
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL			
Estratégia: DESENVOLVER E FORTALECER O SISTEMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, ABRANGENDO A MONITORAÇÃO DE DOENÇAS, FATORES AMBIENTAIS E COMPORTAMENTO DA POPULAÇÃO.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	694.312,51		
Indicador: EPIDEMIAS			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0210 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Objetivo: MANTER E APERFEIÇOAR OS COMPONENTES BASICOS PARA MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL, PODEMOS DESTACAR: VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E AFINS, CONFORME A LDB.			
Justificativa: O ENSINO FUNDAMENTAL É A BASE PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL DAS CRIANÇAS, SENDO CRUCIAL PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ E O PREPARO PARA O FUTURO PORQUANTO MANTER OS ALUNOS EM SALA DE AULA E PROFESSORES CAPACITADOS É UM FATOR ESSENCIAL.			
Público Alvo:			
Estratégia: FORTALECER A INFRAESTRUTURA, A QUALIDADE PEDAGÓGICA E O ACESSO AO ENSINO FUNDAMENTAL, GARANTINDO CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O APRENDIZADO DE TODAS AS CRIANÇAS E CAPACITAÇÃO CONTÍNUA DOS PROFESSORES.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	26.059.974,91		
Indicador: VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
0	0	0	

PROGRAMA: 0212 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Objetivo: OFERECER MERENDA ESCOLAR DE EXCELENTE QUALIDADE PARA TODAS AS ETAPAS DA EDUCAÇÃO BASICA

Justificativa: GARANTIR UMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SAUDÁVEL E DE QUALIDADE, PROMOVE O BEM-ESTAR E AJUDA NA SAÚDE DOS ALUNOS. ISSO É FUNDAMENTAL PARA O APRENDIZADO, ALÉM DE CONTRIBUIR PARA A PERMANÊNCIA E O SUCESSO ESCOLAR.

Público Alvo: .

Estratégia: GARANTIR A OFERTA DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, NUTRITIVA E BALANCEADA NAS ESCOLAS, CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO FÍSICO E COGNITIVO DOS ESTUDANTES.

Restrição:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI

04.628.376/0001-04

ANEXO V - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO | **Ano LDO: 2027**

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

Gestor:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2027
	896.247,67

Indicador: MERENDA ESCOLAR

Sigla: UN

Descr.Uni.Medida: UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
0	0	0	

PROGRAMA: 0214 TRANSPORTE ESCOLAR

Objetivo: ATENDER AOS ALUNOS COM TRANSPORTE ESCOLAR, PRINCIPALMENTE NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO.

Justificativa: O TRANSPORTE ESCOLAR É ESSENCIAL PARA A FREQUÊNCIA E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES, ESPECIALMENTE OS QUE RESIDEM EM ÁREAS RURAIS OU DISTANTES DAS ESCOLAS.

Público Alvo:

Estratégia: OFERECER TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO, REGULAR E DE QUALIDADE PARA GARANTIR O ACESSO DE TODOS OS ALUNOS ÀS UNIDADES DE ENSINO E GARANTIR TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO E ADAPTADO ÀS CONDIÇÕES DA ÁREA RURAL, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA OS PERÍODOS DE ALAGAMENTO E DIFICULDADES CLIMÁTICAS.

Restrição:

Gestor:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2027
	33.305,84

Indicador: TRANSPORTE ESCOLAR

Sigla: UN

Descr.Uni.Medida: UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
0	0	0	

PROGRAMA: 0240 EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA (CRECHES E PRÉ-ESCOLAS)

Objetivo: APRIMORAR A PRIMEIRA ETAPA DA EDUCAÇÃO BASICA (CRECHES E PRE ESCOLAS), CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS, REGULADOS E SUPEERVISIONADOS PELO SISTEMA DE ENSINO, SUBMETIDOS A CONTROLE SOCIAL.

Justificativa: TER UMA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EXCELENTE É ESSENCIAL, POIS É O ALICERCE PARA UM BOM ENSINO FUNDAMENTAL, OFERECENDO UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DE QUALIDADE E QUE RESPEITE AS PARTICULARIDADES DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.

Público Alvo:

Estratégia: EXPANDIR E QUALIFICAR A OFERTA DE CRECHES E PRÉ-ESCOLAS, GARANTINDO EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE DESDE OS PRIMEIROS ANOS, COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA DE 0 (ZERO) A 5 (CINCO) ANOS DE IDADE.

Restrição:

Gestor:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2027
	14.965.145,51

Indicador: CRECHES E PRÉ-ESCOLAS

Sigla: UN

Descr.Uni.Medida: UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
0	0	0	

PROGRAMA: 0245 PROGRAMA DE ENSINO FUNDAMENTAL SUPLETIVO - PEJA

Objetivo: GARANTIR O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA EDUCACIONAL, OFERECENDO UMA FORMAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE QUE FAVOREÇA SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E NA SOCIEDADE.

Justificativa: A EJA É ESSENCIAL PARA PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL E EDUCACIONAL DE JOVENS E ADULTOS QUE NÃO TIVERAM ACESSO À ESCOLARIZAÇÃO NA IDADE ADEQUADA, PERMITINDO-LHES A CONCLUSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E A MELHORIA DE SUA QUALIDADE DE VIDA.

Público Alvo:

Estratégia: ATENDER OS JOVENS E ADULTOS AMPLIAR E QUALIFICAR A OFERTA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA), COM FOCO NA INCLUSÃO, NA FLEXIBILIDADE DO CALENDÁRIO E NA ADAPTAÇÃO PEDAGÓGICA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DE JOVENS E ADULTOS.

Restrição:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI

04.628.376/0001-04			
ANEXO V - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO			**Ano LDO: 2027**
DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	710.621,50		
Indicador: IMPLEMENTAR			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0251 ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA			
Objetivo: EXPANDIR E QUALIFICAR A REDE DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO (SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, ACESSIBILIDADE). ASSEGURAR OFERTA DE SERVIÇOS MULTIDISCIPLINARES, SUPORTE ÀS FAMÍLIAS E ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS.			
Justificativa: TER UM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO FAZ COM AS PESSOAS COM DEFICIENCIA TENHAM UMA VIDA DIGNA E COM RESPEITO. ASSEGURANDO CONDIÇÕES DE IGUALDADE E INCLUSÃO PARA TODOS. SUPERAR BARREIRAS (ARQUITETÔNICAS, ATITUDINAIS, COMUNICACIONAIS, PROGRAMÁTICAS). GARANTIR DIGNIDADE, AUTONOMIA E QUALIDADE DE VIDA, CONFORME CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO.			
Público Alvo: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA			
Estratégia: PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA PLENA. FORTALECER E EXPANDIR SERVIÇOS DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO. CRIAR NOVAS INICIATIVAS. ABORDAR DE FORMA INTERSETORIAL (SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA, TRABALHO, ESPORTE, CULTURA, ACESSIBILIDADE). INCENTIVAR A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. CAPACITAR CONTINUAMENTE OS PROFISSIONAIS.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	152.748,75		
Indicador: MANUTENÇÃO			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0270 PROMOÇÃO DE EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS			
Objetivo: FOMENTARR AÇÕES DE COMEMORAÇÕES, FESTIVIDADES, DIVULGAÇÃO, CAPACITAÇÃO, TROCA DE INFORMAÇÕES, PROMOÇÃO, INTEGRAÇÃO, EDUCAÇÃO E AFINS. REALIZAR E APOIAR CALENDÁRIO DIVERSIFICADO. ATINGIR PÚBLICOS E INCENTIVAR PARTICIPAÇÃO.			
Justificativa: A CULTURA ENRIQUECE, ESTIMULA E FORTALECE A IDENTIDADE DO MUNICÍPIO. ALÉM DE GERAR EMPREGO, IMPULSIONAR O TURISMO CONTRIBUI POSITIVAMENTE PARA A ECONOMIA LOCAL. "UM POVO SEM CULTURA É POVO SEM HISTÓRIA E TRISTE".			
Público Alvo: ARTISTAS E COLABORADORES DO MUNICIPIO			
Estratégia: FOMENTAR, CRIAR E APOIAR EVENTOS E FESTIVAIS LOCAIS. MANTER A CULTURA DA POPULAÇÃO E USAR A TECNOLOGIA PARA DIVULGAR OS EVENTOS DO MUNICÍPIO COM O INTUITO DE INCENTIVAR O TURISMO FORTALECENDO A ECONOMIA LOCAL.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	798.928,86		
Indicador: EVENTOS ARTÍSTICOS			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
Indicador: CULTURA			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI			
04.628.376/0001-04			
ANEXO V - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO			**Ano LDO: 2027**
DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO			
PROGRAMA: 0281 EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA			
Objetivo: REDUZIR PERDAS E GARANTIR A SEGURANÇA DO SISTEMA. MESMO SENDO OBRAS DE ALTO CUSTO, SE FAZ NECESSARIO, PRINCIPALMENTE NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO.			
Justificativa: A EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA PROMOVE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO. GARANTE ACESSO À ENERGIA, MELHORA A QUALIDADE DE VIDA E ESTIMULA A ECONOMIA LOCAL. A ENERGIA ELÉTRICA VIABILIZA ATIVIDADES PRODUTIVAS E ASSEGURA SERVIÇOS ESSENCIAIS. REDUZIR A DESIGUALDADE NO ACESSO É CRUCIAL PARA O PROGRESSO DO MUNICÍPIO.			
Público Alvo:			
Estratégia: EXPANDIR, MODERNIZAR E OTIMIZAR A REDE ELÉTRICA MUNICIPAL. PRIORIZAR ÁREAS RURAIS E COMUNIDADES COM ACESSO DEFASADO. ADOTAR TECNOLOGIAS MAIS EFICIENTES E SUSTENTÁVEIS. FIRMAR PARCERIAS COM CONCESSIONÁRIAS E ÓRGÃOS REGULADORES. INCENTIVAR A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO PLANEJAMENTO.			

Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	145.475,00		
Indicador: EXPANSÃO ELÉTRICA			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PERCENTUAL			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0285 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA			
Objetivo: EXPANDIR O ACESSO À ÁGUA POTÁVEL E AO SANEAMENTO BÁSICO. MELHORAR A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E A ILUMINAÇÃO PÚBLICA. GARANTIR A QUALIDADE E A ACESSIBILIDADE DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO. PROMOVER A GESTÃO EFICIENTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.			
Justificativa: SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA EFICIENTES MELHORAM A QUALIDADE DE VIDA. GARANTEM O ACESSO A DIREITOS BÁSICOS. AO PASSO QUE AS MELHORIAS CONTÍNUAS SÃO CRUCIAIS PARA O BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO.			
Público Alvo:			
Estratégia: GARANTIR, MELHORAR E EXPANDIR OS SERVIÇOS ESSENCIAIS À POPULAÇÃO. PRIORIZAR A EFICIÊNCIA, A QUALIDADE E A ACESSIBILIDADE. INVESTIR EM INFRAESTRUTURA É UM FATOR IMPORTANTE. PROMOVER A GESTÃO PARTICIPATIVA E O CONTROLE SOCIAL. ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	774.985,00		
Indicador: INFORMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PERCENTUAL			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0300 CAPACITAÇÃO TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA			
Objetivo: EMBORA JÁ EXISTA UM SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO, O FOCO É AMPLIAR A CAPACIDADE DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO. MODERNIZAR AS ESTAÇÕES EXISTENTES. EXPANDIR A REDE DE DISTRIBUIÇÃO E REDUZIR AS PERDAS NO SISTEMA.			
Justificativa: ATENDER TODA A DEMANDA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO. ÁGUA POTÁVEL É ESSENCIAL À SAÚDE E AO BEM-ESTAR. GARANTE O DESENVOLVIMENTO SOCIAL UMA VEZ QUE A FALTA DE ÁGUA PREJUDICA A QUALIDADE DE VIDA POR ISSO ASSEGURAR O ACESSO UNIVERSAL É CRUCIAL PARA O MUNICÍPIO.			
Público Alvo: POPULAÇÃO			
Estratégia: GARANTIR A DISPONIBILIDADE E QUALIDADE DA ÁGUA. AMPLIAR A INFRAESTRUTURA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO. MODERNIZAR O SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO. REDUZIR PERDAS E ASSEGURAR O ABASTECIMENTO. PROMOVER O USO EFICIENTE DA ÁGUA.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	400.056,25		
PROGRAMA: 0302 COLETA E DISPOSIÇÃO DO LIXO DOMICILIAR			
Objetivo: MELHORAR A COLETA DE LIXO DOMICILIAR, COM SUAS RESPECTIVAS DIVISÕES (DOMICILIAR E SELETIVA), COLOCAR MAIS PONTOS DE COLETA NA CIDADE, FAZER PALESTRAS COM FOCO NA IMPORTANCIA DESTE SERVIÇO. REDUZIR O VOLUME DE RESÍDUOS.			

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI			
04.628.376/0001-04			
ANEXO V - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO	**Ano LDO: 2027**		
DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO			
Justificativa: A COLETA E DISPOSIÇÃO ADEQUADAS DO LIXO SÃO ESSENCIAIS À SAÚDE PÚBLICA E AO MEIO AMBIENTE. PREVINEM DOENÇAS E A POLUIÇÃO. CONTRIBUEM PARA A LIMPEZA URBANA E O BEM-ESTAR. A GESTÃO INEFICAZ GERA IMPACTOS NEGATIVOS E DESVALORIZA O ESPAÇO URBANO. ASSEGURAR UM SISTEMA EFICIENTE É VITAL PARA O MUNICÍPIO.			
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL			
Estratégia: OTIMIZAR, EXPANDIR E MODERNIZAR O SISTEMA DE COLETA. IMPLEMENTAR A COLETA SELETIVA E A RECICLAGEM. BUSCAR TECNOLOGIAS PARA TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL. PROMOVER A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CONSCIENTIZAÇÃO. APRIMORAR A FISCALIZAÇÃO E A GESTÃO DOS RESÍDUOS.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	334.592,50		
Indicador: COLETA DE LIXO			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PERCENTUAL			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0325 FEIRAS, MERCADOS E MATADOUROS			
Objetivo: MANTER UMA QUALIDADE DE VIDA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, COM SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO SANITARIA NA AREA DE FERIAS, MERCADOS E MATADOUROS. REFORMAR E ADEQUAR AS ESTRUTURAS FÍSICAS E CONSTRUIR MAIS FEIRAS NOS BAIRROS DA			

CIDADE E FISCALIZAR A QUALIDADE DOS PRODUTOS.

Justificativa: FEIRAS, MERCADOS E MATADOUROS SÃO ESSENCIAIS PARA O ABASTECIMENTO E A ECONOMIA LOCAL. GARANTEM O ACESSO A ALIMENTOS FRESCOS E VARIADOS. GERAM EMPREGO E RENDA PARA A POPULAÇÃO. A FALTA DE INFRAESTRUTURA E HIGIENE COMPROMETE A SAÚDE PÚBLICA E A CONFIANÇA DOS CONSUMIDORES. MODERNIZAR ESSES ESPAÇOS É FUNDAMENTAL PARA O BEM-ESTAR E O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO.

Público Alvo: POPULAÇÃO

Estratégia: MODERNIZAR, REGULAMENTAR E HIGIENIZAR AS FEIRAS, MERCADOS E MATADOUROS. MELHORAR A INFRAESTRUTURA FÍSICA E SANITÁRIA. ASSEGURAR A QUALIDADE E A SEGURANÇA ALIMENTAR. CAPACITAR OS COMERCIANTES E PRODUTORES. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL E O CONSUMO CONSCIENTE.

Restrição:

Gestor:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**
	394.105,00

Indicador: FISCALIZAÇÃO SANITARIA

Sigla: UN

Descr.Uni.Medida: UNIDADE

Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	

PROGRAMA: 0361 CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS

Objetivo: EXECUTAR OBRAS DE RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA, PATROLAMENTO E ENCASCALHAMENTO.

Justificativa: A CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS FACILITA O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO E O ACESSO A SERVIÇOS, SENDO ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO.

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Estratégia: REALIZAR A MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS E URBANAS, GARANTINDO A TRAFEGABILIDADE E A SEGURANÇA DOS USUÁRIOS.

Restrição:

Gestor:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**
	211.600,00

Indicador: PREVENÇÃO

Sigla: %

Descr.Uni.Medida: PERCENTUAL

Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	

PROGRAMA: 0370 INFRA-ESTRURA ESPORTIVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI

04.628.376/0001-04

ANEXO V - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO	**Ano LDO: 2027**

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

Objetivo: CONSTRUIR NOVAS QUADRAS E CAMPOS, E REFORMAR OS ESPAÇOS ESPORTIVOS EXISTENTES NO MUNICÍPIO.

Justificativa: A INFRAESTRUTURA ESPORTIVA INCENTIVA A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS E A INTEGRAÇÃO SOCIAL, CONTRIBUINDO PARA A SAÚDE E O BEM-ESTAR DA COMUNIDADE.

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Estratégia: CONSTRUIR E MANTER ESPAÇOS PARA A PRÁTICA DE ESPORTES E ATIVIDADES FÍSICAS, PROMOVENDO A SAÚDE E O LAZER DA POPULAÇÃO.

Restrição:

Gestor:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**
	383.525,00

Indicador: MANUTENÇÃO

Sigla: UN

Descr.Uni.Medida: UNIDADE

Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	

PROGRAMA: 0400 IGD SUAS - BLOCOS DE GESTÃO DO SUAS

Objetivo: INVESTIR EM CAPACITAÇÃO DE EQUIPES, MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E APRIMORAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.

Justificativa: O FINANCIAMENTO DO IGD SUAS FORTALECE A CAPACIDADE DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. É ESSENCIAL PARA A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS E A MELHORIA DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO VULNERÁVEL.

Público Alvo:

Estratégia: UTILIZAR OS RECURSOS DO IGD SUAS PARA APRIMORAR A GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. FORTALECER OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E APRIMORAR A CAPACIDADE DE MUNICÍPIO EM GERENCIAR PROGRAMAS E BENEFÍCIOS.

Restrição:

Gestor:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**
	26.450,00

Indicador: GESTÃO FINANCEIRA

Sigla: %

Descr.Uni.Medida: PERCENTUAL

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
0	0	0	

PROGRAMA: 0401 IGD PBF - BLOCOS DE GESTÃO DO PBF E CADÚNICO

Objetivo: INVESTIR EM CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES, MODERNIZAÇÃO DE SISTEMAS E APRIMORAMENTO DOS PROCESSOS DE CADASTRAMENTO E ACOMPANHAMENTO.

Justificativa: O FINANCIAMENTO DO IGD PBF FORTALECE A CAPACIDADE DE GESTÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS. É ESSENCIAL PARA A CORRETA DESTINAÇÃO DOS BENEFÍCIOS E A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Público Alvo:

Estratégia: UTILIZAR OS RECURSOS DO IGD PBF PARA APRIMORAR A GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO. GARANTIR A EFICIÊNCIA NA INCLUSÃO E ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS.

Restrição:

Gestor:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2027
	228.131,25

Indicador: GESTÃO FINANCEIRA

Sigla: %

Descr.Uni.Medida: PERCENTUAL

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
0	0	0	

PROGRAMA: 0409 PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ

Objetivo: EXPANDIR A COBERTURA DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ. ALÉM DISSO, CAPACITAR OS VISITADORES E

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI

04.628.376/0001-04

ANEXO V - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO	Ano LDO: 2027

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

MONITORAR A QUALIDADE DOS ACOMPANHAMENTOS.

Justificativa: O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ INVESTE NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL, REDUZINDO VULNERABILIDADES. É ESSENCIAL PARA GARANTIR UM FUTURO MAIS SAUDÁVEL E PROMISSOR PARA AS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO.

Público Alvo:

Estratégia: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS E SUAS FAMÍLIAS. O OBJETIVO É OFERECER ACOMPANHAMENTO E VISITAS DOMICILIARES, FORTALECENDO OS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS.

Restrição:

Gestor:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2027
	120.532,65

Indicador: IMPLEMENTAR

Sigla: UN

Descr.Uni.Medida: UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
0	0	0	

PROGRAMA: 0410 BENIFÍCIOS EVENTUAIS

Objetivo: DISPONIBILIZAR AUXÍLIOS POR NASCIMENTO, MORTE, CALAMIDADE PÚBLICA E OUTRAS CONTINGÊNCIAS SOCIAIS.

Justificativa: BENEFÍCIOS EVENTUAIS OFERECEM SUPORTE CRUCIAL EM MOMENTOS DE CRISE, PREVENINDO O AGRAVAMENTO DE VULNERABILIDADES SOCIAIS E PROMOVENDO A DIGNIDADE.

Público Alvo:

Estratégia: CONCEDER APOIO FINANCEIRO OU BENS ESSENCIAIS A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E EMERGÊNCIA, GARANTINDO O ATENDIMENTO DE NECESSIDADES IMEDIATAS.

Restrição:

Gestor:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	2027
	33.062,50

Indicador: IMPLEMENTAR

Sigla: UN

Descr.Uni.Medida: UNIDADE

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
0	0	0	

PROGRAMA: 0411 PROCAD SUAS

Objetivo: INVESTIR EM SOFTWARES, HARDWARES E CAPACITAÇÃO DE EQUIPES PARA APRIMORAR OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO SUAS.

Justificativa: O PROCAD SUAS FORTALECE A CAPACIDADE DE GESTÃO E O MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS. ELE É ESSENCIAL PARA SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO E APRIMORAR A OFERTA DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO.

Público Alvo:

Estratégia: UTILIZAR OS RECURSOS DO PROCAD SUAS PARA APRIMORAR OS SISTEMAS E A GESTÃO DE INFORMAÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORMA A MODERNIZAR A COLETA, PROCESSAMENTO E ANÁLISE DE DADOS PARA UMA GESTÃO MAIS EFICIENTE.

Restrição:

Gestor:

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	27.000,00		
Indicador: IMPLEMENTAR			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0413 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
Objetivo: MANTER E EXPANDIR A OFERTA DE SERVIÇOS COMO O CRAS, PAIF E SCFV DE MODO A FORTALECER OS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E PROMOVER A AUTONOMIA.			
Justificativa: A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ANTECIPA E MITIGA RISCOS SOCIAIS, PROMOVENDO A CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA. ELA É ESSENCIAL PARA GARANTIR DIREITOS E PREVENIR O AGRAVAMENTO DE PROBLEMAS SOCIAIS NO MUNICÍPIO.			
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI			
04.628.376/0001-04			
ANEXO V - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO	**Ano LDO: 2027**		
DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO			
Público Alvo:			
Estratégia: PREVENIR SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL ATRAVÉS DE SERVIÇOS E PROGRAMAS CONTÍNUOS.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	355.884,75		
Indicador: IMPLEMENTAR			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0414 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL			
Objetivo: MANTER E EXPANDIR SERVIÇOS COMO O CREAS E OS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COM A FINALIDADE DE RESTABELECER A CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA E MINIMIZAR OS DANOS.			
Justificativa: A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL INTERVÉM EM SITUAÇÕES COMPLEXAS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS, GARANTINDO A SEGURANÇA E A RECONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS. ELA É ESSENCIAL PARA PROTEGER A POPULAÇÃO EM MAIOR VULNERABILIDADE E ASSEGURAR SEUS DIREITOS.			
Público Alvo:			
Estratégia: OFERECER SUPORTE ESPECIALIZADO A INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS QUE JÁ TIVERAM SEUS DIREITOS VIOLADOS OU ESTÃO EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	360.475,00		
Indicador: IMPLEMENTAR			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0415 ESTRUTURAÇÃO DE REDE SERVIÇOS DO SUAS - EMENDAS			
Objetivo: ADQUIRIR EQUIPAMENTOS, REALIZAR REFORMAS E CONSTRUIR NOVAS UNIDADES PARA OS SERVIÇOS DO SUAS COM A FINALIDADE DE QUALIFICAR A REDE DE SERVIÇOS DO SUAS NO MUNICÍPIO.			
Justificativa: AS EMENDAS PROPORCIONAM INVESTIMENTOS CRUCIAIS PARA A MELHORIA DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.			
Público Alvo:			
Estratégia: UTILIZAR RECURSOS DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA AMPLIAR E MELHORAR A INFRAESTRUTURA DOS EQUIPAMENTOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	661.250,00		
Indicador: IMPLEMENTAR			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0420 PROGRAMA DE TRANSFÊRENCIA DE RENDA			
Objetivo: REALIZAR O CADASTRAMENTO, A ATUALIZAÇÃO E O ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DOS BENEFICIÁRIOS.			

Justificativa: OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA COMBATEM A POBREZA E PROMOVEM A INCLUSÃO SOCIAL. ELES SÃO ESSENCIAIS PARA A SUBSISTÊNCIA DE FAMÍLIAS VULNERÁVEIS E PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES DO MUNICÍPIO.			
Público Alvo:			
Estratégia: APOIAR AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA ATRAVÉS DA GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS			
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI			
04.628.376/0001-04			
ANEXO V - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO	**Ano LDO: 2027**		
DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO			
FEDERAIS E MUNICIPAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA DE MODO A GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR E O ACESSO A DIREITOS BÁSICOS.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	436.425,00		
Indicador: IMPLEMENTAR			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PROGRAMA: 0500 CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO NO MUNICIPIO			
Objetivo: PROMOVER A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO, POR MEIO DA CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS, EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA, GARANTINDO MELHORES CONDIÇÕES DE ACESSO, FUNCIONAMENTO E QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS À POPULAÇÃO.			
Justificativa: O MUNICÍPIO DE ITAMARATI-AM APRESENTA DEMANDAS CRESCENTES POR SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE, EXIGINDO ESTRUTURAS FÍSICAS ADEQUADAS E MODERNAS. MUITAS EDIFICAÇÕES ENCONTRAM-SE EM SITUAÇÃO PRECÁRIA OU INSUFICIENTE PARA ATENDER A POPULAÇÃO, COMPROMETENDO A EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E A OFERTA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO SAÚDE, EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA. A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO POSSIBILITARÁ ATENDER ÀS NECESSIDADES ATUAIS E FUTURAS, VALORIZANDO O PATRIMÔNIO PÚBLICO, FORTALECENDO A GESTÃO MUNICIPAL E MELHORANDO A QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS.			
Público Alvo:			
Estratégia: LEVANTAMENTO DAS DEMANDAS PRIORITÁRIAS DE INFRAESTRUTURA EM TODAS AS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL; PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE SAÚDE, ESCOLAS, PRAÇAS, PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS, ESPAÇOS ESPORTIVOS E CULTURAIS; REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE PRÉDIOS JÁ EXISTENTES PARA ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS TÉCNICAS, DE ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA; AMPLIAÇÃO DE ESTRUTURAS SUBDIMENSIONADAS, VISANDO ATENDER AO CRESCIMENTO POPULACIONAL E ÀS NOVAS DEMANDAS; PARCERIAS COM ÓRGÃOS ESTADUAIS, FEDERAIS E INSTITUIÇÕES PRIVADAS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS; ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS PARA GARANTIR EFICIÊNCIA, ECONOMICIDADE E QUALIDADE NA EXECUÇÃO.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	862.931,25		
Indicador: GRAU DE SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃO			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PERCENTUAL			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
40	80	50	
PROGRAMA: 9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Objetivo: MANTER UM SALDO DE RECURSOS DISPONÍVEL PARA SER UTILIZADO EM EMERGÊNCIAS E CALAMIDADES PÚBLICAS.			
Justificativa: A RESERVA DE CONTINGÊNCIA ASSEGURA A CAPACIDADE DE RESPOSTA DO MUNICÍPIO A CRISES. ELA É ESSENCIAL PARA A ESTABILIDADE FISCAL E A PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO.			
Público Alvo:			
Estratégia: CONSTITUIR UMA RESERVA DE RECURSOS FINANCEIROS. UTILIZAR OS RECURSOS ESTRITAMENTE EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA. GARANTIR A TRANSPARÊNCIA NA SUA APLICAÇÃO.			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:	**2027**		
	727.375,00		
Indicador: RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI			
04.628.376/0001-04			
ANEXO V - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO	**Ano LDO: 2027**		
DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO			
TOTAL DOS PROGRAMAS:			
	2027		
	104.787.639,87		

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI			**X**		**INICIAL**
			X		**ALTERAÇÃO**
			X		**INCLUSÃO**
04.628.376/0001-04			**X**		**EXCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO					
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL					
Ano LDO: 2027					
PROGRAMA: 0010 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA					
Objetivo: APRIMORAR LEGISLAÇÃO. FISCALIZAR POLÍTICAS. GARANTIR TRANSPARÊNCIA. PROMOVER INTERAÇÃO COM SOCIEDADE.					
Justificativa: A CÂMARA MUNICIPAL ASSEGURA A REPRESENTATIVIDADE POPULAR. PROMOVE O DEBATE DEMOCRÁTICO E A FISCALIZAÇÃO ATIVA. LEGISLA E M FAVOR DO DESENVOLVIMENTO E DO BEM-ESTAR E FORTALECE A AUTONOMIA MUNICIPAL.					
Público Alvo:					
Indicador: GRAU DE SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃO					
Sigla: %	**Descr.Uni.Medida:**PERCENTUAL				
Fonte da informação:					
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			
		2027			
0	0	0			
Ação: 1001 REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA					
Tipo: Projeto					
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 01 Legislativa	**Sub Função:** 031 Ação Legislativa				
Unid. Executora: 010101 CAMARA MUNICIPAL					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
350.462,50					
TOTAL DO PROGRAMA: 0010 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	304.750,00	350.462,50	403.031,88	463.486,66	1.521.731,04
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0010 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	74.750,00	85.962,50	98.856,88	113.685,41	373.254,79
4 DESPESAS DE CAPITAL	230.000,00	264.500,00	304.175,00	349.801,25	1.148.476,25
PROGRAMA: 0011 ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA					
Objetivo: MELHORAR AS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO PODER LEGISLATIVO, LEGISLAR, FISCALIZAR E EXERCER O CONTROLE EXTERNO DO EXEC UTIVO.					
Justificativa: NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS AS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS DO PODER LEGISLATIVO, ASSIM COMO A IMPLEMENTA ÇÃO DA TRANSPARÊNCIA POR MEIO DA DIVULGAÇÃO EM TEMPO REAL DAS AÇÕES DESTE PODER.					
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL					
Indicador: GRAU DE SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃO					
Sigla: %	**Descr.Uni.Medida:**PERCENTUAL				
Fonte da informação:					
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			
		2027			
0	0	0			
Ação: 2001 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 01 Legislativa	**Sub Função:** 031 Ação Legislativa				
Unid. Executora: 010101 CAMARA MUNICIPAL					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	**X**	**INICIAL**
	X	**ALTERAÇÃO**
	X	**INCLUSÃO**
04.628.376/0001-04	**X**	**EXCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO		
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL		
Ano LDO: 2027		

Custo Estimado para a Ação					
2027					
2.354.050,00					
Ação: 2013 REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO NA CÂMARA MUNICIPAL					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 01 Legislativa	**Sub Função:** 031 Ação Legislativa				
Unid. Executora: 010101 CAMARA MUNICIPAL					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
264.500,00					
TOTAL DO PROGRAMA: 0011 ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	2.277.000,00	2.618.550,00	3.011.332,50	3.463.032,37	11.369.914,87
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0011 ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	2.219.500,00	2.552.425,00	2.935.288,75	3.375.582,06	11.082.795,81
4 DESPESAS DE CAPITAL	57.500,00	66.125,00	76.043,75	87.450,31	287.119,06
PROGRAMA: 0045 GESTÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA (GABINETE DO PREFEITO)					
Objetivo: MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO, COM MODERNIDADE E APERFEIÇOAMENTO EM GESTÃO PUBLICA.					
Justificativa: UMA GESTÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA EFICIENTE GARANTE QUE AS AÇÕES DO GOVERNO ESTEJAM ALINHADAS COM O PLANEJAMENTO, AS P RIORIDADES E AS NECESSIDADES REAIS DO MUNICÍPIO DE FORMA A ATENDER MELHOR A POPULAÇÃO COM INFORMATIZAÇÃO E TRANSPARENCI A.					
Público Alvo: População do Município					
Indicador: MANUTENÇÃO					
Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE				
Fonte da informação:					
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			
		2027			
0	0	0			
Indicador: INFORMATIZAÇÃO					
Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE				
Fonte da informação:					
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			
		2027			
0	0	0			
Ação: 2002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 04 Administração	**Sub Função:** 122 Administração Geral				
Unid. Executora: 020101 GABINETE DO PREFEITO					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
3.933.573,91					

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI			**X**	**INICIAL**	
			X		
			X	**ALTERAÇÃO INCLUSÃO**	
04.628.376/0001-04			**X**	**EXCLUSÃO**	
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO					
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL					
Ano LDO: 2027					
TOTAL DO PROGRAMA: 0045 GESTÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA (GABINETE DO PREFEITO)					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	3.420.499,05	3.933.573,91	4.523.610,00	5.202.151,49	17.079.834,45
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0045 GESTÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA (GABINETE DO PREFEITO)					

Categoria	2026	2027	2028	2029	Total
3 DESPESAS CORRENTES	3.407.849,05	3.919.026,41	4.506.880,37	5.182.912,42	17.016.668,25
4 DESPESAS DE CAPITAL	12.650,00	14.547,50	16.729,63	19.239,07	63.166,20

PROGRAMA: 0049 SUPORTE ADMINISTRATIVO

Objetivo: AUXILIAR O ADMINISTRATIVO NAS ORGANIZAÇÕES, NO PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DE TREINAMENTO, PROMOVER MELHORIAS CONSTANT ES PARA QUE A ADMINISTRAÇÃO DESEMPENHE DE FORMA EFICAZ TODAS AS SUAS FUNÇÕES.

Justificativa: TER UM SUPORTE ADMINISTRATIVO EFICIENTE É ESSENCIAL PARA O FUNCIONAMENTO PLENO DA GESTÃO PÚBLICA, PORQUE GARANTE A BASE OPERACIONAL PARA A EXECUÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS EM TODAS AS ÁREAS DO GOVERNO MUNICIPAL MELHORANDO O DESEMPENHO NO FUNCIONALISMO PUBLICO, INCLUSIVE EM UM MELHOR ATENDIMENTO.

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Indicador: TREINAMENTO

Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE		
Fonte da informação:			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	

Indicador: MODERNIZAÇÃO

Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE		
Fonte da informação:			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	

Indicador: EFICIÊNCIA

Sigla: %	**Descr.Uni.Medida:**PERCENTUAL		
Fonte da informação:			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	

Ação: 2003 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Tipo: Atividade

Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 04 Administração	**Sub Função:** 122 Administração Geral

Unid. Executora: 020201 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"

2027
1

Custo Estimado para a Ação

2027
3.494.574,00

Ação: 2022 ENCARGOS COM AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

Tipo: Atividade

Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 28 Encargos Especiais	**Sub Função:** 843 Serviço da Dívida Interna

Unid. Executora: 020201 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"

2027
1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	**X**	**INICIAL**
	X	**ALTERAÇÃO**
	X	**INCLUSÃO**
04.628.376/0001-04	**X**	**EXCLUSÃO**

ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

Ano LDO: 2027

Custo Estimado para a Ação

2027	
1.192.895,00	

Ação: 2045 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONTROLE INTERNO

Tipo: Atividade

Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 04 Administração	**Sub Função:** 124 Controle Interno

Unid. Executora: 020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E FINANÇAS

Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
43.642,50	
Ação: 2005 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E AÇÃO SOCIAL	
Tipo: Atividade	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 08 Assistência Social	**Sub Função:** 122 Administração Geral
Unid. Executora: 020401 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E AÇÃO SOCIAL	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
1.585.942,00	
Ação: 2006 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
Tipo: Atividade	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 10 Saúde	**Sub Função:** 122 Administração Geral
Unid. Executora: 020501 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
4.043.147,00	
Ação: 2007 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Tipo: Atividade	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 12 Educação	**Sub Função:** 122 Administração Geral
Unid. Executora: 020601 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
639.296,50	
Ação: 2008 MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO	
Tipo: Atividade	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 15 Urbanismo	**Sub Função:** 122 Administração Geral
Unid. Executora: 020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	**X**	**INICIAL**
	X	**ALTERAÇÃO**
	X	**INCLUSÃO**
04.628.376/0001-04	**X**	**EXCLUSÃO**

ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO	
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL	
Ano LDO: 2027	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
5.582.623,62	
Ação: 2024 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
Tipo: Atividade	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN

Função: 25 Energia	**Sub Função:** 752 Energia Elétrica
Unid. Executora: 020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
702.908,75	
Ação: 2009 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
Tipo: Atividade	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 27 Desporto e Lazer	**Sub Função:** 122 Administração Geral
Unid. Executora: 020801 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
972.500,38	
Ação: 2010 MANUT. DA SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, TURISMO E INTERIOR	
Tipo: Atividade	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 18 Gestão Ambiental	**Sub Função:** 695 Turismo
Unid. Executora: 020901 SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, TURISMO E INTERIOR	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
1.024.011,75	
Ação: 2077 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA	
Tipo: Atividade	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 13 Cultura	**Sub Função:** 122 Administração Geral
Unid. Executora: 021101 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
491.970,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	**X**	**INICIAL**
	X	**ALTERAÇÃO**
	X	**INCLUSÃO**
04.628.376/0001-04	**X**	**EXCLUSÃO**

ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL
Ano LDO: 2027
Ação: 2046 ENFRENTAMENTO DE EMERGÊNCIA AO COVID-19
Tipo: Atividade
Produto: A DEFINIR — **Unid. Medida:** UN
Função: 10 Saúde — **Sub Função:** 122 Administração Geral
Unid. Executora: 030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"
2027
1
Custo Estimado para a Ação
2027
14.547,50
Ação: 2074 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS DE ITAMARATI
Tipo: Atividade

Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 08 Assistência Social	**Sub Função:** 122 Administração Geral
Unid. Executora: 030201 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
158.700,00	
Ação: 2086 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO F.M. DO MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO BÁSICO E RESÍDUOS SÓLIDOS	
Tipo: Atividade	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 18 Gestão Ambiental	**Sub Função:** 122 Administração Geral
Unid. Executora: 030301 F. M. DO MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO BÁSICO E RESÍDUOS SÓLIDOS	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
119.025,00	
Ação: 2087 MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA DA MULHER	
Tipo: Atividade	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 04 Administração	**Sub Função:** 122 Administração Geral
Unid. Executora: 021301 SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
300.000,00	
Ação: 2090 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL	
Tipo: Atividade	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 06 Segurança Pública	**Sub Função:** 122 Administração Geral
Unid. Executora: 021401 SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	**X**	**INICIAL**
	X	**ALTERAÇÃO**
	X	**INCLUSÃO**
04.628.376/0001-04	**X**	**EXCLUSÃO**

ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

Ano LDO: 2027

Custo Estimado para a Ação
2027
15.000,00

TOTAL DO PROGRAMA: 0049 SUPORTE ADMINISTRATIVO

	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	17.758.507,83	20.380.784,00	23.395.651,67	26.861.999,37	88.396.942,87

TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0049 SUPORTE ADMINISTRATIVO

Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	16.027.207,83	18.397.289,00	21.122.132,38	24.254.952,22	79.801.581,43
4 DESPESAS DE CAPITAL	1.731.300,00	1.983.495,00	2.273.519,29	2.607.047,15	8.595.361,44

PROGRAMA: 0052 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Objetivo: MELHORAR O NIVEL DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA ADMINISTRAÇÃO, MOTIVAR E RECONHECER O FUNCIONALISMO PUBLI CO, MELHORAR A EFICIENCIA NAS AÇÕES DESENVOLVIDAS E, CONSEQUENTEMENTE, UMA MAIOR PRODUTIVIDADE E AUMENTAR O USO DOS RE CURSOS DAS ATIVIDADES FINALISTICAS.

Justificativa: A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA TRADICIONAL MUITAS VEZES É BUROCRÁTICA, LENTA E POUCO ADAPTÁVEL ÀS NOVAS DEMANDAS DA SOCIEDA DE. O MAIOR DESAFIO DE UMA ADMINISTRAÇÃO É A MODERNIZAÇÃO.

Público Alvo: SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS ORGÃOS.

Indicador: PRODUTIVIDADE					
Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE				
Fonte da informação:					
Índice	**Índice**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			
Recente	**Futuro**	**2027**			
0	0	0			
Ação: 2023 ENCARGOS COM SENTENÇAS JUDICIAIS					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 28 Encargos Especiais	**Sub Função:** 061 Ação Judiciária				
Unid. Executora: 020201 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
26.450,00					
Ação: 2044 IMPLANTAÇÃO DO SIAFIC					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 04 Administração	**Sub Função:** 122 Administração Geral				
Unid. Executora: 020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E FINANÇAS					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
146.015,00					
Ação: 2080 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONVÊNIOS E CONTRATOS					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 04 Administração	**Sub Função:** 122 Administração Geral				
Unid. Executora: 021001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CONVÊNIOS E CONTRATOS					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI				**X**	**INICIAL**
				X	**ALTERAÇÃO**
				X	**INCLUSÃO**
04.628.376/0001-04				**X**	**EXCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO					
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL					
Ano LDO: 2027					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
359.058,75					
Ação: 2069 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE POLÍTICAS DO MEIO AMBIENTE					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 18 Gestão Ambiental	**Sub Função:** 542 Controle Ambiental				
Unid. Executora: 030301 F. M. DO MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO BÁSICO E RESÍDUOS SÓLIDOS					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
138.201,25					
TOTAL DO PROGRAMA: 0052 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	581.900,00	669.725,00	769.562,76	884.997,17	2.906.184,93
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0052 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA					

Categoria	2026	2027	2028	2029	Total
3 DESPESAS CORRENTES	518.650,00	596.987,50	685.914,63	788.801,82	2.590.353,95
4 DESPESAS DE CAPITAL	63.250,00	72.737,50	83.648,13	96.195,35	315.830,98

PROGRAMA: 0053 DEFENSORIA PÚBLICA MUNICIPAL (JURÍDICO)

Objetivo: AMPLIAR O ATENDIMENTO JURÍDICO GRATUITO. DEFENDER OS DIREITOS DOS CIDADÃOS EM TODAS AS ESFERAS. MODERNIZAR OS SISTEMAS D E GESTÃO DE PROCESSOS.

Justificativa: A DEFENSORIA PÚBLICA MUNICIPAL É ESSENCIAL PARA A CIDADANIA. ASSEGURA O ACESSO À JUSTIÇA PARA QUEM NÃO PODE PAGAR. PROMOV E A IGUALDADE E A DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. A AUSÊNCIA OU A FRAGILIDADE DO SERVIÇO GERA EXCLUSÃO SOCIAL E INJUSTIÇA S. INVESTIR NA DEFENSORIA É CRUCIAL PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E EQUITATIVA.

Público Alvo:

Indicador: MODERNIZAÇÃO

Sigla: UN | **Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Fonte da informação:

Índice	Índice	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
Recente	Futuro	2027	
0	0	0	

Ação: 2075 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE ASSESSORIA JURÍDICA

Tipo: Atividade

Produto: A DEFINIR | **Unid. Medida:** UN

Função: 03 Essencial à Justiça | **Sub Função:** 061 Ação Judiciária

Unid. Executora: 020101 GABINETE DO PREFEITO

Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"

2027
1

Custo Estimado para a Ação

2027
421.877,50

TOTAL DO PROGRAMA: 0053 DEFENSORIA PÚBLICA MUNICIPAL (JURÍDICO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI

X INICIAL
X ALTERAÇÃO
X INCLUSÃO
X EXCLUSÃO

04.628.376/0001-04

ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

Ano LDO: 2027

	2026	2027	2028	2029	Total
	366.850,00	421.877,50	485.159,13	557.932,99	1.831.819,62

TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0053 DEFENSORIA PÚBLICA MUNICIPAL (JURÍDICO)

Categoria	2026	2027	2028	2029	Total
3 DESPESAS CORRENTES	347.875,00	400.056,25	460.064,69	529.074,39	1.737.070,33
4 DESPESAS DE CAPITAL	18.975,00	21.821,25	25.094,44	28.858,60	94.749,29

PROGRAMA: 0054 CONSTRUÇÃO E PRESERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

Objetivo: ELABORAR PROJETOS DE CONSTRUÇÃO, COMPLEMENTAÇÃO, REFORMA OU AMPLIAÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO. ASSEGURAR PRÉDIOS PÚBLICOS EM BOAS CONDIÇÕES DE USO, POR MEIO DE OBRAS NOVAS E MANUTENÇÃO CONTÍNUA.

Justificativa: EDIFICAÇÕES BEM ESTRUTURADAS GARANTEM MELHORES CONDIÇÕES PARA A OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E VALORIZAM O PATRIMÔNIO MUNICIPAL.

Público Alvo: POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO

Indicador: EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

Sigla: % | **Descr.Uni.Medida:** PERCENTUAL

Fonte da informação:

Índice	Índice	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
Recente	Futuro	2027	
0	0	0	

Ação: 1012 REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA ESTRUTURA E/OU EDIFICAÇÕES PARA O MUNICÍPIO

Tipo: Projeto

Produto: A DEFINIR | **Unid. Medida:** UN

Função: 15 Urbanismo | **Sub Função:** 451 Infra-Estrutura Urbana

Unid. Executora: 020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO

Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"

2027
1

Custo Estimado para a Ação

2027
625.542,50

Ação: 1008 CONSERVAÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Tipo: Projeto					
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 16 Habitação	**Sub Função:** 482 Habitação Urbana				
Unid. Executora: 020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
524.939,26					
TOTAL DO PROGRAMA: 0054 CONSTRUÇÃO E PRESERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	1.000.418,93	1.150.481,76	1.323.054,03	1.521.512,14	4.995.466,86
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0054 CONSTRUÇÃO E PRESERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	758.918,93	872.756,76	1.003.670,28	1.154.220,82	3.789.566,79
4 DESPESAS DE CAPITAL	241.500,00	277.725,00	319.383,75	367.291,32	1.205.900,07
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI					**X INICIAL**
					X ALTERAÇÃO
					X INCLUSÃO
04.628.376/0001-04					**X EXCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO					
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL					
Ano LDO: 2027					
PROGRAMA: 0061 ADMINISTRAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
Objetivo: AUMENTAR A RENTABILIDADE DAS APLICAÇÕES. REDUZIR OS RISCOS DOS INVESTIMENTOS. ASSEGURAR A LIQUIDEZ NECESSÁRIA PARA DESP ESAS. PROMOVER A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS.					
Justificativa: A BOA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA GERA RECURSOS ADICIONAIS PARA O MUNICÍPIO. ASSEGURA A ESTABILIDADE FISCAL E A CAPACIDADE DE I NVESTIMENTO. MAXIMIZA O USO DO DINHEIRO PÚBLICO. APLICAÇÕES MAL GERIDAS RESULTAM EM PERDAS E PREJUDICAM O ORÇAMENTO. ESS ENCIAL PARA A SUSTENTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO.					
Público Alvo: ARRECADAÇÃO MUNICIPAL					
Indicador: GRAU DE SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃO					
Sigla: %	**Descr.Uni.Medida:**PERCENTUAL				
Fonte da informação:					
Índice	**Índice**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			
Recente	**Futuro**	**2027**			
0	0	0			
Ação: 2004 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA E FINANÇAS					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 04 Administração	**Sub Função:** 123 Administração Financeira				
Unid. Executora: 020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E FINANÇAS					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
1.007.348,25					
TOTAL DO PROGRAMA: 0061 ADMINISTRAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	875.955,00	1.007.348,25	1.158.450,49	1.332.218,06	4.373.971,80
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0061 ADMINISTRAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	783.955,00	901.548,25	1.036.780,49	1.192.297,56	3.914.581,30
4 DESPESAS DE CAPITAL	92.000,00	105.800,00	121.670,00	139.920,50	459.390,50
PROGRAMA: 0067 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA					
Objetivo: CONTROLAR MELHOR A GESTÃO FINANCEIRA DO MUNICIPIO E SUA APLICABILIDADE, CONSIDERANDO O IMPACTO DOS ATOS NORMATIVOS SOB O PATRIMÔNIO.					
Justificativa: UMA BOA GESTÃO FINANCEIRA GARANTE O EQUILÍBRIO FISCAL, O USO EFICIENTE DOS RECURSOS E O CUMPRIMENTO DAS METAS DE GOVERNO .					
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL					
Indicador: GESTÃO FINANCEIRA					
Sigla: %	**Descr.Uni.Medida:**PERCENTUAL				
Fonte da informação:					
Índice	**Índice**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			

Recente	**Futuro**	**2027**			
0	0	0			
Ação: 2083 REALIZAÇÃO DE EVENTOS PÚBLICOS NA ÁREA DA SAÚDE					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 10 Saúde	**Sub Função:** 122 Administração Geral				
Unid. Executora: 030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI					**X INICIAL**
					X ALTERAÇÃO
					X INCLUSÃO
04.628.376/0001-04					**X EXCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO					
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL					
Ano LDO: 2027					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
43.642,50					
TOTAL DO PROGRAMA: 0067 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	37.950,00	43.642,50	50.188,88	57.717,21	189.498,59
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0067 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	37.950,00	43.642,50	50.188,88	57.717,21	189.498,59
PROGRAMA: 0080 FISCALIZAÇÃO DA RECEITA					
Objetivo: COMBATER A SONEGAÇÃO E A INFORMALIDADE. APRIMORAR A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E A FISCALIZAÇÃO.					
Justificativa: A FISCALIZAÇÃO ASSEGURA A JUSTIÇA FISCAL E A ARRECADAÇÃO NECESSÁRIA. GARANTE RECURSOS PARA INVESTIMENTOS E SERVIÇOS PÚB LICOS.					
Público Alvo:					
Indicador: FISCALIZAÇÕES					
Sigla: NR	**Descr.Uni.Medida:**NÚMEROS				
Fonte da informação:					
Índice	**Índice**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			
Recente	**Futuro**	**2027**			
0	0	0			
Ação: 2012 ENCARGOS COM O PASEP					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 28 Encargos Especiais	**Sub Função:** 846 Outros Encargos Especiais				
Unid. Executora: 020201 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
231.966,50					
TOTAL DO PROGRAMA: 0080 FISCALIZAÇÃO DA RECEITA					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	201.710,00	231.966,50	266.761,48	306.775,70	1.007.213,68
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0080 FISCALIZAÇÃO DA RECEITA					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	201.710,00	231.966,50	266.761,48	306.775,70	1.007.213,68
PROGRAMA: 0090 PROGRAMA EMERGENCIAL DE DEFESA CIVIL					
Objetivo: AÇÕES DE PREVENÇÃO, DE SOCORRO ASSISTENCIAIS E RECUPERATIVAS DESTINADAS A EVITAR DESASTRES E MINIMIZAR SEUS IMPACTOS PA RA POPULAÇÃO E RESTABELECER A NORMALIDADE SOCIAL.					
Justificativa: INVESTIR EM PROGRAMAS DE CONTINGÊNCIAS PODE PREVENIR DIVERSAS AÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA. A PREPARAÇÃO E A RESPOSTA ÁG IL MINIMIZAM DANOS HUMANOS, SOCIAIS E MATERIAIS EM EVENTOS CRÍTICOS E CLIMÁTICOS EXTREMOS.					
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI					**X INICIAL**
					X ALTERAÇÃO
					X INCLUSÃO
04.628.376/0001-04					**X EXCLUSÃO**

ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO					
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL					
Ano LDO: 2027					
Indicador: AÇÕES DE PREVENÇÃO					
Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE				
Fonte da informação:					
Índice	**Índice**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			
Recente	**Futuro**	**2027**			
0	0	0			
Ação: 2051 ENCARGOS COM O FUNDO MUN. DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 04 Administração	**Sub Função:** 182 Defesa Civil				
Unid. Executora: 021201 SEC. MUN. DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
581.900,00					
Ação: 2078 MANUTENÇÃO DA SEC. DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 04 Administração	**Sub Função:** 182 Defesa Civil				
Unid. Executora: 021201 SEC. MUN. DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
407.330,00					
TOTAL DO PROGRAMA: 0090 PROGRAMA EMERGENCIAL DE DEFESA CIVIL					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	860.200,00	989.230,00	1.137.614,43	1.308.256,68	4.295.301,11
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0090 PROGRAMA EMERGENCIAL DE DEFESA CIVIL					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	847.550,00	974.682,50	1.120.884,80	1.289.017,61	4.232.134,91
4 DESPESAS DE CAPITAL	12.650,00	14.547,50	16.729,63	19.239,07	63.166,20
PROGRAMA: 0110 DEFESA DOS DIR. DA CRIANÇA E DO ADOL. (CONSELHO TUTELAR)					
Objetivo: DEFENDER AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, MINIMIZAR A DESIGULDADE SOCIAL, RACIAL, PREVALECER O DIREITO DA CRIAN ÇA E DA ADOLESCENCIA.					
Justificativa: É UM DEVER DA ADMINISTRAÇÃO ATENDER A TODAS AS CRIANÇAS, PRICNCIPALMENTE AS CARENTES. A DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EXIGE ATUAÇÃO FIRME E ARTICULADA DIANTE DE SITUAÇÕES DE RISCO E VIOLAÇÃO.					
Público Alvo: CRIANÇAS E ADOLESCENTES					
Indicador: BENEFICIOS SOCIAIS					
Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE				
Fonte da informação:					
Índice	**Índice**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			
Recente	**Futuro**	**2027**			
0	0	0			
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI					**X INICIAL**
					X ALTERAÇÃO
					X INCLUSÃO
04.628.376/0001-04					**X EXCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO					
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL					
Ano LDO: 2027					
Ação: 2039 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 08 Assistência Social	**Sub Função:** 243 Assistência à Criança e ao Adolescente				
Unid. Executora: 020401 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E AÇÃO SOCIAL					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					

2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
204.987,50					
TOTAL DO PROGRAMA: 0110 DEFESA DOS DIR. DA CRIANÇA E DO ADOL. (CONSELHO TUTELAR)					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	178.250,00	204.987,50	235.735,63	271.095,97	890.069,10
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0110 DEFESA DOS DIR. DA CRIANÇA E DO ADOL. (CONSELHO TUTELAR)					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	178.250,00	204.987,50	235.735,63	271.095,97	890.069,10
PROGRAMA: 0120 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
Objetivo: COMBATER A POBREZA (AUSENCIA DE RENDA, PRECARIO OU NULO ACESSO AOS SERVIÇOS PUBLICOS, DENTRE OUTROS), DISCRIMINAÇÕES D E GENEROS, ETCNICAS, POR IDADE, POR DEFICIENCIAS E AFINS.					
Justificativa: A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA PREVINE SITUAÇÕES DE RISCO, PROMOVE INCLUSÃO E FORTALECE OS VÍNCULOS FAMILIARES MEIO DO DESENVO LVIMENTO SOCIAL.					
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL					
Indicador: COMBATE A POBREZA					
Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE				
Fonte da informação:					
Índice	**Índice**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			
Recente	**Futuro**	**2027**			
0	0	0			
Ação: 1033 IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Tipo: Projeto					
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 08 Assistência Social	**Sub Função:** 245 Serviços Socioassistenciais				
Unid. Executora: 020401 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E AÇÃO SOCIAL					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
13.225,00					
Ação: 2068 MANUTENÇÃO COM FMDCA – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 08 Assistência Social	**Sub Função:** 243 Assistência à Criança e ao Adolescente				
Unid. Executora: 020401 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E AÇÃO SOCIAL					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI					**X INICIAL**
					X ALTERAÇÃO
					X INCLUSÃO
04.628.376/0001-04					**X EXCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO					
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL					
Ano LDO: 2027					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
87.285,00					
TOTAL DO PROGRAMA: 0120 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	87.400,00	100.510,00	115.586,51	132.924,47	436.420,98
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0120 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	63.250,00	72.737,50	83.648,13	96.195,34	315.830,97
4 DESPESAS DE CAPITAL	24.150,00	27.772,50	31.938,38	36.729,13	120.590,01
PROGRAMA: 0150 AÇÕES	**MÉDICAS BÁSICAS – (UBS)**				
Objetivo: MANTER AÇÕES DE PROMOÇÕES, PREVENÇÃO E TRATAMENTO RELACIONADAS A SAUDE DA MULHER, DA CRIANÇA, SAUDE MENTAL, PLANEJAM ENTO FAMILIAR, PREVENÇÃO A CANCER, PRE-NATAL E CUIDADO DE DOENÇAS CRONICAS COMO DIABETES E HIPERTENSÃO.					
Justificativa: TER UM ACESSO RÁPIDO E EFICIENTE AOS SERVIÇOS DE SAÚDE BÁSICA É ESSENCIAL PARA PREVENIR AGRAVOS E GARANTIR A SAÚDE DA POP ULAÇÃO.					

Público Alvo:			
Indicador: PREVENÇÃO			
Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE		
Fonte da informação:			
Índice	**Índice**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
Recente	**Futuro**	**2027**	
0	0	0	
Ação: 1002 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E/OU CONSERVAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE			
Tipo: Projeto			
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN		
Função: 10 Saúde	**Sub Função:** 301 Atenção Básica		
Unid. Executora: 030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"			
2027			
1			
Custo Estimado para a Ação			
2027			
580.577,50			
Ação: 1024 ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE APS			
Tipo: Projeto			
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN		
Função: 10 Saúde	**Sub Função:** 301 Atenção Básica		
Unid. Executora: 030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"			
2027			
1			
Custo Estimado para a Ação			
2027			
435.102,50			
Ação: 1025 ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE			
Tipo: Projeto			
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN		
Função: 10 Saúde	**Sub Função:** 301 Atenção Básica		
Unid. Executora: 030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	**X**	**INICIAL**
	X	**ALTERAÇÃO**
04.628.376/0001-04	**X**	**INCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO	**X**	**EXCLUSÃO**
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL		
Ano LDO: 2027		
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"		
2027		
1		
Custo Estimado para a Ação		
2027		
797.467,50		
Ação: 2011 MANUTENÇÃO COM O BLOCO CUSTEIO – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE		
Tipo: Atividade		
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN	
Função: 10 Saúde	**Sub Função:** 301 Atenção Básica	
Unid. Executora: 030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"		
2027		
1		
Custo Estimado para a Ação		
2027		
7.652.646,25		
Ação: 2053 INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS		
Tipo: Atividade		
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN	

Função: 10 Saúde	**Sub Função:** 301 Atenção Básica
Unid. Executora: 030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
1.983.750,00	
Ação: 2067 INVESTIMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS EM APS	
Tipo: Atividade	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 10 Saúde	**Sub Função:** 301 Atenção Básica
Unid. Executora: 030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
5.475.150,00	
Ação: 2025 OPERACIONALIZAÇÃO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE P/ PESSOAS CARENTES	
Tipo: Atividade	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 10 Saúde	**Sub Função:** 301 Atenção Básica
Unid. Executora: 030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
290.950,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI				**X**	**INICIAL**
				X	**ALTERAÇÃO**
04.628.376/0001-04				**X**	**INCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO				**X**	**EXCLUSÃO**
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL					
Ano LDO: 2027					
Ação: 2082 MANUTENÇÃO COM O BLOCO DE GESTÃO DO SUS					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR		**Unid. Medida:** UN			
Função: 10 Saúde		**Sub Função:** 301 Atenção Básica			
Unid. Executora: 030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
819.950,00					
TOTAL DO PROGRAMA: 0150 AÇÕES MÉDICAS BÁSICAS – (UBS)					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	15.683.125,00	18.035.593,75	20.740.932,84	23.852.072,75	78.311.724,34
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0150 AÇÕES MÉDICAS BÁSICAS – (UBS)					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	12.180.225,00	14.007.258,75	16.108.347,57	18.524.599,71	60.820.431,03
4 DESPESAS DE CAPITAL	3.502.900,00	4.028.335,00	4.632.585,27	5.327.473,04	17.491.293,31
PROGRAMA: 0156 ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR					
Objetivo: AMPLIAR O ATENDIMENTO AMBULATORIAL, OFERECER ASSISTENCIA MEDICA PARA QUADROS CLINICOS MENOS COMPLEXOS E/OU CRONICOS, ATENDER TAMBEM EM PEQUENOS CASOS COMO PRONTO-SOCORRO, COMO CURATIVOS E ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS. **Justificativa:** A OFERTA DE SERVIÇOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DE QUALIDADE É ESSENCIAL PARA A SAÚDE PÚBLICA, PROPORCIONANDO ATENDIM ENTO MÉDICO ESPECIALIZADO E RÁPIDO PARA A POPULAÇÃO.					
Público Alvo:					
Indicador: ATENDIMENTO HOSPITALAR					
Sigla: NR	**Descr.Uni.Medida:**NÚMEROS				

Fonte da informação:			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
Indicador: ATENDIMENTO AMBULATORIAL			
Sigla: NR		**Descr.Uni.Medida:**NÚMEROS	
Fonte da informação:			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
Ação: 2029 MANUTENÇÃO COM O BLOCO CUSTEIO – ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
Tipo: Atividade			
Produto: A DEFINIR		**Unid. Medida:** UN	
Função: 10 Saúde		**Sub Função:** 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Unid. Executora: 030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"			
2027			
1			
Custo Estimado para a Ação			
2027			
3.775.737,50			
TOTAL DO PROGRAMA: 0156 ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR			

	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI				**X**	**INICIAL**
				X	**ALTERAÇÃO**
04.628.376/0001-04				**X**	**INCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO				**X**	**EXCLUSÃO**
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL					
Ano LDO: 2027					
	3.238.250,00	3.775.737,50	4.342.098,13	4.993.412,84	16.349.498,47
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0156 ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	3.137.050,00	3.659.357,50	4.208.261,13	4.839.500,29	15.844.168,92
4 DESPESAS DE CAPITAL	101.200,00	116.380,00	133.837,00	153.912,55	505.329,55
PROGRAMA: 0160 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA					
Objetivo: ADQUIRIR MEDICAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO BASICA EM SAÚDE. GARANTIR O FORNECIMENTO BÁSICOS À POPULAÇÃO, ESPECIALMENT E PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.					
Justificativa: A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA É FUNDAMENTAL PARA GARANTIR O ACESSO DA POPULAÇÃO A MEDICAMENTOS ESSENCIAIS, PREVENIN DO DOENÇAS E TRATANDO CONDIÇÕES DE SAÚDE DE FORMA EFICAZ.					
Público Alvo:					
Indicador: MEDICAMENTOS AFB					
Sigla: QNT	**Descr.Uni.Medida:**QUANTIDADE				
Fonte da informação:					
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			
		2027			
0	0	0			
Ação: 2030 MANUTENÇÃO COM A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 10 Saúde	**Sub Função:** 303 Suporte Profilático e Terapêutico				
Unid. Executora: 030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
62.157,50					
TOTAL DO PROGRAMA: 0160 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA					

	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	54.050,00	62.157,50	71.481,13	82.203,29	269.891,92
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0160 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA					

Categoria	2026	2027	2028	2029	Total
3 DESPESAS CORRENTES	54.050,00	62.157,50	71.481,13	82.203,29	269.891,92

PROGRAMA: 0175 FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

Objetivo: PROTEGER E PROMOVER A SAUDE DA POPULAÇÃO, FAZENDO TRABALHO DE PREVENÇÃO DE RISCOS E INTERVINDO NOS PROBLEMAS SANITA RIOS DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE.

Justificativa: A FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA É ESSENCIAL PARA PREVENIR RISCOS À SAÚDE, CONTROLAR SURTOS E GARANTIR A QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS À POPULAÇÃO ATRAVÉS DE NORMAS E REGULAMENTOS COMO TAMBÉM DANDO SUPORTE A TODAS AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

Público Alvo: POPULAÇÃO

Indicador: AUMENTAR A FISCALIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Sigla: % **Descr.Uni.Medida:**PERCENTUAL

Fonte da informação:

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
0	0	0	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	**X**	**INICIAL**
	X	**ALTERAÇÃO**
04.628.376/0001-04	**X**	**INCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO	**X**	**EXCLUSÃO**

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

Ano LDO: 2027

Ação: 2081 MANUTENÇÃO COM BLOCO CUSTEIO – VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Tipo: Atividade

Produto: A DEFINIR **Unid. Medida:** UN

Função: 10 Saúde **Sub Função:** 304 Vigilância Sanitária

Unid. Executora: 030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"

2027
1

Custo Estimado para a Ação

2027
15.870,00

TOTAL DO PROGRAMA: 0175 FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

2026	2027	2028	2029	Total
13.800,00	15.870,00	18.250,50	20.988,08	68.908,58

TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0175 FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

Categoria	2026	2027	2028	2029	Total
3 DESPESAS CORRENTES	13.800,00	15.870,00	18.250,50	20.988,08	68.908,58

PROGRAMA: 0184 VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo: RECONHECER AS PRINCIPAIS DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA E INVESTIGAR EPIDEMIAS QUE NORMALMENTE OCORREM NA ZONA R URAL DO MUNICÍPIO. COMBATER COM RECURSOS DO FNS E RECURSOS DO MUNCÍPIO AS EPIDEMIAS.

Justificativa: A VIGILÂNCIA EM SAÚDE É ESSENCIAL PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS, PROPORCIONANDO INFORMAÇÕES PARA AÇÕES DE SAÚ DE PÚBLICA MAIS EFICAZES.

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Indicador: EPIDEMIAS

Sigla: UN **Descr.Uni.Medida:**UNIDADE

Fonte da informação:

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
0	0	0	

Ação: 2028 MANUTENÇÃO COM O BLOCO CUSTEIO – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Tipo: Atividade

Produto: A DEFINIR **Unid. Medida:** UN

Função: 10 Saúde **Sub Função:** 305 Vigilância Epidemiológica

Unid. Executora: 030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"

2027
1

Custo Estimado para a Ação

2027
694.312,51

TOTAL DO PROGRAMA: 0184 VIGILÂNCIA EM SAÚDE

2026	2027	2028	2029	Total
603.750,00	694.312,51	798.459,38	918.228,28	3.014.750,17

TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0184 VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Categoria	2026	2027	2028	2029	Total
3 DESPESAS CORRENTES	582.187,50	669.515,63	769.942,97	885.434,41	2.907.080,51
4 DESPESAS DE CAPITAL	21.562,50	24.796,88	28.516,41	32.793,87	107.669,66

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	**X**	**INICIAL**
	X	**ALTERAÇÃO**
04.628.376/0001-04	**X**	**INCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO	**X**	**EXCLUSÃO**

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

Ano LDO: 2027

PROGRAMA: 0210 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo: MANTER E APERFEIÇOAR OS COMPONENTES BASICOS PARA MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL, PODEMOS DESTACAR: VALORIZAÇÃO D OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E AFINS, CONFORME A LDB.

Justificativa: O ENSINO FUNDAMENTAL É A BASE PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL DAS CRIANÇAS, SENDO CRUCIAL PARA A FORMAÇÃO C IDADÃ E O PREPARO PARA O FUTURO PORQUANTO MANTER OS ALUNOS EM SALA DE AULA E PROFESSORES CAPACITADOS É UM FATOR ESSEN CIAL.

Público Alvo:

Indicador: VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Sigla: UN | **Descr.Uni.Medida:**UNIDADE

Fonte da informação:

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício
		2027
0	0	0

Ação: 1004 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

Tipo: Projeto

Produto: A DEFINIR | **Unid. Medida:** UN

Função: 12 Educação | **Sub Função:** 361 Ensino Fundamental

Unid. Executora: 020601 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"

2027
1

Custo Estimado para a Ação

2027
2.029.376,25

Ação: 2042 MANUTENÇÃO DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL

Tipo: Atividade

Produto: A DEFINIR | **Unid. Medida:** UN

Função: 12 Educação | **Sub Função:** 361 Ensino Fundamental

Unid. Executora: 020601 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"

2027
1

Custo Estimado para a Ação

2027
24.030.598,66

TOTAL DO PROGRAMA: 0210 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

	2026	2027	2028	2029	Total
	22.660.847,75	26.059.974,91	29.968.971,16	34.463.816,83	113.153.610,65

TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0210 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria	2026	2027	2028	2029	Total
3 DESPESAS CORRENTES	19.833.917,75	22.809.005,41	26.230.356,23	30.164.409,66	99.037.689,05
4 DESPESAS DE CAPITAL	2.826.930,00	3.250.969,50	3.738.614,93	4.299.407,17	14.115.921,60

PROGRAMA: 0212 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Objetivo: OFERECER MERENDA ESCOLAR DE EXCELENTE QUALIDADE PARA TODAS AS ETAPAS DA EDUCAÇÃO BASICA

Justificativa: GARANTIR UMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SAUDÁVEL E DE QUALIDADE, PROMOVE O BEM-ESTAR E AJUDA NA SAÚDE DOS ALUNOS. ISSO É FUNDA MENTAL PARA O APRENDIZADO, ALÉM DE CONTRIBUIR PARA A PERMANÊNCIA E O SUCESSO ESCOLAR.

Público Alvo: .

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	**X**	**INICIAL**
	X	**ALTERAÇÃO**
04.628.376/0001-04	**X**	**INCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO	**X**	**EXCLUSÃO**

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL			
Ano LDO: 2027			
Indicador: MERENDA ESCOLAR			
Sigla: UN		**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE	
Fonte da informação:			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
Ação: 2014 PNAE – ENSINO FUNDAMENTAL			
Tipo: Atividade			
Produto: A DEFINIR		**Unid. Medida:** UN	
Função: 12 Educação		**Sub Função:** 306 Alimentação e Nutrição	
Unid. Executora: 020601 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"			
2027			
1			
Custo Estimado para a Ação			
2027			
370.300,00			
Ação: 2015 PNAE – INDÍGENA			
Tipo: Atividade			
Produto: A DEFINIR		**Unid. Medida:** UN	
Função: 12 Educação		**Sub Função:** 306 Alimentação e Nutrição	
Unid. Executora: 020601 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"			
2027			
1			
Custo Estimado para a Ação			
2027			
209.711,47			
Ação: 2016 PNAE - EJA			
Tipo: Atividade			
Produto: A DEFINIR		**Unid. Medida:** UN	
Função: 12 Educação		**Sub Função:** 306 Alimentação e Nutrição	
Unid. Executora: 020601 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"			
2027			
1			
Custo Estimado para a Ação			
2027			
25.651,21			
Ação: 2017 PNAE – CRECHE			
Tipo: Atividade			
Produto: A DEFINIR		**Unid. Medida:** UN	
Função: 12 Educação		**Sub Função:** 306 Alimentação e Nutrição	
Unid. Executora: 020601 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"			
2027			
1			
Custo Estimado para a Ação			
2027			
194.201,19			

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	**X**	**INICIAL**
	X	**ALTERAÇÃO**
04.628.376/0001-04	**X**	**INCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO	**X**	**EXCLUSÃO**
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL		
Ano LDO: 2027		
Ação: 2018 PNAE – PRÉ-ESCOLA		
Tipo: Atividade		

Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 12 Educação	**Sub Função:** 306 Alimentação e Nutrição				
Unid. Executora: 020601 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
96.383,80					
TOTAL DO PROGRAMA: 0212 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	779.345,80	896.247,67	1.030.684,83	1.185.287,54	3.891.565,84
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0212 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	779.345,80	896.247,67	1.030.684,83	1.185.287,54	3.891.565,84
PROGRAMA: 0214 TRANSPORTE ESCOLAR					
Objetivo: ATENDER AOS ALUNOS COM TRANSPORTE ESCOLAR, PRINCIPALMENTE NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO.					
Justificativa: O TRANSPORTE ESCOLAR É ESSENCIAL PARA A FREQUÊNCIA E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES, ESPECIALMENTE OS QUE RESIDEM EM ÁREA S RURAIS OU DISTANTES DAS ESCOLAS.					
Público Alvo:					
Indicador: TRANSPORTE ESCOLAR					
Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE				
Fonte da informação:					
Índice Recente / **Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**				
	2027				
0 / 0	0				
Ação: 2020 PNATE – ENSINO FUNDAMENTAL					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 12 Educação	**Sub Função:** 361 Ensino Fundamental				
Unid. Executora: 020601 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
31.572,04					
Ação: 2064 PNATE – EDUCAÇÃO INFANTIL					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN				
Função: 12 Educação	**Sub Função:** 365 Educação Infantil				
Unid. Executora: 020601 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	**X**	**INICIAL**
	X	**ALTERAÇÃO**
04.628.376/0001-04	**X**	**INCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO	**X**	**EXCLUSÃO**

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL					
Ano LDO: 2027					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
1.733,80					
TOTAL DO PROGRAMA: 0214 TRANSPORTE ESCOLAR					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	28.961,60	33.305,84	38.301,72	44.046,98	144.616,14
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0214 TRANSPORTE ESCOLAR					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	28.961,60	33.305,84	38.301,72	44.046,98	144.616,14
PROGRAMA: 0240 EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA (CRECHES E PRÉ-ESCOLAS)					

Objetivo: APRIMORAR A PRIMEIRA ETAPA DA EDUCAÇÃO BASICA (CRECHES E PRE ESCOLAS), CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS, REGULADOS E SUPEERVISIONAD OS PELO SISTEMA DE ENSINO, SUBMETIDOS A CONTROLE SOCIAL.			
Justificativa: TER UMA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EXCELENTE É ESSENCIAL, POIS É O ALICERCE PARA UM BOM ENSINO FUNDAMENTAL, OFERECENDO UMA EDUC AÇÃO INCLUSIVA, DE QUALIDADE E QUE RESPEITE AS PARTICULARIDADES DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.			
Público Alvo:			
Indicador: CRECHES E PRÉ-ESCOLAS			
Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE		
Fonte da informação:			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	
Ação: 1015 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DE CRECHES			
Tipo: Projeto			
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN		
Função: 12 Educação	**Sub Função:** 365 Educação Infantil		
Unid. Executora: 020601 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"			
2027			
1			
Custo Estimado para a Ação			
2027			
1.104.287,50			
Ação: 2043 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES			
Tipo: Atividade			
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN		
Função: 12 Educação	**Sub Função:** 365 Educação Infantil		
Unid. Executora: 020601 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"			
2027			
1			
Custo Estimado para a Ação			
2027			
7.786.456,81			
Ação: 1028 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DE ESCOLAS INFANTIS			
Tipo: Projeto			
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** QNT		
Função: 12 Educação	**Sub Função:** 365 Educação Infantil		
Unid. Executora: 020601 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "QNT"			
2027			

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	**X**	**INICIAL**
	X	**ALTERAÇÃO**
04.628.376/0001-04	**X**	**INCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO	**X**	**EXCLUSÃO**

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL	
Ano LDO: 2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
529.000,00	
Ação: 2040 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR	
Tipo: Atividade	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 12 Educação	**Sub Função:** 365 Educação Infantil
Unid. Executora: 020601 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
5.545.401,20	
TOTAL DO PROGRAMA: 0240 EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA (CRECHES E PRÉ-ESCOLAS)	

	2026	2027	2028	2029	Total
	13.013.170,00	14.965.145,51	17.209.917,34	19.791.404,93	64.979.637,78

TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0240 EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA (CRECHES E PRÉ-ESCOLAS)

Categoria	2026	2027	2028	2029	Total
3 DESPESAS CORRENTES	10.562.520,00	12.146.898,01	13.968.932,71	16.064.272,59	52.742.623,31
4 DESPESAS DE CAPITAL	2.450.650,00	2.818.247,50	3.240.984,63	3.727.132,34	12.237.014,47

PROGRAMA: 0245 PROGRAMA DE ENSINO FUNDAMENTAL SUPLETIVO - PEJA

Objetivo: GARANTIR O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA EDUCACIONAL, OFERECENDO UMA FORMAÇÃO BÁSICA DE QUALI DADE QUE FAVOREÇA SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E NA SOCIEDADE.

Justificativa: A EJA É ESSENCIAL PARA PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL E EDUCACIONAL DE JOVENS E ADULTOS QUE NÃO TIVERAM ACESSO À ESCOLARIZAÇ ÃO NA IDADE ADEQUADA, PERMITINDO-LHES A CONCLUSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E A MELHORIA DE SUA QUALIDADE DE VIDA.

Público Alvo:

Indicador: IMPLEMENTAR

Sigla: UN **Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Fonte da informação:

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
0	0	0	

Ação: 2027 EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS – EJA

Tipo: Atividade

Produto: A DEFINIR **Unid. Medida:** UN

Função: 12 Educação **Sub Função:** 366 Educação de Jovens e Adultos

Unid. Executora: 020601 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"

2027
1

Custo Estimado para a Ação

2027
710.621,50

TOTAL DO PROGRAMA: 0245 PROGRAMA DE ENSINO FUNDAMENTAL SUPLETIVO - PEJA

	2026	2027	2028	2029	Total

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	**X**	**INICIAL**
	X	**ALTERAÇÃO**
04.628.376/0001-04	**X**	**INCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO	**X**	**EXCLUSÃO**

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

Ano LDO: 2027

	618.010,00	710.621,50	817.318,24	939.915,96	3.085.865,70

TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0245 PROGRAMA DE ENSINO FUNDAMENTAL SUPLETIVO - PEJA

Categoria	2026	2027	2028	2029	Total
3 DESPESAS CORRENTES	580.060,00	666.979,00	767.129,36	882.198,75	2.896.367,11
4 DESPESAS DE CAPITAL	37.950,00	43.642,50	50.188,88	57.717,21	189.498,59

PROGRAMA: 0251 ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Objetivo: EXPANDIR E QUALIFICAR A REDE DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO (SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, ACESSIBILIDADE). A SSEGURAR OFERTA DE SERVIÇOS MULTIDISCIPLINARES, SUPORTE ÀS FAMÍLIAS E ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS.

Justificativa: TER UM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO FAZ COM AS PESSOAS COM DEFICIENCIA TENHAM UMA VIDA DIGNA E COM RESPEITO. ASSEGURANDO C ONDIÇÕES DE IGUALDADE E INCLUSÃO PARA TODOS. SUPERAR BARREIRAS (ARQUITETÔNICAS, ATITUDINAIS, COMUNICACIONAIS, PROGRAMÁTI CAS). GARANTIR DIGNIDADE, AUTONOMIA E QUALIDADE DE VIDA, CONFORME CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO.

Público Alvo: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Indicador: MANUTENÇÃO

Sigla: UN **Descr.Uni.Medida:** UNIDADE

Fonte da informação:

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
0	0	0	

Ação: 2026 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (NECESSIDADES ESPECIAIS)

Tipo: Atividade

Produto: A DEFINIR **Unid. Medida:** UN

Função: 12 Educação **Sub Função:** 367 Educação Especial

Unid. Executora: 020601 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"

2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
152.748,75					
TOTAL DO PROGRAMA: 0251 ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	132.825,00	152.748,75	175.661,07	202.010,21	663.245,03
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0251 ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	132.825,00	152.748,75	175.661,07	202.010,21	663.245,03
PROGRAMA: 0270 PROMOÇÃO DE EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS					
Objetivo: FOMENTARR AÇÕES DE COMEMORAÇÕES, FESTIVIDADES, DIVULGAÇÃO, CAPACITAÇÃO, TROCA DE INFORMAÇÕES, PROMOÇÃO, INTEGRAÇÃO, EDUCAÇÃO E AFINS. REALIZAR E APOIAR CALENDÁRIO DIVERSIFICADO. ATINGIR PÚBLICOS E INCENTIVAR PARTICIPAÇÃO.					
Justificativa: A CULTURA ENRIQUECE, ESTIMULA E FORTALECE A IDENTIDADE DO MUNICÍPIO. ALÉM DE GERAR EMPREGO, IMPULSIONAR O TURISMO CONTRIB UI POSITIVAMENTE PARA A ECONOMIA LOCAL. “UM POVO SEM CULTURA É POVO SEM HISTÓRIA E TRISTE".					
Público Alvo: ARTISTAS E COLABORADORES DO MUNICIPIO					

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	**X**	**INICIAL**
	X	**ALTERAÇÃO**
04.628.376/0001-04	**X**	**INCLUSÃO**
	X	**EXCLUSÃO**

ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

Ano LDO: 2027

Indicador: EVENTOS ARTÍSTICOS

Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE		
Fonte da informação:			
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	

Indicador: CULTURA

Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE		
Fonte da informação:			
Índice	**Índice**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
Recente	**Futuro**	**2027**	
0	0	0	

Ação: 2084 IMPLEMENTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE INCENTIVOS ÀS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E ARTÍSTICAS

Tipo: Atividade	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 13 Cultura	**Sub Função:** 392 Difusão Cultural
Unid. Executora: 021101 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
33.062,50	

Ação: 2021 REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS NO MUNICÍPIO

Tipo: Atividade	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 13 Cultura	**Sub Função:** 392 Difusão Cultural
Unid. Executora: 021101 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
547.653,86	

Ação: 2063 IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PARA CULTURA

Tipo: Atividade	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN

Função: 13 Cultura		**Sub Função:** 392 Difusão Cultural			
Unid. Executora: 021101 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
218.212,50					
TOTAL DO PROGRAMA: 0270 PROMOÇÃO DE EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	694.720,75	798.928,86	918.768,20	1.056.583,42	3.469.001,23
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0270 PROMOÇÃO DE EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	624.450,00	718.117,50	825.835,13	949.710,40	3.118.113,03
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI				**X**	**INICIAL**
				X	**ALTERAÇÃO**
04.628.376/0001-04				**X**	**INCLUSÃO**
				X	**EXCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO					
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL					
Ano LDO: 2027					
4 DESPESAS DE CAPITAL	70.270,75	80.811,36	92.933,07	106.873,02	350.888,20
PROGRAMA: 0281 EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA					
Objetivo: REDUZIR PERDAS E GARANTIR A SEGURANÇA DO SISTEMA. MESMO SENDO OBRAS DE ALTO CUSTO, SE FAZ NECESSARIO, PRINCIPALMENTE NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO.					
Justificativa: A EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA PROMOVE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO. GARANTE ACESSO À ENERGIA, MELHORA A QUALIDADE DE VIDA E ESTIMULA A ECONOMIA LOCAL. A ENERGIA ELÉTRICA VIABILIZA ATIVIDADES PRODUTIVAS E ASSEGURA SERVIÇOS ESSENCIAIS. REDU ZIR A DESIGUALDADE NO ACESSO É CRUCIAL PARA O PROGRESSO DO MUNICÍPIO.					
Público Alvo:					
Indicador: EXPANSÃO ELÉTRICA					
Sigla: %	**Descr.Uni.Medida:**PERCENTUAL				
Fonte da informação:					
Índice	**Índice**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			
Recente	**Futuro**	**2027**			
0	0	0			
Ação: 1032 AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO MUNICÍPIO					
Tipo: Projeto					
Produto: A DEFINIR		**Unid. Medida:** %			
Função: 25 Energia		**Sub Função:** 752 Energia Elétrica			
Unid. Executora: 020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "%"					
2027					
50					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
145.475,00					
TOTAL DO PROGRAMA: 0281 EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	126.500,00	145.475,00	167.296,25	192.390,69	631.661,94
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0281 EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
4 DESPESAS DE CAPITAL	126.500,00	145.475,00	167.296,25	192.390,69	631.661,94
PROGRAMA: 0285 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA					
Objetivo: EXPANDIR O ACESSO À ÁGUA POTÁVEL E AO SANEAMENTO BÁSICO. MELHORAR A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E A ILUMINAÇÃO PÚBLICA. GARANTI R A QUALIDADE E A ACESSIBILIDADE DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO. PROMOVER A GESTÃO EFICIENTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.					
Justificativa: SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA EFICIENTES MELHORAM A QUALIDADE DE VIDA. GARANTEM O ACESSO A DIREITOS BÁSICOS. AO PASSO QUE A S MELHORIAS CONTÍNUAS SÃO CRUCIAIS PARA O BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO.					
Público Alvo:					
Indicador: INFORMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES					
Sigla: %	**Descr.Uni.Medida:**PERCENTUAL				
Fonte da informação:					
Índice	**Índice**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			
Recente	**Futuro**	**2027**			
0	0	0			

Ação: 1014 CONSTRUÇÃO E/OU RESTAURAÇÃO DE CALÇADAS, MEIO-FIO E SARJETAS					
Tipo: Projeto					
Produto: A DEFINIR		**Unid. Medida:** UN			
Função: 15 Urbanismo		**Sub Função:** 452 Serviços Urbanos			
Unid. Executora: 020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI			**X**	**INICIAL**	
			X	**ALTERAÇÃO**	
04.628.376/0001-04			**X**	**INCLUSÃO**	
			X	**EXCLUSÃO**	
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO					
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL					
Ano LDO: 2027					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
232.760,00					
Ação: 1013 ABERTURA, DRENAGEM, RECUPERAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS					
Tipo: Projeto					
Produto: A DEFINIR		**Unid. Medida:** UN			
Função: 15 Urbanismo		**Sub Função:** 452 Serviços Urbanos			
Unid. Executora: 020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
498.582,50					
Ação: 1017 IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL					
Tipo: Projeto					
Produto: A DEFINIR		**Unid. Medida:** UN			
Função: 18 Gestão Ambiental		**Sub Função:** 541 Preservação e Conservação Ambiental			
Unid. Executora: 020901 SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, TURISMO E INTERIOR					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
43.642,50					
TOTAL DO PROGRAMA: 0285 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	673.900,00	774.985,00	891.232,76	1.024.917,66	3.365.035,42
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0285 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	382.950,00	440.392,50	506.451,38	582.419,08	1.912.212,96
4 DESPESAS DE CAPITAL	290.950,00	334.592,50	384.781,38	442.498,58	1.452.822,46
PROGRAMA: 0300 CAPACITAÇÃO TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA					
Objetivo: EMBORA JÁ EXISTA UM SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO, O FOCO É AMPLIAR A CAPACIDADE DE CAPTAÇÃO E TRATAMENT O. MODERNIZAR AS ESTAÇÕES EXISTENTES. EXPANDIR A REDE DE DISTRIBUIÇÃO E REDUZIR AS PERDAS NO SISTEMA.					
Justificativa: ATENDER TODA A DEMANDA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO. ÁGUA POTÁVEL É ESSENCIAL À SAÚDE E AO BEM-ESTAR. GARANTE O DESENVOLVIMENTO SOCIAL UMA VEZ QUE A FALTA DE ÁGUA PREJUDICA A QUALIDADE DE VIDA POR ISSO ASSEGURAR O ACESSO UNIVERSAL É CRUCIAL PARA O MUNICÍPIO.					
Público Alvo: POPULAÇÃO					
Ação: 1003 CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NAS ZONAS RURAL E URBANA					
Tipo: Projeto					
Produto: A DEFINIR		**Unid. Medida:** UN			
Função: 17 Saneamento		**Sub Função:** 512 Saneamento Básico Urbano			
Unid. Executora: 020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI				**X**	**INICIAL**
				X	**ALTERAÇÃO**
04.628.376/0001-04				**X**	**INCLUSÃO**
				X	**EXCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO					
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL					
Ano LDO: 2027					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
254.581,25					
Ação: 1016 CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ZONA URBANA E RURAL					
Tipo: Projeto					
Produto: A DEFINIR			**Unid. Medida:** UN		
Função: 17 Saneamento			**Sub Função:** 512 Saneamento Básico Urbano		
Unid. Executora: 020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
145.475,00					
TOTAL DO PROGRAMA: 0300 CAPACITAÇÃO TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	347.875,00	400.056,25	460.064,69	529.074,39	1.737.070,33
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0300 CAPACITAÇÃO TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	63.250,00	72.737,50	83.648,13	96.195,34	315.830,97
4 DESPESAS DE CAPITAL	284.625,00	327.318,75	376.416,56	432.879,05	1.421.239,36
PROGRAMA: 0302 COLETA E DISPOSIÇÃO DO LIXO DOMICILIAR					
Objetivo: MELHORAR A COLETA DE LIXO DOMICILIAR, COM SUAS RESPECTIVAS DIVISÕES (DOMICILIAR E SELETIVA), COLOCAR MAIS PONTOS DE COLETA NA CIDADE, FAZER PALESTRAS COM FOCO NA IMPORTANCIA DESTE SERVIÇO. REDUZIR O VOLUME DE RESÍDUOS.					
Justificativa: A COLETA E DISPOSIÇÃO ADEQUADAS DO LIXO SÃO ESSENCIAIS À SAÚDE PÚBLICA E AO MEIO AMBIENTE. PREVINEM DOENÇAS E A POLUIÇÃO. C ONTRIBUEM PARA A LIMPEZA URBANA E O BEM-ESTAR. A GESTÃO INEFICAZ GERA IMPACTOS NEGATIVOS E DESVALORIZA O ESPAÇO URBANO. A SSEGURAR UM SISTEMA EFICIENTE É VITAL PARA O MUNICÍPIO.					
Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL					
Indicador: COLETA DE LIXO					
Sigla: %	**Descr.Uni.Medida:**PERCENTUAL				
Fonte da informação:					
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			
		2027			
0	0	0			
Ação: 1027 CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO					
Tipo: Projeto					
Produto: A DEFINIR			**Unid. Medida:** UN		
Função: 17 Saneamento			**Sub Função:** 512 Saneamento Básico Urbano		
Unid. Executora: 030301 F. M. DO MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO BÁSICO E RESÍDUOS SÓLIDOS					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
218.212,50					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI				**X**	**INICIAL**
				X	**ALTERAÇÃO**
04.628.376/0001-04				**X**	**INCLUSÃO**
				X	**EXCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO					
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL					
Ano LDO: 2027					
Ação: 2070 ATIVIDADES DO PLANO DE ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DE SANEAMENTO BÁSICO E RESÍDUOS SÓLIDOS					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR			**Unid. Medida:** UN		
Função: 17 Saneamento			**Sub Função:** 512 Saneamento Básico Urbano		

Unid. Executora: 030301 F. M. DO MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO BÁSICO E RESÍDUOS SÓLIDOS					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
116.380,00					
TOTAL DO PROGRAMA: 0302 COLETA E DISPOSIÇÃO DO LIXO DOMICILIAR					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	290.950,00	334.592,50	384.781,38	442.498,58	1.452.822,46
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0302 COLETA E DISPOSIÇÃO DO LIXO DOMICILIAR					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	164.450,00	189.117,50	217.485,13	250.107,89	821.160,52
4 DESPESAS DE CAPITAL	126.500,00	145.475,00	167.296,25	192.390,69	631.661,94
PROGRAMA: 0325 FEIRAS, MERCADOS E MATADOUROS					
Objetivo: MANTER UMA QUALIDADE DE VIDA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, COM SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO SANITARIA NA AREA DE FERIAS, MERCADOS E MATADOUROS.					
REFORMAR E ADEQUAR AS ESTRUTURAS FÍSICAS E CONSTRUIR MAIS FEIRAS NOS BAIRROS DA CIDADE E FISCALIZAR A QUALIDADE DOS PROD UTOS.					
Justificativa: FEIRAS, MERCADOS E MATADOUROS SÃO ESSENCIAIS PARA O ABASTECIMENTO E A ECONOMIA LOCAL. GARANTEM O ACESSO A ALIMENTOS FR ESCOS E VARIADOS. GERAM EMPREGO E RENDA PARA A POPULAÇÃO. A FALTA DE INFRAESTRUTURA E HIGIENE COMPROMETE A SAÚDE PÚBLIC A E A CONFIANÇA DOS CONSUMIDORES. MODERNIZAR ESSES ESPAÇOS É FUNDAMENTAL PARA O BEM-ESTAR E O DESENVOLVIMENTO DO MUNI CÍPIO.					
Público Alvo: POPULAÇÃO					
Indicador: FISCALIZAÇÃO SANITARIA					
Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE				
Fonte da informação:					
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			
		2027			
0	0	0			
Ação: 2052 MANUTENÇÃO COM PROGRAMAS DE AGRICULTURA, PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR		**Unid. Medida:** UN			
Função: 20 Agricultura		**Sub Função:** 122 Administração Geral			
Unid. Executora: 020901 SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, TURISMO E INTERIOR					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
261.855,00					
Ação: 1022 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DO ABATEDOURO MUNICIPAL					
Tipo: Projeto					
Produto: A DEFINIR		**Unid. Medida:** UN			
Função: 20 Agricultura		**Sub Função:** 605 Abastecimento			
Unid. Executora: 020901 SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, TURISMO E INTERIOR					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI				**X**	**INICIAL**
				X	**ALTERAÇÃO**
04.628.376/0001-04				**X**	**INCLUSÃO**
				X	**EXCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO					
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL					
Ano LDO: 2027					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
132.250,00					
TOTAL DO PROGRAMA: 0325 FEIRAS, MERCADOS E MATADOUROS					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	342.700,00	394.105,00	453.220,76	521.203,86	1.711.229,62
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0325 FEIRAS, MERCADOS E MATADOUROS					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	164.450,00	189.117,50	217.485,13	250.107,89	821.160,52

4 DESPESAS DE CAPITAL	178.250,00	204.987,50	235.735,63	271.095,97	890.069,10

PROGRAMA: 0361 CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS

Objetivo: EXECUTAR OBRAS DE RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA, PATROLAMENTO E ENCASCALHAMENTO.

Justificativa: A CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS FACILITA O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO E O ACESSO A SERVIÇOS, SENDO ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIM ENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO.

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Indicador: PREVENÇÃO

Sigla: %	**Descr.Uni.Medida:**PERCENTUAL

Fonte da informação:

Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	

Ação: 1010 ABERTURA, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E VICINAIS

Tipo: Projeto

Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 15 Urbanismo	**Sub Função:** 451 Infra-Estrutura Urbana

Unid. Executora: 020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO

Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"

2027
1

Custo Estimado para a Ação

2027
211.600,00

TOTAL DO PROGRAMA: 0361 CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS

	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	184.000,00	211.600,00	243.340,00	279.841,00	918.781,00

TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0361 CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS

Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	57.500,00	66.125,00	76.043,75	87.450,31	287.119,06
4 DESPESAS DE CAPITAL	126.500,00	145.475,00	167.296,25	192.390,69	631.661,94

PROGRAMA: 0370 INFRA-ESTRURA ESPORTIVA

Objetivo: CONSTRUIR NOVAS QUADRAS E CAMPOS, E REFORMAR OS ESPAÇOS ESPORTIVOS EXISTENTES NO MUNICÍPIO.

Justificativa: A INFRAESTRUTURA ESPORTIVA INCENTIVA A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS E A INTEGRAÇÃO SOCIAL, CONTRIBUINDO PARA A SAÚDE E O BE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	**X**	**INICIAL**
	X	**ALTERAÇÃO**
04.628.376/0001-04	**X**	**INCLUSÃO**
	X	**EXCLUSÃO**

ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO

UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

Ano LDO: 2027

M-ESTAR DA COMUNIDADE.

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Indicador: MANUTENÇÃO

Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE

Fonte da informação:

Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
		2027	
0	0	0	

Ação: 1023 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DE QUADRAS ESCOLARES

Tipo: Projeto

Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 12 Educação	**Sub Função:** 361 Ensino Fundamental

Unid. Executora: 020601 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"

2027
1

Custo Estimado para a Ação

2027
238.050,00

Ação: 1006 IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA O ESPORTE E LAZER

Tipo: Projeto

Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN

Função: 27 Desporto e Lazer		**Sub Função:** 813 Lazer			
Unid. Executora: 020801 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
145.475,00					
TOTAL DO PROGRAMA: 0370 INFRA-ESTRURA ESPORTIVA					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	333.500,00	383.525,00	441.053,75	507.211,82	1.665.290,57
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0370 INFRA-ESTRURA ESPORTIVA					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	149.500,00	171.925,00	197.713,75	227.370,82	746.509,57
4 DESPESAS DE CAPITAL	184.000,00	211.600,00	243.340,00	279.841,00	918.781,00
PROGRAMA: 0400 IGD SUAS - BLOCOS DE GESTÃO DO SUAS					
Objetivo: INVESTIR EM CAPACITAÇÃO DE EQUIPES, MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E APRIMORAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.					
Justificativa: O FINANCIAMENTO DO IGD SUAS FORTALECE A CAPACIDADE DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. É ESSENCIAL PARA A EFICIÊNCIA DOS SERVI ÇOS E A MELHORIA DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO VULNERÁVEL.					
Público Alvo:					
Indicador: GESTÃO FINANCEIRA					
Sigla: %	**Descr.Uni.Medida:**PERCENTUAL				
Fonte da informação:					
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			
		2027			
0	0	0			
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI				**X**	**INICIAL**
				X	**ALTERAÇÃO**
04.628.376/0001-04				**X**	**INCLUSÃO**
				X	**EXCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO					
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL					
Ano LDO: 2027					
Ação: 2031 BLOCO DE GESTÃO DO SUAS – IGD SUAS					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR		**Unid. Medida:** UN			
Função: 08 Assistência Social		**Sub Função:** 122 Administração Geral			
Unid. Executora: 030201 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
26.450,00					
TOTAL DO PROGRAMA: 0400 IGD SUAS - BLOCOS DE GESTÃO DO SUAS					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	23.000,00	26.450,00	30.417,51	34.980,12	114.847,63
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0400 IGD SUAS - BLOCOS DE GESTÃO DO SUAS					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	17.250,00	19.837,50	22.813,13	26.235,09	86.135,72
4 DESPESAS DE CAPITAL	5.750,00	6.612,50	7.604,38	8.745,03	28.711,91
PROGRAMA: 0401 IGD PBF - BLOCOS DE GESTÃO DO PBF E CADÚNICO					
Objetivo: INVESTIR EM CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES, MODERNIZAÇÃO DE SISTEMAS E APRIMORAMENTO DOS PROCESSOS DE CADASTRAMENTO E ACOM PANHAMENTO.					
Justificativa: O FINANCIAMENTO DO IGD PBF FORTALECE A CAPACIDADE DE GESTÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS. É ESSENCIAL PARA A CORRETA DESTINAÇÃ O DOS BENEFÍCIOS E A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.					
Público Alvo:					
Indicador: GESTÃO FINANCEIRA					
Sigla: %	**Descr.Uni.Medida:**PERCENTUAL				
Fonte da informação:					
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			
		2027			
0	0	0			
Ação: 2032 GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA					

Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR		**Unid. Medida:** UN			
Função: 08 Assistência Social		**Sub Função:** 122 Administração Geral			
Unid. Executora: 030201 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
228.131,25					
TOTAL DO PROGRAMA: 0401 IGD PBF - BLOCOS DE GESTÃO DO PBF E CADÚNICO					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	198.375,00	228.131,25	262.350,94	301.703,58	990.560,77
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0401 IGD PBF - BLOCOS DE GESTÃO DO PBF E CADÚNICO					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	198.375,00	228.131,25	262.350,94	301.703,58	990.560,77
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI				**X**	**INICIAL**
				X	**ALTERAÇÃO**
04.628.376/0001-04				**X**	**INCLUSÃO**
				X	**EXCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO					
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL					
Ano LDO: 2027					
PROGRAMA: 0409 PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ					
Objetivo: EXPANDIR A COBERTURA DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ. ALÉM DISSO, CAPACITAR OS VISITADORES E MONITORAR A QUALIDADE DOS ACOMPANHAMENTOS.					
Justificativa: O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ INVESTE NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL, REDUZINDO VULNERABILIDADES. É ESSENCIAL PARA GARANTIR UM FU TURO MAIS SAUDÁVEL E PROMISSOR PARA AS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO.					
Público Alvo:					
Indicador: IMPLEMENTAR					
Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE				
Fonte da informação:					
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			
		2027			
0	0	0			
Ação: 2033 PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR		**Unid. Medida:** UN			
Função: 08 Assistência Social		**Sub Função:** 244 Assistência Comunitária			
Unid. Executora: 030201 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
120.532,65					
TOTAL DO PROGRAMA: 0409 PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	104.811,00	120.532,65	138.612,55	159.404,43	523.360,63
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0409 PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	104.811,00	120.532,65	138.612,55	159.404,43	523.360,63
PROGRAMA: 0410 BENIFÍCIOS EVENTUAIS					
Objetivo: DISPONIBILIZAR AUXÍLIOS POR NASCIMENTO, MORTE, CALAMIDADE PÚBLICA E OUTRAS CONTINGÊNCIAS SOCIAIS.					
Justificativa: BENEFÍCIOS EVENTUAIS OFERECEM SUPORTE CRUCIAL EM MOMENTOS DE CRISE, PREVENINDO O AGRAVAMENTO DE VULNERABILIDADES SOCI AIS E PROMOVENDO A DIGNIDADE.					
Público Alvo:					
Indicador: IMPLEMENTAR					
Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE				
Fonte da informação:					
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			
		2027			
0	0	0			
Ação: 2056 GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS					

Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR		**Unid. Medida:** UN			
Função: 08 Assistência Social		**Sub Função:** 245 Serviços Socioassistenciais			
Unid. Executora: 030201 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI				**X**	**INICIAL**
				X	**ALTERAÇÃO**
04.628.376/0001-04				**X**	**INCLUSÃO**
				X	**EXCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO					
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL					
Ano LDO: 2027					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
33.062,50					
TOTAL DO PROGRAMA: 0410 BENIFÍCIOS EVENTUAIS					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	28.750,00	33.062,50	38.021,88	43.725,16	143.559,54
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0410 BENIFÍCIOS EVENTUAIS					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	28.750,00	33.062,50	38.021,88	43.725,16	143.559,54
PROGRAMA: 0411 PROCAD SUAS					
Objetivo: INVESTIR EM SOFTWARES, HARDWARES E CAPACITAÇÃO DE EQUIPES PARA APRIMORAR OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO SUAS.					
Justificativa: O PROCAD SUAS FORTALECE A CAPACIDADE DE GESTÃO E O MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS. ELE É ESSENCIAL PARA SUBSIDIAR O PLANEJA MENTO E APRIMORAR A OFERTA DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO.					
Público Alvo:					
Indicador: IMPLEMENTAR					
Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE				
Fonte da informação:					
Índice Recente	**Índice Futuro**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**			
		2027			
0	0	0			
Ação: 2088 PROCAD SUAS					
Tipo: Atividade					
Produto: A DEFINIR		**Unid. Medida:** UN			
Função: 08 Assistência Social		**Sub Função:** 245 Serviços Socioassistenciais			
Unid. Executora: 030201 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
27.000,00					
TOTAL DO PROGRAMA: 0411 PROCAD SUAS					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	108.000,00
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0411 PROCAD SUAS					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	108.000,00
PROGRAMA: 0413 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
Objetivo: MANTER E EXPANDIR A OFERTA DE SERVIÇOS COMO O CRAS, PAIF E SCFV DE MODO A FORTALECER OS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRI OS E PROMOVER A AUTONOMIA.					
Justificativa: A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ANTECIPA E MITIGA RISCOS SOCIAIS, PROMOVENDO A CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA. ELA É ESSENCIAL PARA GARANTIR DIREITOS E PREVENIR O AGRAVAMENTO DE PROBLEMAS SOCIAIS NO MUNICÍPIO.					
Público Alvo:					

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	**X**	**INICIAL**
	X	**ALTERAÇÃO**
	X	**INCLUSÃO**
04.628.376/0001-04	**X**	**EXCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO		
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL		

Indicador: IMPLEMENTAR			
Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE		
Fonte da informação:			
Índice	**Índice**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
Recente	**Futuro**	**2027**	
0	0	0	
Ação: 2038 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
Tipo: Atividade			
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN		
Função: 08 Assistência Social	**Sub Função:** 245 Serviços Socioassistenciais		
Unid. Executora: 030201 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"			
2027			
1			
Custo Estimado para a Ação			
2027			
355.884,75			

TOTAL DO PROGRAMA: 0413 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	309.465,00	355.884,75	409.267,46	470.657,59	1.545.274,80
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0413 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	309.465,00	355.884,75	409.267,46	470.657,59	1.545.274,80

PROGRAMA: 0414 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL			
Objetivo: MANTER E EXPANDIR SERVIÇOS COMO O CREAS E OS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS E PESSOAS CO M DEFICIÊNCIA COM A FINALIDADE DE RESTABELECER A CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA E MINIMIZAR OS DANOS.			
Justificativa: A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL INTERVÉM EM SITUAÇÕES COMPLEXAS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS, GARANTINDO A SEGURANÇA E A RECONSTR UÇÃO DE VÍNCULOS. ELA É ESSENCIAL PARA PROTEGER A POPULAÇÃO EM MAIOR VULNERABILIDADE E ASSEGURAR SEUS DIREITOS.			
Público Alvo:			
Indicador: IMPLEMENTAR			
Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE		
Fonte da informação:			
Índice	**Índice**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
Recente	**Futuro**	**2027**	
0	0	0	
Ação: 2073 AÇÕES E OPERACIONALIZAÇÃO A SITUAÇÕES EMERGENCIAIS(CALAMIDADES PÚBLICAS)			
Tipo: Atividade			
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN		
Função: 08 Assistência Social	**Sub Função:** 245 Serviços Socioassistenciais		
Unid. Executora: 020401 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E AÇÃO SOCIAL			
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"			
2027			
1			
Custo Estimado para a Ação			
2027			
92.575,00			

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	**X**	**INICIAL**
	X	**ALTERAÇÃO**
	X	**INCLUSÃO**
04.628.376/0001-04	**X**	**EXCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO		
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL		

Ação: 2072 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
Tipo: Atividade	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN

Função: 08 Assistência Social	**Sub Função:** 245 Serviços Socioassistenciais
Unid. Executora: 030201 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
52.900,00	
Ação: 2091 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FAMILIA ACOLHEDORA	
Tipo: Atividade	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** %
Função: 08 Assistência Social	**Sub Função:** 244 Assistência Comunitária
Unid. Executora: 020401 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E AÇÃO SOCIAL	

Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "%"					
2027					
1					
Custo Estimado para a Ação					
2027					
215.000,00					
TOTAL DO PROGRAMA: 0414 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	326.500,00	360.475,00	402.296,25	452.390,69	1.541.661,94
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0414 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	276.500,00	300.475,00	332.296,25	372.390,69	1.281.661,94
4 DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	60.000,00	70.000,00	80.000,00	260.000,00

PROGRAMA: 0415 ESTRUTURAÇÃO DE REDE SERVIÇOS DO SUAS - EMENDAS			
Objetivo: ADQUIRIR EQUIPAMENTOS, REALIZAR REFORMAS E CONSTRUIR NOVAS UNIDADES PARA OS SERVIÇOS DO SUAS COM A FINALIDADE DE QUALIFI			
CAR A REDE DE SERVIÇOS DO SUAS NO MUNICÍPIO.			
Justificativa: AS EMENDAS PROPORCIONAM INVESTIMENTOS CRUCIAIS PARA A MELHORIA DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.			
Público Alvo:			
Indicador: IMPLEMENTAR			
Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE		
Fonte da informação:			
Índice	**Índice**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
Recente	**Futuro**	**2027**	
0	0	0	
Ação: 2085 ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SUAS – EMENDAS			
Tipo: Atividade			
Produto: A DEFINIR		**Unid. Medida:** UN	
Função: 08 Assistência Social		**Sub Função:** 245 Serviços Socioassistenciais	
Unid. Executora: 030201 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"			
2027			
1			

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	**X**	**INICIAL**
	X	**ALTERAÇÃO**
	X	**INCLUSÃO**
04.628.376/0001-04	**X**	**EXCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO		
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL		
Ano LDO: 2027		

Custo Estimado para a Ação	
2027	
661.250,00	

TOTAL DO PROGRAMA: 0415 ESTRUTURAÇÃO DE REDE SERVIÇOS DO SUAS - EMENDAS					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	575.000,00	661.250,00	760.437,50	874.503,13	2.871.190,63
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0415 ESTRUTURAÇÃO DE REDE SERVIÇOS DO SUAS - EMENDAS					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	345.000,00	396.750,00	456.262,50	524.701,88	1.722.714,38
4 DESPESAS DE CAPITAL	230.000,00	264.500,00	304.175,00	349.801,25	1.148.476,25

PROGRAMA: 0420 PROGRAMA DE TRANSFÊRENCIA DE RENDA			
Objetivo: REALIZAR O CADASTRAMENTO, A ATUALIZAÇÃO E O ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DOS BENEFICIÁRIOS.			
Justificativa: OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA COMBATEM A POBREZA E PROMOVEM A INCLUSÃO SOCIAL. ELES SÃO ESSENCIAIS PARA A SUB SISTÊNCIA DE FAMÍLIAS VULNERÁVEIS E PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES DO MUNICÍPIO.			
Público Alvo:			
Indicador: IMPLEMENTAR			
Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE		
Fonte da informação:			
Índice	**Índice**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
Recente	**Futuro**	**2027**	
0	0	0	
Ação: 2050 PROGRAMA ITAMARATI CIDADÃO			
Tipo: Atividade			
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN		
Função: 08 Assistência Social	**Sub Função:** 246 Segurança de Renda		
Unid. Executora: 020401 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E AÇÃO SOCIAL			
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"			
2027			
1			
Custo Estimado para a Ação			
2027			
436.425,00			

TOTAL DO PROGRAMA: 0420 PROGRAMA DE TRANSFÊRENCIA DE RENDA					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	379.500,00	436.425,00	501.888,75	577.172,06	1.894.985,81
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0420 PROGRAMA DE TRANSFÊRENCIA DE RENDA					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
3 DESPESAS CORRENTES	379.500,00	436.425,00	501.888,75	577.172,06	1.894.985,81

PROGRAMA: 0500 CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO NO MUNICIPIO
Objetivo: PROMOVER A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO, POR MEIO DA CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE P RÉDIOS PÚBLICOS, EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA, GARANTINDO MELHORES CONDIÇÕES DE ACESSO, FUNCION AMENTO E QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS À POPULAÇÃO.
Justificativa: O MUNICÍPIO DE ITAMARATI-AM APRESENTA DEMANDAS CRESCENTES POR SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE, EXIGINDO ESTRUTURAS FÍSICA S ADEQUADAS E MODERNAS. MUITAS EDIFICAÇÕES ENCONTRAM-SE EM SITUAÇÃO PRECÁRIA OU INSUFICIENTE PARA ATENDER A POPULAÇÃO, COMPROMETENDO A EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E A OFERTA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO SAÚDE, EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTU RA. A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO POSSIBILITARÁ ATENDER ÀS NECESSIDADES ATUAIS E FUTURAS, VALORIZA NDO O PATRIMÔNIO PÚBLICO, FORTALECENDO A GESTÃO MUNICIPAL E MELHORANDO A QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	**X**	**INICIAL**
	X	**ALTERAÇÃO**
	X	**INCLUSÃO**
04.628.376/0001-04	**X**	**EXCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO		
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL		

Público Alvo:			
Indicador: GRAU DE SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃO			
Sigla: %	**Descr.Uni.Medida:**PERCENTUAL		
Fonte da informação:			
Índice	**Índice**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
Recente	**Futuro**	**2027**	
40	80	50	
Ação: 1035 CONSTRUÇÃO DE ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL			
Tipo: Projeto			

Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** QNT
Função: 12 Educação	**Sub Função:** 361 Ensino Fundamental
Unid. Executora: 020601 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "QNT"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
353.768,75	
Ação: 1009 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE CASAS NA ZONA URBANA OU RURAL	
Tipo: Projeto	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 16 Habitação	**Sub Função:** 482 Habitação Urbana
Unid. Executora: 020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
145.475,00	
Ação: 1021 CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA CULTURA	
Tipo: Projeto	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 13 Cultura	**Sub Função:** 392 Difusão Cultural
Unid. Executora: 021101 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
290.950,00	
Ação: 1007 CONSTRUÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES	
Tipo: Projeto	
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN
Função: 10 Saúde	**Sub Função:** 304 Vigilância Sanitária
Unid. Executora: 030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"	
2027	
1	
Custo Estimado para a Ação	
2027	
72.737,50	
TOTAL DO PROGRAMA: 0500 CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO NO MUNICIPIO	

					Total

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	**X**	**INICIAL**
	X	**ALTERAÇÃO**
	X	**INCLUSÃO**
04.628.376/0001-04	**X**	**EXCLUSÃO**
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO		
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL		

	2026	**2027**	**2028**	**2029**	
	750.375,00	862.931,25	992.370,94	1.141.226,58	3.746.903,77
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 0500 CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO NO MUNICIPIO					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
4 DESPESAS DE CAPITAL	750.375,00	862.931,25	992.370,94	1.141.226,58	3.746.903,77

PROGRAMA: 9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Objetivo: MANTER UM SALDO DE RECURSOS DISPONÍVEL PARA SER UTILIZADO EM EMERGÊNCIAS E CALAMIDADES PÚBLICAS.			
Justificativa: A RESERVA DE CONTINGÊNCIA ASSEGURA A CAPACIDADE DE RESPOSTA DO MUNICÍPIO A CRISES. ELA É ESSENCIAL PARA A ESTABILIDADE FISC AL E A PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO.			
Público Alvo:			
Indicador: RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Sigla: UN	**Descr.Uni.Medida:**UNIDADE		
Fonte da informação:			
Índice	**Índice**	**Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício**	
Recente	**Futuro**	**2027**	
0	0	0	
Ação: 9099 RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Tipo: Projeto			
Produto: A DEFINIR	**Unid. Medida:** UN		
Função: 99 Reserva de Contingência	**Sub Função:** 999 Reserva de Contingência		
Unid. Executora: 099999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Meta Física Relativa a: "A DEFINIR" medida em: "UN"			
2027			
1			
Custo Estimado para a Ação			
2027			

TOTAL DO PROGRAMA: 9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	632.500,00	727.375,00	836.481,25	961.953,44	3.158.309,69
TOTAL DO PROGRAMA POR CATEGORIA ECONOMICA: 9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
Categoria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	632.500,00	727.375,00	836.481,25	961.953,44	3.158.309,69
TOTAL DOS PROGRAMAS:					
	2027				
	104.787.639,87				

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI												
04.628.376/0001-04												
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS												
ANEXO DE METAS FISCAIS												
METAS ANUAIS												
2027												
PPA - Ciclo de 2026 à 2029												
AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º) Lei:												R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	**2027**				**2028**				**2029**			
	Valor Corrente (a)	**Valor Constante**	**(a/PIB)x100**	**(a/RCL)x100**	**Valor Corrente (b)**	**Valor Constante**	**(b/PIB)x100**	**(b/RCL)x100**	**Valor Corrente (c)**	**Valor Constante**	**(c/PIB)x100**	**(c/RCL)x100**
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	116.320.209,58	112.597.962,87	590.817,81	98,69	119.809.815,86	116.215.521,39	593.558,66	88,39	123.404.110,34	119.701.987,03	596.500,92	79,17
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	115.015.364,56	111.334.872,89	584.190,19	97,59	118.465.825,50	114.911.850,73	586.900,30	87,40	122.019.800,26	118.359.206,25	589.809,55	78,28
Receitas Primárias Correntes	105.146.872,18	101.782.172,27	534.065,79	89,21	108.301.278,34	105.052.239,99	536.543,37	79,90	111.550.316,69	108.203.807,19	539.203,00	71,57
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.006.749,93	1.942.533,93	10.192,76	1,70	2.066.952,42	2.004.943,85	10.240,04	1,52	2.128.961,00	2.065.092,17	10.290,80	1,37
Transferências Correntes	102.546.762,96	99.265.266,55	520.859,22	87,01	105.623.165,85	102.454.470,88	523.275,53	77,93	108.791.860,83	105.528.105,00	525.869,40	69,80
Demais Receitas Primárias Correntes	593.359,29	574.371,79	3.013,81	0,50	611.160,07	592.825,26	3.027,79	0,45	629.494,87	610.610,02	3.042,80	0,40
Receitas Primárias de Capital	9.868.492,38	9.552.700,63	50.124,40	8,37	10.164.547,15	9.859.610,74	50.356,93	7,50	10.469.483,57	10.155.399,06	50.606,55	6,72
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	116.140.627,37	112.424.127,30	589.905,67	98,54	119.624.846,19	116.036.100,81	592.642,29	88,26	123.213.591,58	119.517.183,83	595.580,01	79,05
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	115.371.035,88	111.679.162,73	585.996,73	97,89	118.832.166,96	115.267.201,95	588.715,22	87,67	122.397.131,97	118.725.218,01	591.633,47	78,52
Despesas Primárias Correntes	99.106.230,45	95.934.831,08	503.383,94	84,09	102.079.417,37	99.017.034,84	505.719,18	75,31	105.141.799,89	101.987.545,89	508.226,02	67,45
Pessoal e Encargos Sociais	50.009.028,82	48.408.739,90	254.007,66	42,43	51.509.299,69	49.964.020,70	255.186,03	38,00	53.054.578,68	51.462.941,32	256.450,98	34,04
Outras Despesas Correntes	49.097.201,63	47.526.091,18	249.376,28	41,66	50.570.117,68	49.053.014,15	250.533,16	37,31	52.087.221,21	50.524.604,57	251.775,04	33,42
Despesas Primárias de Capital	16.136.718,79	15.620.343,79	81.962,20	13,69	16.620.820,35	16.122.195,74	82.342,43	12,26	17.119.444,96	16.605.861,61	82.750,60	10,98
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	128.086,64	123.987,87	650,58	0,11	131.929,24	127.971,37	653,60	0,10	135.887,12	131.810,51	656,84	0,09

Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	-355.671,32	-344.289,84	-1.806,54	-0,30	-366.341,46	-355.351,22	-1.814,92	-0,27	-377.331,70	-366.011,75	-1.823,92	-0,24
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	-355.671,32	-344.289,84	-1.806,54	-0,30	-366.341,46	-355.351,22	-1.814,92	-0,27	-377.331,70	-366.011,75	-1.823,92	-0,24
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos(Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos(Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada(DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI

04.628.376/0001-04

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2027 — **Ano LDO: 2027**

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	**Metas Previstas em 2025 (a)**	**% PIB**	**% RCL**	**Metas Realizadas em 2025 (b)**	**% PIB**	**% RCL**	**Variação**	
							Valor (c)=(b-a)	**% (c/a)x100**
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	79.070.998,00	401.620,27	88,72	103.055.342,87	549.892,44	115,64	23.984.344,87	30,33
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	78.668.403,00	399.575,39	88,27	101.792.129,33	543.152,07	114,22	23.123.726,33	29,39
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	119.338.971,82	606.150,81	133,91	111.566.087,99	595.304,88	125,19	-7.772.883,83	-6,51
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	100.374.890,05	509.827,76	112,63	95.944.216,11	511.948,22	107,66	-4.430.673,94	-4,41
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	-21.706.487,05	-110.252,37	-24,36	5.847.913,22	31.203,85	6,56	0,00	0,00
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	-21.706.487,05	-110.252,37	-24,36	5.847.913,22	31.203,85	6,56	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada(DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	12.377.490,29	62.868,20	13,89	-4.228.324,22	-22.561,89	-4,74	-16.605.814,51	-134,16
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	-4.228.324,22	-21.476,66	-4,74	-4.228.324,22	-22.561,89	-4,74	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

04.628.376/0001-04

2027 — **Ano LDO: 2027**

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CORRENTES**										
	2024	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	0,00	90.539.921,39	0,00	97.557.319,52	7,75	116.320.209,58	19,23	119.809.815,86	3,00	123.404.110,34	3,00
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	0,00	89.820.379,34	0,00	96.851.618,53	7,83	115.015.364,56	18,75	118.465.825,50	3,00	122.019.800,26	3,00
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	0,00	89.323.412,99	0,00	101.021.499,52	13,10	116.140.627,37	14,97	119.624.846,19	3,00	123.213.591,58	3,00
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	0,00	88.012.859,65	0,00	100.284.695,62	13,94	115.371.035,88	15,04	118.832.166,96	3,00	122.397.131,97	3,00

Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	0,00	1.807.519,69	0,00	-3.433.077,09	-6,11	-355.671,32	3,71	-366.341,46	3,00	-377.331,70	3,00
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	0,00	1.807.519,69	0,00	-3.433.077,09	-6,11	-355.671,32	3,71	-366.341,46	3,00	-377.331,70	3,00
Dívida Pública Consolidada(DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CONSTANTES**										
	2024	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	0,00	86.845.892,60	0,00	94.435.485,29	8,74	112.597.962,87	19,23	116.215.521,39	3,21	119.701.987,03	3,00
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	0,00	86.155.707,86	0,00	93.752.366,74	8,82	111.334.872,89	18,75	114.911.850,73	3,21	118.359.206,25	3,00
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	0,00	85.679.017,74	0,00	97.788.811,54	14,13	112.424.127,30	14,97	116.036.100,81	3,21	119.517.183,83	3,00
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	0,00	84.421.934,97	0,00	97.075.585,36	14,99	111.679.162,73	15,04	115.267.201,95	3,21	118.725.218,01	3,00
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	0,00	1.733.772,89	0,00	-3.323.218,62	-6,17	-344.289,84	3,71	-355.351,22	3,21	-366.011,75	3,00
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	0,00	1.733.772,89	0,00	-3.323.218,62	-6,17	-344.289,84	3,71	-355.351,22	3,21	-366.011,75	3,00
Dívida Pública Consolidada(DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI							
04.628.376/0001-04							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS							
ANEXO DE METAS FISCAIS							
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
2027							
Ano LDO: 2027							
AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)							R$ 1,00
REGIME NORMAL							
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**	
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado Acumulado	127.931.761,11	0,00	111.478.215,85	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	**127.931.761,11**	**0,00**	**111.478.215,85**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
REGIME PREVIDENCIÁRIO							
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**	
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:0925B2E1

GABINETE DO PREFEITO
RECEITA CORRENTE LIQUÍDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
MAR/2025 A FEV/2026	
RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	MAR/2025	ABR/2025	MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	6.925.282,76	6.687.070,09	8.917.962,18	7.584.588,26	8.395.891,33	9.070.372,32	8.494.610,91	13.219.008,65	14.544.961,10	9.388.933,78	9.234.177,97	7.964.554,53	110.427.413,88	98.511.973,20
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	162.994,52	132.354,28	136.012,74	129.424,42	256.106,06	192.571,37	99.173,58	213.691,48	160.021,16	163.327,88	112.221,85	75.801,89	1.833.701,23	2.150.549,00
IPTU	3.983,27	0,00	2.387,44	3.919,93	0,00	683,55	6.090,51	7.881,59	6.547,48	4.721,90	0,00	0,00	36.215,67	25.410,00
ISS	48.882,14	19.575,20	14.166,67	11.599,42	122.822,92	72.023,55	11.112,81	35.495,83	35.530,14	31.642,82	29.179,59	20.275,07	452.306,16	776.210,00
ITBI	0,00	0,00	1.240,00	4.860,00	0,00	3.879,33	2.680,00	2.809,45	2.000,00	400,00	1.000,00	0,00	18.868,78	12.100,00
IRRF	106.697,98	112.779,08	106.511,17	98.964,70	133.283,14	115.984,94	73.329,80	165.173,41	114.304,82	124.399,60	75.361,14	55.526,82	1.282.316,60	1.205.730,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.431,13	0,00	11.707,46	10.080,37	0,00	0,00	5.960,46	2.331,20	1.638,72	2.163,56	6.681,12	0,00	43.994,02	131.099,00
Contribuições	33.645,72	37.261,38	27.747,49	164.851,02	29.612,97	28.398,09	29.110,41	28.753,66	35.466,60	29.346,64	29.472,58	28.249,55	501.916,11	423.500,00
Receita Patrimonial	51.094,40	54.962,91	102.552,46	101.029,66	97.089,78	211.805,16	83.922,99	107.410,55	129.110,06	174.711,26	114.632,50	102.612,07	1.330.933,80	442.854,50
Rendimentos de Aplicação Financeira	51.094,40	54.962,91	102.552,46	101.029,66	97.089,78	211.805,16	83.922,99	107.410,55	129.110,06	174.711,26	114.632,50	102.612,07	1.330.933,80	442.854,50
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210,00
Transferências Correntes	6.677.548,12	6.462.491,52	8.651.649,49	7.189.283,16	8.013.082,52	8.587.597,70	8.282.403,93	12.869.152,96	14.204.610,45	9.021.548,00	8.977.851,04	7.757.891,02	106.695.109,91	95.493.859,70
Cota-Parte do FPM	1.717.835,21	1.749.364,86	2.232.031,43	2.281.558,32	2.383.355,69	1.823.213,54	2.286.828,31	1.549.777,41	2.108.601,30	3.404.586,77	2.331.056,84	3.174.660,37	27.042.870,05	26.777.751,00
Cota-Parte do ICMS	1.337.129,05	1.263.288,63	1.371.166,90	1.307.764,95	1.195.056,13	1.401.791,32	1.458.161,22	1.232.764,32	1.363.013,12	1.536.127,98	1.292.916,70	0,00	14.759.180,32	16.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	4.841,45	4.112,89	8.314,81	5.093,09	5.572,18	4.565,99	4.217,54	1.083,37	515,43	1.512,11	3.223,27	48,16	43.100,29	57.800,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	23,23	23,46	23,46	0,00	502,28	673,86	24,56	24,86	254,24	25,39	1.575,34	550,00
Transferências da LC 61/1989	3.828,75	4.078,39	3.236,10	4.166,01	3.848,75	3.399,93	4.139,30	4.123,96	3.795,38	4.359,68	3.409,67	1.175.005,46	1.217.391,38	44.375,00
Transferencias do FUNDEB	2.268.047,04	2.250.889,36	2.675.745,13	2.681.023,33	2.433.041,58	2.670.081,95	2.192.853,28	2.884.307,69	2.717.932,86	2.850.199,92	4.365.111,05	2.317.173,44	32.306.406,63	32.491.131,00
Outras Transferências Correntes	1.345.866,62	1.190.757,39	2.361.131,89	909.654,00	1.992.184,73	2.684.544,97	2.335.702,00	7.196.422,35	8.010.727,80	1.224.736,68	981.879,27	1.090.978,20	31.324.585,90	19.622.252,70
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	15.752,83	0,00	0,00	0,00	65.752,83	0,00
DEDUÇÕES (II)	612.726,85	604.168,91	722.954,45	719.721,12	518.940,74	646.594,10	584.844,98	557.684,54	695.189,93	785.664,77	726.172,09	869.947,79	8.044.610,27	8.127.545,00
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	612.726,85	604.168,91	722.954,45	719.721,12	518.940,74	646.594,10	584.844,98	557.684,54	695.189,93	785.664,77	726.172,09	869.947,79	8.044.610,27	8.127.545,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	6.312.555,91	6.082.901,18	8.195.007,73	6.864.867,14	7.876.950,59	8.423.778,22	7.909.765,93	12.661.324,11	13.849.771,17	8.603.269,01	8.508.005,88	7.094.606,74	102.382.803,61	90.384.428,20
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00	2.500.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	6.312.555,91	6.082.901,18	8.195.007,73	6.864.867,14	7.876.950,59	6.923.778,22	6.909.765,93	12.661.324,11	13.849.771,17	8.603.269,01	8.508.005,88	7.094.606,74	99.882.803,61	87.884.428,20
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.647.219,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.647.219,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VII)	109.296,00	109.296,00	109.296,00	124.476,00	130.548,00	130.548,00	130.548,00	130.548,00	121.440,00	251.988,00	136.164,00	139.406,00	1.623.554,00	1.395.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	6.203.259,91	5.973.605,18	8.085.711,73	6.740.391,14	7.746.402,59	6.793.230,22	6.779.217,93	7.883.557,11	13.728.331,17	8.351.281,01	8.371.841,88	6.955.200,74	93.612.030,61	86.489.428,20

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:EC1054C5

GABINETE DO PREFEITO
RECEITA CORRENTE LIQUÍDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
MAI/2025 A ABR/2026														
RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)													R$ 1	
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	8.917.962,18	7.584.588,26	8.395.891,33	9.070.372,32	8.494.610,91	13.219.008,65	14.544.961,10	9.388.933,78	9.234.177,97	7.964.554,53	7.080.870,16	9.468.080,28	113.364.011,47	98.511.973,20
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	136.012,74	129.424,42	256.106,06	192.571,37	99.173,58	213.691,48	160.021,16	163.327,88	112.221,85	75.801,89	178.165,23	112.985,42	1.829.503,08	2.150.549,00

IPTU	2.387,44	3.919,93	0,00	683,55	6.090,51	7.881,59	6.547,48	4.721,90	0,00	0,00	0,00	288,46	32.520,86	25.410,00
ISS	14.166,67	11.599,42	122.822,92	72.023,55	11.112,81	35.495,83	35.530,14	31.642,82	29.179,59	20.275,07	84.887,04	39.526,75	508.262,61	776.210,00
ITBI	1.240,00	4.860,00	0,00	3.879,33	2.680,00	2.809,45	2.000,00	400,00	1.000,00	0,00	0,00	750,00	19.618,78	12.100,00
IRRF	106.511,17	98.964,70	133.283,14	115.984,94	73.329,80	165.173,41	114.304,82	124.399,60	75.361,14	55.526,82	82.939,26	62.107,80	1.207.886,60	1.205.730,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.707,46	10.080,37	0,00	0,00	5.960,46	2.331,20	1.638,72	2.163,56	6.681,12	0,00	10.338,93	10.312,41	61.214,23	131.099,00
Contribuições	27.747,49	164.851,02	29.612,97	28.398,09	29.110,41	28.753,66	35.466,60	29.346,64	29.472,58	28.249,55	31.565,95	47.018,36	509.593,32	423.500,00
Receita Patrimonial	102.552,46	101.029,66	97.089,78	211.805,16	83.922,99	107.410,55	129.110,06	174.711,26	114.632,50	102.612,07	126.869,03	140.871,84	1.492.617,36	442.854,50
Rendimentos de Aplicação Financeira	102.552,46	101.029,66	97.089,78	211.805,16	83.922,99	107.410,55	129.110,06	174.711,26	114.632,50	102.612,07	126.869,03	140.871,84	1.492.617,36	442.854,50
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210,00
Transferências Correntes	8.651.649,49	7.189.283,16	8.013.082,52	8.587.597,70	8.282.403,93	12.869.152,96	14.204.610,45	9.021.548,00	8.977.851,04	7.757.891,02	6.744.269,95	9.167.204,66	109.466.544,88	95.493.859,70
Cota-Parte do FPM	2.232.031,43	2.281.558,32	2.383.355,69	1.823.213,54	2.286.828,31	1.549.777,41	2.108.601,30	3.404.586,77	2.331.056,84	3.174.660,37	1.918.722,61	2.262.233,67	27.756.626,26	26.777.751,00
Cota-Parte do ICMS	1.371.166,90	1.307.764,95	1.195.056,13	1.401.791,32	1.458.161,22	1.232.764,32	1.363.013,12	1.536.127,98	1.292.916,70	0,00	1.232.035,83	2.012.107,94	15.402.906,41	16.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	8.314,81	5.093,09	5.572,18	4.565,99	4.217,54	1.083,37	515,43	1.512,11	3.223,27	48,16	2.786,90	1.866,23	38.799,08	57.800,00
Cota-Parte do ITR	23,23	23,46	23,46	0,00	502,28	673,86	24,56	24,86	254,24	25,39	257,08	25,89	1.858,31	550,00
Transferências da LC 61/1989	3.236,10	4.166,01	3.848,75	3.399,93	4.139,30	4.123,96	3.795,38	4.359,68	3.409,67	1.175.005,46	2.720,06	2.926,45	1.215.130,75	44.375,00
Transferencias do FUNDEB	2.675.745,13	2.681.023,33	2.433.041,58	2.670.081,95	2.192.853,28	2.884.307,69	2.717.932,86	2.850.199,92	4.365.111,05	2.317.173,44	2.058.110,60	2.985.926,84	32.831.507,67	32.491.131,00
Outras Transferências Correntes	2.361.131,89	909.654,00	1.992.184,73	2.684.544,97	2.335.702,00	7.196.422,35	8.010.727,80	1.224.736,68	981.879,27	1.090.978,20	1.529.636,87	1.902.117,64	32.219.716,40	19.622.252,70
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	15.752,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.752,83	0,00
DEDUÇÕES (II)	722.954,45	719.721,12	518.940,74	646.594,10	584.844,98	557.684,54	695.189,93	785.664,77	726.172,09	869.947,79	631.304,45	855.832,02	8.314.850,98	8.127.545,00
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	722.954,45	719.721,12	518.940,74	646.594,10	584.844,98	557.684,54	695.189,93	785.664,77	726.172,09	869.947,79	631.304,45	855.832,02	8.314.850,98	8.127.545,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	8.195.007,73	6.864.867,14	7.876.950,59	8.423.778,22	7.909.765,93	12.661.324,11	13.849.771,17	8.603.269,01	8.508.005,88	7.094.606,74	6.449.565,71	8.612.248,26	105.049.160,49	90.384.428,20
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	887.992,00	3.387.992,00	2.500.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	8.195.007,73	6.864.867,14	7.876.950,59	6.923.778,22	6.909.765,93	12.661.324,11	13.849.771,17	8.603.269,01	8.508.005,88	7.094.606,74	6.449.565,71	7.724.256,26	101.661.168,49	87.884.428,20
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.647.219,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.647.219,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VII)	109.296,00	124.476,00	130.548,00	130.548,00	130.548,00	130.548,00	121.440,00	251.988,00	136.164,00	139.406,00	139.406,00	139.406,00	1.683.774,00	1.395.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	8.085.711,73	6.740.391,14	7.746.402,59	6.793.230,22	6.779.217,93	7.883.557,11	13.728.331,17	8.351.281,01	8.371.841,88	6.955.200,74	6.310.159,71	7.584.850,26	95.330.175,49	86.489.428,20

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:B4F04B97

GABINETE DO PREFEITO
RECEITA CORRENTE LIQUÍDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JUL/2025 A JUN/2026														
RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														R$ 1
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	8.395.891,33	9.070.372,32	8.494.610,91	13.219.008,65	14.544.961,10	9.388.933,78	9.234.177,97	7.964.554,53	7.080.870,16	9.468.080,28	13.707.034,43	18.727.170,48	129.295.665,94	98.511.973,20
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	256.106,06	192.571,37	99.173,58	213.691,48	160.021,16	163.327,88	112.221,85	75.801,89	178.165,23	112.985,42	194.397,63	88.365,63	1.846.829,18	2.150.549,00
IPTU	0,00	683,55	6.090,51	7.881,59	6.547,48	4.721,90	0,00	0,00	0,00	288,46	0,00	1.708,86	27.922,35	25.410,00
ISS	122.822,92	72.023,55	11.112,81	35.495,83	35.530,14	31.642,82	29.179,59	20.275,07	84.887,04	39.526,75	142.322,65	29.286,18	654.105,35	776.210,00
ITBI	0,00	3.879,33	2.680,00	2.809,45	2.000,00	400,00	1.000,00	0,00	0,00	750,00	1.600,00	180,00	15.298,78	12.100,00
IRRF	133.283,14	115.984,94	73.329,80	165.173,41	114.304,82	124.399,60	75.361,14	55.526,82	82.939,26	62.107,80	42.528,14	50.800,23	1.095.739,10	1.205.730,00

Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	5.960,46	2.331,20	1.638,72	2.163,56	6.681,12	0,00	10.338,93	10.312,41	7.946,84	6.390,36	53.763,60	131.099,00
Contribuições	29.612,97	28.398,09	29.110,41	28.753,66	35.466,60	29.346,64	29.472,58	28.249,55	31.565,95	47.018,36	31.768,89	34.553,65	383.317,35	423.500,00
Receita Patrimonial	97.089,78	211.805,16	83.922,99	107.410,55	129.110,06	174.711,26	114.632,50	102.612,07	126.869,03	139.090,09	120.723,33	154.689,25	1.562.666,07	442.854,50
Rendimentos de Aplicação Financeira	97.089,78	211.805,16	83.922,99	107.410,55	129.110,06	174.711,26	114.632,50	102.612,07	126.869,03	139.090,09	120.723,33	154.689,25	1.562.666,07	442.854,50
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210,00
Transferências Correntes	8.013.082,52	8.587.597,70	8.282.403,93	12.869.152,96	14.204.610,45	9.021.548,00	8.977.851,04	7.757.891,02	6.744.269,95	9.168.986,41	13.360.144,58	18.449.561,95	125.437.100,51	95.493.859,70
Cota-Parte do FPM	2.383.355,69	1.823.213,54	2.286.828,31	1.549.777,41	2.108.601,30	3.404.586,77	2.331.056,84	3.174.660,37	1.918.722,61	2.262.233,67	2.746.683,70	2.895.943,22	28.885.663,43	26.777.751,00
Cota-Parte do ICMS	1.195.056,13	1.401.791,32	1.458.161,22	1.232.764,32	1.363.013,12	1.536.127,98	1.292.916,70	0,00	1.232.035,83	2.012.107,94	1.340.955,19	1.325.647,24	15.390.576,99	16.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	5.572,18	4.565,99	4.217,54	1.083,37	515,43	1.512,11	3.223,27	48,16	2.786,90	1.866,23	745,51	3.011,06	29.147,75	57.800,00
Cota-Parte do ITR	23,46	0,00	502,28	673,86	24,56	24,86	254,24	25,39	257,08	25,89	262,66	413,91	2.488,19	550,00
Transferências da LC 61/1989	3.848,75	3.399,93	4.139,30	4.123,96	3.795,38	4.359,68	3.409,67	1.175.005,46	2.720,06	2.926,45	2.724,57	4.283,40	1.214.736,61	44.375,00
Transferencias do FUNDEB	2.433.041,58	2.670.081,95	2.192.853,28	2.884.307,69	2.717.932,86	2.850.199,92	4.365.111,05	2.317.173,44	2.058.110,60	2.985.926,84	2.460.588,27	2.423.357,92	32.358.685,40	32.491.131,00
Outras Transferências Correntes	1.992.184,73	2.684.544,97	2.335.702,00	7.196.422,35	8.010.727,80	1.224.736,68	981.879,27	1.090.978,20	1.529.636,87	1.903.899,39	6.808.184,68	11.796.905,20	47.555.802,14	19.622.252,70
Outras Receitas Correntes	0,00	50.000,00	0,00	0,00	15.752,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.752,83	0,00
DEDUÇÕES (II)	518.940,74	646.594,10	584.844,98	557.684,54	695.189,93	785.664,77	726.172,09	869.947,79	631.304,45	855.832,02	818.274,28	845.859,75	8.536.309,44	8.127.545,00
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	518.940,74	646.594,10	584.844,98	557.684,54	695.189,93	785.664,77	726.172,09	869.947,79	631.304,45	855.832,02	818.274,28	845.859,75	8.536.309,44	8.127.545,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	7.876.950,59	8.423.778,22	7.909.765,93	12.661.324,11	13.849.771,17	8.603.269,01	8.508.005,88	7.094.606,74	6.449.565,71	8.612.248,26	12.888.760,15	17.881.310,73	120.759.356,50	90.384.428,20
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	1.500.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	887.992,00	2.000.000,00	0,00	5.387.992,00	2.500.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	7.876.950,59	6.923.778,22	6.909.765,93	12.661.324,11	13.849.771,17	8.603.269,01	8.508.005,88	7.094.606,74	6.449.565,71	7.724.256,26	10.888.760,15	17.881.310,73	115.371.364,50	87.884.428,20
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	4.647.219,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.900.172,00	7.547.391,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VII)	130.548,00	130.548,00	130.548,00	130.548,00	121.440,00	251.988,00	136.164,00	139.406,00	139.406,00	139.406,00	139.406,00	136.650,30	1.726.058,30	1.395.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	7.746.402,59	6.793.230,22	6.779.217,93	7.883.557,11	13.728.331,17	8.351.281,01	8.371.841,88	6.955.200,74	6.310.159,71	7.584.850,26	10.749.354,15	14.844.488,43	106.097.915,20	86.489.428,20

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:F063F2FC

GABINETE DO PREFEITO
RECEITAS E DESPESAS COM ASPS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL				
PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2026/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro				
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)			R$ 1	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	2.019.450,00	2.019.450,00	181.342,62	8,98
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	25.410,00	25.410,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	12.100,00	12.100,00	1.000,00	8,26
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	776.210,00	776.210,00	49.454,66	6,37
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.205.730,00	1.205.730,00	130.887,96	10,86
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	40.637.725,00	40.637.725,00	7.980.600,10	19,64
Cota-Parte FPM	24.035.000,00	24.035.000,00	5.505.717,21	22,91
Cota-Parte ITR	550,00	550,00	279,63	50,84
Cota-Parte IPVA	57.800,00	57.800,00	3.271,43	5,66
Cota-Parte ICMS	16.500.000,00	16.500.000,00	1.292.916,70	7,84
Cota-Parte IPI-Exportação	44.375,00	44.375,00	1.178.415,13	2.655,58
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	42.657.175,00	42.657.175,00	8.161.942,72	19,13

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	2.661.900,00	2.661.900,00	212.774,37	7,99	212.774,37	7,99	212.774,37	7,99	0,00
Despesas Correntes	2.193.850,00	2.193.850,00	212.774,37	9,70	212.774,37	9,70	212.774,37	9,70	0,00
Despesas de Capital	468.050,00	468.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.046.500,00	1.046.500,00	103.632,91	9,90	103.632,91	9,90	103.632,91	9,90	0,00
Despesas Correntes	983.250,00	983.250,00	103.632,91	10,54	103.632,91	10,54	103.632,91	10,54	0,00
Despesas de Capital	63.250,00	63.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	63.250,00	63.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	63.250,00	63.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	4.484.500,00	4.484.500,00	1.007.094,14	22,46	804.738,51	17,94	802.976,72	17,91	0,00
Despesas Correntes	4.414.500,00	4.414.500,00	1.007.094,14	22,81	804.738,51	18,23	802.976,72	18,19	0,00
Despesas de Capital	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	8.256.150,00	8.256.150,00	1.323.501,42	16,03	1.121.145,79	13,58	1.119.384,00	13,56	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	1.323.501,42	1.121.145,79	1.119.384,00
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	1.323.501,42	1.121.145,79	1.119.384,00
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	1.224.291,41	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	1.323.501,42	1.121.145,79	1.119.384,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	16,22	13,74	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026 (saldo inicial = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	15.739.470,00	15.739.470,00	1.439.991,75	9,15
Proveniente da União	13.439.470,00	13.439.470,00	1.439.398,63	10,71
Proveniente dos Estados	2.300.000,00	2.300.000,00	593,12	0,03
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	15.739.470,00	15.739.470,00	1.439.991,75	9,15

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	9.837.180,00	10.640.681,99	2.947.019,27	27,70	2.459.671,97	23,12	2.454.396,97	23,07	0,00
Despesas Correntes	9.339.080,00	9.801.466,82	2.548.141,92	26,00	2.459.671,97	25,09	2.454.396,97	25,04	0,00
Despesas de Capital	498.100,00	839.215,17	398.877,35	47,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	4.483.190,00	5.174.576,45	1.581.670,58	30,57	1.515.663,62	29,29	1.515.663,62	29,29	0,00
Despesas Correntes	3.751.790,00	4.789.003,81	1.581.670,58	33,03	1.515.663,62	31,65	1.515.663,62	31,65	0,00
Despesas de Capital	731.400,00	385.572,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	754.050,00	754.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	754.050,00	754.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	13.800,00	213.791,23	199.991,23	93,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	13.800,00	13.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	199.991,23	199.991,23	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	651.250,00	655.962,18	136.502,68	20,81	136.502,68	20,81	136.502,68	20,81	0,00
Despesas Correntes	629.687,50	634.399,68	136.502,68	21,52	136.502,68	21,52	136.502,68	21,52	0,00
Despesas de Capital	21.562,50	21.562,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	15.739.470,00	17.439.061,85	4.865.183,76	27,90	4.111.838,27	23,58	4.106.563,27	23,55	0,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	12.499.080,00	13.302.581,99	3.159.793,64	23,75	2.672.446,34	20,09	2.667.171,34	20,05	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	5.529.690,00	6.221.076,45	1.685.303,49	27,09	1.619.296,53	26,03	1.619.296,53	26,03	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	754.050,00	754.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	77.050,00	277.041,23	199.991,23	72,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	651.250,00	655.962,18	136.502,68	20,81	136.502,68	20,81	136.502,68	20,81	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	4.484.500,00	4.484.500,00	1.007.094,14	22,46	804.738,51	17,94	802.976,72	17,91	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	23.995.620,00	25.695.211,85	6.188.685,18	24,08	5.232.984,06	20,37	5.225.947,27	20,34	0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:A1F9C59C

GABINETE DO PREFEITO
RECEITAS E DESPESAS COM ASPS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL				
PERIODO: Janeiro a Abril 2026/BIMESTRE Março - Abril				
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)				R$ 1
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	2.019.450,00	2.019.450,00	451.841,93	22,37
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	25.410,00	25.410,00	288,46	1,14
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	12.100,00	12.100,00	1.750,00	14,46
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	776.210,00	776.210,00	173.868,45	22,40
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.205.730,00	1.205.730,00	275.935,02	22,89
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	40.637.725,00	40.637.725,00	15.416.282,76	37,94
Cota-Parte FPM	24.035.000,00	24.035.000,00	9.686.673,49	40,30
Cota-Parte ITR	550,00	550,00	562,60	102,29
Cota-Parte IPVA	57.800,00	57.800,00	7.924,56	13,71
Cota-Parte ICMS	16.500.000,00	16.500.000,00	4.537.060,47	27,50
Cota-Parte IPI-Exportação	44.375,00	44.375,00	1.184.061,64	2.668,31
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	2.661.900,00	2.182.117,51	445.788,31	20,43	420.788,31	19,28	420.788,31	19,28	0,00
Despesas Correntes	2.193.850,00	1.893.567,51	445.788,31	23,54	420.788,31	22,22	420.788,31	22,22	0,00
Despesas de Capital	468.050,00	288.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.046.500,00	994.830,96	168.330,96	16,92	168.330,96	16,92	168.330,96	16,92	0,00
Despesas Correntes	983.250,00	931.580,96	168.330,96	18,07	168.330,96	18,07	168.330,96	18,07	0,00
Despesas de Capital	63.250,00	63.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	63.250,00	63.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	63.250,00	63.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	4.484.500,00	4.352.670,00	2.043.978,79	46,96	1.843.248,22	42,35	1.841.748,22	42,31	0,00
Despesas Correntes	4.414.500,00	4.282.670,00	2.043.978,79	47,73	1.843.248,22	43,04	1.841.748,22	43,00	0,00

Despesas de Capital	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	8.256.150,00	7.592.868,47	2.658.098,06	35,01	2.432.367,49	32,03	2.430.867,49	32,02	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	2.658.098,06	2.432.367,49	2.430.867,49
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	2.658.098,06	2.432.367,49	2.430.867,49
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	2.380.218,70	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	2.658.098,06	2.432.367,49	2.430.867,49
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	16,75	15,33	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026 (saldo inicial = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	15.739.470,00	15.739.470,00	3.386.345,38	21,51
Proveniente da União	13.439.470,00	13.439.470,00	2.968.218,50	22,09
Proveniente dos Estados	2.300.000,00	2.300.000,00	418.126,88	18,18
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	15.739.470,00	15.739.470,00	3.386.345,38	21,51

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	

ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	9.837.180,00	11.615.839,76	4.214.951,40	36,29	3.815.139,45	32,84	3.751.949,18	32,30	0,00
Despesas Correntes	9.339.080,00	10.770.222,54	3.809.672,00	35,37	3.808.737,40	35,36	3.745.547,13	34,78	0,00
Despesas de Capital	498.100,00	845.617,22	405.279,40	47,93	6.402,05	0,76	6.402,05	0,76	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	4.483.190,00	5.307.807,57	2.049.642,99	38,62	1.996.343,03	37,61	1.978.286,27	37,27	0,00
Despesas Correntes	3.751.790,00	4.918.434,93	2.045.842,99	41,60	1.992.543,03	40,51	1.974.486,27	40,14	0,00
Despesas de Capital	731.400,00	389.372,64	3.800,00	0,98	3.800,00	0,98	3.800,00	0,98	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	754.050,00	754.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	754.050,00	754.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	13.800,00	213.791,23	199.991,23	93,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	13.800,00	13.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	199.991,23	199.991,23	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	651.250,00	693.152,86	270.844,02	39,07	270.844,02	39,07	270.844,02	39,07	0,00
Despesas Correntes	629.687,50	671.590,36	270.844,02	40,33	270.844,02	40,33	270.844,02	40,33	0,00
Despesas de Capital	21.562,50	21.562,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	400,00	400,00	100,00	400,00	100,00	400,00	100,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	400,00	400,00	100,00	400,00	100,00	400,00	100,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX)	15.739.470,00	18.585.041,42	6.735.829,64	36,24	6.082.726,50	32,73	6.001.479,47	32,29	0,00
= (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)									

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	12.499.080,00	13.797.957,27	4.660.739,71	33,78	4.235.927,76	30,70	4.172.737,49	30,24	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	5.529.690,00	6.302.638,53	2.217.973,95	35,19	2.164.673,99	34,35	2.146.617,23	34,06	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	754.050,00	754.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	77.050,00	277.041,23	199.991,23	72,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	651.250,00	693.152,86	270.844,02	39,07	270.844,02	39,07	270.844,02	39,07	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	4.484.500,00	4.353.070,00	2.044.378,79	46,96	1.843.648,22	42,35	1.842.148,22	42,32	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	23.995.620,00	26.177.909,89	9.393.927,70	35,88	8.515.093,99	32,53	8.432.346,96	32,21	0,00
1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.									
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".									
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".									
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012									
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012									
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].									
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre									

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:3FE08BD2

GABINETE DO PREFEITO
RECEITAS E DESPESAS COM ASPS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL				
PERIODO: Janeiro a Junho 2026/BIMESTRE Maio - Junho				
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)				R$ 1
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	2.019.450,00	2.019.450,00	720.267,99	35,67
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	25.410,00	25.410,00	1.997,32	7,86

Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	12.100,00	12.100,00	3.530,00	29,17
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	776.210,00	776.210,00	345.477,28	44,51
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.205.730,00	1.205.730,00	369.263,39	30,63
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	40.637.725,00	40.637.725,00	23.736.953,22	58,41
Cota-Parte FPM	24.035.000,00	24.035.000,00	15.329.300,41	63,78
Cota-Parte ITR	550,00	550,00	1.239,17	225,30
Cota-Parte IPVA	57.800,00	57.800,00	11.681,13	20,21
Cota-Parte ICMS	16.500.000,00	16.500.000,00	7.203.662,90	43,66
Cota-Parte IPI-Exportação	44.375,00	44.375,00	1.191.069,61	2.684,10
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	42.657.175,00	42.657.175,00	24.457.221,21	57,33

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	2.661.900,00	2.182.117,51	1.010.043,48	46,29	990.043,48	45,37	681.502,61	31,23	0,00
Despesas Correntes	2.193.850,00	1.893.567,51	1.006.776,98	53,17	986.776,98	52,11	678.236,11	35,82	0,00
Despesas de Capital	468.050,00	288.550,00	3.266,50	1,13	3.266,50	1,13	3.266,50	1,13	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.046.500,00	994.830,96	377.739,48	37,97	377.739,48	37,97	267.689,48	26,91	0,00
Despesas Correntes	983.250,00	931.580,96	377.739,48	40,55	377.739,48	40,55	267.689,48	28,73	0,00
Despesas de Capital	63.250,00	63.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	63.250,00	63.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	63.250,00	63.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	4.484.500,00	4.460.525,50	2.978.552,92	66,78	2.775.293,22	62,22	2.709.924,87	60,75	0,00
Despesas Correntes	4.414.500,00	4.390.525,50	2.978.552,92	67,84	2.775.293,22	63,21	2.709.924,87	61,72	0,00
Despesas de Capital	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	8.256.150,00	7.700.723,97	4.366.335,88	56,70	4.143.076,18	53,80	3.659.116,96	47,52	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	4.366.335,88	4.143.076,18	3.659.116,96
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	4.366.335,88	4.143.076,18	3.659.116,96
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	3.668.583,18	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	697.752,70	474.493,00	-9.466,22
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	17,85	16,94	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026 (saldo inicial = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no no Exercício sem	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP

			m), se < 0, então (o) = 0		Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	- (o + q)) se < 0, então (r) = (0)				cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	15.739.470,00	15.739.470,00	20.708.290,89	131,57
Proveniente da União	13.439.470,00	13.439.470,00	15.583.919,24	115,96
Proveniente dos Estados	2.300.000,00	2.300.000,00	5.124.371,65	222,80
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	15.739.470,00	15.739.470,00	20.708.290,89	131,57

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)									R$ 1
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	9.837.180,00	10.489.722,17	8.106.615,41	77,28	7.706.803,46	73,47	7.706.803,46	73,47	0,00
Despesas Correntes	9.339.080,00	9.731.392,77	7.701.336,01	79,14	7.700.401,41	79,13	7.700.401,41	79,13	0,00
Despesas de Capital	498.100,00	758.329,40	405.279,40	53,44	6.402,05	0,84	6.402,05	0,84	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	4.483.190,00	10.271.035,96	8.934.180,96	86,98	8.858.178,42	86,24	7.062.511,58	68,76	0,00
Despesas Correntes	3.751.790,00	9.945.298,57	8.892.816,21	89,42	8.816.813,67	88,65	7.021.146,83	70,60	0,00
Despesas de Capital	731.400,00	325.737,39	41.364,75	12,70	41.364,75	12,70	41.364,75	12,70	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	754.050,00	362.002,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	754.050,00	362.002,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	13.800,00	199.991,23	199.991,23	100,00	126.518,23	63,26	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	13.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	199.991,23	199.991,23	100,00	126.518,23	63,26	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	651.250,00	673.996,75	439.709,75	65,24	439.709,75	65,24	427.330,00	63,40	0,00
Despesas Correntes	629.687,50	673.996,25	439.709,75	65,24	439.709,75	65,24	427.330,00	63,40	0,00
Despesas de Capital	21.562,50	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	75.209,50	75.209,50	100,00	75.209,50	100,00	75.209,50	100,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	75.209,50	75.209,50	100,00	75.209,50	100,00	75.209,50	100,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	15.739.470,00	22.071.958,03	17.755.706,85	80,44	17.206.419,36	77,96	15.271.854,54	69,19	0,00

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)									R$ 1
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	12.499.080,00	12.671.839,68	9.116.658,89	71,94	8.696.846,94	68,63	8.388.306,07	66,20	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	5.529.690,00	11.265.866,92	9.311.920,44	82,66	9.235.917,90	81,98	7.330.201,06	65,07	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	754.050,00	362.002,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	77.050,00	263.241,23	199.991,23	75,97	126.518,23	48,06	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	651.250,00	673.996,75	439.709,75	65,24	439.709,75	65,24	427.330,00	63,40	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	4.484.500,00	4.535.735,00	3.053.762,42	67,33	2.850.502,72	62,85	2.785.134,37	61,40	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	23.995.620,00	29.772.682,00	22.122.042,73	74,30	21.349.495,54	71,71	18.930.971,50	63,59	0,00
1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.									
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".									
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".									
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012									
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012									
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].									
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre									

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:4AF2258D

GABINETE DO PREFEITO
RESTOS A PAGAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2026/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro												
RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)												R$ 1
PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	
	Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2025 (b)				Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	522.677,34	385.671,29	0,00	137.006,05	0,00	835.683,42	0,00	0,00	0,00	835.683,42	972.689,47
02 PODER EXECUTIVO	0,00	522.677,34	385.671,29	0,00	137.006,05	0,00	835.683,42	0,00	0,00	0,00	835.683,42	972.689,47
0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	522.677,34	385.671,29	0,00	137.006,05	0,00	835.683,42	0,00	0,00	0,00	835.683,42	972.689,47
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	522.677,34	385.671,29	0,00	137.006,05	0,00	835.683,42	0,00	0,00	0,00	835.683,42	972.689,47

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:EA68800F

GABINETE DO PREFEITO
RESTOS A PAGAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2026/BIMESTRE Março - Abril												
RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)												R$ 1
PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d) e	Saldo = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	
	Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2025 (b)				Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	522.677,34	452.248,78	0,00	70.428,56	0,00	835.683,42	212.159,61	212.159,61	0,00	623.523,81	693.952,37
02 PODER EXECUTIVO	0,00	522.677,34	452.248,78	0,00	70.428,56	0,00	835.683,42	212.159,61	212.159,61	0,00	623.523,81	693.952,37
0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	522.677,34	452.248,78	0,00	70.428,56	0,00	835.683,42	212.159,61	212.159,61	0,00	623.523,81	693.952,37
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	522.677,34	452.248,78	0,00	70.428,56	0,00	835.683,42	212.159,61	212.159,61	0,00	623.523,81	693.952,37
FONTE: SCPI - Contabilidade [9.50.29.1368], PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI												

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:C9624E85

GABINETE DO PREFEITO
RESTOS A PAGAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
PERIODO: Janeiro a Junho 2026/BIMESTRE Maio - Junho												
RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)												R$ 1
PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d) e	Saldo = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	
	Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2025 (b)				Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	522.677,34	452.248,78	0,00	70.428,56	0,00	835.683,42	212.159,61	212.159,61	0,00	623.523,81	693.952,37
02 PODER EXECUTIVO	0,00	522.677,34	452.248,78	0,00	70.428,56	0,00	835.683,42	212.159,61	212.159,61	0,00	623.523,81	693.952,37
0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	522.677,34	452.248,78	0,00	70.428,56	0,00	835.683,42	212.159,61	212.159,61	0,00	623.523,81	693.952,37
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	522.677,34	452.248,78	0,00	70.428,56	0,00	835.683,42	212.159,61	212.159,61	0,00	623.523,81	693.952,37

Publicado por:
Imária Alexsandra Das Neves Pissolato
Código Identificador:CD49D0E6